



O NOVO NORTE

PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE 2009

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, designado por ON.2 – “O Novo Norte”, foi aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, apresenta um co-financiamento comunitário que ascende a 2.712 milhões de euros.

O objectivo global do Programa está em linha com a “Visão Norte 2015”, segundo a qual “a Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial”.

Este objectivo global foi, posteriormente, desenvolvido pela CCDR-N, em interacção com os agentes regionais, através da elaboração de 15 Planos de Acção Temáticos, identificando estratégias e intervenções prioritárias para o desenvolvimento económico e social da Região do Norte.

Incorporando estes contributos, o ON.2 encontra-se estruturado em seis Eixos Prioritários (EP): EP I – Competitividade, Inovação e Conhecimento; EP II – Valorização Económica de Recursos Específicos; EP III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; EP IV – Qualificação do Sistema Urbano; EP V – Governança e Capacitação Institucional; EP VI – Assistência Técnica.

2. Globalmente, pode-se afirmar que 2009 foi um ano de evolução muito significativa em termos de aprovações. Em 31/12/2009, 31% da dotação FEDER do ON.2 encontrava-se aprovada (versus 17% em 2008).

Já a taxa de execução financeira (execução FEDER / programação FEDER 2007-2013) situou-se em 2,8%, estando porém a verificar-se uma aceleração deste indicador, o qual em 31/03/2010 subiu para 4,2%.

A tradução do elevado nível de aprovações em termos de realização física contratada é visível no facto de mais do que duplicar o número de indicadores comuns comunitários para os quais o ON.2 apresenta contributos em 2009, face ao verificado em 2008.

Quanto a este contributo medido pelos indicadores comuns comunitários, destaca-se:

- O investimento em I&DT, em que o número de projectos contratados ascende a 177 em finais de 2009;
- O crescimento nos projectos de apoio às PME, com um total acumulado de 906 projectos apoiados correspondendo a um investimento de 414 M €;
- Destes 906 projectos, 310 correspondem a empresas classificadas em sectores intensivos em conhecimento de média e alta tecnologia e 135 a novas empresas (start-up);

- Outro domínio com relevo e forte incremento é o da Sociedade da Informação, com 228 projectos aprovados;
- Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, reflectindo quer o apoio a empresas quer aprovações no quadro de projectos públicos;
- Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, verificando-se a aprovação de 254 operações, abrangendo 55.933 alunos;
- O sector da Saúde verifica um incremento significativo do número de operações contratadas, as quais abrangem uma população total de 3.004.023 habitantes;
- Nos domínios da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades, destaca-se o facto de estarem aprovados 37 Programas de Acção com protocolo de parceria local envolvendo 142 Parceiros e abrangendo uma população de 400 mil habitantes.

No mesmo sentido, verifica-se um forte contributo do ON.2 para as prioridades comunitárias definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa. Em finais de 2009, verifica-se que as operações aprovadas no ON.2 em temas de “earmarking” ascendiam já a 602 M €, correspondendo a 72% do FEDER aprovado.

Em termos intra-regionais (NUTS III) e com base no financiamento comunitário atribuído às operações aprovadas, verifica-se uma distribuição fortemente correlacionada com o

peso demográfico e económico dos diferentes territórios. Mas, comparando a intensidade de apoio (FEDER per capita) com o nível de desenvolvimento (PIB per capita), constata-se que os territórios com menor nível de desenvolvimento são aqueles que apresentam maiores intensidades de apoio (Minho-Lima, Tâmega, Douro e Alto-Trás-os-Montes).

3. O Eixo Prioritário I – “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, apresentava em 31/12/2009 uma taxa de compromisso de 37,0% e uma taxa de execução de 4,2%, destacando-se o elevado nível de aprovações no âmbito dos Sistemas de Incentivos (1.148 projectos).

É já possível fazer-se um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas induzidas pelo EP I, convergentes com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Quer a procura por incentivos por parte das empresas quer a qualidade dos projectos aprovados relativos à envolvente empresarial (nomeadamente infra-estruturas científicas e tecnológicas) fundamentam este balanço. Em particular, os dados relativos a projectos de I&DT mostram duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura e um mix muito mais equilibrado do que no passado entre I&D empresarial e I&D na envolvente. Em 31/12/2009 as operações contratadas de I&DT representavam 46 M € de investimento

elegível, sendo que em 31/03/2010 esse valor passa para 92 M €

O Eixo Prioritário II – “Valorização Económica de Recursos Específicos”, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015. No entanto foi seguramente aquele em que verificou um atraso mais significativo no “arranque”, reflectindo-se esse atraso na reduzida execução física e financeira a 31/12/2009.

Dada a forte articulação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC – Estratégias de Eficiência Colectiva (nomeadamente OE2 / EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”; OE3 / “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”; OE5 / EEC PROVERE), foi opção da Autoridade de Gestão não antecipar – pelo menos de modo relevante – a abertura de concursos face ao reconhecimento formal das EEC. Este último, seguindo procedimentos e calendários definidos a nível nacional, ocorreu em regra entre Junho e Julho de 2009. Em 2009 foram desenvolvidas as iniciativas necessárias à alteração radical do ritmo de execução do Eixo 2, cujos resultados serão já bem visíveis em 2010: Em 2009 foram já abertos um conjunto relevante de concursos, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 97,5 M €; já em 2010, verifica-se

que à presente data foram abertos concursos representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 51,8 M €

O Eixo Prioritário III – “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” apresenta já uma taxa de compromisso muito elevada. O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.

Relativamente ao processo de Requalificação da Rede Escolar do ensino Básico e Pré-Escolar, dinamizando a construção dos centros Escolares e o encerramento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com menos de 10 alunos, as operações aprovadas neste Eixo irão permitir aos alunos da Região do Norte melhores condições de ensino e de socialização. No que se refere aos equipamentos de Saúde, as aprovações de projectos permitem a cobertura da quase totalidade da região, modernizando e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população.

É igualmente de registar o contributo para a sustentabilidade ambiental da Região do Norte, protagonizado pela intervenção em 392.656 hectares de áreas integradas em parques naturais, reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e domínio público hídrico.

No Eixo Prioritário IV – “Qualificação do Sistema Urbano”, a nota dominante vai para a aprovação de Programas de Acção, sendo o nível de aprovação das operações individuais ainda relativamente baixo, dado que as aprovações dos programas tinham obrigatoriamente que preceder os procedimentos conducentes às operações individuais.

A aprovação de 55 intervenções integradas de requalificação urbana ultrapassa largamente as metas estabelecidas para 2010, quer em termos de número de operações quer de população abrangida. Destas, destaca-se os 37 Programas de Acção no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sendo um processo inovador de intervenção nos aglomerados urbanos, envolvendo diversos agentes com capacidade de intervenção naqueles espaços, poderá, a prazo, contribuir para o desenvolvimento de processos de planeamento urbano participado e para o envolvimento de parceiros privados, estimulando novas formas de gestão das cidades.

A criação de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação permite colocar as intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental. Estavam aprovadas 5 parcerias deste tipo, perspectivando a criação de redes entre cidades, rentabilizando a utilização de serviços e equipamentos, promovendo a criação de economias do custo de gestão, garantindo uma melhor cobertura populacional

a nível dos serviços prestados permitirá a criação de actividades urbanas mais competitivas.

A execução física e financeira do Eixo Prioritário V – “Governança e Capacitação Institucional” denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas. No ano de 2009, a iniciativa mais relevante no âmbito do Eixo foi a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração. Estas operações decorrem do Programa de Acção protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP. O número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços (estes últimos já aprovados em 2008) ultrapassa já a meta estabelecida para 2015.

4. Em respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da protecção do ambiente e da igualdade de oportunidades e não discriminação, a Autoridade de Gestão assegurou que as operações financiadas cumpriam com a legislação nacional de comunitária vigente

5. No que se refere às condições de contexto, 2009 foi um ano de recessão económica. A crise económica internacional fez-se sentir também na Região do Norte, de forma mais directa nos sectores exportadores. A participação

da Região do Norte no comércio internacional ressentiu-se, quer no que se refere às exportações, quer em relação às importações. Os sectores com melhor desempenho em termos de produtividade parecem ter sido os mais afectados, por via da sua exposição internacional. Os indicadores disponíveis evidenciam uma quebra muito acentuada do investimento na Região do Norte, em 2009. Ao mesmo tempo, o sector do turismo, enfrentou algumas dificuldades em consolidar os fortes ganhos conquistados em 2006 e 2007.

Mas foi sobretudo no mercado de trabalho que a Região do Norte mais acusou o impacto da conjuntura desfavorável vivida em 2009. O emprego regional recuou para níveis semelhantes aos de há 10 anos atrás e a taxa de desemprego (média anual) atingiu os 11%, com a Região do Norte a concentrar cerca de dois quintos do total de desempregados de Portugal.

Para 2010, a generalidade das previsões avançadas apontam para que a economia portuguesa volte a crescer, registando contudo um crescimento económico muito moderado. Também ao nível comunitário se prevê, para 2010, uma retoma do crescimento económico, mas igualmente a um ritmo moderado. Os mesmos cenários, tendem ainda a antecipar uma nova subida da taxa de desemprego a nível nacional, embora menos acentuada do que o agravamento observado entre 2008 e 2009.

A degradação da conjuntura sentida em 2009 (e as dificuldades que deverão caracterizar, globalmente, o ano de 2010), condicionam a

execução do ON.2 na dupla medida em que influenciam a percepção do risco por parte dos agentes económicos na hora de assumir decisões de investimento e, sobretudo, limitam a sua capacidade financeira para assumir as componentes não comparticipadas de projectos a candidatar ao ON.2. Em todo o caso, importa não perder de vista a orientação estrutural e estratégica que deve continuar a presidir à gestão dos instrumentos de política regional.

5. Quando se analisa a execução do ON.2 num contexto mais amplo, ao nível do QREN e, em particular, das Agendas da Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano, verifica-se que este PO apresenta um sobrepeso na distribuição dos Fundos Estruturais na Região do Norte. As aprovações na Região do Norte do PO VT e PO FC têm ficado aquém do esperado e desejável; contrariamente ao verificado no PO PH. Esta é uma situação que merece reflexão e correcção no período remanescente de execução do QREN.

6. A necessidade de se implementar uma dinâmica ao programa que impulsionasse os níveis de abertura de concursos e a sua decisão, de forma a permitir que no final do ano de 2010 se ultrapassasse a regra n+3 e se preparassem os níveis de execução necessários para 2011, fez com que a Autoridade de Gestão promovesse 19 reuniões e 44 consultas escritas, participando ainda em diversos eventos públicos de promoção e divulgação.

Ao longo do ano deu-se particular atenção à implementação da contratualização com as associações de municípios, através de sucessivas reuniões com as respectivas estruturas, políticas e técnicas, e através de acções de formação, quer em ambiente de trabalho quer em sala, promovidas pela Autoridade de Gestão e pelo IFDR.

7. No que respeita ao sistema de gestão e controlo promoveram-se as acções necessárias à ultrapassagem das observações da Comissão Europeia relativas à descrição remetida à IGF em Outubro de 2008, o que veio a acontecer com nova descrição enviada em Fevereiro e actualizada em Julho com a descrição dos sistemas de incentivos. A Comissão Europeia transmitiu em 16 de Setembro à IGF a aprovação do sistema de gestão e controlo, considerando ainda necessário a integração da descrição do sistema de gestão e controlo das associações de municípios, trabalho que foi ainda promovido em 2009.

O controlo interno é uma área da máxima importância para a qualidade do Programa. No final do ano, uma vez estabilizado o sistema de gestão e controlo e existindo uma amostra relevante de execução certificada, promoveu-se a contratação de auditores externos que implementassem um primeiro exercício de controlo, cujos resultados deverão ser concluídos no final do primeiro semestre de 2010.

Quanto ao controlo externo, o Programa foi objecto de acções de auditoria e controlo por parte da IGF, IFDR e Tribunal de Contas português, neste caso ao modelo de

governação do QREN, não tendo sido detectadas irregularidades ou infracções financeiras nas despesas pagas aos beneficiários.

8. A montagem do processo de acompanhamento tem seguido uma lógica modular. Em 2009 consolidou-se o processo de recolha, tratamento e reporte da informação respeitantes aos módulos de “Seleção de Candidaturas” e “Execução Financeira”. Paralelamente, desenvolveram-se os módulos respeitantes à “Execução Física” e aos “Resultados”, tendo-se efectuado recolha, tratamento e reporte da informação sobre os respectivos indicadores a 31-12-2009. Este processo tem vindo a ser articulado com o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte, a quem está entregue a monitorização das condições de contexto. Esse exercício é regularmente efectuado, trimestral e anualmente, através, nomeadamente, do boletim “Norte Conjuntura” e das “Sínteses Temáticas”.

O processo de avaliação tem procurado, por um lado, os exercícios de monitorização estratégia, operacional e financeira e, por outro, o estabelecido no Plano de Avaliação do QREN e PO e o Plano de Avaliação do ON.2. Espera-se que em 2010 se conclua o primeiro exercício de avaliação (“Avaliação da Operacionalização do ON.2 no contexto do QREN”).

9. A acção de divulgação e promoção do ON.2 – O Novo Norte, empreendida ao

longo de 2009, enquadra-se na primeira fase do Plano de Comunicação, designada como de “lançamento, conhecimento e implementação”. Privilegiaram-se três objectivos fundamentais: notoriedade e transparência públicas e acessibilidade, designadamente de potenciais beneficiários. Paralelamente, a estratégia desenvolvida visou ainda contribuir para a construção de uma imagem pública pertinente e promissora do ON.2 e da aplicação regional dos fundos estruturais da União Europeia, assim como de uma imagem mais positiva da Região Norte, em si mesma.

Assinalam-se resultados muito positivos no desenvolvimento da comunicação mediática, da política de branding e do avanço de iniciativas especiais particularmente relevantes, como é o caso dos “Prémios NOVO NORTE”.

É ainda de sublinhar que não deixou de se dar sequência aos bons resultados obtidos anteriormente, no que concerne à promoção da acessibilidade ao Programa. Exemplo é a obtenção de aproximadamente a 80 mil visitas ao website, o esforço publicitário realizado especialmente dirigido às micro e pequenas empresas e a publicação de uma newsletter regular que, no final de 2009, chegava já a mais de 2300 destinatários registados.

10. 2009 é, de algum modo, um ano de normalização e de estabilização de um conjunto de aspectos organizacionais, procedimentais e administrativos, cuja indefinição inicial ou novidade ainda afectou negativamente a actividade desenvolvida no ano em análise.

Dificuldades relacionadas com dimensões tais como o “timing” do encerramento do QCA III e do ON, a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, o novo Sistema de Gestão e Controlo e a estabilização e compatibilidade entre sistemas de informação estão agora, no essencial, ultrapassadas.

No entanto, com o incremento do volume de aprovações, tornaram-se mais visíveis, em 2009, a relevância dos problemas associados à execução dos projectos já aprovados. Aliás, é a este nível que se jogará, em grande parte, o maior ou menor sucesso do Programa no que respeita ao grande desafio para 2010: acelerar decisivamente a execução.

Genericamente, o atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prende-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao co-financiamento dos projectos. Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos dois anos gerou fortes restrições de liquidez.

Para 2010, a Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte”, prosseguirá o seu esforço no sentido de garantir um adequado nível de aprovações, correspondendo desse modo às expectativas das empresas e das instituições regionais bem como ao objectivo de assegurar uma taxa de compromisso elevada.

Tendo em conta os concursos em fase de decisão e o Plano Anual de Concursos para 2010, estima-se que, no final de 2010, a taxa de compromisso do programa como um todo se situe na casa dos 67,8%, ou seja, cerca de 12 pontos percentuais acima do planeado na programação financeira inicial. Em suma, os valores globais acumulados, reportados ao final de 2010, deixam prever que, em termos de aprovações e taxa de compromisso, o programa mais do que recuperará o atraso inicial verificado.~

A taxa de execução em finais de 2010, na previsão efectuada, situar-se-á em 14%. Trata-se de uma previsão moderada, o que não impede a Autoridade de Gestão de manter um objectivo mais ambicioso, ainda que mais incerto. Nesta previsão, as taxas de execução em todos os Eixos ultrapassam o limiar imposto pela regra n+3 para finais de 2010 (6%) Convém no entanto lembrar que de acordo com a regra n+3 para 2011, a taxa de execução deverá situar-se acima dos 19,7%.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	I
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XV
ÍNDICE DE QUADROS	XVII
INTRODUÇÃO	XIX
1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - “O NOVO NORTE”	1
2. EXECUÇÃO DO ON.2 - “O NOVO NORTE”	10
2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	10
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO ON.2 - “O NOVO NORTE”	10
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO ON.2 - “O NOVO NORTE”	13
2.1.2.1. FLUXOS FINANCEIROS	19
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS	22
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO	25
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO	26
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA	26
2.1.6.1. CONTRIBUTO DO ON.2 PARA O “EARMARKING”	26
2.1.6.2. INCIDÊNCIA TERRITORIAL E COESÃO INTRA-REGIONAL	30
2.1.6.3. BALANÇO SINTÉTICO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR OBJECTIVO ESPECÍFICO	33
2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	40
2.2.1. REGRAS DA CONCORRÊNCIA	40
2.2.2. MERCADOS PÚBLICOS	47
2.2.3. PROTECÇÃO DO AMBIENTE	48
2.2.4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E NÃO DISCRIMINAÇÃO	49
2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	50
2.3.1. PROBLEMAS ASSOCIADOS AO CICLO DE VIDA DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO DO QREN / POS	51
2.3.2. PROBLEMAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS AO NÍVEL DOS PROCEDIMENTOS ..	53

2.3.3. PROBLEMAS AO NÍVEL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA: COMO RESOLVER O CONFLITO RESTRIÇÃO FINANCEIRA VERSUS ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO?	57
2.3.4. PROBLEMAS PERTINENTES PARA UMA FUTURA REPROGRAMAÇÃO	59
2.3.5. CONTRATUALIZAÇÃO COM AS CIM.....	60
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	60
2.4.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO	60
2.4.2. INDICADORES DE INVESTIMENTO	62
2.4.3. COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	65
2.4.4. TURISMO	67
2.4.5. EMPREGO.....	67
2.4.6. DESEMPREGO	70
2.4.7. BREVE NOTA CONCLUSIVA E PROSPECTIVA SOBRE AS MUDANÇAS DE CONTEXTO....	75
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	76
2.6. COMPLEMENTARIDADE	77
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	85
2.7.1. ACOMPANHAMENTO: MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONTEXTO E MONITORIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	85
2.7.2. AUTORIDADE DE GESTÃO	91
2.7.3. COMISSÃO DE ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO	106
2.7.4. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	106
2.7.5. PARCERIAS.....	107
2.7.5.1. PARCERIAS DE NÍVEL ESTRATÉGICO.....	108
2.7.5.2. PARCERIAS AO NÍVEL DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	110
2.7.5.3. PARCERIAS AO NÍVEL DAS OPERAÇÕES.....	111
2.7.6. SUBVENÇÕES GLOBAIS.....	114
2.7.7. COMPLIANCE ASSESSMENT	115
2.7.8. CONTROLO INTERNO	117
2.7.9. AUDITORIAS E CONTROLO	120
2.7.10. SISTEMA DE INFORMAÇÃO	122
2.7.11. AVALIAÇÃO DO ON.2 – “O NOVO NORTE” NO CONTEXTO DO QREN.....	127
2.7.11.1. ARTICULAÇÃO ENTRE O PLANO DE AVALIAÇÃO DO ON.2 E O PGA.....	131

2.7.11.2. REDE DE INTERLOCUTORES DE AVALIAÇÃO DO QREN	132
2.7.11.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	134
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	148
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	148
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	148
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA	153
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	177
3.2. EIXO PRIORITÁRIO 2 – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS	182
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	182
3.2.2. ANÁLISE QUALITATIVA	184
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	191
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL....	192
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	192
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA	195
3.3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	205
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO.....	206
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	206
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA	209
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	216
3.5. EIXO PRIORITÁRIO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL.....	218
3.5.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	218
3.5.2. ANÁLISE QUALITATIVA	219
3.5.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	222
3.6. SUBVENÇÃO GLOBAL	224
4. GRANDES PROJECTOS	229
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	230
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	234

6.1. IDENTIDADE/BRANDING	238
6.2. COMUNICAÇÃO WEB	241
6.3. COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA	243
6.4. COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	246
6.5. EVENTOS & RP	250
6.6. INICIATIVAS ESPECIAIS E NOVOS PÚBLICOS	258
6.7. REDE DE COMUNICAÇÃO QREN	264
6.8. COMUNICAÇÃO DE HELPDESK.....	265
6.9. COMUNICAÇÃO INTERNA	266
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010.....	267
7.1. BALANÇO GLOBAL SOBRE A EXECUÇÃO EM 2009	267
7.2. PREVISÕES E PERSPECTIVAS PARA 2010	273
SIGLAS.....	279
ANEXOS.....	281

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	3
FIGURA 2 - ÁRVORE DE OBJECTIVOS.....	4
FIGURA 3 - TAXA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO POR EIXO.....	8
FIGURA 4 - A GOVERNAÇÃO DO ON.2 – “ O NOVO NORTE”	9
FIGURA 5 - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARA CUMPRIMENTO DA REGRA N+3 (2010)	16
FIGURA 6 – TAXAS DE COMPROMISSO EFECTIVAS VS TAXA IMPLÍCITA DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013.....	18
FIGURA 7 – TAXAS DE COMPROMISSO EFECTIVAS VS TAXA IMPLÍCITA NA REGRA N+3 2007- 2013.....	18
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO FEDER APROVADO POR UT QREN	31
FIGURA 9 - ÍNDICE DE DISTRIBUIÇÃO DO FEDER APROVADO, PER CAPITA, POR UT QREN....	32
FIGURA 10 - INTENSIDADE DE APOIO VERSUS NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO, POR NUT III ..	33
FIGURA 12 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, EM VOLUME	61
FIGURA 13 - DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NA REGIÃO DO NORTE: PIB, EMPREGO TOTAL E PRODUTIVIDADE (PIB/EMPREGO)	62
FIGURA 14 - NÚMERO DE OBRAS LICENCIADAS – TOTAL VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL ..	63
FIGURA 15 - ÍNDICE CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO: PREÇOS DE HABITAÇÃO: VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL	63
FIGURA 16 - IMPORTAÇÕES DE BENS DE EQUIPAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA COM DESTINO À REGIÃO DO NORTE: VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL	65
FIGURA 17 - DINÂMICAS OBSERVADAS EM 2009 NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL	65
FIGURA 18 - DINÂMICAS OBSERVADAS EM 2009 NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: IMPORTAÇÕES: VARIAÇÃO PERCENTUAL ANUAL	66
FIGURA 19 - A REGIÃO DO NORTE COMO PLATAFORMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA: IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES E DE IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS.....	66
FIGURA 20 - ACTIVIDADE HOTELEIRA NA REGIÃO DO NORTE: VARIAÇÃO % ANUAL.....	67

FIGURA 21 - POPULAÇÃO EMPREGADA RESIDENTE NA REGIÃO DO NORTE~	68
FIGURA 22 - POPULAÇÃO EMPREGADA NOS PRINCIPAIS SECTORES DA REGIÃO DO NORTE	69
FIGURA 23 - TAXAS DE DESEMPREGO	71
FIGURA 24 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE, POR GÉNERO	72
FIGURA 25 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO DO NORTE, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO...	72
FIGURA 26 - DESEMPREGO REGISTADO – MÉDIA ANUAL DE 2009	73
FIGURA 27 - INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO – 2009.....	74
FIGURA 28 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (FE) DO QREN	80
FIGURA 29 - FE APROVADOS “PER CAPITA” E POR REGIÕES NUTS II	80
FIGURA 30 - PESO DAS APROVAÇÕES NOS PO REGIONAIS FACE AO TOTAL POR NUTS II....	81
FIGURA 31 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FSE APROVADO PELO PO PH	82
FIGURA 32 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER APROVADO PELO PO FC	83
FIGURA 33 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER E FUNDO DE COESÃO APROVADO PELO PO VT	84
FIG 34 - ARQUITECTURA GLOBAL DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DO QREN.....	86
FIGURA 35 - ORGANOGRAMA DA AUTORIDADE DE GESTÃO	104
FIGURA 36 - PARCERIAS.....	108
FIGURA 37 – PROVERE NA REGIÃO DO NORTE.....	112
FIGURA 38 – ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA.....	113
FIGURA 39 – TAREFAS PLANEADAS E EXECUTADAS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SIGON.2.....	124
FIGURA 40 – A ESTRUTURA DE ITIL V3.....	126

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 2.1 REALIZAÇÃO FÍSICA	11
TABELA 2.2 REALIZAÇÃO FINANCEIRA	19
TABELA 2.3 REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO FORMAS DE FINANCIAMENTO	22
TABELA 2.4 REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO TIPO DE TERRITÓRIO	23
TABELA 2.5 REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO ACTIVIDADE ECONÓMICA	24
TABELA 2.7 APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR DIMENSÃO TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA)	28
TABELA 3.1 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 1	150
TABELA 3.2 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 1	151
TABELA 3.3 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2008 E DECIDIDOS EM 2009	153
TABELA 3.4 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2009	154
TABELA 3.5 CANDIDATURAS APROVADAS – REPARTIÇÃO POR SISTEMA DE INCENTIVOS	162
TABELA 3.6 EIXO PRIORITÁRIO 1: CONCURSOS ABERTOS EM 2009	168
TABELA 3.7 ON.2 – OPERAÇÕES CONTRATADAS DE APOIO À I&D (EP1)	173
TABELA 3.8 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 2	183
TABELA 3.9 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 2	184
TABELA 3.10 EIXO PRIORITÁRIO 2 - CONCURSOS ABERTOS EM 2009	189
TABELA 3.11 EEC PROVERE ENQUADRADAS PELO ON.2	191
TABELA 3.12 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 3	194
TABELA 3.13 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS – EIXO PRIORITÁRIO 3	195
TABELA 3.14 EIXO PRIORITÁRIO 3 - PONTO DE SITUAÇÃO DOS CONCURSOS ABERTOS EM 2009	196
TABELA 3.15 TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS	198
TABELA 3.16 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 4	208
TABELA 3.17 EIXO PRIORITÁRIO 4 – INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS	209

TABELA 3.18 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2008 E DECIDIDOS EM 2009

..... 210

TABELA 3.19 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2009 211

TABELA 3.20 EIXO PRIORITÁRIO 4 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 213

TABELA 3.21 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 5 218

TABELA 3.22 EIXO PRIORITÁRIO 5 – INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS 219

TABELA 3.23 CONCURSOS LANÇADOS PELAS CIM/AM 225

TABELA 3.24 TOTAL DE CANDIDATURAS APROVADAS 225

TABELA 3.25 DISTRIBUIÇÃO DAS APROVAÇÕES POR CIM/AMP 226

TABELA 3.26 TAXA DE COMPROMISSO E TAXA DE PAGAMENTO POR CIM/AMP 227

TABELA 5.1 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 6 232

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA 2008/2009, POR EIXOS PRIORITÁRIOS	13
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES NO PROGRAMA 2008/2009, POR EIXOS PRIORITÁRIOS	13
QUADRO 3 – TAXAS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM 2009 FACE À SUA DOTAÇÃO E APROVAÇÕES REALIZADAS, POR EIXOS PRIORITÁRIOS	14
QUADRO 4 – CRESCIMENTO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA 2008/2009, POR MÊS/ANO	15
QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARA CUMPRIMENTO DA REGRA N+3 (2010)	16
QUADRO 6 – FLUXOS FINANCEIROS DO PROGRAMA	20
QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES APROVADOS E EXECUTADOS NO PROGRAMA, POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS	25
QUADRO 8 - RELEVÂNCIA DOS TEMAS “EARMARKING” NA PROGRAMAÇÃO E NAS APROVAÇÕES	27
QUADRO 9 – AUXÍLIOS COMUNICADOS À COMISSÃO EUROPEIA	41
QUADRO 10 – SÍNTESE DO ENQUADRAMENTO POR SISTEMA DE INCENTIVOS	42
QUADRO 11 – SI INOVAÇÃO – ENQUADRAMENTO ACTUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO	42
QUADRO 12 – SI INOVAÇÃO – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO	43
QUADRO 13 – SI I&DT – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO	44
QUADRO 14 – SI QUALIFICAÇÃO PME – ENQUADRAMENTO ACTUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO	45
QUADRO 15 – SI QUALIFICAÇÃO PME – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO	46
QUADRO 16 – MAPAS DE MONITORIZAÇÃO DO ON.2	90
QUADRO 17 – DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DIRECTIVA DO ON.2	91
QUADRO 18 – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E DE GESTÃO	99
QUADRO 19 – FORMAÇÃO ACADÉMICA E DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	105

QUADRO 20 – DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO.....	106
QUADRO 21 – RESUMO DAS OPERAÇÕES AUDITADAS	121
QUADRO 22 – TIPOLOGIA DE DESPESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	231
QUADRO 23 – PREVISÕES DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE EM 2010 E 2011	276

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Execução resulta, antes de mais, do imperativo, estabelecido no ponto 1 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 31 de Julho, do envio à Comissão Europeia de um relatório de execução anual do “ON.2 – O Novo Norte”. Essa necessidade está expressa, igualmente, na alínea f) do ponto 1 do Artigo 46º do Decreto-lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que acrescenta, ainda, que este relatório deverá ser enviado para apreciação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e aprovação da respectiva Comissão de Acompanhamento.

Mas a motivação para o elaborar não resulta de simples imperativos regulamentares. Este é, anualmente, o momento de prestar contas sobre a execução do “ON.2 – O Novo Norte” aos cidadãos e às entidades que os representam. Assim, este exercício de “accountability” das políticas públicas não é só um imperativo legal; é, muito mais do que isso, um dever de quem gere recursos públicos em nome de todos e em benefício do colectivo.

A elaboração do Relatório de execução de 2009 é, ainda, um momento de consolidação do balanço sobre a actividade já desenvolvida, contribuindo para uma melhor aferição do sentido das acções que começaram a ser empreendidas em 2010; o balanço aqui efectuado fundamentam-se perspectivas e

previsões elaboradas para o futuro. Assim, embora o planeamento da actividade para o ano em curso tenha precedido a elaboração do presente Relatório de Execução, este último não deixa de ser um instrumento de gestão relevante para a acção futura.

Em termos de conteúdo, este Relatório procura dar resposta aos quesitos definidos pela Comissão Europeia no ponto 2 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 31 de Julho. Para esse efeito, adoptou-se, com as necessárias adaptações, a estrutura definida na norma “Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão. Estrutura e conteúdo dos Relatórios de Execução de 2009”, comunicada às Autoridades de Gestão pelo IFDR.

Assim, o Relatório de Execução de 2009 do “ON.2 – O Novo Norte” segue a estrutura que a seguir se indica.

O Capítulo 1 é dedicado à apresentação sintética do Programa Operacional.

No Capítulo 2 procede-se à análise da execução global do programa em 2009, centrada na análise quer da realização física quer da realização financeira. Esse capítulo integra ainda a referência a aspectos complementares relevantes, nomeadamente os relativos às mudanças ocorridas no contexto, à complementaridade com outros instrumentos e às acções realizadas no

domínio do acompanhamento e da avaliação.

O Capítulo 3 detalha a análise sobre a execução física ao nível dos Eixos Prioritários, com excepção do eixo relativo à Assistência Técnica.

O Capítulo 4 limita-se a referir a inexistência de grandes projectos, na acepção comunitária. O Capítulo 5 é

dedicado à Assistência Técnica, enquanto que o Capítulo 6 descreve as acções empreendidas ao nível da Informação e da Divulgação.

Finalmente, o Capítulo 7 formula as principais Conclusões e dá conta das Previsões para o ano de 2010.

1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - “O Novo Norte”

Programa Operacional	Objectivo: Convergência
	Zona Elegível: NUT II NORTE
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007 PT 16 1 PO 002
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013
Relatório Anual de Execução	Ano do relatório: 2009
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 18 de Junho de 2010

| 1

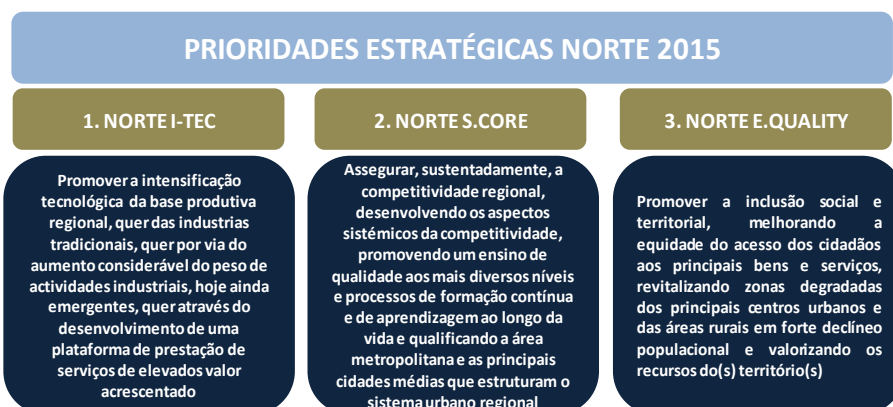
O Programa Operacional Regional do Norte 2007- 2013, designado por ON.2 - “O Novo Norte”, foi aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), apresenta um co-financiamento comunitário que ascende a 2.712 milhões de euros (12,5% do montante dos Fundos Estruturais afectos ao QREN), o maior de todos os Programas Operacionais Regionais. Este montante FEDER permite alavancar um investimento total de 4.255 milhões de euros.

O processo de elaboração deste Programa iniciou-se, em 2005, com o lançamento da iniciativa “Norte 2015, promovida pela CCDR-N e com o apoio do Conselho Regional do Norte, que se consubstanciou num exercício de análise prospectiva da Região do Norte (NUTS II) partilhada entre os diversos actores nacionais, regionais e locais para o período de programação 2007-2013. A partir desta análise, definiu-se a estratégia de desenvolvimento regional, cujo objectivo global se traduz na “Visão Norte 2015”.

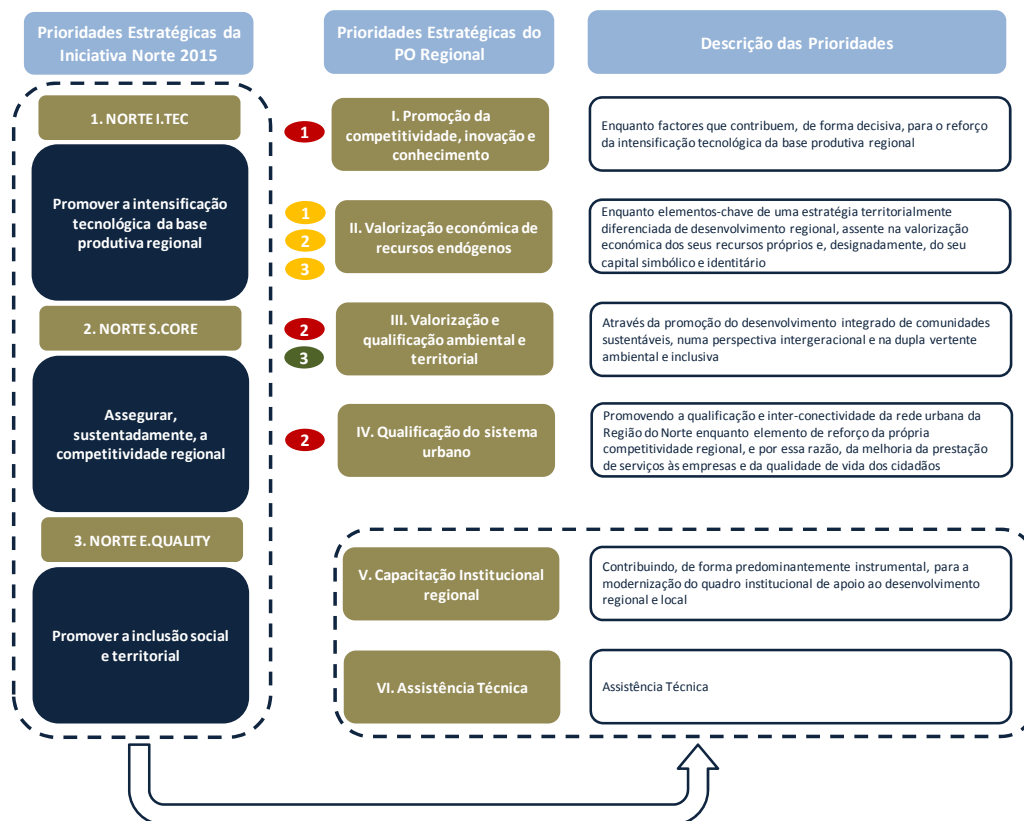
VISÃO NORTE 2015

A REGIÃO DO NORTE SERÁ, EM 2015, CAPAZ DE GERAR UM NÍVEL DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS TRANSACCIONÁVEIS QUE PERMITA RECUPERAR A TRAJECTÓRIA DE CONVERGÊNCIA A NÍVEL EUROPEU, ASSEGURANDO, DE FORMA SUSTENTÁVEL, ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTO E DE EMPREGO DA SUA POPULAÇÃO E PROMOVEDO, POR ESSA VIA, A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL.

Com base neste objectivo global foi possível identificar, então, três Prioridades Estratégicas, que visam assegurar a sua concretização.



Definido o objectivo global e as prioridades estratégicas, foi estruturada a “Matriz de Planeamento Estratégico Norte 2015”, com a identificação dos objectivos específicos incluídos em cada uma dessas prioridades. Com base nesta matriz e tendo em consideração as orientações nacionais e comunitárias para o período de programação 2007-2013, redesenhou-se a “árvore de objectivos” do ON.2 – “O Novo Norte”, estruturada em cinco Prioridades Estratégicas, que correspondem aos seus cinco Eixo Prioritários (aos quais se acrescenta um sexto Eixo Prioritário - “Assistência Técnica – que apresenta um carácter iminentemente instrumental), que, face à “árvore de objectivos” da iniciativa “Norte 2015”, apresenta as correspondências explicitadas na figura seguinte.



Legenda (a cor refere-se à forma de inclusão (parcial ou integral) das prioridades estratégicas da Iniciativa Norte 2015 nas prioridades estratégicas do PO Regional de acordo com a relação explicitada em baixo. O número refere-se à prioridade estratégica da iniciativa Norte 2015 propriamente dita - 1 - Norte I.TEC; 2 - Norte S. CORE e 3 - Norte E.QUALITY):

- Inclusão parcial da prioridade no PO Norte
- Inclusão parcial, a propósito de recursos e territórios específicos, das prioridades no PO Norte
- Inclusão (praticamente) integral da prioridade no PO Norte
- U Inclusão, de forma autónoma, da dimensão instrumental das prioridades no PO Norte

Figura 1 - Prioridades estratégicas

Esta “árvore de objectivos” com vários níveis (que vão do objectivo global aos eixos prioritários e objectivos específicos) tem uma tradução, para cada objectivo específico, ao nível das tipologias de projectos elegíveis e respectivos indicadores de realização e resultado. Subjacente a tudo isto, está o modelo de (co)financiamento (dos projectos, objectivos e eixos) e, em geral, de governação do ON.2 – “O Novo Norte”.

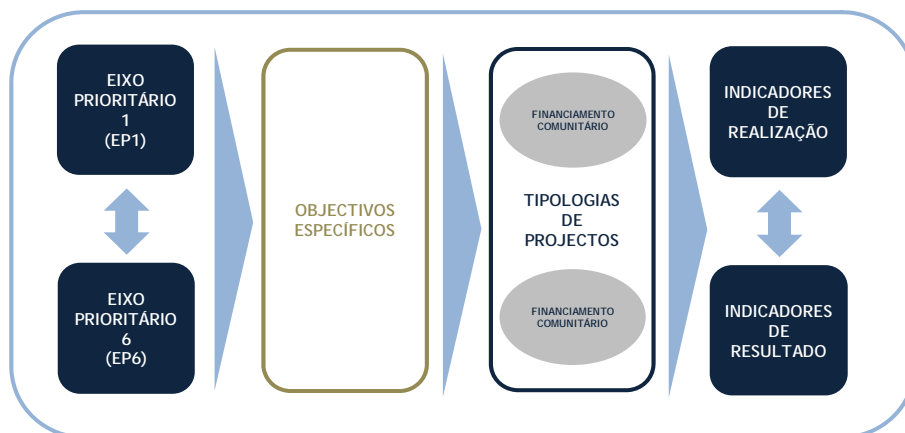
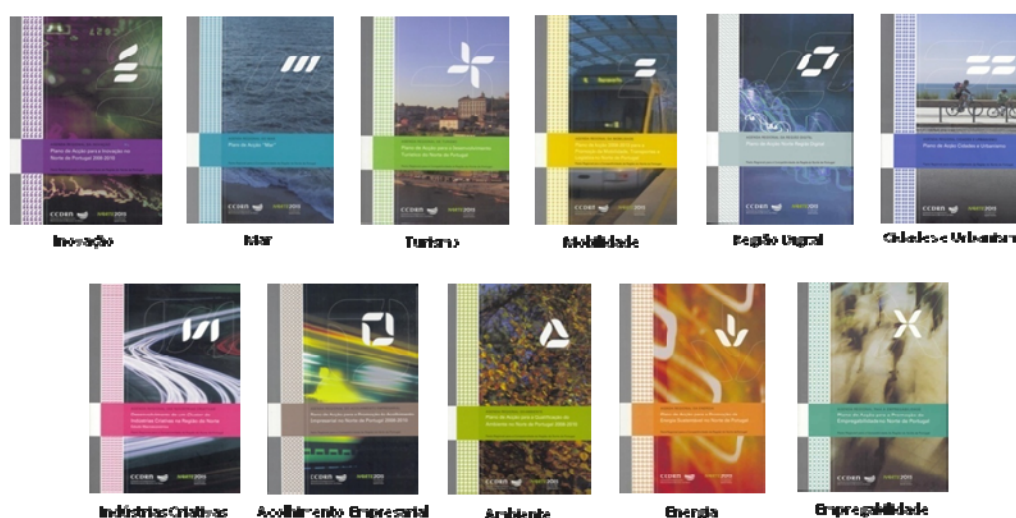


Figura 2 - Árvore de objectivos

Esta estrutura foi sendo alterada e consolidada por força, por um lado, da incorporação das sugestões e recomendações dos exercício de Avaliação “ex-ante” e de Avaliação Ambiental Estratégica e, por outro, do processo de negociação com a Comissão Europeia.

Em paralelo, e com particular impacto no conteúdo de grande parte dos objectivos específicos dos diferentes eixos, é de destacar a iniciativa da CCDDR-N que, numa perspectiva de aprofundamento da estratégia Norte 2015 e, também, de capacitação dos agentes regionais face às oportunidades oferecidas pelos programas do QREN, promoveu a elaboração de 15 Planos de Acção Temáticos identificando estratégias e intervenções prioritárias para o desenvolvimento da região.



O **Plano de Acção para a Inovação** delinea uma estratégia articulada e equilibrada de fomento da inovação, elegendo como prioridade a construção e consolidação de um sistema regional de inovação. Partindo de uma avaliação das capacidades de Ciência e Tecnologia e

da estrutura económica regional, o Plano de Acção para a Inovação define como objectivos o reforço do esforço tecnológico próprio regional com particular incidência na execução em empresas, a consolidação e racionalização dos recursos de Ciência e Tecnologia, promover o networking e a clusterização em torno de investimentos estruturantes na região.

O **Plano de Acção para a Internacionalização** consubstancia a aposta da região num modelo de crescimento económico extrovertido, em consonância com a sua forte especialização em actividades económicas de produção de bens e serviços transaccionáveis. Este plano define como prioritárias acções que actuem na promoção da internacionalização da economia regional englobando o aumento das exportações e do investimento no estrangeiro, a atracção de uma nova geração de investimento directo estrangeiro e a intensificação do networking internacional dos diferentes agentes regionais.

| 5

O **Plano de Acção para o Acolhimento Empresarial** definiu como objectivo a estruturação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial que potenciasses economias de aglomeração e de rede, tendo como ênfase a competitividade dos territórios e das empresas, respondendo à necessidade de criar espaços para instalação de empresas de qualidade a preços não especulativos, mas respondendo igualmente a problemas de solo industrial inviável e a considerandos de ordenamento do território e ambientais.

O **Plano de Acção para a Região Digital** define uma estratégia para aumentar a penetração e utilização das TIC na região Norte, identificando acções prioritárias ao nível da rede infra-estrutural de forma a aumentar a cobertura territorial e capacidade física da rede de banda larga, bem como promover a ligação entre as redes existentes. Um segundo nível prioritário prende-se com a promoção de soluções de e-government regional e local que contribuam para a redução dos custos de contexto.

O **Plano de Acção para a Energia** estruturou um conjunto de intervenções prioritárias visando a promoção da eficiência energética e a utilização das energias renováveis. Já o **Plano de Acção para o Ambiente** define áreas de intervenção para a preservação de património natural, bem como para a identificação e recuperação de passivos ambientais existentes.

O **Plano de Acção para as Cidades e o Urbanismo** visa promover o equilíbrio no desenvolvimento das cidades, elevando a qualidade de vida e criando as condições para que as cidades se assumam como dínamos do desenvolvimento económico e social dos territórios e da região. Este Plano elenca um conjunto de acções com intervenções ao nível da regeneração e recuperação urbana por uma lado e, por outro lado, intervenções na dinamização da criação de redes de cidades que contribuam para a competitividade e inovação dos territórios, explorando economias de rede. Complementarmente, o Plano de acção para a Mobilidade identifica constrangimentos nas infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuária e aeroportuárias e acções para mobilizar a mobilidade na região e

também para for a da região, identificando intervenções prioritárias para a melhoria da mobilidade e para uma maior eficiência também ao nível logístico.

O **Plano de Acção para o Desenvolvimento Rural** traduz a consciência de que o desenvolvimento da região se deve processar de forma harmoniosa, dinamizando os principais pólos urbanos mas, simultaneamente, promovendo o desenvolvimento dos territórios rurais, contrariando a desertificação desses territórios e procurando criar condições para a fixação de pessoas e empresas. O Plano assume como objectivo expandir a ocupação sustentável dos territórios rurais e de mais baixa densidade da Região do Norte. Este objectivo, do ponto das políticas públicas, pressupõe uma estreita articulação entre perspectivas sectoriais (agrícolas e florestais, sobretudo) e territoriais (ambientais e de ordenamento do território e de desenvolvimento regional) e, em termos operacionais, entre as distintas competências dos respectivos Ministérios. Este objectivo e esta articulação de políticas e de competências têm vindo, nomeadamente, a ser asseguradas, por um lado, através da participação no acompanhamento do PRODER (envolvendo, por exemplo, a participação na Comissão de Avaliação da Iniciativa LEADER e na Rede Rural Nacional) e, por outro, na dinamização, acompanhamento e avaliação do PROVERE.

| 6

O **Plano de Acção para a Empregabilidade** visa definir acções que respondam à necessidade de requalificação da população desempregada e à criação de mecanismos de apoio à criação do próprio emprego, continuando igualmente a apostar na formação avançada de capital humano nos domínios estratégicos da região e com potencial matching com a estrutura económica existente.

Para além destes Planos transversais, foram desenvolvidos Planos de Acção de índole sectorial, seja por serem apostas sectores emergentes seja devido a especificidades próprias. O **Plano de Acção para a Saúde** define um conjunto de acções para potenciar economicamente as actividades em torno da saúde explorando a forte procura pública e privada por serviços de saúde, a existência de players empresariais relevantes na área dos serviços de saúde e farmacêutica e ainda a elevada capacidade científica e de formação avançada instaladas na região Norte em domínios associados à saúde.

O **Plano de Acção para a Moda** estrutura uma estratégia em torno de indústrias com forte tradição na região e cuja competitividade passa pelo aumento da incorporação de conhecimento e do controlo da cadeia de valor. Este Plano definia como principal desiderato a criação de uma inteligência colectiva articuladora e integradora dos agentes empresariais e tecnológicos.

O **Plano de Acção para as Indústrias Criativas** procura definir uma estratégia e um conjunto de acções que promovam a valorização dos recursos culturais e criativos da região Norte. Por um lado visa-se promover a divulgação e a emergência de actividades económicas associadas a esses activos existentes e por outro lado, aproveitar as

capacidades instaladas na região em termos de formação avançada em domínios como as TIC e Multimédia, restauro de obras de arte, etc.

O **Plano de Acção para o Mar** corporiza o desiderato de valorizar um activo natural a que está associado um conjunto potencial de actividades económicas muito alargado que se cruzam com sectores de actividade como o turismo, saúde, indústrias alimentares, farmacêutica, química, etc.

O **Plano de Acção para o Turismo** identifica o conjunto de produtos turísticos que em face dos recursos específicos existentes em cada território podem ser desenvolvidos de forma sustentada. De forma a aumentar o valor criado, o plano sugere ainda que as intervenções públicas visem a concentração de esforços, fomentando sinergias entre as diferentes actividades económicas e os diferentes activos de forma a consolidar um produto.

Incorporando os contributos atrás referenciados, o ON.2 – “O Novo Norte” foi formalmente aprovado em 10 de Outubro de 2007 (Decisão C (2007) 5070 de 10/10/2007 da Comissão Europeia). A estrutura operacional deste Programa só ficou estabilizada de forma concreta, já depois da sua aprovação, com o estabelecimento, quase sempre a nível nacional, dos Regulamentos Específicos, que estipulam as tipologias de projectos e despesas elegíveis e as condições de acesso, apreciação do mérito e acompanhamento e avaliação das operações a aprovar.

O ON.2 encontra-se estruturado nos seguintes seis Eixos Prioritários (correspondentes às prioridades estratégicas definidas), cuja informação mais detalhada pode ser vista no Capítulo 2, nomeadamente no ponto 2.1.6:

- Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos;
- Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial;
- Eixo Prioritário 4 – Qualificação do Sistema Urbano;
- Eixo Prioritário 5 – Governança e Capacitação Institucional;
- Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica.

Cada um destes Eixos Prioritários dispõe de um orçamento autónomo ventilado pelas diversas fontes de financiamento que o compõem (FEDER, Contrapartida Nacional Pública e Privada).

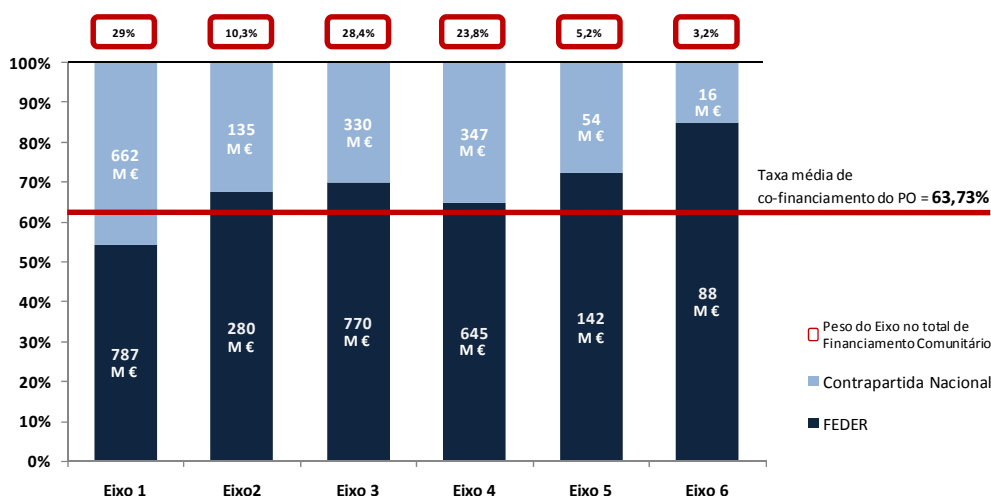


Figura 3 - Taxa de financiamento comunitário por eixo

Em termos de distribuição do financiamento comunitário pelos seus diferentes Eixos Prioritários, destacam-se as Prioridades Estratégicas relacionadas com a “Competitividade, inovação e conhecimento” (29,0%), a “Valorização e qualificação ambiental e territorial” (28,4%), e a “Qualificação do sistema urbano” (23,8%).

A este investimento total acresce, previsivelmente, um montante de 45.750 milhões de euros, financiado através do Banco Europeu de Investimentos (BEI), dedicado à “qualificação do sistema urbano (Eixo Prioritário 4)

A governação do ON.2 – “ O Novo Norte” compreende um órgão de Direcção Política – a Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente, dois órgãos de Aconselhamento Estratégico – Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (que desenvolve a sua actividade em articulação com o Observatório do QREN) e Comissão de Aconselhamento Estratégico, um órgão de Acompanhamento - a Comissão de Acompanhamento e um órgão de gestão – a Autoridade de Gestão.

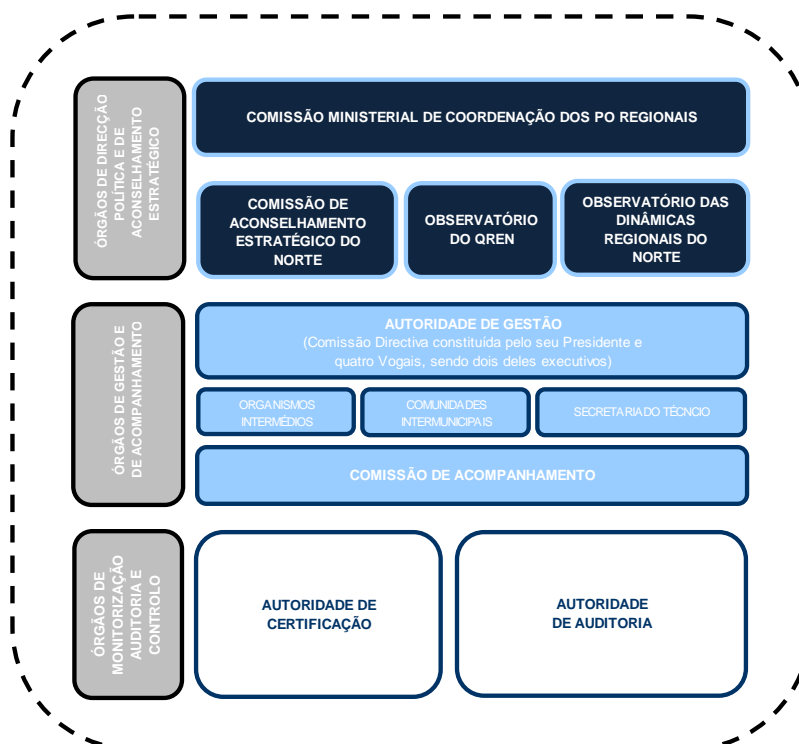


Figura 4 - A governação do ON.2 – “O Novo Norte”

A Autoridade de Gestão do ON.2 é constituída por uma Comissão Directiva, presidida pelo seu Gestor, por inerência de funções, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Dela fazem parte, também, quatro vogais (dois dos quais executivos). Esta Comissão Directiva, apoiada pelo respectivo Secretariado Técnico, exerce funções, nomeadamente, de gestão, controlo interno, avaliação e comunicação do Programa.

A Autoridade de Gestão do ON.2 delegou formalmente, ainda, através de protocolos assinados a 2 de Julho de 2008, nos Organismos Intermédios (OI) intervenientes na Gestão dos Sistemas de Incentivos (IAPMEI; AICEP, Turismo de Portugal e ADI), um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida das operações e, por protocolos assinados em 19 de Dezembro de 2008, contratos de delegação de competências por subvenção global com a Área Metropolitana do Porto e as Comunidades Intermunicipais.

2. EXECUÇÃO DO ON.2 - “O Novo Norte”

2.1. Realização e Análise dos Progressos

2.1.1. Realização física do ON.2 - “O Novo Norte”

Globalmente, pode-se afirmar que 2009 foi um ano de evolução muito significativa em termos de aprovações, nomeadamente nas relativas a tipologias que contribuem directamente para os indicadores comuns comunitários. Como ainda será detalhado, no final de 2009, cerca de 31% da dotação do ON.2 encontrava-se aprovada (vs 17% em 2008), 79% da qual em projectos já contratados. A tradução disto em termos de realização física contratada é visível no facto de mais do que duplicar o número de indicadores comuns comunitários para os quais o ON.2 apresenta contributos (9 indicadores em 2008 vs 19 em 2009).

A tabela 2.1. contabiliza o contributo do ON.2 para os indicadores comuns comunitários, dela constando os indicadores para os quais, a 31/12/2009, o ON.2 apresentava operações contratadas. Saliente-se, quanto ao indicador comum por género que neste momento não é possível obtê-lo, dado que a informação fornecida pelos promotores e incorporada no sistema de informação não abrange esses dados; a Autoridade de Gestão vai proceder, em 2010, ao levantamento dessa informação e à alteração dos formulários no sentido de se obter a informação em causa.

Nos domínios mais directamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam já em 2008 níveis relevantes, verifica-se em 2009 um incremento muito substancial. Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projectos contratados no final de 2009 era 5 vezes superior ao registado a 31/12/2008, multiplicando-se quase por 6 o n.º de projectos em cooperação entre empresas e instituições do SCTN já contratados. À luz dos indicadores comuns nacionais, constantes do Anexo I, em finais de 2009 o investimento total em I&D apoiado pelo ON.2 ascendia a 55 M€, sendo que este valor em 31/03/2010 situava-se já nos 116 M€ (dos quais 56 M€ relativos a I&D empresarial). Este aspecto é da maior relevância porque, comparativamente ao observado no passado (QCA III), evidencia não apenas um aumento global da procura por apoios à I&D mas ao mesmo tempo um “mix” muito mais equilibrado entre I&D pública e empresarial. Este balanço aplica-se igualmente às ajudas directas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a triplicarem o seu valor. O crescimento significativo do n.º de projectos de apoio às PME é particularmente relevante face à conjuntura económica que se fez sentir durante este último ano, não sendo a mais propícia para a realização de investimentos por parte de micro e pequenas empresas. Em

2009 o investimento total em projectos de apoio às empresas atingiu os 414 M€, com uma componente privada que ascendia já aos 140 milhões de Euros. No universo das PME com 906 projectos apoiados, é de referir que 310 dessas empresas estavam classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia.

Tabela 2.1 Realização Física

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	33	177	0	0	177
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	28	0	0	28
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização Contratada	0	245	906	0	0	906
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	135	0	0	135
	10. Investimento Induzido (milhares de euros)	Realização Contratada	0	53.084	140.478	0	0	140.478
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Contratada	0	90	228	0	0	228
	13. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	49	0	0	49
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,323	0	0	7,323
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,211	0	0	357,211
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7	0	0	0,7
Transportes	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940	0	0	38.940
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	0	0	3
Ambiente	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	0	0	1
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	34	99	0	0	38
	36. N.º de projectos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254	0	0	254
Educação	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933	0	0	55.933
	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	18	31	0	0	31
Saúde								

Reabilitação o Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	0	0	14
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	1	0	0	1

Outro domínio com relevo e forte incremento em 2009 é o da Sociedade de Informação, com 228 projectos aprovados. Este acréscimo reflecte o apoio do ON.2 na promoção das TIC quer ao nível empresarial, através dos Sistemas de Incentivos, quer em operações transversais associadas à Modernização Administrativa (SAMA), quer ainda ao nível da introdução das TIC no parque escolar, estando esta última intervenção inserida no Plano Tecnológico da Educação. É de realçar que as operações transversais acima referidas têm um elevado nível de abrangência. Assim, as 82 operações relativas a lojas de cidadão e centros multi-serviços já contratadas abrangem uma população de 2.168.468 habitantes.

Os domínios dos Transportes e Ambiente apresentam em 2009 as primeiras contratações, sendo de destacar o apoio a 36 operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados, correspondendo a uma área de 393 mil hectares.

Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, reflectindo quer o apoio a empresas do sector no quadro dos Sistemas de Incentivos quer um primeiro conjunto de aprovações no âmbito do PDTVD. Note-se que, à luz da informação retirada de concursos abertos mas ainda não decididos em 2009, é possível desde já afirmar que o sector do Turismo na Região do Norte virá a ter um apoio muito significativo por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na Região.

Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação. Com efeito, o ON.2 tem previsto afectar ao sector da Educação um montante muito significativo de recursos, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar. Em conformidade verifica-se já um nível de aprovações muito elevado: 254 operações, abrangendo 55.933 alunos. O sector da Saúde verifica um incremento significativo no n.º de operações contratadas, 31 no final de 2009, as quais irão abranger uma população total de 3.004.023 habitantes.

No domínio da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades ocorreram, respectivamente, 14 e 1 aprovações de operações individuais. Note-se que o ON.2 tinha aprovado, até finais de 2009, 37 Protocolos para a Regeneração Urbana, envolvendo 142 parceiros e abrangendo uma população de 400 mil habitantes. Estes Protocolos enquadram

um número muito elevado de operações individuais, sendo uma expectativa segura um grande incremento neste indicador no ano de 2010.

2.1.2. Realização financeira do ON.2 - “O Novo Norte”

Conforme registado no Relatório de Execução de 2008, a execução financeira do Programa iniciou-se nesse ano, mais concretamente em Setembro, atingindo o valor de 5.819 mil euros, ao qual se associava um montante FEDER de 5.143 mil euros.

Decorrido um novo ano de execução, 2009, e estando ultrapassadas grande parte das dificuldades que justificaram o atraso do início do Programa, a execução financeira regista em 31/12/2009 um valor de 101.909 mil euros, ou seja, um valor cerca de 17 vezes superior, ao qual se associa um montante FEDER de 75.756 mil euros. Contribuiu para este aumento a execução de operações decididas em todos os Eixos Prioritários, à excepção das operações aprovadas no Eixo Prioritário II, que não iniciaram em 2009 a sua execução, pois os respectivos contratos de financiamento apenas foram celebrados no final do ano.

No Quadro abaixo apresenta-se, por Eixo Prioritário, a comparação dos valores executados em 2008 e 2009, despesa e fundo, assim como a respectiva taxa de crescimento:

Quadro 1 – Evolução da Execução no Programa 2008/2009, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Execução 2008		Execução 2009		Taxa de Crescimento 2008/2009	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	5.820	5.143	101.909	75.756	1651,0%	1373,1%
EP1	2.948	2.948	43.115	33.312	1362,5%	1030,0%
EP2	0	0	0	0	-	-
EP3	1.653	1.159	42.325	29.790	2459,8%	2470,4%
EP4	0	0	7.654	5.344	-	-
EP5	0	0	774	477	-	-
EP6	1.218	1.036	8.040	6.834	559,8%	559,8%

UN: Mil Euros

Quadro 2 – Evolução das Aprovações no Programa 2008/2009, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Aprovações 2008		Aprovações 2009		Taxa de Crescimento 2008/2009	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	712.914	466.833	1.299.732	841.595	82,3%	80,3%
EP1	160.777	86.355	486.805	291.102	202,8%	237,1%
EP2	0	0	26.532	18.572	-	-
EP3	451.952	310.776	652.248	436.830	44,3%	40,6%
EP4	69.615	48.730	71.487	49.833	2,7%	2,3%
EP5	18.069	10.347	35.264	22.332	95,2%	115,8%
EP6	12.500	10.625	27.396	22.925	119,2%	115,8%

UN: Mil Euros

Quadro 3 – Taxas de execução do Programa em 2009 face à sua dotação e aprovações realizadas, Por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			Execução (EX)			Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
PO	4.254.748	3.664.705	2.711.645	1.299.732	1.127.652	841.595	101.909	95.466	75.756	31,0%	2,8%	9,0%
EP1	1.448.260	1.033.962	786.645	486.805	314.724	291.102	43.115	36.672	33.312	37,0%	4,2%	11,4%
EP2	414.815	381.111	280.000	26.532	26.532	18.572	0	0	0	6,6%	0,0%	0,0%
EP3	1.100.000	1.052.857	770.000	652.248	652.248	436.830	42.325	42.325	29.790	56,7%	3,9%	6,8%
EP4	992.308	905.481	645.000	71.487	71.487	49.833	7.654	7.654	5.344	7,7%	0,8%	10,7%
EP5	195.685	187.613	141.872	35.264	35.264	22.332	774	774	477	15,7%	0,3%	2,1%
EP6	103.681	103.681	88.128	27.396	27.396	22.925	8.040	8.040	6.834	26,0%	7,8%	29,8%

UN: Mil Euros

| 14

De referir que as tipologias de operações que mais contribuíram em 2009 para a execução financeira do Programa encontram-se alocadas aos Eixos Prioritários I e III, e respeitam, fundamentalmente, a operações dos sistemas de incentivos e da requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.

Tal como se registou ao nível da execução, em 2009 também a taxa de compromisso do Programa (aprovação Fundo / programação Fundo) regista um aumento bastante significativo, pois passamos de uma taxa de 17,2% para 31%, o que equivale a 842 milhões de euros¹ de dotação comprometida. Relativamente ao valor aprovado no final de 2008, registou-se um crescimento das aprovações de cerca de 80%.

Em 2009, tendo decorrido um terço do período de programação do QREN (2007-2013), a taxa de compromisso, tal como referido anteriormente, é já de 31%. A taxa de execução (execução Fundo / programação Fundo), 2,8%, não acompanha ainda este valor, estando porém a verificar-se uma recuperação no atraso da execução inicial do Programa, tal como é possível constatar no Quadro abaixo. Ou seja, no primeiro trimestre de 2010 a execução financeira já registou um aumento de cerca de 55%. Este aumento tende a acentuar-se ao longo de 2010, prevendo-se que a 31 de Dezembro a execução financeira atinja os 14%, tal como comunicado à Autoridade de Certificação por força do disposto no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro. Assim, a 31 de Dezembro de 2010 o Programa terá uma execução que permitirá o cumprimento da regra n+3.

¹ Este montante considera apenas valores de operações aprovadas. Não inclui informação sobre os Programas de Acção.

Quadro 4 – Crescimento da Execução no Programa 2008/2009, por mês/ano

Ano /Mês	Execução ON.2 - Excepto sistemas de incentivos		Execução ON.2 - Sistemas de incentivos		Execução Total ON.2	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
Ano 2008	2.872	2.195	2.948	2.948	5.820	5.143
Ano 2009	68.482	49.511	27.406	20.962	95.888	70.473
Jan-09	0	0	249	249	249	249
Fev-09	2.493	1.745	2.708	1.515	5.201	3.260
Mar-09	122	85	857	857	979	943
Abr-09	1.801	1.396	1.250	867	3.050	2.263
Mai-09	2.780	2.111	342	338	3.122	2.449
Jun-09	5.309	3.774	3.919	2.979	9.228	6.753
Jul-09	4.323	3.033	1.348	716	5.671	3.748
Ago-09	6.046	4.432	3.356	2.661	9.401	7.093
Set-09	8.403	5.929	7.852	6.508	16.256	12.438
Out-09	6.510	4.561	1.515	1.303	8.025	5.863
Nov-09	3.512	2.534	1.527	1.050	5.039	3.584
Dez-09	27.184	19.910	2.483	1.919	29.666	21.829
Sub-Total - Anos 2008+2009	71.354	51.705	30.354	23.910	101.708	75.616
Ano 2010	46.556	31.089	8.938	7.042	55.494	38.131
Jan-10	10.239	7.228	0	0	10.239	7.228
Fev-10	15.529	9.278	3.976	3.231	19.505	12.509
Mar-10	20.788	14.583	4.962	3.811	25.750	18.394
TOTAL	117.910	82.794	39.292	30.952	157.202	113.746

UN: Mil Euros

Por outro lado, se tivermos em conta, não a comparação entre a execução e a dotação do Programa, mas sim a execução e a dotação aprovada, a taxa de realização do Programa passa de 2,8% para 9%, o que reflecte de uma forma mais adequada a performance do ON.2. Estima-se, tendo por base o mesmo cálculo para a previsão da execução, que a taxa de realização atinja a 31/12/2010 um valor entre os 20 e 30%.

Em suma, os valores globais acumulados, reportados ao final de 2009, evidenciam que, em termos de aprovações e taxa de compromisso, o programa está prestes a recuperar o atraso inicial, convergindo rapidamente para o ritmo de aprovações implícito na programação financeira anual. Já em termos de execução, o balanço é mais moderado, ainda que o ritmo de crescimento da despesa certificável permita prever que, no final de 2010, a meta decorrente da regra n+3 será largamente ultrapassada.

O Gráfico seguinte sustenta as afirmações acima produzidas, detalhando por trimestre a evolução dos montantes FEDER aprovado e executado.

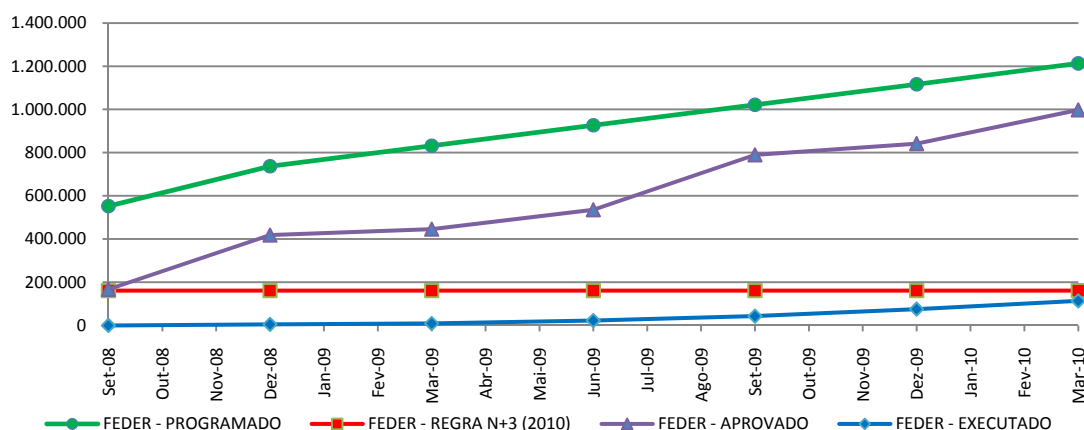


Figura 5 - Evolução da execução do Programa para cumprimento da regra n+3 (2010)

Quadro 5 - Evolução da execução do Programa para cumprimento da regra n+3 (2010)

FEDER	Set-08	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	Mar-10
FEDER - PROGRAMADO	552.594	736.792	831.663	926.535	1.021.406	1.116.277	1.213.045
FEDER - REGRA N+3 (2010)	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375
FEDER - APROVADO ²	167.173	418.103	445.772	535.330	789.537	841.595	997.477
FEDER - EXECUTADO	130	5.143	9.341	22.815	43.211	75.756	113.746

UN: Mil Euros

Em termos de Eixo Prioritário, o maior peso das aprovações verifica-se no Eixo Prioritário III (436 milhões de euros), destacando-se as tipologias relacionadas com a requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (252 milhões de euros) e saúde (119 milhões de euros). De realçar ainda, tal como acontece ao nível da execução, o nível de aprovações no Eixo Prioritário I, onde apesar de não registar a parcela mais representativa em termos de montante aprovado a 31/12/2009, é sem dúvida o que regista a maior taxa de crescimento, ultrapassando os 200%.

Assim, no que respeita à taxa de compromisso, convém salientar mais uma vez a importância, não só dos Eixos I e III, mas também do Eixo VI, com taxas de aprovação acima dos 25%, respectivamente de 37,0%, 56,7% e 26%. Ao nível da execução, é também nestes Eixos que se registam as taxas mais significativas, superiores à taxa média de execução do Programa, atingindo cada Eixo 4,2%, 3,9% e 7,8%, respectivamente.

² Os dados constantes neste Quadro relativos ao FEDER aprovado só incluem montantes de operações aprovadas. Não inclui informação sobre os Programas de Acção/Estratégicos.

É no Eixo Prioritário VI que a taxa de realização (29,8%) acompanha mais de perto a respectiva taxa de compromisso (26%). Este facto deve-se não só à natureza das despesas a co-financiamento neste Eixo, despesas com assistência técnica do Programa, mas acima de tudo porque o respectivo Regulamento Específico obriga à apresentação de candidaturas anuais. Para além deste Eixo, de realçar ainda a taxa de realização para as operações dos Eixos I e IV, que atingem respectivamente, 11,4% e 10,7%.

Tendo em conta a previsão de pagamentos para 2010, comunicada à Autoridade de Certificação, e considerando ainda taxas de realização situadas, consoante os diferentes eixos, entre 20% e 33% (o que equivale a considerar que em 2010 a execução financeira crescerá necessariamente a ritmos claramente superiores ao das aprovações), é possível fazer-se uma previsão sobre montantes em finais de 2010. Com base nesta metodologia, o primeiro dos gráficos seguintes compara as taxas de compromisso por eixo (efectivas para 2008 e 2009; previsão para 2010) com a taxa implícita na programação financeira anual (linha a vermelho), dando conta que no final de 2010 se prevê que a taxa de compromisso do programa como um todo se situe na casa dos 67,8%, ou seja, cerca de 12 p.p. acima do planeado na programação.

Nesta previsão, o Eixo 3 apresenta um nível de compromisso estimado muito elevado, enquanto que os outros Eixos apresentaram taxas de compromisso ligeiramente acima ou abaixo do planeado na programação financeira do programa como um todo.

O objectivo n+3 para 2010, descontando o pagamento adiantado, é de 6% da programação (161 milhões de euros), do qual 1,1% foi atingido em 8 de Setembro de 2009 pelo primeiro pedido de certificação de despesas intermédio. A taxa de execução em finais de 2010, na previsão efectuada, situar-se-á em 14%. Trata-se de uma previsão moderada, o que não impede a Autoridade de Gestão de manter um objectivo mais ambicioso, ainda que mais incerto. Nesta previsão, as taxas de execução em todos os Eixos ultrapassam o resto deste objectivo (4,85%), no final de 2010. Convém no entanto lembrar que para o ano de 2011 a taxa de execução global deverá situar-se acima dos 19,7%.

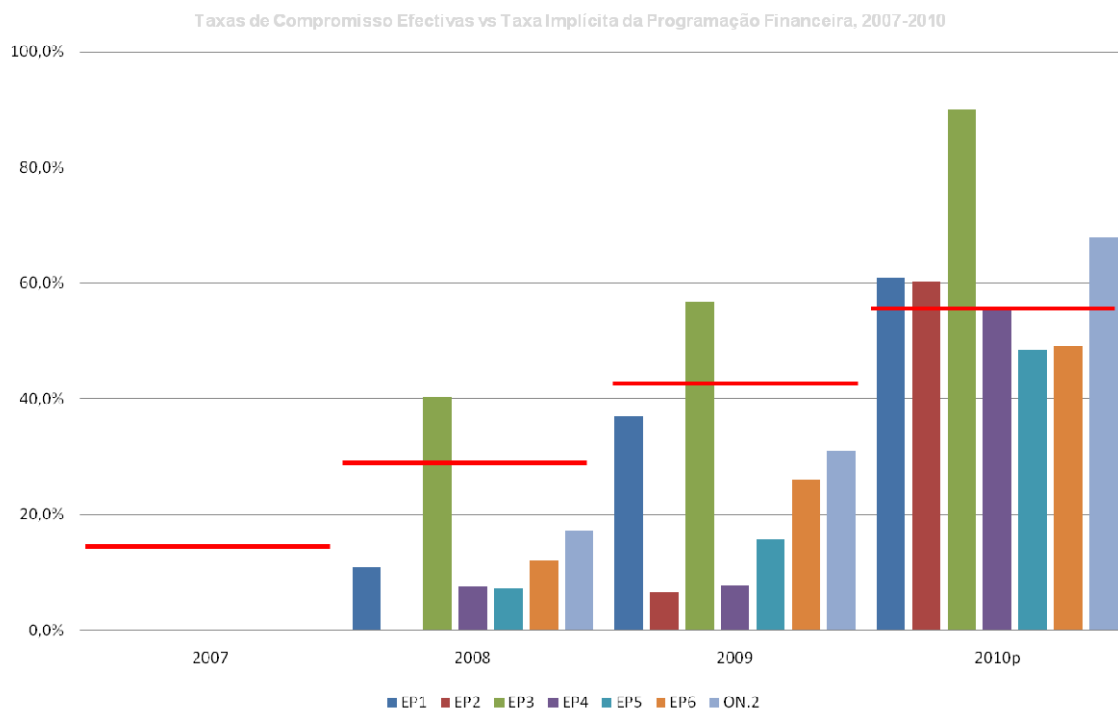


Figura 6 – Taxas de compromisso efectivas vs taxa implícita de programação financeira 2007-2013

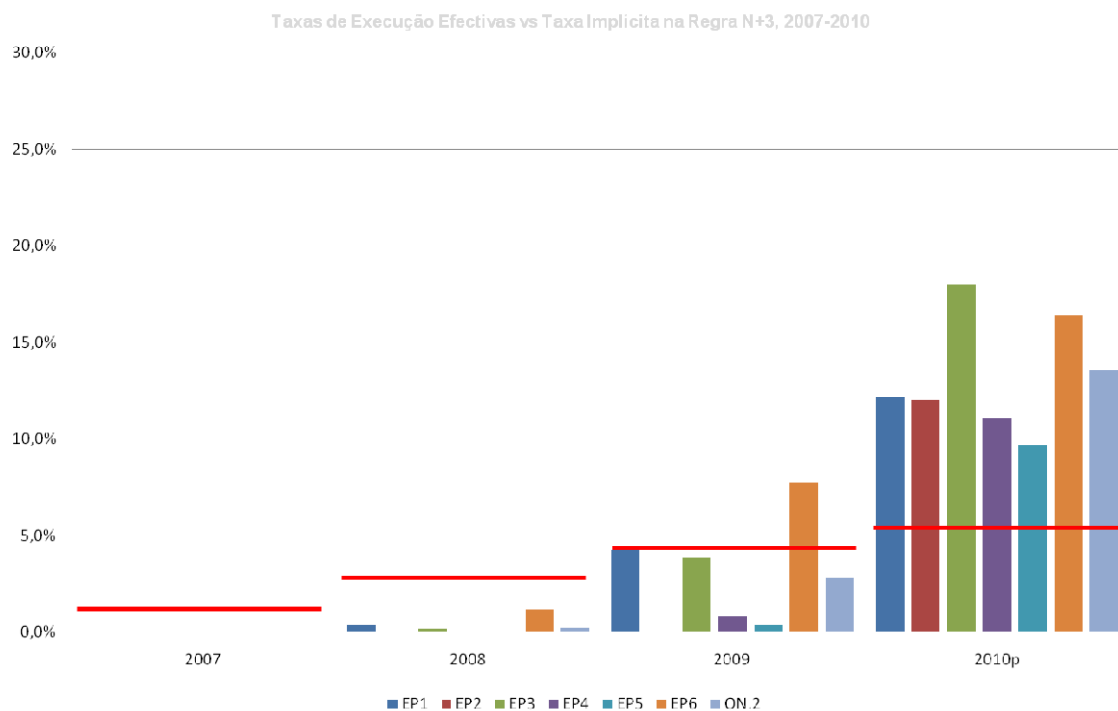


Figura 7 – Taxas de compromisso efectivas vs taxa implícita na regra n+3 2007-2013

2.1.2.1. Fluxos Financeiros

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 846/2009 de 1 de Setembro, apresenta-se de seguida o Tabela de Realização Financeira, cujo conteúdo está definido no Anexo VI deste Regulamento:

Tabela 2.2 Realização Financeira
Un.€

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	FEDER correspondente	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário 1	43.115.328	36.672.018	33.311.825	30.555.432	0
Identificar o Fundo (FEDER)	43.115.328	36.672.018	33.311.825	30.555.432	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Eixo Prioritário 2	0	0	0	0	0
Identificar o Fundo (FEDER)	0	0	0	0	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Eixo Prioritário 3	42.325.173	42.325.173	29.789.654	53.311.743	2.988.013
Identificar o Fundo (FEDER)	42.325.173	42.325.173	29.789.654	53.311.743	2.988.013
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Eixo Prioritário 4	7.654.261	7.654.261	5.343.558	5.271.133	0
Identificar o Fundo (FEDER)	7.654.261	7.654.261	5.343.558	5.271.133	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Eixo Prioritário 5	774.281	774.281	477.375	451.531	0
Identificar o Fundo (FEDER)	774.281	774.281	477.375	451.531	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Eixo Prioritário 6	8.039.938	8.039.938	6.833.947	7.575.316	1.035.711
Identificar o Fundo (FEDER)	8.039.938	8.039.938	6.833.947	7.575.316	1.035.711
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0	0
Total PO	101.908.981	95.465.671	75.756.359	97.165.155	4.023.724
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral	101.908.981	95.465.671	75.756.359	97.165.155	4.023.724
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral	0	0	0	0	0

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento CE 1083/2006 e de acordo com o previsto no documento enquadrador do ON.2, aprovado pela Decisão da Comissão C(2007) 5070, de 10/10/2007, prevê-se que os seis Eixos Prioritários deste Programa possam financiar acções que estejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE. Face a esta possibilidade, está definido como limite o montante de 10% do financiamento FEDER afecto a cada Eixo Prioritário e a condição de que as acções a co-financiar sejam necessárias à execução satisfatória da operação onde sejam integradas e estejam directamente relacionadas com a mesma.

Atenta esta regra, em 2009 foram apoiadas acções no montante de 2,6 milhões de euros em iniciativas de formação incluídas nas operações aprovadas, e respeitam, até à data, exclusivamente a operações do Eixo I – Sistemas de Incentivos, representando 1% da totalidade da dotação FEDER aprovada para este Eixo. Da leitura da Tabela 2.2. verifica-se, porém, que estas acções não iniciaram a sua execução em 2009, designadamente porque as ferramentas operacionais que permitiam a submissão de despesas de formação apenas foram disponibilizadas no contexto da Rede Incentivos QREN já em 2010. De todo o modo, os montantes em causa são bastante reduzidos. É expectável que tal execução tenha o seu início durante o corrente ano.

| 20

De acordo com a informação disponibilizada também na Tabela supra, em 2009 foram transferidos para os Beneficiários do ON.2 cerca de 97 milhões de euros, embora a execução financeira apresentada pelos mesmos apresente um montante FEDER de 76 milhões de euros. Esta diferença de valores regista-se nos Eixos Prioritários III e VI, e justifica-se pelo facto das respectivas operações beneficiaram de adiantamentos FEDER na ordem dos 30% a 50% do co-financiamento aprovado. No Eixo III a diferença entre os valores é também justificada com o recurso dos Beneficiários a pedidos de pagamento do tipo adiantamento contra-factura.

A diferença entre FEDER pago e FEDER executado tenderá sempre a existir, pois os Beneficiários ao recorrerem a pedidos de pagamento a título de adiantamento, terão sempre um prazo regulamentar para a justificação dos mesmos.

Por força do disposto no n.º 1 do artigo 82.º do Regulamento CE 1083/2006, com as alterações introduzidas pelo Regulamento CE 284/2009 de 7 de Abril, o ON.2 beneficiou de 203 milhões de euros de um pré-adiantamento, de 7,5%, repartido da seguinte forma: 2% em 2007, 3% em 2008 e 2,5% em 2009.

Quadro 6 – Fluxos financeiros do Programa

Fluxos financeiros	FEDER
Transferências da CE	207.397.109 €
1.º Pré-Adiantamento - 2%	54.232.903 €
2.º Pré-Adiantamento - 3%	81.349.354 €
3.º Pré-Adiantamento - 2,5%	67.791.128 €
Sub-Total	203.373.385 €
1.º Pedido de Certificação	4.023.724 €
Transferências para Beneficiários	97.165.155 €
Saldo	110.231.954 €

De referir também que, na sequência da aprovação pela Comissão Europeia em 16 de Setembro de 2009 do Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 e tendo sido cumprido o

estipulado no n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento CE 1083/2006, foi possível à Autoridade de Gestão apresentar em Setembro de 2009 o 1.º Pedido de Certificação de Despesas.

Deste Pedido resultou, ainda em 2009, tal como identificado na Tabela 2.2., um reembolso de 4 milhões de euros.

Posteriormente, em Dezembro de 2009 foi apresentado à Autoridade de Certificação o 2.º Pedido de Certificação de Despesas, totalizando um montante de 48 milhões de euros, o qual teve seguimento para a Comissão Europeia em Janeiro de 2010. Com este 2.º Pedido, o Programa apresentou no ano de 2009 uma taxa de certificação de despesa de 47%.

Sobre o 1.º Pedido de Certificação de Despesas, importa salientar que, uma vez que se tratava de um primeiro pedido com teste à ligação entre o Sistema de Informação da Autoridade de Gestão do ON.2 (SIGON.2) e o da Autoridade de Certificação, e, também, estava em curso o processo de recuperação de histórico da despesa apresentada em momento anterior à estabilização do Sistema de Informação do ON.2, este 1.º Pedido só incluiu despesas dos Eixos III e VI, validadas pela Autoridade de Gestão até 31/03/2009. De referir também que, nos termos dos normativos definidos, esta certificação não incluiu despesas verificadas pelas Associações de Municípios, enquanto Organismos Intermédios definidos no âmbito do processo de Contratualização, pois a descrição destes Organismos não integrava a versão aprovada do Sistema de Gestão e Controlo do ON.2. Também não foram incluídas nesta certificação, despesas validadas pela Autoridade de Gestão respeitantes ao Eixo I – Sistemas de Incentivos, uma vez que, face aos desenvolvimentos do SIGON.2 e dos Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos (SIQREN), importava ainda naquela data testar a ligação entre os dois Sistemas em termos correcta transmissão dos dados relevantes para efeito de certificação.

No que respeita ao 2.º Pedido de Certificação de Despesas, este incluiu já despesas dos Eixos I, III, IV, V e VI, validadas pela Autoridade de Gestão até 10/12/2009. Neste Pedido manteve-se a não certificação das despesas verificadas pelas Associações de Municípios, enquanto Organismos Intermédios definidos no âmbito do processo de Contratualização, pelo mesmo motivo identificado aquando do 1.º Pedido de Certificação. No caso do Eixo I – Sistemas de Incentivos, a despesa certificada foi calculada com base, apenas, nos adiantamentos suportados por garantia bancária e nos pagamentos de reembolso a operações para as quais não foram concedidos adiantamentos. A decisão de não incluir reembolsos de operações com adiantamento concedido, prendeu-se com o facto de, à data da formulação deste 2.º Pedido, não estar ainda estabilizada a regra para certificar a despesa associada a este tipo de pagamentos.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação relativa à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada para as dimensões de categorização previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, apresenta em 2009 os resultados registados nas Tabelas 2.3. a 2.5:

Tabela 2.3 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento

Código	Designação	Fundo					
		Programação		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
		€		€		€	
1	Ajuda não reembolsável	2.608.383.704	1575	700.599.769	26,86%	59.548.726	8,50%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	103.261.429	192	140.994.991	136,54%	16.207.633	11,50%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)						
4	Outras formas de financiamento						
TOTAL		2.711.645.133	1767	841.594.760	31,04%	75.756.359	9,00%

Em termos de formas de financiamento, e estando aprovado a 31 de Dezembro de 2009, 31% da dotação FEDER do Programa, é possível verificar que a forma privilegiada respeita o inicialmente programado, ou seja, a ajudas do tipo não reembolsável, que apresenta um valor FEDER aprovado de 701 milhões de euros, que equivale a uma taxa de compromisso de 26,86% e uma taxa de execução de 8,5%. Esta forma de financiamento abrange operações alocadas a todos os Eixos Prioritários do Programa.

A outra tipologia prevista, ajuda reembolsável, associada exclusivamente a operações do Eixo I – Sistemas de Incentivos, apesar de registar um montante FEDER aprovado inferior, 141 milhões de euros, é a que apresenta a maior taxa de compromisso, 136,54%, e a maior taxa de execução, 11,5%. A elevada taxa de compromisso associada a esta forma de financiamento justifica-se fundamentalmente pelo elevado valor aprovado de operações enquadradas no Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação) que, em 2009, beneficiaram de um aumento de 10 pontos percentuais na taxa de co-financiamento, aumento esse fruto da implementação das medidas de flexibilização do QREN. Ainda sobre esta tipologia de operações, refira-se, que, apesar de contribuírem para a elevada taxa de compromisso desta forma de financiamento, também poderão justificar uma futura diminuição da mesma. Ou seja, de acordo com as regras regulamentares, no momento de encerramento das operações

alocadas ao SI Inovação, é possível que parte da ajuda reembolsável se converta, caso as operações beneficiem de um prémio de realização, em ajuda não reembolsável.

Tabela 2.4 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território

Código	Designação	Fundo					
		Programação		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
1	Aglomeração urbana	1.355.822.566	1348	580.124.241	42,79%	44.309.381	7,64%
2	Zona de montanha	135.582.257	4	1.640.444	1,21%	377.617	23,02%
3	Ilhas						
4	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	183.219.266	108	59.681.272	32,57%	5.675.637	9,51%
5	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	874.322.336	273	165.379.288	18,92%	17.749.301	10,73%
6	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)						
7	Região ultraperiférica						
8	Zona de cooperação transfronteiriça	162.698.708			0,00%		
9	Zona de cooperação transnacional						
10	Zona de cooperação inter-regional						
0	Não aplicável	0	34	34.769.514		7.644.423	21,99%
TOTAL		2.711.645.133	1767	841.594.760	31,04%	75.756.359	9,00%

No que respeita à dimensão Tipo de Território, são de destacar as operações localizadas em aglomerações urbanas, que abarcam 580 dos 841 milhões de euros aprovados a 31 de Dezembro de 2009. É também nesta tipologia que se regista, por um lado, a maior taxa de compromisso, 42,79%, e por outro, a menor taxa de execução, 7,64%, apesar de em termos de montante FEDER executado ser o mais representativo (58,5%).

Seguem-se, ao nível das aprovações, as registadas em zonas rurais e em regiões de fraca e muito fraca densidade, com 165 e 60 milhões de euros, respectivamente, a que se associam taxas de execução de 10,73% e 9,51%, na mesma relação.

Estas três tipologias de caracterização do território justificam em conjunto 95,7% do FEDER aprovado e 89,4% do FEDER executado.

Em 2009, a distribuição do montante FEDER aprovado por actividade económica, centra-se essencialmente nos seguintes sectores: educação (33,48%), actividades de saúde humana (16,54%) e indústrias transformadoras diversas (12,19%). Estes sectores em conjunto abarcam 562 dos 841 milhões de euros de FEDER aprovado.

Tabela 2.5 Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica

Código	Designação	Fundo				
		Aprovação			Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Distribuição relativa dos Montantes %	Montante €	Tx EX/AP
1	Agricultura, caça e silvicultura	1	18.675	0,00%	0	0,00%
2	Pesca			0,00%		
3	Indústrias alimentares e das bebidas	42	6.243.765	0,74%	505.884	8,10%
4	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	52	9.018.656	1,07%	1.178.433	13,07%
5	Construção de material de transporte	8	832.125	0,10%	174.659	20,99%
6	Indústrias transformadoras diversas	361	102.596.443	12,19%	7.174.529	6,99%
7	Extracção de produtos energéticos			0,00%		
8	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	3	1.565.344	0,19%	0	0,00%
9	Captação, tratamento e distribuição de água			0,00%		
10	Correios e telecomunicações			0,00%		
11	Transportes	85	45.935.355	5,46%	4.653.544	10,13%
12	Construção	53	23.291.305	2,77%	3.370.337	14,47%
13	Comércio por grosso e a retalho	210	19.399.704	2,31%	1.510.743	7,79%
14	Hotéis e restaurantes	31	39.815.845	4,73%	7.262.926	18,24%
15	Actividades financeiras			0,00%		
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	356	48.063.248	5,71%	4.655.603	9,69%
17	Administração pública	66	45.097.162	5,36%	7.193.373	15,95%
18	Educação	280	281.799.168	33,48%	29.272.951	10,39%
19	Actividades de saúde humana	33	139.223.384	16,54%	6.003.707	4,31%
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	53	10.284.469	1,22%	534.120	5,19%
21	Actividades associadas ao ambiente	81	51.441.515	6,11%	2.082.769	4,05%
22	Outros serviços não especificados	33	11.055.461	1,31%	0	0,00%
0	Não aplicável	19	5.913.137	0,70%	182.781	3,09%
TOTAL		1767	841.594.760	100,00%	75.756.359	9,00%

A distribuição dos montantes aprovados por Núcleos de Unidade Territorial III (NUT III), tal como descrito no Anexo III deste documento, localizam-se essencialmente nas NUT's do Grande Porto (247,5 milhões de euros), do Tâmega (135,4 milhões de euros) e do Douro (87,7 milhões de euros), que em conjunto abarcam 55,9% do montante FEDER aprovado. Ao nível da execução, verifica-se que são os espaços territoriais com menor valor FEDER aprovado – Trás-os-Montes, Minho-Lima e Ave, que apresentam as maiores taxas de execução, 16,92%, 17,25% e 11,79%, respectivamente. De salientar ainda que são as

operações localizadas na NUT III do Grande Porto que apresentam o maior atraso em termos de execução, sendo que, se esta NUT apresentasse uma taxa de execução semelhante às melhores taxas de execução dos espaços, a taxa do Programa poderia ter um acréscimo percentual de 4 a 5 pontos percentuais.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Os principais Beneficiários do ON.2, conforme descrito no Quadro abaixo, são as entidades públicas, que detêm 70,17% do FEDER aprovado, com destaque para as que integram a administração autónoma local, tipologia maioritariamente representada pelos municípios (44%). De referir que, em termos de entidades privadas, os principais beneficiários são as pequenas e micro empresas, as quais beneficiam dos apoios concedidos no âmbito do Eixo I – Sistemas de Incentivos (27,33%).

Ao nível da execução, são as entidades beneficiárias registadas no parágrafo anterior, juntamente ainda com as entidades da administração central que mais contribuíram para a taxa de execução de 2009 do Programa. Porém, se considerarmos as melhores taxas de execução face aos respectivos montantes aprovados, são as entidades da administração indirecta do Estado, juntamente com as da administração central do Estado e as entidades privadas sem fins lucrativos que as apresentam.

Quadro 7 – Distribuição dos montantes aprovados e executados no Programa, por tipologia de beneficiários

Código	Designação	Aprovações			Execução			Tx Ex/Ap
		Despesa Total Elegível	FEDER	%	Despesa Total Elegível	FEDER	%	
101	Administração Directa Serviços Centrais	57.923	42.552	5,06%	11.007	8.173	10,79%	19,21%
102	Administração Directa Serviços Periféricos	52.853	37.221	4,42%	774	563	0,74%	1,51%
103	Administração Indirecta Serviços Personalizados	23.017	19.565	2,32%	7.583	6.446	8,51%	32,95%
105	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	186.160	108.957	12,95%	3.246	2.295	3,03%	2,11%
107	Administração Autónoma Local	533.080	373.968	44,44%	44.480	31.302	41,32%	8,37%
108	Associações Públicas	13.330	8.276	0,98%	311	208	0,27%	2,51%
203	Empresa de média dimensão	268	94	0,01%	33	33	0,04%	35,00%
204	Pequena empresa	246.021	137.274	16,31%	20.987	15.558	20,54%	11,33%
205	Micro-empresa	154.846	92.773	11,02%	8.337	7.712	10,18%	8,31%
211	Fundação	2.496	1.575	0,19%	220	121	0,16%	7,67%
212	Entidade Privada sem fins lucrativos	29.739	19.340	2,30%	4.933	3.345	4,42%	17,30%
PO		1.299.732	841.595	100%	101.909	75.756	100%	9,00%

UN: Mil Euros

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2009, não se registaram no Programa situações que implicassem as ocorrências enquadráveis nas situações de irregularidades, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento CE 1083/2006, nem situações de alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação a uma determinada operação, como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do mesmo Regulamento.

Relativamente à utilização de verbas restituídas, tal não ocorreu, pois também neste caso não se verificou qualquer situação de devolução.

| 26

2.1.6. Análise qualitativa

Como complemento da análise já efectuada no ponto 2.1.1., conduzida com base nos indicadores comuns comunitários e nos indicadores comuns nacionais, desenvolve-se agora uma análise mais qualitativa, a qual será detalhada, por eixo prioritário, no Capítulo 3.

2.1.6.1. Contributo do ON.2 para o “Earmarking”

Um primeiro elemento desta análise toma como referência o contributo do ON.2 para os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas “earmarking”), os quais têm no ON.2 um FEDER programado de 1.889 M€, ou seja, 70% da dotação FEDER do programa operacional, correspondendo a 41 temas num total de 64 temas prioritários. No final de 2009 verifica-se que 20 dos 41 temas “earmarking” apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado em temas “earmarking” a 602 M€, o que corresponde a 72% do FEDER aprovado.

Pode-se pois concluir que o ritmo de aprovações ao nível dos temas “earmarking” é sensivelmente análogo (ainda que ligeiramente superior) ao das aprovações em geral. Como resultado, e em termos de aprovações, verifica-se uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego, com um peso relativo ligeiramente acima ao estabelecido em sede de programação (71,5% versus 70,0%).

Quadro 8 - Relevância dos Temas “Earmarking” na Programação e nas Aprovações

Temas Prioritários	Programação		Aprovação		Execução	
	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER
Total c/ contributo ON.2	64	2.711.645.133	37	841.594.760	21	75.756.359
Contributo para Earmarking	41	1.899.259.048	20	601.527.004	12	60.172.426
%Earmarking / Total		70,04%		71,47%		79,43%

Ao nível do FEDER executado a expressividade das despesas “earmarking” é ainda mais significativa, sendo que as mesmas representam 79,4 % do fundo executado até final de 2009. No entanto, haverá que ter presente a expressão ainda reduzida da execução financeira do programa.

Analisando mais em detalhe a despesa de “earmarking” no conjunto das operações aprovadas, destaca-se o volume de aprovações nos 8 temas prioritários inseridos no grupo “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo”, bem como no tema “Infra-estruturas de Ensino”. No seu conjunto, estes nove temas prioritários respondem por 84% do FEDER aprovado em temas Earmarking. É igualmente interessante verificar que nos temas acima referidos a execução já tem relevância.

A maior concentração do FEDER atribuído pelo ON.2 nas primeiras temáticas reflecte a orientação do Programa na prossecução das prioridades da União Europeia no âmbito da promoção da competitividade e de criação de emprego. De facto, no que diz respeito aos investimentos aprovados no âmbito da “Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo”, é de salientar que mais de metade dos mesmos estão alocados ao tema prioritário 7 – “Investimento em empresas directamente ligado à Investigação e Inovação”, o qual engloba todos os projectos de apoio à inovação produtiva nas empresas, ou seja, ao estímulo à competitividade pela via da criação de novos serviços ou produtos inovadores, pela aposta em novos processos produtivos e em expansão de actividades em sectores com alto conteúdo tecnológico ou procuras internacionais dinâmicas; bem como os projectos relativos à criação de novas empresas.

Segue-se o tema prioritário 8 – “Outros investimentos em empresas”, no qual se incluem a globalidade dos projectos que visam a apostas das empresas na promoção de factores dinâmicos de competitividades, entre os quais se destacam os investimentos em internacionalização; sendo ainda de referir os investimentos efectuados nos temas prioritários 3 e 4, os quais concentram o apoio a projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, essenciais para um crescimento sustentável e competitivo da Região.

Já a relevância das aprovações nas infra-estruturas de Ensino traduz a aposta na qualificação dos estabelecimentos de ensino e na disponibilização aos cidadãos de mais e melhores condições de aprendizagem e formação.

É também relevante o número de projectos relacionados com a Sociedade de Informação, sejam os mesmos de índole empresarial, ou relativos à desmaterialização de processos e modernização da Administração Pública, e que constituem o terceiro grupo de temas prioritários com maior nível de aprovações no ON.2. Em particular, a introdução das TIC associadas a medidas de simplificação na Administração Pública são importantes contributos para uma gestão mais próxima dos cidadãos, menos burocrática e com um ambiente mais propício à criação de novas empresa e ao investimento empresarial.

Outro tema Earmarking com relevância no Programa é o tema 61 – “Reabilitação Urbana e Rural), o qual, no entanto, observa ainda uma taxa de compromisso moderada, a qual previsivelmente observará um incremento elevado em 2010, na medida em que as operações individuais integradas nos programas de regeneração urbana forem sendo aprovados.

Tabela 2.7 Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programação		Aprovação		Execução	
		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	854.879.931	1079	252.430.413	29,53%	25.730.436	10,19%
1	Actividades de IDT em centros de investigação	13.266.451			0,00%		
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	52.832.257	2	20.195.090	38,22%	2.376.451	11,77%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	270.985.761	33	15.233.404	5,62%	387.165	2,54%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	48.075.498	153	14.858.788	30,91%	1.458.929	9,82%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	113.335.682	10	2.437.851	2,15%	0	0,00%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	12.114.335	5	318.325	2,63%	0	0,00%
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	180.576.462	222	145.370.385	80,50%	16.712.407	11,50%
8	Outros investimentos em empresas	163.693.485	654	54.016.569	33,00%	4.795.485	8,88%
	Sociedade da informação	100.587.941	124	57.472.333	57,14%	7.565.065	13,16%
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	31.662.467			0,00%		
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)	18.092.838	8	32.802.066	181,30%	7.042.951	21,47%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	10.123.750	39	18.433.217	182,08%	149.614	0,81%

14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	27.139.257			0,00%		
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	13.569.629	77	6.237.051	45,96%	372.500	5,97%
Transportes		304.850.000	67	39.128.852	12,84%	2.034.341	5,20%
16	Transporte ferroviário	114.975.000	1	2.934.515	2,55%	0	0,00%
22	Estradas nacionais	28.875.000			0,00%		
23	Estradas regionais/locais	95.235.000	64	34.887.281	36,63%	2.034.341	5,83%
24	Pistas para ciclistas	8.400.000	1	1.171.569	13,95%	0	0,00%
25	Transportes urbanos	8.400.000	1	135.487	1,61%	0	0,00%
26	Transportes multimodais	28.175.000			0,00%		
28	Sistemas de transporte inteligentes	6.483.750			0,00%		
29	Aeroportos	2.887.500			0,00%		
30	Portos	7.218.750			0,00%		
31	Transporte por via navegável (regional e local)	4.200.000			0,00%		
Energia		62.931.610	6	687.592	1,09%	183.749	26,72%
35	Gás natural	6.293.161			0,00%		
39	Energias renováveis: eólica	6.293.161			0,00%		
40	Energias renováveis: solar	6.293.161			0,00%		
41	Energias renováveis: biomassa	6.293.161			0,00%		
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	6.293.161			0,00%		
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	31.465.805	6	687.592	2,19%	183.749	26,72%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		233.630.000	54	35.779.094	15,31%	1.000.280	2,80%
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	20.125.000	1	140.442	0,70%	0	0,00%
45	Gestão e distribuição de água (potável)	45.045.000	5	5.577.301	12,38%	218.026	3,91%
46	Tratamento de água (águas residuais)	83.160.000			0,00%		
47	Qualidade do ar	2.800.000	8	1.148.884	41,03%	373.861	32,54%
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	2.800.000	0	0	0,00%	0	#DIV/0!
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	33.600.000	1	194.716	0,58%	0	0,00%
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	16.200.000	32	23.870.666	147,35%	140.137	0,59%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	25.700.000			0,00%		
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	4.200.000	7	4.847.086	115,41%	268.255	5,53%
Turismo		66.200.000	36	22.834.906	34,49%	1.704.665	7,47%
55	Promoção dos recursos naturais	26.600.000	6	15.240.471	57,30%	1.704.665	11,19%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	25.300.000	1	22.522	0,09%	0	0,00%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	14.300.000	29	7.571.914	52,95%	0	0,00%
Actividades culturais		136.409.250	34	8.281.755	6,07%	291.520	3,52%
58	Protecção e preservação do património cultural	54.525.000	25	4.957.120	9,09%	291.520	5,88%
59	Desenvolvimento das infra-estruturas culturais	46.884.250	6	2.731.322	5,83%	0	0,00%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	35.000.000	3	593.313	1,70%	0	0,00%
Reabilitação urbana e rural		208.735.250	31	27.669.291	13,26%	4.227.339	15,28%
61	Reabilitação urbana e rural 61 Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	208.735.250	31	27.669.291	13,26%	4.227.339	15,28%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		19.470.824	2	675.374	3,47%	0	0,00%
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da	9.028.823			0,00%		

	inovação						
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	6.468.424	2	675.374	10,44%	0	0,00%
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	3.973.577			0,00%		
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		28.875.000	5	2.286.384	7,92%	0	0,00%
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	4.331.250	2	144.099	3,33%	0	0,00%
66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	4.331.250			0,00%		
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	4.331.250			0,00%		
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	4.331.250	2	1.617.285	37,34%	0	0,00%
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	4.331.250	1	525.000	12,12%	0	0,00%
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	7.218.750	0	0	0,00%	0	0,00%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		15.400.000			0,00%		
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	15.400.000			0,00%		
Melhorar o capital humano		21.026.653			0,00%		
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos;	5.293.750			0,00%		
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	15.732.903			0,00%		
Investimento em infra-estruturas sociais		423.827.250	307	371.053.959	87,55%	25.875.067	6,97%
75	Infra-estruturas de ensino	259.875.000	275	251.653.358	96,84%	22.247.810	8,84%
76	Infra-estruturas de saúde	119.196.000	31	119.028.294	99,86%	3.627.256	3,05%
79	Outras infra-estruturas sociais	44.756.250	1	372.307	0,83%	0	0,00%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		29.011.634	9	369.875	1,27%	309.950	83,80%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	29.011.634	9	369.875	1,27%	309.950	83,80%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		117.681.324			0,00%		
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	117.681.324			0,00%		
Assistência Técnica		88.128.466	13	22.924.931	26,01%	6.833.947	29,81%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	70.502.773	13	22.924.931	32,52%	6.833.947	29,81%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	17.625.693			0,00%		
TOTAL Temas Prioritários		2.711.645.133	1767	841.594.760	31,04%	75.756.359	9,00%
TOTA L Earmarking		1.899.259.048	1.529	601.527.004	31,67%	60.172.426	10,00%

2.1.6.2. Incidência territorial e coesão intra-regional

Outro aspecto qualitativo relevante tem a ver com expressão do programa ao nível intra-regional, sendo expectável que a distribuição dos montantes aprovados reflecta o peso

económico e demográfico dos diferentes territórios mas também que corresponda a objectivos de coesão territorial interna à Região do Norte.

Com efeito, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afecto ao Grande Porto.

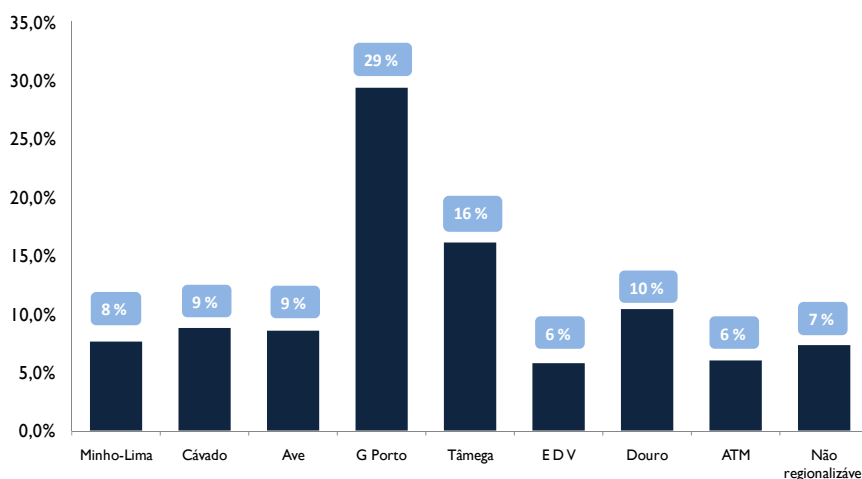


Figura 8 - Distribuição relativa do FEDER aprovado por UT QREN.

Mas mais importante que esta análise é a que respeita à distribuição relativa do investimento aprovado face à população residente. Qualquer política de coesão visa a convergência dos níveis de rendimento e produto “per capita” de diferentes territórios-alvo. A alocação territorial do investimento aferida com base num rácio da mesma natureza permite-nos, pois, verificar se os seus efeitos contribuem para convergência real que se deseja. Esta perspectiva está presente no ON.2, quer na Agenda da Valorização do Território quer na Agenda da Competitividade.

No caso da Agenda da Valorização do Território, os factores que actuam no sentido da convergência têm a ver com o próprio peso relativo de investimento associado a esta agenda e,, mais do que isso, a tipologias de bens e serviços de natureza infra-estrutural (educação, saúde, apoio social, etc) para os quais os limiares mínimos estabelecidos para a cobertura territorial tendem a privilegiar os territórios de mais baixa densidade. Por outro lado, o próprio processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais tendeu a incorporar uma lógica de discriminação positiva em favor das CIM de menor nível de desenvolvimento.

No caso da Agenda da Competitividade, refira-se que esta ultima prevê um conjunto de tipologias especificamente dirigidas para os territórios de baixa densidade, por forma não apenas a contrabalançar o maior acesso aos apoios comunitários que de forma natural ocorreria em favor dos territórios com mais forte concentração quer de empresas quer de entidades do SCTN, mas também visando de forma deliberada um alargamento da base

territorial da competitividade (ver, por exemplo, as EEC PROVERE e o destaque atribuído ao PDTVD no objectivo específico Turismo).

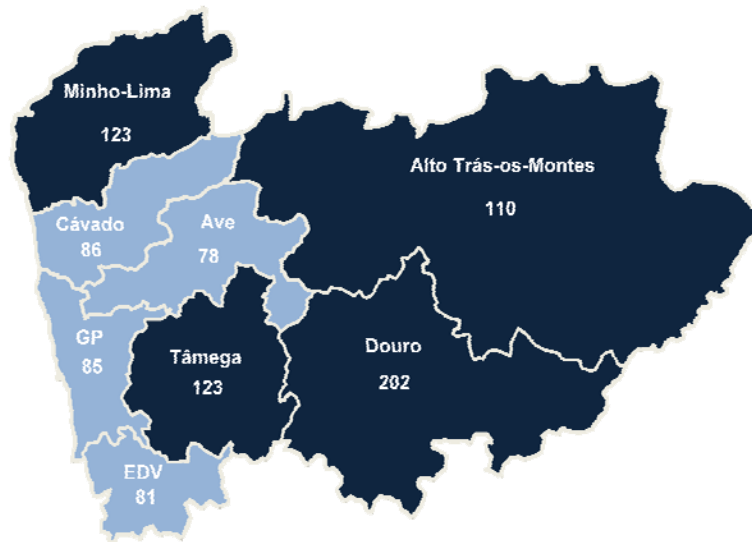


Figura 9 - Índice de distribuição do FEDER aprovado, per capita, por UT QREN.

Olhando desta forma a distribuição territorial do investimento aprovado pelo ON.2 – “O Novo Norte”, verifica-se que ele incorpora um significativo efeito redistributivo e contribui pra a coesão económica, social e territorial da Região do Norte. Com efeito, os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento “per capita” são aquelas que apresentam incidências de investimento “per capita” maiores (“Minho-Lima”, Tâmega”, “Douro” e “Alto Trás-os-Montes”).

Uma análise mais fina, traduzida no gráfico abaixo reproduzido, confirma a elevada correlação inversa entre nível de desenvolvimento e intensidade de apoio, mas destaca igualmente o caso do Douro (com uma intensidade de apoio muito superior ao dos territórios com níveis de desenvolvimento análogo) e, embora com uma menor amplitude, o caso do Ave, sendo que para este último território a intensidade do apoio é menor do que se poderia esperar.

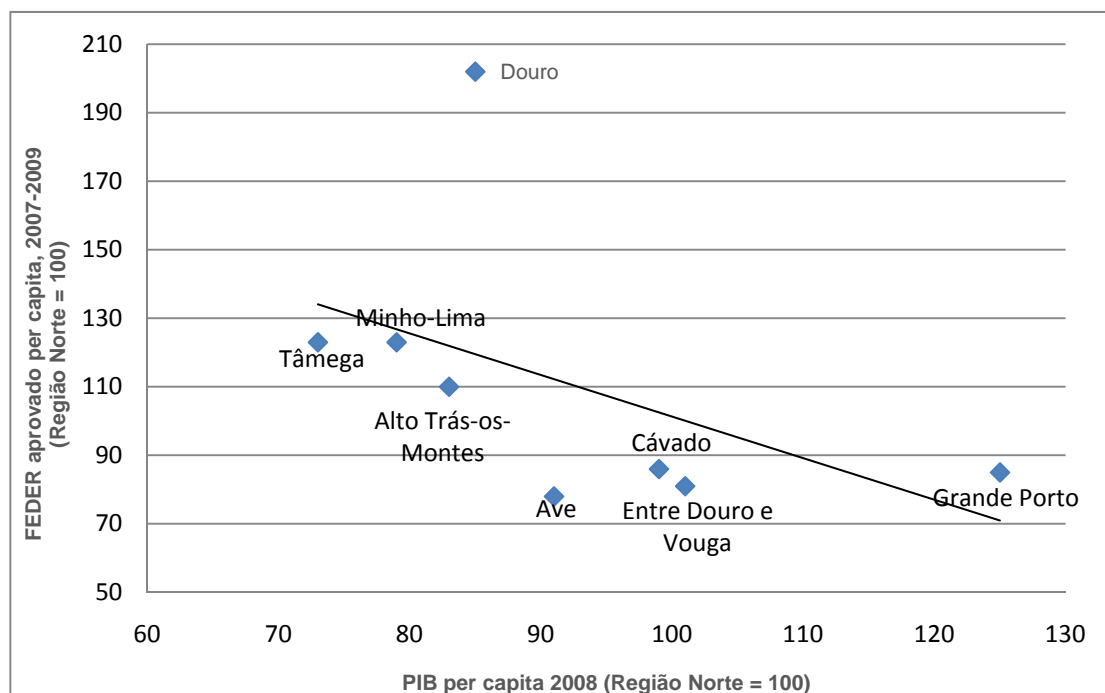


Figura 10 - Intensidade de Apoio versus Nível de Desenvolvimento, por NUT III

2.1.6.3. Balanço sintético por Eixo Prioritário e por Objectivo Específico

Finalmente, concluímos esta análise qualitativa com um balanço sintético por Eixo e Objectivo Específico, sendo que a análise detalhada a este nível será desenvolvida no Capítulo 3.

Análise Qualitativa: Síntese por Eixo e por Objectivo Específico

EIXO PRIORITÁRIO I – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

- Taxa de Compromisso: 37,0%; Taxa de Execução: 4,2%
- Até ao final de 2009, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 63 concursos de apoio ao investimento empresarial, com uma dotação FEDER associada de 376,8 milhões de Euros. Do conjunto de candidaturas admitidas, 1.148 foram aprovadas, envolvendo um investimento total de cerca de 553 milhões € e valor global de incentivo FEDER atribuído de 233 milhões €. Todas as empresas apoiadas são pequenas e microempresas.
- Nos Sistemas de Incentivos a execução cifrou-se em 30 milhões € de Despesa Elegível e 24 milhões € de fundo comunitário. Deste modo, em 31/12/2009, os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução na ordem dos 7,2%, tendo executado 10,3% do incentivo aprovado até essa data.
- Em 2009, no Eixo Prioritário 1, com excepção dos sistemas de incentivos e de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 9 concursos, totalizando o montante de 93 milhões € (FEDER). No ano âmbito destes concursos foram apresentadas 142 candidaturas, com um montante global de 94 milhões € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 143 €. Em termos acumulados até 31/12/2009, já tinham sido aprovadas operações representando um montante global de 59 milhões € (FEDER) correspondendo a 81 milhões € de Despesa Elegível.
- No final de 2009, é já possível fazer-se um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas induzidas pelo ON.2, convergentes com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos, quer na componente atribuída a projectos públicos ou não empresariais quer na componente dos Sistemas de Incentivos, revelou-se globalmente muito elevada e com uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento.

- Em particular, os dados relativos à execução de projectos de I&D mostram, comparativamente com o passado (QCA III), duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura por apoios à I&D mas, ao mesmo tempo, um “mix” muito mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial. Em 31/12/2009, as operações já contratadas correspondentes a projectos de I&D representavam 46 milhões € FEDER, sendo que em 31/03/2010 este valor passa para 92 milhões €.

OE1 – Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação

- No final de 2009, apenas 1 projecto aprovado.
- Sequência de 3 concursos em 2009 e 2 no início de 2010, dirigidos a infra-estruturas científicas e tecnológicas, revela um bom nível de procura e garante um número e, sobretudo, um volume de investimento elevados em aprovações a ocorrer em 2010.
- Esta procura evidencia que o Objectivo Específico levará à consolidação da rede regional de infra-estruturas tecnológicas e a projectos selectivos e de grande dimensão no domínio das infra-estruturas científicas (por ex., Laboratório Ibérico de Nanotecnologias).
- Complexidade funcional dos projectos, superada em sede de análise do mérito pelo recurso ao apoio técnico de peritos externos e, até, internacionais.
- Recente acentuar de dificuldades por parte de algumas entidades do SCTN em mobilizar recursos para garantir a comparticipação nacional.

OE2 – Apoio à Criação e Consolidação de “Clusters” Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica

- Até ao final de 2009 foram contratados projectos de 310 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, ultrapassando já a meta estabelecida para 2010 (250).
- Verificou-se um forte incremento da procura, o que poderá ter origem nas medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos implementadas em Abril de 2009.
- As iniciativas complementares aos apoios e instrumentos em sede de Sistemas de Incentivos traduziram-se em concursos orientados respectivamente para (i) o apoio a programas de promoção do empreendedorismo tecnológico e (ii) o apoio à criação de infra-estruturas físicas dedicadas à incubação. Verificam-se atrasos no início da execução destes projectos.
- A fim de acelerar a execução, nos sistemas de incentivos, procedeu-se à flexibilização de adiantamentos e reembolsos.

OE3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial

- Para o apoio à rede de parques de ciência e tecnologia foi aberto concurso ainda em 2008. Desse concurso resultou a selecção de quatro projectos da maior relevância: Instituto Europeu de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa, UPTEC, Avepark e Sanjotec. Em 2009 apenas a primeira destas operações estava contratada e em avançado estágio de execução.
- Para esta tipologia (PCT) mantêm-se preocupações de uma forte selectividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projectos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte.
- Na rede regional de Áreas de Acolhimento Empresarial ainda não se verificam aprovações. Neste momento encontram-se seleccionados quatro projectos no quadro dos concursos abertos directamente pela Autoridade de Gestão.
- Já nas intervenções geridas pelas CIM / AMP estão aprovados 6 projectos que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes. Correspondem a 54.072 m2 de área de infra-estruturada, cerca de 50% da meta estabelecida para o ano de 2010. Deste modo, e considerando os concursos realizados em 2009 e as operações com aprovações e contratações em curso, é possível afirmar que a meta prevista para 2010 será seguramente ultrapassada.
- Quer os PCT quer as AAE de nível regional, nos termos em que foram definidas nos referenciais dos concursos, correspondem a tipologias exigentes, evidenciando-se a. dificuldade dos potenciais promotores quanto à aquisição dos terrenos necessários.

OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização

- Neste objectivo, 495 micro e pequenas empresas foram objecto de apoio e celebração de contrato até ao final de 2009. Este indicador de realização mais do que triplicou face ao valor registado em 2008, ultrapassando as metas definidas, inclusive para o horizonte temporal de 2015 (450).
- Verificou-se um incremento da procura registada, o que poderá ter origem nas medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos implementadas em Abril de 2009.

- Verifica-se um muito elevado nível de compromisso financeiro .
- Desejável um maior focus na aplicação dos Sistemas de Incentivos, designadamente pela delimitação das CAE elegíveis, privilegiando os sectores transaccionáveis e a aposta nas Estratégias de Eficiência Colectiva.
- É necessário clarificar os níveis efectivos de compromisso financeiro (explicitando os projectos em que não haverá execução) e concentrar os esforços na aceleração da execução dos projectos.

OE 5 – Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

- Verificou-se no ano de 2009 a contratação de 8 operações, envolvendo 73 acções colectivas, apresentadas ao concurso SIAC - Merca 2008. Este concurso visou a dinamização do pequeno comércio urbano em áreas territoriais já definidas no anterior Urbcom (POE/PRIME, QCA III).
- A tipologia associada a este objectivo específico ainda foi pouco utilizada. Procurar-se-á centrar a sua aplicação em acções colectivas em áreas relevantes do ponto de vista económico e com uma delimitação regional clara, nomeadamente as que visam a promoção regional externa de sectores e clusters regionais como os do vinho ou do turismo.

OE 6 – Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento

- Em 2009 foram contratados 2 projectos para a promoção da utilização de tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem (Operação – Escola em Rede) e aumento do número e requalificação dos equipamentos informáticos nas escolas (Operação – Computadores na Sala de Aula). Estes dois projectos foram contratados não ao nível de cada escola mas com o GEPE (Ministério da Educação). Estas operações abrangem 407 escolas dos 2º, 3º ciclo e ensino secundário no caso da Escola em Rede e 247 escolas EB23 no caso dos Computadores na Sala de Aula e inserem-se no Plano Tecnológico da Educação.
- O OE6 deve continuar a orientar-se, predominantemente, para operações de natureza transversal e infra-estrutural, sendo de privilegiar aquelas que abrangem um universo alargado de destinatários finais. Foi esta perspectiva que levou a dar prioridade, num primeiro momento e em coordenação com o Governo da República, operações integradas no Plano Tecnológico da Educação, com uma grande abrangência territorial e de população alvo. É igualmente nesta perspectiva que se equaciona vir a dar prioridade, em 2010, às redes de nova geração em espaços rurais, novamente em convergência com orientações nacionais e, também, prioridades comunitárias.

OE 7 – Promoção de Acções de Eficiência Energética

- Não se registaram contratações de projectos até final de 2009.
- Este OE teve no ano de 2009 o início da sua prossecução através de concursos orientados para a eficiência energética na iluminação pública, para a eficiência energética em piscinas cobertas e para a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP). Todos estes concursos tiveram uma adesão elevada. No entanto, dado o seu encerramento já no último trimestre de 2009, ainda não se verificaram nesse ano aprovações.
- Em preparação reforçar significativamente, em 2010, o apoio a acções de eficiência energética através de concursos orientados para equipamentos sociais e habitação social (em ambos os casos através sobretudo do solar / térmico para águas quentes sanitárias), ponderando-se ainda apoios a equipamentos e sistemas de tri-geração (produção combinada de energia e de “heating” e “cooling”).

EIXO PRIORITÁRIO II – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS

- Taxa de Compromisso: 6,6%; Taxa de Execução: 0,0%
- O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015
- O Eixo Prioritário 2 foi seguramente aquele em que verificou um atraso mais significativo no “arranque”, reflectindo-se esse atraso na reduzida execução física e financeira a 31/12/2009.
- Dada a forte articulação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”; OE3 / “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”; OE5 / EEC PROVERE), foi opção da Autoridade de Gestão não antecipar – pelo menos de modo relevante – a abertura de concursos face ao reconhecimento formal das EEC. Este último, seguindo procedimentos e calendários definidos a nível nacional, ocorreu em regra entre Junho e Julho de 2009.
- Em 2009 foram desenvolvidas as iniciativas necessárias à alteração radical do ritmo de execução do Eixo 2, cujos resultados serão já bem visíveis em 2010: Em 2009 foram já abertos um conjunto relevante de

concursos, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 97,5 M €, já em 2010, verifica-se que à presente data foram abertos concursos representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 51,8 M €

- É assim expectável uma muito forte aceleração da taxas de compromisso e da execução física e financeira. Com efeito, a taxa de compromisso (aprovações / programação 2007-2013), computada em termos de fundo comunitário, observará um incremento de 6,6% (em 31/12/2009) para 20,0% (em 31/03/2010), sendo seguro que este incremento continuará a ocorrer de forma muito significativa ao longo de 2010.
- Como resultado do trabalho de articulação com as EEC, vários projectos em fase de candidatura ou de apreciação denotam um grau de maturação elevado, o que facilitará uma execução sustentada.

OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional

- 21 acções com realização contratada em 2009 e integradas no PDTVD (Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro), as quais decorreram do concurso relativo a acções imateriais.
- O concurso TDINF/1/2008, orientado para o apoio a acções de natureza infra-estrutural associadas ao turismo no Vale do Douro, veio a gerar aprovações apenas em 2010.
- Aberto concurso dirigido para o apoio infra-estrutural às Escolas de Hotelaria e Turismo da Região do Norte.
- Começaram a ser preparados concursos dirigidos para a criação de uma nova rede de Centros de Informação Turística, em articulação com os Planos de Actividade das entidades de Turismo Porto e Norte de Portugal e Turismo do Douro. A abertura destes últimos concursos ocorreu já em 2010.
- Elevada procura por apoios no domínio do Turismo.

OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar

- O ano de 2009 começa por ficar marcado pelo reconhecimento formal da EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar” (Despacho Ministerial de 15 de Julho de 2009) na qual passam a estar integrados um conjunto relevante de projectos-âncora com co-financiamento potencial previsto pelo ON.2.
- Abertos os concursos/convites MAR/TC/PCT/1/2009, MAR/IEBT/1/2009 e MAR/IEBT/DC&T/1/2009, os quais no entanto só vieram a gerar aprovações e contratualização em 2010.
- Destaque para o projecto contratado já em inícios de 2010 que enquadra, numa única operação, dois dos projectos-âncora mais relevantes previstos na EEC: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL) e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto).
- Verificou-se um atraso na implementação deste Objectivo Específico. Considera-se que este problema está agora totalmente ultrapassado, sendo expectável uma muito forte aceleração da taxas de compromisso e da execução física e financeira.

OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade

- Em 2009 ocorreu o reconhecimento formal da EEC “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”, na qual passam a estar integrados um conjunto relevante de projectos-âncora com co-financiamento potencial previsto pelo ON.2.
- Abertos os concursos SACIC-GE/1/2009 e SACIC-IF/1/2009 dirigidos respectivamente (i) ao apoio a grandes eventos susceptíveis de aumentar a atractividade e reconhecimento internacional da Região e (ii) ao apoio a infra-estruturas de promoção e acolhimento de actividades e indústrias criativas. Estes concursos tiveram uma elevada adesão / procura mas só vieram a gerar aprovações e contratualização em 2010.
- Através do SACIC/GCEC/PA/1/2009 procedeu-se ao Convite para apresentação de Programa de Acção que envolva um conjunto integrado de pré-candidaturas de projectos relacionados com a organização do grande evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2010”.
- Verificou-se um atraso na implementação deste Objectivo Específico. Considera-se que este problema está agora totalmente ultrapassado, sendo expectável uma muito forte aceleração da taxas de compromisso e da execução física e financeira.

OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas

- O Objectivo Específico “Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas” está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP.
- Operações já aprovadas prevêm a infra-estruturação prevista de áreas de acolhimento empresarial num total de 195.880 m2, valor já muito próximo da meta prevista para 2010 (200.000 m2).

OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios Rurais

- Este OE foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.
- O reconhecimento formal das EEC PROVERE ocorreu em 15/06/2009, formalizado por Despachos conjuntos dos Ministros competentes. Encontram-se aprovadas na Região do Norte oito EEC PROVERE, o que permite

ultrapassar a meta estimada para 2010.

- Só em 2010 se veio a proceder à abertura de concursos (EEC PROVERE/PA/1/2010 e EEC PROVERE/PC/1/2010) dirigidos ao apoio de projectos inseridos em PROVERE, com excepção dos projectos empresariais (estes últimos devendo ser apresentados no quadro dos Sistemas de Incentivos).

EIXO PRIORITÁRIO III – VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

- Taxa de Compromisso: 56,7%; Taxa de Execução: 3,9%
- O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.
- Relativamente ao processo de Requalificação da Rede Escolar do ensino Básico e Pré-Escolar, dinamizando a construção dos centros Escolares e o encerramento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com menos de 10 alunos, de modo a permitir aos alunos da Região do Norte melhores condições de ensino e de socialização;
- No que se refere aos equipamentos de Saúde, onde as aprovações de projectos permitem a cobertura da quase totalidade da região, modernizando e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população.
- É igualmente de registar o contributo para a sustentabilidade ambiental da Região do Norte, protagonizado pela intervenção em 392.656 hectares de áreas integradas em parques naturais, reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e domínio público hídrico.

OE 1 – Valorização e Qualificação Ambiental

- Embora não tendo ainda havido aprovações, foram, no entanto, abertos concursos nas tipologias RNT (11/12/2009), RSU – CIM Cávado (11/12/2009) e RLCZE (05/08/2009).
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Tratando-se de intervenções em solo rural, dificuldade de identificação dos artigos matriciais objecto da intervenção e dos títulos comprovativos da propriedade dos mesmos, bem como dos pareceres referentes à Reserva Ecológica Nacional.
- Para combater esta situação foram tomadas as seguintes medidas: Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores; articulação com os serviços de Ordenamento do Território da CCDR-N, entidade com competência para a emissão de pareceres de compatibilidade com a REN.

OE 2 – Gestão Activa da Rede Natura e da Biodiversidade

- Foram aprovados 36 projectos que, no seu conjunto abrangem uma área de 392.656 hectares de área classificada, o que corresponde a 43,1% da área classificada da Região do Norte (Metas 2010: 37% e 16 intervenções; Metas 2015: 55% e 50 intervenções).
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Tratando-se de intervenções em solo rural, dificuldade de identificação dos artigos matriciais objecto da intervenção e dos títulos comprovativos da propriedade dos mesmos, bem como dos pareceres referentes à Reserva Ecológica Nacional.
- Para combater esta situação foram tomadas as seguintes medidas: Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores; articulação com os serviços de Ordenamento do Território da CCDR-N, entidade com competência para a emissão de pareceres de compatibilidade com a REN.

OE 3 – Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade

- Não houve abertura de concursos no Ciclo Urbano da Água.
- Na tipologia Requalificação da Rede Escolar, foram aprovadas 254 intervenções que beneficiaram directamente 55.933 alunos. Destas intervenções, 17 já se encontram concluídas, beneficiando 3.744 alunos (Metas 2010: 112 intervenções e 22.100 alunos; Metas 2015: 223 intervenções e 44.200 alunos).
- No que respeita aos equipamentos de Saúde, foram aprovadas 31 intervenções que fazem a cobertura de quase totalidade da Região do Norte (Metas (n.º) 2010 – 71; 2015 – 90).
- Não houve aprovações nos Equipamentos Sociais, tendo, no entanto, sido aberto um concurso em 11/12/2009.
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, problema agravado pela utilização de valores de referencia muito discriminados para o cálculo financeiro do montante elegível das candidaturas.
- Dificuldade de obtenção dos pareceres do GEPE do Ministério da Educação, devido ao elevado número de candidaturas.

- Medidas tomadas para combater esta situação são as seguintes: Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores; articulação com a Direcção Regional da Educação do Norte.

EIXO PRIORITÁRIO IV – QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO

Taxa de Compromisso: 7,7%; Taxa de Execução: 0,8%

- A aprovação de Programas de Acção no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sendo um processo inovador de intervenção nos aglomerados urbanos, envolvendo diversos agentes com capacidade de intervenção naqueles espaços, poderá, a prazo, contribuir para o desenvolvimento de processos de planeamento urbano participado e para o envolvimento de parceiros privados, estimulando novas formas de gestão das cidades.
- A Criação de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação permite colocar as intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental.
- A implementação das parcerias aprovadas perspectiva a criação de redes entre cidades, rentabilizando a utilização de serviços e equipamentos, promovendo a criação de economias do custo de gestão, garantindo uma melhor cobertura populacional a nível dos serviços prestados permitirá a criação de actividades urbanas mais competitivas.
- A promoção da mobilidade territorial através da diminuição dos pontos de sinistralidade e da diminuição dos tempos de percurso constitui um contributo decisivo para a estruturação do território da região e para a criação da sua rede urbana.

OE 1 – Promoção de Operações para a Excelência Urbana e de Redes para a Competitividade e Inovação

- Foram aprovadas 55 intervenções integradas de requalificação urbana (Meta 2010 – 2; Meta 2015 – 8).
- A população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas é igual a 220.570 habitantes (Metas: 2010-100.000 hab.; 2015 – 400.000 hab.).
- Foram envolvidas, em redes urbanas para a competitividade, 14 cidades (Metas (n.º): 2010 – 8; 2015 – 16).
- O espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel é de 6.250 m2 (Metas: 2010 – 8.000 m2; 2015 – 40.000 m2).
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, agravado pelo facto de serem as primeiras com recurso a Programas de Acção e Programas Estratégicos.
- Dificuldades na avaliação do mérito das candidaturas devido ao elevado número de peritos envolvidos.
- Medidas tomadas para combater esta situação são as seguintes: Realização de reuniões com os líderes das parcerias para a preparação da instrução das candidaturas; apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores na fase de submissão das candidaturas.

OE 2 – Promoção de Operações Integradas em Zonas Prioritárias de Regeneração Urbana

- Foram assinados 37 protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (Metas (n.º): 2010 – 12; 2015 – 30).
- A Área intervencionada por operações de regeneração urbana foi de 138.300 m2 (Metas: 2010 - 160.000; 2015 – 400.000).
- A população abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas é igual a 400.000 habitantes (Metas: 2010 – 24.000 hab.; 2015 – 60.000 hab.).
- Idem OE1 no que respeita a problemas e medidas para os superar.

OE 3 – Promoção da Mobilidade Urbana

- Foram aprovadas 105 operações de tratamento de pontos negros rodoviários a que corresponde uma redução da sinistralidade estimada em 30% (Metas (n.º): 2010 – 22; 2015 – 76).
- Não houve aprovações nem concursos abertos nas tipologias Interfaces e Acessos a Plataformas Logísticas.
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas.

- As principais medidas tomadas para combater esta situação relacionaram-se com o apoio técnico no sentido de esclarecer os promotores.

OE 4 – Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional

- Foram aprovadas 364,5 km de rede viária apoiada, o que corresponde uma redução média de percursos de 10% (Metas: 2010 – 50 km; 2015 – 190 km).
- Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas.
- As principais medidas tomadas para combater esta situação relacionaram-se com o apoio técnico no sentido de esclarecer e instruir os promotores.

EIXO PRIORITÁRIO V – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

- Taxa de Compromisso: 15,7%; Taxa de Execução: 0,3%
- A execução física e financeira do Eixo Prioritário 5 denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas.
- Note-se que dos 141,9 milhões de euros programados para o fundo comunitário afecto ao Eixo 5, 42,5 milhões foram consignados à subvenção global a utilizar no quadro da delegação de competências em associações de municípios (CIM e AMP), situando-se a taxa de compromisso nesta componente nuns escassos 3,3%.

OE 1 – Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local

- No ano de 2009, a iniciativa mais relevante no âmbito do Eixo foi a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração. Estas operações decorrem do Programa de Acção protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP.
- O número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços (estes últimos já aprovados em 2008) ultrapassa já a meta estabelecida para 2015.
- Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida já se aproxima muito da meta estabelecida para 2015.
- O ritmo de execução das operações aprovadas tem sido mais lento que o previsto, sobretudo devido às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional. A Autoridade de Gestão tem acompanhado de perto esta questão, através de interações frequentes com a AMA.

OE 2 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local

- Após o reconhecimento formal das EEC PROVERE (ocorrido em 15/06/2009), procedeu-se à abertura do concurso PROVERE – CGP (PC) / 1 / 2009, tendo em vista apoiar as entidades encarregadas de dinamizar, coordenar, monitorizar e gerir os 8 programas PROVERE entretanto reconhecidos. As aprovações relativas a este concurso vieram a ocorrer já em 2010.
- Em 2009 não se verificaram progressos significativos neste OE. Assim, a Autoridade de Gestão começou a preparar, ainda em 2009, um conjunto coerente de orientações e de preparação de avisos de abertura de concursos. Como resultado desse esforço foi possível proceder, já em 2010, à abertura de concursos de promoção e capacitação institucional orientados para a promoção e capacitação nos domínios (i) da internacionalização (congressos internacionais, participação em redes internacionais e em projectos de cooperação internacional), (ii) das associações intermunicipais (CIM e AMP), (iii) das entidades da administração pública com intervenção, a nível da Região do Norte, no desenvolvimento regional e, ainda, (iv) das redes institucionais com intervenção nas dimensões competitividade e inovação e desenvolvimento social e humano.

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

Em respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da protecção do ambiente, de igualdade de oportunidades e não discriminação, através da implementação do Programa Operacional, a Autoridade de Gestão do ON.2 assegurou que as operações financiadas pelo Programa cumpriam com a legislação nacional e comunitária vigentes.

2.2.1. Regras da Concorrência

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas, no entanto pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem factores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia, a saber:

Os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 do Conselho de 7 de Maio (em 2008 foi publicado o Regulamento de Isenção por Categoria - Regulamento (CE) 800/2008) e os auxílios concedidos ao abrigo da regra de minimis.

A regra de minimis foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 87.º e, por conseguinte, não sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 88.º. Os auxílios de minimis não são considerados auxílios estatais na acepção do n.º 1 do artigo 87.º. Devido ao seu reduzido valor, não são considerados incompatíveis com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia.

Este tipo de auxílios são concedidos num período de três anos e não podem exceder o limiar fixado para este efeito. Esse limiar foi inicialmente de 200.000 Euros, sendo que na sequência das medidas prevista na Comunicação da Comissão Europeia - “Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica” (2009/C 16/01, de 22 de Janeiro), foi permitido o alargamento da margem no limite de minimis até ao limiar de

500.000 Euros. Esta medida foi transposta para o QREN através da publicação da Portaria 184/2009, de 20 de Fevereiro, aplicando-se o novo limiar a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.

Ainda no que concerne especificamente aos apoios de minimis, os quais até final de 2009 ascendiam a um total de 10,2 milhões de Euros no conjunto dos projectos aprovados no ON.2, importa referir que o procedimento de controlo de acumulação de ajudas, determinado pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, é efectuado através do Registo Central de Auxílio de minimis. Este Registo Central de Auxílios concedidos ao abrigo da regra de minimis, está consagrado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/2009, de 20 de Março, a qual atribui ao IFDR a responsabilidade por esse Registo Central e pelo controlo da acumulação das referidas ajudas.

Como é consabido, no âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos Programas Regionais, foram criados três sistemas de incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à Inovação.

Considerando que os regulamentos específicos de cada um dos Sistemas de Incentivos respeitam o definido em termos de enquadramentos comunitários e que os Sistemas de Incentivos têm que ser enquadrados em termos de regras da concorrência (por notificação ou envio de informação à CE, no caso de regimes isentos de notificação), o cumprimento dessas mesmas regras está automaticamente assegurado pela própria observância das regras nacionais. Os auxílios comunicados à Comissão Europeia e a sua data de envio constam do quadro infra.

Quadro 9 – Auxílios comunicados à Comissão Europeia

Nº Auxílio	Enquadramento Comunitário	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	Envio para CE: Dez-2007 e Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	Envio para CE: Mar-2009

Importa ainda referir que os sistemas de incentivos têm os enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas, enquadramentos que sofreram algumas evoluções desde o início da implementação do Quadro Comunitário, nomeadamente, com a publicação a 6 de Agosto de 2008 do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC).

O quadro seguinte apresenta uma síntese do enquadramento comunitário de cada Sistema de Incentivos, desde 2007 até à data, contemplando ainda a distribuição do FEDER aprovado no ON.2, por SI e tipo de enquadramento.

Quadro 10 – Síntese do Enquadramento por Sistema de Incentivos

Instrumento	Disposições Transitórias (a)	Enquadramento Comunitário Anterior (b)	Enquadramento Comunitário Actual (c)	FEDER aprovado (2007-2009)
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais)	X 404/2009 (RGIC)	138.748
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		Minimis	Minimis	926
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME)	X 404/2009 (RGIC)	52.206
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		AE N 780/07 (SI I&DT)		
		Minimis	Minimis	8.757
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	AE N 780/07 (SI I&DT)	X 404/2009 (RGIC)	31.326
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
	Minimis	Minimis	Minimis	543

Legenda:

- (a) Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT
- (b) Antes da entrada em vigor do RGIC
- (c) Após entrada em vigor do RGIC

Un: mil Euros

Por último, os quadros seguintes explicitam para cada Sistema de Incentivos o enquadramento actual em termos de Auxílios de Estado, bem como os enquadramentos aplicados em fases anteriores:

Quadro 11 – SI Inovação – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Activo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			

Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	RGIC (Art.º 26)	50%
	Não PME	Minimis	(b)
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	(b)
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica

Legenda:

(a) Apenas a participação em feiras e exposições

(b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

Quadro 12 – SI Inovação – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Activo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		Auxílios Regionais (b)	RGIC (Art.º 13)
Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Não PME	Minimis	Minimis
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	Minimis
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)

Legenda:

(a) Apenas a participação em feiras e exposições

(b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

Quadro xx – SI I&DT – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projectos Individuais	Todas excepto Despesas com a protecção da propriedade intelectual e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		RGIC (Art.º 31)	Dependente da classificação entre investigação industrial e investigação experimental
Proj. em Co-Promoção (Empresas)				
Proj. Demonstradores				
Proj. Mobilizadores				
Núcleos de I&DT e Centros de I&DT		(b)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Aux. Reg. 2007-2013

Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	(a)
Proj. em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	-
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	-
Vale I&DT			RGIC (Art.º 36)	(a)

Legenda:

(a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

(b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis

Quadro 13 – SI I&DT – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado

Quadro 13 – SI&DT – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado					
Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário Disposições Transitórias	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Projectos Individuais	Todas excepto Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições	PME	Auxílios às PME (I&D&I)	AE N 780/07	RGIC (Art.º 31)
Proj. em Co-Promoção (Empresas)		Não PME	Minimis		
Proj. Demonstradores					
Proj. Mobilizadores			Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
Núcleos de I&DT		PME	Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
Centros de I&DT		Não PME	Minimis	Auxílios Regionais	RGIC (Art.º 13)
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	Minimis	Minimis
Projectos em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar investimento empresarial	Similar investimento empresarial	Similar investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado

Vale I&DT			Minimis	AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)
-----------	--	--	---------	-------------	-----------------

Legenda:

(a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

(b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis

Quadro 14 – SI Qualificação PME – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projectos Individuais e Cooperação e Projectos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, excepto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, excepto Transportes RGIC (Art.º 13)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projectos Individuais e Cooperação e Projectos	Minimis	(b)
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 26)	50%
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	(b)
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica
Projectos Conjuntos (Não PME)	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 19)	45% (Médias Empresas) 55% (Pequenas Empresas)
			Minimis	(b)
Projectos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	
Vale Inovação			RGIC (Art.º 36)	(b)

Legenda:

(a) Apenas a participação em feiras e exposições

(b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

Quadro 15 – SI Qualificação PME – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Projectos Individuais e Cooperação e Projectos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, excepto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, excepto Transportes RGIC (Art.º 13)	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projectos Individuais e Cooperação e Projectos	Minimis	Minimis
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	Minimis
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		–	RGIC (Art.º 19)
Projectos Conjuntos (Não PME)			Minimis	Minimis
Projectos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale Inovação			AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Legenda:

(a) Apenas a participação em feiras e exposições

(b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor

Legenda:

RGIC - Regulamento (CE) 800/2009 de 6 de Agosto

Minimis - Regulamento (CE) 1998/2006 de 15 de Dezembro

Auxílios Regionais - Regulamento (CE) 1628/2006, de 24 de Outubro

Auxílios às PME - Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro

Auxílios à Formação - Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro

Auxílios às PME (I&D&I) - Regulamento (CE) 364/2004 de 5 de Fevereiro

AE N 780/07 - Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)

2.2.2. Mercados Públicos

A Autoridade de Gestão do ON.2, nos termos nacionais e comunitários aplicáveis, disciplinou esta matéria, conforme descrito no Relatório de Execução do Programa de 2008, através da elaboração e divulgação da Orientação Gestão 4 (2008).

Esta Orientação de Gestão que aprovou a 'Metodologia de verificação dos procedimentos de contratação pública' teve por objectivo clarificar, junto dos Beneficiários do ON.2, por um lado, as normas já existentes, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, e por outro, identificar as mais recentes disposições legais a observar na vigência do Código dos Contratos Públicos.

Pretendeu-se ainda com esta Orientação fixar a metodologia de verificação adoptada pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo em vista o cumprimento das regras dos mercados públicos. Esta tarefa destinou-se, ainda, a suportar a verificação da elegibilidade da despesa e do cumprimento das exigências legais, procurando prevenir, sempre que possível, a ocorrência de situações de irregularidade.

Assim, e de forma a assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários foram efectuadas, nesta temática, no estrito cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de contratação pública, impôs-se verificar os documentos que fundamentam a adjudicação e os contratos públicos celebrados pelos Beneficiários do ON.2, acompanhando a sua execução. Esta verificação é efectuada de forma sistemática e por amostragem.

Os elementos que permitem proceder às verificações acima identificadas decorrem, entre outros, dos elementos fornecidos pelos Beneficiários aquando do preenchimento da 'Ficha de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública'.

De uma forma sucinta, o preenchimento das 'Fichas de Verificação' destina-se a apurar se da informação prestada e dos elementos anexos à 'Ficha de Cumprimento' preenchida pelo Beneficiário, é confirmado o procedimento adoptado em cada etapa, e se existe ou não a apresentação por parte do Beneficiário do fundamento para as eventuais excepções aplicáveis.

Complementarmente, a Autoridade de Gestão, promoveu a realização de verificações físicas e administrativas junto do Beneficiário e contemplou no seu plano anual a realização de auditorias temáticas, por amostragem, cujos precisos termos e critérios de selecção/risco foram definidos, no âmbito das acções de Controlo Interno.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos, os Organismos Intermédios utilizam as Orientações de Gestão emanadas pelo POFC e aplicáveis aos PO Regionais nos Sistemas de Incentivos (n.ºs 04/POFC/2008 e 03/POFC/2008) que têm como objectivo operacionalizar o regime de contratação pública, mediante a aplicação das disposições legais em matéria de contratação pública às entidades promotoras de projectos apoiados, bem como apresentar a metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas a adoptar, no caso Sistema de Incentivos, em função das competências de gestão que foram objecto de delegação, nos respectivos Organismos Intermédios, na verificação da despesa apresentada pelos promotores.

De salientar que a implementação desta Metodologia de Verificação, descrita no Sistema de Gestão e Controlo do Programa (SGC do ON.2) e como tal considerada conforme quer pela Autoridade de Auditoria quer pela Comissão Europeia, implica, todavia, uma permanente atenção e actualização por parte da Autoridade de Gestão.

Assim e nos últimos meses do ano de 2009 a Autoridade de Gestão iniciou os trabalhos de revisão desta Metodologia.

2.2.3. Protecção do Ambiente

As acções co-financiadas devem ser coerentes com os princípios e objectivos de desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente, referidos no Tratado da União Europeia. Assim, devem observar a legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no artigo 6º do Tratado e nos termos do qual as “exigências em matéria de protecção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas” da União Europeia.

Assim, é exigido que as operações co-financiadas pelo ON.2 disponham de toda a informação requerida no respectivo Regulamento Específico e demonstrem um grau de maturidade adequado. Este requisito prende-se com a necessidade de salvaguardar a celeridade que é imposta à execução das operações pelas regras comunitárias, significando, em termos práticos que os processos de licenciamento ou autorização dos projectos de natureza material se encontram concluídos ou praticamente finalizados. Daí decorre que a demonstração do cumprimento da legislação sobre Ambiente, e também sobre Ordenamento do Território, já foi devidamente verificada pelas autoridades competentes. Assim e para a instrução da candidatura exige-se a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

A própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto

apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Ainda no que concerne às questões ambientais e tendo presente as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia - DOC COCOF 08/0020/01, em fase de candidatura, a Autoridade de Gestão do ON.2 solicita e certifique que existem as licenças em matéria ambiental necessárias a execução de uma determinada operação.

Em sede de acompanhamento, nas verificações no local a estrutura de gestão dará a devida evidência dessa tarefa nos relatórios efectuados, utilizando para o efeito a 'Ficha para verificações no local' anexa ao 'Manual de procedimentos do ON.2'.

Por fim, importa dar nota que, na sequência de uma recomendação da Autoridade de Auditoria, a Autoridade de Gestão do ON.2 em colaboração com os competentes serviços da CCDRN empreendeu um trabalho que pretende vir a actualizar e divulgar todas as regras nacionais e comunitárias ambientais em vigor.

2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação

Nos termos do artigo 16º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, os Estados membros e a Comissão devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspectiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos.

A Autoridade de Gestão do ON.2 tendo em vista o cumprimento desta política e de forma a evitar toda e qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, no que respeita ao acesso aos fundos comunitários, através da 'Ficha de verificações no local' que integra o 'Manual de Procedimentos do ON.2' verifica se as operações financiadas:

- Contribuem para a ausência de constrangimentos ou limitações à plena observação desta política comunitário;
- Minimizam as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa e,
- Asseguram a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional.

Concorre para esta verificação a obrigação que impende sobre o Beneficiário de aquando da apresentação da sua candidatura declarar sob compromisso de honra que assegurar de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de igualdade de oportunidades devendo ainda em sede de preenchimento dos dados gerais da

candidatura, ao nível dos indicadores de emprego, mencionar o número/duração de relações contratuais a preencher em função do género.

Em relação às operações contratadas pelo ON.2 em 2009 foram financiados, nos sistemas de incentivos, 17 projectos de empreendedorismo feminino e 26 de empreendedorismo jovem, num total de, respectivamente, 11,8 milhões de euros e 10,2 milhões de euros FEDER, para um investimento total de 60,8 milhões de euros.

Foi igualmente aberto um aviso para o financiamento de creches, já decidido em 2010, e que financiou um conjunto de 27 creches, que irão aumentar o acolhimento de crianças em 1.082 lugares, sendo o investimento total de 11,6 milhões de euros e o investimento FEDER de 6,4 milhões.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

A Autoridade de Controlo – IGF – no seu relatório de controlo anual de 2009 ao ON.2, referiu o seguinte:

“Os relatórios e pareceres anuais de auditoria apresentados pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (nº 1 da alínea d) subalínea i) do Art.º 62.º do regulamento (CE) N.º 1083/2006, do Conselho, e do n.º 2 do Art.º 18.º do Regulamento (CE) N.º 1828/2006, da Comissão), elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que os respectivos sistemas de gestão e controlo funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu á aceitação dos mesmos.

Este procedimento colocou Portugal entre os Estados-membros que cumpriram aquele requisito regulamentar, evitando interrupções nas transferências financeiras oriundas da Comissão.”

Por sua vez, a Comissão Europeia no Encontro Anual realizado em Novembro de 2009, questionou a Autoridade de Gestão quer quanto aos resultados de parcerias eventualmente criadas no âmbito do Programa, bem como a estratégia a desenvolver nesta matéria tendo em vista o desenvolvimento de sinergias e a complementaridade de acções, quer quanto à complementaridade com outros instrumentos e programas da União Europeia, e

nomeadamente sobre a forma como a coordenação com o FSE, o FEADER, o FEP e o BEI é assegurada, visando a delimitação clara de competências e de âmbitos de intervenção.

2.3.1. Problemas associados ao ciclo de vida do período de programação do QREN / POs

Em 2009, ainda se fizeram sentir um conjunto de problemas associados ao ciclo temporal do actual período de programação, tendo em conta a aprovação tardia dos Programas Operacionais e, ainda, o inevitável período de sobreposição entre o encerramento do QCA III e a implementação dos PO do QREN. Estes problemas estão hoje ultrapassados mas justifica-se aqui uma breve referência, pois ainda penalizaram em maior ou menor grau a execução do ON.2 em 2009.

| 51

A) *Timing do encerramento do QCA III e do ON*

Como constrangimento de ordem geral assinala-se o *timing* (sistematicamente adiado) de encerramento do QCA III. O atraso no encerramento do QCA III conduziu a uma sobreposição ao longo de um período de 3 anos (2007, 2008 e 2009) de dois quadros comunitários, situação que nesta dimensão não tem precedente em programações anteriores. Recorda-se que o alargamento do prazo de execução do QCA III foi decidido pela Comissão europeia (CE) no contexto da actual crise económica. Em concreto, o encerramento formal do ON só virá a ocorrer em Setembro de 2010.

Assumida como prioridade máxima o encerramento do QCA III foram, consequentemente, reclamados para esse efeito recursos técnicos que, em simultâneo, estão afectos à estrutura de apoio técnico do ON.2, o que gerou consequências negativas e significativas ao nível da disponibilidade efectiva das equipas que integram os Secretariados Técnicos desta Autoridade de Gestão.

Esta sobreposição dos dois Quadros Comunitários teve implicações também, para as próprias entidades beneficiárias (destacando aqui os Municípios da Região Norte como principal grupo de Beneficiários do anterior Quadro Comunitário e do ON.2), as quais evidenciaram dificuldade em executar em simultâneo projectos em co-financiamento pelo QCA III e pelo ON.2. Considera-se que este problema está ultrapassado.

B) *Alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior*

O início do período de programação 2007-2013 não foi precedido de um quadro normativo estável que teria certamente permitido níveis de conhecimento, de estabilidade e de

segurança desejáveis para a condução dos procedimentos. Muito pelo contrário, a elaboração de Regulamentos, Normas e Documentos de Enquadramento já em período de execução do Programa condicionou consideravelmente a actuação das Autoridades de Gestão. Não obstante, a Autoridade de Gestão do ON.2 empreendeu um enorme esforço no sentido da abertura de concursos num tempo e num número de tipologias abrangidas que acabou por minorar os inconvenientes daquele atraso.

A este nível, permanece em aberto o trabalho de revisão e harmonização dos Regulamentos Específicos, de modo a standardizar um conjunto de questões transversais relativas a conceitos e procedimentos e, também, a harmonizar esses Regulamentos com o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão. A eficácia desta iniciativa já está algo diminuída, face aos valores actuais das taxas de compromisso e das dotações afectas a concursos ainda sem decisão. Mesmo assim, espera-se que a referida revisão dos Regulamentos esteja concluída em breve, e que a mesma mantenha uma adequada margem de manobra às Autoridades de Gestão para, em relação a cada concurso e tendo em conta as suas necessidades e opções estratégicas e/ou de gestão, decidir o modo de apresentação das candidaturas (por concurso ou convite directo), as condições de admissão e aceitação das operações, os prazos de análise da admissibilidade e do mérito da candidatura.

C) Complexidade de tipologias e aprovação tardia de programas de acção

Tal como já foi referido quer o QREN em geral quer o ON.2 em particular passaram a incorporar de modo mais alargado um princípio de enquadrar operações individuais em programas de acção diversos, de forma a maximizar a coerência estratégica das intervenções e, em certos casos, a induzir uma desejável integração de instrumentos. Este tipo de arquitectura é, no entanto, mais exigente do ponto de vista operacional pois tende a fazer com que a aprovação ou o reconhecimento de programas de acção ocorra previamente aos procedimentos conducentes à aprovação de operações individuais.

Com efeito, verificou-se o reconhecimento tardio das Estratégias de Eficiência Colectiva, sendo que no que respeita aos Pólos de Competitividade e Tecnologia e aos Outros Clusters o processo de reconhecimento formal só terminou em 15/072009 e no caso dos PROVERE em 29/072009.

Considerando este “timing” das EEC, e para não prejudicar a execução do Programa Operacional ON.2, tornou-se inevitável para esta Autoridade de Gestão tomar a iniciativa de divulgação de Avisos relativos a concursos gerais cobrindo diversas tipologias (assim, por exemplo, no domínio das indústrias criativas, da economia do mar ou, ainda, no domínio das infra-estruturas tecnológicas), os quais vieram a enquadrar operações posteriormente consideradas como projectos-âncora de EEC.

Considera-se que este problema está, no essencial, resolvido.

2.3.2. Problemas operacionais e administrativos ao nível dos procedimentos

A) Sistema de Informações

Ao longo do ano o sistema de informação do ON.2 teve os desenvolvimentos previstos na programação elaborada em 2008 e que estão descritos no ponto 2.7.10.

A Autoridade de Gestão viu no entanto a sua actividade seriamente prejudicada pela necessidade de adaptação a sucessivas alterações das orientações da Autoridade de Certificação e da Autoridade de Pagamento, com impacto no sistema de informação. Com efeito a implementação de procedimentos implicou um esforço acrescido às equipas do Secretariado Técnico, acarretando quase sempre a necessidade de se obter manualmente novos dados a partir de milhares de candidaturas, com prejuízo para o tempo disponibilizado na análise da admissibilidade e mérito das mesmas e na sua execução, nomeadamente em sede de acompanhamento e análise dos pedidos de pagamento.

Estes desenvolvimentos ainda não estão concluídos, pelo que o sistema de informação ainda não está actualizado, procurando a Autoridade de Gestão adoptar medidas que minimizem esses impactos.

B) Sistema de Gestão e Controlo

O Sistema de Gestão e Controlo conforme exigido pelo Regulamento (CE) 1083/2006 às Autoridades de Gestão reclama destas uma significativa carga de trabalho às equipas técnicas em resultado da obrigatoriedade de demonstração constante de evidências sobre as tarefas executadas. Esta situação foi consideravelmente agravada pela exigência de supervisão das tarefas desempenhadas pelos organismos nos quais a Autoridade de Gestão delegou competências – Organismos Intermédios (CIM e Organismos Técnicos dos Sistemas de Incentivos).

Igualmente, o facto de ter sido exigido um grau elevado de segregação de funções às equipas técnicas não permite uma optimização na utilização dos recursos, face às cargas de trabalho que ocorrem em períodos determinados. A segregação de funções, está a dificultar a operacionalização das equipas do Secretariado Técnico, situação que tende a agravar-se no futuro. Com efeito, tem sido afirmado que para além da natural segregação entre quem gere as candidaturas e quem gere financeiramente os pedidos de pagamento, tem de haver uma segregação entre quem analisa as candidaturas e quem acompanha a respectiva

execução física. Esta dupla segregação torna mais demorada a verificação da execução física e, por consequência, da execução financeira, pois o desconhecimento pessoal do projecto, e das condições de aprovação requer um tempo acrescido de análise; adicionalmente, o conhecimento das especificidades técnicas do sector financiado (é distinto o acompanhamento de projectos imateriais e o acompanhamento de projectos infra-estruturais, equipamentos sociais ou projectos de qualificação ambiental ou urbana), facilitam essa verificação o que pode deixar de ser possível com esta segregação.

A obrigatoriedade também imposta às Autoridades de Certificação e de Auditoria de supervisionarem o Programa acarretam um excesso de trabalho às equipas técnicas que constantemente estão sujeitas a programas de auditoria não previamente planeados e a constantes pedidos de envio de informação adicional de suporte às mesmas. As consequências desta sobreposição não se circunscrevem ao domínio das autoridades de Gestão, mas também às próprias entidades promotoras.

No domínio da segregação de funções, recomenda-se que as autoridades responsáveis pelas auditorias, preservando o objectivo último dessa segregação mas de modo ajustado à dimensão das equipas técnicas, ponderem o melhor entendimento sobre o grau de segregação de funções exigível às Autoridades de Gestão. Mais se recomenda que esta matéria seja decidida e estabilizada com a máxima brevidade.

Já no domínio das iniciativas de auditoria, recomenda-se a necessidade de que essas iniciativas sejam devidamente articuladas e planeadas pelas diversas autoridades competentes (nacionais e comunitárias) de modo a que, quer a Autoridade de Gestão quer as entidades beneficiárias, consigam planear e dar resposta eficaz àquelas iniciativas. Recomenda-se ainda que aquela articulação seja efectuada não apenas em termos do calendário das acções de auditoria empreendidas por diversas entidades, como também, do conteúdo e das solicitações de que podem ser alvo as Autoridades de Gestão e os Beneficiários. A experiência neste domínio evidencia níveis de sobreposição de pedidos de informação que, estamos certos, poderão ser adequadamente articulados de modo a evitarem acréscimo do esforço reclamado à entidade auditada.

C) Alterações normativas com impacto directo no QREN 2007-2013: alguns exemplos

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro: Neste domínio destacam-se que as alterações introduzidas em alguns domínios (assim o caso da contratação pública) na pendência deste Quadro Comunitário contribuíram para a criação de níveis acrescidos de dúvida e alguma insegurança na gestão dos processos de candidatura.

Realce-se que a tipologia de beneficiários que se encontra prevista nos diferentes Regulamentos Específicos é bastante alargada (vg. municípios, associações de municípios,

associações empresarias, associações civis sem fins lucrativos, fundações de direito privado, entre outras), colocando nas equipas técnicas responsáveis pela análise de candidaturas um esforço acrescido de estudo de situações concretas, nem sempre equiparáveis, para emissão de parecer neste domínio.

Projectos Geradores de Receitas: Também neste domínio ocorreu uma alteração substancial em relação ao regime vigente no QCA III. A inexistência de Orientações Técnicas gerais e comuns a todos os Programas Operacionais neste concreto domínio e noutros de natureza transversal contribui para desarticulação e níveis de insegurança no tratamento de determinadas matérias absolutamente indesejáveis.

| 55

Sendo certo que as alterações normativas são um dado inevitável e incontável pelas Autoridades de Gestão, certo é que essas mudanças geram, por natureza, algum nível de incerteza na aplicação dos normativos em causa. Considera-se desejável reforçar uma dinâmica conjunta de entidades com intervenção transversal ao nível do QREN 2007-2013 (a Comissão Técnica de Coordenação Ministerial, o IFDR, a IGF) para que transmitam, em tempo oportuno e de modo transversal, determinadas orientações que auxiliem a condução da gestão dos Fundos Comunitários. Neste sentido seria útil que as autoridade de coordenação técnica do QREN, de controlo e de certificação, nos domínios das suas competências emitissem orientações claras e precisas em resultado das quais seja possível alinhar os procedimentos a instituir pelas Autoridades de Gestão. Em defesa desta recomendação não se identifica que uma actuação de carácter “pedagógico” conflitua com a isenção e autonomia por que se deve pautar actuação de qualquer daquelas entidades. Na mesma senda de fomentar a articulação e coordenação das diferentes entidades recomenda-se ainda a criação de bases de dados de registo de entidades que disponham de informação relevante para a referida gestão de fundos comunitários; dessa informação realça-se o conhecimento de pareceres jurídicos. É de todo conveniente a existência de reuniões periódicas entre as unidades técnicas (jurídicas, eixos, pagamentos...).

D) Problemas ao nível da análise da admissibilidade e mérito bem como ao nível da contratação com os promotores

Neste concreto domínio a Autoridade de Gestão do ON.2 tem vindo a constatar que o tempo médio que decorre entre o termo do prazo para apresentação de candidaturas e a notificação da aprovação final da mesma é, por regra, superior ao prazo indicativo que para o efeito a Autoridade de Gestão define nos correspondentes Avisos de Abertura de Concursos. Esse desvio de tempo deve-se, no entender desta Autoridade de Gestão a alguns factores que a seguir se indicam.

Em primeiro lugar persiste a constatação que a instrução das candidaturas apresentadas junto da Autoridade de Gestão do ON.2 não satisfaz, na sua generalidade, um nível de completude e qualidade que permita concluir, sem mais, a análise da sua admissibilidade, tal qual a mesma deve ser conduzida à luz dos requisitos previstos nos Regulamentos Específicos, no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e nos Avisos relativos ao Concurso. Esta constatação pode ser facialmente demonstrada por esta Autoridade de Gestão pelo número e teor de pedidos de esclarecimento e de informação complementares que têm de ser dirigidos aos promotores para percepção de aspectos essenciais como, por exemplo, a estrutura financeira da candidatura e a justificação da natureza e do montante de despesas apresentadas.

Neste domínio, a Autoridade de Gestão do ON.2 tem procurado integrar, na concepção dos Avisos de Abertura de Concursos ou em Orientações Técnicas Específicas, mecanismos de auto-verificação de elementos e de documentos por parte do promotor, sensibilizando as diferentes entidades para a necessidade de uma instrução correcta das candidaturas.

Em segundo lugar, verifica-se que com muita frequência os projectos revelam, na prática, e face à informação com é instruída a candidatura, um grau de maturação aquém do que pressupõem os requisitos de admissão e aceitação das candidaturas regulamentarmente definidos. Concretizando, toma-se como exemplo paradigmático as candidaturas de natureza infra-estrutural, para as quais se exige, na fase da admissão e aceitação, que as mesmas disponham de projecto técnico de arquitectura/de engenharia aprovados e dos pareceres sectoriais emitidos pelas autoridades competentes.

Constata-se, na grande maioria dos casos, que aquelas condições, não só não existem à data da submissão da candidatura, como tendem a verificar-se apenas e só se o promotor tiver a garantia da aprovação do projecto e do montante FEDER concedido.

Diga-se do mesmo modo, quanto à impossibilidade de, até ao momento da celebração do contrato de co-financiamento, o promotor apresentar documentos definitivos sobre a legitimidade que lhe assiste para intervir no espaço abrangido pela candidatura. Nos casos em que é necessária a legitimidade para intervir em terrenos, raras são as situações em que o promotor comprova dispor de plena legitimidade para intervir em todo o espaço exigido para a infra-estrutura que candidata.

Estas circunstâncias afectam de sobremaneira a análise de admissibilidade e de decisão sobre as candidaturas. Este “impasse” tem sido ultrapassado quase sempre através do mecanismo de aprovações condicionadas à verificação de determinadas condições. Todavia, saliente-se que as aprovações condicionadas não geram, por si só, a celebração de contratos de financiamento, pois que o promotor deve antes desta celebração, dar cumprimento às condições a que ficou sujeita a aprovação da candidatura e, só depois da

verificação desse cumprimento, é que a Autoridade de Gestão procede ao envio do referido contrato.

Já no que concerne ao processo de celebração de contratos, denota-se em muitos projectos atrasos significativos face os prazos previstos nos regulamentos. Tais atrasos têm potencialmente origem em duas fontes: os promotores têm dificuldades em obter atempadamente toda a documentação necessária (comprovativos de não existência de dívidas ao Estado e Segurança Social, licenciamentos, etc.) mas, sobretudo, os maiores constrangimentos por parte dos promotores estão relacionados com a obtenção de financiamento bancário, aspecto que será retomado mais abaixo.

2.3.3. Problemas ao nível da execução física e financeira: como resolver o conflito restrição financeira versus aceleração da execução?

Com o incremento do volume de aprovações, tornaram-se mais visíveis, em 2009, a relevância dos problemas associados à execução dos projectos já aprovados. Aliás, é a este nível que se jogará, em grande parte, o maior ou menos sucesso do programa no que respeita ao grande desafio para 2010: acelerar decisivamente a execução.

Genericamente, o atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prende-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao co-financiamento dos projectos.

Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos 2 anos gerou fortes restrições de liquidez. No caso das empresas, verifica-se um crescente aperto de condições na concessão de crédito e garantias. Num contexto macroeconómico desta natureza, o adiamento do investimento empresarial surge como corolário natural. Há muitos promotores que estão a pedir o adiamento dos prazos previstos nos projectos.

No caso de outras entidades, nomeadamente daquelas que dependem directa ou indirectamente de financiamento proveniente do Orçamento de Estado e, no caso dos Municípios, de arrecadação também com base em impostos e taxas municipais, verifica-se o agudizar dessa mesma restrição financeira, tendencialmente agravada já nos primeiros meses de 2010, por força das medidas de contenção do défice orçamental.

A resolução destes problemas exige uma actuação a vários níveis e não depende crucialmente de acções a empreender pela Autoridade de Gestão. Ao nível do Governo da República, considera-se pertinente que:

- Continuem a ser promovidas diligências junto de entidades bancárias no sentido de criarem, manterem ou alargarem linhas de crédito para projectos co-financiados pelo QREN bem como uma adequada monitorização sobre as condições de concessão de garantias;

- No caso dos Municípios e de outras entidades não empresariais, que sejam equacionadas exceções a restrições impostas ao nível do endividamento ou da cativação de saldos de gerência, quando estiver em causa mobilizar esses fundos para a comparticipação nacional de projectos com co-financiamento aprovado. Considerando-se taxas de co-financiamento comunitário na ordem dos 70% a 80%, é visível o elevado efeito multiplicador da comparticipação nacional: por cada euro libertado para esse efeito viabiliza-se uma despesa de 4 a 5 euros, a qual provavelmente gerará uma arrecadação fiscal superior a um euro (assim sendo, o efeito líquido sobre o défice orçamental será nulo).

Outras acções devem ser empreendidas ao nível da gestão do QREN como um todo. Nesse sentido, dá-se relevo à iniciativa conduzida pelo Governo e que levou à celebração de Protocolo com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, comportando nomeadamente a possibilidade de aumento da taxa de co-financiamento para 80%, no caso dos beneficiários previstos nesse protocolo. Trata-se de um conjunto de medidas com forte impacto na execução do ON.2, dada a relevância que nele tem o investimento de iniciativa municipal.

Ainda que o aumento das taxas de co-financiamento previstas reduza a adicionalidade do programa, face à relação programada entre fundo comunitário e investimento apoiado, a evolução da situação macroeconómica na Europa e em Portugal dirá em que medida este aspecto deva ser reequacionado pelas autoridades nacionais e pelas autoridades comunitárias, num ou noutro sentido, consoante a evolução macroeconómica e do quadro orçamental evolua num sentido mais favorável ou ainda mais desfavorável.

Ao nível da Autoridade de Gestão têm igualmente sido tomadas várias medidas no sentido de acelerar a execução física e financeira das operações e de reduzir a incerteza que pesa sobre esta variável, decorrendo em alguns casos essas acções de iniciativas transversais aos programas operacionais. Assim, as normas de pagamentos têm observado sucessivas revisões, no sentido de facilitar e agilizar procedimentos relativos à apresentação de pedidos de pagamentos e à prestação de garantias no caso de adiantamentos.

Por outro lado, em 2010 começará a ser crucial a implementação de procedimentos que explicitem o caso de operações aprovadas mas que não terão execução, a fim de – face às elevadas taxas de compromisso que se verificarão – se libertar recursos para novos concursos. Esta questão é sobretudo pertinente no caso dos Sistemas de Incentivos, para os quais a taxa de compromisso é muito elevada, e está a ser abordada no quadro de rede dos sistemas de incentivos.

2.3.4. Problemas pertinentes para uma futura reprogramação

Por fim, uma referência a alguns aspectos já evidenciados em 2009 e cuja resolução remete para um futuro exercício de reprogramação. O primeiro desses problemas tem a ver com a definição dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário. Esses indicadores, na sua versão actual, foram formulados aquando da elaboração do programa e em momento prévio à elaboração dos Regulamentos Específicos. Ora, tal como é referido em concreto em diversos pontos deste relatório, nomeadamente no capítulo 3, verifica-se um desajustamento entre os indicadores e a execução do programa.

Em regra, essa inadequação decorre do facto de as tipologias que vieram a ser definidas nos Regulamentos bem como o espectro de operações que daí decorreram nem sempre corresponderem às tipologias implicitamente consideradas nos indicadores associados aos objectivos específicos. Um problema diferente tem a ver com as metas fixadas para 2010 e 2015. Em alguns casos, até, a execução em 2009 já ultrapassa a meta definida para 2010 e, mesmo, para 2015.

É intenção da Autoridade de Gestão iniciar em 2010 um procedimento sistemático de revisão dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário e das respectivas metas, sendo desejável que o calendário para essa tarefa venha a ser definido de forma transversal aos diferentes programas operacionais.

A segunda família de problemas com impacto potencial em sede de reprogramação decorre das tendências evidenciadas pelos compromissos já assumidos nas aprovações no que respeita quer às taxas de co-financiamento quer, mesmo, às dotações FEDER definidas por Eixo Prioritário. No Eixo Prioritário I era já visível em 2008, confirmando-se esta tendência em 2009, que a taxa de co-financiamento implícita nas aprovações é superior à taxa média programada. Tal decorre essencialmente do facto das taxas de co-financiamento em sede dos Sistemas de Incentivos serem superiores às expectáveis aquando da elaboração do programa, como resultado das taxas máximas entretanto previstas nos Regulamentos e da aplicação de majorações várias.

Por outro lado, o Protocolo assinado, já em 2010, entre o Governo e a ANMP, ao prever a possibilidade de aumentar a taxa de co-financiamento para 80%, no caso de operações cujos beneficiários são os Municípios e para os anos de 2007 a 2010, induzirá igualmente um aumento sensível das taxas de co-financiamento médias, com incidência em todos os Eixos Prioritários mas com uma particular relevância nos Eixos III e IV, aqueles em que o investimento municipal tem uma maior expressão. Nesse sentido, não está igualmente excluída a necessidade de ajustamentos nas dotações FEDER dos diferentes Eixos, já que é expectável que, no quadro do envelope financeiro afecto às subvenções globais para as CIM / AMP, venha a ser desejável reforçar a dotação relativa ao Eixo III.

O aumento das taxas de co-financiamento, acima do previsto no programa, bem como uma reafecção limitada das dotações entre Eixos decorrem de iniciativas que se justificaram face ao contexto macroeconómico e à necessidade de assegurar a execução física e financeira do ON.2 e, nessa medida, é pertinente a sua consagração em sede da futura reprogramação.

2.3.5. Contratualização com as CIM

Ao longo do ano a capacidade de estabilização das estruturas destes organismos intermédios manifestou-se a diferentes níveis que, sem porem globalmente em causa a qualidade da gestão do Programa, não corresponderam, em casos pontuais, ao grau de exigência e de maturidade que o sistema de gestão e controlo implementado implicaria.

Daqui decorreu que numa primeira fase a Autoridade de Controlo desse instruções para que a descrição do sistema de gestão e controlo das CIM não fosse integrado na descrição da AG e, numa segunda fase, a Comissão Europeia tivesse reafirmado que enquanto essa integração não estivesse feita não poderia ser certificada a despesa analisada pelas CIM.

Quando a integração da descrição estava a ser ultimada, por problemas detectados a nível nacional o Governo negociou um memorandum de entendimento, concretizado já em 2010, estabelecendo um conjunto de procedimentos que garantissem a dotação de meios às CIM e a certificação de despesa.

Na sua sequência a AG avocou as competências de admissão das candidaturas, da aprovação dos projectos e de validação de despesas, e aprovou a minuta de adenda aos contratos de delegação de competências por subvenção global celebrados entre a AG e as associações de municípios que consubstancia estas alterações.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

O contexto, económico, social e territorial, onde operam as políticas é determinante para o seu sucesso. A sua análise, por um lado, permite aferir da “baseline” das políticas. A sua evolução determina (e é determinada) os próprios efeitos das políticas. Assim sendo, a análise da evolução das condições de contexto na Região do Norte constitui um ponto importante para se compreender a execução do ON.2 e os seus efeitos.

2.4.1. Crescimento económico

Em 2008, a crise económica financeira internacional, que rapidamente contagiou a economia real, motivou um forte abrandamento da actividade económica, sentido a nível comunitário

(com 0,7% de crescimento real do PIB), a nível nacional (com um crescimento nulo a ser a marca da estagnação económica) e sentido, sobretudo, a nível da Região do Norte, a qual, com uma ligeira variação negativa do PIB (-0,1% em volume), voltou a conhecer o significado da recessão.

Em 2009, a conjuntura económica deteriorou-se ainda mais, com o PIB a registar perdas reais quer ao nível comunitário (-4,2%), quer em Portugal (-2,7%). Apesar de não ser ainda conhecido o resultado do PIB da Região do Norte em 2009, tudo indica que também a nível regional se terá observado uma importante queda do produto.

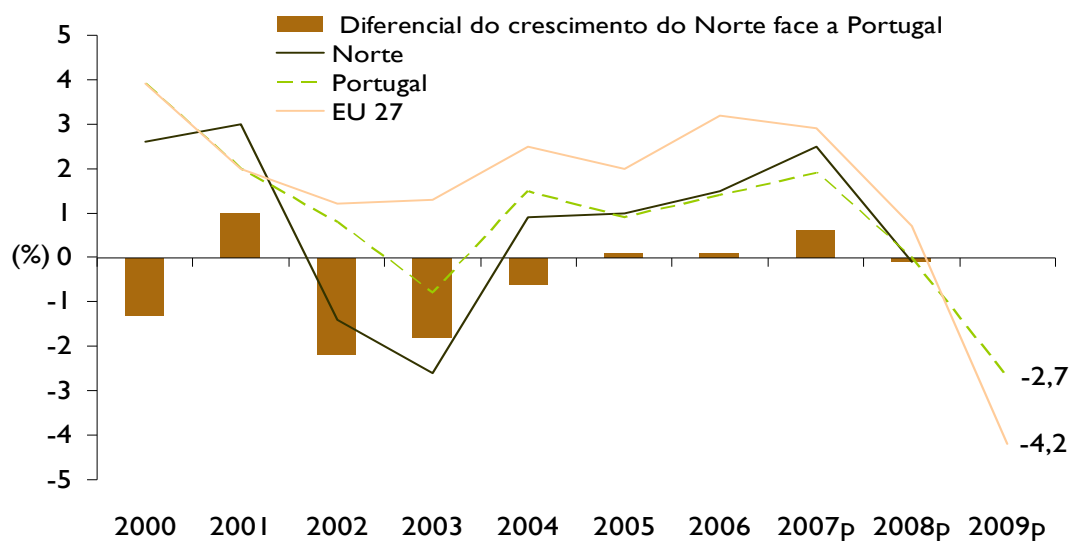


Figura 12 - Taxas de crescimento do produto interno bruto, em volume
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat

A decomposição do crescimento económico regional, em termos de emprego versus produtividade, evidencia que a forte desaceleração registada pelo PIB da Região do Norte entre 2007 e 2008 foi motivada sobretudo pela estagnação da produtividade. Com efeito, de acordo com as Contas Regionais, a queda no emprego, foi, em 2008, semelhante à que já se registara no ano anterior, enquanto ao nível da produtividade se observou uma forte desaceleração de crescimento. Assim, é legítimo concluir que a degradação da conjuntura internacional afectou, na Região do Norte de Portugal, sobretudo os ramos de actividade com melhores níveis de produtividade, uma vez que porventura são também os de maior orientação exportadora. É possível que em 2009 se tenha mantido este tipo de tendência, uma vez que o comércio internacional regrediu ainda mais.

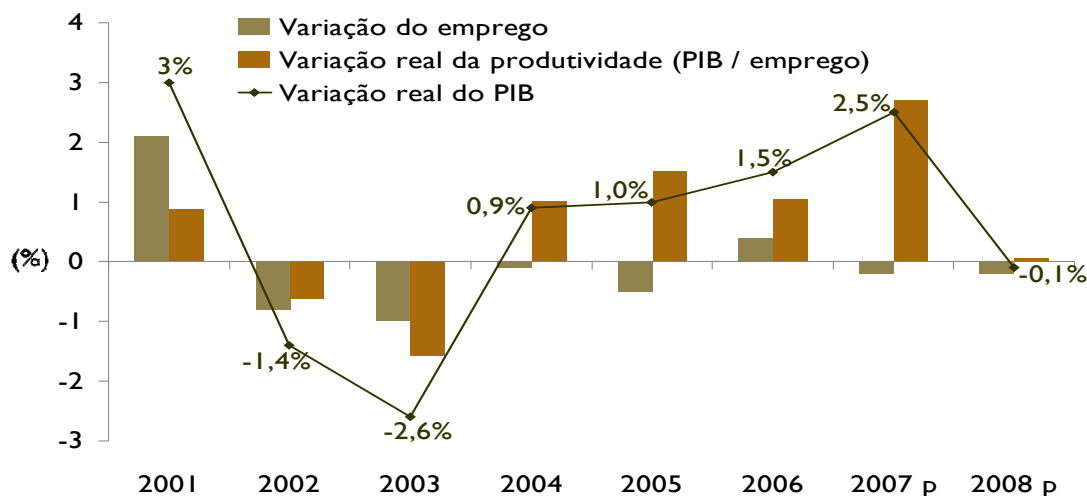


Figura 13 - Decomposição do crescimento económico na Região do Norte: PIB, Emprego total e Produtividade (PIB/Emprego)
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.4.2. Indicadores de investimento

Nesta secção irão descrever-se os indicadores de investimento que se encontram disponíveis para a região do Norte com referência ao ano de 2009, nomeadamente na área da construção e em bens de equipamento (na sua componente importada).

O emprego na construção na Região do Norte diminuiu em 5% durante o ano de 2009. ao mesmo tempo, a informação sobre o licenciamento de obras (que de algum modo a evolução das intenções de investimento) aponta para novo agravamento em 2009. O número total de obras licenciadas na Região do Norte em 2009 diminuiu 18,9% face ao ano anterior, agravando assim a tendência negativa (em 2008 tinha diminuído 14,1%). Em todo o caso, a quebra no número de licenças de construção foi ainda mais sentida a nível nacional (-21,6% em 2009).

Cerca de 73% das licenças de construção emitidas na Região do Norte em 2009, diziam respeito a edifícios para habitação, divididos em 57,5% em construções novas e 15,4% em outro tipo de obras. Nas obras para fins distintos de habitação, havia um maior equilíbrio entre as que diziam respeito a construções novas (14,1% do total de licenças) e as restantes (12,9%).

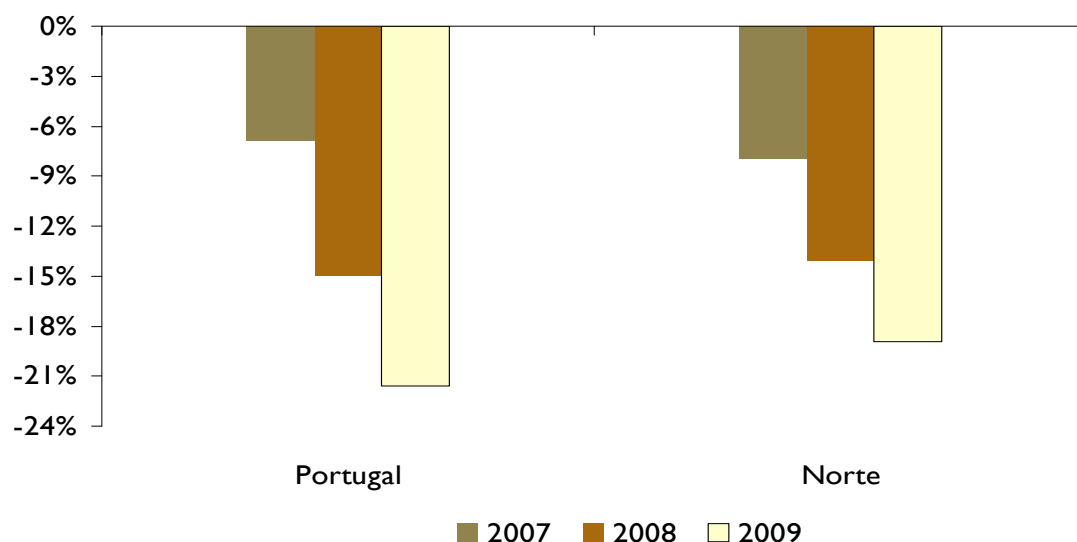


Figura 14 - Número de Obras Licenciadas – Total Variação percentual anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O ano de 2009 ficou ainda marcado por uma tendência de desvalorização no mercado imobiliário de habitação, em particular na Região do Norte. O índice “Confidencial Imobiliário” aponta para uma desvalorização média de 2,3%, na Região do Norte, em 2009, ao mesmo tempo que a nível nacional aponta ainda uma ligeira tendência positiva (+0,4%), embora em clara desaceleração.

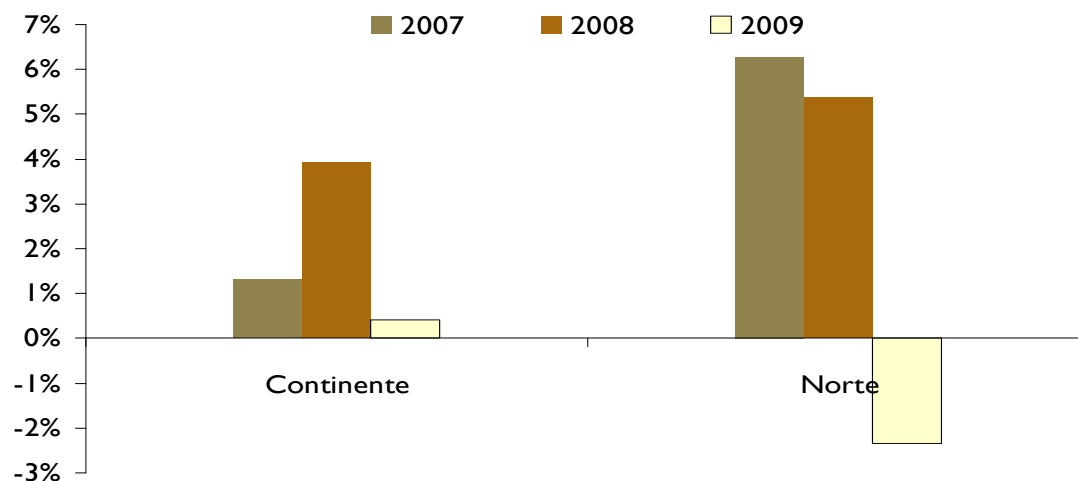


Figura 15 - Índice Confidencial Imobiliário: preços de habitação: Variação percentual anual
Fonte: Imométrica

A nível regional, a variação observada nos preços (de acordo com índice “Confidencial Imobiliário”) foi, em 2009, muito semelhante à registada nos valores médios de avaliação bancária de habitação para efeitos de crédito (-2,8%). A nível nacional, mantém-se uma diferença mais acentuada entre as duas variáveis. Em todo o caso, pode afirmar-se que o

processo de reposicionamento dos bancos face ao risco no mercado de crédito à habitação, que havia sido evidente em 2008, foi bastante menos notado em 2009.

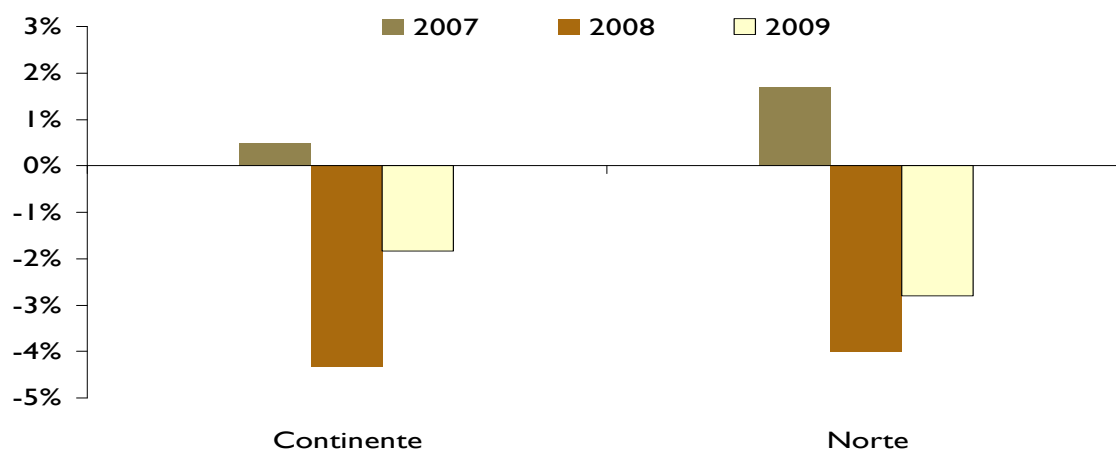


Figura 16 - Valores médios de Avaliação Bancária de Habitação – Total: Variação percentual anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Do investimento em bens de equipamento, apenas se possuem registos, a nível regional, da componente que é importada da União Europeia com destino à Região do Norte, sendo que em 2009 se verificaram quebras muito acentuadas.

Assim, os bens de capital (excepto material de transporte) importados da União Europeia com destino à Região do Norte registaram, em 2009, uma queda, em valor, de 38,7%. Por seu turno, a importação de material de transporte (também da UE para a Região do Norte de Portugal) diminuiu 16,2%, em valor, em 2009.

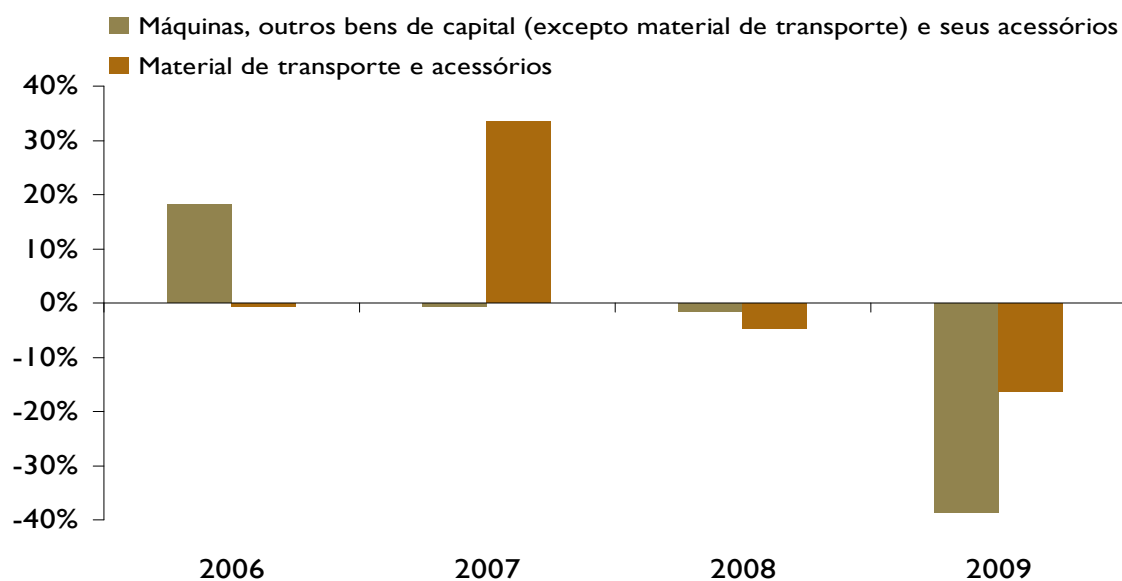


Figura 16 - Importações de bens de equipamento da União Europeia com destino à Região do Norte: Variação percentual anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.4.3. Comércio internacional

O ano de 2009 ficou marcado pela forte retração do comércio internacional e, em particular, na zona euro. Assim ocorreu também com o comércio internacional de Portugal e, de modo ainda mais acentuado, no que se refere à participação das empresas com sede na Região do Norte no comércio internacional.

Assim as exportações totais das empresas sedeadas na Região do Norte diminuíram, em 2009, em cerca de 20,2%, enquanto o total das exportações portuguesas diminuiu 18,1% (variações nominais). Identicamente, as importações da Região do Norte (leia-se importações da responsabilidade de operadores com sede nesta região) diminuíram 24,8% em 2009, superando assim a queda observada no total de importações portuguesas.

Deste modo, a importância da Região do Norte enquanto plataforma de internacionalização da economia portuguesa continuou a apresentar uma lente mas persistente erosão, embora o Norte se mantenha como a região que mais contribui para as exportações nacionais. Em 2009, cerca de 39,1% das exportações portuguesas eram da responsabilidade de empresas com sede na Região do Norte (proporção que, em 2004, era de 42,2%). No que se refere às importações, as empresas com sede na Região do Norte respondiam, em 2009, por 21,3% do total nacional (contra 24,3% em 2004).

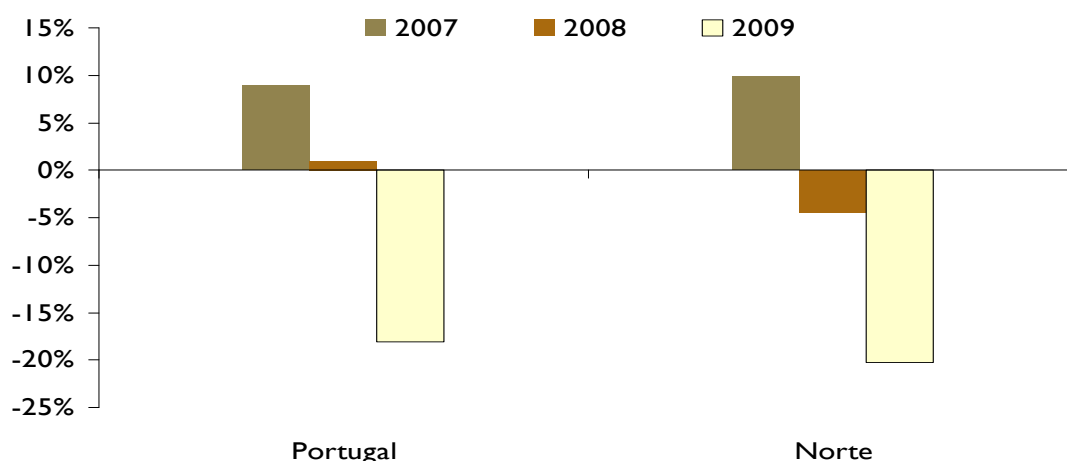


Figura 17 - Dinâmicas observadas em 2009 no comércio internacional: Exportações: Variação percentual anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

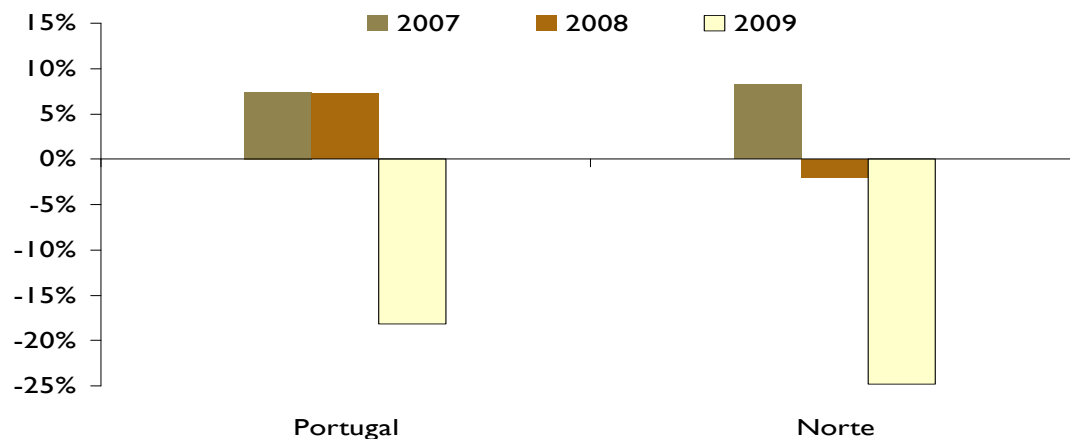


Figura 18 - Dinâmicas observadas em 2009 no comércio internacional: Importações: Variação percentual anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

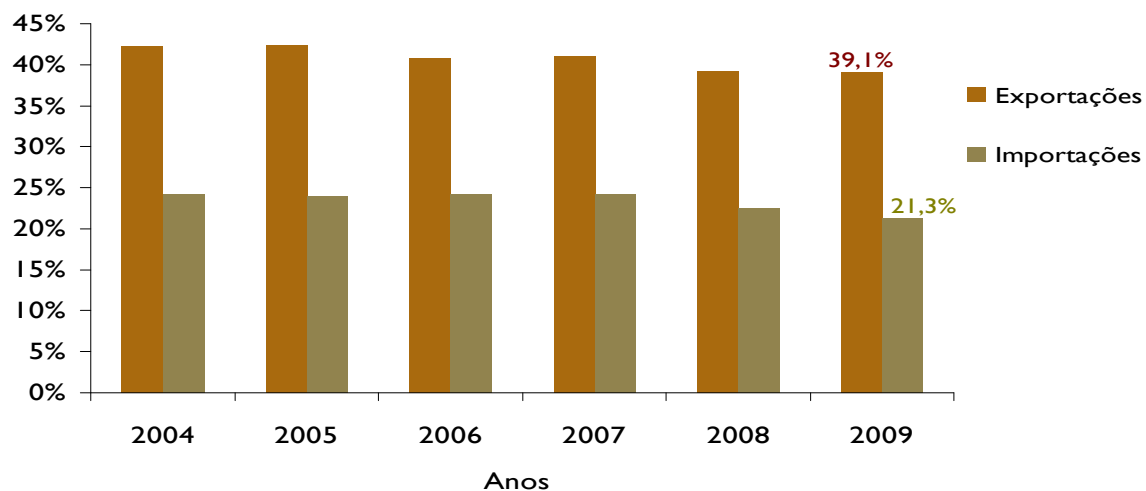


Figura 19 - A Região do Norte como plataforma de internacionalização da economia portuguesa: importância relativa das empresas com sede na região no total de exportações e de importações portuguesas

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.4.4. Turismo

Os indicadores relativos à actividade dos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte permitem afirmar que o respectivo desempenho em 2009 foi pouco favorável, apesar da manutenção de uma tendência de crescimento na procura que lhes é dirigida.

O número de hóspedes cresceu 2,9%, em 2009, face ao ano anterior, mas as dormidas aumentaram apenas 1,2%, pelo que a estada média diminuiu (ao contrário do sucedido nos dois anos anteriores). Por sua vez, os proveitos de aposento apresentaram uma ligeira variação negativa (-0,7%), apesar do já referido crescimento das dormidas. Um pouco mais acentuada foi a queda dos proveitos totais (-1,5%), indicando que também a capacidade de vender serviços complementares ao alojamento se terá degradado em 2009.

Assim, o sector parece enfrentar algumas dificuldades em consolidar os importantes ganhos obtidos nos anos de 2006 e 2007.

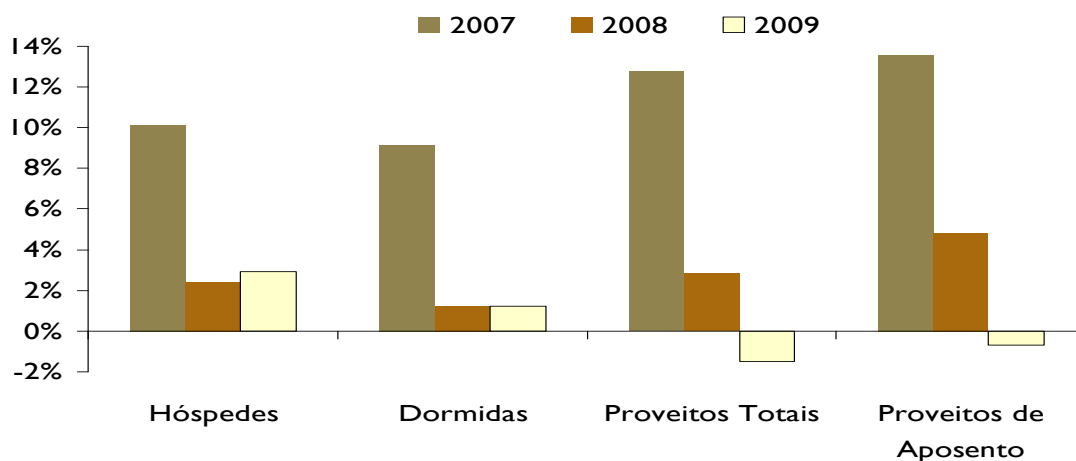


Figura 20 - Actividade hoteleira na Região do Norte: Variação % anual
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.4.5. Emprego

O valor médio anual da população empregada residente na Região do Norte, em 2009, fixou-se em cerca de 1 milhão e 754 mil indivíduos, tendo diminuído 3,2% face a 2008. Com esta queda, o volume de emprego da Região do Norte como que recuou 10 anos, para um nível semelhante ao registado em 1999. A nível nacional, a queda do emprego foi relativamente

menos acentuada: -2,8%, recuando para um patamar intermédio entre os valores de há oito ou nove anos atrás.

Em termos absolutos, o valor médio anual da população empregada residente no Norte totalizava, em 2009, menos 58 mil indivíduos do que em 2008, sendo pois essa a medida da destruição líquida de emprego, na região, em 2009 – superando o efeito da recessão de 2002/2003 que provocou, em dois anos, uma perda líquida de cerca de 31 mil empregados entre os residentes na Região do Norte.

A maior perda de empregos ocorreu nas indústrias transformadoras da região, que em 2009 empregavam, em média, cerca de 431 mil indivíduos (menos 28 mil do que em 2008). A perda de importância deste sector na Região do Norte tem sido praticamente uma constante nos últimos anos. Entre 2001 e 2009, o sector transformador perdeu cerca de 127 mil empregados.

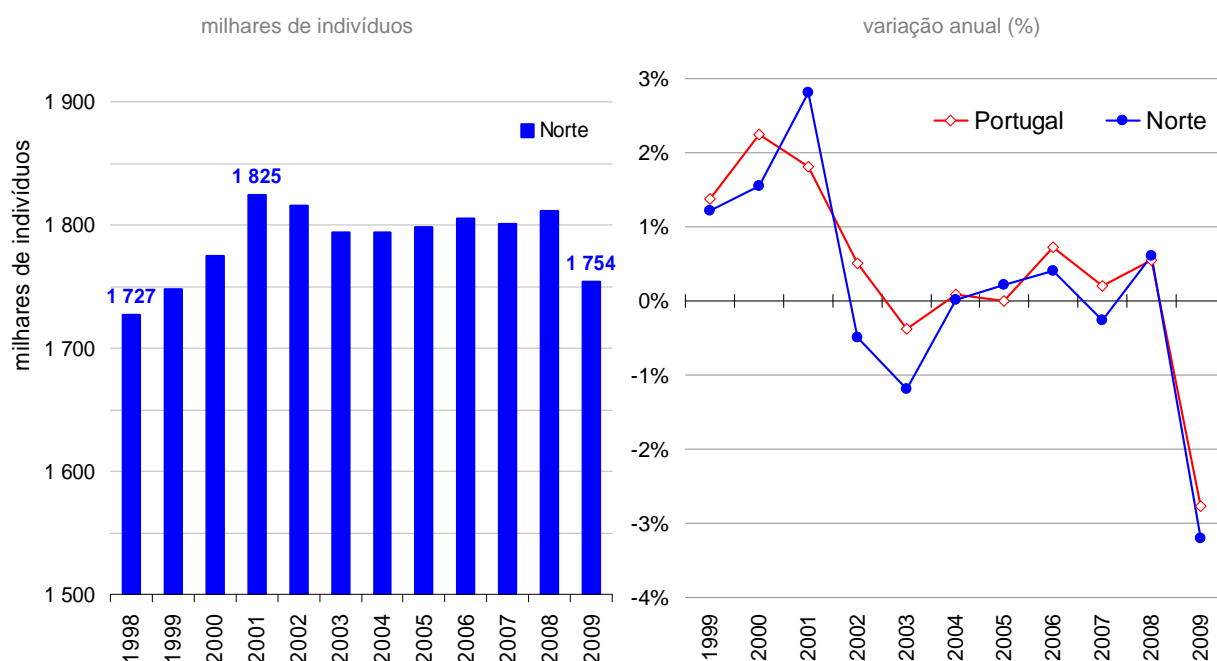


Figura 21 - População empregada residente na Região do Norte-
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

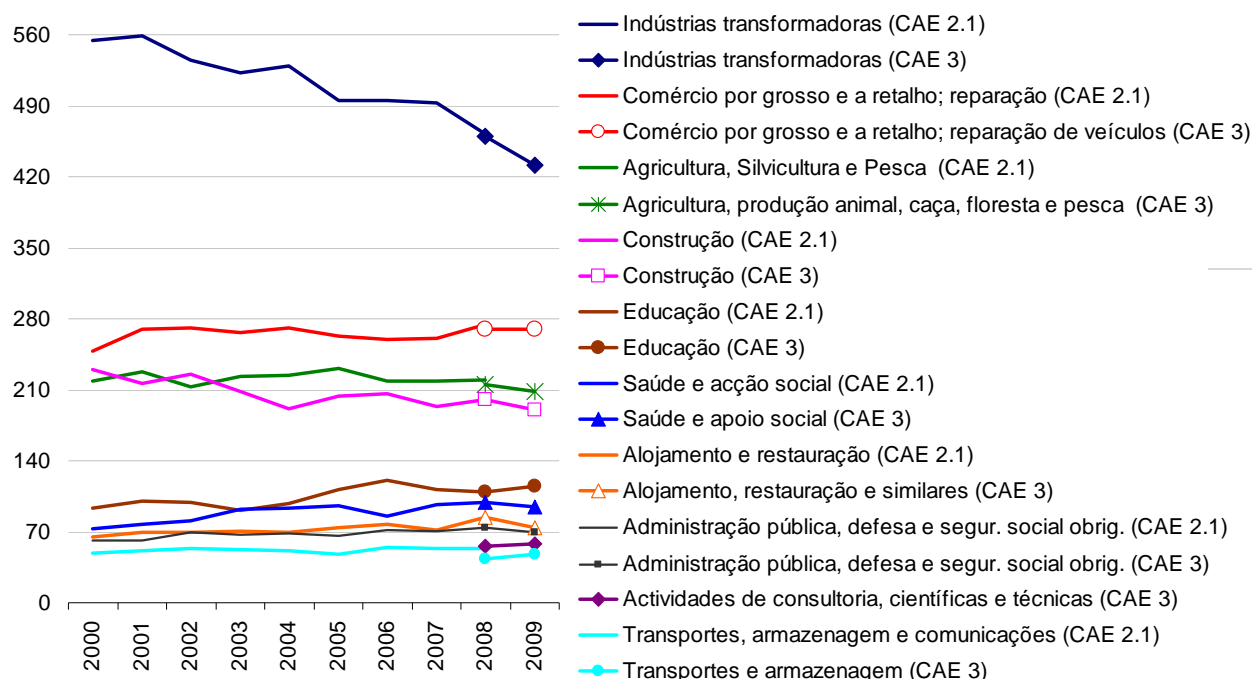


Figura 22 - População empregada nos principais sectores da Região do Norte
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Além das transformadoras, destacam-se a contracção do emprego no ramo de actividade de alojamento, restauração e similares (que em 2009 empregava, em média, menos 10 mil indivíduos do que em 2008, na Região do Norte) e na construção (igualmente com menos 10 mil empregados). Refira-se ainda a perda de empregos num conjunto de “outros serviços” essencialmente constituído pelos indivíduos empregados ao serviço das famílias (cerca de menos 7 mil, de 2008 para 2009) e no sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com menos 6 mil indivíduos).

Com ganhos de emprego em 2009, na Região do Norte, destacam-se sobretudo a educação (mais 5 mil empregados do que em 2008, em média) e os transportes e armazenagem (igualmente com mais 5 mil empregados).

Assim, em 2009, o sector terciário voltou a reforçar a sua importância relativa no emprego regional, passando a representar, em média, 51,4% do total (mais 1,3 pontos percentuais do que em 2008). O comércio, com 15,4% do emprego total da Região do Norte, foi, em 2009, o ramo de actividade mais representativo do sector terciário, seguido pela educação (6,5%) e pela saúde e apoio social (5,4%).

Por seu turno, o sector secundário voltou a perder importância relativa, representando em 2009 cerca de 36,7% do emprego da Região do Norte (menos 1,3 pontos percentuais do que

em 2008). As indústrias transformadoras asseguravam, em 2009, cerca de 24,6% do emprego regional, enquanto a construção respondia por 10,9% do total.

O sector primário ocupava, em 2009, 11,9% dos indivíduos empregados residentes na Região do Norte.

2.4.6. Desemprego

A média anual da população desempregada residente na Região do Norte aumentou, em 2009, face ao ano anterior, em cerca de 45 mil indivíduos (+26,4%). Este aumento do desemprego na região veio retomar a tendência que seguida entre 2001 e 2007 e que havia sido interrompida em 2008 (ano em que o número de desempregados na Região do Norte havia diminuído em cerca de 14 mil indivíduos, equivalentes a -7,7%). Os cerca de 217 mil desempregados que, de acordo com o INE, residiam na Região do Norte em 2009 (valor médio anual), correspondiam a 41% do total nacional.

O contributo mais significativo para o crescimento, em 2009, do número médio anual de desempregados, foi dado, na Região do Norte, pelo aumento do número de desempregados oriundos das indústrias transformadoras (mais cerca de 28 mil indivíduos do que em 2008), seguido pelas subidas do número de desempregados provenientes do comércio (mais 6 mil desempregados do que em 2008) e de outros sectores (mais cerca de 8 mil indivíduos desempregados).

O aumento do número médio anual de desempregados na Região do Norte, em 2009, foi mais acentuado entre os homens (mais 24 mil desempregados, um crescimento de 30,9%), do que entre as mulheres (mais 21 mil desempregadas, o equivalente a +22,7%). A proporção de mulheres face ao total de desempregados, que em 2007 havia atingido, na Região do Norte, um máximo de 59,4%, reduziu-se nos dois anos seguintes, primeiro para 54,0% (em 2008) e depois para 52,4% (em 2009).

A taxa de desemprego média anual registada em 2009, na Região do Norte, foi de 11,0%, valor que representa um novo máximo histórico e que significa também um forte agravamento, quer em termos anuais (face ao valor de 8,7% em 2008), quer face ao anterior máximo (que era de 9,4%, em 2007). A nível nacional, a taxa de desemprego média em 2009 foi de 9,5%. O diferencial entre os níveis relativos de desemprego em Portugal e na Região do Norte cifrou-se, portanto, em 1,5 pontos percentuais, sendo o mais elevado de que há registo.

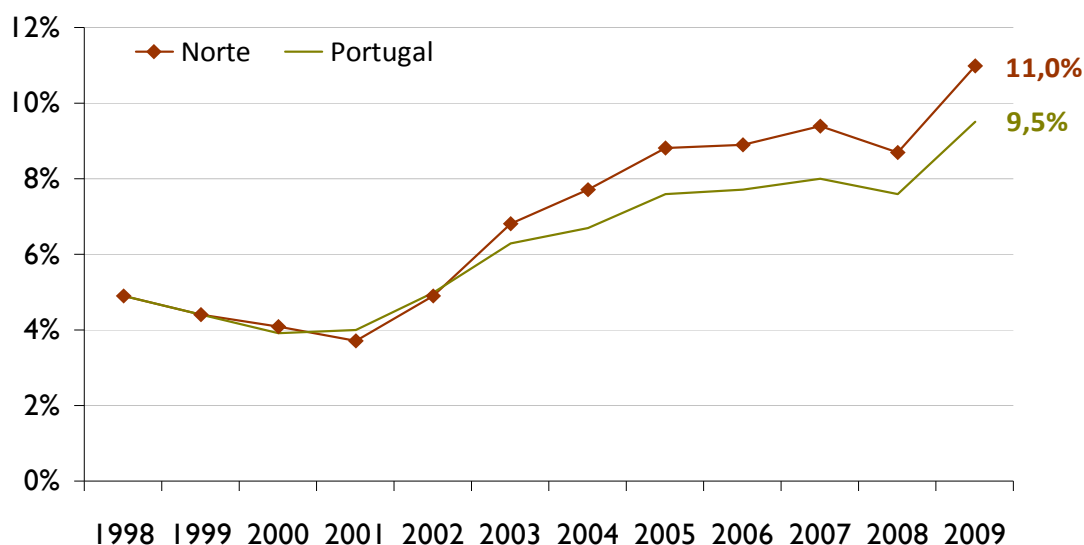


Figura 23 - Taxas de Desemprego
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A subida da taxa de desemprego na Região do Norte, em 2009, fez-se sentir de modo semelhante na taxa masculina (que passou de um valor médio de 7,4% em 2008, para 9,8% em 2009) e na feminina (de 10,1% para 12,4%, neste caso anulando por completo a descida que tinha sido registada em 2008). Apesar de ambas as taxas (masculina e feminina) terem alcançado em 2009 novos máximos históricos, existe uma diferença importante: enquanto a taxa de desemprego masculina ultrapassou largamente o anterior registo máximo (que era de 7,5% no ano de 2005), a taxa feminina ficou apenas quatro décimas de p.p. acima do registo de 2007.

Entre os activos habilitados com formação ao nível do ensino superior, os níveis de desemprego na Região do Norte diminuíram: a taxa média de desemprego em 2009 foi de 8,4% (valor que compara com os 9,3% de 2008). Desta forma, o grupo dos indivíduos com formação superior voltou, em 2009, a destacar-se por exibir os menores níveis de desemprego da Região do Norte – o que não sucedera em 2008.

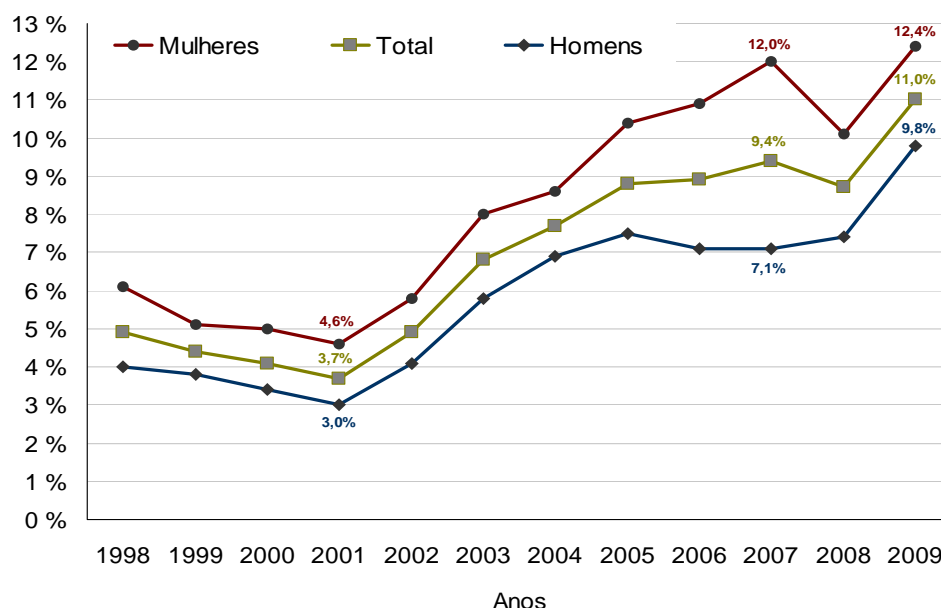


Figura 24 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por género
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

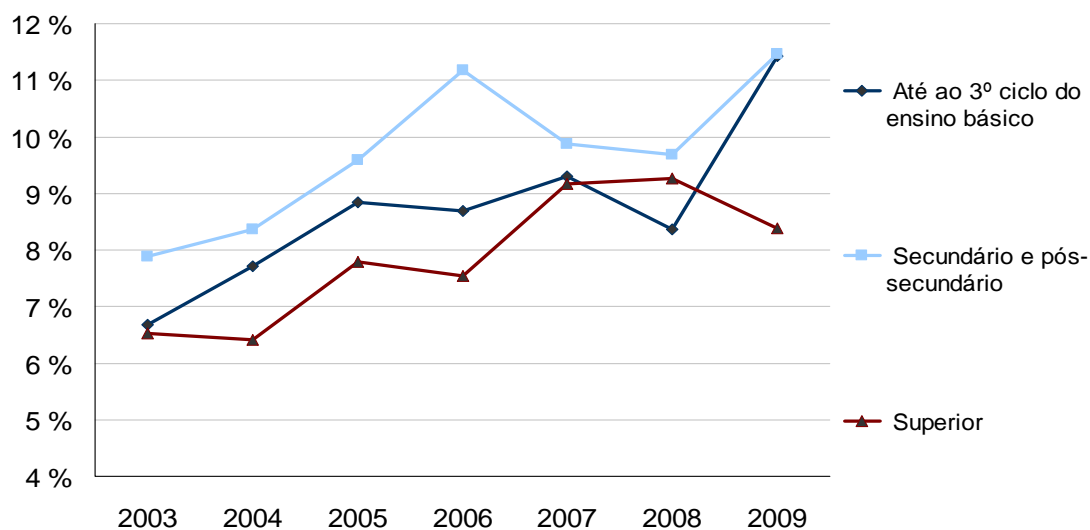


Figura 25 - Taxas de Desemprego na Região do Norte, por nível de instrução
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A distribuição do desemprego registado apresenta uma forte concentração territorial. Os municípios nos quais reside um maior número de desempregados inscritos no IEFP formam um contínuo territorial, abarcando o corpo central da Área Metropolitana do Porto (AMP), alguns dos seus concelhos limítrofes e ainda alguns municípios mais distantes situados no Ave e Cávado.

Em primeiro lugar, surge, de forma destacada, Vila Nova de Gaia, que em 2009 contava, em média, com cerca de 24.000 desempregados residentes. O grupo dos cinco concelhos do

Norte com maior número de residentes no desemprego registado, incluía ainda o Porto (cerca de 14.300 desempregados, em média anual), Guimarães (cerca de 12.500), Gondomar (aproximadamente 10.900) e Braga (perto de 9.600).

Com perto de 8.000 desempregados, contavam-se quatro concelhos, nomeadamente Vila Nova de Famalicão (cerca de 8.400), Matosinhos (idem), Santa Maria da Feira (próximo de 8.300) e Maia (cerca de 7.900). Surgem depois dois concelhos com pouco menos de 7.000 desempregados, designadamente Valongo (cerca de 6.900) e Santo Tirso (cerca de 6.800). Finalmente, há a referir três municípios com 5.000 a 5.100 desempregados, nomeadamente Paredes, Vila do Conde e Barcelos. Todos os restantes apresentavam, em 2009, um valor médio anual inferior a 3.900 desempregados.

Os 14 municípios acima identificados (todos com um valor médio superior a cinco mil desempregados em 2009) encontram-se destacados na figura seguinte através de um sombreado laranja. No seu conjunto, em 2009, estes 14 municípios totalizavam 61,1% do desemprego registado médio anual da Região do Norte. Por outras palavras, em média, no ano de 2009, esta mancha territorial concentrava mais de um quarto (26,8%) do total do desemprego registado a nível nacional.

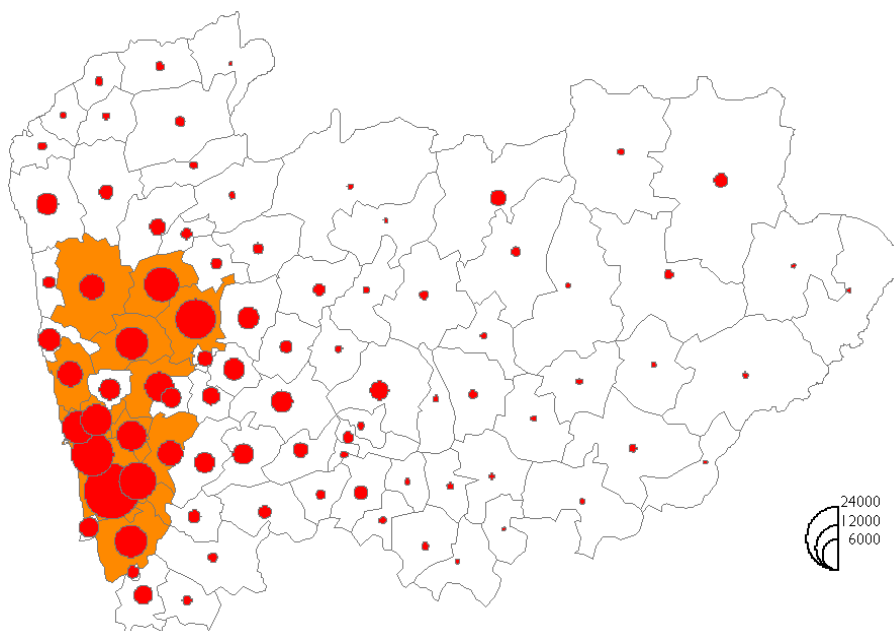


Figura 26 - Desemprego Registado – média anual de 2009
(desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência)
Fonte: IEFP, Desemprego Registado por concelhos

O Indicador Local de Desemprego Registado (ILDR) relaciona o total (médio anual) de desempregados inscritos no IEFP residentes num dado território, com a estimativa de população média dos 15 aos 64 anos residente nesse mesmo território (estimativa

demográfica disponibilizada pelo INE). Este indicador é apresentado sob a forma de uma relação percentual. É absolutamente fundamental frisar que não se trata de uma taxa de desemprego, uma vez que se trata de uma percentagem calculada sobre o total da população residente dos 15 aos 64 anos e não sobre a população activa (como teria de ser no caso de se tratar uma taxa de desemprego). Como tal, não é legítimo chamar taxa de desemprego ao ILDR, nem sequer estabelecer comparações entre o resultado deste Indicador num dado concelho e a taxa de desemprego observada na região ou no país.

O cálculo do ILDR apresenta, para o total da Região do Norte, no ano de 2009, o valor médio de 8,44%. Apesar de correlacionáveis, mais uma vez se sublinha que não pode se confundir este número e o valor da taxa de desemprego da Região do Norte em 2009, que, recordamos, foi de 11,0%.

Na figura seguinte, as três tonalidades mais escuras identificam os municípios nos quais o ILDR apresentava, em 2009, um valor superior à média da Região do Norte. Constata-se que, com excepção de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo, os restantes concelhos que registam valores particularmente elevados deste Indicador (acima da média regional de 8,44%) apresentam alguma concentração geográfica, genericamente no quadrante sudoeste da Região Norte (exceptuando parte do Entre Douro e Vouga). Aliás, a quase totalidade dos concelhos com valores do ILDR situados entre 7,15% e 8,44% localizam-se igualmente dentro do mesmo território, ou na sua periferia.

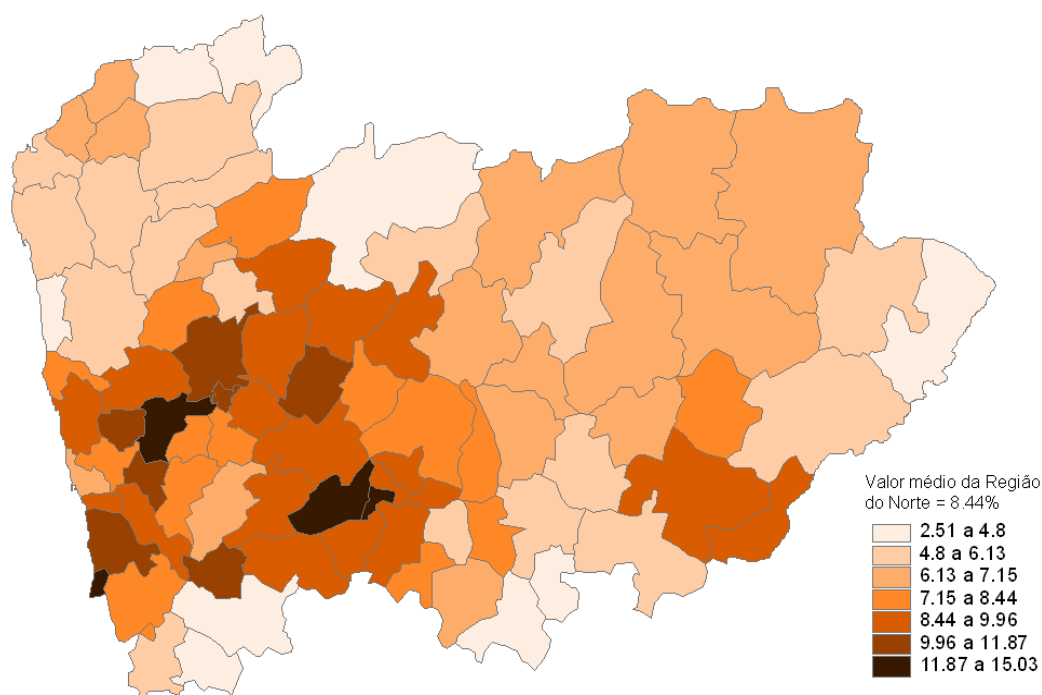


Figura 27 - Indicador Local de Desemprego Registado – 2009

Desemprego Registado (média anual de 2009) em % da população residente dos 15 aos 64 anos (estimativa a 31.XII.2008)

Fonte: IEFP, Desemprego Registado; INE, Estimativas de População média Residente; cálculos próprios

O estudo da incidência relativa do desemprego registado à escala local (realizado por recurso ao Indicador Local de Desemprego Registado) permite manter a conclusão de que o desemprego, na Região Norte, apresenta uma geografia muito marcada – embora não totalmente coincidente com a mancha territorial que, inicialmente, ressaltou da simples consideração do número total de desempregados por concelho.

Os 11 municípios da Região do Norte nos quais o desemprego registado assumia, em 2009 (média anual), maior expressão relativa expressa no ILDR eram: Espinho (15,0%), Santo Tirso (13,7%), Mesão Frio (13,5%), Baião (12,7%), Trofa (11,9%), Castelo de Paiva (11,5%), Vila Nova de Gaia (11,1%), Guimarães (10,7%), Vizela (10,5%), Celorico de Basto (10,2%) e Valongo (10,1%). De notar que em alguns destes municípios residiam, em números absolutos, um reduzido total de desempregados, sendo o caso mais evidente o de Mesão Frio, que em 2009 contava, em média, com apenas cerca de 400 desempregados. Ao contrário, alguns dos concelhos atrás referidos pelo seu grande número de desempregados, apresentam, apesar disso, um panorama que, em termos relativos (face à sua demografia), se apresenta entre os menos gravosos da Região do Norte. Nesta situação, destacam-se sobretudo Barcelos (cerca de 5.000 desempregados, mas um ILDR de apenas 5,7%) e também Matosinhos (perto de 8.400 desempregados e um ILDR da ordem dos 7,1%).

2.4.7. Breve nota conclusiva e prospectiva sobre as mudanças de contexto

Ficou demonstrado que 2009 foi um ano de recessão económica, a nível comunitário, nacional e, sobretudo, no que diz respeito à Região do Norte.

A crise económica internacional fez-se sentir também na Região do Norte, de forma mais directa nos sectores exportadores. A participação da Região do Norte no comércio internacional ressentiu-se, quer no que se refere às exportações, quer em relação às importações, de forma mais acentuada do que o registado no total do comércio internacional de Portugal. Os sectores com melhor desempenho em termos de produtividade parecem ter sido os mais afectados, por via da sua exposição internacional, prejudicando a desempenho global da economia regional. Os indicadores disponíveis evidenciam uma quebra muito acentuada do investimento na Região do Norte, em 2009. Ao mesmo tempo, o sector do turismo, que tem constituído uma aposta estratégica da região, enfrentou, em 2009, algumas dificuldades em consolidar os fortes ganhos conquistados em 2006 e 2007.

Mas é sobretudo no mercado de trabalho que a Região do Norte mais acusou o impacto da conjuntura desfavorável vivida em 2009. O emprego regional recuou para níveis semelhantes aos de há 10 anos atrás e a taxa de desemprego (média anual) atingiu os 11%, com a Região do Norte a concentrar cerca de dois quintos do total de desempregados de Portugal.

Para 2010, a generalidade das previsões avançadas, quer pelo Governo português, quer pelas principais organizações internacionais, apontam para que a economia portuguesa volte a crescer, registando contudo um crescimento económico muito moderado (inferior ao alcançado em qualquer um dos anos de 2004 a 2007, que correspondem ao período entre a recessão de 2003 e o início da actual crise). Também ao nível comunitário se prevê, para 2010, uma retoma do crescimento económico, mas igualmente a um ritmo moderado – semelhante ao registado em 2008 e inferior ao de qualquer um dos anos de 2000 a 2007.0

| 76

Os mesmos cenários, tendem ainda a antecipar uma nova subida da taxa de desemprego a nível nacional, embora menos acentuada do que o agravamento observado entre 2008 e 2009. O cenário macroeconómico considerado no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) prevê, para Portugal, uma taxa de desemprego média de 9,8% em 2010 e 2011; de 9,5% em 2012; e só para 2013 prevê uma taxa de desemprego (9,3%) inferior ao valor médio de 2009, que foi de 9,5%.

Como é evidente, a degradação da conjuntura sentida em 2009 (e as dificuldades que deverão caracterizar, globalmente, o ano de 2010), condicionam a execução do ON.2 na dupla medida em que influenciam a percepção do risco por parte dos agentes económicos na hora de assumir decisões de investimento e, sobretudo, limitam a sua capacidade financeira para assumir as componentes não comparticipadas de eventuais projectos a candidatar ao ON.2.

Além do mais, 2010 está a ser marcado também pelo agudizar das tensões provocadas pelos aspectos puramente financeiros da crise internacional. Se a incerteza é sempre uma característica inerente a qualquer cenário, a verdade, porém, é que, no momento actual, os níveis de incerteza se colocam, a nível internacional, num patamar muito pouco frequente. É pois possível que, no imediato, os graus de liberdade na condução das políticas públicas sejam, quer a nível europeu, quer a nível nacional, muito limitados. Mas isso será apenas mais uma razão para que, neste momento de grande convulsão económica, não se perca de vista o carácter estrutural e estratégico que deve continuar a presidir à gestão dos instrumentos de política regional.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

Não se registaram casos de alteração substancial na aceção do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

2.6. Complementaridade

A articulação entre o FEDER e o FEADER e FEP no âmbito do ON.2 – “O Novo Norte” tem vindo a ser desenvolvida de acordo com o estabelecido na Caixa 4 – “Complementaridade com as acções financiadas pelos fundos comunitários FEADER e FEP” do seu documento técnico aprovado pela Comissão Europeia em 10/10/2007 [Decisão C(2007)5070].

Nesse contexto, foi subscrito, em 2 de Outubro de 2008, o “Protocolo de Articulação FEADER e FEDER” entre a Autoridade de Gestão do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e as Autoridades de Gestão do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais do Continente. Aí se definem, de forma mais detalhada, os limites de aplicação dos dois fundos e os procedimentos de acompanhamento e de troca de informações entre as diversas Autoridades de Gestão subscritoras, que permitem ir verificando, a par e passo, do cumprimento desses mesmos limites.

No que concerne à articulação com o FEP no âmbito dos Sistemas de Incentivos, e conforme abordado no ponto 3.1.2, a mesma acontece na sequência da identificação, em sede de análise, dos projectos que poderiam ser objecto de financiamento por esse Fundo, desenvolvendo-se, sempre que necessário, procedimentos de consulta e articulação com a estrutura de gestão do PROMAR. Mais recentemente, os Avisos de Abertura de Concursos dos Sistemas de Incentivos têm vindo a contemplar uma referência aos investimentos que deverão ser apoiados pelo FEP. Adicionalmente, está em discussão na Rede Incentivos QREN, ao tempo da elaboração deste relatório, uma proposta de Orientação Técnica no sentido de explicitar os princípios de enquadramento dos projectos do sector das pescas, tendo em conta o previsto no modelo de Governação do QREN

A relação entre o FEDER e o FSE efectiva-se no âmbito mais amplo da “Articulação entre as Agendas Temáticas Factores de Competitividade e Potencial Humano”, estabelecida na Caixa 3 do documento técnico do ON.2 – “O Novo Norte” aprovado pela Comissão Europeia. Tem sido no estreito cumprimento dessa “Articulação” que o FEDER tem vindo a ser aplicado neste Programa ao abrigo do nº2 do Artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Para esse efeito foi, ainda, aprovado o “Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional” pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais em 30 de Abril de 2008.

A iniciativa JESSICA

O ON.2 – “O Novo Norte” só prevê o recurso a financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI) no seu Eixo Prioritário 4 – “Qualificação do Sistema Urbana”. Esse financiamento dirige-se, no essencial, ao desenvolvimento da iniciativa JESSICA (“Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas”), de acordo com o estabelecido no Artigo 44º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, tal como se encontra declarado no documento técnico deste Programa aprovado pela Comissão Europeia na Caixa nº 8 (“Abordagem do Sistema Urbano”). No ano de 2008 foram efectuados os primeiros desenvolvimentos tendo em vista, a constituição do Fundo de Participações Jessica.

| 78

A iniciativa “JESSICA - Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas”, da Comissão Europeia em cooperação com o BEI – Banco Europeu de Investimentos e o Banco para o Desenvolvimento do Conselho da Europa, visa promover o investimento sustentável, o crescimento e o emprego nas áreas urbanas europeias. Tem origem na Decisão do Conselho de Julho 2005 em adoptar as “Community Strategic Guidelines on Cohesion 2007-2013”, no relatório do Parlamento Europeu “The urban dimension in the context of enlargement” de Setembro de 2005, e na Comunicação da Comissão COM (2006)385 final “Cohesion Policy and cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions”.

A iniciativa proporciona às Autoridades de Gestão dos fundos estruturais a possibilidade de aproveitar peritos externos e ter melhor acesso a empréstimos de capital que promovam o desenvolvimento urbano.

No dia 20 de Julho de 2009 decorreu a cerimónia de assinatura do *Funding Agreement* para implementação da iniciativa JESSICA em Portugal através da constituição de um Fundo de Participações. Esta cerimónia foi presidida pelo Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, acompanhado pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, e pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino.

O Fundo de Participações JESSICA, que será gerido através do Banco Europeu de Investimento, prevê um montante inicial de 130 milhões de euros para investimento em fundos de desenvolvimento urbano, 30 dos quais do ON.2, 30 do POVT, 20 do PO Centro, 10 do PO Alentejo, 5 do PO Algarve, 5 do PO Lisboa e 30 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

O “funding agreement” prevê a existência de um comité de investimentos composto por todas as entidades participantes, o qual é presidido, após eleição, pelo Presidente da Comissão Directiva do ON.2. Este comité de investimento funciona como autoridade de gestão do

fundo, e tem por missão analisar, como o apoio técnico do BEI, as candidaturas a financiamento que lhe sejam apresentadas. A coordenação da implementação da iniciativa em Portugal foi atribuída ao presidente da CD do POR Centro, tendo por função promover a articulação entre as AG dos PO participantes e o BEI. Para apoio à implementação da iniciativa, o BEI ficou encarregue de constituir uma equipa técnica, cuja sua sede está prevista para a cidade de Guimarães.

A execução do ON.2 na Região do Norte no contexto do QREN

No actual período de programação, cerca de 79% dos recursos financeiros dos Fundos Estruturais (FE) afectos a Portugal destina-se exclusivamente às regiões NUTS II do objectivo “Convergência”, isto é, ao “Norte”, “Centro”, “Alentejo” e “Açores”³. Com excepção dos Açores, estes recursos só são veiculados em parte pelos respectivos Programas Operacionais Regionais dessas regiões. A grande maioria encontra-se alocada aos Programas Operacionais Temáticos.

Por outro lado, o QREN é, antes de mais, um documento estratégico e, enquanto tal, encontra-se estruturado em três agendas: a Agenda do Potencial Humano, a Agenda da Competitividade e a Agenda da Valorização do Território. O ON.2 – “O Novo Norte” insere-se na estratégia definida pelo QREN e contribui para duas dessa Agendas (Competitividade e Valorização do Território).

A complementaridade do ON.2 com os PO Temáticos faz parte desde o início da estratégia definida pelo QREN e, assim sendo, a análise da sua execução deve ser efectuada no contexto mais amplo da execução do QREN como um todo na Região do Norte.

Neste momento (31-12-2009), o Norte de Portugal é de todas as regiões NUTS II (e, em particular, das que se incluem no objectivo da “Convergência”) aquela que apresenta maiores níveis de aprovação (38%).

301_____

³ Esse facto não quer dizer que estas regiões NUTS II não sejam elegíveis a outros financiamentos comunitários no actual período de programação. Por exemplo, cerca de 69% do montante restante é veiculado pelo Fundo de Coesão. Todo o território nacional é elegível a este Fundo e, portanto, estas regiões também o são.

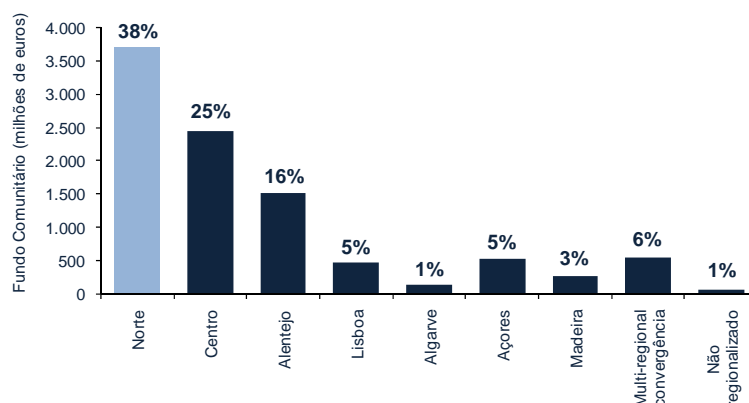


Figura 28 - Distribuição territorial dos Fundos Estruturais (FE) do QREN
Fonte: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

No entanto, não é comparável a sua importância face às outras no que respeita à sua dimensão populacional e produtiva. Se se efectuar essa comparação tendo em conta a sua dimensão populacional (Fundos Estruturais aprovados “per capita”), verifica-se que a Região do Norte é, das regiões NUTS II do objectivo “Convergência”, aquela que se encontra em pior posição. A aplicação dos Fundos Estruturais “per capita” neste território é, aliás, muito ligeiramente superior à que se regista para o País globalmente (906 €).

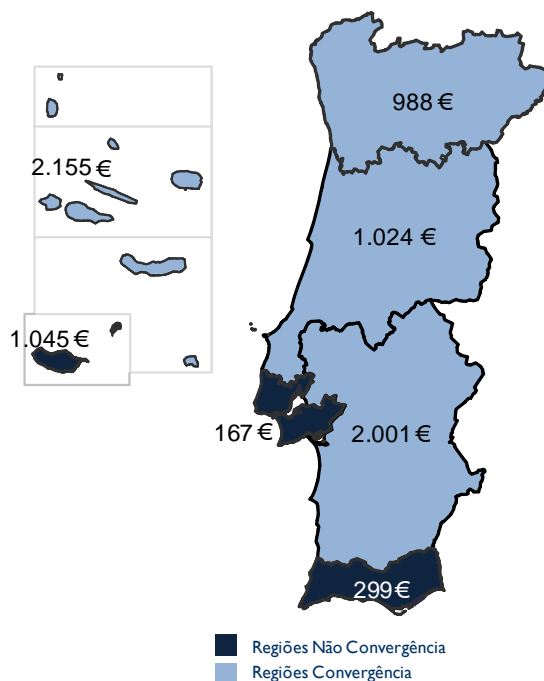


Figura 29 - FE aprovados “per capita” e por regiões NUTS II
Fonte: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Esta distribuição territorial dos Fundos Estruturais não deixará de ter consequência na evolução das assimetrias regionais em Portugal no decurso deste período de programação.

A Região do Norte regista o mais baixo rendimento “per capita” do País, mais baixo do que qualquer das outras regiões do objectivo “Convergência”. A manter-se a actual trajectória de distribuição espacial dos Fundos Estruturais, será normal que, “ceteris paribus”, não venha a convergir com o nível médio de rendimento nacional e, mais do que isso, que veja o actual fosso com as restantes regiões NUTS II do objectivo “Convergência” agravado.

Claro que esta abordagem é simplista. A Região do Norte nunca foi nem nunca será igual à Região do Centro ou ao Alentejo, pois tem as suas especificidades e como tal precisará de diferentes tipos de investimento. Só que o montante dos recursos aplicados em si mesmo conta e, como se verificou nos anteriores períodos de programação, as regiões de Portugal financiadas acima da média (em termos “per capita”) convergiram, ao passo que a Região do Norte divergiu, ao receber sucessivamente abaixo dessa média.

Como o ON.2 apresenta níveis de aprovações compatíveis com os de outros PO Regionais, este sub-financiamento da Região do Norte decorre de uma menor alocação de recursos dos PO Temáticos a esta região NUTS II. Este sub-financiamento determina que seja nesta região NUTS II do Continente incluída no objectivo “Convergência” que o peso dos Fundos Estruturais aprovados pelo PO Regional face ao total é maior.

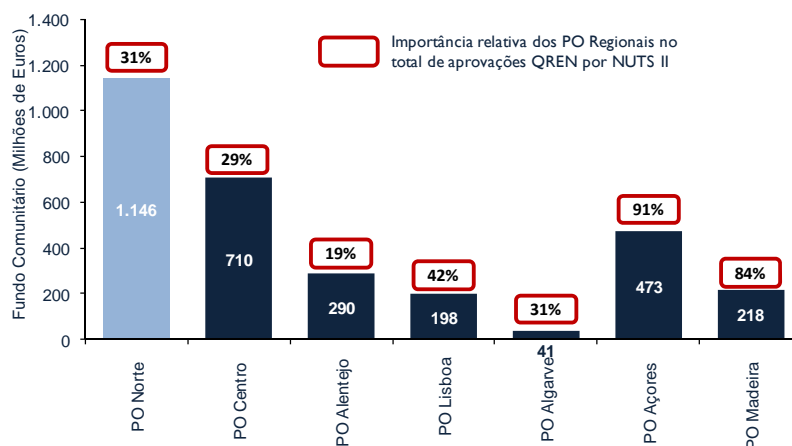


Figura 30 - Peso das aprovações nos PO Regionais face ao total por NUTS II
Fonte: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

No entanto, o financiamento da Região do Norte pelos diversos PO Temáticos não é homogéneo.

A Região do Norte é fortemente tributária do PO Potencial Humano (PO PH). O FSE aprovado para esta região NUTS II representa 48% do total. Este resultado decorre, sobretudo, das prioridades estabelecidas neste PO no que respeita, designadamente à “qualificação inicial” e à “adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida”. Estes Eixos, que

concentram o essencial dos recursos programados e aprovados, tendem a beneficiar as regiões NUTS II com maior número de activos, empregados, desempregados e à procura do primeiro emprego, e de activos menos qualificados. A este nível, a Região do Norte supera, em termos relativos e absolutos, qualquer uma das outras.

Também neste PO as aprovações destinadas a mais do que uma região NUTS II do objectivo “Convergência” em simultâneo e ao abrigo do efeito “spill over” encontram-se mais contidas.

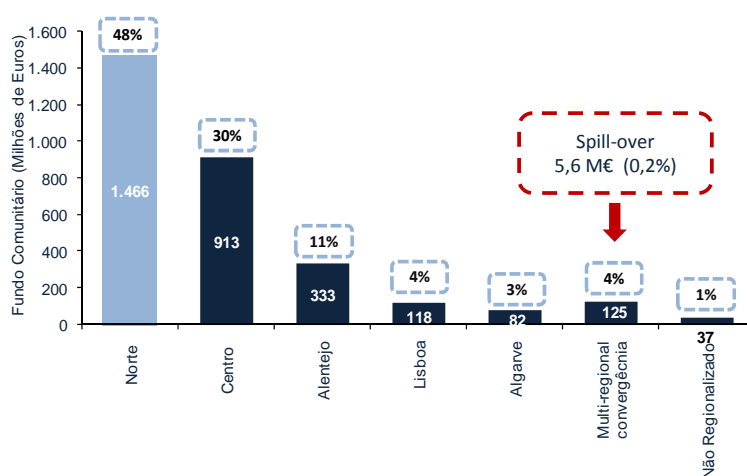


Figura 31 - Distribuição territorial do FSE aprovado pelo PO PH
Fonte: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Este desempenho regional na captação de recursos dos PO Potencial Humano não tem paralelo nos restantes PO Temáticos.

No PO Factores de Competitividade (PO FC), verifica-se que as aprovações destinadas à Região do Norte representam 34% do total, muito abaixo do registado no PO PH e ao que seria expectável face à sua importância relativa, em termos, designadamente, de população e produto.

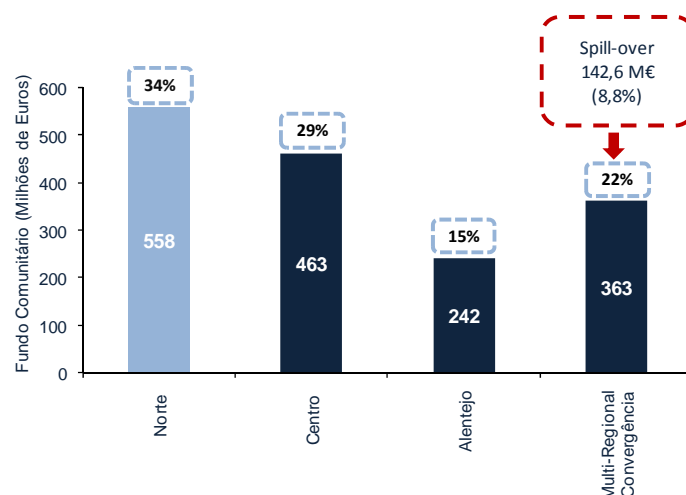


Figura 32 - Distribuição territorial do FEDER aprovado pelo PO FC
Fonte: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

No cálculo deste valor tem-se em conta a totalidade do montante (de 140 M€) atribuído ao FINOVA (“Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação”). Este Fundo, no contexto do PO FC, destina-se ao financiamento de iniciativas de investimento em todas as regiões NUTS II do objectivo “Convergência” e não, somente, ao Norte de Portugal. Por esta razão, os recursos afectos ao FINOVA deviam ser reportados no “multi-regional convergência” e não como se fossem integralmente executados na Região do Norte. Se assim fosse, o peso das aprovações nesta região NUTS II passaria para 26%, abaixo do da Região do Centro (29%), e o das do “multi-regional convergência” para 31% (o maior peso de todos).

A dimensão do “multi-regional convergência”, onde se incluem as aprovações ao abrigo do efeito de “spill over”, não pode deixar de merecer uma reflexão adicional. Um PO como este, dedicado ao objectivo “Convergência” e não ao País ou ao Continente como um todo, se tivesse sido delineado a partir de um diagnóstico de cada uma das regiões NUTS II elegíveis e das suas especificidades, apresentaria uma estratégia diferenciada do ponto de vista territorial. Os resultados da sua execução tenderiam, depois, a ser coerentes com esse exercício, e dificilmente as aprovações reportadas no “multi-regional convergência” apresentariam a dimensão actual.

Os resultados da aplicação do PO Valorização do Território (PO VT) na Região do Norte não são muito diferentes dos registados no PO FC. As aprovações ascendem a 30% do total e são superadas pelas verificadas no Alentejo (36%).

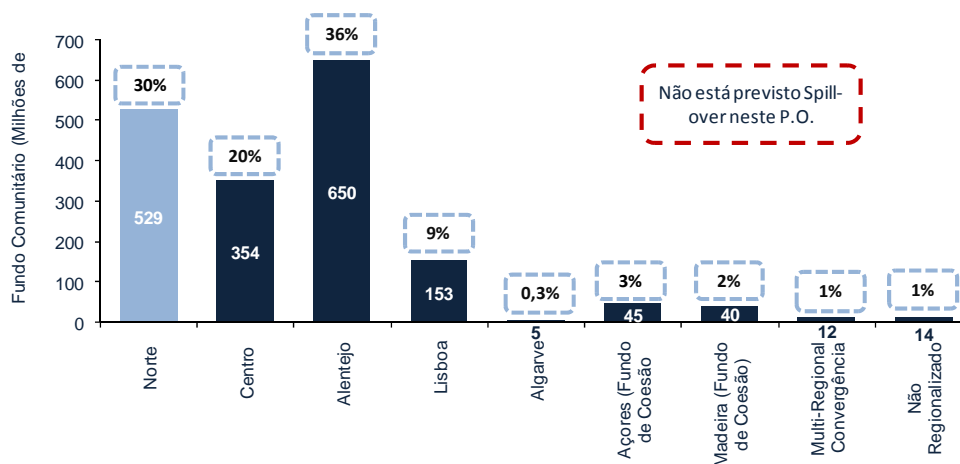


Figura 33 - Distribuição territorial do FEDER e Fundo de Coesão aprovado pelo PO VT
Fontes: Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Este valor do Alentejo, sem uma explicação adicional, pode até parecer surpreendente, tendo em consideração a sua importância relativa em termos de população e produto. Neste valor encontra-se assimilada a aprovação da linha “Poceirão – Caia” em Alta Velocidade no Eixo Prioritário das “Redes e Equipamentos Estruturantes de Transportes”. Esta é a razão que explica, em grande medida, o sobrepeso do Alentejo nas aprovações do PO VT.

Em contrapartida nesse Eixo, até ao momento, não está aprovado qualquer projecto na Região do Norte. Por decisão recente do Governo Português, foram protelados os investimentos respeitantes às linhas “Porto – Lisboa” e “Porto – Vigo” em Alta Velocidade, que representam cerca de 48% do investimento total deste Eixo (incluindo os “outros financiamentos”). Ora, esses investimentos são os únicos “Grandes Projectos” do PO VT que têm impacto na Região do Norte. Se esta questão não for devidamente acautelada, a Região do Norte corre o risco de não beneficiar em nada deste Eixo, que representa 51% do total do Fundo de Coesão afecto a Portugal e 68% do total de investimento (incluindo os “outros financiamentos”) previsto no POVT.

Em conclusão, os compromissos assumidos pelos PO VT e PO FC na Região do Norte, que asseguram, com o ON.2, a aplicação das Agendas de Valorização do Território e da Competitividade do QREN nesta região NUTS II, ficam muito aquém do expectável e do desejável. Com as restrições actuais, decorrentes do nível de endividamento externo nacional, dificilmente o País como um todo terá uma trajectória de convergência real sustentável que não seja suportada por um crescimento económico robusto da sua região NUTS II com maior orientação exportadora.

Esta preocupação tem vindo a ser expressa em diversos momentos e está, seguramente, presente em sede da execução da estratégia do QREN, quer ao nível técnico (na Comissão Técnica de Coordenação), quer ao nível político (na Comissão Ministerial de Coordenação).

Encontrando-se o actual ciclo de programação sensivelmente a meio, em termos temporais e no que respeita aos compromissos assumidos (taxa de aprovação), espera-se que a actual distribuição territorial venha a ser corrigida no período remanescente (que vai até 2013-2015).

2.7. Acompanhamento e avaliação

2.7.1. Acompanhamento: Monitorização das condições de contexto e monitorização física e financeira

| 85

A questão do acompanhamento releva a dois níveis. Por um lado, temos as questões de acompanhamento micro, que se colocam ao nível de cada operação em particular. Acompanhamento a este nível refere-se a todo o conjunto de actividades que vão desde a submissão de candidaturas, à sua selecção e aprovação e, depois, ao acompanhamento da execução física e financeira das respectivas operações. Esta é uma matéria abordada, como é devido, nos capítulos respeitantes a cada um dos Eixos Prioritários.

Por outro, temos o acompanhamento de natureza macro, ou global, que, embora recorrendo à informação produzida a nível micro, prossegue objectivos distintos. Esse acompanhamento global assume na linguagem QREN a designação de monitorização (estratégica, financeira ou operacional). É a este nível que a análise seguinte se reporta.

Esta monitorização do ON.2, no contexto do QREN, constitui um pilar fundamental do modelo de governação multi-nível neste período de programação de Fundos Estruturais. Baseado no Documento “Sistema de Monitorização do QREN” de 26 de Setembro de 2008, da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, o sistema de monitorização do ON.2 foi concebido com um duplo objectivo:

- Assumir-se como um instrumento de suporte à gestão operacional e governação estratégica do ON.2 e do QREN, constituindo um sistema de alerta que permita despoletar avaliações sobre determinados domínios, assumindo-se como uma bússola dos ajustamentos ou reorientações operacionais e financeiras e aperfeiçoamentos estratégicos,
- Reduzir ou eliminar as assimetrias de informação entre os diversos actores do ON.2 e QREN (sobretudo no que respeita à aplicação dos Programas Temáticos na Região do Norte), desde as equipas de gestão aos beneficiários finais, no sentido de criar um quadro de referência comum sobre o ON.2 e o QREN que permita mobilizar todos os actores para a sua eficiente e eficaz implementação.

Este sistema tem vindo a ser implementado em articulação, num momento, entre a Autoridade de Gestão e o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte e, a seguir, entre a Autoridade de Gestão e as entidades nacionais que, a esse nível, exercem iguais

responsabilidades no que respeita ao QREN como um todo (Comissão Técnica de Coordenação do QREN) e ao FEDER em particular (IFDR, IP).

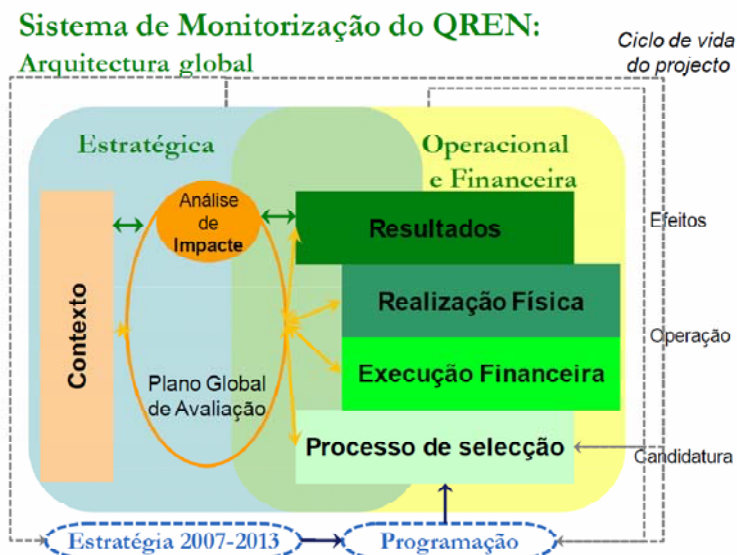


Fig 34 - Arquitectura global do Sistema de monitorização do QREN

Fonte: Documento “Sistema de Monitorização do QREN” de 26 de Setembro de 2008, Comissão de Coordenação do QREN

A montagem desse sistema obedece a uma lógica modular, em que diferentes módulos vão sendo acrescentados à medida que vão sendo necessários em função das diferentes fases que atravessa o ciclo de vida útil dos Programas Operacionais. Este sistema terá, em termos gerais, módulos respeitantes à monitorização (i) das aprovações, (ii) da execução financeira; (iii) das realizações físicas, (iv) dos resultados e (v) dos impactos. A monitorização de contexto é efectuada um pouco à parte e diz respeito, no modelo de governação do ON.2, ao Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte.

Monitorização das condições de contexto

A constituição dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR), decidida pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, em 15 de Dezembro de 2008, veio permitir que, em 2009, as actividades desenvolvidas pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte entrassem em ritmo cruzeiro. Muitas dessas actividades já vinham a ser desenvolvidas no contexto do Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais, onde reside o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte. Esta decisão permitiu, em certa medida, (re)legitimá-las.

No que respeita à monitorização das condições de contexto, o trabalho desenvolvido pelo Observatório das Dinâmicas Regionais divide-se em duas componentes.

A elaboração do boletim trimestral "Norte Conjuntura", onde se reúne e analisa a informação disponível, com a periodicidade desejada, mais relevante com vista à identificação precoce das tendências que marcam a evolução económica, a curto prazo, da Região Norte no contexto nacional. Trata-se de um documento, com cerca de 20 páginas, difundido até a um máximo de 80 dias após o final do respectivo trimestre, que procura analisar temas ("Mercado de Trabalho", "Desemprego Registado", "Endividamento das Empresas", "Comércio Intracomunitário", "Preços no Consumo"), sectores ("Indústrias Tradicionais", "Construção e Habitação", "Turismo") e, sobretudo, variáveis cujo comportamento se considera que esteja estreitamente correlacionado com a evolução do ciclo económico.

| 87

De acordo com o previsto, durante o ano de 2009, editaram-se quatro boletins "Norte Conjuntura" nos prazos estabelecidos (editou-se o primeiro relatório em 77 dias e os três seguintes em 79 dias).



Trata-se de um documento de grande notoriedade e utilidade social, como o exprimem os seguintes indicadores: (1) 54 notícias na comunicação social (avaliadas a partir do "media clipping" da CCDD-N); (2) 25.572 downloads do "Norte Conjuntura" on-line; (3) 5.217 envios de mailing das 4 edições; (4) 3.289 resultados no Google. Estes resultados são muito positivos. A sua dimensão absoluta é muito significativa e não encontra, praticamente, paralelo em documentos deste tipo em Portugal.

A elaboração de Sínteses Temáticas, onde se pretendem analisar as tendências de carácter (mais) estrutural (e, como tal, de evolução mais lenta) de alguns dos principais temas (quer sejam de carácter económico, social ou territorial) que se presumem ser decisivos para o futuro da Região do Norte, nomeadamente sob a óptica das políticas públicas, e que podem adquirir especial pertinência no actual contexto histórico. Complementarmente ao boletim "Norte Conjuntura", são, agora, sintetizadas numa base anual a informação que vai sendo disponibilizada e, em especial, os principais agregados de referência da Região do Norte. Estas Sínteses privilegiam, também, uma vertente mais analítica; isto é, tem-se como objectivo encontrar explicações para determinados fenómenos económicos, sociais ou territoriais, não os documentando e descrevendo somente.

No ano de 2009, foram elaboradas as seguintes Sínteses Temáticas: (1) O Turismo na Região do Norte de Portugal. Edição 2009; (2) O Contexto Sócio-económico na Região do Norte. Edição 2009; (3) Emprego e Desemprego na Região do Norte. Edição 2009.

Sínteses	Descrição do conteúdo
	<p><i>“O Turismo na Região do Norte de Portugal. Edição de 2009” – pretende-se, com esta Síntese, assegurar a monitorização da prioridade dada a este sector no contexto das políticas públicas. Neste trabalho, num primeiro momento, explicitam-se as características específicas do turismo enquanto actividade económica. Em seguida, para além de se apresentarem alguns dados sobre a relevância deste sector à escala nacional e internacional, efectua-se uma análise articulada da oferta (“supply side”) e da procura (“demand side”) turística da Região do Norte. É realizada uma análise da Região no seu conjunto, efectuando-se, sempre que possível, as comparações mais relevantes em relação ao País, e aos seus quatro destinos turístico promocionais (“Minho”, “Porto”, “Douro” e “Trás-os-Montes”). Conclui-se com uma apreciação dos efeitos das políticas públicas, na dinamização do investimento nos diversos sub-espacos regionais.</i></p>
	<p><i>“O Contexto Sócio-Económico na Região do Norte. Edição 2009” - neste documento sintetiza-se e sistematiza-se o trabalho efectuado em sede de monitorização estratégica pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte em 2009. Como o previsto, este é um trabalho que se irá efectuar regularmente todos os anos. Ele resultará de muito do trabalho desenvolvido no “Norte Conjuntura” e noutras Sínteses Temáticas mas, também, dos contributos que o Observatório das Dinâmicas Regionais elabora para o Relatório de Execução do ON.2 e Relatório de Execução do QREN. As dimensões de análise e a sua actualidade estão muito dependentes da informação disponível em cada momento. Mas, independentemente destas e de outras lacunas, considera-se que este poderá ser um primeiro ensaio para a elaboração, anual, de um Relatório de Estado do Desenvolvimento da Região do Norte.</i></p>
	<p><i>“Emprego e Desemprego na Região do Norte. Edição 2009” - com esta Síntese pretende-se dedicar uma maior atenção a algumas tendências mais estruturais do funcionamento do mercado de trabalho, tirando partido de um enquadramento temporal tão longo quanto possível. Para se compreender o comportamento do emprego e desemprego num ano não se pode deixar de analisar as tendências pesadas de evolução da economia regional no que respeita a estas duas dimensões do mercado de trabalho. Na primeira parte, esta Síntese apresenta um balanço decenal centrado em dois indicadores estruturais (taxa de emprego e taxa de desemprego). Na segunda parte, as grandes categorias de análise do mercado de trabalho são observadas com o objectivo de caracterizar a evolução ocorrida em 2009, enquadrando-a nas tendências dos anos anteriores. O documento conclui-se com um conjunto de comentários de síntese.</i></p>

No entanto, a monitorização do contexto sócio-económico onde operam as políticas públicas é importante numa dupla acepção: incorpora, pelo menos em parte, o(s) seu(s) resultado(s), por um lado, e condiciona-o(s), por outro. Isto é, as políticas públicas e os seus resultados têm uma tradução na melhoria das condições de contexto e, como é sabido, são mais ou

menos pertinentes e reproduzem-se de uma ou de outra forma em função desse mesmo contexto. Assim, o diagnóstico e a monitorização das condições de contexto, para além do seu valor intrínseco, adquirem uma dimensão claramente instrumental, enquanto metodologia para aferir, em qualquer momento, a “baseline” das políticas públicas e avaliar do seu impacto.

Assim, este trabalho de monitorização das condições de contexto tem incluído uma componente muito significativa de análise da distribuição territorial do QREN e dos seus efeitos na Região do Norte. Este trabalho, embora ainda não produtor de uma edição a ele dedicada, tem vindo a ser extensivamente divulgado em várias sessões através de diversas apresentações, nomeadamente, “Evolução da conjuntura económica e da aplicação do QREN no Norte de Portugal: Ponto de situação” (Conselho Regional de 29-4-2009); “Evolução da conjuntura económica e da aplicação do QREN no Norte de Portugal: Ponto de situação” (Comissão de Aconselhamento Estratégico de 12-5-2009); “Monitorização Estratégia e Operacional e Avaliação” (Comissão de Acompanhamento do ON.2 de 18-6-2009), “Evolução da conjuntura económica e da aplicação do QREN no Norte de Portugal: Ponto de situação” (Assembleia Metropolitana do Porto de 10-7-2009); Evolução da conjuntura económica e da aplicação do QREN no Norte de Portugal: Ponto de situação” (Comemorações dos 40 anos das CCDR-N, 8-9-2009); “Aplicação do QREN na Região do Norte: Ponto de Situação” (Comissão de Coordenação Intersectorial de 22-9-2009), “Aplicação do QREN na Região do Norte: síntese dos resultados” (Conferência Anual do ON.2, 16-12-2009).

Todo este trabalho foi avaliado, na “Auditoria ao Modelo de governação e controlo do QREN”, pelo Tribunal de Contas, que o considerou, no contexto da criação dos CODR, como um dos pontos fortes do modelo de governação do QREN, pelo seu papel no “acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas”, salientando, ainda, como único ponto fraco a circunstância de estes Observatórios não terem sido constituídos formalmente mais cedo.

Monitorização física e financeira

A este nível, foram, numa primeira fase, criados os módulos respeitantes à monitorização do “processo de selecção” e à monitorização “financeira”.

A Autoridade de Gestão do ON.2, em articulação com o IFDR, estabilizou, durante o ano de 2008, os mapas de monitorização mensal, os quais foram sendo sucessivamente afinados em termos de conteúdo, de metodologia de recolha das suas variáveis e da sua integração com o sistema de informação do Programa Operacional.

Quadro 16 – Mapas de Monitorização do ON.2

Mapas de Monitorização do ON.2 2009	
Mapas ^(a)	Principais Variáveis
Mapa de monitorização operacional do ON.2	PO, N.º do eixo, tipologia de operação, código de concurso/período de candidatura, data de publicação do aviso de concurso/período de candidatura, estado do concurso, data de abertura, data de encerramento, fundo a concurso, data prevista de decisão, data efectiva de decisão, N.º e investimento/custo total das (i) candidaturas apresentadas, (ii) candidaturas em análise de admissibilidade, (iii) candidaturas admitidas, (iv) candidaturas não admitidas, (v) candidaturas em análise de mérito (vi) candidaturas aprovadas, (vii) candidaturas não aprovadas (viii) desistências e (ix) candidaturas rescindidas, Investimento/custo elegível, despesa pública e fundo comunitário das candidaturas aprovadas, N.º e fundo comunitário das candidaturas contratadas/termo de aceitação
Mapa de monitorização financeira do ON.2 - Acompanhamento de candidaturas	Eixo prioritário/área de intervenção - N.º, Financiamento comunitário e Financiamento total do (i) candidatado, (ii) não aprovado, (iii) aprovado, (iv) rescindido, (v) desistido e (vi) concluído
Quadro de Monitorização da execução financeira mensal (Programação financeira, aprovações e execução por eixo prioritário/áreas de intervenção)	Eixo prioritário/área de intervenção - Investimento/custo total elegível, despesa pública e fundo comunitário da (i) Programação financeira 2007-2013 (PR), (ii) Aprovações (AP), (iii) Execução (EX), Fundo comunitário pago ao beneficiário (OG), Taxa de compromisso (AP/PR), Taxa de Execução (EX/PR), Taxa de realização (EX/AP), Taxa de Pagamento (PG/AP) e Taxa de Reembolso (PG/EX)
Lista de Operações aprovadas ^(b)	(i) data de entrada da candidatura, (ii) código NUTS I, (iii) código NUTS II, (iv) código NUTS III, (v) código Concelho, (vi) código UT QREN, (vii) efeito de difusão - spill-over, (viii) data de 1ª deliberação da AG, (ix) data da primeira comunicação de decisão ao beneficiário, (x) data de decisão final, (xi) data prevista de início, (xii) data prevista de conclusão, (xiii) fundo comunitário inicial, (xiv) fundo comunitário aprovado, (xv) Contrapartida nacional total aprovada, (xvi) OE aprovado, (xvii) AL aprovado, (xviii) RA aprovado, (xix) EP aprovado, (xx) outras fontes aprovadas, (xxi) financiamento comunitário aprovado, (xxii) investimento não elegível aprovado

Fonte: CAPER

(a) A Norma 3/2009 do IFDR define as orientações do IFDR a aplicar na disponibilização mensal de informação para efeitos de monitorização operacional e financeira e para a prestação de informação sobre candidaturas apresentadas e operações financiadas pelos Programas Operacionais do FEDER/ Fundo de Coesão, no período de programação 2007-2013.

(b) Este ficheiro destina-se a apurar resultados das candidaturas que, após o processo de análise respectivo, mereceram um parecer/decisão, de aprovação ou de não aprovação. Este ficheiro inclui, também, os dados relativos à execução das operações aprovadas.

Em 2009, este processo de recolha, sistematização e reporte de informação de monitorização da selecção de candidaturas e da aprovação e execução financeira, entrou em ritmo cruzeiro, tendo permitido, com a regularidade estabelecida, a produção dos Indicadores Conjunturais de Monitorização (disponíveis em http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=408).

Entretanto, durante ao ano de 2009, aumentou-se o esforço de monitorização, de acordo com a metodologia descrita anteriormente relativa à construção modular do sistema de monitorização do QREN. Tendo em consideração o avanço no “ciclo de vida” do Programa, neste exercício procuram-se conceber, em articulação, designadamente, com o Observatório do QREN e o IFDR, os dois módulos seguintes.

A partir de 24 de Novembro (por decisão da Comissão Directiva do ON.2), foi constituído, um grupo de trabalho, supervisionado por um dos Vogais Executivos (Prof. Mário Rui Silva), envolvendo elementos dos diversos Secretariados Técnicos e o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (que assegurou a coordenação). Este grupo de trabalho teve como missão, em articulação com o IFDR, o Observatório do QREN e as restantes Autoridades de Gestão, o estabelecimento do Sistema de Indicadores Comuns Nacionais (anuais e trimestrais). Este grupo concluiu o seu trabalho já em 2010, tendo-se procedido, também neste ano (em 10-2-2010 e 5-4-2010), à recolha, sistematização e reporte dos Indicadores Comuns Trimestrais às datas de 31-12-2009 e 31-3-2010.

Importa, agora, revisitar, em 2010, os Indicadores de Eixo do próprio ON.2 – “O Novo Norte”. Após a negociação e aprovação do Programa pela Comissão Europeia, foram desenvolvidos todos os dispositivos técnicos, financeiros, administrativos e de governação que permitiriam concretizar os seus objectivos. A produção de Regulamentos Específicos assumiu um carácter transversal e nacional. A maior parte das vezes, respeitam a vários Programas (Temáticos e/ou Regionais). Por essa razão, nem sempre é fácil estabelecer o alinhamento desses instrumentos de política com os Eixos Prioritários e respectivos objectivos específicos e indicadores de realização e de resultado.

Esse exercício de realinhamento de instrumentos de política com objectivos e indicadores merecerá uma atenção muito particular da Autoridade de Gestão, nomeadamente, em sede do exercício de “Avaliação da Operacionalização do ON.2 – “O Novo Norte”.

2.7.2. Autoridade de gestão

Durante o ano de 2009 a Comissão Directiva realizou 19 reuniões e 44 consultas escritas, de acordo com o quadro que se segue. A necessidade de se implementar uma dinâmica ao Programa que impulsionasse os níveis de abertura de concursos e a sua decisão, de forma a permitir que no final do ano, princípio de 2010, a execução atingisse níveis que possibilitem ultrapassar a regra n+3 e preparar o Programa para os níveis de execução previstos para 2011 estiveram na origem da realização de um nível elevado de consultas escritas.

Quadro 17 – Deliberações da Comissão Directiva do ON.2

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
09-01-2009		X	→ Eixo 6 - Aviso AT/01/2009 - Assistência técnica aos órgãos de gestão - Aprovação do aviso	
13-01-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 16ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
15-01-2009	X		→ Estrutura remuneratória dos trabalhadores a termo incerto que transitam do QCA III	
26-01-2009	X		→ Eixo 1 - Propostas da 17ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
29-01-2009		X	→ Eixo 6 - Aviso AT/02/2009 - Assistência técnica à AMP/CIM no âmbito dos contratos de delegação de competências - Aprovação do aviso	
02-02-2009		X	→ Eixo 1 - Manual de Procedimentos do SI QREN e normas sobre procedimentos de contratação pública nos sistemas de incentivos	
05-02-2009		X	→ Eixo 1 - Avisos 01/SI/2009 - SI Inovação e Aviso 02/SI/2009 - SI I&DT - ambos referentes ao sector automóvel - Aprovação dos avisos e respectivas dotações orçamentais	
10-02-2009		X	→ Eixo 6 - Aviso AT/01/2009 - Aprovação da candidatura apresentada pela CCDRN	
16-02-2009	X		→ Eixo 3 - Aviso Rede de Equipamentos Culturais - Programação cultural em rede - Aprovação do aviso → Eixo 4 - Aviso PRU/01/2008 - Operações isoladas - Aprovação das	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			candidaturas	
20-02-2009		x	→ Eixo 1 – Aprovação do calendário de concursos para 2009 do sistema de incentivos	
02-03-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 18ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
05-03-2009		X	→ Eixo 2 - Foram abertos os seguintes avisos: Aviso SACIC- GE/1/2009 - Indústrias criativas Grandes eventos Aviso SACIC - IF/1/2009 - Indústrias criativas infra-estruturas físicas Aviso SAIECT - IEC/1/2009 - Infra-estruturas científicas Aviso SAIECT - IETIEFE/1/2009 - Infra-estruturas tecnológicas - Infra-estruturas Técnicas e Equipamentos Aviso SAIECT - IETRRIET/1/2009 - Infra-estruturas tecnológicas - Racionalização da rede de infra-estruturas tecnológicas	
16-03-2009	X		→ Eixo 3 - foram abertos os seguintes avisos: Aviso PC/1/2009 - Património cultural Aviso ES/1/2009 - Equipamentos sociais Aviso BA/1/2009 - Bibliotecas e arquivos públicos Aviso REC/1/2009 - Rede de equipamentos culturais → Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - aprovação de orçamento para os concursos da 1ª fase de 2009; aprovação da realização de sessões de divulgação para promotores → Eixo 1 - Contratação de peritos externos nos concursos SIAC - Sistemas de Apoio a Acções Colectivas, PCT - Parques de Ciência e Tecnologia, IEBT - Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Eixo 2 - Assessoria técnica por parte da Estrutura de Missão da Região Demarcada do Douro no que respeita ao concurso do Turismo do Douro → Eixo 3 - Aviso PCR/2009 - Alteração da data de encerramento do concurso	
06-04-2009		X	→ Orientação de Gestão sobre Assistência Técnica	
15-04-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso EDSC/1/2009 - Economia digital e sociedade do conhecimento - Aprovação do aviso	
21-04-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 19ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
27-04-2009	X		→ Orientação Técnica nº 1 (2009) sobre dossier de candidatura e nº 2 (2009) sobre cobertura orçamental → Eixo 1 - Avisos EDSC/1/2008 - Escola em rede e SAICT/1/2008 - Escol@segura - Aprovação das candidaturas → Eixo 4 - Aviso MT/1/2008 - Aprovação de candidatura	
28-04-2009		X	→ Protocolo da AG com a AMP/CIM relativo à concretização da delegação de competências por subvenção global no que respeita às candidaturas aprovadas pela AG antes da celebração da delegação	
04-05-2009		X	→ Orientação de Gestão sobre regras de formatação e publicação de Avisos pela AMP/CIM no âmbito da delegação de competências por subvenção global	
14-05-2009	X		→ Eixo 1 - Propostas da 20ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos → Eixo 3 - Avisos RRE/1/2007 e RRE/1/2008 (centros escolares) - Revogação da decisão de aprovação de cinco candidaturas dado as mesmas terem transitado para o QCAIII → Eixo 3 - Aviso RNT/1/2009 - Deliberado não aprovar as candidaturas e encerrar o concurso → Eixo 6 - Aviso AT/2/2009 - Aprovação das candidaturas apresentadas pela CIM do Alto Minho e do Cávado	
18-05-2009	X		→ Eixo 1 - Aviso 14/SI/2009 - SI Inovação - Inovação produtiva e Aviso 15/SI/2009 - SI I&DT - Empresas individuais e em co-promoção - Aprovação dos avisos específicos para projectos inseridos em Redes de Nova Geração	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
19-05-2009		X	→ Eixo 5 - Aprovação do Programa de Acção Lojas 2G – 1ª fase	
20-05-2009		X	→ Eixo 1 - Divulgação dos critérios de avaliação do critério de valia regional nos concursos do Sistema de Incentivos	
22-05-2009	X		→ Eixo 3 - Aviso S/1/2008 - Saúde. A Comissão Directiva discordou do parecer da ARS do Norte no sentido de determinadas unidades de saúde não serem entidades elegíveis por não se enquadrarem no ponto 4 a) do aviso já que o mesmo se destinaria à construção de novas entidades hospitalares. A CD considerou que a referida alínea não deve ser lida restritivamente permitindo a construção de unidades/serviços em hospitais já existentes.	
28-05-2009		X	→ Eixo 2 - Aviso EHT/1/2009 - Escolas de hotelaria e turismo - Aprovação do aviso	
29-05-2009		X	→ Eixo 6 - Avisos AT/3/2009 e AT/4/2009 - Organismos Intermédios dos sistemas de incentivos - Candidaturas referentes aos anos de 2008 e 2009 - Aprovação de avisos	
04-06-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 21ª e 22ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
15-06-2009	X		→ Eixo 1 - Aviso 16/SI/2009 SI I&DT Projectos em co-promoção - Aprovação de aviso → Eixo 5 – EEC Provere – Aprovado o relatório de avaliação → Delegação de competências por subvenção global na AMP/CIM - Deliberado ratificar as decisões de concordância com os avisos abertos → Nomeado o coordenador da Unidade de Acompanhamento da Contratualização e o coordenador da Unidade de Valorização Territorial	
17-06-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso 17/SI/2009 SI PME projectos individuais e de cooperação e Aviso 18/SI/2009 SI Inovação projectos de empreendedorismo qualificado - Aprovação de avisos	
26-06-2009	X		→ Eixo 1 - Foi aberto o seguinte aviso: Aviso 19/SI/2009 - SI Inovação - Inovação produtiva → Eixo 1 - Aviso SIAC/1/2008 - Sistemas de Apoio a Acções Colectivas (MERCA) - Aprovação de candidaturas → Eixo 4 - Aviso PRU/1/2007 - Grandes centros - Aprovação da Operação NORTE-04-0241-FEDER-000409 - município de Bragança → Eixo 4 - Aviso PRU/2/2008 - Grandes centros - Aprovação de candidaturas	
29-06-2009		X	→ Eixo 1 - Foram abertos os seguintes avisos: Aviso E – PDRTAE/1/2009 Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia Aviso E – IRFL/1/2009 Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública – Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso Aviso E – SESPC/1/2009 Promoção da Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Sociais Construídos - Sistemas Energéticos Sustentáveis em Piscinas Cobertas	
02-07-2009		X	→ Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - aprovação do Aviso 20/SI/2009 - SI PME projectos individuais, específico para o sector de transportes rodoviários de mercadorias	
08-07-2009	X		→ Eixo 3 - Aviso S/1/2007 - Saúde - Aprovação de candidaturas → Eixo 4 - Aviso MT/01/2008 - Mobilidade territorial - Aprovada candidatura do Metro do Porto → Eixo 4 - Aviso CIMC/REEMM/01/2009 - Rede de Estradas Municipais - Confirmação da aprovação das candidaturas aprovadas pela CIM do Cávado → Eixo 4 - Aviso PRU/1/2007 - Grandes centros - Aprovação da Operação NORTE-04-02-41-FEDER-000413 - município de Peso da Régua → Eixo 1 - Manual dos Sistemas de Incentivos (QREN) - Na sequência da alteração produzida pelo POFC ao Manual de do Sistema de Incentivos (versão de 23 de Junho) foi aprovada a sua alteração → Eixo 1 - Sistemas de Incentivos: Alteradas as seguintes	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			Orientações de Gestão na sequência de igual alteração no POFC: Orientação de Gestão nº 2(2008) - Procedimentos de encerramento dos projectos Orientação de Gestão nº 3(2008) - Procedimentos de verificação de gestão	
10-07-2009	x		→ Eixo 1 - Avisos SAPCTTIEBT-IEFPCT/1/2008, SAPCTIEBT-IEFIEBT/1/2008 e SAPCTIEBT-ET/1/2008 – Aprovação de candidaturas → Eixo 2 - Aviso TDIM/1/2009 - Aprovação de candidaturas	
16-07-2009	X		→ Foram aprovados os seguintes avisos: Eixo 2 - Convite Mar/TC/PCT/1/2009 - Terminal de cruzeiros no Porto de Leixões e Parque de Ciência e Tecnologias do Mar da Universidade do Porto Eixo 2 - Convite Mar/IEBT/1/2009 - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica Eixo 1 - Aviso SAAAE/1/2009 - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística → Eixo 4 - Aviso RUCI/1/2008 - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação - Aprovação de candidaturas → Eixo 4 - Aviso PRU/2/2008 - Grandes Centros - Aprovação final de candidaturas na sequência da deliberação de 26 de Junho → Eixo 6 - Aviso AT/2/2009 - Aprovação da candidatura da AMP	A partir desta reunião a senhora vogal executiva Cristina de Azevedo já não participou nas deliberações por ter solicitado a sua exoneração
30-07-2009		X	→ Eixo 5 - Convite PROVERE-CGP(PC)/1/2009 - Projectos de dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da Parceria de Estratégia de Eficiência colectiva PROVERE - Aprovação de Aviso	
05-08-2009	X		→ Eixo 3 - Aviso RLCZE/1/2009 - Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas - Aprovação do aviso → Eixo 1 - Propostas da 23ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos → Eixo 1 - Aviso SAIET – IEC/1/2009 - aprovação da candidatura Norte-01-0162-FEDER-000003, apresentada pelo INL – Laboratório de Nanotecnologia Ibérico → Eixo 3 - Aviso RREC-PCR Programação Cultural em Rede - Aprovação de candidaturas. Foram ainda aprovadas duas candidaturas que integram parceiros da Região Norte no POVT e no POR Centro → Eixo 3 - GAEP/01/2008 - Aprovação das candidaturas → Eixo 4 - Aviso RUCI/01/2008 – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação - Aprovação de candidaturas → Eixo 4 - Aviso ML/IV/MT/01/2009 - Mobilidade territorial - Aviso da CIM do Minho-Lima	A partir desta reunião passou a fazer parte da CD o senhor vogal executivo Mário Rui Silva. No caso do Aviso da CIM Minho-Lima, o Senhor Presidente entregou declaração de voto aprovando a proposta e considerando que o município de Viana do Castelo deveria ter acesso à verba contratualizada com a CIM do Minho-Lima
07-08-2009		X	→ Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - aprovação dos Avisos: 21/SI/2009 (Inovação Produtiva); 22/SI/2009 (Empreendedorismo); 23/SI/2009 (SI PME - Projectos individuais e em cooperação) e 24/SI/2009 8SI PME - Projectos conjuntos) - específicos para projectos inseridos em EEC Provere	
17-08-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso EDSC 2/2009 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do PTE, nas Escolas EB 2, 3 - Aprovação de aviso	
25-08-2009		X	→ Eixo 5 - Aviso PROVERE-CGP (PC)/1/2009 - Aprovação das Orientações Técnicas	
01-09-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso SAAAE/1/2008 - Constituição da equipe técnica, contratação de peritos externos,	
04-09-2009			→ Aviso CIMC/RE/01/2009 da CIM do Cávado - Confirmação do aviso nos termos do contrato de delegação com a CIM do Cávado → Eixo 1 - Propostas da 24ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos → Eixo 4 - Aviso PRU/1/2007 - Grandes centros - Deliberado aprovar as seguintes operações: NORTE-04-0241-FEDER-000410 – Regqualificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe d'Água- município de	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			<p>Bragança</p> <p>NORTE-04-0241-FEDER-000411 – Requalificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe d'Água – Campelo - município de Bragança</p> <p>NORTE-04-0241-FEDER-000412 – Requalificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe d'Água - Estação - município de Bragança</p> <p>NORTE-04-0241-FEDER-000421 – Reconversão do convento Corpus Christi - município de Gaia</p> <p>→ Eixo 4 - Aviso PRU/1/2008 - Operações individuais - Aprovada a Operação NORTE-04-0241-FEDER-000461 - município de Ponte da Barca</p> <p>→ Foram aprovadas as seguintes Orientações:</p> <p>Orientação Técnica Geral nº 2(2009) - Adequada cobertura orçamental</p> <p>Orientação Técnica Geral nº 5(2009) - Despesas com equipas técnicas no âmbito de operações/acções imateriais</p> <p>Orientação de Gestão 4 – Rev 1 (2009) – Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública pelos beneficiários do ON.2 – O conteúdo deste documento foi revisto exclusivamente para incorporar o 'Quadro dos Contratos de Fornecimentos' referido na Orientação Técnica Geral 5 (2009)</p> <p>Orientação de Gestão 7 (2009) – Avisos da AMP/CIM</p> <p>Orientação de Gestão 8 (2009) – Assistência Técnica</p>	
10-09-2009		X	→ Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - aprovação do Aviso 25/SI/Vale IDT e Aviso 26/SI/Vale Inovação	
16-09-2009	X		<p>→ Eixo 3 - Aviso GAEPC/1/2009 - Alteração ao aviso</p> <p>→ Eixo 1 - Propostas da 25ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos e nova decisão relativa às propostas da 24ª comissão de selecção com alargamento de dotação orçamental</p> <p>→ Eixo 3 - Aviso GAEPC/1/2007 - Operação NORTE-03-0230-FEDER-000007 - Alteração de beneficiários de candidatura devido à alteração do estatuto jurídico por força da lei - Criação da CIM do Minho-Lima</p> <p>→ Eixo 3 - Aviso GAEPC/1/2007 - Operação NORTE-03-0230-FEDER-000007 - Alteração de beneficiários de candidatura devido à alteração do estatuto jurídico por força da lei - Criação da CIM do Minho-Lima</p> <p>→ Eixo 5 - Aviso SAMA/1/2008 - Apoio à Modernização Administrativa - Aprovação das candidaturas</p> <p>→ Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - ratificação de Orientações Técnicas e de Gestão previamente aprovadas pela Vogal Executiva</p>	
17-09-2009		X	→ Eixo 6 - Aviso AT/2/2009 - Aprovação da candidatura da CIM do Tâmega e Sousa	
18-09-2009		X	→ Eixo 6 - Aviso AT/3/2009 e Aviso AT/4/2009 - Aprovação das candidaturas dos Organismos Autónomos do Sistema de Incentivos - AICEP, IAPMEI e Turismo de Portugal - referentes, respectivamente, às despesas de 2008 e de 2009	
23-09-2009		X	→ Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - Aviso 27/SI/I&DT Núcleos de IDT e Aviso 28/SI/I&DT Centros de IDT - Aprovação de avisos	
24-09-2009		X	→ Eixo 2 - Aviso SACIC/GCEC/PA/1/2009 - Programa de acção relacionado com o evento Guimarães Capital Europeia da Cultura - Aprovação de Aviso	
25-09-2009		X	<p>→ Eixo 1 - Aprovação de avisos da rede dos sistemas de incentivos:</p> <p>Aviso 29/SI/2009 – SI PME – Projectos individuais e em cooperação</p> <p>Aviso 30/SI/2009 – SI PME – Projectos conjuntos – outras tipologias</p> <p>Aviso 31/SI/2009 – SI IDT – Projectos de IDT colectiva</p> <p>Aviso 32/SI/2009 – SI IDT – Projectos de IDT individuais</p> <p>→ Eixo 1 - Sistema de Incentivos - Aprovado o mapa de concursos a abrir até ao final do ano e respectiva dotação orçamental</p>	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
06-10-2009		X	<ul style="list-style-type: none"> → Eixo 1 - Orientação Técnica 10/2009 da rede dos Sistemas de Incentivos - Sistemas de Incentivos à Inovação – critério adicional para repartição de atribuição de responsabilidades entre o POFC e os PO Regionais no co-financiamento de projectos → Eixo 1 - Aviso EDSC/2/2009 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - Alteração do aviso 	
09-10-2009 e 13-10-2009	X		<ul style="list-style-type: none"> → Foram aprovadas as seguintes candidaturas: Eixo 1 - Aviso SAIECT – IEC/1/2009 - aprovação definitiva e na sequência da deliberação de 5 de Agosto da candidatura Norte – 01-0162-FEDER-000003, apresentada pelo INL – Laboratório de Nanotecnologia Ibérico Eixo 1 - Aviso SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008 - Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - Candidatura NORTE-01-0364-FEDER-000025 - SANJOTEC - Aprovada a alteração à avaliação feita pela respectiva comissão técnica Eixo 3 - Aviso PCR/1/2009 - Programação Cultural em Rede - Aprovação definitiva das candidaturas na sequência da deliberação de 5 de Agosto e aprovação da candidatura Cultrede, submetida ao POR Centro dado o líder da rede ser o município de Leiria e por ele apreciada favoravelmente em 27 de Setembro, abrangendo os municípios da Região do Norte Alijó, Paredes de Coura e Ponte de Lima Eixo 3 - Aviso S/1/2007 - Saúde - Relativamente à operação 3-4-15-4-1049 foi alterado o beneficiário da ARS do Norte para a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, por sucessão legal → Foram feitas as seguintes confirmações de decisões das CIM no âmbito dos protocolos de delegação de competências por subvenção global: Eixo 1 - Aviso ML/I/ALE/1/2009 - Áreas de Localização Empresarial - CIM do Minho Lima Eixo 4 - Aviso ML/IV/MT/02/2009 - Mobilidade Territorial - CIM do Minho Lima Eixo 4 - Aviso CIMTS/IV/PCSUR/01/2009 - Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional - CIM Tâmega e Sousa Eixo 4 - Aviso CIMTS/IV/PMU/01/2009 - Promoção da Mobilidade Urbana - CIM Tâmega e Sousa Eixo 5 - Aviso CIMTS/V/MGE/01/2009 - Modernização Administrativa - CIM Tâmega e Sousa → Tendo em conta o bom desempenho em 2008 dos secretários técnicos e a recomendação da CMC dos PO Regionais do continente no sentido de, atendendo à crise financeira vigente, só se atribuir metade do prémio de desempenho previsto na RCM 25/2008, foi deliberado atribuir um prémio no valor de 7,5% da remuneração → JESSICA - Foi deliberado contribuir com 30 milhões de euros para o fundo, num total de 100 milhões. O contributo inicial é de 10 milhões. O fundo será gerido por um comité de investimento em coordenação com o BEI 	
21-10-2009	X		<ul style="list-style-type: none"> → Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - Aprovadas as Orientações de Gestão 11/2009 referente aos projectos de elevada intensidade tecnológica e 12/2009 sobre incentivos atribuídos a despesa com a protecção da propriedade intelectual e industrial, ambas do SI IDT 	
22-10-2009		X	<ul style="list-style-type: none"> → Eixo 1 - Aviso E-IRFL/1/2009 - Energia - Alteração ao aviso 	
28-10-2009		X	<ul style="list-style-type: none"> → Eixo 6 - Aviso AT/2/2009 - Aprovada a candidatura da CIM do Minho-Lima 	
30-10-2008		X	<ul style="list-style-type: none"> → Eixo 2 - Aviso MAR/TC/PCT/2009 - Designação de comissão técnica de avaliação → Eixo 5 - Aviso PROVERE-CGP (PC)/1/2009 - Designação de comissão técnica de avaliação 	
05-11-2009		X	<ul style="list-style-type: none"> → Orientação de gestão nº 9 (2009 sobre projectos geradores de receitas 	
06-11-2009		X	<ul style="list-style-type: none"> → Alteração à minuta do contrato de financiamento das operações de forma a incluir as modificações introduzidas no Regulamento FEDER e Fundo de Coesão introduzidas pela CMC dos PO Regionais do continente em 18 de Setembro 	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
10-11-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 26ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
24-11-2009	X		<p>→ Foram aprovados os seguintes avisos:</p> <p>Eixo 1 - Sistemas de Incentivos - Avisos 33/SI/2009 e 34/SI/2009 SI Inovação Geral e Empreendedorismo - Aprovação de avisos e orçamentos</p> <p>Eixo 1 - Aviso E-PDRTAE/1/2009 - Energia - Alteração do aviso</p> <p>Eixo 2 - Aviso Mar/IEBT/DC&T/1/2009 - Convite público de apresentação de candidaturas</p> <p>→ Foram aprovadas as seguintes candidaturas:</p> <p>Eixo 1 - Propostas da 27ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos</p> <p>Eixo 1 - Aviso SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008 - Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - Candidatura NORTE-01-0364-FEDER-000001 - Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa e NORTE-01-0364-FEDER-0000025 - Sanjotec - Núcleo de I&D Empresarial</p> <p>Eixo 1 - Aviso EDSC/1/2009 - aprovação da candidatura NORTE-01-0666-FEDER-000007 , apresentada pelo GEPE</p> <p>Eixo 3 - Aviso AVQA/1/2007 - Acções de Qualificação e Valorização Ambiental - Candidatura NORTE-03-0131-FEDER-000012 - Correção do contrato de financiamento alterando-o de forma a condizer o valor da despesa elegível com o valor aprovado na reunião do dia 23 de Outubro de 2008</p> <p>Eixo 3 - Aviso GAEP/1/2007 - Gestão Activa de Espaços Protegidos e Qualificados</p> <p>Eixo 3 - Aviso RERER-PCR/1/2009 - Programação Cultural em Rede</p> <p>Eixo 3 - RRE/1/2007 - Rede escolar - Reformulação financeira da candidatura NORTE-3-5-15-8-369-1365 devido à alteração do Regulamento Específico no que respeita ao valor das despesas elegíveis</p> <p>Eixo 4 - PRU/1/2008 - Parcerias para a Regeneração Urbana - Aprovadas as seguintes operações: NORTE-04-0241-FEDER-000437 do município de Cabeceiras de Basto, NORTE-04-0241-FEDER-000466 do município de Mogadouro, NORTE-04-0241-FEDER-000473 e NORTE-04-0241-FEDER-000474 do município de Guimarães</p> <p>→ Foram confirmadas as seguintes decisões de provação das CIM, no âmbito do protocolo de delegação de competências:</p> <p>Eixo 1 - Aviso CIMC//SOL/01/2009 - Promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - CIM do Cávado</p> <p>Eixo 1 - Aviso CIMTS//AAE/01/2009 - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - CIM de Trás-os-Montes</p> <p>Eixo 2 - Aviso CIMC/AIVT/01/2009 - Acções Integradas de Valorização Territorial - CIM do Cávado</p> <p>Eixo 2 - Aviso CIMTS/AIVT/01/2009 - Acções Integradas de Valorização Territorial - CIM de Trás-os-Montes</p> <p>Eixo 4 - Aviso CIMML/MT/01/2009 - Mobilidade Territorial - CIM do Minho-Lima</p> <p>Eixo 4 - Aviso CIMC/STPP/01/2009 - Qualificação dos Transportes Públicos de Passageiros - CIM do Cávado</p> <p>Eixo 5 - Aviso CIMC/ODAR/01/2009 - Administração Desconcentrada e Local - CIM do Cávado</p>	No caso da Programação Cultural em Rede, o POR Centro abriu um segundo aviso o qual não teve a adesão da parte do POR Norte e do POR Lisboa. Por não ter um âmbito nacional nos termos do Regulamento Específico a candidatura "5 Sentidos" não foi aprovada.
30-11-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso Nº 35/SI/2009 SI IDT - Projectos de empresas em co-promoção - Aprovação de Aviso e orçamento	
11-12-2009	X		<p>→ Eixo 1 - Sistemas de incentivos - Foram aprovadas as seguintes propostas:</p> <p>Aviso 12/2009 SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado - Projecto n.º 6913 - Ajuste à decisão inicial no sentido de permitir que o menor valor da comparticipação face ao solicitado fosse suportado por um empréstimo em vez de suprimento de capital</p> <p>Aviso 14/2008 – SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação - Projecto n.º 3776 - Cessão de posição contratual como beneficiário</p> <p>Aviso 05/2008 – SI Inovação/Inovação Produtiva - Prorrogação de</p>	Eixo 3 – Avisos REE - Atendendo que o senhor Primeiro Ministro na primeira reunião da Comissão de Aconselhamento Estratégico afirmou que todos os centros escolares seriam financiados e atendendo ao facto de

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			<p>prazo do projecto n.º 3018</p> <p>Aviso 14/2008 – SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação - Transferência do projecto n.º 3915 do POFC para o PO Norte</p> <p>→ Foram aprovadas as seguintes candidaturas:</p> <p>Eixo 3 - Aviso ES/1/2009 - Equipamentos sociais</p> <p>Eixo 3 - Aviso RNT/02/2009 - Riscos naturais e tecnológicos</p> <p>Eixo 3 - Avisos RRE - Rede escolar - Reformulação financeira de diversas candidaturas atendendo à alteração do artigo 9º do Regulamento Específico do qual resulta um aumento da comparticipação FEDER</p> <p>Eixo 4 - Aviso PRU/1/2007 - Operação NORTE-04-0241-FEDER-000418 do município de Gaia</p> <p>Eixo 4 - Aviso PRU/1/2008 - Operação NORTE-04-0241-FEDER-000449 do município de Ponte de Lima</p> <p>Eixo 4 - Aviso PRU/1/2008 - Operação NORTE-04-0241-FEDER-000540 do município de Braga</p> <p>Eixo 3 - Aviso GAEPC - Operação NORTE-03-0230-FEDER-000034 - Alteração da estruturas de beneficiários de forma a incluir o município de Arcos de Valdevez</p> <p>→ Foram feitas as seguintes confirmações de decisões das CIM no âmbito dos protocolos de delegação de competências por subvenção global:</p> <p>Eixo 2 - AMP/AIVT/01/2009 - Áreas integradas de Valorização Territorial - Área Metropolitana do Porto</p> <p>Eixo 3 - Aviso CIMC/RS/01/2009 - Resíduos sólidos</p> <p>Eixo 4 - Aviso AMP/PMU/1/2009 - Mobilidade Territorial</p> <p>Eixo 5 - Aviso AMP/V/MGE/01/2009 - Modernização do Governo Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local</p>	a alteração ao Regulamento Específico ter aumentado o nível de comparticipação dos projectos, a Comissão Directiva deliberou proceder ao levantamento das necessidades financeiras que estas decisões do Governo implicam e o seu impacto noutras tipologias.
17-12-2009		X	→ Eixo 1 - Aviso SIAC/2008 - Projectos colectivos MERCA	
21-12-2009		X	→ Eixo 1 - Propostas da 28ª comissão de selecção dos sistemas de incentivos	
29-12-2009		X	→ Eixo 1 - Sistemas de incentivos - Plano Anual de Verificações no Local 2009, previsto no Manual de Gestão e Controlo	
30-12-2009	X		<p>→ Foram aprovados os seguintes avisos de concurso:</p> <p>Eixo 6 - Aviso AT/01/2010 - Assistência técnica aos órgãos de gestão para 2010</p> <p>Eixo 6 - Aviso AT/02/2010 - Assistência técnica à AMP/CIM para 2010</p> <p>Eixo 4 - Aviso PRU/2/2008 - Aprovação da candidatura do município de Santo Tirso, na sequência das alegações do município em sede de contraditório e após reavaliação da candidatura.</p> <p>Eixo 6 - Aviso AT/1/2009 - Reformulação da candidatura à assistência técnica aos órgãos de gestão, sem alteração do valor da candidatura.</p> <p>→ Foi feita a seguinte confirmação de decisão das CIM no âmbito dos protocolos de delegação de competências por subvenção global:</p> <p>Eixo 3 - Aviso AMP/III/RRE/01/2009 - Rede escolar - Confirmada apenas a aprovação das candidaturas até ao limite do valor contratualizado. Ver observação à reunião do dia 11 de Dezembro</p> <p>Eixo 3 - Rede escolar - Reformulação financeira da operação NORTE-03-0344-FEDER-000270 atendendo à alteração do artigo 9º do Regulamento Específico do qual resulta um aumento da comparticipação FEDER</p>	

Durante o ano de 2009 a Autoridade de Gestão viu-se confrontada com a necessidade de publicar várias orientações de gestão que definissem regras aplicáveis a vários aspectos de gestão do Programa, bem como orientações técnicas gerais, definindo aspectos técnicos relacionados com avisos específicos.

Quadro 18 – Orientações técnicas e de gestão

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO (OG)			
OG 3 (2008) - Revisão 1 (2009)	08/07/2009	Procedimentos de verificação de gestão a aplicar aos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos do ON.2	→ Estabelece uma metodologia de verificação que se consubstancia e desenvolve num conjunto de etapas através das quais se procura, de forma sistemática e tendo em conta os níveis de risco que possam ser identificados em relação a cada projecto, obter garantias suficientes de que os objectivos das verificações estão a ser rigorosamente cumpridos
OG 4 (2008) - Revisão 1 (2009)	04/09/2009	Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas a contratação pública pelos Beneficiários do ON.2 (Com excepção dos Beneficiários da Rede dos Sistemas de Incentivos que adoptam, nesta temática, orientações específicas)	→ Alteração do ponto 3, tendo em vista a descrição de uma nova metodologia de verificação dos procedimentos inerentes a contratos de valor igual ou inferior a 10.000 Euros; → Inclusão de um novo campo de registo, designado por 'Identificação da Rubrica POCP / Conta POC, no Quadro II da Folha de Rosto da 'Ficha de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública'. → Inclusão de um novo Anexo, o 'Quadro dos Contratos de Fornecimentos', a utilizar nos contratos de valor igual ou inferior a 10.000 Euros.
OG 5 (2009)	02/02/2009	Procedimentos a adoptar na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública a aplicar por todos os Organismos Intermédios com intervenção no acompanhamento dos projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos – ao abrigo do DL 59/99 e do DL 197/99 -	→ Clarificar as normas a aplicar, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, às entidades promotoras de projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, → Estabelece a metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas, a adoptar pelos organismos responsáveis pelo acompanhamento das candidaturas, na verificação da despesa presente pelos promotores.
OG 6 (2009)	02/02/2009	Procedimentos a adoptar na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública a aplicar por todos os Organismos Intermédios com intervenção no acompanhamento dos projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos – ao abrigo do Código dos Contratos Públicos -	→ Clarificar as normas a aplicar, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, às entidades promotoras de projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, → Estabelece a metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas, a adoptar pelos organismos responsáveis pelo acompanhamento das candidaturas, na verificação da despesa presente pelos promotores.
OG 7 (2009)	04/09/2009	Estabelece as regras de formatação e publicação de avisos/convites para a apresentação de candidaturas pela AMP/CIM no âmbito da delegação de competências	→ No contexto dos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrados com as Comunidades Intermunicipais (CIM), a Autoridade de Gestão do ON.2, pretende com esta Orientação estabelecer os procedimentos, de articulação institucional, necessários à publicação dos Avisos/Convites para a apresentação de candidaturas no âmbito das tipologias de operações contratualizadas.
OG 8 (2009)	04/09/2009	Condições de atribuição de adiantamentos no âmbito da assistência técnica	→ Enquadrar os pedidos de adiantamento do investimento anual elegível com a assistência técnica do ON.2, nos termos do artigo 17º nº 3 do Regulamento Específico da Assistência Técnica
OG 9 (2009)	06/11/2009	Projectos geradores de receitas	→ Esclarecimento do conteúdo do Documento de Trabalho n.º 4 da Comissão Europeia relativo a "Orientações sobre a metodologia para a realização de análises custo-benefício"; → Sensibilização das entidades promotoras de candidaturas a apresentar à Autoridade de Gestão do ON. 2 sobre o modo de cálculo do FEDER nas

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
			operações que prevejam rendimento líquido positivo. Neste sentido, esta Orientação de Gestão refere especificamente o processo de obtenção do “Défice de Financiamento” evidenciando aspectos relevantes do respectivo cálculo.
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO – Rede Incentivos QREN (OG SI)			
OG 2 – Revisão 1 (2009)	08/07/2009	Procedimentos de encerramento de projectos	→ Define as fases do processo de encerramento dos projectos dos sistemas de Incentivos do ON.2, os objectivos que lhes estão subjacentes, bem como os procedimentos de verificação a observar
OG 3– Revisão 1 (2009)	08/07/2009	Verificações de Gestão	→ Define os procedimentos de verificação de gestão a aplicar aos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos do ON.2.
OG 4 – Revisão 1 (2009)	03/03/2009	Norma de pagamentos na rede de sistemas de incentivos	→ Regula os pagamentos de incentivos às empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, bem como, nos casos específicos previstos nos regulamentos dos sistemas de incentivos acima identificados, às associações empresariais, às entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e às entidades públicas
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS GERAIS (OTG)			
OTG 2 (2009)	04/09/2009	Adequada cobertura orçamental - condição de admissibilidade das operações	→ Informa as entidades beneficiárias do ON.2 sobre a forma como será aferida a adequada cobertura orçamental da operação, em sede de análise de Candidatura apresentada no âmbito do Programa, através do Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2).
OTG 3 (2009)	06/04/2009	Despesas com assistência técnica - condições de elegibilidade das despesas	→ Enquadrar as despesas com a assistência técnica do ON.2 limitando em várias tipologias o seu valor.
OTG 5 (2009)	04/09/2009	Despesas com equipas técnicas nas operações/acções imateriais	→ Informa as entidades beneficiárias do ON.2 sobre: as regras a respeitar aquando da apresentação de despesas com Equipas Técnicas em sede de candidatura e em sede de pedido de pagamento; a forma e o momento para solicitarem alterações/ajustamentos das condições aprovadas pela Autoridade de Gestão e a tipologia de despesas e respectivos limites aceites para co-financiamento.
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS (OT)			
OT CMC	09/09/2009	Tipologia de Intervenção “Melhoria da Eficiência Energética em Habitações de Famílias de Baixos Rendimentos no âmbito de Intervensões Integradas de Regeneração Urbana”	→ Estabelece as condições de elegibilidade das despesas relativas à promoção da eficiência energética de edifícios residenciais no âmbito dos Programas de Acção das Parcerias para a Regeneração Urbana nos termos do n.º 4 do artigo 56.º do Regulamento (CE) 1083/2006.
OT PROVERE- CGP PC/1/2009	31/07/2009	Projectos de dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da parceria de EEC PROVERE	→ Informa sobre matérias relacionadas com: Enquadramento das pré-candidaturas, Entidades Beneficiárias, Apresentação e número de pré-candidaturas, Instrução das pré-candidaturas Normas de preenchimento do “Formulário de Pré-candidatura” e Elegibilidade de despesas.
OT 2 (2009)		Rede de Equipamentos Culturais - Programação Cultural em Rede	→ Estabelece as regras aplicáveis em todos os PO Regionais aos concursos abertos no âmbito da rede
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS – Rede Incentivos QREN (OT SI)			
OT SI 7 (2009)	10/03/2009	Norma de Pagamentos	→ Prazo de validade da garantia bancária prevista na Orientação de Gestão 4 – Revisão 1 (2009)
OT SI 8 (2009)	13/04/2009	Oneração do investimento apoiado	→ Estabelece que nos casos em que os promotores recorram à oneração dos bens apoiados para fins relacionados com a prossecução do projecto de investimento, como sejam a obtenção da garantia bancária exigida no âmbito dos sistemas de incentivo do QREN ou a viabilização do financiamento do projecto, cabe ao Organismo Técnico decidir sobre os pedidos apresentados pelos promotores de oneração dos investimentos apoiados, a favor das Instituições de Crédito financiadoras

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
OT SI 9 (2009)	21/08/2009	Estabelece regras de elegibilidade das despesas no âmbito do SI à Qualificação PME e no SI Inovação	→ Limites à elegibilidade das despesas, condições específicas de aplicação das despesas elegíveis
OT SI 10 (2009)	08/10/2009	Sistemas de Incentivos à Inovação – Regra de elegibilidade dos beneficiários	→ Critério adicional para repartição de atribuição de responsabilidade entre o POFC e os PO Regionais no co-financiamento de projectos
OT SI 11 (2009)	07/10/2009	SI I&DT - Relativa a projectos de elevada intensidade tecnológica	→ Estabelece o conteúdo do conceito de projectos de elevada intensidade tecnológica
OT SI 12 (2009)	07/10/2009	SI I&DT - Incentivos atribuídos a despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial	→ Estabelece os casos em que os auxílios devem ser considerados ajudas de Estado e correspondentes procedimentos

No final de 2009 a Autoridade de Gestão participou no encontro anual dos PO FEDER e Fundo de Coesão com a Comissão Europeia, organizada pelo IFDR e na reunião do 1º Encontro Estratégico Nacional do QREN, entre a CTC do QREN, a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos PO, organizado pelo Observatório.

No encontro anual caso fez-se o balanço sobre aspectos operacionais da implementação dos PO e de aspectos relacionados com a monitorização estratégica. Foram debatidos todos os aspectos relevantes para a implementação dos PO, nomeadamente os níveis de execução, os constrangimentos que impendem sobre a implementação, designadamente o excesso de exigência procedimental requerido pelo sector audit da Comissão Europeia e os aspectos ligados à crise financeira mundial, a existência de um procedimento interno na Comissão Europeia que visa, a nível europeu, que o orçamento de 2007 fosse dividido pelos seis anos seguintes o que faria que a regra n+3 seria apenas aplicada em 2011; esta proposta do Conselho teria de ser aprovada pelo Parlamento Europeu, não se prevendo, que esta possibilidade tenha uma decisão final antes de Abril/Maio de 2010.

O Encontro Estratégico Nacional do QREN foi mais centrado na monitorização estratégica. Contando com a presença do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, este sublinhou que não vai haver um exercício de reformulação dos PO, e que os seus princípios, objectivos e enquadramentos estratégicos mantêm-se válidos, sendo prioritária a execução dos PO.

Secretariado Técnico

O Secretariado Técnico do ON.2 foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 25/2008 de 13 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação 19-B/2008 de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros 72/2008 de 30 de Abril. A sua estrutura orgânica foi aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sendo dirigidos por cinco secretários técnicos, nomeados pelo Despacho 15470/2008 de 4 de Junho e pelo

Despacho 19302/2008 de 21 de Julho, ambos do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Ao Secretário Técnico de Acompanhamento Global compete apoiar os órgãos de governação do ON.2, nomeadamente a Comissão Directiva, estando na dependência directa do Gestor. É o responsável pela apresentação das propostas de deliberação, validação e eficácia, sendo responsável pela sua divulgação, bem como pelo relacionamento do ON.2 com os órgãos de governação do QREN. No exercício das suas funções é apoiado pelos restantes Secretariados Técnicos.

| 102

Ao Secretário Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditorias e Gestão Financeira compete dar apoio técnico à Comissão Directiva e aos restantes Secretariados no domínio do apoio jurídico, contencioso, coordenação de auditorias e gestão financeira, estando na dependência da Comissão Directiva.

Ao Secretário Técnico da Competitividade dos Territórios e das Políticas de Cidades, ao Secretário Técnico do Conhecimento, da Inovação e Valorização Económica dos Recursos e ao Secretário Técnico dos Sistemas de Incentivos compete a verificação e emissão de parecer sobre a aceitabilidade da admissão das candidaturas a financiamento pelo PO, e a análise do seu mérito, bem como o acompanhamento da sua execução tendo em conta a disciplina jurídica aplicável. Assim, são responsáveis pela preparação e validação final, no plano técnico:

- do conteúdo dos Avisos de Abertura de Concurso, tendo em consideração as orientações para o efeito emitidas pela Comissão Directiva;
- da análise da admissibilidade e aceitabilidade das operações e dos Beneficiários;
- da atribuição do mérito, comunicação da aprovação e contratualização;
- da análise dos aspectos técnicos e físicos da execução das operações, quer em sede de verificação dos pedidos de pagamento quer do acompanhamento no local das operações.

No que respeita ao Secretariado Técnico do Sistema de Incentivos, ainda que as tarefas de gestão inerentes ao ciclo de vida das operações sejam em grande medida desenvolvidas por Organismos Intermédios, nos termos legais dos protocolos celebrados, e do 'Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos', compete a este Secretariado Técnico, o desempenho designadamente das seguintes funções:

- participação nas tarefas de gestão operacional dos Sistemas de Incentivos (SI) desenvolvidas pela Rede dos Incentivos QREN, designadamente no que concerne a elaboração de AAC, Orientações Técnicas e de Gestão, Manuais de procedimentos, etc.
- colaboração com os Organismos Intermédios no desenvolvimento de todas as tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida dos projectos;

- supervisão das tarefas desenvolvidas pelos Organismos Intermédios;
- colaboração nas funções de avaliação e monitorização do ON2, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos SI, bem como na preparação de relatórios de execução do Programa;
- colaboração na promoção de iniciativas de informação/divulgação dos Sistemas de Incentivos e serviços de atendimento a promotores (linha de atendimento e email)
- preparação de relatórios com informação de apoio à gestão do programa.

Para além dos Secretariados Técnicos, o Presidente da Comissão Directiva nomeou igualmente quatro Coordenadores de equipas multidisciplinares, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do Anexo IV da Resolução do Conselho de Ministros 25/2008, os quais são responsáveis pelas seguintes áreas: controlo interno, contratualização, jurídica e auditorias, e valorização do território.

O organograma da autoridade de gestão é o seguinte:

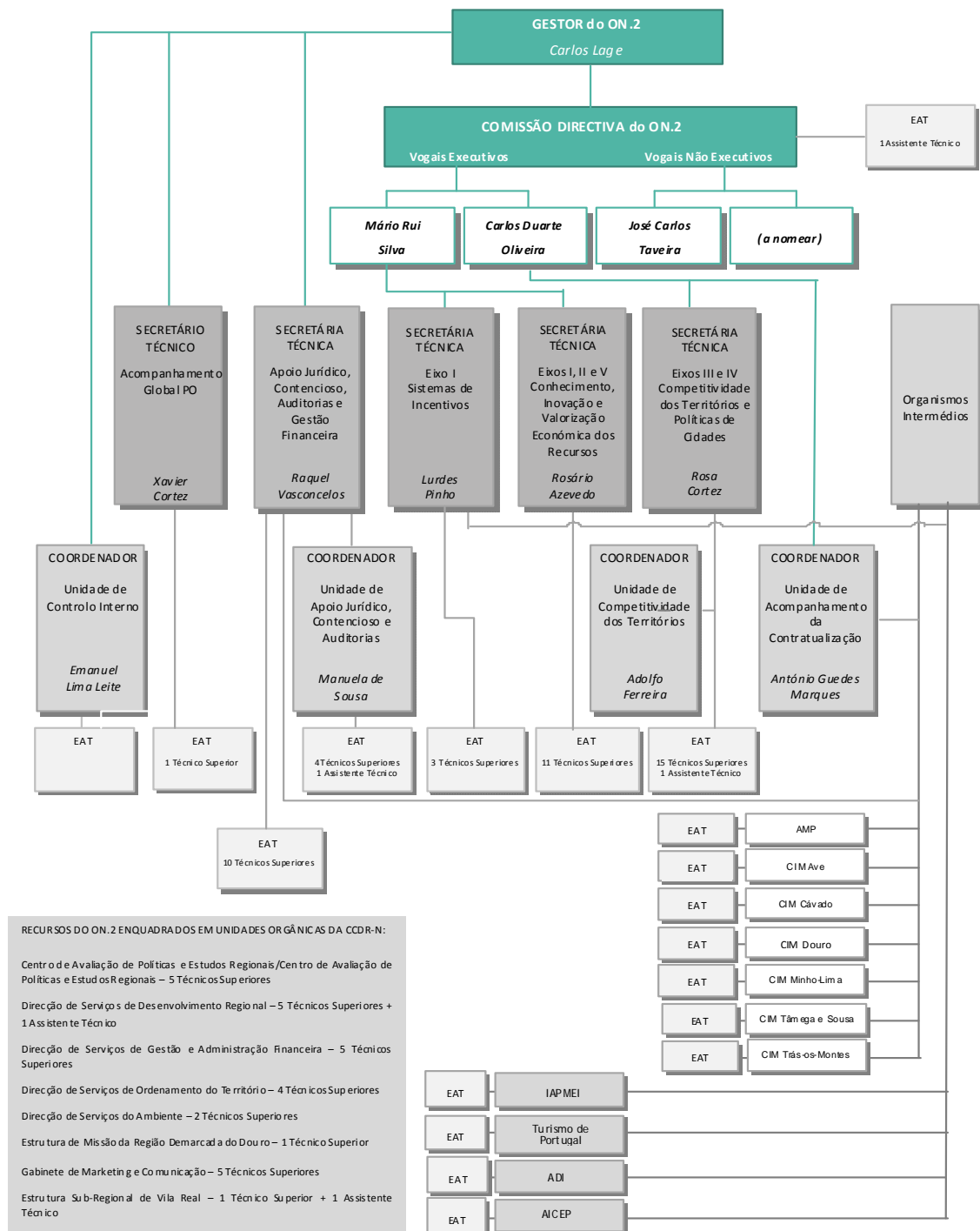


Figura 35 - organograma da autoridade de gestão

A 31 de Dezembro o Secretariado Técnico do ON.2 era constituído por 79 membros, sendo 56 do sexo feminino, cinco das quais em funções dirigentes ou de coordenação, e 23 do sexo masculino, quatro dos quais em função dirigente ou de coordenação. A sua área de formação académica era a seguinte:

Quadro 19 – Formação académica e distribuição por género

SECRETARIADO TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FORMAÇÃO ACADÉMICA										GÉNERO		
	Técnicos Superiores (Secretários, Coordenadores e Técnicos)								Assistentes Técnicos	TOTAL	Mulheres	Homens	TOTAL
	Economia, Gestão, Contabilidade, Administração e Geografia e afins	Engenharia Civil, Arquitectura, Geografia e afins	Direito, Auditoria e afins	Psicologia, Sociologia e afins	Engenharia de Sistemas e afins	Comunicação, Marketing e afins	Outras áreas de formação	Total					
ESTRUTURA TÉCNICA DO ON.2	29	22	8	4	2	2	7	74	5	79	56	23	79

| 105

Tendo consciência de que o sucesso da boa gestão do ON.2 depende de uma boa formação dos seus recursos humanos, como principal activo do PO, foi elaborado um plano de formação plurianual que prevê acções de formação em: agendas temáticas, ajudas de Estado, análise de candidaturas, atendimento, auditoria, contratação pública, controlo interno, fiscalidade, informática, língua estrangeira, metodologia de avaliação de projectos, políticas comunitárias de ambiente, projectos geradores de receitas, sistemas de informação e técnicas de comunicação.

Ao longo de 2009 a AG promoveu ao longo do ano, um conjunto de acções de formação que abrangeram 55 técnicos, nas áreas do ambiente, avaliação, regime jurídico da contratação pública, financiamento de empresas, fiscalidade, gestão de financeira de fundos, informática na óptica do utilizador, modelo de governação do QREN e de gestão do ON.2, pedidos de pagamento, políticas urbanas, projectos geradores de receitas, sistema de informação e gestão (SIGON.2) e verificação do cumprimento da contratação pública. As acções de formação foram dadas pelo EIPA – European Institute of Public Administration, IFDR, IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública e pela AG.

É de realçar que foram dadas várias acções de formação sobre algumas temáticas, nomeadamente sobre contratação pública, as quais foram frequentadas por vezes pelos mesmos técnicos, dada a relevância dessa matéria e o facto de haver sempre matéria a abordar.

Sublinhe-se igualmente que a formação das equipas de apoio técnico da AMP/CIM foi uma preocupação permanente da AG, tendo sido promovidas, em conjunto com o IFDR, acções

de formação sobre o modelo de governação do QREN e de gestão do ON.2, verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública, pedidos de pagamento e sobre o sistema de informação e gestão do PO (SIGON.2).

2.7.3. Comissão de Aconselhamento Estratégico

A Comissão de Aconselhamento Estratégico é o órgão de aconselhamento estratégico da execução do ON.2, reportando, através do membro do Governo responsável pelo desenvolvimento regional, à CMC dos PO regionais do continente; é presidida por este membro do Governo – em 2009 o então Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, actualmente o Secretário de estado Adjunto, da Energia e do Desenvolvimento – e é composta pelo membro do Governo responsável pelas autarquias locais, o Presidente da CCDR Norte, o Presidente do Conselho da Região, um representante das instituições de ensino superior, empresariais e sindicais e por um representante de cada associação de municípios de nível NUT III.

Durante o ano de 2009 realizou-se uma reunião, presidida pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na qual se fez a avaliação global da implementação do Programa – sendo apresentada a programação para 2009 – e se debateu o contributo do PO para a política do Governo de combate à crise. Nesta reunião foi criado o CODR – Centro de Observação das Dinâmicas Regionais.

2.7.4. Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento é o órgão que assegura a qualidade da execução e o acompanhamento do ON.2. Durante o ano de 2009 realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do ON.2, bem como duas consultas escritas.

Quadro 20 – Deliberações da Comissão de Acompanhamento

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
28-05-2009		X	Alteração dos critérios de selecção das tipologias de operações abrangida pelos regulamentos específicos “Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica” e “Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas”	Pretendeu-se incluir os institutos superiores no seu elenco de beneficiários, passando a referência para “Instituições de Ensino Superior” em lugar de “Universidades”.

18-06-2009	X		Aprovação do Relatório de Execução de 2008	Durante a reunião os membros da Comissão de Acompanhamento fizeram uma análise sobre a situação económica e financeira do País e mundial, e o seu impacto na execução do PO. A execução do ON.2 registada em 2010, as perspectivas para o ano e o plano de comunicação foram objecto de apresentações. Foi também abordado o actual estado do sistema de gestão e controlo.
29-06-2009		X	Foi introduzida a alínea h) ao artigo 2º n.º 3 do Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento, de forma a permitir que o Conselho Económico e Social, para além de quatro membros efectivos tivesse quatro observadores.	
16-12-2009	X			<p>Foi prestada informação sobre o encontro anual dos PO FEDER e Fundo de Coesão com a Comissão Europeia, organizada pelo IFDR e a reunião do 1º Encontro Estratégico Nacional do QREN, entre a CTC do QREN, a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão (AG) dos PO organizado pelo Observatório.</p> <p>O IFDR informou que está a avaliar os regulamentos específicos FEDER, em colaboração com as AG, pretendendo também obter a colaboração das associações de municípios. Foi também lançado um concurso sobre a avaliação dos regulamentos dos sistemas de incentivos, para o qual pretendem obter a colaboração de todas as AG e Organismos Intermédios (OI)</p> <p>Foi feita a análise da implementação do ON.2 a 30 de Novembro e da execução do QREN na Região</p> <p>Os representantes da Comissão Europeia salientaram que 2010 será o ano de início do debate sobre o futuro da política comunitária, nomeadamente sobre os fundos de coesão post-2013 pelo que é necessário que a execução seja assegurada</p> <p>A excessiva burocratização do Programa, o efeito spill-over nos PO temáticos e a situação na tipologia "ciclo urbano da água foram abordados pelos membros da CA</p> <p>Foi apresentada a Iniciativa Prémios Novo Norte visando distinguir boas práticas e iniciativas inovadoras de desenvolvimento regional, em temas prioritários para o desenvolvimento da Região</p>

2.7.5. Parcerias

Nos termos do número 2 do Artigo 11º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, o desenvolvimento de trabalhos em parceria abrangem a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais. No caso do ON.2 – “O Novo Norte”, a consecução desta parceria a esses diferentes níveis, envolvendo os parceiros mais representativos ao nível da Região do Norte, em termos sectoriais e territoriais, encontra-se esquematizada na figura seguinte.

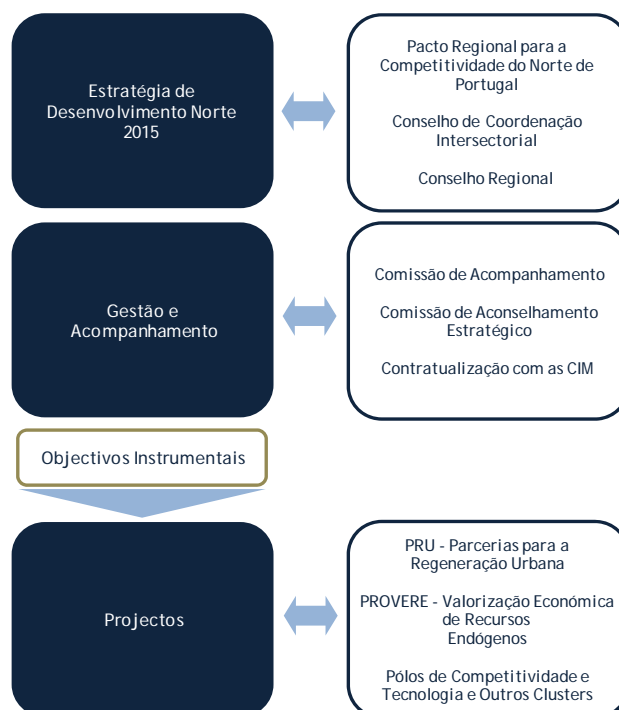


Figura 36 - Parcerias

2.7.5.1. Parcerias de nível estratégico

Ao nível da definição da estratégia de desenvolvimento regional, após a fase inicial da iniciativa Norte 2015, seguiu-se o Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal (Cfr. Capítulo 1 deste Relatório de Execução), com a elaboração das Agendas Prioritárias e respectivos Planos de Acção, envolvendo a participação dos actores regionais considerados mais pertinentes em cada caso, designadamente nas respectivas Comissões de Acompanhamento.

Em 2009, com este processo do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, foi possível:

1. Publicar mais cinco Planos de Acção (“Plano de Acção Mar”, “Plano de Acção 2008-2013 para a promoção da Mobilidade, Transportes e Logística no Norte de Portugal”, “Agenda Regional da Região Digital”, “Plano de Acção para a promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal”, “Plano de Acção Cidades e Urbanismo”)
2. Produzir dois documentos de síntese e integração transversal do Pacto Regional, o primeiro na perspectiva da sustentabilidade (“Plano de Acção da Agenda Global para o Ambiente”) e o segundo privilegiando a óptica da competitividade (“Norte 2020 – Iniciativa Competitividade e Convergência”);

3. Elaborar, no contexto da IIª Fase deste Pacto, contributos técnicos no âmbito da preparação de 13 Avisos de Concurso do ON.2, nas áreas da “Inovação”, “Indústrias Criativas”, “Acolhimento empresarial”, “Energia”, “Mar” e “Turismo”.

O trabalho de parceria tem sido assegurado, também, com o Conselho de Coordenação Intersectorial (onde estão presentes os dirigentes dos serviços desconcentrados, na região NUTS II Norte, da Administração Central), instituído pelo Decreto-Lei nº 134/2007 de 27 de Abril e o Conselho Regional (onde estão representados os 86 Municípios da Região do Norte bem como outras entidades que vão desde universidades, associações sócio-económicas e sócio-profissionais, a ONG nas áreas do ambiente e, genericamente, do desenvolvimento rural e local). Nestes órgãos, que se reuniram, respectivamente, uma e duas vezes durante o ano de 2008, procedeu-se não só à análise da implementação do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte como ao escrutínio da execução do ON.2 e dos PO Temáticos na Região do Norte.

Durante o ano de 2009, no que diz respeito ao Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), foram efectuadas (nas reuniões de 22 de Julho e 22 de Setembro) apresentações sobre a Conjuntura Económica e sobre a Aplicação do QREN na Região do Norte. Na reunião Julho foi, ainda, realizada uma exposição sobre a política de Educação – Modernização do Parque Escolar na Região Norte, tendo sido aprovada, no contexto das competências do CCI, a criação do Grupo de Trabalho “Novas Oportunidades na Administração Pública Desconcentrada da Região do Norte” (GTNO-CCI) com o objectivo geral de acelerar a qualificação dos funcionários da Administração Pública Desconcentrada. Posteriormente, na reunião de Setembro, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho “Projecto E-Gov Regional” com o objectivo de promover o desenvolvimento do E-Gov nos serviços desconcentrados da Região do Norte.

Relativamente ao Conselho Regional (CR) da CCDR-N, nas duas reuniões realizadas em 2009 procedeu-se, de igual modo, a acções de informação e debate sobre a Conjuntura Económica Regional e sobre a Aplicação do QREN na Região do Norte, envolvendo uma participação muito significativa da generalidade dos principais actores regionais. Nos debates temáticos, destaca-se: (i) na sessão de 16/01/2009, a aprovação da Deliberação sobre o “Aeroporto Francisco Sá Carneiro”, visando garantir a sua autonomia de gestão; (ii) na sessão de 29/04/2009, a aprovação da Deliberação da Alfândega “A Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal”, na qual se afirma, nomeadamente, a necessidade de modernizar o Estado, aprofundar a democracia e desenvolver as regiões. Estas iniciativas constituem um instrumento fundamental para reforçar o “empowerment” das instituições e agentes locais e regionais em torno da execução, monitorização e avaliação das políticas de coesão e desenvolvimento regional no Norte de Portugal.

2.7.5.2. Parcerias ao nível da gestão e acompanhamento

No que respeita à gestão e acompanhamento do ON.2 – “O Novo Norte”, a dinamização do trabalho de parceria exerceu-se, fundamentalmente, em duas instâncias: na Comissão de Aconselhamento Estratégico e Comissão de Acompanhamento; com as constituições definidas, respectivamente, nos Artigos 41º e 42º do Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril.

Durante este exercício, a Comissão de Acompanhamento reuniu-se duas vezes (18-6-2009 e 16-12-2009), tendo-se efectuado, ainda, duas consultas escritas (28-5-2009 e 29-6-2009) a esse órgão (Cfr. ponto respeitante à “Comissão de Acompanhamento”).

| 110

A Comissão de Aconselhamento Estratégico reuniu-se, em 2009, uma vez (12-5-2009). Estiveram presentes o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Local e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e restantes membros (um representante das instituições de ensino superior, um representante das associações empresarias e um representante de cada uma Comunidades Intermunicipais).

Tendo sido, entretanto, criado o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, este órgão do modelo de governação do ON.2 e do QREN, efectuou uma apresentação (“Evolução da conjuntura económica e da aplicação do QREN no Norte de Portugal: Ponto de situação”), de acordo com as competências que lhe estão atribuídas no ponto 6 do Artigo 41º do Decreto-lei nº 74/2008 de 22 de Abril. Esta apresentação permitiu, então, uma discussão alargada sobre o desenvolvimento da Região do Norte e o papel do QREN.

Concluiu-se, genericamente, que o investimento alocado a esta região NUTS II tem ficado aquém do expectável, quer essa perspectiva seja aferida pela importância relativa da sua população, produto ou execução dos Fundos Estruturais em anteriores períodos de programação face, especialmente, ao total das regiões do objectivo “Convergência”. Este sub-financiamento deve-se, em grande medida, ao POVT e POFC. Foi sublinhada a dificuldade de articulação entre o ON.2 e o POVT no que respeita ao “Circulo Urbano da Água”, tendo todos os representantes das CIM manifestado o seu descontentamento com o acesso ao POVT para o financiamento deste tipo de projectos.

A este nível importa sublinhar também o processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais (CIM), que integram, cada uma delas, todos os Municípios da respectiva NUTS III. Possibilidade estabelecida no “Modelo de Governação do QREN e dos Programas Operacionais” que foi efectuada em 2008, através da celebração dos contratos de delegação de competências com subvenção global.

Em 2009, iniciou-se a execução deste processo e dos respectivos contratos através do lançamento dos primeiros “Avisos de Concursos”, selecção de candidaturas, aprovação das operações e acompanhamento da sua execução física e financeira (Cfr. Subcapítulo 3.6).

No quadro dos Sistemas de Incentivos, importa referir o papel dos Organismos Intermédios (IAPMEI, AICEP, ADI e Turismo de Portugal). Neles, a Autoridade de Gestão do ON.2 delegou através de protocolos, um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida dos projectos, estando consagrado nos Regulamentos Específicos dos Sistemas de Incentivos o âmbito de actuação de cada um desses Organismos por tipologia de projecto.

| 111

Os Organismos Intermédios são responsáveis por assegurar a gestão técnica e processual dos projectos dos Sistemas de Incentivos, competindo-lhes, designadamente e de um modo geral, analisar os projectos apresentados no âmbito dos Avisos de Abertura de Concurso, celebrar os contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a sua execução, bem como a interlocução com os promotores, a articulação com a Autoridade de Gestão na prestação de informação e a participação na elaboração das regras a aplicar aos Sistemas de Incentivos. Acrescem ainda ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, competências de pagamento, cabendo-lhes efectuar transferências directas para os beneficiários.

2.7.5.3. Parcerias ao nível das operações

Ao nível da execução, o ON.2 – “O Novo Norte” previa nas tipologias de beneficiários entidades de carácter federador (cujos associados são, eles próprios, associações), que incorporam este princípio da parceria na sua constituição e modelo de funcionamento. Foram sendo aprovadas diferentes candidaturas com promotores desta natureza.

Mas, este Programa contém linhas de política que prevêm especificamente a promoção de parcerias de carácter regional. São os casos mais emblemáticos das PRU – “Parcerias para a Regeneração Urbana” e as RUCI (Cfr. Subcapítulo 3.4), do PROVERE – “Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (Cfr. Subcapítulo 3.2) e dos “Pólos de Competitividade e Tecnologia” e “Outros Clusters” (neste caso, com partilha de responsabilidades entre vários Programas, sendo o POFC o programa competente nos termos do regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva).

As PRU integram-se no Eixo Prioritário 4 do ON.2 – “O Novo Norte” e constituem um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Dinamizadas desde a concepção à execução por uma parceria local, apresentam os seguintes objectivos específicos: a) Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; b) Promover os factores de igualdade entre homens e

mulheres; c) Estimular a revitalização sócio-económica de espaços urbanos degradados; d) Qualificar o ambiente urbano e os factores determinantes da qualidade de vida da população; e) Reforçar a atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana e f) Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos.

No que se refere aos PRU, foram assinados 37 Protocolos de Parceria para a Regeneração Urbana, estando já a decorrer a aprovação e execução das operações individuais previstas nos Programas de Acção que envolvem diversos municípios, associações locais e regionais e muitos outros tipos de entidades públicas e privadas.

O PROVERE é uma das Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial estabelecidas no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva. Destina-se aos territórios com menores oportunidades de desenvolvimento por causa da sua baixa densidade (populacional, institucional, de relações económicas e sociais, etc.). Através deste programa, pretende-se estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial, visando dar valor económico a recursos endógenos tendencialmente inimitáveis (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc). Os PROVERE são dinamizados, desde a fase inicial de planeamento até à sua implementação e monitorização, por uma parceria (com a forma jurídica de um consórcio) envolvendo os principais actores responsáveis pela execução do respectivo Programa de Acção, sejam eles entidades públicas, associações ou empresas.

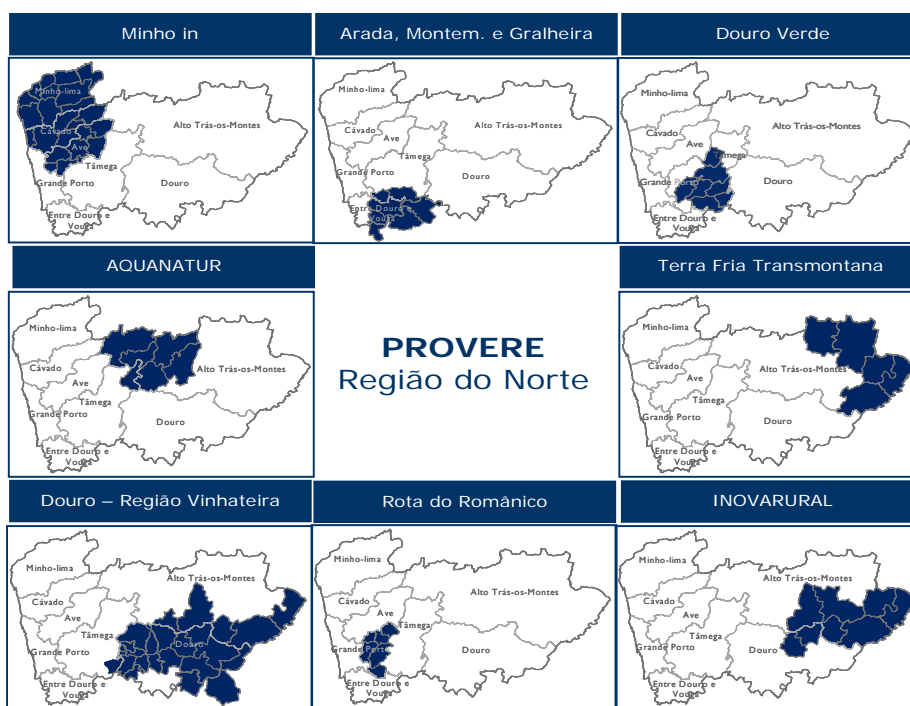


Figura 37 – PROVERE na Região do Norte

Em 2009, concluíram-se as nove operações respeitantes às “Acções Preparatórias”, aprovadas em 2008. Decorreu, de 21 de Outubro de 2008 a 19 de Janeiro de 2009, o concurso para apresentação de candidaturas, tendo em vista o seu reconhecimento formal enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE. Após a apreciação positiva da Comissão de Avaliação, foram subscritos os Despacho de Reconhecimento pelos Ministros envolvidos, em 25 de Julho de 2009, das 8 Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE da Região Norte.

Ainda em 2009 foi aberto o Convite para apresentação de Pré-candidaturas para os “Projectos de Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria de EEC PROVERE”, destinado exclusivamente entidades líderes dos consórcios PROVERE cujos Programas de Acção foram reconhecidos no âmbito do Regulamento de Enquadramento das EEC, com a data limite para apresentação destas Pré-Candidaturas de 18 de Setembro de 2009.

Também em 2009, decorreu todo o processo que culminou com o reconhecimento formal de 19 Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters (previstos no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva). Este processo envolveu a CCDR-N e a Autoridade de Gestão do ON.2 em diferentes etapas: na dinamização dos actores regionais, na avaliação das candidaturas na Comissão de Avaliação, na análise dos projectos previstos nos respectivos Programas de Acção e emissão de pareceres sobre seu enquadramento futuro no ON.2 – “O Novo Norte”.

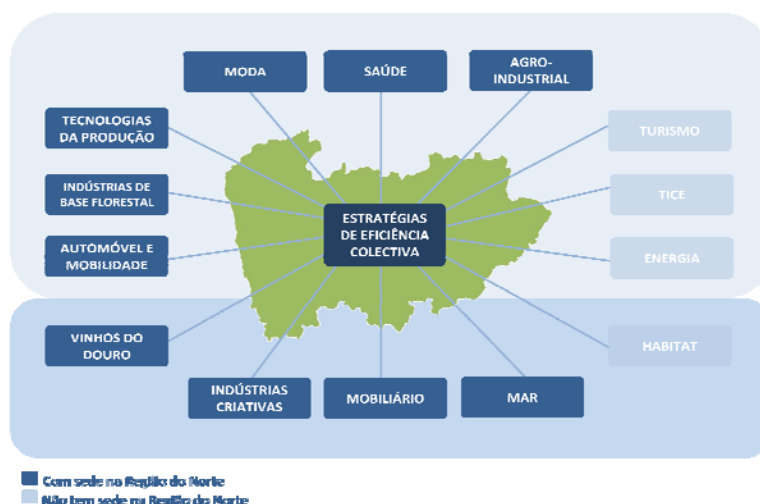


Figura 38 – Estratégias de Eficiência Colectiva

Destas Estratégias de Eficiência Colectiva, 10 ficaram sedeadas na Região do Norte: 6 Pólos (“Saúde”, “Moda”, “Agro-Industrial”, “Indústrias de Base Florestal”, “Automóvel e Mobilidade” e “Tecnologias de Produção”) e 4 Clusters (“Mar”, “Indústrias Criativas”, “Vinhos” e “Mobiliário”).

Em 2009, foram já lançados pela Autoridade de Gestão do ON.2 alguns “Avisos de Concursos” tendo em vista a aprovação de projectos previstos nos Programas de Acção dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters.

2.7.6. Subvenções globais

Na sequência da assinatura dos contratos de delegação de competências por subvenção global com a Área Metropolitana do Porto e as Comunidades Intermunicipais em 19 de Dezembro de 2008, o ano de 2009 foi o de início da actividade de cada uma destas entidades no âmbito da gestão do ON.2.

Para tal a AG apostou fortemente na formação dos quadros técnicos das CIM, essencialmente nas áreas de análise de candidaturas, contratação pública, pedidos de pagamento, e sistema de informação, quer em ambiente de formação quer em formação no local de trabalho.

À data da celebração dos contratos de delegação, a estrutura dos Eixos 3 e 4 da AG tinha já analisado e feito aprovar as candidaturas apresentadas no âmbito dos concursos da rede escolar RRE/1/2007 e RRE/1/2008, totalizando um total de 299 candidaturas apresentadas, 236 aprovadas, num total de fundo de cerca de 205 milhões de euros.

A gestão destas operações foi posteriormente transferida, em meados do ano, para a AMP/CIM tendo em conta os respectivos âmbitos territoriais, com excepção das operações da área da CIM do Tâmega e Sousa, para a qual e a seu pedido a respectiva transferência só se processou no início de 2010.

Ao longo do ano a capacidade de estabilização das estruturas destes organismos intermédios manifestou-se a diferentes níveis que, sem porem globalmente em causa a qualidade da gestão do Programa, não corresponderam, em casos pontuais, ao grau de exigência e de maturidade que o sistema de gestão e controlo implementado implicaria.

Sendo este um problema transversal aos diferentes programas operacionais regionais com contratualização (Norte, Centro e Alentejo), a CMC dos PO regionais do continente negociou com a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses um memorandum de entendimento, concretizado já em 2010, de acordo com o qual:

- a AG passa a exercer directamente a responsabilidade dos actos relacionados com a aprovação de projectos e de validação de despesa, avocando a si o exercício dessas funções;
- os actos administrativos relacionados com a aprovação de projectos e a validação de despesa são praticados pela AG;

- a CIM, através da sua Estrutura de Apoio Técnico (EAT), presta apoio técnico à AG na recepção dos projectos, análise técnica das candidaturas e verificação da conformidade dos pedidos de pagamento, sob a responsabilidade da AG e do seu Secretariado Técnico (ST);
- de forma autónoma relativamente ao apoio técnico prestado pela EAT, a CIM/AMP, enquanto entidades zeladoras dos objectivos definidos no seu Programa Territorial de Desenvolvimento, formularão, através dos respectivos Conselhos Executivos, um parecer sobre o enquadramento dos projectos no Programa Territorial de Desenvolvimento, que será observado pela AG como condição geral de admissão da operação;
- o apoio técnico é assegurado pelas CIM/AMP que possuam os recursos humanos mínimos adequados.

Face a este compromisso, a Comissão Directiva deliberou, na sua reunião de 16 de Março de 2010, avocar a competência de admissão das candidaturas, da aprovação dos projectos e de validação de despesas, e aprovar a minuta de adenda aos contratos de delegação de competências por subvenção global celebrados entre a AG e as associações de municípios que consubstancia estas alterações. Foi também deliberado que a Unidade de Acompanhamento da Contratualização seria a estrutura técnica que, no âmbito do secretariado técnico, ficaria responsável pelo acompanhamento da actividade das equipas de apoio técnico da AMP/CIM.

2.7.7. Compliance Assessment

Nos termos do nº 1 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1083/2006, os Estados Membros, antes da apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio ou no prazo de 24 meses a contar da data de aprovação de cada Programa Operacional, devem submeter à Comissão Europeia uma descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC), acompanhada de um relatório no qual constem os resultados dos sistemas criados e de um parecer quanto à conformidade com o disposto nos artigos 58º a 62º do referido Regulamento.

A descrição do SGC do ON.2 remetida à IGF em 6 Outubro de 2008 mereceu, por parte desta entidade, parecer de conformidade sem reserva, tendo sido submetida à Comissão Europeia, através do SFC 2007 (Structural Funds Common Database 2007), em 10 de Outubro de 2008.

A Comissão Europeia através da carta 11861, de 09-12-2008, dirigida à IGF, concluiu, todavia, que as descrições dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC) dos Programas

Operacionais, inclusive a do ON.2, revelavam insuficiências que impediam a sua aceitação, pelo que solicitou a respectiva reformulação.

Dando sequência a esta demanda da Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão do ON.2, em estreita colaboração, quer com o IFDR quer com a IGF, ainda nos últimos dias do ano de 2008, empreendeu as necessárias acções tendo em vista identificar e ultrapassar as insuficiências apontadas pela Comissão Europeia.

Assim e em Fevereiro de 2009, foi enviada à IGF a versão revista do SGC do ON.2, sobre a qual aquela Inspecção emitiu parecer, considerando, ainda, ser necessário proceder a alguns ajustamentos, essencialmente sobre os capítulos atinentes à descrição dos Organismos Intermédios da Rede dos Sistemas de Incentivos e que consistiam, sucintamente, nas seguintes descrições:

- Envio de um fluxograma geral dos Sistema de Informação (Observação 4 da CE);
- Envio de informação pretendida relativa ao valor do Programa a ser gerido pelas Associações de Municípios (Observação 6 da CE);
- Registo na descrição do SGC que o procedimento de verificação de pelo menos 10% do total de despesa declarada se aplica, sem excepção, a cada pedido de pagamento apresentado por cada Beneficiário junto de cada Organismo Intermédio (Observação 11 da CE);
- Registo na descrição do SGC da data em que foram aprovados os Manuais internos dos Organismos Intermédios (Observação 12 da CE);
- Incorporação nesta 2ª versão da Descrição das funções que asseguram a observância do princípio de segregação de funções (Observação 14 da CE) em dois Organismos Intermédios;
- Segregação de funções entre Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão/Autoridade de Certificação (Observação 15 da CE) – foram descritos de forma mais detalhada os fluxos financeiros entre Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão/Autoridade de Certificação e apresentado o documento de suporte para fundamentar a necessidade destes fluxos;
- Pista de Auditoria da Despesa (Observação 16 da CE) – foi apresentado, em esquema, a forma como a Pista de Auditoria é assegurada. Tratando-se de uma questão directamente ligada ao Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2), foram descritos os passos que são seguidos no tratamento/validação da despesa desde que esta é apresentada pelo Beneficiário até que é certificada pela Autoridade de Gestão à Autoridade de Certificação para posterior apresentação à Comissão Europeia. Uma vez que esta certificação incluirá sempre despesa validada pelos Organismos Intermédios, recebida em SIGON.2, foi igualmente incluída, no esquema

da Pista da Auditoria da Despesa, os passos relativos ao tratamento/validação da mesma.

Na sequência destas alterações e dos contactos estabelecidos para verificação da descrição do SGC do ON.2, importava ainda, de acordo com as indicações transmitidas pela IGF, terminar o desenvolvimento informático de interoperabilidade entre o SIGON.2 e o Sistema de Informação dos Sistema de Incentivos (SIQREN).

Tendo este desenvolvimento do SIGON.2 terminado em meados de Abril, a IGF procedeu à necessária verificação, ainda durante o mesmo mês, validando a referida interoperabilidade.

Posteriormente e após obtenção da análise informal prévia da Comissão Europeia quanto à validação da descrição do SGC do PO Factores de Competitividade (POFC), tendo em conta que a descrição deste último Programa contempla soluções transversais de desenvolvimento de tarefas pelos Organismos Intermédios e a considerar nas descrições dos SGC dos PO Regionais, em Julho de 2009 encontravam-se reunidos e revistos todos os elementos necessários para que a IGF promovesse a respectiva validação.

Tendo assim sucedido, a IGF via SFC 2007, enviou no dia 27 de Julho de 2009, os resultados da análise efectuada ao Relatório e Parecer de conformidade revistos, bem como à versão revista da descrição do SGC do ON.2.

A Comissão Europeia através da Carta 8711, de 16-09-2009 transmitiu à IGF, com base na análise realizada aos documentos apresentados, a aprovação do SGC criado para o Programa por cumprir o disposto nos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) 1083/2006.

A Comissão Europeia, através da mesma Carta, referiu, ainda, ser necessário que a Autoridade de Gestão do ON.2 promovesse a descrição dos Organismos Intermédios – Associações de Municípios – no SGC. Mais referiu que sem essa descrição os pedidos de pagamento intermédios não podiam incluir despesas relativas às operações geridas por aquelas Associações até que a IGF enviasse uma opinião sem reservas sobre a descrição destes organismos no SGC.

Dando sequência a esta orientação, a Autoridade de Gestão, em Novembro de 2009, promoveu a actualização dos elementos necessários à solicitada descrição, elementos estes que tinham já sido recolhidos no início de 2009 e que por indicação expressa da IGF não foram descritos no SGC aprovado.

2.7.8. Controlo Interno

No modelo de gestão do QREN, a Autoridade de Gestão do ON.2 é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das

intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do QREN.

São-lhe assim cometidas as funções previstas no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho e no artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro. O sistema de controlo interno deve prevenir e detectar as situações de irregularidade e permitir a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pelas autoridades de gestão não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efectuar pela autoridade de auditoria e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas.

O Manual de Procedimentos do Programa Operacional Regional do Norte ON.2 – O Novo Norte, já na sua versão de Fevereiro de 2009, apresenta no seu Módulo I – Controlo Interno, a páginas 315 a 319, uma primeira abordagem do âmbito, dos objectivos e, de algum modo, da operacionalização genérica das actividades a levar a efeito pelo designado controlo interno, no quadro do QREN. Enfatizando algumas diferenças organizacionais e de governança do novo PO, o Manual baseia-se, no fundamental, na experiência obtida no PO anterior, no que respeita ao Controlo de 1.º Nível e ao seu enquadramento no Sistema Nacional de Controlo – SNC.

No final de 2009, uma vez estabilizado e aprovado o Sistema de Gestão e Controlo e obtida uma amostra relevante de execução certificada, a Autoridade de Gestão decidiu promover um primeiro exercício de controlo que, pretendendo avançar um pouco mais na abordagem do anterior período de programação, estabelece as condições necessárias às primeiras acções de controlo interno, ao desenvolvimento concreto da primeira versão dos respectivos instrumentos de apoio e ao estabelecimento de indicadores de gestão em razão da desejável desmaterialização do procedimento, apoiada num Sistema de Informação ad hoc.

No contexto acima referido, pese embora a experiência adquirida, os instrumentos de apoio à realização das acções de controlo interno, deverão ser objecto de (re)construção formal, partindo certamente dos instrumentos existentes, e sujeitos a uma primeira avaliação e validação nos trabalhos de campo iniciais, isto é, no primeiro Plano Anual de Controlo Interno.

Por outro lado, tendo como referência a experiência adquirida, tais instrumentos de apoio, vulgo Questionário e Anexos incluindo check list da contratação pública, deverão cingir-se ao que é essencial, não ter informação repetida, possibilitar a identificação do risco associado ao incumprimento em contexto, possibilitar a construção de indicadores de gestão, e ser tendencialmente organizados e estruturados com vista à desmaterialização da informação,

baseada num sistema de informação criado para o efeito ou módulo de um SI existente, embora não menos eficiente e eficaz.

A definição de um Plano Anual de Controlo Interno deverá sempre incidir sobre despesa certificada pela Autoridade de Gestão e ter como referência níveis de risco associados aos projectos e aos beneficiários, num contexto de esforço de controlo assumido como meta anual e a avaliar com a mesma periodicidade.

O algoritmo utilizado na definição dos PAC no âmbito do PO anterior é relativamente geral e simples, e é passível de utilização sem preocupação de alterações no imediato. Contudo, é muito importante avaliar a variabilidade dos factores de risco aí definidos e quantificados, no âmbito do novo quadro e da incidência dos mesmos na definição dos tipos de Projectos e de Beneficiários abrangidos nos futuros Planos Anuais de Controlo Interno do ON.2. Esta atitude pró-avaliação esteve subjacente na construção da primeira acção de controlo interno.

Sendo absolutamente clara a necessidade de operacionalizar o sistema de controlo interno do ON.2 – O Novo Norte, incidiu o primeiro Plano Anual sobre despesa certificada ainda no ano de 2009. Por outro lado, não se poderá esquecer que as actividades inerentes ao Controlo de 1.º Nível ainda decorrerão até ao fecho definitivo do QCAIII, o que condiciona a afectação de recursos humanos ao ON2. Assim, compatibilizando-se organizacionalmente a simultaneidade dos dois Planos e Acções de Controlo, foi elaborada uma calendarização que prevê a apresentação de resultados no final do mês de Junho de 2010

A Matriz de Risco utilizada nos PAC do PO anterior – SNC-QCAIII – e aplicada agora como ponto de partida às acções de controlo interno, parte da listagem da despesa certificada por projecto, aplica factores de risco aos projectos e aos beneficiários – tipologia, ligação ao QCAIII e ao ON.2, por exemplo – e, após a definição de um risco médio, estabelece um erro monetário esperado e um indicador sintético, indicador este que permite ordenar os mesmos projectos por ordem decrescente de prioridade de aplicação da acção de controlo.

Embora futuramente esta matriz de risco deva incidir em subunidades adequadas, simples ou associadas, dos eixos prioritários, para uma melhor incidência e desejável especificidade da despesa certificada, nesta primeira definição incidiu-se nos eixos prioritários como unidades agregadoras da despesa. Contudo, para englobar na amostra todos os Organismos Intermédios já protocolados no Sistema de Incentivos do EP1, fez-se um exercício preliminar considerando quatro subunidades, correspondentes ao número de Organismos Intermédios.

O corte, ao nível do valor acumulado da despesa elegível dos projectos ordenados pelo indicador sintético, que permitirá saber em concreto quais os projectos sujeitos a uma dada acção de controlo interno, determina-se com e até ao valor da dimensão da amostra, ao nível dos projectos, que é definido por um algoritmo em que estão consignados outros riscos – da auditoria, do controlo, ao inerente à ocorrência de irregularidades – conjugado com o limiar estimado do esforço de controlo e o intervalo médio da despesa certificada a ser controlada.

Nesta fase inicial, todos os valores relativos aos factores de risco foram considerados como valores médios, o que facilitará a análise comparativa e de validação futura.

A determinação, por eixo prioritário, da dimensão da amostra e dos projectos a submeter à acção de controlo interno corresponde a 35% da despesa executada até 04.12.2009, integrando 11 projectos, sendo quatro do EP1, três do EP3, um do EP4, dois do EP5 e um do EP6.

Este procedimento permitiu o arranque formal da operacionalização do primeiro Plano Anual de Controlo Interno do ON.2 – O Novo Norte e produzirá versões de instrumentos de apoio adaptadas ao novo quadro.

A esterilização dos trabalhos de campo neste primeiro PACI, na forma de ajuste directo com empresa de auditoria SROC de reconhecida competência, visou permitir uma maior eficiência e eficácia no processo, potenciando uma parceria informal.

Os resultados deste primeiro PACI deverão ser apresentados em toda a sua extensão, para avaliar dos resultados numa perspectiva de futuro, em que se crê que as acções de controlo interno, em comparação com as acções de controlo de 1.º nível, devem ser mais abrangentes em número de projectos, mais céleres na sua tramitação e absolutamente tempestivas, objectivos que devem nortear o desenvolvimento dos instrumentos de suporte, incluindo a sua própria desmaterialização, e ser ponto de referência de benchmarking.

2.7.9. Auditorias e Controlo

De acordo com o Regulamento (CE) 1083/2006 e atento o disposto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, os Programas Operacionais estão sujeitos a acções de controlo e auditoria quer por parte da Autoridade de Auditoria (IGF), quer pelas Estruturas de Auditoria Segregada do IFDR e do IGFSE.

Assim, e em consonância com as disposições legais aplicáveis, o ON.2, em 2009, foi auditado pela IGF ao abrigo dos art.º 62 do Regulamento CE 1083/2006 conjugado com os artigos 20º e 21º do Decreto-Lei 312/2007, bem como pela Unidade de Certificação do IFDR, no âmbito do primeiro pedido de certificação de despesas.

Acresce, referir que, também durante o ano de 2009, e no âmbito das competências próprias de fiscalização, o Programa foi, igualmente, auditado pelo Tribunal de Contas Português (TCP).

Neste contexto, e para cada uma das auditorias encetadas pelas entidades acima referidas, neste ponto apresenta-se uma breve descrição dos objectivos das mesmas, as principais conclusões obtidas em sede de Relatórios Finais, bem como um mapa resumo das operações auditadas.

Quadro 21 – Resumo das operações auditadas

Entidade Auditada	Identificação do Relatório	Data de Corte	Designação do Relatório	Operações Auditadas	Beneficiários	Aprovação		Execução		Despesa Certificada	Correcções Financeiras
						Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER		
IGF	2009/1837	30-Set-03	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2)	NORTE-01-0403-FEDER-002760	SEED STUDIOS, LDA	566	311	99	54	0	0
				NORTE-03-0131-FEDER-000019	CCDR-N	190	143	108	81	0	0
				NORTE-04-0350-FEDER-000001	METRO DO PORTO, S.A.	4.192	2.935	0	0	0	0
				NORTE-05-0227-FEDER-000004	CCDR-N	60	42	59	41	0	0
				NORTE-06-0173-FEDER-000001	CCDR-N	12.500	10.625	2.796	2.377	1.218	0
IFDR	Nº PCD: 2009/NORTE/FEDE R/1	30-Mar-09	Controlo Prévio à Certificação de Despesa	NORTE-03-0344-FEDER-000018	CM Santa Marta de Penaguião	791	554	169	118	118	0
TCP	N.º 50/2009 - 2ª Secção	—	Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN	—	—	—	—	—	—	—	0
UN_Mil Euros											

Acção de Auditoria da Autoridade de Auditoria - IGF

No âmbito da acção de controlo da IGF foi considerado o ponto de situação do Programa a 30/09/2009 e seleccionada uma amostra 5 operações em ordem a desenvolver testes de percurso ao nível das diferentes tipologias de intervenção, envolvendo um investimento total elegível aprovado de 17.508.193 €

As conclusões gerais do Relatório Final da IGF indicaram que “...os procedimentos desenvolvidos pela Autoridade de Gestão do ON.2 respeitam a descrição do sistema de gestão e controlo, enviada oportunamente à CE, estando dessa forma salvaguardado o cumprimento dos requisitos aplicáveis por força dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º1083/2003 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º1 828/2006 da Comissão.”

É de referir que, na acção de controlo em apreço, não foram identificadas despesas não elegíveis, mantendo-se porem, à data a decorrer o prazo legal previsto para o acompanhamento/cumprimentos das recomendações emitidas por aquela Autoridade de Auditoria.

Acção de Controlo Prévio da Autoridade de Certificação (IFDR)

Nesta acção foi considerada a data de corte de 31/03/2009 e seleccionadas duas despesas, envolvendo um custo total elegível executado de 169.132,06 € relativos à operação do Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, NORTE-03-0344-FEDER-000018.

No Relatório Final da auditoria, não foi apurada qualquer despesa não elegível, pelo que a Certificação de Despesa apresentada à Comissão Europeia incluiu a totalidade da despesa enviada para certificação pela Autoridade de Gestão, à Autoridade de Pagamento (IFDR).

Acção de Auditoria ao Modelo de Governação de Controlo do QREN – Tribunal de Contas Português (TCP)

Em cumprimento com o Programa de Fiscalização aprovado pelo Tribunal de Contas para 2009, o ON.2 foi auditado com o objectivo estratégico de proceder:

- ao levantamento e estudo do enquadramento normativo do QREN e do modelo de governação instituído,
- a análise das estruturas e do Sistema de Gestão, acompanhamento, controlo e avaliação,
- ao levantamento dos circuitos administrativo, documentais e financeiros, bem como a identificação dos sistemas de informação.

Esta auditoria visou ainda, a recolha de informação a considerar no Parecer da Conta Geral do Estado de 2008, no âmbito da acção “Análise dos fluxos Financeiros provenientes da União Europeia”.

Em sede da auditoria do Tribunal de Contas foram prestadas, nomadamente, as seguintes informações:

- Plano de Avaliação do ON.2
- Informação sobre os fluxos financeiros provenientes da Comissão Europeia
- Informação financeira relativa aos projectos reportada a 31 de Dezembro de 2008/ execução financeira/pagamentos
- Ponto de situação do PO quanto à implementação do Sistema de Informação

Findos os trabalhos de auditoria, o Tribunal de Contas Português, informou a Autoridade de Gestão que “[No âmbito do ON.2] por não se evidenciarem infracções ou irregularidades financeiras ou outras que importem conhecer, no âmbito das atribuições [daquele Tribunal], entendeu o Ministério Público não desencadear qualquer procedimento jurisdicional”.

2.7.10. Sistema de Informação

O Sistema de Informação do ON.2 é composto por uma plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2) e um conjunto de boas práticas

de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em Information Technology Infrastructure Library (ITIL).

Plataforma Tecnológica

Com o objectivo de assegurar as melhores condições de funcionamento do Sistema de Informação implementou-se em 2009 uma infra-estrutura tecnológica doravante designada *Datacenter*.

| 123

O *Datacenter* de Nível 3 é composto por múltiplos caminhos de alimentação de energia eléctrica e de distribuição de arrefecimento, estando em cada momento apenas um sistema activo, possui redundância (N+1) de todos os componentes críticos de alimentação eléctrica (incluindo geradores e fontes de alimentação ininterrupta redundantes), climatização, comunicações e TI e pode ter intervenções de manutenção enquanto em operação normal e proporciona uma disponibilidade de 99,982%.

O acesso ao *Datacenter* é controlado por duplo sistema de segurança e separado em duas zonas. Na Zona I existem os equipamentos mais críticos, entre os quais a plataforma tecnológica do SIGON.2, servidos pelas componentes necessárias a assegurar que não são necessárias intervenções humanas para a sua operação, é reduzido o acesso de humanos para manutenção e virtualmente desnecessário o acesso de pessoas exteriores à organização. Na Zona II encontram-se alojados os equipamentos menos críticos, os sistemas de extinção de incêndio, os sistemas de operação diária e as infra-estruturas de operadores de telecomunicações.

O *Datacenter* é considerado um *Green Datacenter* em virtude do valor de *Power Usage Effectiveness* (PUE) não ultrapassar o 1.5, obtido na sequência da preocupação com o Ambiente que esteve presente na sua concepção e construção. Para atingir este objectivo, o desenho do *Datacenter* incorpora as mais recentes inovações, nomeadamente implementação de corredores frios e quentes, distribuição uniforme na vertical da climatização, cablagem aérea e arrefecimento a água por radiadores.

A infra-estrutura de segurança, de balanceamento e de priorização de comunicação de dados do *Datacenter*, utilizada para acesso remoto à plataforma tecnológica pelos Promotores e pelos técnicos das estruturas de suporte ao ON.2, foi totalmente actualizada e tornada redundante no final do ano de 2009 para assegurar a melhoria da qualidade de serviço ao utilizador.

A movimentação da plataforma tecnológica para o *Datacenter* foi efectuada sem paragem de serviço. Neste momento a plataforma tecnológica é constituída por um servidor de base de dados SQL totalmente redundante, alojamento dos dados em *Storage Area Network* (SAN),

Servidores de *Front-Office* (FO) para submissão de candidaturas e de *Back-Office* (BO) para os técnicos das Estruturas de suporte ao ON.2 implementados em infra-estrutura de Virtualização totalmente redundante, servidor virtual de ficheiros e servidor de testes e pré-produção.

SIGON.2

O SIGON.2 foi implementado através da adaptação do sistema de informação originalmente desenvolvido para o Programa Operacional da Madeira, efectuando-se as alterações necessárias para a gestão de uma intervenção regionalizada, para a realidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e para as especificidades do ON.2.

Nestas adaptações ganham destaque a implementação das especificações comuns dos Sistemas de Informação do QREN e das tabelas de base desenhadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR).

Fruto do desenvolvimento acima referido, o SIGON.2 corresponde aos procedimentos previstos na descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do ON.2 para o ciclo de vida das operações.

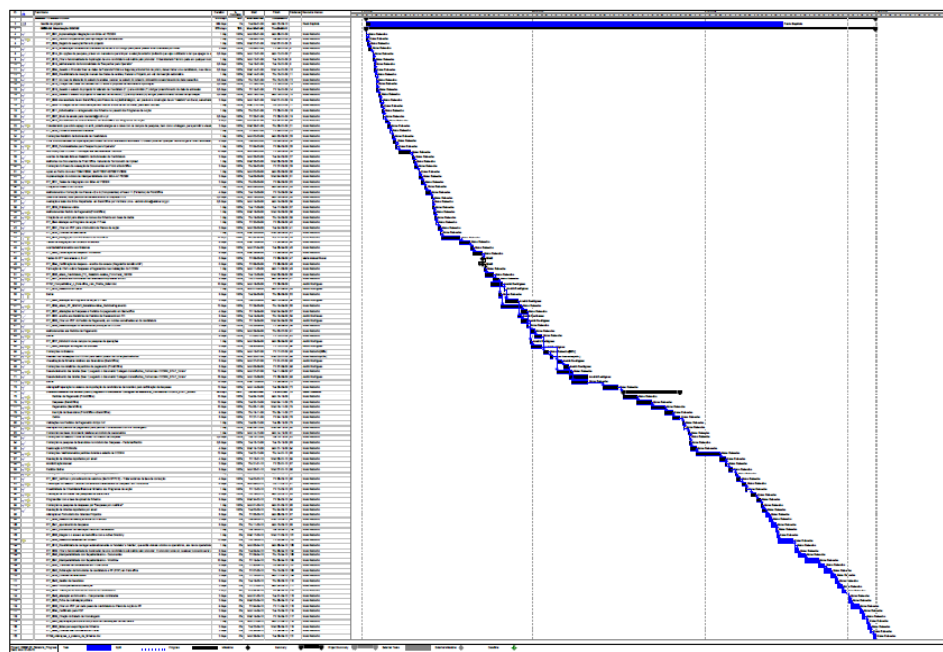


Figura 39 – Tarefas planeadas e executadas no âmbito do contrato de manutenção e desenvolvimento do SIGON.2

No âmbito do contrato de aquisição de serviços de manutenção e desenvolvimento do SIGON.2 assinado em 2 de Janeiro de 2009 entre a CCDR-N e a empresa de TI escolhida, foram realizadas as tarefas de desenvolvimento necessárias à melhoria da operacionalidade do Sistema de Informação, potenciadoras da estabilização ao nível dos dados necessários e suficientes para efeitos de gestão financeira do Programa e para servir de base à certificação de despesas. Até ao momento, a certificação de despesas foi efectuada via SIGON.2 por três vezes, utilizando as ferramentas de Web Services (sem intervenção humana), atingindo-se um volume de certificação acumulado de 111 229 216.96€

| 125

De entre as quase 100 tarefas realizadas ao abrigo do contrato, num total de 2640 horas de desenvolvimento de software, sobressaem:

- A implementação da integração com SIGA AC FEDER, o Sistema de Informação da Autoridade de Certificação FEDER para prestação da informação necessária via *Web Services*;
- A “Interligação com o PO Sistema de Incentivos” que permitiu manter permanentemente actualizada em SIGON.2 a informação de projectos de Sistema de Incentivos;
- 44 dias de desenvolvimento de melhoramentos relativos a Pedidos de Pagamento, Despesas, Pagamentos e Executores, para melhoria da sua tramitação;
- Possibilidade de duplicação de uma candidatura para reaproveitamento dos seus dados noutra candidatura;
- Desenvolvimento do conceito de Programa de Acção e a sua relação com Projectos;
- Muitos outros desenvolvimentos de menor duração mas de importância e relevância similar.

As principais dificuldades na manutenção e desenvolvimento do SIGON.2 decorrem da alteração dos regulamentos e do desenho operacional, da alteração dos requisitos apresentados pelos sistemas de informação com que o SIGON.2 tem de comunicar e da modificação das tabelas base que devem ser respeitadas pelo SIGON.2. Todas estas situações são inibidoras do planeamento e conducentes a situações de atraso na implementação de funcionalidades críticas para o desempenho das estruturas técnicas de suporte ao Programa operacional.

ITIL

O ITIL (da sigla em inglês para Biblioteca da Infra-estrutura de Tecnologias de Informação - Information Technology Infrastructure Library) é por definição um conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI) que foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer

and Telecommunications Agency) e actualmente está sob custódia da OGC (Office for Government Commerce) da Inglaterra. Na perspectiva do ITIL, a infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de TI está organizada em Processos, que podem ser implementados separadamente.

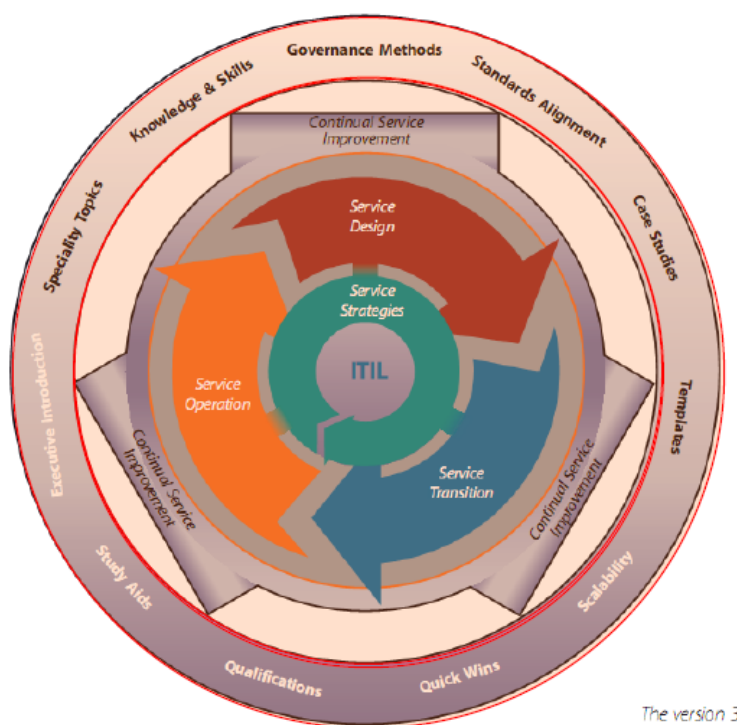


Figura 40 – A estrutura de ITIL V3

A preparação do projecto teve como principais etapas:

- Realização de uma pequena Auditoria para perceber quais os Processos que deveriam ser implementados, concluindo-se que deveriam ser os processos de Incidentes, Pedidos, Alterações, Configurações e Continuidade.
- Implementação de um software para o inventário permanente do parque informático (hardware e software).
- Aquisição de um software para implementação do ITIL, considerado como um dos melhores deste tipo de software;
- Formação em ITIL para todos os colaboradores do GS-TIC e que foi alargado a outras instituições para haver mais “massa crítica” de pessoas com outras competências e de organizações mais adiantadas na implementação do ITIL;
- Realização de encontros para recolher dados e documentos e para discutir como se queria organizar com base no ITIL.

O projecto ITIL propriamente dito começou em Setembro de 2009 e prolongou-se até ao final desse ano.

Em 29 de Dezembro de 2009, por despacho do Presidente da Comissão Directiva do ON.2, implementaram-se 5 processos ITIL (Incidentes, Pedidos, Alterações, Configurações e Continuidade) e as principais ferramentas para dar suporte aos mesmos, O Service Desk e os gestores de cada um dos processos ITIL. Criou-se formalmente o Service Desk, uma unidade funcional, constituída por um número dedicado de pessoas, responsáveis pelo tratamento de variados eventos de serviço, muitas vezes feitos via telefone, interface web, ou por Incidentes gerados automaticamente. O Service Desk é de importância vital, devendo ser um ponto de contacto único para os utilizadores, numa base diária, e trata todos os Incidentes e Pedidos, usando software de apoio. Nomeou-se, ainda, os responsáveis por cada um dos processos, Gestor de Incidentes, Gestor de Pedidos, Gestor de Configurações, Gestor de Alterações e Gestor de Continuidade.

No âmbito do Processo de Gestão de Continuidade de Serviço de TI (GCSTI), um dos Processos de Negócio que foram analisados foi o Programa Operacional Regional do Norte 2007-2010. Este processo focaliza-se nos eventos que o negócio considera significativamente sérios, para serem considerados um desastre. O que constitui uma situação de desastre, é medido num exercício de Business Impact Analysis (BIA), onde são apurados os requisitos mínimos para tal situação. Os requisitos TI técnicos e de serviço, são suportados por este processo ITIL. Este processo tem como consideração base, a infra-estrutura e configurações subjacentes aos processos de negócio. Para além do BIA foi efectuada uma Análise de Risco, que serve para considerar a possibilidade de quebra de cada Processo de Negócio em análise, motivada pela quebra de um ou mais Serviços TI de que este depende; trata-se de um levantamento para apurar o nível de ameaça conducente àquelas quebras e a extensão a que a Organização está vulnerável à ameaça. Foi elaborado o Plano de Recuperação do Programa Operacional da Região Norte 2007-2013 que detalha as instruções e os procedimentos, que devem ser seguidos para a recuperação ou continuidade de operação de sistemas, infra-estrutura, serviços ou instalações, para manter a Continuidade de Serviço, ao nível esperado pelo negócio.

2.7.11. Avaliação do ON.2 – “O Novo Norte” no Contexto do QREN

Na alínea f) do n.º 1 do Artigo 8º do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril), decorrente da possibilidade explicitada no n.º 1 do Artigo 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, estabelece-se que a elaboração do Plano Global de Avaliação do Quadro de Referência

Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) é da responsabilidade do Observatório do QREN. A versão inicial do PGA foi aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN em 26 de Fevereiro de 2009, tendo, mais tarde, a sua revisão sido aprovada em 20 de Novembro de 2009. Esta revisão contempla um adiamento, mais ou menos generalizado, dos prazos inicialmente previstos para a realização dos exercícios de avaliação.

Deste PGA faz parte o Plano de Avaliação do ON.2 – “O Novo Norte”, aprovado, por sua vez, pela respectiva Comissão Directiva (em 27 de Outubro de 2008), e Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais (em 23 de Dezembro de 2008). No entanto, este Plano de Avaliação do ON.2 só adquire plena eficácia, do ponto de vista da sua implementação, após a aprovação do PGA.

Assim, de acordo com a última versão do PGA, está previsto o lançamento do exercício de “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - “O Novo Norte” no Contexto da Estratégia do QREN” durante o último trimestre de 2009. Com este exercício pretende-se avaliar se os dispositivos técnicos, financeiros, administrativos e de governação implementados após a aprovação do ON.2 permitem concretizar, como se previa e nos termos em que se previa, os seus objectivos.

Para esse efeito, o seu Caderno de Encargos estabelece um conjunto de questões de avaliação em torno de seis temas.

(1) “Follow up” da Avaliação “ex ante”

Entre a conclusão do exercício de Avaliação “ex ante” (Fevereiro de 2007) e a aprovação formal do ON.2 – “O Novo Norte” (Outubro de 2007) decorreu um período muito significativo. Esse exercício de avaliação, apesar de ter permitido múltiplas iterações entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (entidade responsável pela programação) e a equipa de avaliação, num determinado momento teve que ser dado como concluído para que o ON.2 – “O Novo Norte” pudesse ser submetido formalmente para apreciação da Comissão Europeia. Durante esse período de quase sete meses, o “ON.2 – “O Novo Norte” foi sofrendo várias alterações e ajustamentos, em resultado do longo processo de negociação com a Comissão Europeia, o que implicou que algumas das sugestões e recomendações desse exercício de avaliação fossem, ainda, incorporadas na sua versão final. Pretende-se com as questões de avaliação associadas a este tema, analisar em que medida as sugestões e recomendações do exercício de avaliação “ex ante” foram, por um lado, incorporadas na versão final do ON.2 e, por outro, tomadas em devida consideração na sua operacionalização

(2) Execução vs programação

Neste conjunto de questões associado a este tema, pretende-se averiguar se a forma como tem vindo a ser implementado o ON.2 – “O Novo Norte” é compatível com os objectivos de gestão estabelecidos. Com as questões de avaliação, pretende-se verificar se as aprovações e, em menor grau, a execução estão de acordo com o programado, quer em termos globais e por Eixo Prioritário quer no que respeita à Tabela de “Earmarking”. As respostas a esse conjunto de questões devem permitir ajuizar se a programação actual do ON.2 ainda é adequada e, se assim não for, em que termos deve ser alterada.

(3) Execução vs realização e resultados

Neste conjunto de questões associado a este tema pretende-se, de forma complementar ao tema anterior, analisar em que medida a implementação do ON.2 tem sido compatível com os objectivos previamente estabelecidos. Na prática, as questões prevêem que se efectue um exercício de verificação se as realizações e resultados potenciais das operações aprovadas permitem, de forma agregada, concretizar os respectivos indicadores estabelecidos nos Objectivos Específicos. Este exercício deve incidir mais sobre as realizações do que, propriamente, sobre os resultados. Estes, pela sua natureza, verificam-se, com frequência, muito após a conclusão das operações. As respostas às questões devem permitir avaliar se os objectivos específicos e respectivos indicadores ainda são adequados, bem como a sua distribuição por Eixos Prioritários.

| 129

(4) Parcerias (na gestão)

Na implementação do actual Programa Regional está previsto um conjunto de parcerias muito amplo e diversificado no âmbito da sua gestão. Essas parcerias vão desde os Organismos Intermédios para a gestão dos Sistemas de Incentivos, às Estratégias de Eficiência Colectiva (“Pólos e outros clusters”, “PROVERE” e “ARDU”), à contratualização com as Comunidades Intermunicipais, às Parcerias para a Regeneração Urbana, às Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. Muitas dessas parcerias são desenvolvidas através de exercícios de planeamento que se sucedem ao do próprio ON.2, nos quais estão envolvidos não só as entidades locais e regionais beneficiárias, públicas e privadas, como uma série de organismos da Administração Central. As respostas às questões devem permitir, por um lado, avaliar se estes processos (i) ultrapassam, ou não, as competências estritas da Comissão Directiva; (ii) são compagináveis com os objectivos específicos e indicadores do ON.2; (iii) rigidificam, e em que medida, o processo de gestão; e, por outro, que alterações, porventura, devem ser promovidas.

(5) Custos de Transacção

A gestão de um programa como o ON.2 pressupõe a realização, em termos mais ou menos formais, de um série de contratos (entre a Autoridade de Gestão e a Comissão Europeia, os Organismos Intermédios, as Comunidades Intermunicipais, os beneficiários, etc) que, por definição, são sempre incompletos. Os modelos de governação do ON.2 e o do QREN têm em vista, exactamente, assegurar as tarefas de celebração, monitorização, avaliação e renegociação desses contratos. Importa, através das questões associadas a este tema, verificar se os custos (de oportunidade, muitos deles) inerentes a estas tarefas (“custos de transacção”) são suportáveis (pelos diversos intervenientes na gestão do ON.2) e adequados aos benefícios privados e sociais gerados por este instrumento de política regional. Pretende-se com as respostas às questões, assentes em Estudos de caso (respeitantes às tipologias mais relevante), analisar se os procedimentos que se iniciam com o lançamento dos “Avisos”, passando pela provação das operações, celebração de contratos e início da execução, e se conclui com o reembolso do último pedido de pagamento, são os que permitem minimizar estes “custos de transacção”.

(6) Plano de Comunicação

O Plano de Comunicação do ON.2 – “O Novo Norte” funda-se em torno de quatro objectivos. Um de natureza mais global, que prevê a indução de uma associação entre a política de coesão, os Fundos Estruturais (através do Programa Operacional Regional em concreto), a ideia da construção da União Europeia e de uma cidadania que lhe corresponda. Dois outros de natureza mais operacional, relacionados com a notoriedade pública e a acessibilidade ao Programa Operacional, que visam dinamizar a procura de financiamento tendo em consideração a oferta existente em sentido amplo, abrangendo aqui aspectos de estratégia de desenvolvimento regional e dos seus objectivos que estão explicitados no ON.2 – “O Novo Norte”, as oportunidades de financiamento específicas que propicia e os seus

resultados (esperados ou efectivos). Um objectivo final pretende potenciar uma outra (ideia da) Região do Norte, NUTS II onde este Programa Regional se insere, mais empreendedora, mais criativa, tecnologicamente mais desenvolvida, que permita responder aos desafios de desenvolvimento que o próprio ON.2 – “O Novo Norte” coloca. Este é o sentido estratégico deste Plano de Comunicação e é sobre o “road map” que ele implica que se deve focar o exercício de avaliação. As questões associadas a este tema visam, portanto, construir esse roteiro de avaliação.

Com este exercício de avaliação e, em particular, com as respostas às questões suscitadas a partir destes seis temas, pretende-se assegurar a consecução dos seguintes objectivos operacionais:

| 130

1. Averiguar da existência (ou não) de desvios consideráveis na consecução dos objectivos do ON.2 – “O Novo Norte”, procurando, se for caso disso, explicações para eles e, conseqüentemente, apresentando propostas que melhorem a eficácia de gestão;
2. Avaliar da qualidade dos dispositivos financeiros, técnicos administrativos e de governação do ON.2 – “O Novo Norte”, enquanto instrumentos fundamentais para a sua gestão, e, caso seja necessário, apresentar propostas que os permitam ajustar;
3. Fundamentar (eventual) proposta de revisão e reprogramação do ON.2 – “O Novo Norte”.

Entretanto, já durante o ano de 2010, o referido Caderno de Encargos foi aprovado pela Comissão Directiva, que, a seguir, desenvolveu os necessários procedimentos de contratação pública para a selecção da equipa de avaliadores. Essa equipa encontra-se seleccionada (CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano) e, portanto, este exercício encontra-se na sua primeira fase, que decorre até 30 dias consecutivos contados após a assinatura do contrato de prestação de serviços, que culmina com a apresentação de um Relatório Inicial. Este Relatório deverá conter a metodologia de avaliação detalhada e ajustada, após a recolha das primeiras informações decorrente dos primeiros contactos com o Grupo de Acompanhamento (que integra a Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte”, o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. e o Observatório do QREN).

A seguir a esta fase, seguem-se mais duas. Uma que decorre após 60 dias do prazo de entrega do Relatório Inicial e que culmina com a apresentação do Relatório Final Preliminar. Outra que se conclui com a entrega do Relatório Final, 30 dias após a entrega da sua versão preliminar. Assim sendo, o exercício de “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - “O Novo Norte” no Contexto da Estratégia do QREN” estará concluído no quarto trimestre de 2010.

2.7.11.1. Articulação entre o Plano de Avaliação do ON.2 e o PGA

Como se referiu, o Plano de Avaliação do ON.2 – “O Novo Norte” é parte integrante do PGA, que não resulta de um mero somatório de planos de avaliação dos diferentes PO. Constitui, isso sim, um instrumento de planeamento coerente sobre o modelo de avaliação “on going” adoptado pelo Estado Português no actual período de programação.

Assim sendo, os exercícios de avaliação ao nível do PO inserem-se num contexto mais amplo de nível QREN. É nesse contexto que a importância da “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - “O Novo Norte” no Contexto da Estratégia do QREN”, tendo em consideração as conclusões e recomendações a que chegar, deve ser aferida. Não só este exercício contribui para os objectivos do PGA como, por outro lado, os restantes exercício de avaliação previsto no PGA, com incidência na Região do Norte, não podem deixar de ser considerados neste exercício de avaliação mais específico.

Neste momento, encontra-se em realização a “Avaliação Global da Implementação do QREN” e está concluída “Avaliação dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão”. A Autoridade de Gestão do ON.2 foi, em diversos momentos, auscultada pelas respectivas equipas de avaliação no âmbito da realização destes exercícios, tendo transmitido, mais do que a informação quantitativa solicitada, a sua apreciação e experiência sobre os aspectos transversais de implementação do QREN que impendem sobre o ON.2 e, em particular, sobre os Regulamentos Específicos.

Deste modo, as conclusões e recomendações do segundo exercício não deixarão, na medida do possível, de ser consideradas na melhoria da gestão do ON.2. Quanto ao primeiro, o facto de preceder, em algum tempo, a “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - “O Novo Norte” no Contexto da Estratégia do QREN”, permitirá, sem dúvida, melhorar a eficácia e pertinência das conclusões e recomendações a que se chegar neste último exercício.

Designação	Incidência	Objectivos
Avaliação Global da Implementação do QREN	QREN	Avaliar o contributo das intervenções operacionais no âmbito do QREN, para a prossecução dos respectivos objectivos globais, para os objectivos da Política de Coesão e para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias. Contributo para a revisão intercalar da política de coesão e input para contributo do Observatório do QREN para o relatório sobre o contributo dos PO para a execução das políticas de coesão e outras políticas comunitárias.

<i>Avaliação dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão</i>	<i>PO FEDER e Fundo de Coesão</i>	<i>Avaliar a adequação dos Regulamentos Específicos e os resultados alcançados com a sua aplicação, de modo a introduzir os ajustamentos que se vierem a identificar como necessários</i>
--	-----------------------------------	---

Como se procurou demonstrar, algumas das necessidades específicas de avaliação do ON.2 são satisfeitas em conjunto com outros Programas Regionais e Temáticos, em diversos exercícios transversais que se encontram previstos PGA. Com efeito, englobar num número mais reduzido de exercícios de avaliação um conjunto de questões comuns a diversos PO permite tornar mais práticos os processos de contratação e, sem dúvida, reduzir os seus custos. Essas abordagens transversais, por outro lado, têm vindo a ser implementadas com o envolvimento de todos os PO relevantes, de forma a que as especificidades respeitantes a cada um deles sejam tomadas em devida consideração e que os objectivos dos seus próprios planos de avaliação não sejam postos em causa.

2.7.11.2. Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN

A nova perspectiva de avaliação introduzida neste período de programação, comumente, designada por “avaliação “on going”” conduziu à definição de um inovador enquadramento institucional de suporte a um exigente processo de planeamento, dinamização e acompanhamento de todo o processo de avaliação, de forma a assegurar a coerência e a interligação entre os diversos exercícios de avaliação a desenvolver ao longo do período de vigência do QREN.

O documento do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no seu capítulo 6.8 “Monitorização e Avaliação do Programa Operacional, prevê, em concreto, a constituição da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, composta pelo Observatório do QREN (que coordena) por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, e, ainda, por representantes das Autoridades de Certificação (IFDR, IP e IGFSE, IP) e das Autoridades de Gestão de todos os Programas Operacionais do QREN. Esta Rede tem como principais funções contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação, por forma a evitar a sobreposição de exercícios em áreas temáticas semelhantes, bem como a aproveitar as sinergias provenientes da colocação do conhecimento de cada entidade ao serviço de todos.

Assumindo uma particular responsabilidade no fomento da valorização dos exercícios de avaliação, a Rede de Interlocutores de Avaliação assegura a prossecução dos seguintes três princípios:

1. Princípio da independência - que se traduz na realização de exercícios de avaliação por entidades (internas ou externas à Administração Pública), mas, sempre, funcionalmente independentes das Autoridades de Gestão e das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais.
2. Princípio da parceria - que consiste no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo do processo de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como de divulgação e análise dos seus resultados.
3. Princípio da transparência - que se consubstancia na divulgação dos resultados relevantes dos exercícios de avaliação, bem como na sua utilização como recurso para a qualificação do debate público.

| 133

No ano de 2008, a Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN foi instituída e dinamizada, pelo Observatório do QREN, com o objectivo primordial de dinamizar a elaboração do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, conforme previsto no Decreto Lei 312/2007 de 17 de Setembro (alterado e republicado no DL 74/2008, de 22 de Abril).

Neste exercício (2009), as actividades da Rede de Interlocutores de Avaliação centraram-se, num primeiro momento, no estabelecimento e consensualização dos procedimentos de contratação pública, designadamente no que respeita à elaboração do Cadernos de Encargos e metodologia de acompanhamento e validação dos exercícios de avaliação. Num segundo momento, mais próximo do final do ano, já com os procedimentos de contratação a decorrer e alguns concluídos, foi possível sistematizar um conjunto de boas práticas a seguir nos exercícios futuros desta natureza e proceder à reprogramação do PGA.

Datas	Descrição das reuniões
19-2-2009	<i>Na quarta reunião da rede de avaliação foi apresentada a versão final do “Documento de Orientações Gerais para a Implementação dos Planos de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais”. Seguiu-se a apresentação e discussão do “Caderno de Encargos da Avaliação Global da Implementação do QREN” que corresponde ao primeiro exercício de avaliação previsto no (PGA), da responsabilidade do Observatório do QREN. Conforme o procedimento já habitual nestas reuniões foi, também, efectuado um ponto de situação por parte de cada uma das entidades presentes sobre os exercícios de avaliação previstos no respectivo Plano.</i>

26-5-2009	<i>Na quinta reunião da rede foram apresentadas e discutidas as seguintes propostas/documentos: (i) Actualização anual dos Planos de Avaliação – 2009, que consiste na proposta sobre a forma como devem ser efectuadas as alterações/actualizações anuais ao documento PGA 2007-2013 e (ii) Proposta de grelha para aferição da qualidade dos relatórios finais de avaliação, documento de apoio ao exercício das funções dos elementos dos futuros Grupos de Acompanhamento de cada exercício de avaliação, com a sistematização de uma série de questões organizadas por critérios e sub-critérios de avaliação.</i>
2-11-2009	<i>Finalmente, na sexta e última reunião do ano de 2009 foi apresentada a versão final sobre a forma com seriam formalizadas as alterações/actualizações do PGA 2007-2013, tendo em consideração as propostas de actualização enviadas pelas Autoridades de Gestão ao Observatório do QREN; foram, ainda, definidos o calendário e os procedimentos para submissão das propostas de actualização às CMC do QREN e dos PO; foi, por último, efectuado o balanço das experiências das entidades adjudicantes de avaliações: boas práticas, dificuldades sentidas, aspectos a melhorar, etc.</i>

Importa referir, por fim, que a representação na Rede de Interlocutores de Avaliação é efectuada tanto pela Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte” como pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte. No ano de 2009, foi delegada a representação da Autoridade de Gestão do ON.2 no Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte em todas as reuniões da Rede de Interlocutores de Avaliação, com excepção da realizada em 2 de Novembro, onde se fez representar autonomamente.

2.7.11.3. Avaliação Ambiental Estratégica

Neste ponto pretende-se efectuar a avaliação e controlo dos efeitos no ambiente decorrentes da execução do ON.2 – “O Novo Norte” no contexto do processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

1. Da Programação à Execução

A preparação do ON.2 – “O Novo Norte”, como o QREN no seu conjunto e os Programas Operacionais que o compõem, foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), dando cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Julho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior à transposição para o ordenamento jurídico português da citada Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais, mesmo assim, aplicaram desde logo as exigências que dela decorrem. Concluiu-se posteriormente, após a publicação do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que veio estabelecer, na ordem jurídica interna, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, “a posteriori”, na legislação nacional.

A AAE visa assegurar um elevado nível de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do ON.2, tendo o desenvolvimento deste processo acompanhado toda a fase de programação. Com esta AAE, realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pretende-se garantir o contributo do QREN, no seu conjunto, e do ON.2, em particular, para o desenvolvimento sustentável.

O exercício “ex-ante” da AAE, que compreendeu um significativo processo de consulta pública, influenciou de forma positiva a estrutura e conteúdo deste PO, destacando-se o reforço da integração e da salvaguarda das questões ambientais. A metodologia adoptada, tendo em vista a participação e envolvimento dos cidadãos e entidades neste processo – consubstanciada numa fase de consulta pública, na sua submissão ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável para parecer e na promoção de “workshops” públicos para debate dos resultados da AAE de cada Programa Operacional -, permitiu beneficiar de contributos diversificados e qualificados na fase de elaboração das Agendas Operacionais do QREN e dos Programas Operacionais. A aplicação da AAE às Agendas Valorização do Território e Factores de Competitividade revelou-se adequada na medida em que estas Agendas determinaram o conteúdo operacional do QREN, tendo a AAE, assim, incidido sobre a matriz fundadora dos domínios de intervenção a acolher pelos Programas Operacionais.

A consideração da AAE no ON.2 também foi potenciada pelo facto de ter sido a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-N) a elaborar este PO. A CCDR-N constitui uma Autoridade Ambiental e, por essa razão, assume responsabilidades acrescidas relativamente ao cumprimento da legislação nacional e comunitária em matérias de ambiente e, em geral, de desenvolvimento sustentável.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE, no que ao ON.2 diz respeito, não se limita, porém, à fase respeitante à preparação do documento de programação. A Autoridade de Gestão assumiu, no âmbito das suas actividades de gestão, responsabilidades em matéria de controlo dos efeitos ambientais da execução do ON.2 e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação.

No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental⁴ do “Programa de Gestão e

301_____

⁴ Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

Monitorização Ambiental”, a Autoridade de Gestão procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos sobre o ambiente decorrentes da execução do ON.2, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental, avaliando em que medida estão a ser consideradas as recomendações decorrentes deste processo. A AAE colocou particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, assinalando, simultaneamente, os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO do QREN, ou da execução dos projectos a eles associados.

2. A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do ON.2 – “O Novo Norte”

Como se referiu, a integração de considerações ambientais no ON.2 não se limitou à fase de programação, através da realização AAE.

A Autoridade de Gestão do ON.2 tem considerado o ambiente como um importante pilar da sua actividade de gestão, realizando processos de seguimento da AAE e recorrendo a diversos mecanismos de análise, selecção e acompanhamento das operações co-financiadas com o objectivo de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência. Estes mecanismos traduzem-se em instrumentos de gestão que permitem assegurar o cumprimento das exigências comunitárias e nacionais no domínio ambiental, envolvendo, sempre que necessário, as autoridades ambientais (i) no processo de análise da admissibilidade e do mérito das operações submetidas no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e (ii) na incorporação de critérios e ponderações ambientais em sede de Regulamentos Específicos e/ou Avisos.

Gestão do ON.2 e envolvimento das Autoridades Ambientais

O facto de o Presidente da CCDR-N (que é uma Autoridade Ambiental) ser, por inerência, o Presidente da Comissão Directiva constitui um ponto forte, nesta matéria, do modelo de governação do ON.2. Este facto permitiu, desde o início, o envolvimento de uma Autoridade Ambiental desde a concepção do ON.2, até à selecção e acompanhamento das operações, passando pela concepção e implementação de todos os dispositivos de gestão.

Depois da elaboração do ON.2, a participação das diferentes unidades orgânicas da CCDR-N associadas à temática do ambiente foi particularmente relevante na produção dos Regulamentos Específicos, em particular, na definição das condições de elegibilidade e

aceitabilidade e dos critérios de análise do mérito das operações. Este envolvimento foi-se naturalmente alargando na fase de análise propriamente dita das operações.

O envolvimento destas unidades orgânicas segue, ainda, uma lógica pró-activa no esclarecimento de potenciais promotores no que respeita, nomeadamente, à organização processual do licenciamento, tendo em consideração um enquadramento normativo extremamente amplo que vai, por exemplo, desde o cumprimento do estipulado no Plano Regional de Ordenamento do Território a outros instrumentos de gestão territorial, de natureza sectorial e/ou municipal. Trata-se de matéria complexa que, sem a sua adequada colaboração, não teria sido possível, sem dúvida, a dinamização das iniciativas de investimento e, sobretudo, a selecção das que mais benefícios (ou que menos custos) geram do ponto de vista ambiental.

Para além disso, a Autoridade de Gestão do ON.2, através da CCDDR-N, estabeleceu um Protocolo de Colaboração com a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. para acompanhamento das candidaturas aprovadas no concursos das tipologias das acções de valorização do litoral AVL/1/2007.

Só neste contexto é que o esforço da gestão do ON.2 tendo em vista a adopção voluntária de instrumentos e práticas ambientais por parte dos promotores, designadamente, a adopção de Sistemas de Gestão Ambiental e/ou métodos de Construção Sustentável, poderá ser também bem sucedido.

Inclusão de critérios/ponderações ambientais em sede de Regulamentos Específicos e/ou Avisos.

A Autoridade de Gestão aplica um conjunto de mecanismos que, em diversas fases do ciclo da vida das operações, permite assegurar o cumprimento da legislação de carácter ambiental, bem como medidas que elevam o nível de protecção ambiental das operações apoiadas pelo ON.2.

No que respeita à fase de selecção das operações, e a um nível mais global, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Esta obrigação tem, depois, tradução nos Regulamentos Específicos, nas condições de admissão e aceitação das operações, na consideração das despesas elegíveis, nos contratos a celebrar, etc. Em muitos casos, mesmo, os Regulamentos Específicos incluem, de acordo com as tipologias das operações em causa, um conjunto de critérios que visam constituir um enfoque ainda mais reforçado em matéria ambiental e de ponderações ambientais mais restritivas.

Em particular, e tendo em conta cada área de intervenção em concreto, foram integradas nos respectivos Regulamentos Específicos ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as que constam da tabela seguinte.

Ponderações específicas de carácter ambiental	
Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>[Candidaturas que] prossigam objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais (Acções de Valorização do Litoral);</i> • <i>Consideração das [candidaturas] que evidenciem acções previstas em documentos estratégicos de enquadramento ambiental (Acções de Valorização e Qualificação Ambiental);</i> • <i>Demonstração de ganhos ambientais e de sustentabilidade e contribuição para uma redução de dependência energética [das candidaturas] (Mobilidade Territorial);</i> • <i>Optimização e aumento de infra-estruturas e equipamentos de gestão de resíduos sólidos urbanos [decorrentes das candidaturas] (Optimização da Gestão de Resíduos);</i> • <i>[Candidaturas que] promovam a reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados que constituem passivos ambientais (Reabilitação de Locais contaminados e Zonas Extractivas);</i> • <i>Contribuição para a reconversão e valorização de solo industrial inapto para uso [das candidaturas] (Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística e Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica).</i>
Apresentação de pareceres de entidades com responsabilidade em matérias ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Declaração de Impacte Ambiental (Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística e Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica);</i> • <i>Licença Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente, Declaração de Impacte Ambiental e Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas);</i> • <i>Parecer da Estrutura de Apoio e Coordenação do Documento de Enquadramento Estratégico (Ciclo Urbano da Água – CUA – vertente em baixa – modelo não verticalizado)</i>
Demonstração de enquadramento específico e do cumprimento de normas específicas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira e nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral (Acções de Valorização do Litoral);</i> • <i>PDM – Planos Directores Municipais (em todos os Regulamentos Específicos, sempre que aplicável);</i> • <i>Documento de Enquadramento Estratégico – DEE (Ciclo Urbano da Água – CUA – vertente em baixa – modelo não verticalizado);</i> • <i>PERSU II (Optimização da Gestão de Resíduos).</i>

Para além das exigências estabelecidas ao nível dos Regulamentos Específicos, o disposto ao nível dos “Avisos de Abertura de Concursos” constitui, igualmente, fonte de normas de carácter ambiental. Estes “Avisos”, para além de enumerarem os critérios de selecção, descritos nos Regulamentos Específicos, a aplicar às candidaturas submetidas, fornecem, conforme as tipologias, diferentes ponderações a que os mesmos são sujeitos para a sua classificação final. Explicitam também, com outro grau de detalhe, as condições de admissão

e aceitação das operações. Por exemplo, no âmbito dos Avisos “SAAEL/1/2008”, “SAAEL/1/2009” e SAAEL/1/2010, do Regulamento do “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística é explicitado, ao nível dessas condições, a necessidade de as candidaturas serem instruídas com: (i) Declaração de Impacte Ambiental (DIA), de teor favorável ou favorável condicionado, emitidos nos termos da legislação aplicável; (ii) Documento comprovativo da aprovação de PMOT ou de aprovação/ratificação da alteração ou suspensão do PMOT em vigor, quando aplicável.

Quando se passa, depois, à análise propriamente dita das candidaturas, é efectuado um conjunto de verificações nas vertentes física e documental, com base numa “check-list”, que inclui, também, mecanismos de controlo no domínio ambiental. Esta “check-list” é utilizada igualmente nos controlos “ex post”. Este mecanismo permite sistematizar todas as verificações necessárias, tendo em vista a salvaguarda do cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente. Aqui é verificada, para além de aspectos já referidos, a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de Impacto Ambiental ou Declaração da Autoridade competente em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental que confirme (ou não) o enquadramento da candidatura ou se esta comporta (ou não) alterações significativas;
- Documentos que comprovem os licenciamentos e as autorizações ambientais necessárias no que respeita à fase em que se encontra a candidatura, sendo que, a montante (no decorrer da preparação da candidatura), o cumprimento da legislação em matéria ambiental se encontra salvaguardado pelas autoridades competentes.

Em situações mais ou menos pontuais, sempre que se considere que estes mecanismos possam não ser suficientes, são desencadeadas consultas e pedidos de parecer às entidades competentes. Por exemplo, em termos de mecanismos de gestão para assegurar o cumprimento das regras ambientais e de ordenamento do território, nos Sistemas de Incentivos estabeleceram-se diversos procedimentos a verificar pelos Organismos Intermédios em sede de admissibilidade dos projectos. Assim, em sede de candidatura, os promotores de investimento turísticos têm que demonstrar que os respectivos projectos de arquitectura estão previamente aprovados pelos organismos competentes, nomeadamente pelos Municípios e Turismo de Portugal. No caso dos restantes sectores, os Organismos Técnicos, previamente à contratação de projectos, obrigam a que todos os promotores comprovem o licenciamento dos projectos ou que este se encontra em tramitação formal na respectiva entidade licenciadora.

Estudo de caso do Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões

O projecto do Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e Parque de Ciências e Tecnologias do Mar foi apresentado na sequência da divulgação do Convite Mar/TC/PCT/1/2009 - Objectivo Específico “Valorização económica de novos usos do mar” do Eixo Prioritário II, num montante máximo de 25,5

milhões de euros FEDER. Este projecto, embora só tenha sido aprovado em 2010, teve a sua análise, de admissão e aceitação e de mérito, concluída durante o corrente exercício.

Tratando-se de um projecto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, foi solicitada pela Autoridade de Gestão do ON.2, no contexto das condições de admissão e aceitação da candidatura em causa, a Declaração de Impacto Ambiental. Tendo em conta que a mesma foi emitida com ressalvas quanto ao cumprimento de algumas condições - Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada, foi ainda requerido pela mesma Autoridade de Gestão, informação quanto à forma como a entidade promotora (APDL, SA) daria cumprimento a tais exigências. Em face do teor da informação prestada pela entidade promotora, a Autoridade de Gestão do ON.2 entendeu estar salvaguardado o cumprimento das obrigações que impendem sobre aquela entidade no domínio da protecção do ambiente. A cautela colocada na apreciação desta questão tem expressão nos documentos instrutórios da decisão sobre a aprovação da candidatura.

Destaca-se ainda que na avaliação do mérito desta candidatura foram igualmente considerados descritores directamente relacionados com o enquadramento do projecto nos instrumentos de gestão territorial e o seu impacte ambiental, tendo em vista a avaliação dos critérios/sub-critérios de selecção definidos no "Referencial Standard dos Critérios de Avaliação do Mérito das Operações".

Assim, na apreciação da Qualidade geral do projecto, foram considerados os descritores que atendiam ao (i) Enquadramento urbanístico e desenvolvimento urbano: ou seja, o contributo do projecto para o reforço e valorização das funções territoriais, ponderando aspectos relacionados com a natureza inovadora e funcional ao nível do enquadramento urbanístico da intervenção (ii) ao Desempenho Ambiental: considerando-se, neste âmbito, as vertentes ambiental e de sustentabilidade.

Esta metodologia adoptada em sede de análise de candidatura encontra-se, depois, assimilada no que à fase de acompanhamento da execução física e financeira das operações diz respeito.

3 Análise dos efeitos resultantes da execução do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental

Esta análise procura reflectir duas dimensões fundamentais do processo de "follow-up" da AAE: (i) o desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 e (ii) o grau de cumprimento das recomendações da AAE.

Análise do desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 – "O Novo Norte"

Esta análise do desempenho ambiental e de sustentabilidade pressupõe um exercício prévio de associação entre os objectivos estratégicos definidos na AAE e os Regulamentos Específicos, tipologias de intervenção, bem como uma adequada selecção de indicadores que permitam aferir dos efeitos produzidos pelo ON.2. Assim sendo, esta análise pressupõe a construção de uma "árvore de objectivos", com as necessárias associações com Regulamentos Específicos, tipologias e indicadores (Cfr. Anexo).

Em termos gerais, verifica-se que o ON.2 incorpora objectivos explícitos na área do ambiente e da sustentabilidade. Esta não é só uma preocupação transversal inerente à sua gestão, que se encontra transposta, nomeadamente, em todos os Regulamentos Específicos e Avisos relevantes. Existem objectivos de política definidos e, em consequência, estão delineados os respectivos instrumentos que permitem a sua consecução.

O ON.2 integra, desde logo, um Eixo Prioritário (“Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial”) dedicado a esta temática. Aí se incluem objectivos específicos e respectivos Regulamentos dirigidos, nomeadamente, à: (i) gestão da orla costeira, da rede hidrográfica e dos seus recursos, através do ordenamento e preservação da qualidades dos espaços e da valorização sustentável dos seus recursos e outros elementos identitários; (ii) valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, através, nomeadamente, de acções de recuperação e passivos e dissonâncias ambientais e paisagísticas (áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados, etc); (iii) recolha selectiva e triagem de resíduos; (iv) valorização e gestão da Rede Natura e da Biodiversidade; (v) prevenção de riscos bióticos e abióticos.

| 141

Objectivos desta natureza encontram-se presentes em outros Eixos e respectivos Regulamentos.

Deste modo, os Sistemas de Incentivos, alocados ao Eixo Prioritário 1, prevêem o apoio específico a investimentos na área do ambiente e da eficiência energética. O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME apresenta neste âmbito duas tipologias de investimento “Ambiente” e “Diversificação e Eficiência Energética”. A primeira contempla, entre outros, o apoio a investimentos associados ao controlo de emissões, à realização de auditorias ambientais, à gestão de resíduos, à certificação ambiental e à introdução de tecnologias eco-eficientes. A segunda permite a realização de investimentos que possibilitem o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia utilizadas pelas empresas com base na utilização de recursos renováveis. Ainda no contexto do SI Qualificação PME e para o caso específico de despesas com a aquisição de equipamento que permita superar as normas em matéria de ambiente, o respectivo Regulamento Específico prevê uma majoração da taxa de incentivo a aplicar a estas despesas em 10 p.p., no caso de projectos promovidos por pequenas e micro empresas.

Por outro lado, o Sistema de Incentivos à Inovação contempla nesta matéria e para todas as tipologias de projectos (i) o apoio à aquisição de máquinas e equipamento no contexto da eficiência energética e do ambiente, em particular, os de tratamento e /ou valorização de águas residuais e relativos à redução de emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o exterior e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais; (ii) a instalação de equipamentos energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia e (iii) investimentos na área de eficiência energética, nomeadamente, assistência técnica a auditorias energéticas, testes e ensaios.

No Eixo Prioritário 1 também, importa referir o Regulamento Específico da Energia. Por exemplo, nesse âmbito, foram abertos concursos orientados para a melhoria da eficiência energética à escala local e para a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal

(CIM e AMP). Seguir-se-ão outros mais vocacionados para equipamentos sociais e habitação social (em ambos os casos, através sobretudo do solar/térmico para águas quentes sanitárias), ponderando-se ainda apoios a equipamentos e sistemas de tri-geração.

As preocupações transversais do ON.2 na área do ambiente e da sustentabilidade, expressas nos mais diversos objectivos e instrumentos de política, e aquelas que se traduzem em objectivos e Regulamentos próprios, têm, já hoje, uma expressão significativa na aprovação de operações, na sua realização financeira e na produção de realizações e resultados. Com base nessa informação, procurar-se-á, em seguida, estabelecer uma relação entre os objectivos da AAE e o desempenho de gestão do ON.2 que lhe está associado. Esta relação estabelece-se da forma seguinte para cada um dos objectivos estratégicos da AAE:

- Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos – foram aprovadas 82 lojas de cidadãos/centros multi-serviços, que servem uma população de 2.168.468 habitantes. Para este objectivo muito têm contribuído também muitas das (48) operações aprovadas ao abrigo do SAMA, com as iniciativas, em particular, que propiciaram de desmaterialização e reengenharia de processos e de criação de novos serviços “on line” aos cidadãos e às empresas, não só a nível municipal como à escala sub e supra municipal;
- Garantir a universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis – foram aprovados projectos respeitantes a 30 unidades de saúde que prestam serviços a 3.004.026 habitantes;
- Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições de ensino – Foram aprovados 254 projectos de centros escolares do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, que permitem que 55.933 alunos sejam abrangidos por esses níveis de ensino. Estas intervenções nos Centros Escolares têm, igualmente, um contributo não despendendo, muito pelo contrário, para “reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social”
- Promover a melhoria da qualidade do ambiente urbano – foram aprovadas 37 parcerias para a regeneração urbana, com uma área de intervenção global de 138.030 m², envolvendo 142 parceiros (públicos e privados), e abrangendo uma população de 400 mil habitantes. Mas estas parcerias não contribuem, simplesmente, para este objectivo. Muitas delas, operam-se em “Bairros Críticos” e, os projectos que lhes estão associadas (designadamente, os equipamentos sociais e desportivos), destinam-se a públicos-alvo muito específicos (desde a juventude a grupos sociais com elevados riscos de exclusão). Estas parcerias darão, assim, um contributo muito importante para a “redução da pobreza e promoção da equidade, igualdade de oportunidades e coesão social”;

- Promover a mobilidade urbana sustentável – foram aprovados projectos de ferrovia respeitante a 0,7 km, que permitem a expansão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, gerando, por sua vez, um acréscimo de população servida de 38.940 utentes;
- Reforçar a competitividade territorial – foram aprovados, até ao momento, 8 PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que se traduzem nos respectivos Programas de Acção e nas parcerias (sob a forma jurídica de consórcio) para a sua execução, envolvendo o essencial dos territórios de “baixa densidade” da Região do Norte (isto é, os territórios onde os défices de competitividade são mais evidentes);
- Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos e garantir a cobertura do território por sistema de protecção de riscos – neste momento, com os 32 projectos aprovados – envolvendo tipologias tão diversas como equipamentos de protecção civil, planos de emergência e, até, o próprio Sistema Integrado de Gestão de Emergências do Distrito do Porto - e com aqueles que estão para aprovação em 2010, a Região do Norte e a sua população, no essencial, estão cobertas por planos de emergência;
- Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas – foram aprovados (36) projectos que asseguram a intervenção em 392.656 ha de áreas protegidas e classificadas da Região do Norte;

Para além destas relações mais estreitas, existem muitas outras; só que a sua expressão, nesta altura, reveste-se de um carácter potencial. As razões para isso podem ser de natureza diversa, sobressaindo as que remetem para a não aprovação, até ao momento, de certas tipologias de projectos.

Por exemplo, o ON.2 prevê o acréscimo da população servida por sistema de públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas de, respectivamente, 550.000 e 1.300.000 habitantes (o que permitirá atingir as metas de, respectivamente, 95% e 90% da população servida regional). Este desempenho concorrerá para a consecução dos objectivos de “servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” e “servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas”.

Têm vindo a ser aprovadas diversas operações (6) que visam adequar a fruição e a utilização humanas das zonas costeiras com a preservação dos respectivos ecossistemas. Estas operações, de combate à erosão e defesa do litoral permitem, designadamente, a regeneração dunar e a construção de passeios sobrelevados em material biodegradável e, com isso, contribuir para a “redução do risco de erosão costeira”.

Por outro lado, as preocupações transversais em matéria de sustentabilidade do ON.2, que vão desde a construção sustentável até à redução da factura energética, assim como o projecto do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto e as operações destinadas à melhoria da eficiência energética não deixarão de produzir efeitos sensíveis na “diminuição da intensidade energética do produto e no aumento da eficiência energética”. De forma complementar, os projectos (114) aprovados nos SI Qualificação de PME (61) e SI Inovação (53), nas tipologias, nomeadamente, de “Diversificação e Eficiência Energética” (61), “Eficiência Energética” (23) e “Sistemas Energéticos” (30), cujo investimento total ascende a 7.494 mil euros, tem contribuído para “aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis”

| 144

Em conclusão, as relações estabelecidas entre os objectivos da AAE e os objectivos de política de desenvolvimento regional, os respectivos instrumentos e as actividades de gestão permitem concluir que o ON.2 apresenta um desempenho ambiental e de sustentabilidade relevante.

Análise do grau de cumprimento das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi apresentado um conjunto de recomendações, o qual mereceu aprofundada reflexão por uma equipa técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação do Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento. Como corolário dessa reflexão pretendia-se chegar a indicadores que permitissem incorporar as preocupações constantes nas referidas recomendações da AAE.

A Autoridade de Gestão do ON.2, para as recomendações de carácter geral, dedicou particular atenção a esta matéria, recolhendo e sistematizando, para esse efeito, informação no âmbito quer das candidaturas apresentadas (quando aplicável), quer das operações contratadas até final de Dezembro de 2009.

Para essas Recomendações Gerais apresenta-se, em seguida, uma síntese da análise efectuada com base em toda a informação recolhida.

Recomendação (R1): “Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos”

Como se referiu anteriormente, as preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao ON.2. Elas estão expressas em diferentes normativos (Regulamentos Específicos, Avisos, etc), assumindo diferentes formas de compromisso: condições de admissão e aceitação, despesas elegíveis, contratos, critérios de selecção, etc.

Foram, também, concebidos diversos instrumentos de gestão que permitem, nas diferentes fases do período de vida útil das operações, verificar o cumprimento desses compromissos.

A explicitação de critérios de selecção onde as preocupações ambientais surgem mais evidenciadas permitem, no entanto, verificar o grau de empenhamento da Autoridade de Gestão não só na observância das normas que impendem sobre esta matéria mas sobretudo na valorização desta componente nos projectos a aprovar. Estes critérios estão presentes no processo de selecção conduzido pelo Secretariado Técnico do ON.2 de um conjunto muito significativo (69,8%) dos projectos aprovados.

Recomendação (R2): “Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos”

Existe uma preocupação, logo na definição estratégica do ON.2, com a componente imaterial das intervenções de apoio ao desenvolvimento. Fechado um ciclo de investimento no reforço da dotação infra-estrutural da Região do Norte, importava, agora, acrescentar valor e funcionalidade a essas infra-estruturas e equipamentos.

Assim, verifica-se que o peso (56,2%) das operações com uma componente imaterial superior a 75% da despesa elegível é muito importante, expressa igualmente no investimento associado a essas mesmas operações (22,0%). Estas operações encontram-se disseminadas por áreas tão diversas como a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, promoção e valorização, monitorização ambiental, capacitação institucional e preservação de espaços protegidos.

Recomendação (R7): “Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas”

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 M €.

O número de operações infra-estruturais desta natureza analisadas pelo Secretariado Técnico do ON.2, apesar de tudo, é relativamente reduzido. Estas operações, normalmente, revestem-se de um carácter singular e assumem um carácter demonstrativo. Por outro lado, esta é matéria que vai sendo assimilada pela legislação em vigor e pelas práticas concretas de licenciamento das diversas entidades. Não surpreende, então, que o peso das infra-

estruturas co-financiadas pelo ON.2 com um investimento elegível que adoptem as “boas práticas” seja significativo (30,0%).

Recomendação (R8): “As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem”

Os indicadores que permitem aferir do nível de concretização desta recomendação pretendem quantificar, por um lado, as operações apoiados pelo ON.2 que visam a divulgação, comunicação e formação ambiental e, por outro, os cidadãos que foram beneficiados por elas.

As (69) operações seleccionadas dizem respeito, nomeadamente, a projectos de valorização e qualificação ambiental e de valorização do litoral. Os seus resultados, expressos no número de cidadãos abrangidos (989,2 mil), são significativos

Recomendação (R9): “Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa”

Relativamente a esta recomendação não existe, nesta altura, qualquer informação a reportar pela Autoridade de Gestão do ON.2.

Recomendação (R10): “Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas”

O privilégio da reconstrução e da requalificação, por oposição à nova construção, consta, desde logo, na estratégia do ON.2. Ele está presente na própria concepção das Parcerias para a Regeneração Urbana como na requalificação do parque escolar (Centros Escolares). Mas esse privilégio tem estado presente na aprovação de outros equipamentos (unidades de saúde e coesão social) e infra-estruturas (mobilidade territorial).

Desta forma, uma parte importante (49,1%) das intervenções de carácter infra-estrutural correspondem a operações de requalificação, reconstrução, remodelação ou adaptação.

O quadro seguinte procura aferir, agora de uma forma global, o nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE.

Recomendação	Designação do Indicador	Unidades	Valor
R1	Rácio da integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	69,8
R2	Rácio das intervenções de natureza imaterial	(%)	56,2
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	22,0
R7	Rácio dos projectos infra-estruturais que contemplam práticas de concepção, construção e gestão sustentáveis	(%)	30,0
R8	Acções de divulgação, comunicação e formação ambiental	(nº)	69
	Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental	(mil hab.)	989,2
R9	Rácio de dos projectos visando a implementação de medidas preventivas e pró-activas de protecção ambiental	(nº)	n.d.
R10	Rácio dos projectos de regeneração/requalificação de construções e infra-estruturas	(%)	49,1%

Com base nessa informação global e em tudo o que foi referido relativamente a cada uma das recomendações, verifica-se que a Autoridade de Gestão tem procurado, também a este nível, dar uma resposta adequada ao preconizado pela AAE.

4 Análise Complementar e Mecanismos de Participação

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e Fundo de Coesão.

O Observatório do QREN, responsável pela elaboração e apresentação desse Relatório, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como por fomentar e promover o envolvimento do público em geral e das entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO. Sem prejuízo dos contributos individuais de cada PO, esta AAE tem um carácter global e, assim sendo, é a esse nível mais global também que o processo de “accountability” se deve situar.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo Prioritário 1 engloba sete objectivos específicos, sendo que os Sistemas de Incentivos às Empresas concorrem para dois desses objectivos (OE2 e OE4) enquanto que as outras tipologias de instrumentos concorrem para seis dos objectivos. Por outro lado, dos 786,6 M € de fundo comunitário afectos ao Eixo, 48,5 M € foram atribuídos à subvenção global para as CIM / AMP.

No final de 2009, o nível de aprovações do Eixo 1, medido pela taxa de compromisso, situava-se em cerca de 37% e apresentava um elevado ritmo de crescimento (confirmado pelos dados a 31/03/2010: 44%). A execução financeira medida pelo fundo comunitário certificável era a mais elevada de todos os eixos, ainda que se situasse apenas em 4,2% (31/03/2010: 5,0%).

Esta taxa de compromisso reflecte-se nos indicadores de realização deste Eixo Prioritário, constantes da tabela 3.1 e relativamente aos quais importa referir o seguinte:

- No apoio à “Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e à Promoção do Sistema Regional de Inovação” foi contratado apenas um projecto em 2009, estando ainda aquém da meta prevista para 2010. Note-se que este indicador está apenas a captar operações que co-financiam em exclusivo unidades de I&D do SCTN, com exclusão das empresas. Assim, não estão aqui contabilizados os projectos de I&D em co-promoção (empresas em cooperação com entidades do SCTN, os quais ascendiam no final de 2009 a 28, envolvendo 36 empresas e 23 entidades do SCTN).
- No “Apoio à Criação e Consolidação de Clusters Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica em Sectores que Promovam o Interface com as Competências e Capacidades Regionais em Ciência e Tecnologia”, até ao final de 2009 foram contratados projectos de 310 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, ultrapassando já a meta estabelecida para 2010 (250). Este valor representa ainda um acréscimo muito significativo face ao registado em 2008 (+237%), que se cifrava no apoio a 92 empresas, reflectindo quer uma maior dinâmica de aprovações observada em 2009, quer a própria normalização do processo de contratação de candidaturas de investimento empresarial, o qual que entrou neste ano em ritmo cruzeiro.
- Na “Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial”, os resultados do

primeiro concurso lançado em 2008 permitiram a contratualização em 2009 de 54.072 m² de área de infra-estruturas em projectos de acolhimento empresarial, cerca de 50% da meta estabelecida para o ano de 2010. Deste modo, e considerando os concursos realizados em 2009 e as operações com aprovações e contratações em curso, é possível afirmar que a meta prevista para 2010 será seguramente ultrapassada.

- Na “Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor em Sectores de Especialização”, 495 micro e pequenas empresas foram objecto de apoio e celebração de contrato até ao final de 2009. Este indicador de realização mais do que triplicou face ao valor registado em 2008, ultrapassando as metas definidas, inclusive para o horizonte temporal de 2015 (450). Neste caso, e conforme já referido no relatório de execução de 2008, entende-se que este resultado é reflexo do perfil do tecido económico regional, constituído sobretudo por pequenas e micro empresas que operam nos sectores ditos tradicionais. Assim, deverá ser ponderada a revisão das metas definidas para o mesmo, de forma a melhor as ajustar à evolução verificada nestes primeiros anos de execução do programa.
- Na “Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial” foram contratadas até final de 2009 73 acções colectivas de dinamização do comércio e serviços em áreas abrangidas por Planos de Regeneração Urbana ou Redes Urbanas de Competitividade e Inovação, ultrapassando já a meta deste indicador definida para 2015. O mesmo já não sucede ao nível da quantificação das entidades envolvidas na promoção destas acções, uma vez que as mesmas resultam de projectos promovidos apenas por 8 entidades.
- Na “Promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, em 2009 foram contratados 2 projectos para a promoção da utilização de tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem (Operação – Escola em Rede) e visando também o aumento do número e requalificação dos equipamentos informáticos nas escolas (Operação – Computadores na Sala de Aula). Estes dois projectos foram contratados não ao nível de cada escola mas com o GEPE (Ministério da Educação). Assim, contabilizando ao nível da Escola, estaríamos perante um número de operações muito superior: 407 escolas dos 2º, 3º ciclo e ensino secundário no caso da Escola em Rede e 247 escolas EB23 no caso dos Computadores na Sala de Aula..
- No que respeita à “Promoção de Acções de Eficiência Energética” não se registaram contratações de projectos até final de 2009.

Tabela 3.1 Realização Física do Eixo Prioritário 1

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Nº de Unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	1	-	-	
	Metas	-	-	-	30	100	
Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	
	Metas	-	-	-	+5%	+10%	
N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	92	310	-	-	
	Metas	-	-	-	250	500	
% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Realização Executada	-	-	-	-	-	
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	
	Metas	-	-	-	60%	60%	
Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	54.072	-	-	
	Metas	-	-	-	155.000	350.000	
% de área ocupada nos espaços infra-estruturados apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	
	Metas	-	-	-	30%	60%	
N.º de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	140	495	-	-	
	Metas	-	-	-	130	450	--
Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas nas empresas apoiadas)	Realização Executada	0	0	0	-	-	--
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	--
	Metas	-	-	-	2%	2%	--
Nº de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	73	-	-	--
	Metas	-	-	-	10	35	--
Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	8	-	-	
	Metas	-	-	-	20	105	
Nº de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	2			
	Metas				100	300	
% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			
	Metas				40%	100%	
Nº de projectos pilotos de eficiência energética	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			

	Metas	6	22
Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Realização Executada	0	0
	Realização Contratada	0	0
	Metas	15%	15%

Em acréscimo à análise efectuada anteriormente, cabe ainda efectuar as seguintes considerações de carácter mais transversal:

| 151

- os valores dos indicadores de eixo para o ano de 2008 relativos aos projectos empresariais apresentados no presente relatório diferem dos apresentados no Relatório de 2008, pelo facto de que entretanto se efectuaram alterações à forma de mensuração dos indicadores, designadamente no que concerne à lista de sectores considerados como de média e alta intensidade tecnológica, a qual segue a definição da OCDE;
- para generalidade dos indicadores de resultados relativos aos diferentes objectivos específicos ainda não foi possível apresentar a quantificação dos mesmos, em virtude de ainda não estarem encerrados quaisquer projectos apoiados, sendo de esperar que em 2010 esta situação esteja já ultrapassada em algumas das tipologias de projectos, começando a poder ser possível a contabilização dos mesmos;
- relativamente aos indicadores para os quais foi já possível verificar a existência de alguma desadequação das metas estabelecidas para 2010 e 2015 face ao observado nestes primeiros anos de implementação do Programa Regional, aspecto já mencionado no Relatório de Execução de 2008, pretende a Autoridade de Gestão proceder a uma proposta de revisão dos mesmos no âmbito do primeiro exercício de Avaliação do ON.2.

Tabela 3.2 Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 1

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	33	177			
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	28			
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização Contratada	0	245	906			
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	135			

	10. Investimento Induzido (milhares de euros)	Realização Contratada	0	53.084	140.478
Sociedade de Informação	N.º de projectos	Realização Contratada	0	63	182
Turismo	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	13	40

Finalmente, no que concerne ao contributo para os Indicadores Comuns Comunitários, este centra-se nas áreas temáticas “*Investigação e Desenvolvimento*”, “*Ajudas directas ao investimento nas PME*”, “*Sociedade de informação*” e “*Turismo*”.

Em relação ao tema “*Investigação e Desenvolvimento*” foram contratados 177 projectos de I&DT em 2009 (vs 33 em 2008), dos quais 176 apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Destes, 28 dizem respeito a projectos de cooperação entre empresas e/ou instituições de investigação.

No que respeita às “*Ajudas directas ao investimento nas PME*”, o número de projectos com contrato assinado atinge os 906, o que corresponde a uma evolução significativa face ao observado no ano anterior (vs 245 em 2008). A estes projectos está associado um investimento induzido de 140.478 milhares de Euros.

É também de salientar que dos 906 projectos de apoio ao investimento em PME, 135 são promovidos por novas empresas (30 em 2008), o que reflecte o incentivo ao empreendedorismo promovido no âmbito do ON.2.

No tema “*Sociedade de informação*” no final de 2009 encontravam-se 182 projectos com incentivo contratado. Conforme já referido na análise dos indicadores físicos, importa esclarecer que dois dos projectos contratados no tema “*Sociedade de Informação*” dizem respeito à informatização de um conjunto de escolas EB23 e do Ensino Secundário, pelo que se cada intervenção fosse contabilizada individualmente este valor ascenderia aos 834.projectos.

Por último, no tema “*Turismo*”, os projectos com incentivo contratado no Eixo Prioritário 1 eram 40 no final de 2009, e correspondiam exclusivamente a projectos de iniciativa empresarial. Este indicador comunitário será também contabilizado noutros eixos, sobretudo fruto de investimentos financiados no âmbito de intervenções públicas.

Importa referir que no contexto do EP1 não estão previstos mecanismos de engenharia financeira.

3.1.2. Análise qualitativa

Sistemas de Incentivos

Até ao final de 2009, a Autoridade de Gestão (AG) do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 63 concursos de apoio ao investimento empresarial, com uma dotação FEDER associada de 376,8 milhões de Euros, dos quais apenas 3 (envolvendo um montante de FEDER de 32,5 milhões de Euros) se encontravam em aberto em 31/12/2009.

Refira-se que o lançamento desses concursos foi feito, de acordo com o previsto no modelo de governação do QREN, em conjunto com as restantes AG envolvidas na Rede Incentivos QREN (POFC e POs Regionais do Continente).

Tabela 3.3 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2008 e decididos em 2009

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas		Candidaturas aprovadas			
						Nº	Investimento/ custo total	Data de Decisão	Nº	Investimento/ custo total	FEDER
NORTE-02-2008-06	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - I&DT Colectiva	01-10-2008	Decidido	12-12-2008	1.750.000	0	0	24-Mar-09	0	0	0
NORTE-01-2008-04	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	30-09-2008	Decidido	28-11-2008	20.000.000	261	82.348.385	2-Mar-09	164	56.771.908	18.144.842
NORTE-01-2008-05	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos conjuntos - Internacionalização	30-09-2008	Decidido	28-11-2008	1.500.000	4	1.848.075	9-Mar-09	2	1.307.486	639.006
NORTE-01-2008-06	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	30-09-2008	Decidido	28-11-2008	1.000.000	2	2.691.589	9-Mar-09	0	0	0
NORTE-02-2008-07	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Vale I&DT	30-09-2008	Decidido	19-12-2008	2.500.000	73	2.075.984	22-Jan-09	41	1.131.916	844.375
NORTE-01-2008-07	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Vale Inovação	30-09-2008	Decidido	19-12-2008	2.500.000	83	1.887.099	22-Jan-09	51	1.184.200	883.287
NORTE-03-2008-03	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	15-10-2008	Decidido	31-12-2008	25.000.000	76	112.075.022	22-Abr-09	27	45.793.750	23.452.045

NORTE-03-2008-04	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	15-10-2008	Decidido	31-12-2008	5.000.000	55	43.247.442	22-Abr-09	29	27.337.195	15.732.053
NORTE-02-2008-08	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	03-11-2008	Decidido	16-01-2009	3.000.000	34	22.954.689	14-Mai-09	18	8.298.067	3.380.829
NORTE-02-2008-09	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção	03-11-2008	Decidido	16-01-2009	3.300.000	21	13.602.591	5-Jun-09	14	7.479.595	5.210.767
NORTE-02-2008-10	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	03-11-2008	Decidido	16-01-2009	2.500.000	9	4.523.394	14-Mai-09	6	2.917.825	1.163.455
NORTE-03-2008-05	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado - Empreendedorismo Feminino	02-12-2008	Decidido	02-03-2009	1.000.000	18	8.038.717	5-Jun-09	7	3.440.061	2.404.196
Total					133.000.000	96	465.155.036		84	397.887.181	273.459.367

Tabela 3.4 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2009

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas		Candidaturas aprovadas			
						Nº	Investimento/custo total	Data de Decisão	Nº	Investimento/custo total	FEDER
NORTE-03-2009-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	11-02-2009	Decidido	10-03-2009	4.000.000	0	0	4-Mai-09	0	0	0
NORTE-02-2009-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	11-02-2009	Decidido	10-03-2009	2.000.000	0	0	4-Mai-09	0	0	0
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção	11-02-2009	Decidido	10-03-2009	2.000.000	0	0	4-Mai-09	0	0	0
NORTE-01-2009-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	07-04-2009	Decidido	18-05-2009	25.000.000	280	88.584.880	5-Ago-09	201	67.579.443	21.165.530
NORTE-01-2009-02	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	07-04-2009	Decidido	12-05-2009	1.000.000	1	1.292.655	10-Ago-09	1	1.292.655	459.733
NORTE-02-2009-02	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	13-04-2009	Decidido	14-05-2009	3.000.000	22	15.522.642	4-Set-09	13	10.672.457	4.247.175
NORTE-02-2009-03	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Vale I&DT	13-04-2009	Decidido	13-05-2009	2.500.000	48	1.441.565	5-Jun-09	39	1.164.200	870.100

NORTE-01-2009-03	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Vale Inovação	13-04-2009	Decidido	11-05-2009	2.500.000	70	1.705.552	5-Jun-09	57	1.348.246	1.009.684
NORTE-02-2009-04	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	Decidido	18-05-2009	1.500.000	13	4.568.698	4-Set-09	8	2.946.478	772.715
NORTE-02-2009-05	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	Decidido	18-05-2009	1.000.000	0	0	12-Ago-09	0	0	0
NORTE-02-2009-06	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - I&DT Colectiva	14-04-2009	Encerrado	18-05-2009	1.750.000	0	0	-	0	0	0
NORTE-03-2009-02	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	15-04-2009	Decidido	29-05-2009	30.000.000	100	214.133.978	4-Set-09	49	99.606.381	36.589.086
NORTE-03-2009-03	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	15-04-2009	Decidido	21-05-2009	6.000.000	31	31.670.111	4-Set-09	12	15.425.320	8.596.852
NORTE-01-2009-04	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos conjuntos - Internacionalização	20-04-2009	Decidido	30-06-2009	1.500.000	4	1.464.007	16-Set-09	4	1.464.007	710.062
NORTE-03-2009-04	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	27-05-2009	Decidido	15-07-2009	4.000.000	1	339.905	24-Nov-09	0	0	0
NORTE-01-2009-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	07-04-2009	Decidido	18-05-2009	25.000.000	280	88.584.880	5-Ago-09	201	67.579.443	21.165.530
NORTE-01-2009-02	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	07-04-2009	Decidido	12-05-2009	1.000.000	1	1.292.655	10-Ago-09	1	1.292.655	459.733
NORTE-02-2009-02	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	13-04-2009	Decidido	14-05-2009	3.000.000	22	15.522.642	4-Set-09	13	10.672.457	4.247.175
NORTE-02-2009-03	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Vale I&DT	13-04-2009	Decidido	13-05-2009	2.500.000	48	1.441.565	5-Jun-09	39	1.164.200	870.100
NORTE-01-2009-03	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Vale Inovação	13-04-2009	Decidido	11-05-2009	2.500.000	70	1.705.552	5-Jun-09	57	1.348.246	1.009.684
NORTE-02-2009-04	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	Decidido	18-05-2009	1.500.000	13	4.568.698	4-Set-09	8	2.946.478	772.715
NORTE-02-2009-05	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	Decidido	18-05-2009	1.000.000	0	0	12-Ago-09	0	0	0

NORTE-02-2009-06	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - I&DT Colectiva	14-04-2009	Encerrado	18-05-2009	1.750.000	0	0	-	0	0	0
NORTE-03-2009-02	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	15-04-2009	Decidido	29-05-2009	30.000.000	100	214.133.978	4-Set-09	49	99.606.381	36.589.086
NORTE-03-2009-03	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	15-04-2009	Decidido	21-05-2009	6.000.000	31	31.670.111	4-Set-09	12	15.425.320	8.596.852
NORTE-01-2009-04	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos conjuntos - Internacionalização	20-04-2009	Decidido	30-06-2009	1.500.000	4	1.464.007	16-Set-09	4	1.464.007	710.062
NORTE-03-2009-04	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	27-05-2009	Decidido	15-07-2009	4.000.000	1	339.905	24-Nov-09	0	0	0
NORTE-02-2009-07	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	27-05-2009	Decidido	15-07-2009	1.500.000	6	2.821.974	22-Dez-09	3	1.660.604	654.971
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção	27-05-2009	Decidido	15-07-2009	1.500.000	2	1.161.101	24-Nov-09	1	505.456	344.490
NORTE-02-2009-08	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção	15-06-2009	Encerrado	09-10-2009	3.500.000	15	9.900.300	-	0	0	0
NORTE-01-2009-05	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	24-06-2009	Encerrado	15-10-2009	3.000.000	5	1.713.410	-	0	0	0
NORTE-03-2009-05	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	24-06-2009	Encerrado	30-09-2009	1.000.000	3	7.891.044	-	0	0	0
NORTE-03-2009-06	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	03-07-2009	Encerrado	30-09-2009	6.000.000	133	24.123.289	-	0	0	0
NORTE-01-2009-06	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	09-07-2009	Encerrado	15-10-2009	2.500.000	1	206.240	-	0	0	0
NORTE-03-2009-07	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	12-08-2009	Encerrado	09-11-2009	5.000.000	13	27.924.257	-	0	0	0
NORTE-03-2009-08	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	12-08-2009	Encerrado	09-11-2009	2.500.000	6	9.486.469	-	0	0	0
NORTE-01-2009-07	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	12-08-2009	Encerrado	13-10-2009	2.000.000	6	628.877	-	0	0	0
NORTE-01-2009-08	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	12-08-2009	Encerrado	13-10-2009	1.000.000	0	0	-	0	0	0

NORTE-02-2009-09	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Vale I&DT	15-09-2009	Decidido	13-10-2009	1.000.000	32	999.970	10-Nov-09	20	605.610	451.457
NORTE-01-2009-09	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Vale Inovação	15-09-2009	Decidido	13-10-2009	1.000.000	107	2.886.446	10-Nov-09	97	2.587.213	1.938.610
NORTE-02-2009-10	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	23-09-2009	Encerrado	21-10-2009	1.000.000	10	2.866.454	-	0	0	0
NORTE-02-2009-11	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	23-09-2009	Encerrado	21-10-2009	700.000	0	0	-	0	0	0
NORTE-01-2009-10	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	25-09-2009	Encerrado	27-11-2009	15.000.000	341	104.571.601	-	0	0	0
NORTE-01-2009-11	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	25-09-2009	Encerrado	27-11-2009	1.000.000	2	1.902.410	-	0	0	0
NORTE-02-2009-12	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - I&DT Colectiva	25-09-2009	Encerrado	20-11-2009	1.000.000	0	0	-	0	0	0
NORTE-02-2009-13	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais	25-09-2009	Encerrado	27-11-2009	4.000.000	35	20.393.289	-	0	0	0
NORTE-02-2009-08	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção	15-06-2009	Encerrado	09-10-2009	3.500.000	15	9.900.300	-	0	0	0
NORTE-01-2009-05	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e de Cooperação	24-06-2009	Encerrado	15-10-2009	3.000.000	5	1.713.410	-	0	0	0
NORTE-03-2009-05	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado	24-06-2009	Encerrado	30-09-2009	1.000.000	3	7.891.044	-	0	0	0
NORTE-03-2009-06	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva	03-07-2009	Encerrado	30-09-2009	6.000.000	133	24.123.289	-	0	0	0
NORTE-03-2009-09	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva - Inovação Geral	27-11-2009	Aberto	31-01-2010	6.000.000	7	4.104.144	-	0	0	0
	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Inovação Produtiva - Estratégias de Eficiência Colectiva	27-11-2009	Aberto	31-01-2010	14.000.000	0	0	-	0	0	0
NORTE-03-2009-10	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado - Geral	27-11-2009	Aberto	31-01-2010	3.000.000	2	519.454	-	0	0	0
	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo Qualificado -	27-11-2009	Aberto	31-01-2010	4.500.000	0	0	-	0	0	0

	Estratégias de Eficiência Colectiva										
NORTE-02-2009-14	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção - Geral	02-12-2009	Aberto	01-02-2010	2.000.000	0	0	-	0	0	0
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em Co-promoção - Estratégias de Eficiência Colectiva	02-12-2009	Aberto	01-02-2010	3.000.000	0	0	-	0	0	0
TOTAL					174.450.000	1.296	584.824.723	720.868	505	206.858.070	77.810.466

Dos 60 dos concursos lançados e encerrados até ao final do ano, 45 estavam já decididos a essa data. Em termos de evolução anual, importa referir que dos concursos abertos, 28 foram lançados em 2007 e 2008, correspondendo a uma dotação de 202,35 milhões de Euros, e 35 foram abertos em 2009, perfazendo um montante global a concurso na ordem dos 174,45 milhões de Euros.

Verifica-se, assim, um acréscimo do número de concursos lançados em 2009, e que se decorre da opção de, paralelamente aos concursos de âmbito geral, se ter procedido à abertura de concursos específicos destinados a determinados sectores da economia (por exemplo, automóvel, transportes, energia, Redes de Nova Geração) e ao apoio a projectos integrados em Estratégias de Eficiência Colectiva, como a iniciativa MERCA e os programas de acção PROVERE.

Contudo, o montante global de dotação FEDER levada a concurso no ano de 2009, reduziu-se face ao observado nos anos anteriores, facto justificado por uma programação mais ajustada à procura, resultante da experiência acumulada nos primeiros anos de programação, e ainda, sobretudo a partir do último semestre de 2009, da necessidade de alguma contenção orçamental face ao crescente número de candidaturas que se veio a observar desde início deste ano e aos níveis de compromisso financeiro que se incrementaram significativamente em resultado de maiores níveis de aprovação.

De facto, o crescimento acentuado da procura é uma das notas mais marcantes da evolução ocorrida em 2009 no contexto dos Sistemas de Incentivos do ON.2, reflectindo-se, nomeadamente, no acréscimo significativo do número de candidaturas apresentadas aos concursos decididos até final de 2009, as quais ultrapassavam, em termos acumulados, os 2300 projectos, quando em finais de 2008 estas candidaturas ainda não tinham atingido os mil projectos.

Este nível de procura acrescida gerou também uma maior pressão ao nível das estruturas responsáveis pela análise e decisão das candidaturas, provocando um ligeiro aumento nos tempos de médios de decisão efectivos (89 dias), face aos previstos em sede de abertura de

concurso (84 dias), mantendo-se contudo os tempos médios de decisão em linha com os registados no ano de 2008 (90 dias).

Um dos principais factores explicativos do incremento da procura registada, poderá, em nosso entender, ter origem nas medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos implementadas em Abril de 2009 e que visavam combater os efeitos negativos do cenário de crise económica internacional e das respectivas consequências no tecido empresarial português e nas suas decisões de investimento. As referidas medidas tiveram como objectivo tornar mais acessível o acesso ao financiamento, flexibilizando as condições de elegibilidade de promotor e projecto, adequar o esforço financeiro das empresas ao contexto socioeconómico, através do aumento das taxas de comparticipação comunitária nalgumas tipologias de projectos (sobretudo no SI Inovação), e ainda, impulsionar a execução dos projectos, com a introdução de novas modalidades de pagamento e flexibilizando as já existentes, designadamente em termos de exigências de garantias bancárias.

| 159

O resultado da implementação destas medidas reflectiu-se também de forma muito expressiva nas taxas de admissibilidade e aprovação dos projectos, as quais aumentaram de forma muito significativa face às observadas no final de 2008.

Assim, ao nível da admissibilidade, verifica-se que das 2.331 candidaturas apresentadas a concursos decididos (com um custo total previsto de 1.320,8 milhões de Euros), foram consideradas admitidas 1.404 candidaturas com um custo total previsto de 690 milhões de Euros, representado 60% do número projectos apresentados e 52% do investimento, quando em 2008 estas taxas de admissibilidade representavam, respectivamente, 53% dos projectos apresentados e 31% do custo total dos mesmos.

Observa-se assim que o número de candidaturas admitidas quase triplicou face a 2008, registando-se uma redução na percentagem de candidaturas que são excluídas por incumprimento de condições de elegibilidade, resultado que se entende ser consequência das medidas de flexibilidade acima mencionadas, em particular:

- Ao nível dos critérios relativos ao cumprimento do rácio de autonomia financeira por parte das empresas promotoras, cujo valor de referência para as micro e pequenas empresa se reduziu (de 25% ou 20% para 15%), sendo esta uma razão pela qual vários projectos eram anteriormente considerados como não admitidos. Acresce ainda que o cumprimento deste requisito de elegibilidade que anteriormente tinha de ser comprovado à data da candidatura passou a ser possível ser comprovado até à celebração do contrato de concessão de incentivos.
- Na introdução, no Sistema de Incentivos à Inovação, da possibilidade de apoio a projectos de criação de unidades e linhas de produção e introdução de melhorias tecnológicas (alíneas e) e f) da Portaria 353-C/2009, de 3 de Abril), permitindo o

apoio a projectos que previamente às medidas de flexibilização ficariam excluídos por falta de enquadramento.

Do conjunto de candidaturas admitidas, 1.148 foram aprovadas, envolvendo um investimento total de cerca de 553 milhões de Euros e um investimento elegível de 406 milhões de Euros, ao qual corresponde um valor global de incentivo FEDER atribuído no montante de 232.505.295 Euros. Deste montante, cerca de 91.510.304 Euros (cerca de 40%) correspondem a incentivo reembolsável e 140.994.991 Euros a incentivo não reembolsável.

Cabe referir que o incentivo reembolsável tem origem essencialmente no Sistema de Incentivos à Inovação, estando-lhe associado um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital (reembolso), que diferem com o tipo de projectos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projectos do sector do turismo. Designadamente e conforme consagrado na Portaria 353-C/2009 de 3 de Abril que regulamenta o Sistema de Incentivos à Inovação, os prazos de financiamento e períodos de carência são os seguintes:

PLANO DE REEMBOLSO	SI Inovação		
	Geral	Novas Unidades de Produção com Despesa Elegível superior a 2.500.000 Euros; Remodelação de estabelecimentos hoteleiros; criação de unidade de turismo no espaço rural e de turismo de habitação	Projectos de construção ou de instalação de novos estabelecimentos hoteleiros
Prazo Financiamento	6 anos	Até 7 anos	Até 10 anos
Período Carência	3 anos	Até 3 anos	Até 3 anos

De referir adicionalmente que o incentivo reembolsável aprovado no âmbito do SI Inovação poderá ser convertido em incentivo não reembolsável, em função da avaliação de desempenho do projecto, até ao montante máximo de 75% do incentivo reembolsável concedido.

Em termos da distribuição das aprovações por NUTS III, destaca-se o Grande Porto com 30% do incentivo FEDER aprovado e 69 milhões de Euros de Incentivo FEDER, seguindo-se o Ave com 35,6 milhões de Euros e uma taxa de 15% das aprovações.

O Entre Douro e Vouga e o Tâmega representam, respectivamente, 11% e 10% das aprovações (24,8 e 22,5 milhões de Euros), apresentando as restantes NUTS III valores de aprovações que oscilam entre os 15,2 milhões de Euros aprovados no Douro e os 20,8 Milhões de Euros de incentivo aprovado na NUTS III do Cávado.

Face aos valores apresentados no Relatório de Execução de 2008, verifica-se assim um crescimento significativo das candidaturas aprovadas que mais que triplicaram em relação aos projectos aprovados nesse ano. É também de salientar um aumento nas taxas de aprovação bruta (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas), quer em termos de n.º de projectos quer ao nível do custo total aprovado, em consonância com o já observado ao nível das taxas de admissibilidade. Contudo, e apesar do incremento em cerca de 15 p.p. nas taxas de aprovações, as mesmas permanecem ainda abaixo dos 50%, reflectindo algum nível de selectividade na concessão dos apoios (pese embora menor que o registado no ano anterior), um dos princípios subjacentes à implementação do actual Quadro de Referência Estratégica Nacional.

| 161

Ainda no que respeita aos princípios subjacentes ao QREN, e em concreto à possibilidade do financiamento através do FEDER de acções que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção FSE, importa referir que os Sistemas de Incentivos apoiaram, ao abrigo desta excepção, 2.622.353 Euros em iniciativas de formação incluídas nos projectos aprovados, representando este valor 1% da totalidade do incentivo FEDER aprovado.

Cabe ainda referir, relativamente aos procedimentos de articulação e demarcação estabelecidos com outros instrumentos de financiamento, que, tal como já mencionado no Relatório de Execução de 2008, foram definidas regras de delimitação/complementaridade das intervenções FEDER e FEADER, as quais se encontram vertidas no Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, aprovado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, PO Factores de Competitividade e PRODER, em 2 de Outubro de 2008. Tais regras são obviamente tidas em conta nos processos de análise da elegibilidade dos projectos.

Ao nível da articulação com o FEP, é efectuada ao nível da análise a identificação de projectos que poderiam ser objecto de financiamento por esse Fundo, desenvolvendo-se, sempre que necessário, procedimentos de consulta e articulação com a estrutura de gestão do PROMAR e, mais recentemente, incluindo-se referência nos Avisos de Abertura de Concursos dos Sistemas de Incentivos quanto aos investimentos que deverão ser financiados pelo FEP e não estão por esta via enquadrados nos apoios FEDER. A este nível, cabe referir que, ao tempo da elaboração deste relatório está em discussão na Rede Incentivos QREN, uma proposta de Orientação Técnica que visa explicitar os princípios de enquadramento dos projectos do sector das pescas, tendo em conta o previsto no modelo de Governação do QREN.

Em suma, nos concursos de Sistemas de Incentivos decididos até ao final de 2009, aprovou a AG do ON.2 mais de 1100 projectos que representam, em termos de compromisso financeiro, cerca de 70% da verba de FEDER prevista para estes instrumentos no ON.2, ao longo do período de programação 2007-2013.

Descritas as principais alterações observadas em termos globais, importa ainda analisar os contributos relativos de cada um dos 3 sistemas de incentivos para os montantes totais aprovados, conforme detalhado na tabela seguinte.

Tabela 3.5 Candidaturas aprovadas – Repartição por Sistema de Incentivos

Un: mil Euros								
	N.º	% do total	Custo Total	Custo Total Elegível	Fundo	% do total	Fundo médio por candidatura	Taxa média de co-financiamento
SI I&DT	216	19%	63.136	51.081	31.869	14%	147,5	62,4%
SI Inovação	191	17%	307.081	224.606	139.674	60%	731,3	62,2%
SI Qualificação de PME	741	65%	182.789	130.274	60.963	26%	82,3	46,8%
Total	1148		553.007	405.962	232.505		961,1	57,3%

Pela análise do quadro anterior verifica-se que o Sistema de Incentivos à Qualificação de PME é responsável pela maior fatia de projectos aprovados, mais de 2/3 do total, sendo o Sistema de Incentivos mais procurado pelas pequenas e micro empresas da Região do Norte.

Tratam-se, sobretudo, de investimentos de cariz mais imaterial, que visam impulsionar os factores dinâmicos de competitividade das empresas, em áreas adjacentes à função de produção e que têm sido uma aposta das empresas dos sectores mais tradicionais, que pretendem investir na sua requalificação e na internacionalização dos seus produtos. São normalmente investimentos de dimensão média mais reduzida (cerca de 82 mil Euros), facto que se reflecte no seu contributo para o montante total de incentivo aprovado, para o qual o seu peso relativo se reduz para os 26%.

Já o Sistema de Incentivos à Inovação destaca-se como sendo o que concentra a maior percentagem de incentivo FEDER aprovado (60%), uma vez que é através deste que se financiam os investimentos de natureza produtiva, tal como a compra de equipamento produtivo ou a realização de obras de construção, os quais estão associados a montantes de financiamento mais avultados. É também aqui que se encontram os projectos de maior dimensão, sendo o incentivo médio aprovado por candidatura na ordem dos 731,3 mil Euros.

Acresce ainda referir que, em 2009, o diferencial entre a percentagem de projectos apoiados no SI Inovação e o financiamento obtido pelos mesmos (17% vs 60%) é mais significativo face ao observado em 2008 (22% vs 62%), como resultado do aumento, em 10 pontos percentuais, das taxas base de comparticipação definidas para esta tipologia na sequência das medidas de flexibilização implementadas em Abril de 2009. Tal facto está também espelhado num acréscimo da taxa média de co-financiamento de 55% em 2008 para cerca

de 62% em 2009 (valores acumulados), esta última em linha com o nível médio de co-financiamento aplicado aos projectos de I&DT.

Por último, importa salientar a prestação do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), que apesar de ser o que acolhe menor percentagem do incentivo FEDER aprovado (14%), ultrapassa já o número de projectos aprovados no SI Inovação (216 projectos vs. 191). Este facto é tão mais relevante quanto se tratam de projectos de I&DT promovidos por pequenas e micro empresas, que mais do que triplicaram o seu número durante o ano de 2009, num cenário de dificuldades económicas no contexto nacional e internacional, à partida pouco propício a este tipo de investimentos.

| 163

Ao nível da contratação dos projectos aprovados, até ao termo de 2009 foram celebrados com os promotores de projectos de Sistemas de Incentivos 912 contratos, correspondendo a um incentivo FEDER de 186 Milhões de Euros, representando 79% das candidaturas aprovadas até então e 80% do respectivo incentivo FEDER. 673 dos processos de contratação acima referidos ocorreram durante o ano de 2009, estando associado aos mesmos um incentivo FEDER de 128,7 milhões de Euros, correspondendo a um acréscimo de 182 % face ao n.º contratos assinados em 2008 e de 123% face ao respectivo incentivo contratado.

Em termos de execução financeira, até ao final de 2009 foram transferidos para os promotores de projectos dos Sistemas de Incentivos (por intermédio dos organismos pagadores – IAPMEI e Turismo de Portugal – em quem, através de protocolos celebrados entre estes, a AG e o IFDR, foram delegadas formalmente funções de transferência directa para os beneficiários), um montante global de 30,5 milhões de Euros.

Quando considerado isoladamente o montante pago no ano de 2009, equivale a cerca de 10 vezes os pagamentos efectuados em 2008, e reflecte, por um lado, um maior grau de desenvolvimento dos projectos aprovados nos primeiros anos de programação e uma evolução natural dos processos de aprovação/contratação/execução, mas também, estamos em crer, os resultados de algumas das medidas de flexibilização introduzidas no início de 2009 e que, como já referido, procuraram flexibilizar alguns dos aspectos associados ao reembolso de incentivo. Estas medidas serão analisadas com maior detalhe no ponto seguinte.

A execução cifrou-se em 30,35 milhões de Euros de Despesa Elegível e 23,9 milhões de Euros de fundo comunitário. Deste modo, em 31/12/2009, os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado) na ordem dos 7,2%, tendo executado 10,3% do incentivo aprovado até essa data. Em ambos os casos, as taxas superam as verificadas em termos globais para o ON.2 (2,79% e 9,0%, respectivamente).

De salientar assim a boa prestação dos sistemas de incentivos que, com uma dotação de cerca de 12,2% do programa regional, representavam no final de 2009, 31% dos pagamentos efectuados no ON.2 e 32% da sua execução FEDER.

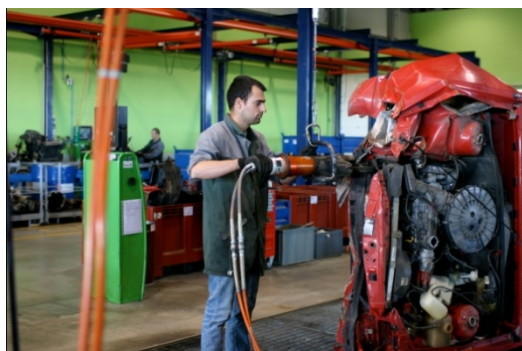
Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

| 164

Unidade de Desmantelamento e Reciclagem de Veículos em Fim de Vida (VFV)

Aviso	Sistema de Incentivos à Inovação (Norte-03-2008-01)
Designação	Unidade de Desmantelamento e Reciclagem de Veículos em Fim de Vida (VFV)
Data do Contrato	12-06-2009
Nº da operação	NORTE-01-0403-FEDER-005732
Calendarização	23-06-2008 a 31-05-2010
Promotor	Re-Source Portuguesa – Desmontagem e Reciclagem de Veículos, S.A.
Objectivos	O projecto visa instalar uma unidade de Desmantelamento e Reciclagem de Veículos em Fim de Vida (VFV), de tecnologia de ponta, a qual irá garantir valores de reciclagem e valorização, compatíveis com os objectivos do "Contrato Verde", constituindo uma aposta muito forte no sentido do Desenvolvimento Sustentável. A empresa terá capacidade de desmantelar 25 VFV por dia e por equipa, estimando atingir em 2015 95% de valorização dos VFV.
Ações	Para a concretização dos objectivos desenvolve as seguintes acções: 1) Instalação da linha de desmontagem de veículos automóveis totalmente automatizada, concebida por produtores do ramo automóvel, e implantada com as mesmas tecnologias e metodologias das linhas de montagem daquele Sector. 2) Implementação do processo de Certificação da empresa nas vertentes de Qualidade (ISO 9001:2000) e Ambiental (ISO 14000).
Investimento Elegível	2.121.876,00 €
FEDER	1.167.031,80 €

Evidências da realização do projecto:

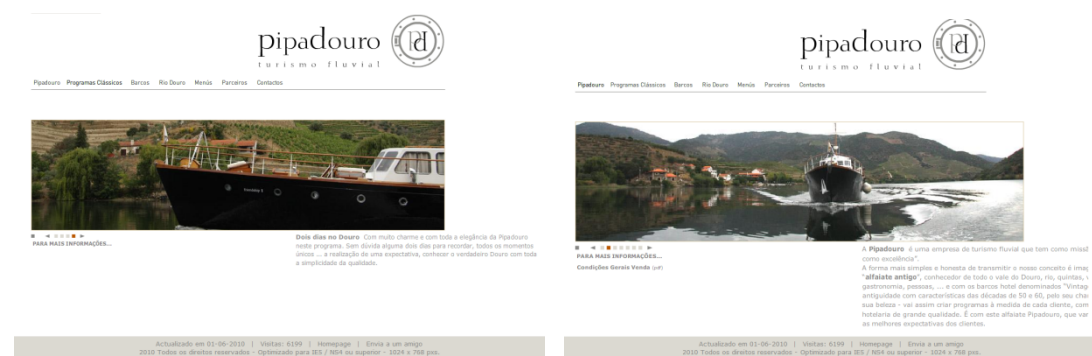


PipaDouro

Aviso	Sistema de Incentivos à Inovação (Norte-03-2008-02)
Designação	PipaDouro
Data do Contrato	03-11-2008
Nº da operação	NORTE-01-0203-FEDER-002708
Calendarização	20-06-2008 a 31-05-2010
Promotor	Roquette & Correia, Lda.
Objectivos	O projecto visa a aquisição e remodelação de duas embarcações de recreio, tendo por objectivo exercer a actividade de turismo fluvial no Rio Douro, oferecendo um serviço tipo "Taylor Made", o qual assume características de exclusividade e permite aos seus clientes programar os seus próprios percursos. A empresa estima atingir no pós-projecto um volume de negócios de 827 mil Euros, com um peso do volume de negocio internacional de 49%.
Ações	Para a concretização dos objectivos serão desenvolvidas as seguintes acções: 1) Remodelação de duas embarcações, consideradas de referência e internacionalmente denominados de " Wooden Yatch Classic". 2) Desenvolvimento do site institucional da empresa. 3) Promoção de acções de divulgação a nível internacional, através da produção de um vídeo em português, inglês e castelhano, concepção e produção de brochuras bilingue e da realização de campanhas de marketing em revistas da especialidade.
Investimento Elegível	360.964,32 €
FEDER	198.530,38 €

| 165

Evidências da realização do projecto:



Imagens do Site da empresa PipaDouro

Desenvolvimento de cápsulas de café expresso biodegradáveis

Aviso	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Norte-02-2008-07)
Designação	Desenvolvimento de cápsulas de café expresso biodegradáveis
Data do Contrato	05-06-2009
Nº da operação	NORTE-01-0402-FEDER-004507
Calendarização	05-06-2009 a 05-06-2010
Promotor	Gespresso derivados café e máquinas S.A.
Objectivos	O projecto visa, através do apoio da Associação Rede de Competência em Polímeros, o desenvolvimento de cápsulas de café expresso biodegradáveis, por forma a melhorar significativamente o valor comercial e reduzir o impacto no meio ambiente deste tipo de cápsulas comercializadas pela empresa.
Acções	Para a concretização dos objectivos desenvolve as seguintes acções: 1) Pesquisa e identificação de polímeros biodegradáveis comercialmente disponíveis e selecção da melhor solução tecnológica considerando: desempenho do material, viabilidade técnica para o scale-up e custo final. 2) Desenvolvimento de um novo polímero biodegradável a partir do compósito seleccionado, através da realização de análises e testes, e preparação da proposta para a industrialização do processo de produção.
Investimento Elegível	25.000,00 €
FEDER	18.750,00 €

Desenvolvimento de terapias avançadas baseadas em células estaminais para tratamento de patologias músculo-esqueléticas

Aviso	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Norte-02-2009-02)
Designação	Desenvolvimento de terapias avançadas baseadas em células estaminais para tratamento de patologias músculo-esqueléticas
Data do Contrato	14/12/2009
Nº da operação	NORTE-01-0202-FEDER-006587
Calendarização	01/10/2009 a 30/09/2011
Promotor	Stemmatters, Biotecnologia e Medicina Regenerativa, Lda
Objectivos	<p>O projecto promovido por esta empresa instalada no Instituto Europeu de Excelência de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa (também financiado pelo ON.2) tem como objectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolver novos produtos no campo da engenharia de tecidos cartilaginosos, nomeadamente um novo biomaterial que pode ter aplicação em outras áreas dentro da engenharia de tecidos ou áreas associadas; 2) Gerar terapias regenerativas avançadas para cartilagem num contexto clínico; 3) Criação de um banco de dados clínicos associados às células estaminais isoladas do tecido adiposo; 3) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e continuação das suas actividades normais que se pretende para os pacientes afectados por patologias do foro músculo-esquelético, designadamente cartilaginosos.
Acções	<p>O projecto prevê a realização das seguintes acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Purificação, modificação e caracterização de goma gelana; • Isolamento e armazenamento de células estaminais adultas do tecido adiposo; • Desenvolvimento de terapias avançadas baseadas na combinação de goma gelana e células estaminais adultas do tecido adiposo; • Produção piloto de terapias combinatórias avançadas; • Implementação transversal de um sistema de garantia da qualidade, boas práticas (GxP) e controlo da qualidade nas actividades de investigação industrial e de desenvolvimento experimental..
Investimento Elegível	1.508.996,21 €
FEDER	1.045.682,56 €

Outras Tipologias do Eixo 1

Em 2009, no Eixo Prioritário 1, com excepção dos sistemas de incentivos e de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 9 concursos, totalizando o montante de 92.780.000 € (FEDER). No ano âmbito destes concursos foram apresentadas 142 candidaturas, com um montante global de 93.564.458,97 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 142.991.358,16 €.

Tabela 3.6 Eixo Prioritário 1: Concursos Abertos em 2009

(excepto Sistemas de Incentivos e concursos no quadro da Contratualização)

AVISO	DATA DE ABERTURA	DATA DE ENCERRAMENTO	FEDER A CONCURSO (EURO)	TAXA DE CO-FINANCIAMENTO
SAIECT-IETIEFE/1/2009 SISTEMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (SAIECT) INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS – INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	06-03-2009	15-07-2009	10.000.000	70%
SAIECT-IETRIET/1/2009 SISTEMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (SAIECT) INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS – RACIONALIZAÇÃO DA REDE DE INFRA-ESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	06-03-2009	15-07-2009	5.000.000	70%
SAIECT-IEC/1/2009 SISTEMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (SAIECT) – INFRAESTRUTURAS CIENTÍFICAS	06-03-2009	30-04-2009	17.000.000	70%
SAAAEL/1/2009 (*) SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA	20-07-2009	18-12-2009	32.000.000	70%
EDSC/1/2009 ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	15-04-2009	15-05-2009	10.850.000	75%
EDSC/2/2009 ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	17-08-2009	06-11-2009	4.930.000	75%
E-IRFL/1/2009 REDUÇÃO DA FACTURA ENERGÉTICA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – INSTALAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO	30-06-2009	07-12-2009	7.000.000	70%
E-SESPC/1/2009 PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS CONSTRUÍDOS - SISTEMAS ENERGÉTICOS SUSTENTÁVEIS EM PISCINAS COBERTAS	30-06-2009	21-12-2009	3.000.000	70%
E-PDRTAE/1/2009 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REDE TERRITORIAL DE AGÊNCIAS DE ENERGIA	30-06-2009	21-12-2009	3.000.000	70%

(*) Não foram apresentadas quaisquer candidaturas a este concurso

Em 2009 foram aprovadas (definitivamente) 14 operações com um montante global de 52.042.669,65 € (FEDER) associado a 71.480.740,07 € de Despesa Elegível. Salienta-se que algumas destas operações aprovadas decorrem de concursos abertos em 2008. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2009, já tinham sido aprovadas operações representando um montante global de 58.596.491 € (FEDER) correspondendo a 80.843.343 € de Despesa Elegível. Estas operações encontram-se, na sua generalidade, contratadas.

O nível de aprovações no Eixo 1, na parte que não respeita a Sistemas de Incentivos, é, assim, ainda limitado, embora se tenha vindo a processar a ritmos crescentes. Em consonância com essa aceleração refira-se que já no primeiro trimestre de 2010 foram abertos 6 novos concursos, totalizando o FEDER posto a concurso 93.840.000 €

A execução física e financeira das operações permanece ainda muito limitada, traduzindo-se, tal como já foi referido, numa taxa de execução muito baixa.

Procedendo a uma análise por objectivo específico (OE), o OE1 – “Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação” apresenta em 2009 um único projecto aprovado, decorrente do concurso SAICT/1/2008. Trata-se de um projecto relativamente atípico face ao conteúdo do OE1, projecto esse inserido no Plano Tecnológico da Educação e designado por Escol@Segura.

A prossecução do OE1 está, no entanto, bem presente na sequência de concursos abertos em 2009 e, ainda, no início de 2010 (SAIECT-IEC/1/2009; SAIECT-IETIEFE/1/2009; SAIECT-IETRIET/1/2009, SAIECT-IEC/1/2010 e SAIECT-IEC/2/2010). Trata-se de um conjunto de concursos dirigidos ao apoio a Infra-estruturas Científicas e a Infra-estruturas Tecnológicas, os quais no entanto só vieram a traduzir-se em aprovações já em 2010. A procura revelada e as aprovações entretanto ocorridas evidenciam um enorme contributo do ON.2 para a consolidação da rede regional de Infra-estruturas Tecnológicas (Centros Tecnológicos Sectoriais e Institutos de Novas Tecnologias) bem como para projectos selectivos ao nível das Infra-estruturas Científicas (sendo aqui de destacar o Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologias, com uma operação de grande dimensão aprovada já no início de 2010).

Quanto ao OE2 – “Apoio à Criação e Consolidação de “Clusters” Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica”, as iniciativas complementares aos apoios e instrumentos em sede de Sistemas de Incentivos traduziram-se nos concursos SAPCTIEBT-ET/1/2008 SAPCTIEBT-IEFIEBT/1/2008, orientados respectivamente para (i) o apoio a programas de promoção do empreendedorismo tecnológico e (ii) o apoio à criação de infra-estruturas físicas dedicadas à incubação. Encontram-se neste momento aprovadas duas operações de infra-estruturas físicas e seis operações de programas. A experiência mostra tratar-se de uma área de intervenção exigente – o que levou, de resto, a dilatações nos prazos relativos a aprovações definitivas – sendo ainda cedo para aferir sobre os resultados das operações aprovadas.


O OE3 – “Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial” engloba duas componentes relativamente distintas: uma visa a implementação de uma rede regional de parques de ciência e tecnologia; a outra incide sobre a rede regional de áreas de acolhimento empresarial.

Para o apoio à rede de parques de ciência e tecnologia foi aberto concurso ainda em 2008 (SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008). Desse concurso resultou a selecção de quatro projectos da maior relevância: Instituto Europeu de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa, UPTEC, Avepark e Sanjotec. Verificaram-se alguns problemas administrativos relacionados com os projectos de execução, pelo que em 2009 apenas a primeira destas operações estava contratada e em avançado estágio de execução.

A continuidade desta linha de intervenção manter-se-á com preocupações de uma forte selectividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projectos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Sede do Instituto Europeu de Excelência de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa

Aviso	SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008
Designação	Sede do Instituto Europeu de Excelência de Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa
Data do contrato	25-11-2009
Nº da operação	NORTE-01-0364-FEDER-000001
Calendarização	01/01/2007 a 31/12/2010
Promotor	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
Objectivos	<p>A operação visa a consolidação do Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, através da construção do edifício que acolherá um Centro de Excelência Internacional em I&D: o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa (IEEETMR), que localizará neste edifício a sua sede internacional.</p> <p>Salienta-se o envolvimento do IEEETMR em diversos projectos no domínio da aplicação biomédica de materiais poliméricos, materiais para engenharia de tecidos humanos, libertação controlada de fármacos, células estaminais, medicina regenerativa, novos sistemas biodegradáveis e/ou bioactivos, bionanotecnologia, biocompatibilidade, materiais inteligentes e biomiméticos, e novas aplicações em/com cortiça. As actividades desenvolvidas vão desde o desenvolvimento de novos materiais, ao seu processamento, modificação, isolamento, expansão e cultura de células, novos bioreactores e ensaios funcionalidade in-vivo.</p> <p>Deste modo, o IEEETMR constitui um factor decisivo na consolidação e valorização de actividades de Ciência e Tecnologia (C&T) na Região Norte.</p>
Acções	<p>Edifício constituído por três pisos acima do solo e uma cave. Na cave encontram-se instalados o Biotério (núcleo autónomo e independente), uma sala para instalação de equipamentos específicos de grandes dimensões (laboratório de processamento), uma sala para recolha de lixos provenientes dos laboratórios e um armazém para reagentes.</p> <p>No Piso 0 (Rés-do-Chão) encontram-se os gabinetes de trabalho, os serviços administrativos e as primeiras áreas para investigação, nomeadamente salas de processamento e laboratórios de caracterização.</p> <p>O piso 1 (1º andar) é exclusivamente dedicado a áreas de investigação nomeadamente, laboratórios (química, caracterização, microscopia, caracterização biológica, histologia, manutenção), salas de investigadores e biblioteca.</p> <p>O piso 2 (2º andar), de acesso restrito e controlado, é uma área dedicada à actividade empresarial ainda que no âmbito da investigação científica. Aqui localizam-se salas de processamento, gabinetes de trabalho, salas de R&D (Biotech), lavagem, armazenamento, bioprocessamento e respectivos espaços com requisitos específicos de carácter científico, nomeadamente uma câmara de esterilização e outra de criopreservação.</p>
Investimento Elegível	4.564.413,93 €
FEDER	3.195.089,75 €
Evidências da realização do projecto:	
  	

Quanto à promoção da rede de áreas de acolhimento empresarial, foi aberto um primeiro concurso ainda em 2008 (SAAAEL/1/2008), bem como concursos em 2009 e, ainda, em inícios de 2010 (SAAAEL/1/2009 e SAAAEL/1/2010). Estes concursos foram formatados por forma a suscitar o aparecimento de projectos de elevada dimensão (nomeadamente áreas de um mínimo de 40 ha, tendo-se no concurso de 2010 baixado esse limite para 20 ha) e com serviços comuns (facilidades e amenidades) de elevada qualidade. Para além disso, previu-se ainda que, no quadro da subvenção global afecta às CIM / AMP, haveria lugar ao apoio a projectos de menor dimensão e exigência, no quadro de uma rede complementar de áreas de acolhimento empresarial e/ou da requalificação de áreas existentes.

| 172

As áreas de acolhimento empresarial de nível regional, nos termos em que foram definidas nos referenciais dos concursos, correspondem a uma tipologia exigente. Nomeadamente, a experiência revela uma elevada dificuldade dos potenciais promotores quanto à aquisição dos terrenos necessários, quer devido ao preço quer ao elevado número de proprietários envolvidos. Neste momento encontram-se seleccionados quatro projectos no quadro dos concursos abertos directamente pela Autoridade de Gestão, embora a sua contratualização ainda não tenha sido possível. Já nas intervenções geridas pelas CIM / AMP estão aprovados 6 projectos que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes.

O OE 4 – “Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização” apenas integra instrumentos dos Sistemas de Incentivos, tendo já sido objecto de análise.

O conjunto dos quatro OE já referidos constitui o núcleo central das intervenções que exploram o nexus ciência / tecnologia / inovação / competitividade, visando-se em termos mais globais a emergência e consolidação de um novo modelo competitivo para a Região do Norte, assente na inovação em sectores de especialização já existentes mas, também, na emergência de novas actividades intensivas em conhecimento. Esses quatro objectivos mobilizam parte significativa dos instrumentos e recursos orientados quer para o apoio à I&D empresarial e investimento inovador quer para o apoio à rede regional de instituições de suporte à inovação e à competitividade.

No final de 2009, é já possível fazer-se um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas induzidas pelo ON.2, convergentes com o objectivo global acabado de referir. Com efeito, a procura de incentivos, quer na componente atribuída a projectos públicos ou não empresariais quer na componente dos Sistemas de Incentivos, revelou-se globalmente muito elevada e com uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento. Em particular, os dados relativos à

execução de projectos de I&D mostram, comparativamente com o passado (QCA III), duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura por apoios à I&D mas, ao mesmo tempo, um “mix” muito mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial.

Cremos mesmo que o ON.2 constituirá um dos Programas Operacionais que, neste aspecto, revela um maior sucesso. Como se pode ver na tabela seguinte, o investimento elegível apoiado é elevado, salientando-se o incremento observado já no primeiro trimestre de 2010. Para além disso, a participação do sector empresarial (SI ID&T) é muito elevada, dando conta da ultrapassagem de um dos principais défices diagnosticados no QCA III. Este elevado nível de I&D empresarial apoiada é tanto mais significativo quanto se trata, no ON.2, de projectos promovidos por micro e pequenas empresas.

Tabela 3.7 ON.2 – Operações Contratadas de Apoio à I&D (EP1)

	Investimento Elegível (valores acumulados)	
	31/12/2009	31/03/2010
Sistema de Incentivos à I&DT	41.633.744,65	48.491.521,74
Outras tipologias de projectos do Eixo 1	4.564.413,93	43.491.916,46
Total	46.198.158,58	91.983.438,20

Quanto ao OE5 – “Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial”, verificou-se no ano de 2009 a contratação de 8 operações, envolvendo 73 acções colectivas, apresentadas ao concurso SIAC - Merca 2008. Este concurso visou a dinamização do pequeno comércio urbano em áreas territoriais já definidas no anterior Urbcom (POE/PRIME, QCA III).

Em 2009 não aberto qualquer concurso no quadro do Regulamento SIAC. Para 2010 é previsível a abertura de concurso ou concursos visando o apoio a acções colectivas em áreas relevantes do ponto de vista económico e com uma delimitação regional clara, nomeadamente as que visam a promoção regional externa de sectores e clusters como os do vinho ou do turismo. Note-se que as acções colectivas de âmbito sectorial tendem a ter uma incidência territorial de âmbito nacional, recaindo pois no quadro do POFC.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Braga - O Comércio está no Centro

Aviso	SIAC/2008 – Projectos Colectivos MERCA
Designação	Braga - O Comércio está no Centro
Data do contrato	21-12-2009
Nº da operação	NORTE-01-0528-FEDER-000010
Calendarização	01/07/2009 a 30/06/2011
Promotor	Associação Comercial de Braga
Objectivos	<p>Integrar a marca "Braga - O Comércio está no Centro" entre as maiores referências relevantes de centro comercial a céu aberto e de centro de cidade como destino de compras / turismo de compras / centro de cultura e de lazer de centro de cidade.</p> <p>Aumentar a vitalidade do centro urbano, tornando-o um produto ímpar, atractivo, dinâmico, competitivo e viável do ponto de vista económico.</p> <p>Consolidar a marca "Braga - Capital do Comércio".</p> <p>Colocar Braga nas agendas e roteiros nacionais e internacionais enquanto centro de cidade com uma oferta integrada singular de charme - comércio, serviços, lazer, cultura.</p> <p>Promover e vender os valores e a imagem do centro da cidade de Braga.</p> <p>Potenciar factores de atractividade (o charme do passado e a filosofia do centro comercial a céu aberto) visando repor o centro da cidade de Braga na rota dos habitantes do espaço urbano.</p> <p>Gerar dinâmicas que chamem pessoas de fora do espaço urbano em causa. Ex. Distritos de Braga e de Viana do Castelo, Porto, Vila Real.</p> <p>Em última análise, espera contribuir para a dinamização económica da região e, desta forma, contribuir para a consolidação e aumento do emprego na área de intervenção e o aumento do PIB da região e do país.</p>
Ações	<p>Promoção de actividades económicas nas áreas de intervenção territorial dos projectos globais de Urbanismo Comercial da cidade de Braga, numa lógica de funcionamento em rede, valorizando a complementaridade da oferta e beneficiando dos ganhos de escala e sinergias de uma actuação conjunta, com vista ao aumento da competitividade daquele centro urbano.</p> <p>Sensibilização das unidades empresariais de comércio e serviços - destinatárias para as quais serão convocados os públicos das acções de promoção - para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial.</p>
Investimento Elegível	285.714,29 €
FEDER	200.000,00 €

O OE 6 – “Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento” centrou-se em 2009, a exemplo do já ocorrido em 2008, em concursos dirigidos para o Plano Tecnológico da Educação (EDSC/1/2008, EDSC/1/2009 e EDSC/2/2009), tendo as candidaturas sido apresentadas pelo Ministério da Educação (GEPE). As caixas de texto infra descrevem os projectos já aprovados e contratados no âmbito dos dois primeiros concursos referidos.

Note-se que no domínio da Economia Digital os apoios às empresas enquadram-se nos Sistemas de Incentivos (nomeadamente no SI Qualificação e Internacionalização PME). Assim, os concursos e operações a enquadrar no Regulamento Economia Digital e Sociedade do Conhecimento devem orientar-se, predominantemente, para operações de natureza transversal e infra-estrutural, sendo de privilegiar aquelas que abranjam um universo alargado de destinatários finais.

Foi esta perspectiva que levou a dar prioridade, num primeiro momento e em coordenação com o Governo da República, operações integradas no Plano Tecnológico da Educação, com uma grande abrangência territorial e de população alvo. É igualmente nesta perspectiva que se equaciona vir a dar prioridade, em 2010, às redes de nova geração em espaços rurais, novamente em convergência com orientações nacionais e, também, prioridades comunitárias.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Operação – Escola em Rede

Aviso	EDSC/1/2008
Designação	OPERAÇÃO - ESCOLA EM REDE
Data do Contrato	30-04-2009
Nº da operação	NORTE-01-0666-FEDER-000006
Calendarização	01/03/2009 a 31/12/2009
Promotor	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
Objectivos	A operação pretende promover a utilização de tecnologia nos processos de ensino e de aprendizagem, assim como na gestão de processos administrativos, dotando as escolas de uma infra-estrutura de redes de comunicação que suporte a utilização de tecnologia e de internet de forma segura e ubíqua. Enquadra-se no Eixo “Tecnologia” do Plano Tecnológico da Educação (PTE) e pretende criar condições para a concretização de vários outros eixos de intervenção e projectos do PTE.
Ações	Tem como destinatárias 407 escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como as escolas com ensino secundário, situadas na Região do Norte. Com esta intervenção, 309.977 alunos da Região Norte terão acesso à internet na sala de aula. Através deste projecto, serão implementadas redes de área local, com acesso remoto e separação segura de redes, pontos de acessos com e sem fios nas salas de aula e nas áreas de estudo e de convívio e um sistema centralizado de suporte à operação e à gestão das redes locais.
Investimento Elegível	17.914.303,08 €
FEDER	13.435.727,31 €

Operação – Computadores na Sala de Aula

Aviso	EDSC/1/2009
Designação	OPERAÇÃO - COMPUTADORES NA SALA DE AULA
Data do Contrato	24-11-2009
Nº da operação	NORTE-01-0666-FEDER-000007
Calendarização	01/04/2009 a 31/12/2009
Promotor	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
Objectivos	A operação tem como objectivo estimular o aumento do número e a requalificação de computadores e equipamentos de apoio e a sua maior disponibilidade para utilização em aula e para utilização livre pelos agentes das escolas. Em concreto, a implementação desta operação permitirá que as escolas atinjam o rácio de 1 computador para 5 alunos. Enquadrado no Eixo "Tecnologia" - componente "Kit tecnológico escolas" do Plano Tecnológico da Educação (PTE).
Acções	O projecto prevê a aquisição e instalação de 21.840 computadores para apetrechamento de 247 Escolas EB23 da Região Norte. Ainda que sem custos imputados à operação, o contrato de fornecimento dos equipamentos em causa inclui a prestação de serviços de manutenção e <i>helpdesk</i> de apoio técnico (pelo prazo de 3 anos), sendo que esta componente de assistência técnica garante a correcta operacionalização do investimento proposto para financiamento.
Investimento Elegível	14.342.852,17 €
FEDER	10.757.139,13 €

O OE 7 – “Promoção de Acções de Eficiência Energética” teve no ano de 2009 o início da sua prossecução através do concurso E-IRFL/1/2009, orientado para a eficiência energética na iluminação pública, do concurso E-SESPC/1/2009, orientado para a eficiência energética em piscinas cobertas, e do concurso E-PDRTAE/1/2009, este último visando a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP). Todos estes concursos tiveram uma adesão elevada. No entanto, dado o seu encerramento já no último trimestre de 2009, ainda não se verificaram nesse ano aprovações.

É intenção da Autoridade de Gestão reforçar significativamente, em 2010, o apoio a acções de eficiência energética através de concursos orientados para equipamentos sociais e habitação social (em ambos os casos através sobretudo do solar / térmico para águas quentes sanitárias), ponderando-se ainda apoios a equipamentos e sistemas de tri-geração (produção combinada de energia e de “heating” e “cooling”).

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Sistemas de Incentivos

Conforme oportunamente mencionado no Relatório de Execução de 2008, uma das principais dificuldades com que se tem confrontado a implementação no terreno dos Sistemas de Incentivos do QREN decorre do adverso clima económico e financeiro que se tem vivido desde pelo menos meados de 2008. Uma crise de elevadas proporções e âmbito global, que se iniciou pelos mercados financeiros (com quebras brutais de confiança, consequente escassez de financiamento e custos mais elevados para o mesmo) e que rapidamente se expandiu à esfera económica.

Tal cenário resulta naturalmente muito desfavorável para as decisões de investimento empresarial. Em concreto, no que concerne à execução de projectos de Sistemas de Incentivos, cedo se identificou as dificuldades de obtenção de garantias bancárias e financiamentos como um dos principais constrangimentos à sua implementação.

Visando uma melhor adequação dos instrumentos de apoio previstos pelos Sistemas de Incentivos ao contexto económico e financeiro, foram levadas a cabo, no 1º Trimestre de 2009, um conjunto de medidas que envolveram designadamente as seguintes linhas de acção:

- **Flexibilização de adiantamentos e reembolsos**, envolvendo designadamente: 1) a inclusão de uma nova modalidade de pagamento (Pagamentos a título de reembolso (contra recibo)), permitindo que promotores com investimento executado, pudessem pedir o seu reembolso sem necessidade de apresentação de garantias bancárias; 2) na modalidade de pagamento existente (Pagamento a título de adiantamento contra garantia), foi alargado o valor máximo de adiantamento (de 35% para 50% do incentivo contratado), reduzindo em simultâneo a % coberta por garantia (de 100% para 70%).
- **Alargamento de tipologias de projectos**, com incidência ao nível do SI Inovação, onde foram incluídas duas novas tipologias de projectos: 1) Criação de unidades ou linhas de produção com impacte ao nível do produto, das exportações ou do emprego; 2) Introdução de melhorias tecnológicas, com impacte ao nível da produtividade, produto, exportações, emprego, segurança industrial ou eficiência energética e ambiental.
- **Maiores incentivos, envolvendo sobretudo** o aumento (de 35% para 45%) da taxa base de incentivo no Sistema de Incentivos à Inovação mas também algumas alterações, embora com menor impacto financeiro, ao nível do SI Qualificação de PME e de alguma tipologias do SI I&DT.
- **Adequação de critérios à situação financeira das empresas**, o qual passou essencialmente pelas seguintes alterações: 1) Flexibilização dos requisitos de autonomia

financeira com redução dos rácios mínimos exigidos de 25% ou 20% para 15%; 2) alargamento de prazos de financiamento e períodos de carência; 3) Flexibilização das regras de atribuição do prémio de realização no Sistema de Incentivos à Inovação.

Conforme foi sendo referido em diversos pontos no texto anterior, pese embora a força dos motivos que presidiram à adopção das medidas de flexibilização acima apresentadas, a sua implementação tem contudo tido significativos impactos ao nível da gestão dos Sistemas de Incentivos e que constituem, a nosso ver, desafios significativos para a Gestão do PO no ano corrente. Tais impactos traduzem-se designadamente no seguinte:

| 178

- Significativos acréscimos de procura por parte dos promotores, associados com mais elevadas taxas de aprovação, dos quais resultam elevados níveis de compromisso financeiro já assumidos pela Autoridade de Gestão. Pese embora seja de esperar naturais níveis de quebra dos projectos aprovados (de acordo com informação obtida junto do POFC, os níveis verificados no QCA III rondarão os 30% a 40%), não pode contudo deixar de ser referido o facto de que, dois anos após o seu início, o PO tenha comprometidos 70% das verbas previstas para os Sistemas de Incentivos para o período de 2007-2013. Tais níveis de compromisso condicionam os ritmos de abertura de concursos futuros e as dotações financeiras a afectar aos mesmos.
- O aumento das taxas médias de co-financiamento no SI Inovação (aquele que tem maior peso em termos financeiros), contribuiu para que as taxas médias de co-financiamento dos Sistemas de Incentivos se tenham fixado (até ao final de 2009) em 57,3% (i.e. cerca de 3 pontos percentuais acima da taxa média de co-financiamento prevista para o EP 1 em que se inserem os Sistemas de Incentivos – 54,32%). Esta situação, tem, entre outras, consequências ao nível da “gestão de tesouraria” do PO na medida em que, a certificação de despesas junto da Comissão Europeia é feita usando a taxa média de co-financiamento do Eixo, inferior portanto à taxa à qual a AG tem vindo a efectuar pagamentos a promotores.

Feito o enquadramento em termos dos que se consideram ser os principais problemas/desafios com que se confronta a gestão dos Sistemas de incentivos, designadamente: elevados níveis de compromisso financeiro; algum *delay* em termos do ritmo de execução dos projectos; elevadas taxas de co-financiamento e aumento dos níveis de aprovação, cabe referir, em jeito de conclusão, que está em curso na Rede Incentivos QREN um processo de reflexão visando definir os princípios para uma “Reorientação da Aplicação dos Sistemas de Incentivos”.

Entre os princípios base em discussão salientamos, designadamente os seguintes: necessidade de aumento de selectividade (particularmente nos SI Inovação e Qualificação de PME); maior focus na aplicação dos Sistemas de Incentivos, designadamente pela delimitação das CAE elegíveis, de acordo com os principais objectivos de políticas públicas,

nomeadamente no que concerne ao fomento dos sectores transaccionáveis e à aposta nas Estratégias de Eficiência Colectiva; reanálise das taxas de co-financiamento, com eventual discriminação por tipologia; clarificação dos níveis de compromisso financeiro e concentração dos esforços na aceleração da execução dos projectos.

Espera-se que resultem deste processo medidas concretas que permitam fazer face aos desafios anteriormente mencionados. Sem prejuízo disso será contudo também importante analisar os resultados das avaliações em curso (aos Sistemas de Incentivos e ao PO) para, em face dos mesmos, encetar eventuais processos de revisão junto da Comissão Europeia que permitam colmatar, nomeadamente, a questão do diferencial entre as taxas de co-financiamento dos Sistemas de Incentivos e as do EP1 e respectivas consequências em termos da capacidade de certificação de despesas por parte da Autoridade de Gestão.

Outras Tipologias do Eixo 1

Para além de problemas transversais já anteriormente referenciados (ver 2.3.), os principais problemas específicos à execução física e financeira do Eixo 1, para as tipologias não Sistemas de Incentivos, prendem-se sobretudo com três ordens de factores:

- A natureza infra-estrutural, “pesada” e complexa (quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista funcional) que tipicamente caracteriza os projectos relativos a certas tipologias (parques de ciência e tecnologia, incubadoras de empresas de base tecnológica, áreas de acolhimento empresarial e, em menor grau, infra-estruturas científicas e tecnológicas. Nestas tipologias, a análise da admissibilidade confrontou-se, de forma recorrente, com o atraso na entrega de elementos necessários à aprovação definitiva e posterior contratação dos projectos (sendo aspectos críticos os documentos relativos à aprovação dos projectos de execução e a demonstração do direito a intervir nos terrenos;
- Algumas indefinições sobre a aplicação concreta de normas e aspectos regulamentares quanto à elegibilidade de operações e de despesas (por exemplo, elegibilidade de operações de eficiência energética em habitação social; elegibilidade de despesas associadas a residências colectivas de apoio a parques de ciência e tecnologia) e , ainda, quanto à aplicação em concreto das normas relativas a projectos geradores de receitas;
- O atraso verificado na abertura de concursos relativos a certas tipologias e objectivos específicos, decorrente em grande parte de uma certa escassez de meios humanos face à multiplicidade e novidade das tarefas que caracterizaram o “arranque” do PO.

Relativamente ao primeiro conjunto de problemas, o qual incide sobretudo sobre limitações do lado dos promotores, a Autoridade de Gestão procurou flexibilizar alguns procedimentos de análise das candidaturas, dentro dos limites da legalidade. Nomeadamente, procurou-se conduzir a análise de mérito num contexto de análise prévia, mas não definitiva, da admissibilidade, a fim de economizar tempo e de dar oportunidade aos promotores de resolverem as lacunas detectadas em sede das condições de admissibilidade e aceitação da candidatura.

Em concreto, nos casos em que o juízo sobre o mérito da candidatura não permita a sua aprovação, o promotor fica dispensado de enviar à Autoridade de Gestão a informação que porventura se encontre em falta tendo em vista a verificação da totalidade das condições associadas à admissão e aceitação da respectiva candidatura. Com esta medida contribuiu-se assim para a racionalização da afectação de recursos, quer do lado da Autoridade de Gestão, quer do lado dos promotores.

Assim, e para a generalidade das candidaturas apresentadas nos concursos abertos neste Eixo 1 (e, saliente-se desde já, de igual modo para os Eixos 2 e 5) assumiu-se na análise das candidaturas o efeito da alteração empreendida no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, aprovada por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 18 de Setembro de 2009 [cfr. alínea g) do n.º 2 do artigo 13.º] relegando para a “data da celebração do contrato de financiamento a apresentação do documento comprovativo da titularidade ou do direito de uso, em termos e prazo compatíveis com a operação, da propriedade do terreno, edifício ou fracção a intervencionar objecto de financiamento”; este mecanismo de simplificação da análise de admissibilidade e aceitação das candidaturas passou a vigorar já em 2009 e, portanto, já com enquadramento nas deliberações de aprovação condicionada, nas quais se define uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil da disposição regulamentar compaginado com o timing de execução do ON.2.

Do mesmo modo passou a permitir-se que o promotor possa apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da emissão dos pareceres de entidades externas à Autoridade de Gestão exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em regulamento específico ou em orientações técnicas gerais e específicas do PO, quando aplicável. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades externas em causa a emissão do parecer exigido. Tal como a medida anteriormente referida, também esta passou a ter expressão nas deliberações de aprovação condicionada, as quais definem uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil da exigência regulamentar de exigência de tais pareceres compaginado com o timing de execução do ON.2.

Ainda, e na mesma senda de simplificação de procedimentos de análise das candidaturas tendo em vista a sua agilização (sem deixar de acautelar os necessários níveis de segurança e de cumprimento dos normativos aplicáveis) instituiu-se um mecanismo de simplificação do qual resulta a possibilidade de o promotor apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da aprovação do projecto de arquitectura/engenharia, ou do projecto de execução, quando aplicáveis. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades competentes o processo de licenciamento exigido. Esta solução, tal como as demais aqui invocadas tem expressão nas deliberações de aprovação condicionada, as quais definem uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil daquela exigência regulamentar compaginado com o timing de execução do ON.2.

| 181

Já a complexidade funcional associada a algumas tipologias foi resolvida de forma muito satisfatória pelo recurso sistemático, para efeitos de apoio à Autoridade de Gestão e ao seu Secretariado Técnico no que respeita à análise do mérito, a peritos externos e até internacionais, altamente conceituados. Esta prática revelou-se muito meritória, não apenas pelo suporte técnico que garantiu mas também pelo reforço da transparência que assegurou ao procedimento de análise do mérito.

No entanto, os problemas do lado dos promotores não estão totalmente resolvidos, notando-se mais recentemente um acréscimo de dificuldades associadas à mobilização da comparticipação nacional e, em consequência, alguma dilação temporal na execução dos projectos. Note-se que muitos dos promotores destas tipologias são entidades do SCTN, cuja disponibilidade financeira depende – ainda que de forma variável – de transferências provenientes de forma directa ou indirecta do Orçamento do Estado. A Autoridade de Gestão mantém-se atenta a este novo problema, embora aqui a sua capacidade de intervenção seja reduzida.

O segundo conjunto de problemas tem sido no essencial resolvido através da formulação de orientações técnicas e de gestão ou, ainda, através da coordenação de esforços com os outros programas operacionais e com a Comissão Técnica de Coordenação, nomeadamente em sede de processos de revisão de alguns Regulamentos. Neste contexto, a Autoridade de Gestão do ON.2 impulsionou o diálogo com outras Autoridades e com o IFDR a respeito do tratamento dos Projectos Geradores de Receitas, tendo em vista a especificação do regime que decorre das normas e orientações comunitárias. Em resultado desse esforço, foi emitida no ano de 2009 a Orientação de Gestão n.º 9 (2009) que, entre outras, tem a virtualidade de tornar mais explícito aquele regime, por via, inclusive, da apresentação de exemplos práticos.

Finalmente, considera-se que o atraso na abertura de concursos para algumas tipologias / objectivos específicos está integralmente resolvido, através do esforço realizado em 2009 e,

ainda, com uma forte aceleração nos primeiros meses de 2010. Para as tipologias do Eixo 1, exceptuando-se os Sistemas de Incentivos, foram abertos 9 concursos em 2009, com uma dotação FEDER consolidada de 92,8 milhões de Euros, sendo que no primeiro trimestre de 2010 foram já abertos 6 concursos com uma dotação FEDER global de 93,8 milhões de Euros.

3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos

| 182

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A execução física e financeira do Eixo Prioritário 2 apresenta até ao final de 2009 um nível ainda reduzido. Isso mesmo transparece nos Indicadores de Realização, sendo visível a inexistência de operações contratadas em vários dos objectivos específicos definidos para o Eixo.

A excepção mais relevante a este panorama consubstancia-se na aprovação durante o ano de 2009 de 8 Planos de Acção de Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), os quais permitem ultrapassar a meta estimada para 2010.

Destaca-se também a infra-estruturação prevista de áreas de acolhimento empresarial num total de 195.880 m², valor já muito próximo da meta prevista para 2010 (200.000 m²), e ainda o apoio a 21 acções com realização contratada e integradas no PDTVD (Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro), as quais decorreram do concurso relativo a acções imateriais (TDIM / 1/ 2008). Estes projectos contribuem também para a concretização do indicador comum comunitário relativo ao n.º de projectos na área do Turismo.

Apesar deste balanço sucinto e insatisfatório, em 2009 foram desenvolvidas as iniciativas necessárias à alteração radical do ritmo de execução do Eixo 2, cujos resultados serão já bem visíveis em 2010: com efeito, a taxa de compromisso (aprovações / programação 2007-2013), computada em termos de fundo comunitário, observará um incremento de 6,6% (em 31/12/2009) para 20,0% (em 31/03/2010), sendo seguro que este incremento continuará a ocorrer de forma muito significativa ao longo de 2010.

Tabela 3.8 Realização Física do Eixo Prioritário 2

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	21	-	-	
	Metas	-	-	-	50	100	
N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas sub-marcas	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	
	Metas	-	-	-	2	4	
Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Realização Executada				-	-	
	Realização Contratada				-	-	
	Metas	-	-	-	5%	12%	--
N.º de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	-	-	--
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	--
	Metas	-	-	-	2	5	--
Nº de visitantes das infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	--
	Metas	-	-	-	200.000	1.500.000	--
Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	--
	Metas	-	-	-	20	70	--
Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	-	-	--
	Metas	-	-	-	808.889	3.538.889	--
Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m²)	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	195.880	-	-	
	Metas	-	-	-	200.000	600.000	
% área ocupada nos espaços infra-estruturados incluídos em planos integrados apoiados	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			
	Metas				30%	60%	
Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			
	Metas				2	5	
Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiadas	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	8			
	Metas				3	10	
Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Realização Executada	0	0	0			
	Realização Contratada	0	0	0			
	Metas				200	700	

Tabela 3.9 Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 2

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)						
Indicadores			2007	2008	2009	2010
Turismo	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	21	

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação quer no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu – no seguimento da Iniciativa Norte 2015 – quer, posteriormente, no quadro da definição das Estratégias de Eficiência Colectiva. Este contexto ajuda a compreender o atraso verificado na abertura de concursos e, em consequência, a reduzida execução observada em 2009. Importa no entanto analisar a relevância das acções empreendidas em 2009, quer em termos de formalização das EEC quer em termos de abertura de concursos, acções essas que garantem agora uma execução sustentada e rápida do Eixo 2 e dos seus objectivos específicos.

No que respeita ao Objectivo Específico “Valorização Económica da Excelência Turística Regional” verificou-se em 2009, como já foi dito, a aprovação e contratação das operações enquadradas pelo concurso TDIM/1/2008 (acções imateriais de promoção turística do Vale do Douro). Já o concurso TDINF/1/2008, orientado para o apoio a acções de natureza infra-estrutural associadas ao turismo no Vale do Douro veio a gerar aprovações apenas em 2010.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Porto and Douro Valley - Tourism and Wine Event

Aviso	TDIM/1/2008
Designação	Porto and Douro Valley - Tourism and Wine Event
Data de Aprovação	13/11/2009
Nº da operação	NORTE-02-0169-FEDER-000003
Calendarização	01/10/2009 a 31/12/2009
Executor	Associação Comercial do Porto
Objectivos	Realização de um evento de referência no plano nacional e internacional, que contribua para a consolidação da imagem turística de excelência da Região do Douro, através da promoção de produtos e serviços que lhe estão intimamente associados e que constituem uma alavanca fundamental para o seu desenvolvimento sócio-económico. Os destinatários são o público em geral, <i>experts</i> em vinhos e gastronomia, proprietários de hotéis e restaurantes, distribuidores, operadores turísticos
Ações	Organização de uma mostra/ wine show, no Palácio da Bolsa, que se pretende, vá além do conceito da vulgar feira de vinhos, programada e direccionada apenas para esse sector. Promoção do universo <i>gourmet</i> – frutas, azeite, vinagre e enchidos - da gastronomia, da oferta turística da Região do Douro – cruzeiros, comboios históricos, enoturismo, segmentos de mercado que têm contribuído positivamente para o seu posicionamento como destino de qualidade e diversidade. Como complemento à área de exposições, um vasto programa paralelo de iniciativas, desde provas temáticas, tertúlias e música, animarão o evento, procurando dar destaque ao conjunto de valores paisagísticos, culturais e patrimoniais da Região. Edição de um Guia com referência exhaustiva a todos os agentes económicos existentes na Região, nestes sectores de actividade, que funcionará como uma brochura promocional da Região.
Investimento Elegível	260.522,86 €
Feder (55%)	182.366,00 €

Evidências da realização do projecto:



Em 2009 foi aberto o concurso EHT/1/2009, dirigido para o apoio infra-estrutural às Escolas de Hotelaria e Turismo da Região do Norte. Ainda, começaram a ser preparados concursos dirigidos para a criação de uma nova rede de Centros de Informação Turística, em articulação com os Planos de Actividade das entidades de turismo Porto e Norte de Portugal e Douro. A abertura destes últimos concursos ocorreu já em 2010.

Quanto ao Objectivo Específico “Valorização Económica de Novos Usos do Mar”, o ano de 2009 começa por ficar marcado pelo reconhecimento formal da EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”, (Despacho Ministerial de 15 de Julho de 2009, subscrito pelos Senhores Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas), na qual passam a estar integrados um conjunto relevante de projectos-âncora com co-financiamento potencial previsto pelo ON.2. Em convergência com este reconhecimento, foram abertos os concursos / convites MAR/TC/PCT/1/2009, MAR/IEBT/1/2009 e MAR/IEBT/DC&T/1/2009, os quais no entanto só vieram a gerar aprovações e contratualização nos primeiros meses de 2010.

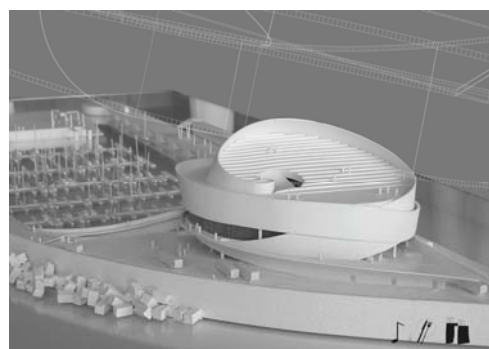
Não obstante, cabe aqui realçar que o primeiro dos 3 concursos acima referidos permitiu enquadrar, num único projecto, dois dos projectos-âncora mais relevantes previstos na EEC: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL) e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto). Embora este projecto tenha sido contratado já em inícios de 2010, dá-se aqui conta da informação mais relevante sobre o mesmo, a qual ilustra a relevância do Objectivo Específico e o esforço que está a ser realizado para aumentar radicalmente a execução do Eixo 2.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e Parque de Ciências e Tecnologias do Mar

Aviso	Convite – Acção Específica no âmbito da Economia do Mar (MAR/TC/PCT/1/2009)
Designação	Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões
Data de Contratação	17/03/2010
Nº da operação	NORTE-02-0269-FEDER-000001
Calendarização	28/10/2009 a 09/12/2012
Executor	Administração dos Portos do Douro e Leixões – APDL, SA
Objectivos	<p>Este projecto resulta de um encontro institucional entre a APDL, SA e a Universidade do Porto, o qual procurou resolver duas questões distintas. Por um lado, a vontade da APDL, ao construir um novo terminal de cruzeiros, de poder atrair para a respectiva área portuária funções que pudessem ser importantes na afirmação nacional do Porto de Leixões e melhorar a relação com a envolvente metropolitana. Por outro lado, o desejo da Universidade do Porto em criar um Centro de Ciências e Tecnologias do Mar, num espaço marítimo, e próximo da própria Universidade. A candidatura apresentada, apesar de ter como beneficiário efectivo apenas a APDL, tem esta lógica subjacente.</p> <p>A parceria da APDL com a Universidade do Porto para o desenvolvimento no espaço de Leixões e de Matosinhos de um Parque de Ciência e Tecnologia do Mar vem criar condições únicas de concentração de funções de ciência, de produção, de divulgação de saber e de empreendedorismo associadas entre si e fortemente ligadas a um dos mais singulares recursos de futuro no país: o mar.</p> <p>O novo terminal de cruzeiros, ao criar condições para escala de navios de grande dimensão, potencia a visitação da cidade e da região, contribuindo para captar grande número de turistas. Enquanto ponto de início e de chegada de cruzeiros, o projecto articula-se com a proximidade ao aeroporto e à grande capacidade hoteleira da cidade do Porto.</p>
Acções	<p>Construção de: novo cais para cruzeiros, permitindo a acostagem de navios cruzeiros até 300 metros de comprimento, com fundos a -10 metros (ZHL)</p> <p>Novo edifício - que abrangerá nova estação de passageiros e o parque de ciências e tecnologias do mar da Universidade do Porto</p> <p>Espaços laboratoriais, de experimentação e criação de ciência em diversos temas ligados ao mar, esperando-se que resulte na criação de 200 empregos na área da investigação.</p> <p>Espaço de exibição e divulgação científica para públicos generalistas e escolares.</p> <p>Porto de recreio para 170 lugares, com zona seca e serviços básicos de apoio às embarcações</p> <p>Cais para a navegação marítimo-turística</p> <p>Acessos directos à cidade de Matosinhos.</p>
Investimento Elegível	49.753.671 €
Feder (51,25%)	25.500.000 €

Evidências da realização do projecto:



As iniciativas relativas ao Objectivo Específico “Valorização da Cultura e da Criatividade” seguem um padrão muito semelhante às verificadas para o objectivo precedente. Assim, em 2009 ocorreu o reconhecimento formal da EEC “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”, na qual passam a estar integrados um conjunto relevante de projectos-âncora com co-financiamento potencial previsto pelo ON.2.

Por outro lado, foram abertos os concursos / convites SACIC-GE/1/2009, SACIC-IF/1/2009 e SACIC/GCEC/PA/1/2009, dirigidos os dois primeiros, respectivamente, (i) ao apoio a grandes eventos susceptíveis de aumentar a atractividade e reconhecimento internacional da Região e (ii) ao apoio a infra-estruturas de promoção e acolhimento de actividades e indústrias criativas. Estes concursos tiveram uma elevada adesão / procura mas só vieram a gerar aprovações e contratualização em 2010.

Já o aviso SACIC/GCEC/PA/1/2009 (Convite para apresentação de Programa de Acção) é destinado à apresentação de um programa de acção que envolva um conjunto integrado de pré-candidaturas de projectos relacionados com a organização do grande evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2010”. Após a aprovação do Programa de Acção a apresentar em 2010, será aberto concurso para apresentação dos projectos que o integram, com o correspondente FEDER.

Tabela 3.10 Eixo Prioritário 2 - Concursos abertos em 2009				
Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa de co-financiamento
EHT/1/2009 Turismo - Escolas de Hotelaria e Turismo	01-06-2009	30-11-2009	7.000.000	60%
Mar/TC/PCT/1/2009 Acção Específica de Valorização da Economia do Mar	20-07-2009	30-09-2009	25.500.000	60%
Mar/IEBT/1/2009 (*) Acção Específica de Valorização da Economia do Mar	20-07-2009	30-09-2009	500.000	70%
Mar/IEBT/DC&T/1/2009 Acção Específica de Valorização da Economia do Mar	26-11-2009	01-03-2010	6.500.000	70%
SACIC-GE/1/2009 Indústrias Criativas - Grandes Eventos	06-03-2009	10-08-2009	15.000.000	70%
SACIC-IF/1/2009 Indústrias Criativas - Infra-Estruturas Físicas	06-03-2009	30-07-2009	25.000.000	70%
SACIC/GCEC/PA/1/2009 Convite Público Programa de Acção “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”	28-09-2009	26-02-2010	18.000.000	70%

(*) Não foram apresentadas quaisquer candidaturas a este concurso

O Objectivo Específico “Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas” está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada “contratualização”, sendo o envelope financeiro correspondente de 61,7 milhões de euros de fundo comunitário (num total de 280 M € para o Eixo 2). Em 2009 foram contratadas 3 operações que, no seu conjunto, representam 11 M € de fundo comunitário.

Finalmente, o Objectivo Específico Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios Rurais foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.

O PROVERE, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, criado no âmbito do QREN e das suas Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), visa o apoio e a promoção de consórcios locais ou regionais, de entidades públicas e privadas, orientados para a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial.

O Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, aprovado em 8 de Maio de 2008, consagra a tipologia EEC PROVERE (Artº 2º, nº 2, alínea b1)) e define, entre outras, normas a que devem obedecer as EEC PROVERE bem como o processo de reconhecimento das mesmas. Em particular, define os PO Regionais como os PO competentes, para efeitos do enquadramento, para as EEC PROVERE desenvolvidas nas respectivas NUTS II.

Decorrendo desse Enquadramento, foi aberto um Aviso para Apresentação de Candidaturas, visando o reconhecimento formal de EEC PROVERE. Esse Aviso foi aberto pelas quatro Autoridades de Gestão competentes (PO Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve), decorrendo o período de candidatura de 21/10/2008 a 19/01/2009.

O reconhecimento formal das EEC PROVERE veio a ocorrer em 15/06/2009, formalizado por Despachos conjuntos dos Ministros competentes. Encontram-se aprovadas na Região do Norte oito EEC PROVERE, sendo que uma delas, “Montemuro, Arada e Gralheira” tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Centro. Por outro lado, uma EEC PROVERE, “Turismo e Património do Vale do Côa”, enquadrada pelo PO Regional do Centro, tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Norte

Tabela 3.11 EEC PROVERE enquadradas pelo ON.2

	Designação do Programa de Acção (Líder do Consórcio)
N-99-99-99-99-01-08	Terra Fria Transmontana (Ass. Mun. Terra Fria Nordeste Transmontano)
N-99-99-99-99-01-09	Aquanatur – Complexo Termal do Alto Tâmega (ADRAT)
N-99-99-99-99-01-10	Inovarural (Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal)
N-99-99-99-99-01-11	Rota do Românico do Vale do Sousa (Comunidade Urbana Vale do Sousa)
N-99-99-99-99-01-12	Minho IN (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima)
N-99-99-99-99-01-13	Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG)
N-99-99-99-99-01-15	Douro – Região Vinhateira (CCDRN)
N-99-99-99-99-01-16	Paisagens Milenares no Douro Verde (Dolmen)

Cada um destes Programas de Acção compreende um conjunto de “... projectos-âncora que assumem um carácter nuclear e motor na implementação do Programa de Acção e na concretização da estratégia e que a existência de outros projectos e acções complementares reforçam e dão profundidade ao conjunto da estratégia” (Despachos de reconhecimento).

Na continuidade dessas aprovações, veio a ser aberto, no âmbito do Eixo 5, o concurso PROVERE – CGP (PC) / 1 / 2009, tendo em vista apoiar as entidades encarregadas de dinamizar, coordenar, monitorizar e gerir os 8 programas PROVERE (ver 3.5.2.). Dado que as aprovações relativas a este concurso vieram a ocorrer apenas em 2010, só neste último ano se veio a proceder à abertura de concursos, no quadro do Eixo 2 (EEC PROVERE/PA/1/2010 e EEC PROVERE/PC/1/2010), dirigidos ao apoio de projectos inseridos em PROVERE, com excepção dos projectos empresariais (estes últimos devendo ser apresentados no quadro dos Sistemas de Incentivos).

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

O Eixo Prioritário 2 foi seguramente aquele em que verificou um atraso mais significativo no “arranque”, reflectindo-se esse atraso na reduzida execução física e financeira a 31/12/2009. Às razões de ordem geral que penalizaram o arranque do QREN e dos seus PO, as quais nos dispensamos aqui de relembrar, juntaram-se razões específicas ao Eixo.

Dada a forte articulação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”; OE3 / “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”; OE5 / EEC PROVERE), foi opção da Autoridade de Gestão não antecipar – pelo menos de modo relevante – a abertura de concursos face ao reconhecimento formal das EEC. Este último, seguindo procedimentos e calendários definidos a nível nacional, ocorreu em regra entre Junho e Julho de 2009. Como resultado

deste processo, o número de concursos abertos em data que permitisse aprovações e contratualizações e, ainda, execução financeira em 2009 foi diminuto.

Considera-se que este problema está agora totalmente ultrapassado, sendo expectável uma muito forte aceleração da taxas de compromisso e da execução física e financeira (expectativa já parcialmente confirmada pelos dados a 31/03/2010), atendendo a que:

- Em 2009 foram já abertos um conjunto relevante de concursos, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 97,5 M €;
- Já em 2010, verifica-se que à presente data foram abertos concursos representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 51,8 M €;
- Como resultado do trabalho de articulação com as EEC, vários projectos em fase de candidatura ou de apreciação denotam um grau de maturação elevado, o que facilitará uma execução sustentada.

3.3. Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no eixo prioritário 3, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2009, apesar de haver ainda diversos concursos cujo processo de decisão não se encontrava ainda concluído, não sendo portanto possível aferir do cumprimentos das metas nos termos estabelecidos na tabela 3.10, salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

- na Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados, foram ultrapassadas as metas estabelecidas para 2015, no que respeita à percentagem de “acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa”, uma vez que os projectos contratados correspondem a 43% de “acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa”, quando a meta a atingir era de 25%. No que respeita ao “número de intervenções de gestão activa em áreas classificadas”, estão aprovadas 36 operações, pelo que já foi ultrapassada a meta de 2010 (16 intervenções) e, no que respeita à meta de 2015 (50 operações), está já cumprida em 72%;

- na Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, no que se refere às operações contratadas, são abrangidos pela construção ou remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico 254 centros escolares, quando o resultado esperado em 2015 seria de 223 centros escolares intervencionados. As intervenções referidas abrangem 55.933 alunos, sendo que a meta estabelecida para 2015 era de 44.200 alunos abrangidos por esta tipologia de intervenção. É ainda de notar que 3.744 dos alunos referidos são abrangidos por intervenções que já

se encontram concluídas em 17 centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico. Em termos de aprovações já se encontram ultrapassadas as metas de 2015 relativas ao número de centros escolares e ao número de alunos beneficiados por estes centros;

- na área da Saúde foram contratados 31 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projectos. No entanto, relativamente ao indicador “população abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde”, os 31 projectos já contratados abrangem três milhões de habitantes, ultrapassando a meta de cerca de um milhão de habitantes prevista para 2010, aproximando-se dos 3,7 milhões de habitantes previstos para 2015. Este valor foi determinado tendo em conta a população residente nas áreas de influencia de cada um dos projectos, tendo em atenção a necessidade de contar apenas uma vez as populações de áreas de sobreposição.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

- Ambiente – Foram aprovados três projectos de recolha de resíduos sólidos que contemplam a aquisição de 60 contentores para ecopontos e ecocentros. Foi também aprovado um estudo que visa a caracterização da Região do Norte em termos de qualidade do ar e emissões atmosférica e a definição de estratégias de melhoria.

- Turismo – foram considerados 38 projectos que indirectamente contribuem para o aumento da atractividade turística da Região, uma vez que se relacionam com a intervenção em praias, zonas de parque natural e outras áreas protegidas e no património arquitectónico, incluindo projectos das tipologias AVL – Acções de Valorização do Litoral, GAEPC – Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados e PC – Património Cultural.

- Educação – conforme já foi referido anteriormente, foram aprovados 254 intervenções em Centros Escolares, beneficiando directamente 55.933 alunos.

- Saúde – conforme informação acima, foram aprovadas 31 intervenções, correspondendo a 30 projectos infra-estruturais e ao equipamento de 1 serviço de saúde.

Tabela 3.12 Realização Física do Eixo Prioritário 3

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Realização Executada	0	0%	0%	-	-	0%
	Realização Contratada	0	13,78%	43,10%	-	-	43,10%
	Metas	-	-	-	7%	25%	
N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	8	36	-	-	36
	Metas	-	-	-	16	50	
Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização Executada	0	2.635	3.744	-	-	3.744
	Realização Contratada	0	52.907	55.933	-	-	55.933
	Metas	-	-	-	22.100	44.200	
N.º de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização Executada	0	12	17	-	-	17
	Realização Contratada	0	241	254	-	-	254
	Metas	-	-	-	112	223	
População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	2.818.728	3.004.026	-	-	3.004.026
	Metas	-	-	-	1.097.272		
N.º de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	18	31	-	-	31
	Metas	-	-	-	71	90	

Tabela 3.13 Indicadores Comuns Comunitários – Eixo Prioritário 3

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Ambiente	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3			3
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1			1
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	21	38			38
Educação	36. N.º de projectos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254			254
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933			55.933
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	18	31			31

3.3.2. Análise qualitativa

No Eixo Prioritário 3, analisados os indicadores de eixo, verifica-se que, o conjunto das operações contratadas não fornecem ainda contributo para algumas das tipologias do eixo, nomeadamente os relacionados com os equipamentos sociais. No entanto foram abertos dois concursos que, a 31 de Dezembro de 2009, se encontravam ainda em fase de análise.

Foram abertos, em 2009, no Eixo Prioritário 3, vinte e cinco concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de 184 milhões de euros. Para além da análise das 526 candidaturas correspondentes aos concursos mencionados, foram ainda analisadas 87 candidaturas correspondentes a dois concursos abertos durante o ano de 2008.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.14 Eixo Prioritário 3 - Ponto de situação dos Concursos abertos em 2009

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas	
						N.º	Investimento/custo total
GAEPC/01/2008	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	06-11-2008	Decidido	16-03-2009	24.000.000	59	87.622.769
S/01/2008	Saúde	20-11-2008	Decidido	15-12-2008	45.000.000	28	129.032.269
RTN/01/2009	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	07-01-2009	Decidido	31-03-2009	5.000.000	2	2.213.530
RTN/02/2009	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	07-01-2009	Encerrado	31-03-2009	5.000.000	25	9.293.174
REC-PCR/01/2009	Rede de Equipamentos Culturais - Programação Cultural em Rede	23-02-2009	Decidido	30-04-2009	3.000.000	4	3.579.306
BA/1/2009	Rede de Equipamentos Culturais - Bibliotecas Públicas e Arquivos Públicos	31-03-2009	Encerrado	15-05-2009	10.000.000	53	51.034.472
ED/1/2009	Equipamentos para a Coesão Local - Equipamentos Desportivos	31-03-2009	Encerrado	04-05-2009	28.000.000	167	80.748.112
ES/01/2009	Equipamentos para a Coesão Local - Equipamentos Sociais	31-03-2009	Encerrado	15-05-2009	7.500.000	40	25.278.446
PC/01/2009	Património Cultural	31-03-2009	Encerrado	18-05-2009	8.000.000	107	64.679.305
TCT/01/2009	Rede de Equipamentos Culturais - Teatros e Cine-teatros	31-03-2009	Encerrado	15-05-2009	5.000.000	18	8.806.803
RLCZE/1/2009	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	06-08-2009	Encerrado	22-09-2009	6.000.000	7	5.077.203
GAEPC/01/2009	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	16-09-2009	Encerrado	24-09-2009	2.500.000	6	6.028.894
AMP - CUA/1/2009	Ciclo Urbano da Água	29-05-2009	Encerrado	22-06-2009	7.380.666	5	16.178.067
AMP - CUA/2/2009	Ciclo Urbano da Água	26-06-2009	Encerrado	01-06-2009	6.000.000	1	8.452.829
AMP - RRE/1/2009	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	23.164.521	36	81.929.064
AMP - RS/1/2009	Optimização da Gestão de Resíduos	24-04-2009	Encerrado	01-06-2009	542.518	1	2.169.600
CIMC/RE/01/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	15-04-2009	Decidido	20-05-2009	4.000.000	5	4.869.874
CIMC/RS/01/2009	Resíduos sólidos	21-05-2009	Decidido	05-06-2009	500.000	4	673.009
CIMdoAVE/RRE/01/2009	Requalificação da rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	08-06-2009	Encerrado	30-06-2009	11.227.395	16	25.451.165
CIMdoAVE/RS/01/2009	Optimização da Gestão de Resíduos	03-08-2009	Encerrado	14-08-2009	100.000	1	139.272
CIMDOURO/RRE/01/2009	Requalificação da rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	23-10-2009	Encerrado	06-11-2009	1.351.060	1	2.367.242
CIMTS/III/CUA/01/2009	Ciclo Urbano da Água	09-07-2009	Decidido	07-09-2009	17.000.000	12	32.957.758
CIMTS/III/RRE/01/2009	Requalificação da rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	22-09-2009	Encerrado	08-10-2009	9.569.631	4	13.373.701
ML/III/CUA/01/2009	Ciclo Urbano da Água	01-06-2009	Encerrado	22-06-2009	3.700.000	7	6.185.068
ML/III/CUA/02/2009	Ciclo Urbano da Água	22-06-2009	Encerrado	13-07-2009	2.200.000	3	2.914.402

09							
ML/III/RRE/01/ 2009	Requalificação da rede escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	28-09-2009	Encerrado	30-12-2009	6.444.247	1	5.727.651
Total					242.180.038	526	676.782.982

Relativamente aos 8 concursos decididos em 2009, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 85 dias, de acordo com o conteúdo dos respectivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efectivo foi de 128 dias.

Fazendo a análise da totalidade dos concursos decididos no eixo prioritário 3, regista-se igualmente atraso nos prazos de decisão, sendo o prazo médio de decisão previsto de 90 dias, apurando-se um prazo médio de decisão efectivo de 124 dias.

Os atrasos evidenciados na análise das candidaturas efectuada pelas comunidades intermunicipais têm relação directa com a deficiente instrução das candidaturas e com o tempo necessário para efectuar pedidos de elementos e de esclarecimentos adicionais que permita dotá-las dos elementos necessários à sua correcta análise.

No caso dos concursos abertos pela autoridade de gestão e encerrados no decurso do ano de 2009, encontrando-se decididos 11 concursos, os atrasos referidos têm por base diversos factores:

- O elevado número de candidaturas apresentadas a concurso. O número médio de candidaturas apresentadas a concurso é de 58 projectos, sendo de salientar que, se existem concurso que, pela sua especificidade apresentam um reduzido número de candidaturas, como é o caso do concurso REC-PCR/01/2009 – Programação Cultural em Rede com 4 candidaturas ou do concurso RLCZE/01/2009 – Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas ao qual foram submetidas 7 candidaturas, outros há que apresentam mais de uma centena de candidaturas;
- O deficiente grau de instrução da generalidade das candidaturas, situação que obriga a diversas solicitação de elementos adicionais e de esclarecimentos para que seja possível proceder à análise das mesmas;
- A necessidade, decorrente do número de regulamentos e da sua especificidade, de recurso a peritos externos para a avaliação do mérito das candidaturas.

No que respeita à tipologia de beneficiários, a análise é apresentada no quadro seguinte e envolve as seguintes tipologias de operações:

- AVL – Acções de Valorização do Litoral

- AVQA – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
- GAEPC – Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- PC – Património Cultural
- RRE - Requalificação da rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
- S – Saúde

Tabela 3.15 Tipologia de Beneficiários

Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros
AVL	7		1	1		
AVQA	4	1	1	3		2
GAEPC	16	6	1	2		3
PC	12		1	2		10
RRE	84					
S	6			1	11	

Na tipologia de Beneficiários "Outros" foi incluído o seguinte tipo de instituições: universidades, fundações, IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social e associações de natureza diversa.

Analizando as candidaturas contratadas, verifica-se que envolvem um montante de 436,8 milhões de euros de Feder, correspondendo a uma taxa de compromisso de 56,73%. Do montante de fundo comunitário referido, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2009, cerca de 29,8 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 3,87%. É de referir que, àquela data, tinham sido efectivamente pagos aos beneficiários 53,5 milhões de euros, que correspondiam a uma taxa de pagamento de 12,2%, tendo-se registado uma taxa de reembolso de 178,96%.

Projectos demonstrativos de operações com execução física concluída

Caracterização do projecto: “10 Anos da Colecção de Serralves”

Aviso	Património Cultural (PC/1/2007)
Designação	10 Anos da Colecção do Museu de Serralves
Data de Contratação	02-12-2008
Nº da operação	NORTE-03-0347-FEDER-000055
Calendarização	01-09-2008 a 30-06-2010
Executor	Fundação de Serralves
Objectivos	Esta operação visa a valorização e a melhoria do acesso ao património de Serralves (Obras do Acervo da Colecção – Museu e Parque)
Acções	Para concretização dos objectivos enunciados desenvolve as seguintes acções: Restauro da Colecção (11 obras a restaurar); realização da Exposição da Colecção de Serralves (em Serralves e na Baixa do Porto; Publicação da Colecção (abrangência em termos das correntes, artistas e meios artísticos) e catálogo com a totalidade das obras expostas; Melhoria da Acessibilidade da Colecção a cidadãos com necessidades especiais (acesso on line às obras da Colecção); Divulgação e Promoção das acções (nacional e internacional).
Entidades Parceiras	CM do Porto e Área Metropolitana do Porto
Investimento Elegível	545.213,79€
Feder (55%)	299.867,58€

Evidências da realização do projecto:





Caracterização do projecto: “Construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II”

Aviso	Saúde (S/1/2007)
Designação	Construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II
Data de Contratação	21-10-2008
Nº da operação	NORTE-03-0348-FEDER-000018
Calendarização	01-09-2007 a 31-12-2009
Executor	Município de Bragança
Objectivos	Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II pela C.M. de Bragança com o objectivo de, prevenir a doença e promover uma melhoria nas condições de saúde das pessoas, garantir maior equidade, por parte dos cidadãos, no acesso aos cuidados de saúde, reforçar a promoção da Saúde
Ações	Construção de edifício/grupo, destinado ao Centro de Saúde que comporta todas as unidades que normalmente estão presentes nestes edifícios (USF, Unidade Polivalente, Unidade de Cuidados na Comunidade, SASU, etc.). A execução desta operação determinou, para além de uma melhoria do acesso, a melhoria da qualidade e da humanização dos cuidados bem como o reforço da promoção da saúde na respectiva área de influência. A construção desta infra-estrutura permite dar uma resposta mais adequada às necessidades de saúde da população, designadamente a população idosa
Entidades Parceiras	Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) - parceiro não beneficiário
Investimento Elegível	1.877.075,74€
Feder (70%)	1.313.955,81€

Evidências da realização do projecto:



Caracterização do projecto: “Ambiente+ em Serralves”

Aviso	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (AVQA/1/2007)
Designação	Ambiente+ em Serralves
Data de Contratação	19-12-2008
Nº da operação	NORTE-03-0131-FEDER-000038
Calendarização	01-02-2008 a 30-04-2010
Executor	Fundação de Serralves
Objectivos	As actividades orientam-se por um primeiro e comum objectivo no sentido de sensibilizar todos os beneficiários para a necessidade de preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais e qualificação ambiental, procurando contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável
Acções	Conferências – Ambiente e Ecologia; Programas de Educação Ambiental: - “Cientistas no Parque”; - “Viver com Energia”; - “Festa do Ambiente”; - “Oficinas de Educação Ambiental”; - “Festa do Outono”. Divulgação
Entidades Parceiras	Não tem
Investimento Elegível	410.427,42 €
Feder (75%)	307.820,57 €

Evidências da realização do projecto:

SERRAVES

Cientistas no Parque



SERRAVES

“Aulas no Parque”



SERRAVES

Festa de Outono



Caracterização do projecto: “Recuperação, Protecção e Valorização da Praia de Mindelo”

Aviso	Acções de Valorização do Litoral (AVL/01/2007)
Designação	Recuperação, Protecção e Valorização da Praia de Mindelo
Data de Contratação	09-06-2008
Nº da operação	NORTE-03-0132-FEDER-000015
Calendarização	30-05-2010 a 09-06-2010
Executor	Município de Vila do Conde
Objectivos	A intervenção visa o ordenamento dos acessos ao parque de estacionamento, a recuperação paisagística, a construção de um passeio público, a construção de apoios sanitários e a instalação de um parque infantil
Acções	A Sul de Vila do Conde, na praia de Mindelo, a operação visa/visou a construção de um parque de estacionamento (pavimentação, saneamento e iluminação), de instalações sanitárias; de um passadiço em madeira e a recuperação da vegetação dunar adjacente ao estacionamento, promovendo o ordenamento dos acessos ao parque de estacionamento e o permitindo o acesso à praia
Investimento Elegível	1.005.450,59€
Feder (75%)	754.087,94 €

Evidências da realização do projecto:



Caracterização do projecto: “Promoção e Sustentabilidade das Paisagens - PSP - Vale do Minho”

Aviso	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC/1/2007)
Designação	Promoção e Sustentabilidade das Paisagens - PSP - Vale do Minho
Data de Contratação	06-08-2008
Nº da operação	NORTE-03-0230-FEDER-000007
Calendarização	21-01-2008 a 30-12-2010
Executor	Associação de Municípios do Vale do Minho
Objectivos	O projecto visa promover a sustentabilidade e dinamizar as paisagens culturais e ambientais existentes no território com recurso a medidas de caracterização, sistematização e análise de informação através da concretização de 4 acções fundamentais na diversidade dos sistemas ecológicos presentes no Vale do Minho.
Acções	Caracterização, Análise de Valoração das paisagens; Estudo de localização e reforço efectivo de pequenas infra-estruturas de recreio/interpretação ambiental; Dinamização das paisagens ecológicas e culturais; Sensibilização e educação ambiental e dinamização do projecto.
Entidades Parceiras	Município de Monção; CIM Alto Minho.
Investimento Elegível	1.482.106,48 €
Feder (75%)	1.111.579,87 €

Evidências da realização do projecto:



3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados prendem-se, como já atrás se referiu, com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Esta situação, aliada à elevada procura que a maioria dos concursos apresenta, origina tempos de análise de candidaturas muito elevados.

Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processo, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, nomeadamente no que respeita ao primeiro trimestre de 2010.

As principais medidas tomadas para combater esta situação são as seguintes:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto a nível pessoal (reuniões de trabalho) como por contactos telefónicos (linha do novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);
- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;
- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos que se fizeram já notar no primeiro trimestre de 2010. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 3, a 31 de Dezembro de 2009 registava-se um montante de cerca de 29,8 milhões de euros e a 31 de Março de 2010, cerca de 53 milhões de euros.

Considerando o valor do fundo envolvido nas candidaturas contratadas, registam-se igualmente variações, as alterações são menos significativas devido ao elevado grau de compromisso já existente, que a 31 de Dezembro de 2009 era de 56,73% passando, no final do primeiro trimestre de 2010, para 60,28%, correspondentes a um acréscimo de cerca de 27,3 milhões de euros referentes às candidaturas aprovadas.

Na realização física no eixo prioritário 3, são igualmente visíveis as alterações, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Março de 2010, salienta-se:

i) Indicadores de Eixo

- na Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, no que se refere às operações contratadas, estavam abrangidos pela construção ou remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico 283 centros escolares, quando o resultado registado em finais de 2009 era de 254 equipamentos desta natureza. As 29 intervenções contratadas no primeiro trimestre de 2010 abrangem 9.887

alunos. É ainda de notar que 908 dos alunos referidos são abrangidos por intervenções que já se encontram concluídas;

- na área dos equipamentos sociais que, em 31 de Dezembro de 2009 não registava ainda qualquer aprovação, foram aprovadas, no primeiro trimestre de 2010, 27 creches que abrangem 1082 utentes;

- na área da saúde, até ao final de 2009 não se registou o encerramento de qualquer projecto, tendo-se concluído duas unidades de saúde no primeiro trimestre de 2010, abrangendo uma população de 200.000 habitantes.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

- Educação – conforme já foi referido anteriormente, foram aprovados até ao final do primeiro trimestre de 2010, 283 intervenções em Centros Escolares, beneficiando directamente 65.820 alunos.

3.4. Eixo Prioritário 4 – Qualificação do Sistema Urbano

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no Eixo Prioritário 4, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2009, apesar de haver ainda diversos concursos cujo processo de decisão não se encontrava a concluído, não sendo portanto possível aferir do cumprimentos das metas nos termos estabelecidos na tabela 3.14, salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

1 – No que se refere a Programas de Acção e Programas Estratégicos aprovados:

- catorze cidades encontram-se envolvidas em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades;
- foram apoiados trinta e sete Protocolos de Parceria para a regeneração urbana, tendo sido ultrapassada a meta de trinta Protocolos de Parceria estabelecida para 2015;
- das noventa e uma intervenções apoiadas, cinquenta e cinco correspondem a Intervenções integradas de requalificação urbana, tendo sido ultrapassada a meta de oito intervenções estabelecida para 2015.

2 – Relativamente a operações individuais aprovadas e contratada:

- tendo por referência, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, as 14 operações individuais, contratadas em 2009, verifica-se que a população abrangida por

intervenção de requalificação urbana apoiadas é de 220.570 habitantes, sendo que este valor ultrapassa a meta estabelecida para 2010 que era de 100.000 habitantes.

- correspondendo aos projectos apoiados, 6.250 m² de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana deixaram de estar afectos à circulação automóvel;
- a área intervencionada por operações de regeneração urbana era de 138.030m², abrangendo uma população 400.000 habitantes, ultrapassando, no que se refere ao último indicador referido, a meta estabelecida para 2015 que é de 60.000 habitantes.

3 – Em termos da mobilidade territorial, salienta-se que os projectos apoiados:

- permitem uma redução média do tempo de percurso em 10%;
- abrangem cerca de 364 km de rede viária, ultrapassando a meta estabelecida para 2015 que correspondia a 190 km de rede viária apoiada;
- incluem 105 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, sendo que a meta estabelecida para 2015 era de 76 operações desta natureza.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Da análise dos indicadores comuns anuais, são de destacar:

- que as operações contratadas envolvem a intervenção em 357 km de estradas já existentes cuja capacidade e qualidade foram melhoradas;
- a contratação de um projecto referente à ferrovia ligeira, metro do Porto, com uma extensão de 0,7 km, que se encontrando já executado e que contribuiu para um acréscimo de população servida pela intervenção de 38.940 habitantes.

Tabela 3.16 Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
N.º de Intervações integradas de requalificação urbana	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	8	55	-	-	55
	Metas	-	-	-	2	8	
População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	220.570	-	-	
	Metas	-	-	-	100.000	400.000	400.000
N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	14	-	-	14
	Metas	-	-	-	8	16	
m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	6.250	-	-	6.250
	Metas	-	-	-	8.000	40.000	
Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	8	37	-	-	37
	Metas	-	-	-	12	30	
Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	138.030	-	-	138.030
	Metas	-	-	-	160.000	400.000	
População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	400.000	-	-	400.000
	Metas	-	-	-	24.000	60.000	
N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	105	-	-	105
	Metas	-	-	-	22	76	
Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	10%	-	-	10%
	Metas	-	-	-	10%	10%	--
Km de rede viária apoiada (km)	Realização Executada	0	0	0	-	-	0
	Realização Contratada	0	0	364,534	-	-	364,534
	Metas	-	-	-	50	190	

Tabela 3.17 Eixo Prioritário 4 – Indicadores Comuns Comunitários

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Transportes	13. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	49			49
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,323			7,323
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,211			357,211
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7			0,7
	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940			38.940
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14			14
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	1			1

3.4.2. Análise qualitativa

No Eixo Prioritário 4, analisados os indicadores de eixo, verifica-se que, o conjunto das operações contratadas, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, não permitem ainda atingir as metas estabelecidas para o ano de 2010 para algumas das tipologias do eixo, nomeadamente os relacionados com a área de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel ou com a área intervencionada por operações de regeneração urbana. Esta situação relaciona-se com o facto de, para a quantificação destes indicadores terem contribuído apenas as 14 operações individuais (integradas em Programas de Acção) contratadas até 31 de Dezembro de 2009. Prevê-se que durante o ano de 2010, no decurso do qual terminará o prazo de submissão individual da totalidade das operações integradas em Programas de Acção, seja atingida a totalidade das metas estabelecidas.

Relativamente à mobilidade territorial, as operações contratadas não fornecem ainda contributo para as tipologias de indicadores relacionadas com o número de interfaces de passageiros apoiados, com o número de acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no âmbito das plataformas logística e com a extensão (em km) de espaços intervencionados no âmbito das acções complementares de qualificação, valorização e melhoria da mobilidade no contexto das plataformas logísticas.

Relativamente ao Eixo Prioritário 4 e no que se refere à Política de Cidades, o presente relatório aborda essencialmente os aspectos referentes às operações individuais incluídas nos Programas de Acção aprovados, quer no que se refere à sua execução física quer financeira.

No entanto, decorrente do previsto nos Regulamentos Específicos das Parcerias para a Regeneração Urbana e das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação, medeia pelo menos um ano entre a assinatura dos Protocolos de Financiamento dos Programas de Acção e dos Programas Estratégicos e a obrigatoriedade de submissão das operações individuais que os constituem. Assim a efectiva execução física e financeira decorrente da cativação de fundo comunitário associado aos Protocolos de Financiamento ocorrerá com, pelo menos, um ano de desfasamento em relação à assinatura dos Protocolos de Financiamento, situação que justifica os baixos níveis de execução física e financeira destas tipologias de projectos.

Pelo exposto, importa referir o ponto de situação dos concursos daquelas tipologias que, tendo sido abertos no ano de 2008, só foram decididos durante o ano de 2009, e que se sintetiza no quadro seguinte:

Tabela 3.18 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2008 e decididos em 2009

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas		Candidaturas aprovadas			
						Nº	Investi-mento/ custo total	Data de Decisão	Nº	Investi-mento/ custo total	FEDER
RUCI/01/2008	Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação	10-03-2008	Decidido	06-10-2008	60.000.000	8	65.030.838	05-08-2009	5	53.952.386	34.758.891
PRU/01/2008	Parcerias para a Regeneração Urbana - Operações Isoladas	12-05-2008	Decidido	19-09-2008	33.000.000	55	133.706.021	06-04-2009	53	128.113.527	89.589.529
PRU/02/2008	Parcerias para a Regeneração Urbana - Grandes Centros	20-06-2008	Decidido	20-10-2008	40.000.000	33	266.418.177	26-06-2009	26	215.821.268	149.110.946
Total					133.000.000	96	465.155.036		84	397.887.181	273.459.367

Acrescem aos montantes relacionados com os concursos decididos em 2009 os referentes ao concurso PRU/1/2007, decidido em 2008, cuja submissão individual das operações só

terminará a 16 de Abril de 2010. Deste modo, o valor do co-financiamento FEDER comprometido a nível dos concursos no âmbito da Política de Cidades ascende a cerca de 319 milhões de euros.

Durante o ano de 2009 foram aprovadas e contratadas 14 operações individuais, envolvendo 12,5 milhões de euros de FEDER.

No ano de 2009, no âmbito das demais tipologias do Eixo IV, – e ao abrigo da delegação de competências em associações de municípios através do estabelecimento de subvenções globais – foram abertos vinte concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de cerca de 188,4 milhões de euros, no âmbito dos quais foram submetidas 84 candidaturas. Dos concursos já decididos foram aprovadas 67 operações que correspondem a 34,5 milhões de euros.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados, relativos à tipologia “Mobilidade Territorial”, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.19 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2009

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas	
						Número	Investimento/ custo total
MT/01/2008	Mobilidade Territorial – Sistemas Ferroviários Ligeiros (Metro)	24-10-2008	Em contínuo	Em contínuo	100.000.000	2	39.938.606
AMP - PCSUR/1/2009	Mobilidade Territorial	24-04-2009	Encerrado	01-06-2009	9.801.743	6	10.864.435
AMP - PMU/1/2009	Mobilidade Territorial	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	10.389.406	8	10.557.820
AMP - PMU/2/2009	Mobilidade Territorial	24-04-2009	Encerrado	01-06-2009	2.870.560	4	9.465.732
CIMC/EPN/01/2009	Eliminação de Pontos Negros	08-05-2009	Decidido	19-06-2009	210.000	0	0
CIMC/REEMM/01/2009	Qualificação dos Níveis de Serviço de Rede EENN-EEMM	15-04-2009	Decidido	06-05-2009	9.000.000	10	8.679.686
CIMC/STPP/01/2009	Qualificação dos Transportes Públicos de Passageiros	08-05-2009	Decidido	19-06-2009	150.000	1	193.553
CIMdoAVE/EPN/01/2009	Mobilidade Territorial	13-07-2009	Encerrado	21-08-2009	1.435.460	3	3.140.856
CIMdoAVE/PMUS/01/2009	Mobilidade Territorial	13-07-2009	Encerrado	28-08-2009	595.715	4	1.153.355
CIMdoAVE/PMUS/02/2009	Mobilidade Territorial	10-12-2009	Encerrado	28-12-2009	270.000	2	711.716
CIMdoAVE/REEMM/01/2009	Mobilidade Territorial	13-08-2009	Encerrado	30-09-2009	6.500.000	14	7.867.406
CIMDOURO/MT/200901	Mobilidade Territorial	21-05-2009	Encerrado	09-06-2009	4.200.000	19	6.544.317
CIM-TM/MT/01/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Encerrado	22-06-2009	1.621.888	4	4.972.977
CIM-TM/MT/02/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Encerrado	22-06-2009	674.800	1	964.000
CIM-TM/MT/03/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Encerrado	22-06-2009	15.460.684	17	19.935.958
CIMTS/IV/PCSUR/01/2009	Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	07-05-2009	Decidido	16-06-2009	9.300.000	20	14.843.077
CIMTS/IV/PMU/01/2009	Promoção da Mobilidade Urbana	07-05-2009	Decidido	16-06-2009	2.100.000	1	788.061
ML/IV/MT/01/2009	Mobilidade Territorial	16-04-2009	Decidido	07-05-2009	6.500.000	6	10.287.990

ML/IV/MT/02/2009	Mobilidade Territorial	28-04-2009	Decidido	18-05-2009	3.800.000	4	5.663.237
Total					184.880.256	126	156.572.782

Relativamente aos 11 concursos decididos em 2009, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 91 dias, de acordo com o conteúdo dos respectivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efectivo foi de 143 dias.

Os atrasos evidenciados na análise das candidaturas efectuada pelas comunidades intermunicipais têm relação directa com a deficiente instrução das candidaturas e com o tempo necessário para efectuar pedidos de elementos e de esclarecimentos adicionais que permitam dotá-las dos elementos necessários à sua correcta análise.

No caso dos 3 concursos aberto pela autoridade de gestão e decidido no decurso do ano de 2009, os atrasos referidos têm por base diversos factores:

- Os concursos em apreço dizem respeito às tipologia Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação, com 99 candidaturas apresentadas a concurso, constituídas por programas de acção e programas estratégicos que englobavam várias operações de natureza diversa e que, sendo uma experiência nova no contexto dos programas comunitário, requereu uma coordenação entre a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e os diferentes Programas Operacionais Regionais do continente, no sentido da aferição da aplicação dos critérios de avaliação do mérito das candidaturas;
- O deficiente grau de instrução da generalidade das candidaturas, situação que obrigou à solicitação de elementos adicionais e de esclarecimentos para que fosse possível proceder à análise das mesmas;
- A necessidade de recurso a peritos externos para a avaliação do mérito das candidaturas. No caso das parcerias para a regeneração urbana cada concurso teve a colaboração de três peritos externos nomeados pela autoridade de gestão e, no caso das redes urbanas para a competitividade e para a inovação, de seis peritos externos, sendo dois nomeados pela autoridade de gestão e quatro correspondentes a representações ministeriais, nomeadas pelo governo.

No que respeita à tipologia de beneficiários, salientando que nos casos das parcerias para a regeneração urbana e das redes urbanas para a competitividade e para a inovação o seu envolvimento tem por base o estabelecimento de protocolos de parceria que integram as candidaturas, a análise é apresentada no quadro seguinte e envolve as seguintes tipologias de operações:

- MT – Mobilidade Territorial
- PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana
- RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação

Tabela 3.20 Eixo Prioritário 4 – Tipologia de beneficiários

Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros	Privados
MT	27				1		
PRU	27	1	15	5	3	80	11
RUCI	14					16	

Na tipologia de Beneficiários “Outros” foram incluídos beneficiários do tipo: universidades, fundações, IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social, associações culturais, recreativas, sociais ou desportivas, associações comerciais e empresariais, entre outras.

Analisando as candidaturas contratadas, e no caso das Parcerias para a Regeneração Urbana, tal como já foi referido, considerando apenas as 14 operações individuais contratadas até 31 de Dezembro de 2009, verifica-se que envolvem um montante de 49,8 milhões de euros de Feder, correspondendo a uma taxa de compromisso de 7,73%. Do montante de fundo comunitário referido, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2009, cerca de 5,3 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 0,83%. É de referir que, àquela data, tinham sido efectivamente pagos aos beneficiários 5,27 milhões de euros, que correspondiam a uma taxa de pagamento de 10,58%, tendo-se registado uma taxa de reembolso de 98,64%.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Caracterização do projecto: “Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado”

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/1/2007)
Designação	Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado
Data de Contratação	26-06-2009
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000409
Calendarização	01-01-2009 a 31-12-2010
Executor	Município de Bragança
Objectivos	Beneficiação das acessibilidades no centro urbano e reforço da ligação à zona da Mãe d'Água, uma vez que a Avenida General Humberto Delgado constitui a espinha dorsal da intervenção de requalificação urbana na Zona da Mãe d'Água, a partir da qual se articula a generalidade das restantes intervenções materiais. Esta Avenida (incluindo o seu prolongamento, que no Bairro do Campelo se denomina Avenida Luciano Cordeiro) faz a ligação longitudinal entre o Bairro do Campelo e o centro da Cidade, atravessando toda a zona baixa da Mãe d'Água e articulando diferentes equipamentos e instituições (ISLA, Escolas, GNR, Tribunal, ...).
Acções	Implementação de um novo perfil e redesenho urbano da Avenida General Humberto Delgado, melhorando a fluidez do trânsito automóvel e o mobiliário urbano, aumento do estacionamento, alargamento dos passeios e a sua arborização, eliminar as barreiras arquitectónicas e visuais; a melhoria da ligação desta avenida aos Bairros da Mãe d'Água e do Campelo, tornando-os mais permeáveis à restante Cidade, constituindo o seu prolongamento natural; a melhoria da ligação do centro da Cidade ao seu acesso Leste; a melhoria das condições de segurança no acesso à escola EB 2/3 Paulo Quintela e a renovação das infra-estruturas urbanas no subsolo.
Investimento Elegível	3.937.482,68€
Feder (70%)	2.756.237,88€
Evidências da realização do projecto:	
	

Caracterização do projecto: “Prolongamento do Túnel da Avenida da Liberdade”

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/2/2008)
Designação	Prolongamento do Túnel da Avenida da Liberdade
Data de Contratação	23-12-2009
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000422
Calendarização	07-07-2008 a 31-12-2010
Executor	Município de Braga
Objectivos	Promoção da coesão e da inclusão sociais, da integração e da igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade, bem como do reforço da atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana.
Ações	No âmbito deste projecto prevê-se a requalificação de superfície dos vários espaços urbanos que o integram, está também prevista a remodelação e alteração do mobiliário urbano existente, bem como a iluminação e os respectivos suportes físicos, adaptando-os à “nova” realidade urbana que se propõe. Por outro lado, proceder-se-á à revisão de todas as infra-estruturas de subsolo, para além do prolongamento do túnel viário e da melhoria da imagem dos respectivos muros de suporte com impacto directo sobre o espaço urbano.
Investimento Elegível	2.442.510,87€
Feder (70%)	1.709.757,61€

Evidências da realização do projecto:



3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados prendem-se, como já atrás se referiu, com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Esta situação, aliada à elevada procura que a maioria dos concursos apresenta, origina tempos de análise de candidaturas muito elevados.

Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processo, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, nomeadamente no que respeita ao primeiro trimestre de 2010.

As principais medidas tomadas para combater esta situação são as seguintes:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto a nível pessoal (reuniões de trabalho) como por contactos telefónicos (linha do Novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);
- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;
- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos que se fizeram já notar no primeiro trimestre de 2010. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 4, a 31 de Dezembro de 2009 registava-se um montante de cerca de 5,3 milhões de euros e a 31 de Março de 2010, cerca de 9,2 milhões de euros.

Considerando o valor do fundo envolvido nas candidaturas contratadas, registam-se igualmente variações, apesar de se ter registado, no final do ano de 2009, um valor de cerca de 360 milhões de euros de fundo relacionado com as candidaturas aprovadas que incluíam os Programas de Acção no âmbito das parcerias para a regeneração urbana que correspondem a uma cativação de fundo que possui um ano para, com a submissão das operações individuais que lhe correspondem, possa haver contratos de financiamento, relativamente às operações individuais efectivamente contratadas, registava-se um valor de fundo associado de apenas 49,8 milhões de euros, dos quais cerca de 12,4 milhões de euros correspondiam a operações incluídas em Programas de Acção. No final do primeiro trimestre de 2010, este último valor era de cerca de 27,9 milhões de euros, correspondentes a 27 operações individuais contratadas.

Perspectiva-se que, até ao final de 2010, estes valores venham a registar alterações significativas, uma vez que até ao final do mês de Julho, de acordo com os prazos

regulamentarmente estabelecidos, terá que estar submetida a totalidade das cerca de 540 operações incluídas em Programas de Acção aprovados.

Da realização física no Eixo Prioritário 4, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Março de 2010, apesar de haver ainda diversos concursos cujo processo de decisão não se encontrava concluído, não sendo portanto possível aferir do cumprimento das metas nos termos estabelecidos na tabela 3.4, salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

| 217

1 – Relativamente a operações individuais aprovadas e contratada:

- tendo por referência, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, as 14 operações individuais, contratadas em 2009, acrescidas das 13 operações individuais contratadas no primeiro trimestre de 2010, verifica-se que a população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas é de 228.728 habitantes;
- correspondendo aos projectos apoiados, 9.000 m² de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana deixaram de estar afectos à circulação automóvel, mais 44% que no final de 2009;
- a área intervencionada por operações de regeneração urbana era de 291.623 m², enquanto, no final de 2009, este indicador registava o valor de 138.030 m². Este acréscimo permitiu que fosse ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que era de 160.000 m².

2 – Em termos da mobilidade territorial, salienta-se que os projectos apoiados:

- abrangem cerca de 464 km de rede viária, ultrapassando em 27% o valor registado no final de 2009;
- incluem 107 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, mais 2 que no final do ano anterior.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Da análise dos indicadores comuns anuais, é de destacar:

- os 65 projectos aprovados, mais 33% que no final de 2009,
- as operações contratadas envolvem a intervenção em 456 km de estradas já existentes cuja capacidade e qualidade foram melhoradas;

3.5. Eixo Prioritário 5 – Governação e Capacitação Institucional

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo 5, dedicado à Governação e Capacitação Institucional, engloba dois objectivos: um directamente associado à modernização da Administração Pública ao nível regional e local, com ênfase no governo electrónico; outro associado à promoção da capacitação institucional, enquadrando potencialmente iniciativas e acções de um universo mais alargado de instituições, pública mas também privadas, com intervenção relevante no desenvolvimento regional e local.

Em 2009, a realização executada permanece nula, dado ainda não se ter verificado o encerramento de qualquer dos projectos apoiados. Já em termos de realização contratada o balanço é muito positivo

O número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços ultrapassa já a meta estabelecida para 2015. Este balanço resulta de duas componentes:

- a primeira, inserida no programa de acção das Lojas do Cidadão, protocolado entre a Autoridade de Gestão e a Agência para a Modernização Administrativa, traduziu-se na aprovação, em 2009, de 14 Lojas do Cidadão, estando o investimento em execução. O concurso que enquadrava esta tipologia foi aberto em 2008;
- a segunda componente decorre das operações aprovadas no quadro do AAC SAMA / 1 / 2007 (o primeiro concurso aberto pelo ON.2), correspondendo a Centros Multiserviços – predominantemente do tipo Balcão Único – promovidos por Freguesias, Municípios e Associações de Municípios.

Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida já se aproxima muito da meta estabelecida para 2015. Tal decorre do facto de várias das Lojas do Cidadão apoiadas se localizarem em concelhos demograficamente muito relevantes, nomeadamente Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Santo Tirso, S. João da Madeira, Chaves, entre outros.

Tabela 3.21 Realização Física do Eixo Prioritário 5

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
N.º de Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	67	82	-	-	
	Metas	-	-	-	25	61	

População servida pelas Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	0	1.721.213	2.168.468	-	-
	Metas	-	-	-	650.000	2.400.000
N.º de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	0	9	9	-	-
	Metas	-	-	-	90	270
Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	0	423	423	-	-
	Metas	-	-	-	350	1.000

Quanto ao objectivo específico da promoção da capacitação institucional, os indicadores de realização reflectem no essencial o resultado das acções implementadas e das aprovações ocorridas ainda em 2008. Estas últimas decorreram do convite PROVERE – Acções Preparatórias, aberto em 15/05/2008, tendo sido aprovados 9 programas envolvendo 423 entidades potencialmente promotoras de projectos âncora e complementares. Posteriormente, o número de programas PROVERE veio a ser reduzido para 8, decorrendo da fusão de dois programas no Minho – IN.

Por último, no que concerne ao contributo do Eixo 5 para os Indicadores Comuns Comunitários, este concentra-se na temática “Sociedade de Informação”, para a qual concorrem 46 projectos apoiados no âmbito das intervenções SAMA.

Tabela 3.22 Eixo Prioritário 5 – Indicadores Comuns Comunitários

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Contratada	0	27	46			

3.5.2. Análise qualitativa

No ano de 2009, a iniciativa mais relevante no âmbito do Eixo foi sem dúvida a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração, num montante global de 10.568.033,77 € (FEDER) correspondendo a 15.097.191,11 € de Despesa Elegível. Note-se que, à data da elaboração do presente relatório, 5 das 14 Lojas encontravam-se já em funcionamento.

Estas operações decorrem do Programa de Acção protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP, sendo a AMA é o instituto público responsável pela operacionalização de vários processos transversais que têm por objectivo melhorar a Administração Pública Portuguesa e disponibilizar serviços públicos pelo canal que o cidadão considere mais adequado. Para a concretização dos projectos “*Rede de Expansão de Loja do Cidadão de 2.ª Geração*” foi assinado, para cada Loja 2G, um Acordo de Colaboração entre a AMA, I.P., a Estrutura de Missão das Lojas do Cidadão de 2.ª Geração e o Município respectivo, o qual estabeleceu os requisitos necessários à instalação da Loja do Cidadão em causa. A instalação das Lojas do Cidadão implica que a AMA terá de proceder à organização dos espaços, definindo as infra-estruturas físicas, os *lay-out*, indicações técnicas e infra-estruturas de comunicação e dados a considerar nas obras a realizar.

As 14 Lojas do Cidadão 2G aprovadas inserem-se assim no novo modelo de distribuição de Serviços Públicos definido pelo Governo. Esse novo modelo visa melhorar a relação da Administração Pública com os Cidadãos e as Empresas, baseada numa nova forma de estar e de fazer, que passa pela melhoria da qualidade de vida do cidadão e da melhoria da competitividade das empresas, considerando a reorganização da informação e dos serviços em torno das suas necessidades e pela promoção da transversalidade dos mesmos, e o desenvolvimento de novos conceitos de balcão de atendimento presencial e de um *workflow* de integração com os canais Web e telefónico, através das tecnologias de informação e comunicação.

A estes conceitos e objectivos gerais, está subjacente o conceito de “balcão único”, apresentado no Programa do Governo, onde se prevê a introdução progressiva do princípio do “balcão único” nas relações do Estado com os cidadãos e as empresas. É nessa mesma perspectiva que se inserem as operações de Centros Multiserviços já aprovadas em 2008.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Rede de Lojas do Cidadão de 2ª Geração

Aviso	Lojas do Cidadão 1ª Fase da Rede de Lojas 2G (SAMA/1/2008)
Designação	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2ª Geração (14 projectos aprovados, correspondendo às Lojas de Amares, Chaves, Santo Tirso, Ponte da Barca, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Penafiel, Freixo de Espada à Cinta, S. João da Madeira, Tarouca, Vimioso, Matosinhos, Murça e Resende.
Data de Aprovação	2009
Nº da operação	NORTE-05-0126-FEDER- 000197 a 000210 (14 operações)
Calendarização	Variável (a maioria das operações prevê a conclusão do projecto em 2010)
Executor	AMA – Agência para a Modernização Administrativa, IP, em colaboração com os Municípios
Objectivos	<p>A rede de Lojas do Cidadão de nova geração insere-se no SAMA e procura implementar um novo modelo de distribuição de serviços públicos a fim de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Racionalizar, geográfica e financeiramente, o modelo de distribuição de serviços públicos, sem perda de proximidade para o cidadão e com economias em termos de custos de instalação e exploração. - Instituir a Loja do Cidadão da nova geração como o ponto de contacto presencial, por excelência, entre a Administração Pública e o cidadão, concretizando a concentração de serviços necessária e dimensionando a oferta de serviços públicos aí disponíveis em função da procura existente em cada local. - Experimentar novos modelos de atendimento suportados pelas TIC, que articulem os três canais de atendimento, permitindo a escolha e a combinação de atendimentos. - Transformar os serviços, actualmente organizados em função da oferta, em soluções integradas e organizadas em função da procura e por eventos cuja disponibilização terá de ser feito de forma mais simples, mais rápida e conveniente.
Acções	As operações correspondem à criação de Lojas do Cidadão de pequena, média ou grande dimensão, com áreas respectivamente inferiores a 500 m ² , entre 500 m ² e 1250 m ² e superiores a 1250 m ² (de acordo com as características do município)
Investimento Elegível	15.097.191,11 € (total das 14 operações)
FEDER (55%)	10.568.033,77 € (total das 14 operações)

Evidências da realização do projecto:

Loja do Cidadão – Murça



Loja do Cidadão – Resende



O objectivo específico da promoção da capacitação institucional centrou-se, em 2009, em iniciativas associadas aos Programas PROVERE. Tal como já foi referido, as aprovações relativas ao convite PROVERE – Acções Preparatórias ocorreram ainda em 2008.

Tal como já detalhado no ponto 3.2.2., no quadro do previsto pelo Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, foi aberto um Aviso para Apresentação de Candidaturas, visando o reconhecimento formal de EEC PROVERE. Esse Aviso foi aberto pelas quatro Autoridades de Gestão competentes (PO Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve), decorrendo o período de candidatura de 21/10/2008 a 19/01/2009. Após o reconhecimento formal das EEC PROVERE (ocorrido em 15/06/2009), procedeu-se em 3/8/2009 à abertura do concurso PROVERE – CGP (PC) / 1 / 2009, tendo em vista apoiar as entidades encarregadas de dinamizar, coordenar, monitorizar e gerir os 8 programas PROVERE entretanto reconhecidos. As aprovações relativas a este concurso vieram a ocorrer já em 2010.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

A execução física e financeira do Eixo Prioritário 5 denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas. Assim, em 31/12/2009, as operações aprovadas não representavam mais do que 15,7% do fundo comunitário programado para o Eixo. Para além disso, a execução financeira em termos de despesa certificável situava-se num nível incipiente (0,5% da programação financeira para o Eixo).

Note-se que dos 141,9 milhões de euros programados para o fundo comunitário - afecto ao Eixo 5 - 42,5 milhões foram consignados à subvenção global a utilizar no quadro da delegação de competências em associações de municípios (CIM e AMP), situando-se a taxa de compromisso nesta componente nuns escassos 3,3%.

Para além das questões transversais a todos os Eixos, as quais retardaram o ritmo de execução do ON.2 e do QREN em geral, cabe aqui referir os problemas mais significativos específicos ao Eixo 5.

Quanto ao objectivo específico “Modernização do Governo Electrónico”, o ritmo de execução reflecte a prioridade que foi dada ao apoio à Rede de Lojas do Cidadão 2G e aos Centros Multiserviços. Acontece que o ritmo de execução das operações aprovadas tem sido mais lento que o previsto, sobretudo devido às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional. Essas mesmas dificuldades têm levado ao adiamento da programação de um segundo envelope dedicado a novas Lojas do Cidadão a localizar em Municípios que ainda não dispõem deste tipo de facilidades. A Autoridade de Gestão tem acompanhado de perto esta questão, através de interações frequentes com a AMA. No caso de se manterem dificuldades expressivas associadas à mobilização da comparticipação nacional para a linha de acção Lojas do Cidadão 2G, a AG pondera afectar um volume mais elevado de recursos à modernização da Administração desconcentrada e local do Estado, sempre na perspectiva do incremento do Governo Electrónico e da facilitação da relação dos cidadãos e das empresas com a administração pública. No entanto, mantém-se na agenda das iniciativas a tomar a celebração de um segundo protocolo com a AMA no quadro da rede de Lojas do Cidadão, a fim de criar a oportunidade para uma aumento da cobertura geográfica da mesma.

Quanto ao objectivo da promoção da capacitação institucional, o qual remete para acções predominantemente de natureza imaterial, ressalta da análise realizada que em 2009 não se verificaram progressos significativos no objectivo, estando-se ainda distante da meta prevista para 2010 no que toca ao número de projectos contratados. Por outro lado, quer em 2008 quer em 2009 o *focus* das iniciativas centrou-se quase que exclusivamente nos programas PROVERE (elaboração dos programas, respectivo reconhecimento e, posteriormente, capacitação das entidades gestoras). Esta prioridade resultou do *timing* definido pela tutela – à altura, SEDR – e foi, de algum modo, assumida de forma transversal aos diferentes PO Regionais.

A capacitação institucional de entidades e organizações com intervenção relevante no desenvolvimento regional e local é um objectivo da maior relevância. A fim de prosseguir esse objectivo e de alargar o espectro de acções, a Autoridade de Gestão começou a preparar, ainda em 2009, um conjunto coerente de orientações e de preparação de avisos de abertura de concursos. Como resultado desse esforço foi possível proceder, já em 2010, à abertura de concursos de promoção e capacitação institucional orientados para a promoção e capacitação nos domínios (i) da internacionalização (congressos internacionais, participação em redes internacionais e em projectos de cooperação internacional), (ii) das associações intermunicipais (CIM e AMP), (iii) das entidades da administração pública com intervenção, a nível da Região do Norte, no desenvolvimento regional e, ainda, (iv) das redes

institucionais com intervenção nas dimensões competitividade e inovação e desenvolvimento social e humano.

Tal como para os outros Eixos, a aceleração da execução das operações aprovadas passou a assumir um carácter prioritário.

3.6. Subvenção Global

| 224

O ano de 2009 foi o ano de arranque da actividade das CIM/AMP.

Na data de assinatura dos Contratos de Delegação de Competências encontravam-se já assinados os contratos relativos aos 1.º e 2.º Avisos da Requalificação da Rede Escolar, que entretanto, a meados de 2009, foram transferidos para a tutela das CIM/AMP, com excepção da CIM do Tâmega, para a qual a referida transferência só se viria a processar no início de 2010. Contudo, optou-se por considerar a incorporação da Requalificação da Rede Escolar da CIM do Tâmega na análise que a seguir se apresenta.

Neste contexto, as CIM/AMP, iniciaram então um processo de Abertura de Avisos, praticamente em todos os domínios em que possuíam verbas contratualizadas, tendo ainda durante o Ano de 2009 sido abertos 62 Avisos, dos quais 24 encerraram ainda nesse ano.

Tabela 3.23 Concursos lançados pelas CIM/AM

CIM/AM	EIXO I	EIXO II	EIXO III	EIXO IV	EIXO V	Rede Escolar	Total CIM/AM
AMP	1	1	3	3	3	1	12
CIM Ave		1	2	4			7
CIM Cávado	2	1	1	3	2	1	10
CIM Douro	1	1	1	1			4
CIM Minho-Lima	2	2	2	2		1	9
CIM Tâmega e Sousa	1	1	1	2	2	1	8
CIM Trás-Os-Montes	1	2	1	5	3		12
Total Eixo	8	9	11	20	10	4	62

| 225

Nos avisos encerrados até final de 2009 foram aprovadas 370 candidaturas, correspondendo a um investimento total de 531 Milhões de Euros e a uma comparticipação FEDER de cerca de 305,6 Milhões de Euros.

Os quadros seguintes apresentam o número de operações aprovadas e o respectivo investimento total e FEDER, e detalham as aprovações por Eixo Prioritário e CIM/AMP.

Tabela 3.24 Total de Candidaturas Aprovadas

CIM / Área Metropolitana	Nº de Operações	INVESTIMENTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER
AMP	128	198.090.316,10 €	151.742.873,51 €	106.191.305,51 €
CIM Ave	14	26.402.353,77 €	22.704.991,96 €	15.893.494,38 €
CIM Cávado	39	34.275.242,73 €	31.943.408,80 €	22.227.905,51 €
CIM Douro	44	58.557.947,37 €	45.904.189,99 €	32.132.932,99 €
CIM Minho-Lima	31	46.221.804,31 €	40.520.686,98 €	28.364.480,85 €
CIM Tâmega e Sousa	100	143.191.214,86 €	121.497.886,66 €	84.889.136,34 €
CIM Trás-os-Montes	14	24.772.405,01 €	22.635.277,65 €	15.844.694,36 €
Total	370	531.511.284,15 €	436.949.315,55 €	305.543.949,94 €

Tabela 3.25 Distribuição das aprovações por CIM/AMP

CIM/AM	EIXO I	EIXO II	EIXO III		EIXO IV	EIXO V
			Outras	Rede Escolar		
AMP	3.920.295,10 €	5.730.757,00 €		92.594.856,32 €	3.773.161,46 €	172.235,63 €
CIM Ave				15.893.494,38 €		
CIM Cávado		891.452,15 €	373.729,99 €	13.872.168,36 €	6.120.397,38 €	970.157,63 €
CIM Douro	1.617.285,46 €			25.934.625,77 €	4.581.021,76 €	
CIM Minho-Lima	194.716,00 €	385.905,00 €		18.130.609,56 €	9.653.250,27 €	
CIM Tâmega e Sousa	821.525,00 €	4.014.028,31 €		69.391.822,26 €	10.386.583,62 €	275.177,15 €
CIM Trás-Os-Montes				15.844.694,36 €		
Total EIXO	6.553.821,56 €	11.022.142,46 €	373.729,99 €	251.662.271,01 €	34.514.414,49 €	1.417.570,41 €

Das 370 candidaturas aprovadas, 275 correspondem a projectos de Requalificação da Rede Escolar, as quais atingem 451 Milhões de Euros de Investimento Total e 251,6 Milhões de Euros de comparticipação FEDER (82% do total das aprovações).

Em segundo lugar encontram-se as aprovações no domínio da Mobilidade Territorial (EP4), com os investimentos na requalificação da rede viária a representar um montante FEDER aprovado na ordem dos 34,5 Milhões de Euros.

Seguem-se as iniciativas no domínio da Valorização Territorial e Áreas de Acolhimento Empresarial, sendo de salientar a ausência de aprovações no domínio do Ciclo Urbano da Água. Sobre este último aspecto, importa referir que o mesmo se deve à falta de clarificação da articulação dos sistemas em baixa com a entidade que a nível nacional gere a maior parte dos sistemas em alta, a Águas de Portugal. É de esperar que, ultrapassada esta situação, 2010 venha a ser um ano com importantes iniciativas neste domínio de intervenção.

No que concerne à distribuição das candidaturas aprovadas por CIM, importa referir que das 370 candidaturas, mais de metade foram aprovadas na AMP e na CIM Tâmega e Sousa, as quais atingem já em 2009 uma taxa de compromisso de, respectivamente, 86% e 81% da dotação atribuída até 2010. Conforme se pode observar na tabela seguinte, as restantes CIM apresentam níveis de aprovação na ordem dos 50%, com excepção da CIM de Trás-os-Montes, com 36% de dotação 2007-2010 comprometida, e a CIM do Ave, a qual aprovou apenas 29% da dotação até 2010.

Face ao exposto, verifica-se que algumas CIM cumpriram já alguns dos objectivos que se encontram definidos nos PTD, sendo natural que num processo de reavaliação dos PTD a decorrer nos finais de 2010, sejam revistos algumas das metas a atingir com os financiamentos ainda a aprovar.

Tabela 3.26 Taxa de compromisso e Taxa de Pagamento por CIM/AMP

	Dotação até 2010	FEDER Aprovado	Pagamentos	Taxa de Compromisso	Taxa de Pagamento
AMP	123.611.802,00 €	106.191.305,51 €	4.833.731,84 €	86%	5%
CIM Ave	53.241.023,00 €	15.893.494,38 €	2.870.087,93 €	30%	18%
CIM Cávado	43.676.508,00 €	22.227.905,51 €	3.053.825,67 €	51%	14%
CIM Douro	54.525.535,00 €	32.132.932,99 €	4.398.278,39 €	59%	14%
CIM Minho-Lima	49.179.630,00 €	28.364.480,85 €	12.752.050,48 €	58%	45%
CIM Tâmega e Sousa	105.078.603,00 €	84.889.136,34 €	12.427.783,72 €	81%	15%
CIM Trás-Os-Montes	44.634.042,00 €	15.844.694,36 €	5.741.019,55 €	35%	36%
Total	473.947.143,00€	305.543.949,94€	46.076.777,58€	65%	15%

Por último, e no que diz respeito ao nível de pagamentos efectuados no âmbito das subvenções globais, verifica-se que a taxa de pagamento atingida no final de 2009 foi de 15%, ligeiramente superior à verificada para o total do ON.2 (12%).

Neste contexto, observa-se que ao contrário do que sucede com as aprovações é a AMP e a CIM do Tâmega e Sousa que apresentam uma menor taxa de pagamento, destacando-se pela positiva a CIM do Minho-Lima e a CIM de Trás-os-Montes, as quais atingem taxas de pagamento na ordem dos 45% e 36%, respectivamente.

Ainda no que concerne aos pagamentos, importa referir que as medidas tomadas pelo Governo em conjunto com a Associação Nacional de Municípios, nomeadamente no que se refere às majorações aos valores máximos de referência e à taxa máxima de co-financiamento irão permitir em 2010 um salto significativo neste panorama.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Centro Escolar de Tarouca

Aviso	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” (RRE/01/2007)
Designação	Centro Escolar de Tarouca
Data de Aprovação	02-07-2008
Nº da operação	NORTE-03-0344-FEDER-000029
Calendarização	De 23-03-2007 a 31-03-2010
Executor	Câmara Municipal de Tarouca
Objectivos	Construção do Centro Escolar de Tarouca
Acções	A operação visou a construção de um Centro Escolar que reunisse todos os alunos do concelho de Tarouca do pré-escolar e ensino básico, respectivamente com 7 e 14 salas, para além de salas de professores biblioteca, mediateca e informática, auditório, pavilhão e ainda cozinha e refeitório A área total será de 4030m2, prevendo-se a criação de 99 postos de trabalho, sendo 63 docentes e 36 não docentes
Investimento Elegível	2.159.797,87€
Feder (75%)	1.511.858,51€
Evidências da realização do projecto:	
  	

4. GRANDES PROJECTOS

No ano de 2009 não foi apresentada nenhum grande projecto, estando, no entanto, prevista a apresentação a apresenta de um grande projecto do Metro Ligeiro do Porto em 2010.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Análise da execução

O Eixo 6 do ON.2 dedica um montante total FEDER de € 88.128.466, correspondentes a 3,25% do valor do Programa, o qual se encontra abaixo dos 4% que de acordo com o artigo 46º nº 1 a) do Regulamento (CE) nº 1083/2006 constituem o limite máximo do total afecto à assistência técnica.

A assistência técnica destina-se a financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo dos programas operacionais, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos fundos.

Os beneficiários da assistência técnica são os órgãos de gestão, o observatório das dinâmicas regionais, os organismos intermédios da rede dos sistemas de incentivos (OI) e a AMP/CIM no âmbito da delegação de competências por subvenção global.

Ao contrário de períodos de programação anteriores em que a assistência técnica era contínua, no QREN as candidaturas são anuais por exercício orçamental.

Em 2009 foram abertos quatro avisos relativos à assistência técnica, um para os órgãos de gestão, outro para a AMP/CIM e dois para os OI referentes a despesa dos exercícios de 2008 e 2009.

Apresentaram candidaturas a CCDRN (assistência técnica aos órgãos de gestão), Área Metropolitana do Porto, CIM do Ave, CIM do Cávado, CIM do Minho-Lima (duas), CIM do Tâmega e Sousa, AICEP, AdI, IAPMEI e Turismo de Portugal. Todas as candidaturas foram aprovadas com excepção das candidaturas da AdI que não foram admitidas por necessitarem de ser reformuladas.

Ao nível da execução financeira e para um total FEDER aprovado acumulado até ao final de 2009 de € 22.924.930,83 dos quais € 12.299.930,83 respeitavam a candidaturas apresentadas nesse ano, foram executados € 6.833.947,14 FEDER, num total de € 7.575.316,28 pagos aos beneficiários.

Esses valores, à data de 31 de Março de 2010 eram, respectivamente, de €32.814.774 de FEDER aprovado, €8.822.937,75 de Fundo executado e €12.443.764,35 de Fundo pago aos beneficiários.

A taxa de compromisso era, em 31 de Dezembro de 2009, de 26% do valor do Fundo e a taxa de pagamento aos beneficiários de 33% em relação ao valor das aprovações. É previsível que a taxa de compromisso venha a descer e a de pagamento subir substancialmente dado o facto de a candidatura de assistência técnica aos órgãos de gestão de 2008 ter tido pouca despesa apresentada.

A despesa elegível total acumulada era em 31 de Dezembro de 2009 a seguinte:

| 231

Quadro 22 – Tipologia de despesa de assistência técnica

TIPOLOGIA DA DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL VALIDADA A 31/12/2009	
Estrutura de Apoio Técnico	5.385.961,67€	66,99%
Bens e Serviços de Apoio à Gestão	1.931.383,50	24,02%
Equipamentos - De informática. Administrativo e básico	220.542,24€	2,74%
Equipamentos - Software informático	502.050,37€	6,24%
TOTAL	8.039.937,78€	100,00%

Ao nível das diversas tipologias de despesa a co-financiamento, são de destacar as despesas com a Estrutura de Apoio Técnico que correspondem a cerca de 67% do total da despesa executada em 2009. Esta tipologia respeita essencialmente a remunerações certas e permanentes com pessoal das equipas técnicas e encargos obrigatórios da entidade patronal com a segurança social, assim como a abonos eventuais, designadamente encargos com deslocações.

Os bens e serviços de apoio à gestão que ascenderam a 24%, respeita essencialmente a encargos com instalações, comunicações e a trabalhos especializados nomeadamente com peritos e consultores.

A aquisição de equipamentos – hardware e software – não ultrapassou os 10% da despesa executada, sendo que neste caso apenas a CCDRN enquanto entidade responsável pelo apoio aos órgãos de gestão, apresentou despesa desta tipologia. Realce-se que a AMP/CIM optaram por não ter sistema de informação próprio, utilizando o da CCDRN/AG.

Os indicadores de realização e resultado referente ao Eixo 6 – Assistência Técnica não tiveram execução:

Tabela 5.1 Realização Física do Eixo Prioritário 6

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
% de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				5	7,5	--
	Valor de Referência						7,5
Nº de projectos auditados	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				27	97	--
	Valor de Referência						--

Tal facto deve-se a que em sede de elaboração do Programa teve-se como pressuposto o que foi realizado no contexto das auditorias financeiras ou de gestão no âmbito do QCA III. No anterior Programa o controlo de 1º nível do Sistema Nacional de Controlo era feito pelo próprio Programa Operacional, o que não acontece no actual modelo de governação, sendo que os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão não relevam para o esforço de controlo.

Ora, não fazendo sentido que o Programa Operacional contenha indicadores relativos a procedimentos sob os quais não tem responsabilidade nem supervisão, os mesmos deverão ser objecto de proposta de alteração, de forma a adequa-los à realidade do Programa.

Auditoria à Assistência Técnica

A candidatura NORTE-06-0173-FEDER-000001 da CCDRN, assistência técnica aos órgãos de gestão para 2008 foi incluída na Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do ON.2 promovida pela Inspeção-Geral de Finanças no último trimestre de 2009, a qual não identificou despesas não elegíveis, mantendo-se à data de elaboração deste relatório o prazo para acompanhamento e cumprimento das recomendações.

Igualmente o Tribunal de Contas português procedeu a uma auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN, o qual incluiu informação financeira aos projectos, incluindo a candidatura atrás referida. O Tribunal de Contas informou a Autoridade de Gestão

“não se evidenciarem infracções ou irregularidades financeiras ou outras que importem conhecer”.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO



| 234

As políticas comunitárias de coesão têm na informação e comunicação eixos fundamentais dos seus objectivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido na esteira do período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006, a obrigatoriedade de concepção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais. A comunicação dos fundos estruturais constitui, por outro lado, e como tem sido assinalado pela DG Comunicação da CE um contributo fundamental para a percepção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do ON.2 – O Novo Norte, organizada no Plano de Comunicação.

A acção de comunicação implementada ao longo de 2009 reflecte, assim, a missão e objectivos estratégicos descritos naquele Plano, apresentado à Comissão Europeia a 14 de Abril de 2008, assentes na promoção do Programa junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e da satisfação das necessidades de acesso, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia. Partindo da definição de uma estratégia, áreas-chave de implementação e diferentes fases, o presente relatório enquadra-se na primeira fase de comunicação, designada “Lançamento, Conhecimento e Implementação”.

Considerando a informação que adiante se explicitará sobre os progressos e concretizações do Plano de Comunicação no ano em análise, importa aqui recordar o quadro de objectivos estratégicos definidos para a comunicação do ON.2 – O Novo Norte:

1. Desenvolver e sustentar uma notoriedade pública regional e nacional diferenciadora e adequada ao conhecimento e ao sucesso do Programa Operacional e à concretização dos

seus objectivos, tendo por referência as suas prioridades estratégicas, oportunidades de financiamento e o conhecimento dos seus resultados concretos e relevantes;

2. Promover a acessibilidade ao Programa, à sua estrutura, mecanismos de gestão e canais de informação, por parte dos “potenciais beneficiários”, dos players de desenvolvimento regional, dos órgãos de comunicação social, assim como da sua Comissão de Acompanhamento e dos “utilizadores internos”, contribuindo para a satisfação das suas necessidades ou cumprimento de obrigações, favorecendo relações de transparência e de good will institucional;

3. Contribuir activamente para a coordenação e complementaridade entre os diversos canais de informação e comunicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, participando dos esforços de orientação da sua “procura” e de qualificação da visibilidade pública da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia em Portugal, em especial na Região do Norte;

4. Projectar e sustentar uma identidade afirmativa e promissora do Programa Operacional, que potencie a compreensão da sua “visão estratégica” e a construção de uma imagem mais positiva, criativa e de mudança da Região do Norte.

Principais progressos do Plano de Comunicação em 2009: notoriedade, identidade e boas práticas



De uma forma sumária, dir-se-ia que o ano 2009 serviu com sucesso um maior incremento relativo dos resultados que respeitam especialmente aos objectivos 1, 3 e 4, através do

assinalável desenvolvimento da comunicação mediática, da aplicação e aprofundamento da política de branding e do avanço de iniciativas especiais particularmente relevantes –que poderão ser avaliadas futuramente como “boas práticas” em sede dos estudos de avaliação do ON.2 – como os “Prémios NOVO NORTE” (apenas da fase de lançamento, neste caso), o stand “NORTE, Smart Region” na feira “Portugal Tecnológico” e as “Comemorações dos 40 Anos das Regiões Plano e da CCDR-N”.

É todavia de sublinhar que não deixou de se dar sequência aos bons resultados obtidos nos anos de 2007 e 2008, no que concerne especificamente ao objectivo 2, mais directamente relacionado com a promoção da acessibilidade ao Programa, à sua estrutura, oportunidades de financiamento e informação.

Exemplos desse facto são a obtenção de números aproximados a 80 mil visitas, durante 2009, ao website www.novonorte.qren.pt e 60 mil operações de download documental, scores que garantiram a superação em 70% das respectivas metas fixadas no Plano de Comunicação para o período 2008/2009; o esforço publicitário realizado especialmente dirigido às micro e pequenas empresas (relativamente aos concursos de financiamento ao abrigo dos Sistemas de Incentivos) e a produção noticiosa dirigido a “clientes” registados, através da publicação de uma newsletter regular que chegava, no final de 2009, a mais de 2300 destinatários registados.



Findo o ciclo do Plano de Comunicação 2008/2009, é possível efectuar um primeiro balanço à eficácia da comunicação do ON.2, tendo por base alguns dos itens do “Board de Indicadores de Avaliação da Eficácia de Comunicação” apresentado no capítulo 8 daquele

documento, no que respeita a dimensões de realização e impacto. Mesmo tratando-se de dados e aspectos parciais, configura-se aqui uma análise útil ao exercício de avaliação que terá lugar em 2010, concluindo-se por um resultado expressivamente positivo na concretização das metas fixadas e mesmo na sua superação.

Indicadores de Avaliação da Eficácia de Comunicação (2008/2009) – Quadro Global

Realização das Metas de Comunicação a 31 de Dezembro de 2009	
Meta 2008/2009	Realização cumulativa 2008/2009
Obter 100.000 visitas Web	170.956 visitas Web (meta superada)
Registar 5000 contactos externos recebidos via telefone e respondidos via e-mail (2008/2009).	n.d. (aguarda informação dos secretariados técnicos)
Medir os níveis de procura documental (operações de <i>download</i>). Considerar-se-á atingido o indicador se a sua dimensão for, de pelo menos, 50% do número total de visitas. (2008/2009)	120.000 downloads (meta superada)
Medir níveis de participação em eventos e acções de RP face aos <i>targets</i> definidos e <i>mailings lists</i> utilizadas. (Considerar-se-á atingido o indicador se a dimensão dos <i>targets</i> for realizada em 75% das iniciativas.)	n.d. (aguarda estudo específico de monitorização a realizar em 2010)
Medir o n.º de acções de comunicação mediática, face ao PO regional anterior. (Considerar-se-á atingido o indicador no caso de um acréscimo de 100% do seu número.)	647 notícias publicadas na imprensa nacional e regional, rádio e TV (meta superada)
Obter um número de pedidos Web de registo para newsletter superior a 1000.	2373 (meta superada)
Realizar 20% do investimento publicitário em órgãos de imprensa local, Web ou “novos meios” (2008/2009)	21% (meta superada) *
Incremento médio anual de 10% da publicação de FAQ.	0% (meta não cumprida)
Realizar em média uma acção promocional/sensibilização criativa, anual, dirigida a “novos públicos”.	3 (meta superada)
Garantir total de acessibilidade Web a cidadãos c/ necessidades especiais.	Total acessibilidade do Website a cidadãos co necessidades especiais (meta cumprida)
Realizar 30% do investimento publicitário previsto na dotação orçamental do Plano de Comunicação (2008/2009)	149.499,38 EUR - 14% (meta não cumprida)
Registar, em média, a publicação de 3 artigos na imprensa por cada acção de comunicação efectuada (<i>media scanning</i>).	10 artigos publicados, em média, por acção de comunicação efectuada (meta superada)
Registar um número de artigos publicados na imprensa, de conteúdo “positivo” ou “neutro” (análise qualitativa) superior a 75%.	94% (meta superada)
Medir por amostragem o n.º operações financiadas com correcta execução do normativo de “informação e publicidade” e “manual de identidade”. (Considerar-se-á atingido o indicador se verificado em 50% dos casos.)	n.d. (aguarda estudo específico de monitorização a realizar em 2010)

Medir níveis de procura de financiamentos (candidaturas) face aos orçamentos de fundos estruturais disponibilizados em cada concurso. (Considerar-se-á atingido o indicador se o montante de financiamento candidatado for superior ao orçamento disponibilizado em 75% dos casos.)	n.d. (aguarda estudo específico de monitorização a realizar em 2010)
Medir a alteração das percepções junto de potenciais beneficiários e <i>players</i> regionais sobre notoriedade, transparência, acessibilidade, volume e qualidade de informação, <i>branding</i> , face ao PO regional anterior, no âmbito do inquérito de opinião. (Considerar-se-á atingido o indicador de sucesso - eficácia do Plano de Comunicação, no caso de se verificar a melhoria das percepções na maioria das tipologias analisadas.	n.d. (aguarda estudo específico de monitorização a realizar em 2010)

* Excluindo acção publicitária realizada ao abrigo da parceria ON.2/JN para a iniciativa "Prémios NOVO NORTE".

| 238

O que se propõe, de seguida, é uma análise em maior detalhe aos progressos, realizações e outputs verificados em cada um destes domínios:

Identidade/Branding

Comunicação web

Comunicação mediática

Comunicação publicitária

Eventos e relações públicas

Iniciativas especiais e novos públicos

Rede de Comunicação QREN

Comunicação helpdesk

Comunicação Interna

6.1. Identidade/Branding

2009: um progresso no desenvolvimento, aplicação e penetração da marca – a afirmação de uma “boa prática”?



A logomarca “ON.2” e a sua assinatura (logoline) “O Novo Norte” constituem um importante e poderoso recurso de identidade, diferenciação e comunicação do Programa Operacional, inserido de resto no imperativo comunitário de criação de um “lema” para o Programa Operacional Regional.

Concretizada em 2007 e 2008 uma primeira fase de lançamento do branding adoptado, os esforços desenvolvidos em 2009 visaram desenvolver, aplicar e capitalizar este recurso, do ponto de vista do aumento do seu reconhecimento e da eficácia da compreensão dos seus valores. Esse esforço foi, sobretudo, prosseguido em três planos fundamentais:

No desenvolvimento do branding na extensão da marca “Prémios NOVO NORTE” e na estabilização gráfica do kit de recursos visuais de comunicação publicitária e presencial (anúncios publicitários, linha de merchandising, stand-ups de eventos, etc.);

No aumento da penetração da marca junto de públicos-alvo estratégicos como a comunicação social, com resultados significativos no plano mediático (cf. adiante se desenvolve);

No estímulo à aplicação do Manual de Identidade ON.2 no quadro das operações aprovadas e no seu acompanhamento junto dos promotores, em particular no que diz respeito à implementação de painéis publicitários em locais objecto de intervenção.



Realizada uma análise com base no clipping de notícias na comunicação social impressa e divulgadas por meios on-line durante o ano de 2009, é possível aferir que 37 por cento das peças (161) fazem referência directa à logomarca “ON.2”, sendo que em cada notícia é referida uma média de duas vezes, contabilizando-se um total de 331 referências. De notar que não apenas se verifica um salto significativo destas referências face ao ano anterior (2008), como existe mesmo um crescendo ao longo do ano, sendo que foi no mês de Dezembro, e muito devido ao lançamento da iniciativa “Prémios NOVO NORTE 2010”, que se verificou na comunicação social um maior número de referências directas ao ON.2.



Estes números parecem demonstrar não apenas o potencial de adesão que a marca ON.2 – O Novo Norte conhece, como os resultados crescentes que uma política regular de branding poderá configurar.

Análise quantitativa à penetração da marca ON.2 na Imprensa Escrita e Web em 2009				
Mês	Notícias imprensa + online	Notícias ref. Marca ON.2	Referências totais	
Janeiro	15	2	4	
Fevereiro	29	9	10	
Março	43	12	20	
Abril	37	15	32	
Maiο	14	5	8	
Junho	41	14	32	
Julho	90	27	45	
Agosto	45	20	45	
Setembro	34	19	26	
Outubro	11	6	12	
Novembro	35	9	8	
Dezembro	38	23	89	
TOTAIS	432	161 (37%)	331	

6.2 Comunicação Web

2009: O lançamento de um novo produto Web – a “Newsletter ON.2”

Se a estrutura do website do ON.2 – O Novo Norte, alojado no endereço www.novonorte.qren.pt conhece, em 2009, uma estabilização do seu programa de desenvolvimento, e se os scores de visita e download acompanham essa tendência de estabilização, com alguma mitigação da “procura”, a dinamização da comunicação Web do Programa inicia uma nova fase, com a criação e publicação de uma newsletter electrónica, de carácter mensal, com um carácter noticioso, com as seguintes prioridades: i) publicitar abertura de concursos; ii) publicitar decisões de aprovação de projectos; iii) promover a ligação ao website; iv) divulgar projectos aprovados em execução particularmente distintivos ou demonstrativos das principais apostas do ON.2.

ON.2 - Indicadores Gerais Web 2009	Valores
Visitas (homepage área ON.2)*	80000
Downloads (média de 5000 p/ mês)*	60000
Actualizações (est. 3 actualiz. p/ semana)	150
*Fonte: Webtrends e Webalizer (estimativas)	

ON.2 - Indicadores Específicos Web 2009	Valores
Área Investimento Público	66500
Área Sistema de Incentivos	16400
Notícias	20500
Encontros a Norte	2476
Área Prémios NOVO NORTE	896
Página "Conf. Alterações Climáticas"	789
Página "Conf. Anual O Norte e o QREN"	423
Página "Campanha de Lançamento do ON.2" (Plano de Comunicação)	420
Orientação de Gestão 4 7cumprimento das regras associadas à contratação pública pelos beneficiários do ON.2 (download)	3650
Manual de Procedimentos ON.2 (download)	3600
SIGON.2 - Guião de Apoio ao Preenchimento da Candidatura (download)	1350

Comparação ON – Operação Norte vs ON.2 – O Novo Norte	ON – Operação Norte (2000/2006)	ON.2 – O Novo Norte (2007/2013)	Variação (%)
N.º de Visitas (5 páginas mais visitadas)	31500	180000	> 471%
N.º de Downloads (estimativa)	10000	60000	> 500 %

Segundo o Plano de Comunicação, a difusão de uma newsletter electrónica constitui uma acção estruturante e regular. Foi em Fevereiro de 2009 que se emitiu a primeira edição, para um grupo de 1300 destinatários. Desde então, a regularidade do envio da newsletter ON.2 tem sido gerida em função da importância das notícias que se pretendem divulgar aos diferentes públicos, tendo levado à edição, em 2009, de um total de 8 números.



O impacto da aposta na divulgação do programa operacional verifica-se, também, no registo de destinatários, que passaram de 1.300 no mês de Fevereiro para 2.373 em Novembro. Assim, superou-se francamente o indicador de realização previsto no Plano de Comunicação, de obter um número de pedidos para newsletter superior a 1.000.

Publicação da “lista de beneficiários”: da obrigação à “boa prática”

Configurando um normativo exigível na regulamentação comunitária, a disponibilização da lista dos beneficiários do ON.2 no website www.novonorte.qren.pt tem em consideração as melhores práticas de marketing, seguindo o conceito de "customização", isto é, de

organização da informação direccionada ao perfil do seu utilizador. Assim, na área de "Empresas", consta toda a informação relativa a projectos aprovados a empresas; na área de "Investimento Público" a informação relativa a esses projectos; na área "Press Room", é concentrado o volume global de informação. O modelo adoptado de disponibilização dos ficheiros em causa em formato Excel facilita, ainda, a realização de pesquisas por parte do utilizador, sendo possível a manipulação dos dados de acordo com os filtros que seleccionem.

A actualização dos ficheiros disponibilizados com a listagem dos projectos contratualizados é outra das tarefas que foi, durante o ano de 2009, realizada com regularidade, acompanhando a cadência das aprovações por parte da Comissão Directiva. Enquanto no contexto do Investimento Público foram efectuadas 3 actualizações ao longo do ano, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas procedeu-se a 7 actualizações.

6.3 Comunicação mediática

Uma política de regularidade e transparência com resultados positivos e crescentes



A comunicação mediática empreendida no âmbito do “ON.2 – O Novo Norte” – cuja gestão é desenvolvida no contexto da estrutura de assessoria de imprensa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, ao nível do seu Gabinete de Marketing e Comunicação constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes do ponto de vista dos scores de publicitação. Segundo os indicadores de especialidade (análise de imprensa) disponibilizados pela CISION, contratada pelo Observatório do QREN no âmbito do

funcionamento da Rede de Comunicação do QREN, o ON.2 configura mesmo o Programa Operacional Regional do QREN com melhores índices de notoriedade em 2009. De acordo com esta empresa, que determina por notícia o Advertising Value Equivalente (AVE) favorável e desfavorável tendo por base a quantificação do custo publicitário de 1 milímetro quadrado em cada publicação, o volume de notícias publicado com referência ao ON.2 foi equivalente a um investimento publicitário de 243 mil Euros.

Esta aposta, traduzida não apenas numa “gestão de momentos”, como sobretudo numa política de “regularidade informativa” com os meios de comunicação social, tem os seus reflexos, em 2009, num aumento significativo de peças publicadas pelos diferentes órgãos e canais. Em comparação com o ano transacto, mais do que duplicou a publicação de notícias com referência directa ao ON.2, sendo esse crescimento visível sobretudo na imprensa, mas também nos jornais on-line, meios com um número de leitores cada vez mais significativo quando comparado com os jornais impressos.

Naturalmente, este incremento de visibilidade está associado a uma intensificação de esforços de divulgação, notória tanto no número de press releases difundidos (23), como nas 16 conferências de imprensa realizadas, como ainda nas três operações especiais de divulgação preparadas especialmente junto de órgãos de informação.

Também no plano qualitativo, é de notar que o saldo entre notícias positivas, negativas e neutras continua a ser francamente favorável ao ON.2 e significativamente acima da meta fixada no “Board de Indicadores de Eficácia”, no Plano de Comunicação do Programa.



Resultados Mediáticos do ON.2					
	Imprensa	Online	Rádio	Tv	Total
2008	162	21	4	8	195
2009	309	114	11	18	452
Variação anual	190%	543%	275%	225%	232%
Total	471	135	15	26	647

Análise Qualitativa da Notoriedade Mediática do ON.2		%
Notícias Negativas	22	4,80%
Notícias Positivas	420	90,70%
Notícias Neutras	10	4,50%

Press Releases - Títulos	Data	N.º artigos
PROGRAMA OPERACIONAL DO NORTE AVANÇA APOIO DE 10 MILHÕES PARA PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL	07-Jan	3
95 PME DA REGIÃO NORTE ACEDEM A VALES FINANCEIROS PARA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	29-Jan	7
REGIÃO DO NORTE TEM INCENTIVOS DE 8 MILHÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SECTOR AUTOMÓVEL	16-Fev	8
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE APROVA GRANDE PACOTE DE INVESTIMENTOS DE PROXIMIDADE PARA REGENERAÇÃO URBANA	25-Fev	16
CANDIDATURAS PARA PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA DO DOURO DUPLICAM OFERTA DE FINANCIAMENTOS	13-Mar	11
REGIÃO DO NORTE LANÇA AS BASES DE UMA REDE DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE	25-Mar	11
SESSÃO PÚBLICA SOBRE SISTEMAS DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS, NO ÂMBITO DO ON.2, EM VILA REAL, A 8 DE ABRIL	06-Abr	5
SESSÃO PÚBLICA SOBRE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS, NO ÂMBITO DO ON.2, EM SANTA MARIA DA FEIRA	13-Abr	2
ON.2 LANÇA NOVOS CONCURSOS DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS DURANTE O MÊS DE ABRIL	15-Abr	3
CICLO "ENCONTROS A NORTE" ABRE COM CONFERÊNCIA DEDICADA ÀS INDÚSTRIAS CRIATIVAS E TRAZ AO PORTO CASO DE SUCESSO INGLÊS	23-Abr	13
SESSÃO PÚBLICA SOBRE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DA AGENDA REGIONAL DA ENERGIA, A 27 DE MAIO, NO JARDIM BOTÂNICO DO PORTO	25-Mai	4

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE NA REGIÃO DO NORTE AMANHÃ, EM GUIMARÃES	03-Jun	4
ON.2 FAZ BALANÇO AMANHÃ, EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	17-Jun	9
ASSINATURA DE 23 PROTOCOLOS DE REGENERAÇÃO URBANA NA REGIÃO DO NORTE REALIZA-SE AMANHÃ, NO THEATRO CIRCO, EM BRAGA	29-Jun	14
EMBAIXADORES DE 40 PAÍSES VISITAM O DOURO NO PRÓXIMO FIM-DE-SEMANA	15-Jul	27
CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE PROJECTOS ESTRUTURANTES DE SAÚDE NA REGIÃO DO NORTE SÃO ASSINADOS AMANHÃ, 23 DE JULHO	22-Jul	12
BALANÇO DA APLICAÇÃO DO QREN NO DOURO E ALTO TRÁS-OS-MONTES APRESENTADO AMANHÃ, EM VILA REAL	04-Ago	29
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA SOBRE PROJECTOS E INICIATIVAS DE PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA DO DOURO REALIZA-SE AMANHÃ, PELAS 10H30	10-Set	18
NOVO SERVIÇO DE RADIOTERAPIA DO IPO DO PORTO É AMANHÃ CONTRATUALIZADO NO PROGRAMA OPERACIONAL DO NORTE	17-Set	4
CCDR-N / ON.2 APRESENTA HOJE ESTUDO PRÉVIO DE REDE DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA REGIONAL	05-Nov	9
PARIS É A PRIMEIRA CAPITAL EUROPEIA A RECEBER OPERAÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO DOURO	13-Nov	23
CCDR-N/ON.2 E JORNAL DE NOTÍCIAS LANÇAM "PRÉMIOS NOVO NORTE" A 3 DE DEZEMBRO	02-Dez	17
CONFERÊNCIA ANUAL "O NORTE E O QREN" REALIZA-SE AMANHÃ, NO PORTO	15-Dez	11
Total de notícias publicadas		260

6.4 Comunicação Publicitária



Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
ON.2 – O Novo Norte: Sistemas de Incentivos às Empresas na Região do Norte – Sessões de Divulgação Pública, Abril de 2009 (Vila Real e Santa Maria da Feira)	Jornal de Notícias/Portal Sapo	200000 Visualizações	banner animado	Imprensa Digital
	Jornal de Notícias	3 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	3 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	3 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Diário Económico	3 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal OJE	3 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Diário do Minho	2 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	2 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Mensageiro de Bragança	2 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Arrais	2 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Voz de Trás-os-Montes	2 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Labor	9 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
Ciclo de Conferências “Encontros a Norte” – Realização da 1.ª Conferência (As Indústrias Criativas na Região do Norte)	Jornal Público	22 de Abril	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	22 de Maio	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
ON.2 – O Novo Norte: “Agenda Regional da Energia: Que Oportunidades de Financiamentos?” Sessão Pública de Apresentação dos Avisos de Abertura de Candidaturas	Jornal de Notícias	26 de Maio	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
Sessão de Apresentação da Agenda Regional para a Empegabilidade	Jornal Público	29 de Junho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	29 de Junho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
ON.2 – O Novo Norte: Publicitação dos Avisos de Concursos dos Sistemas de Incentivos às Empresas – Participação em Acção Conjunta -	Jornal Labor	9 de Julho	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	10 de Julho	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	9 de Julho	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local

	Mensageiro de Bragança	10 de Julho	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	A Voz de Trás-os-M.	16 de Julho	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Labor	Julho/15 dias	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Digital
	Diário do Minho	Julho/15 dias	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Digital
	Douro Hoje	Julho/15 dias	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Digital
	Mensageiro de Bragança	Julho/15 dias	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Digital
	A Voz de Trás-os-M.	Julho/15 dias	anúncio de formato 1/2 página, p&b, página de texto ímpar	Imprensa Digital
Seminário “Alterações Climáticas: a Região do Norte e o Pós-Quito”,	Semanário Grande Porto	4 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Público	4 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	4 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
Consulta Pública do Plano Regional de Ordenamento do Território: realização de sessões de participação pública	Jornal de Notícias	14 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Público	13 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Aurora do Lima	14 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	13 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Nordeste	14 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	16 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	A Voz de Trás-os-Montes	16 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Labor	16 de Julho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local

Ciclo de Conferências “Encontros a Norte” – Realização da 3.ª Conferência (Clusters Regionais: Políticas & Práticas Internacionais)	Jornal Público	26 de Junho	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	27 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	29 de Novembro	Triângulo a cores, página de texto	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	29 de Novembro	1 página inteira, página de texto, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	30 de Novembro	1 janela, página de texto, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	1 de Dezembro	1 janela; 1.ª página, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	2 de Dezembro	rodapé 1.ª página, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	3 de Dezembro	centro de página, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	4 de Dezembro	contracapa do Jornal de Negócios, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	6 de Dezembro	1 página inteira, página de texto, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	7 de Dezembro	Triângulo a cores, página de texto	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	8 de Dezembro	Triângulo a cores, página de texto	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	9 de Dezembro	Triângulo a cores, página de texto	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	10 de Dezembro	Triângulo a cores, página de texto	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	11 de Dezembro	contracapa do Jornal de Negócios, a cores	Imprensa Nacional
Prémios Novo Norte (Fase de Divulgação)	Jornal de Notícias	13 de Dezembro	1 página inteira, página de texto, a cores	Imprensa Nacional
Conferência Internacional “Destino Douro – Turismo, Sustentabilidade e Património Mundial”	Jornal de Notícias	11 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	11 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Arrais	10 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	10 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	A Voz de Trás-os-Montes	10 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Mensageiro de Bragança	11 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local

Conferência Anual ON.2: "O Norte e o QREN. 2 Anos Depois"	Jornal de Notícias	12 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	12 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	13 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	14 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Público	13 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	15 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – 4.ª Conferência (Regeneração Urbana, Clusters e Competitividade: Projecto 22@Barcelona),	Jornal Público	14 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
ON.2 - O Novo Norte: Anúncio de Recrutamento	Jornal de Notícias	18 de Dezembro	anúncio de formato 1/4 página, p&b, página de classificados	Imprensa Nacional

6.5. Eventos & RP



A realização de eventos em 2009, designadamente sessões públicas, workshops, seminários temáticos ou cerimónias de assinatura de contratos, visando directa ou indirectamente as oportunidades, decisões e aplicação do ON.2, continua a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, permitindo simultaneamente o contacto presencial com actores e interessados e a criação de oportunidades de mediatização de concretizações e avanços da intervenção operacional.

Para além da apresentação do conjunto de realizações em eventos empreendido em 2009, apresentam-se aqui exemplos de outras iniciativas de relações públicas do ON.2, designadamente através de mailings informativos e da produção e disseminação editorial.

Quadro Global de Eventos Realizados em 2009

Evento	Data	Local	Partic.
Reunião do Conselho Regional da CCDR-N (Ponto de Situações do ON.2)	16 de Janeiro	Exponor	100
Ação de Formação para Comunidades Intermunicipais no âmbito da Contratualização de Funções Delegadas de Gestão com Subvenção Global no QREN e ON.2	25-26 Fev	Hotel Vila Galé (Porto)	80
Reunião de Técnica com a Delegação da DG REGIO (CE)	31 de Março	Avepark (Guimarães)	20
Assinatura dos Protocolos de Colaboração do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte	2 de Abril	Jardim Botânico (Porto)	120
Incentivos às Empresas na Região Norte - Sessões de Divulgação Pública	8 de Abril	Auditório do NERVIR (Vila Real)	102
Incentivos às Empresas na Região Norte - Sessões de Divulgação Pública	14 de Abril	Auditório da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	193
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 1.ª Conferência (As Indústrias Criativas na Região do Norte)	27 de Abril	Fundação de Serralves (Porto)	130
Reunião do Conselho Regional da CCDR-N (Ponto de Situações do ON.2)	29 de Abril	Centro de Congressos da Alfandega do Porto	90
3.ª reunião da Comissão de Aconselhamento Estratégico do Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 (ON.2 - O Novo Norte)	12 de Maio	CCDR-N/Edifício Sede	25
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 2.ª Conferência (Promoção do Empreendedorismo: Que desafios e oportunidades para a Região do Norte?)	25 de Maio	Auditório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	220
ON.2 – O Novo Norte: "Agenda Regional da Energia: Que Oportunidades de Financiamentos?" Sessão Pública de Apresentação dos Avisos de Abertura de Candidaturas	27 de Maio	Jardim Botânico (Porto)	140
Sessão Pública de Apresentação do "Plano de Acção da Empregabilidade para Região do Norte"	4 de Junho	Centro Cultural Vila For, Guimarães	180
Ambinergia - Feira Internacional de Ambiente, Energia e Sustentabilidade: divulgação da Agenda Global do Ambiente	5 de Junho	Exponor, Matosinhos	50
Ambinergia - Feira Internacional de Ambiente, Energia e Sustentabilidade: stand promocional dedicado aos Instrumentos Financeiros do ON.2 (relativos a estes mesmos temas) e ao Programa de Execução dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar	4, 5 e 6 de Junho	Exponor, Matosinhos	6000
ON.2 – O Novo Norte: 3.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento	18 de Junho	Caves Ferreira, Vila Nova de Gaia	85
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 3.ª Conferência (Clusters Regionais: Políticas & Práticas Internacionais)	26 de Junho	Auditório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	150

ON.2 - O Novo Norte: Cerimónia de Assinaturas de Protocolos de Financiamento de Parcerias para Regeneração Urbana na Região do Norte	30 de Junho	Theatro Circo Braga	100
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 3.ª Conferência (Clusters Regionais: Políticas & Práticas Internacionais)	2 de Julho	Auditório da Exponor, Matosinhos	104
Consulta Pública do Plano Regional de Ordenamento do Território: realização de sessões de participação pública	15, 16 e 17 de Julho	Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila real e Porto	400
ON.2 - O Novo Norte: Assinatura de contratos de financiamento de projectos estruturantes no domínio da Saúde na Região do Norte	23 de Julho	Antigo Sanatório de Francelos. Vila Nova de Gaia	100
ON.2 – O Novo Norte: Participação na Cerimónia Pública do Reconhecimento como Estratégia de Eficiência Colectiva às Candidaturas Apresentadas à Iniciativa PROVERE	29 de Julho	Centro de Congressos de Lisboa	200
Comemorações dos 40 Anos da CCDR-N: Conferência-Debate "Modernizar o Estado, Aprofundar a Democracia, Desenvolver as Regiões: A Regionalização da Próxima Legislatura?"	8 de Setembro	Mosteiro de S. Bento da Vitória (Porto)	200
ON.2 – O Novo Norte: acto público de assinatura de contratos de financiamento para infra-estruturas de cuidados de saúde na Região do Norte	18 de Setembro	CCDR-N/Edifício Sede	60
Feira Portugal Tecnológico 2009	7 a 10 de Outubro	Feira Internacional de Lisboa	22885
ON.2 – O Novo Norte: sessão de esclarecimento sobre pedidos de pagamento – Aquisição de Serviços	4 de Novembro	Sala Panorâmica, Hotel Tuela	200
Cerimónia de Lançamento dos "Prémios Novo Norte"	3 de Dezembro	Casa da Música, Porto	150
Seminário "Alterações Climáticas: a Região do Norte e o Pós-Quito"	9 de Dezembro	Alfândega do Porto	173
"Destino Douro – Turismo, Sustentabilidade e Património Mundial"	14 de Dezembro	Alfândega do Porto	138
ON.2 – O Novo Norte: 4.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento	16 de Dezembro	Alfândega do Porto	80
Evento Anual "O Norte e o QREN, 2 Anos Depois"	16 de Dezembro	Salão Nobre da Alfândega do Porto	225
		TOTAL	32700

Conferência Anual do ON.2: Do Normativo à Boa Prática



| 254

A realização de “uma grande acção de informação anual” sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma “boa prática” de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público assumida pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo como tema dominante os principais números, factos e perspectivas futuras da aplicação do ON.2 e do QREN na Região do Norte.

Assim, a realização de um evento anual de balanço da aplicação do Programa e do QREN no espaço regional, sob o lema “O Norte e o QREN”, passou a configurar uma acção estruturante da política de divulgação pública do ON.2. Em 2010, a organização da sessão “O Norte e o QREN, dois anos depois”, a 16 de Dezembro, – suportada num investimento publicitário e de divulgação adequado - contou com uma significativa participação de instituições regionais, municípios, empresas e personalidades da sociedade civil regional, num conjunto de 225 presenças, tendo conhecido um importante reflexo mediático, designadamente em órgãos de imprensa escrita.



Em torno do espaço do evento – por acessos e corredores do centro de congressos – foi realizada uma exposição de 10 painéis alusivos e exemplificativos de investimentos públicos e privados aprovados ou de concursos de apoios lançados no âmbito do ON.2. Mas este é, também, o culminar de um conjunto intenso e diversificado de acções de comunicação, promoção e sensibilização desenvolvido ao longo do ano, nos planos mediático, publicitário, de relações públicas e informação Web.

ON.2 - Peças Gráficas 2009	Data	N.º Ex.	Distribuição
Plano de Acção Mar/Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte	Fevereiro	500	Mailing 300 ex.
Plano de Acção 2008-2013 para a promoção da Mobilidade, Transportes e Logística no Norte de Portugal/Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte	Março	500	Mailing 300 ex.
Douro Up N.º 3	Março/Abril	5000	Direct Mailing a 1029 entidades e distribuição de 3.000 ex. pelos pontos de distribuição
Flyer Promocional "Apoios ON.2 para Ambiente e Energia"	Maio	500	450 ex. distribuídos (feira Ambiennergia, Maio)
Flyer Promocional "Push de Execução" (ON.2/SI)	Maio	1000	Mailing a 316 entidades
Brochura Promocional (Internacionalização da Região/Acção Labaule)	Maio	1000	Mailing 300 ex.
Plano de Acção da Agenda Global para o Ambiente 2009-2013 / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte - Versão Preliminar	Junho	500	Mailing 300 ex.
Plano de Acção para a promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte	Junho	500	Mailing 300 ex.
Douro Up N.º 4	Junho/Julho	5000	Direct Mailing a 1029 entidades e distribuição de 3.000 ex. pelos pontos de distribuição
Agenda Regional da Região Digital / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte	Julho	500	Mailing 300 ex.
40 Anos CCDR-N "Memória e Prospectiva" - Vol. 1	Setembro	300	Distribuição 200 ex. no eventos das comemorações dos 40 anos da CCDR-N
40 Anos CCDR-N "Memória e Prospectiva" - Vol. 2	Setembro	300	Distribuição 200 ex. no eventos das comemorações dos 40 anos da CCDR-N
Flyer Promocional "ON.2: Comunique Connosco "	Outubro	1000	

Douro Up N.º 5	Outubro/Novembro	5000	Direct Mailing a 1029 entidades e distribuição de 3.000 ex. pelos pontos de distribuição
Plano de Acção Cidades e Urbanismo / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte	Dezembro	500	Mailing 300 ex.
Brochura Promocional Síntese (Reimpressão)	Dezembro	2500	–
Manual de Identidade (Reimpressão)	Dezembro	2.000	Mailing a 459 entidades

Mailings de divulgação: a comunicação directa como meio de acessibilidade

Acção	Data	Destinatários	N.º
Incentivos às Empresas na Região Norte - Sessões de Divulgação Pública	Abril	PME Norte	1970
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 1.ª Conferência (As Indústrias Criativas na Região do Norte)	Abril	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2200
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 2.ª Conferência (Promoção do Empreendedorismo: Que desafios e oportunidades para a Região do Norte?)	Maio	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2200
ON.2 – O Novo Norte: "Agenda Regional da Energia: Que Oportunidades de Financiamentos?" Sessão Pública de Apresentação dos Avisos de Abertura de Candidaturas	Maio	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2500
"Push de Execução" (ON.2/SI)	Maio	Promotores com candidaturas aprovadas (SI ON.2)	316
CA ON.2 (consulta escrita)	Junho	Membros CA ON.2	54
Sessão Pública de Apresentação do "Plano de Acção da Empregabilidade para Região do Norte"	Junho	Entidades/Instituições RN	373
ON.2 – O Novo Norte: 3.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento	Junho	Membros CA ON,2	54
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 3.ª Conferência (Clusters Regionais: Políticas & Práticas Internacionais)	Junho	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2200
Ciclo de Conferências "Encontros a Norte" – Realização da 3.ª Conferência (Clusters Regionais: Políticas & Práticas Internacionais)	Julho	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2200
Consulta Pública do Plano Regional de Ordenamento do Território: realização de sessões de participação pública	Julho	Entidades Região do Norte	880
Campanha "Comunique Connosco"	Outubro/Novembro	Promotores ON.2 (SI e	459

		Investimento Público)	
Cerimónia de Lançamento dos "Prémios Novo Norte"	Dezembro	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2719
Seminário "Alterações Climáticas: a Região do Norte e o Pós-Quito"	Dezembro	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2707
"Destino Douro – Turismo, Sustentabilidade e Património Mundial"	Dezembro	Entidades/Instituições RN + Instituições Douro + Subscritores da Newsletter	3171
ON.2 – O Novo Norte: 4.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento	Dezembro	Membros CA ON.2	54
Evento Anual "O Norte e o QREN, 2 Anos Depois"	Dezembro	Entidades/Instituições RN + Subscritores da Newsletter	2600
			26657

Parcerias Editoriais: O Caso "Douro Up"



Tendo em consideração a importância do Alto Douro Vinhateiro no contexto da Região do Norte, e por conseguinte dos apoios que têm sido garantidos pelo ON.2 na implementação de acções que visam o desenvolvimento estrutural da região, foi lançada a newsletter impressa «DOURO UP», também divulgada no site www.ccdr-n.pt/emd, na qual o ON.2 participa editorialmente, cobrindo em média 50 por cento da mancha noticiosa, quer através de rubricas específicas ("QREN UP"), quer através de informação nos destaques e nas páginas de abertura. Centrada em temas da actualidade da região duriense, a newsletter procura tratar exemplos concretos de aplicação dos apoios dos fundos estruturais no Douro e as oportunidades de financiamento a que as entidades públicas e privadas podem concorrer.

Com edições bimestrais, foram produzidas ao longo de 2009 4 números da newsletter «DOURO UP» e enviadas para um grupo de 1.029 destinatários da região. Para se chegar a um público mais diversificado, foram também criados quatro postos de distribuição, nomeadamente em Vila Real (Universidade de Trás-os-Montes e Governo Civil), Peso da Régua (sede da Estrutura de Missão do Douro) e no Porto (sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte).

6.6. Iniciativas Especiais e Novos Públicos

Prémios “NOVO NORTE”: da política de branding à divulgação de casos de sucesso de desenvolvimento regional – uma boa prática de marketing & comunicação?



Previsto no Plano de Comunicação, o lançamento dos Prémios “NOVO NORTE”, “destinados a distinguir ‘Boas Práticas’ ou ‘Melhores Projectos’ de desenvolvimento regional”, antecedeu em praticamente um ano a previsão inicialmente fixada, procurando suprir a ausência de execução da campanha publicitária da marca, cujo procedimento concursal apenas conheceu o seu desfecho no final do ano.

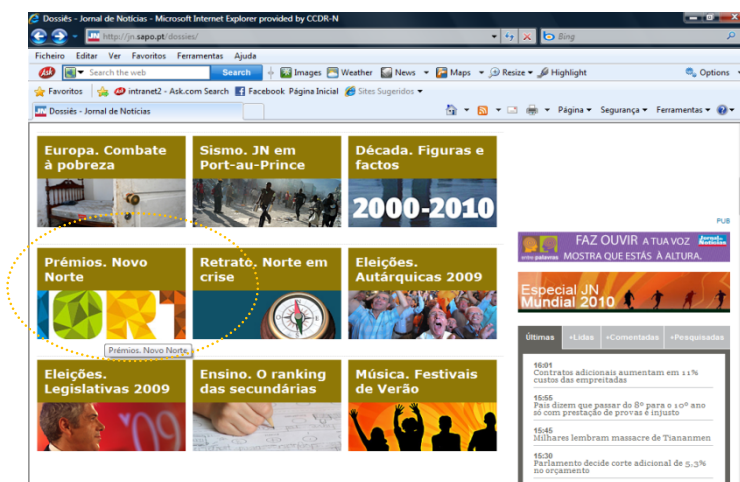
Tendo em consideração os seus efeitos aquando do lançamento e também os que lhe seguirão, em 2010, os “Prémios NOVO NORTE” configuram uma iniciativa muito distintiva e inovadora do Plano de Comunicação do ON.2, no contexto nacional da comunicação das políticas públicas e do QREN. Desde logo, atendendo à sua natureza e objectivos (trata-se da primeira iniciativa de distinções de desenvolvimento regional em Portugal), assim como ao modo da sua concepção e montagem institucional, fazendo radicar a sua organização e promoção numa parceria tríplice, juntando a instituição de desenvolvimento regional de referência (a CCDR-N), o órgão de comunicação social nacional de maior expressão e influência regional (o Jornal de Notícias – JN) e a Autoridade de Gestão do ON.2.



Com efeito, os “Prémios NOVO NORTE” constituem, simultaneamente, uma iniciativa de comunicação (ou um “plano de expressão”) da marca “ON.2 – O Novo Norte” (e, no sentido mais técnico, também uma extensão do seu branding), como uma “narrativização” dos objectivos de desenvolvimento regional e valores de inovação em que assenta a filosofia e estrutura do Programa Operacional. Conforme se lê no documento de referência da iniciativa, “os “Prémios NOVO NORTE” visam distinguir pública e regularmente as iniciativas de desenvolvimento regional mais inovadoras em temas prioritários para a Região do Norte, que apresentem elevado efeito demonstrativo e potencial de transferibilidade.”

Por outro lado, a parceria estabelecida com um dos principais órgãos de media nacionais permitirá – como se constatará em 2010 – veicular informações relevantes não apenas sobre a iniciativa em concreto nos Prémios, mas também sobre temáticas de desenvolvimento regional, sobre as apostas e oportunidades do ON.2, sobre o seu funcionamento e sobre as realizações e impactos dos fundos estruturais na Região do Norte. Dar-se-á também assim, refira-se, cumprimento, por esta via, ao normativo regulamentar comunitário que determina à autoridade de gestão o estabelecimento de parcerias “associar às medidas de informação e publicidade pelo menos um dos organismos que estão em condições de divulgar amplamente as informações” (n.º 3 do artigo 5º do Regulamento CE 1828/2006) .

Nesta primeira edição, o concurso elegeu seis categorias que convergem com os temas prioritários da estratégia “NORTE 2015” e as apostas mais fundamentais do ON.2: “Norte Inovador”, “Norte Empreendedor”, “Norte Criativo”, “Norte Sustentável”, “Norte Civitas” e “Norte Inclusivo”.



O lançamento da iniciativa contou com um “mix de comunicação” específico, associando componentes de branding, Web, comunicação mediática, eventos e relações públicas e publicidade. Em articular, destacam-se:

- i) A acção editorial que o JN desenvolveu, como parceiro e co-organizador da iniciativa, através da criação de uma área editorial específica no portal www.jn.pt/dossies e de um conjunto de trabalhos noticiosos que contribuíram para potenciar a notoriedade e o impacto da acção;
- ii) A campanha de publicidade de lançamento da iniciativa, realizada no JN (versão impressa e on-line) e na TSF, em condições excepcionais asseguradas pela parceria institucional, que correspondeu – pese embora o seu curto fôlego temporal - à mais impactante campanha de publicidade alguma vez empreendida pela CCDD-N;
- iii) A cerimónia de lançamento do concurso, realizada na Casa da Música, e com o apoio desta instituição como entidade anfitriã, na qual participaram mais de 200 personalidades e altos responsáveis institucionais, empresariais e científicos da Região, bem como o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, Fernando Medina.

Demonstração prévia do sucesso da iniciativa é o elevado número de candidaturas que viria a ser registado logo a 15 de Fevereiro de 2010, com 186 propostas concorrentes. O Relatório de Execução Anual de 2010 prestará informações e dados específicos sobre a realização, impacto e sucesso comunicacionais da iniciativa.

“Portugal Tecnológico” e “40 Anos da CCDD-N”: parcerias de comunicação e “sponsoring” em iniciativas marcantes no país e na região

O Plano de Comunicação do ON.2 preconiza e prevê, entre as suas “áreas-chave de implementação” (cf. capítulo “5. Estratégia, Áreas-Chave de Implementação e Fases”), o desenvolvimento de “Iniciativas Especiais e ‘Novos Públicos’”, em cujo conceito se

enquadram acontecimentos, eventos ou acções de relevo regional, temáticas fundamentais do desenvolvimento regional ou apostas do Programa Regional. Simultaneamente, prevê que a sua dinamização se possa traduzir no «apoio, divulgação ou sponsoring a eventos ou outras iniciativas de comunicação, promovidas por entidades terceiras, com objectivos relevantes em temas afins às prioridades estratégicas do Programa ou junto dos seus públicos-alvo».

Tais iniciativas podem, assim, ser concretizadas na base de uma organização autónoma exclusiva, como assumir formas de parcerias de comunicação e de “sponsoring”, técnica de Comunicação de Marketing assente na co-participação ou associação de marcas e instituições a eventos ou iniciativas promovidas por entidades afins, associadas ou terceiras, com interesses comuns e retornos de comunicação partilhados.

É justamente este um dos territórios de comunicação explorados, com carácter inovador e vantagens comunicacionais, pelo ON.2. No caso das parcerias, e para além dos “Prémios NOVO NORTE”, a comunicação do Programa desenvolveu em 2009 uma importante participação na feira “Portugal Tecnológico 2009”, com um espaço próprio, com 500 metros quadrados de área expositiva e interactiva. Esta feira, realizada entre 7 e 10 de Outubro, embora radicada em Lisboa, juntou o “mainstream” das políticas públicas, procurando conferir-lhe uma visibilidade nacional, tendo registado praticamente 23 mil visitantes.



Neste caso, a participação mais imediata do ON.2 traduz-se em duas dimensões: na comunicação de marca do espaço (branding de “sponsoring” em locais privilegiados da área expositiva) e na distribuição de informação (filme promocional, brochuras info-promocionais e ponto de atendimento). Por outro lado, promoveu a sua associação a um conjunto de casos de sucesso nos temas da inovação tecnológica, científica e empresarial, que constitui um dos objectivos primordiais da sua intervenção.

Quadro de participantes da área expositiva “NORTE, Smart Place” no Portugal Tecnológico 2009
3B’s Research Group (UMinho) + Stemmatter
Biodevices S.A.
Boca do Lobo
CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CeNTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes da UPorto
CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça
CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal
EFACEC
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
IDEIA.M
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (UPorto)
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (UPorto)
LSTS – Laboratório de Sistemas e Tecnologia Subaquática (UPorto)
NDRIVE Navigation System
PIEP – Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (UMinho)
UCP - CRP - Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa
UMinho – Universidade do Minho
UPorto – Universidade do Porto
Ventominho – Energias Renováveis, S.A.

Ainda em 2009, o ON.2 associou-se ainda à organização e promoção das comemorações dos 40 anos das Regiões-Plano em Portugal e de criação da CCDR-N e de um importante programa de iniciativas prospectivas e de debate no seu âmbito, de grande efeito mediático, tirando partido da afinidade da Política Regional em Portugal e da história institucional da CCDR-N com a gestão e aplicação dos fundos estruturais de desenvolvimento regional.



Procurou-se, assim, concretizar uma janela de oportunidade não apenas para comunicar a marca “ON.2 – O Novo Norte” (aplicada em todos os suportes de comunicação do programa), como “sponsor” da iniciativa junto de convidados, oradores, participantes, incluindo empresários, institucionais e cidadãos e jornalistas, mas também para abordar a história e a evolução da gestão e execução dos programas operacionais regionais do Norte e a actual matriz de objectivos do ON.2 face à realidade e desafios presentes da Região do Norte.

A iniciativa, simultaneamente comemorativa e prospectiva, resultou numa assinalável acção visibilidade nacional, conferida pelos principais órgãos de informação ao programa de encontros, entre os quais a RTP, a Agência LUSA, o Jornal de Notícias e o “Público”, mas também de Relações Públicas institucional e interna à Autoridade de Gestão e Estrutura de Apoio Técnico, com uma participação global superior a 500 pessoas.



6.7. Rede de Comunicação QREN

A Rede de Comunicação do QREN configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos programas operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de acções de conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

O funcionamento da Rede tem permitido desenvolver, entre outras acções e resultados, os seguintes outputs comunicacionais, nos quais o ON.2 tem responsabilidade e participação activas:

O programa diário de rádio “Objectivo 2013”, na TSF, na base de “histórias promissoras” de projectos aprovados nos diversos programas operacionais;

A coordenação e harmonização dos procedimentos de aplicação dos normativos de “Informação e Publicidade” dos fundos estruturais para beneficiários;

O encarte info-promocional trimestral “QREN”, no diário gratuito “OJE”;

O canal de notícias do portal www.qren.pt;

Um serviço integrado de clipping noticioso partilhado pelas diversas estruturas de comunicação do QREN;

A participação nacional na Rede Comunitária INFORM.

Participação no Programa TSF “Objectivo 2013” – Rede de Comunicação do QREN	
06-10-2009	Programa Novo Norte: BERD e um novo cimbre
07-10-2009	Programa Novo Norte: têxteis bio-funcionais
08-10-2009	Programa Novo Norte: t-shirts inteligentes
09-10-2009	Programa Novo Norte: cápsulas para café biodegradáveis

| 265

6.8 Comunicação de Helpdesk

O apoio às regras de Informação e Publicidade para Beneficiários

Lançados no final de 2007 como canais de acessibilidade a diferentes públicos que pretendam entrar em contacto com a equipa técnica do ON.2, e tendo como objectivo central o princípio da transparência, o correio electrónico e a linha telefónica de atendimento exclusivo do programa operacional serviram durante 2009 um número maior de utilizadores.

Especificamente no que se refere ao esclarecimento de dúvidas relativas às obrigações de Imagem e Publicidade no âmbito do ON.2, foi no e-mail que se verificou um aumento substancial da troca de informações. Em 2009, foram recebidos por e-mail 58 pedidos de informação, mais 45 do que no ano transacto, e enviadas 73 mensagens, algumas resultado de dúvidas colocadas via telefone, mais 54 do que em 2008. Já no atendimento telefónico destinado às questões de Imagem e Publicidade, das 60 chamadas atendidas em 2008 passou-se para 75 chamadas em 2009.

novonorte.comunicacao@ccdr-n.pt pedidos de informação	2008	2009	Variação anual
Mensagens recebidas	13	58	446%
Mensagens enviadas	19	73	384%

Linha telefónica – extensão 4

Mes	Chamadas	Tempo
Jan-09	9	0:38:15
Feb-09	15	0:52:50
Mar-09	7	0:26:33
Apr-09	1	0:02:28
May-09	9	0:56:01
Jun-09	2	0:13:43
Jul-09	11	1:03:20
Aug-09	5	0:24:07
Sep-09	3	0:14:43
Oct-09	2	0:17:53
Nov-09	10	0:46:59
Dec-09	1	0:02:34
Total	75	5:59:26
Media	6	0:29:57

6.9 Comunicação Interna

Neste contexto, o Plano de Comunicação incide os seus esforços em quatro domínios específicos:

- i) O desenvolvimento do infomail mensal electrónico interno;
- ii) A gestão do endereço geral do ON.2(novonorte@ccdr-n.pt) que regista um conjunto de 390 operações de reencaminhamentos internos de mensagens;
- iii) O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;
- iv) A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010

7.1. Balanço Global sobre a Execução em 2009

Aceleração do ritmo de aprovações e execução financeira ainda reduzida

Globalmente, pode-se afirmar como nota dominante que 2009 foi um ano de evolução muito significativa em termos de aprovações. Em 31/12/2009, a taxa de compromisso (Aprovações FEDER / Programação 2007-13) é já de 31%, sendo que em 31/12/2008 se situava em 17%.

Já a taxa de execução (Execução FEDER / Programação 2007-13) situou-se nuns modestos 2,8%, reflectindo o atraso no “arranque” do Programa e o desfasamento provocado por esse atraso no ciclo de vida das operações, mas reflectindo igualmente problemas específicos associados à execução física e financeira dos projectos. Note-se que a execução financeira do programa iniciou-se apenas em Setembro de 2008, atingindo neste último ano o valor de 5.819 mil euros, ao qual se associava um montante FEDER de 5.143 mil euros. Decorrido um novo ano de execução, 2009, a execução financeira regista em 31/12/10 um valor de 101.909 mil euros, ou seja, um valor cerca de 17 vezes superior, ao qual se associa um montante FEDER de 75.756 mil euros.

Em termos de Eixo Prioritário, o maior peso das aprovações verificou-se no Eixo Prioritário III (436 milhões de euros), destacando-se as tipologias relacionadas com a requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (252 milhões de euros) e saúde (119 milhões de euros). De realçar ainda, tal como acontece ao nível da execução, o nível de aprovações no Eixo Prioritário I, onde apesar de não registar a parcela mais representativa em termos de montante aprovado a 31/12/2009, é sem dúvida o que regista a maior taxa de crescimento, ultrapassando os 200%.

Os Eixos I, III e VI apresentam em final de período taxas de compromisso, respectivamente, de 37,0%, 56,7% e 26%. Ao nível da execução, é também nestes Eixos que se registam as taxas mais significativas, superiores à taxa média de execução do Programa, atingindo cada Eixo 4,2%, 3,9% e 7,8%, respectivamente. As tipologias de operações que mais contribuíram em 2009 para a execução financeira do Programa encontram-se alocadas aos Eixos Prioritários I e III, e respeitam, maioritariamente, a operações dos sistemas de incentivos e da requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.

Operações contratadas revelam bom contributo para os indicadores comuns comunitários e para os temas prioritários “earmarking”

Com base nas operações contratadas, o balanço sobre 2009 revela um bom contributo do Programa quer em termos de Indicadores Comuns Comunitários quer em termos de despesa de “Earmarking”.

O número de indicadores comuns comunitários para os quais o ON.2 apresenta contributos mais do que duplica face a 2008 (9 indicadores em 2008 vs 19 em 2009).

| 268

Nos domínios mais directamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam já em 2008 níveis relevantes, verifica-se em 2009 um incremento muito substancial. Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projectos contratados no final de 2009 era 5 vezes superior ao registado a 31/12/2008, multiplicando-se quase por 6 o n.º de projectos em cooperação entre empresas e instituições do SCTN já contratados. À luz dos indicadores comuns nacionais, constantes do Anexo I, em finais de 2009 o investimento total em I&D apoiado pelo ON.2 ascendia a 55 M€, sendo que este valor em 31/03/2010 situava-se já nos 116 M€ (dos quais 56 M€ relativos a I&D empresarial). Este aspecto é da maior relevância porque, comparativamente ao observado no passado (QCA III), evidencia não apenas um aumento global da procura por apoios à I&D mas ao mesmo tempo um “mix” muito mais equilibrado entre I&D pública e empresarial.

Este balanço aplica-se igualmente às ajudas directas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a triplicarem o seu valor. Em 2009 o investimento total em projectos de apoio às empresas atingiu os 414 M€, com uma componente privada que ascendia já aos 140 milhões de Euros. No universo das PME com 906 projectos apoiados, é de referir que 310 dessas empresas estavam classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia.

Outro domínio com relevo e forte incremento em 2009 é o da Sociedade de Informação, com 228 projectos aprovados. Este acréscimo reflecte o apoio do ON.2 na promoção das TIC quer ao nível empresarial, através dos Sistemas de Incentivos, quer em operações transversais associadas à Modernização Administrativa (SAMA), quer ainda ao nível da introdução das TIC no parque escolar, estando esta última intervenção inserida no Plano Tecnológico da Educação. É de realçar que as operações transversais acima referidas têm um elevado nível de abrangência. Assim, as 82 operações relativas a lojas de cidadão e centros multi-serviços já contratadas abrangem uma população de 2.168.468 habitantes.

Os domínios dos Transportes e Ambiente apresentam em 2009 as primeiras contratações, sendo de destacar o apoio a 36 operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados, correspondendo a uma área de 393 mil hectares.

Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, reflectindo quer o apoio a empresas do sector no quadro dos Sistemas de Incentivos quer um primeiro conjunto de aprovações no âmbito do PDTVD. Note-se que, à luz da informação retirada de concursos abertos mas ainda não decididos em 2009, é possível desde já afirmar que o sector do Turismo na Região do Norte virá a ter um apoio muito significativo por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na Região.

| 269

Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação. Com efeito, o ON.2 tem previsto afectar ao sector da Educação um montante muito significativo de recursos, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar. Em conformidade verifica-se já um nível de aprovações muito elevado: 254 operações, abrangendo 55.933 alunos. O sector da Saúde verifica um incremento significativo no n.º de operações contratadas, 30 no final de 2009, as quais irão abranger uma população total de 3.004.023 habitantes.

No domínio da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades ocorreram, respectivamente, 14 e 1 aprovações de operações individuais. Note-se que o ON.2 tinha aprovado, até finais de 2009, 37 Protocolos para a Regeneração Urbana, envolvendo 142 parceiros e abrangendo uma população de 400 mil habitantes. Estes Protocolos enquadram um número muito elevado de operações individuais, sendo uma expectativa segura um grande incremento neste indicador no ano de 2010.

Os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas “earmarking”) têm no ON.2 um FEDER programado de 1.889 M€, ou seja, 70% da dotação FEDER do Programa Operacional, correspondendo a 41 temas num total de 64 temas prioritários. No final de 2009 verifica-se que 20 dos 41 temas “earmarking” apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado em temas “earmarking” a 602 M€, o que corresponde a 72% do FEDER aprovado.

Pode-se pois concluir que o ritmo de aprovações ao nível dos temas “earmarking” é sensivelmente análogo ao das aprovações em geral e que se verifica uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego.

Incidência intra-regional dos apoios actua no sentido da coesão territorial

Outra conclusão relevante prende-se com o impacto do ON.2 em termos de coesão territorial interna à Região do Norte. Com base nos valores acumulados em finais de 2009, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afecto ao Grande Porto. Mas confirma-se igualmente que são os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento “per capita” que apresentam incidências de apoio “per capita” maiores (“Minho–Lima”, Tâmega”, “Douro” e “Alto Trás-os-Montes”).

| 270

Balanço por Eixo Prioritário

Analisando o grau de prossecução dos objectivos por Eixo Prioritário, as principais conclusões a destacar são as seguintes:

Quanto ao Eixo Prioritário I – “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, No final de 2009, é já possível fazer-se um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas induzidas pelo ON.2, convergentes com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos, quer na componente atribuída a projectos públicos ou não empresariais quer na componente dos Sistemas de Incentivos, revelou-se globalmente muito elevada e com uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento.

Em particular, os dados relativos à execução de projectos de I&D mostram, comparativamente com o passado (QCA III), duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura por apoios à I&D mas, ao mesmo tempo, um “mix” muito mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial.

De assinalar que até ao final de 2009 estavam aprovadas 1.148 candidaturas de pequenas e microempresas, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, envolvendo um investimento total de cerca de 553 milhões € e valor global de incentivo FEDER atribuído de 233 milhões €. Os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução na ordem dos 7,2%, tendo executado 10,3% do incentivo aprovado até essa data.

O Eixo Prioritário II – “Valorização Económica de Recursos Específicos”, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015. No entanto foi seguramente

aquele em que verificou um atraso mais significativo no “arranque”, reflectindo-se esse atraso na reduzida execução física e financeira a 31/12/2009.

Dada a forte articulação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”; OE3 / “Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte”; OE5 / EEC PROVERE), foi opção da Autoridade de Gestão não antecipar – pelo menos de modo relevante – a abertura de concursos face ao reconhecimento formal das EEC. Este último, seguindo procedimentos e calendários definidos a nível nacional, ocorreu em regra entre Junho e Julho de 2009. Em 2009 foram desenvolvidas as iniciativas necessárias à alteração radical do ritmo de execução do Eixo 2, cujos resultados serão já bem visíveis em 2010: Em 2009 foram já abertos um conjunto relevante de concursos, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 97,5 M €, já em 2010, verifica-se que à presente data foram abertos concursos representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 51,8 M €.

| 271

O Eixo Prioritário III – “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” apresenta já uma taxa de compromisso muito elevada. O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.

Relativamente ao processo de Requalificação da Rede Escolar do ensino Básico e Pré-Escolar, dinamizando a construção dos centros Escolares e o encerramento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com menos de 10 alunos, as operações aprovadas neste Eixo irão permitir aos alunos da Região do Norte melhores condições de ensino e de socialização. No que se refere aos equipamentos de Saúde, as aprovações de projectos permitem a cobertura da quase totalidade da região, modernizando e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população.

É igualmente de registar o contributo para a sustentabilidade ambiental da Região do Norte, protagonizado pela intervenção em 392.656 hectares de áreas integradas em parques naturais, reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e domínio público hídrico.

No Eixo Prioritário IV – “Qualificação do Sistema Urbano”, a nota dominante vai para a aprovação de Programas de Acção, sendo o nível de aprovação das operações individuais ainda relativamente baixo, dado que as aprovações dos programas tinham obrigatoriamente que preceder os procedimentos conducentes às operações individuais.

A aprovação de 86 candidaturas, das quais 55 configuram intervenções integradas de requalificação urbana ultrapassa largamente as metas estabelecidas para 2010, quer em termos de número de operações quer de população abrangida. Destas, destaca-se os 37 Programas de Acção no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sendo um processo inovador de intervenção nos aglomerados urbanos, envolvendo diversos agentes

com capacidade de intervenção naqueles espaços, poderá, a prazo, contribuir para o desenvolvimento de processos de planeamento urbano participado e para o envolvimento de parceiros privados, estimulando novas formas de gestão das cidades.

A Criação de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação permite colocar as intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental. Estavam aprovadas 5 parcerias deste tipo, perspectivando a criação de redes entre cidades, rentabilizando a utilização de serviços e equipamentos, promovendo a criação de economias do custo de gestão, garantindo uma melhor cobertura populacional a nível dos serviços prestados permitirá a criação de actividades urbanas mais competitivas.

| 272

A execução física e financeira do Eixo Prioritário V – “Governança e Capacitação Institucional” denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas. No ano de 2009, a iniciativa mais relevante no âmbito do Eixo foi a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração. Estas operações decorrem do Programa de Acção protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP. O número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços (estes últimos já aprovados em 2008) ultrapassa já a meta estabelecida para 2015.

Problemas associados ao arranque do QREN estão no essencial superados...

Como se deu conta neste Relatório, 2009 é, de algum modo, um ano de normalização e de estabilização de um conjunto de aspectos organizacionais, procedimentais e administrativos, cuja indefinição inicial ou novidade ainda afectou negativamente a actividade desenvolvida no ano em análise.

Dificuldades relacionadas com dimensões tais como o “timing” do encerramento do QCA III e do ON, a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, o novo Sistema de Gestão e Controlo e a estabilização e compatibilidade entre sistemas de informação estão agora, no essencial ultrapassadas.

Por outro lado, a complexidade de tipologias e, nomeadamente, a aprovação tardia de Programas de Acção previstos para enquadrar futuras operações individuais contribuíram para dilatar no tempo o ritmo de aprovações e, em consequência, da execução.

Finalmente, subsistem dificuldades ao nível da análise da admissibilidade das operações, decorrentes das exigências regulamentares e da instrução frequentemente incompleta das candidaturas face às referidas exigências. Estas dificuldades, não sendo insuperáveis, têm levado a ciclo de decisão mais longos do que o previsto.

... mas verificou-se o agravamento do contexto macroeconómico

Com o incremento do volume de aprovações, tornaram-se mais visíveis, em 2009, a relevância dos problemas associados à execução dos projectos já aprovados. Aliás, é a este nível que se jogará, em grande parte, o maior ou menos sucesso do programa no que respeita ao grande desafio para 2010: acelerar decisivamente a execução.

Genericamente, o atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prende-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao co-financiamento dos projectos. Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos 2 anos gerou fortes restrições de liquidez. No caso das empresas, verifica-se um crescente aperto de condições na concessão de crédito e garantias. Num contexto macroeconómico desta natureza, o adiamento do investimento empresarial surge como corolário natural. No caso de outras entidades, nomeadamente daquelas que dependem directa ou indirectamente de financiamento proveniente do Orçamento de Estado e, no caso dos Municípios, de arrecadação também com base em impostos e taxas municipais, verifica-se o agudizar dessa mesma restrição financeira, tendencialmente agravada já nos primeiros meses de 2010, por força das medidas de contenção do défice orçamental.

A resolução destes problemas exige uma actuação a vários níveis e não depende crucialmente de acções a empreender pela Autoridade de Gestão. Ao nível da Autoridade de Gestão foram tomadas várias medidas no sentido de acelerar a execução física e financeira das operações e de reduzir a incerteza que pesa sobre esta variável, decorrendo em alguns casos essas acções de iniciativas transversais aos programas operacionais. Assim, as normas de pagamentos têm observado sucessivas revisões, no sentido de facilitar e agilizar procedimentos relativos à apresentação de pedidos de pagamentos e à prestação de garantias no caso de adiantamentos.

7.2. Previsões e perspectivas para 2010

Para 2010, a Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte”, prosseguirá o seu esforço no sentido de garantir um adequado nível de aprovações, correspondendo desse modo às expectativas das empresas e das instituições regionais bem como ao objectivo de assegurar uma taxa de compromisso elevada. Será no entanto na forte aceleração da execução física e financeira do Programa e das operações aprovadas que se situará o objectivo principal para 2010.

Plano anual de concursos para 2010

No primeiro semestre de 2010 foram já abertos concursos que, no seu conjunto, representam uma dotação global FEDER de 186 milhões €. Para o segundo semestre prevê-se um número adicional de concursos com uma dotação global FEDER de 161 milhões €. Em ambos os casos, estes valores não incorporam os concursos a abrir no quadro das subvenções globais atribuídas às CIM / AMP, cujos planos de concursos estão em fase de redefinição.

Plano Anual de Concursos, 2010

Regulamento	Tipologia	Data de Abertura	Data de Encerram.	Dotação FEDER
1º Semestre				
SI PME	Projectos individuais ou em cooperação	12-Mai-10	18-Jun-10	8.000.000 €
	Projectos individuais - Solar Térmico	01-Jun-10	31-Ago-10	1.000.000 €
	Projectos conjuntos - internacionalização	12-Mai-10	30-Jun-10	1.000.000 €
2º Semestre (indicativo; dotações e datas por aprovar)				
SI I&DT	Vale I&DT	2º Semestre	2º semestre	5.000.000 €
	Núcleos e Centros de I&DT			
	Projectos individuais			
	Projectos em co-promoção			
SI Inovação	Inovação Produtiva	2º Semestre	2º Semestre	15.000.000
	Empreendedorismo Qualificado			
SI PME	Vale Inovação	2º Semestre	2º Semestre	8.000.000
	Projectos individuais ou em cooperação			
	Projectos conjuntos - internacionalização			
	Projectos conjuntos - outras tipologias			
1º Semestre				
Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	SAIECT-IEC/1/2010	17-Mar-10	2-Jul-10	14.000.000
Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	SAIECT-IEC/2/2010	17-Mar-10	2-Jul-10	26.000.000
PCT & IEBT	SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010	31-Mar-10	28-Mai-10	15.000.000
Áreas Acolhimento Empresarial	SAAAEL/1/2010	12-Jan-10	2-Jul-10	32.000.000
Energia	E-PDRTAE/1/2010	2-Fev-10	30-Abr-10	840.000
Energia	E-UAG/1/2010	23-Fev-10	28-Jun-10	6.000.000
VERE - Turismo	CIT/1/2010	2-Fev-10	30-Jul-10	3.500.000
VERE - Turismo	EHT/1/2010	23-Fev-10	31-Mar-10	4.500.000
VERE - Turismo	CIT/2/2010	14-Abr-10	1-Out-10	11.000.000
VERE – Indústrias Criativas	SACIC-IF/PA/2010	31-Mai-10	18-Jun-10	6.300.000
VERE - PROVERE	EEC PROVERE/PA/1/2010	14-Abr-10	16-Jul-10	20.000.000
VERE - PROVERE	EEC PROVERE/PC/1/2010	14-Abr-10	16-Jul-10	5.500.000

Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e Pré-Escolar	RRE/1/2010	19-Mar-10	26-Mar-10	1.300.000	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	RNT/1/2010 – Acções Materiais	04-Fev-10	15-Mar-10	2.000.000	
Rede de Equipamentos Culturais	Programação Cultural em Rede	09-Fev-10	15-Abr-10	3.000.000	
Capacitação Institucional	PCI-I/1/2010	23-Fev-10	1-Jun-10	3.000.000	
Capacitação Institucional	PCI-CIM e AMP / 2010	28-Abr-10	21-Jul-10	8.704.077	
Capacitação Institucional	PCI-Redes Institucionais / 2010	12-Mai-10	27-Ago-10	5.000.000	
Capacitação Institucional	PCI-Desenvolvimento Regional / 2010	31-Mai-10	15-Set-10	5.000.000	
Capacitação Institucional	PCI - PROVERE	21-Mai-10	15-Jun-10	3.200.000	275
2º Semestre (indicativo; dotações e datas por aprovar)					
Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	SAIECT-IETIEFE/PA/1/2010	2º Semestre	2º Semestre	10.000.000	
Cultura Científica e Tecnológica	SAIECT-PCCT/1/2010	2º Semestre	2º Semestre	2.000.000	
Cultura Científica e Tecnológica	SAIECT-PCCT/2/2010	2º Semestre	2º Semestre	9.000.000	
SIAC	SIAC/1/2010	2º Semestre	2º Semestre	8.000.000	
Economia Digital	EDSC/1/2010	2º Semestre	2º Semestre	25.000.000	
Energia	Solar Térmico	2º Semestre	2º Semestre	15.000.000	
Energia	Solar Térmico - Piscinas	2º Semestre	2º Semestre	7.000.000	
VERE – Indústrias Criativas	SACIC-GCEC/1/2010	2º Semestre	2º Semestre	6.000.000	
VERE - PROVERE	PROVERE	2º Semestre	2º Semestre	10.000.000	
Equipamentos Sociais	Equipamentos Sociais	2º Semestre	2º Semestre	25.000.000	
Acções de Valorização do Litoral	Acções de Valorização do Litoral	2º Semestre	2º Semestre	10.000.000	
Equipamentos para a Coesão Local	Equipamentos públicos específicos	2º Semestre	2º Semestre	5.000.000	
Capacitação Institucional	PCI – Eventos Internacionais	2º Semestre	2º Semestre	1.000.000	
Total 1º Semestre				185.844.077	
Total 2º Semestre (previsão)				161.000.000	
Total (previsão)				346.844.077	

Previsões para aprovações e execução

No âmbito das Previsões dos Pedidos de Pagamento enviadas à Comissão Europeia, nos termos do estipulado no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro, foram apresentados os valores para 2010 e 2011 que constam do Quadro seguinte:

Quadro 23 – Previsões de Pedidos de Pagamento à CE em 2010 e 2011

Eixo Prioritário	Previsão 2010		Previsão 2011	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	570.293	367.837	755.109	484.858
EP1	176.296	95.764	218.412	118.642
EP2	50.000	33.750	65.000	43.875
EP3	198.000	138.600	234.000	163.800
EP4	110.000	71.500	195.000	126.750
EP5	18.997	13.773	24.697	16.491
EP6	17.000	14.450	18.000	15.300

UN: Mil Euros

Estas previsões, apresentadas à Autoridade de Certificação em Abril de 2010, foram calculadas pelos Secretariados Técnicos responsáveis pelos Eixos do Programa, tendo, no caso das operações dos Sistemas de Incentivos, sido tratadas as informações a este respeito recolhidas junto dos quatro Organismos Intermédios envolvidos (AICEP, ADI, TP e IAPMEI).

De um modo geral, para as operações dos Sistemas de Incentivos, os organismos responsáveis avançaram com previsões calculadas a partir dos valores de pagamentos verificados em 2009 e no primeiro trimestre de 2010, aos quais foram aplicadas taxas de crescimento que rondam os 15% para 2010 e entre 20% a 25% para 2011. Foi também tido em conta nestas previsões, o comportamento que vem apresentando a execução face às datas de aprovação dos incentivos.

Em linha com esta previsão, e considerando ainda taxas de realização situadas, consoante os diferentes eixos, entre 20% e 33% (o que equivale a considerar que em 2010 a execução financeira crescerá necessariamente a ritmos claramente superiores ao das aprovações), está a previsão sobre aprovações apresentada neste relatório.

Assim, estima-se que, no final de 2010, a taxa de compromisso do programa como um todo se situe na casa dos 67,8%, ou seja, cerca de 12 pontos percentuais acima do planeado na programação. Em suma, os valores globais acumulados, reportados ao final de 2010, evidenciam que, em termos de aprovações e taxa de compromisso, o programa mais do que recuperará o atraso inicial verificado.

A taxa de execução em finais de 2010, na previsão efectuada, situar-se-á em 14%. Trata-se de uma previsão moderada, o que não impede a Autoridade de Gestão de manter um objectivo mais ambicioso, ainda que mais incerto. Nesta previsão, as taxas de execução em todos os Eixos ultrapassam o limiar imposto pela regra n+3 para finais de 2010 (6%) Convém no entanto lembrar que de acordo com a regra n+3 relativa a 2008 e a regra n+2 relativa a 2009, a taxa de execução deverá, em 2011, situar-se acima dos 19,7%.

Aliás, refira-se que no primeiro trimestre de 2010 a execução financeira já registou um aumento de cerca de 55%.

Evolução macroeconómica incerta e aspectos pertinentes para uma futura reprogramação

De acordo com as previsões disponíveis, a economia portuguesa observará em 2010 um crescimento económico moderado, em contraponto com o crescimento negativo observado em 2010. A evolução do contexto macroeconómico permanece no entanto marcada por um elevado nível de incerteza.

| 277

Por outro lado, o contexto macroeconómico em 2010 será decisivamente marcado pelas medidas de redução do défice orçamental e pela manutenção – ou mesmo agravamento – das restrições no acesso ao crédito.

Este contexto não deixará de influenciar negativamente a execução do ON.2. A elevada incerteza e a dificuldade de acesso ao financiamento bancário continuarão a afectar os promotores privados com operações aprovadas no quadro dos Sistemas de Incentivos. Mas também os promotores públicos (Municípios, entidades do SCTN, etc.) sofrerão com maior acuidade uma restrição financeira, seja por via da diminuição de receitas próprias seja por via de reduções nas transferências provenientes do OGE, seja ainda pela maior dificuldade em obter recursos junto do sistema financeiro.

Este contexto terá seguramente implicações ao nível da execução física e financeira. Foi já em função destas dificuldades que, já em 2010, o Protocolo assinado entre o Governo e a ANMP veio a prever, entre outras medidas, a possibilidade de aumentar a taxa de co-financiamento para 80% para os projectos municipais com aprovações entre 2007 e 2010. Esta medida, justificada pelo contexto macroeconómico, induzirá um aumento sensível das taxas de co-financiamento médias, com incidência em todos os Eixos Prioritários mas com uma particular relevância nos Eixos III e IV, aqueles em que o investimento municipal tem uma maior expressão.

No Eixo Prioritário I era já visível em 2008, confirmando-se esta tendência em 2009, que a taxa de co-financiamento implícita nas aprovações é superior à taxa média programada. Tal decorre essencialmente do facto das taxas de co-financiamento em sede dos Sistemas de Incentivos serem superiores às expectáveis aquando da elaboração do programa, como resultado das taxas máximas entretanto previstas nos Regulamentos e da aplicação de majorações várias. Mais uma vez, a prática de aplicação das taxas máximas previstas teve em conta o contexto de crise que afecta as decisões de investimento das empresas.

Assim, admite-se que em 2010 confirmar-se-á a tendência evidenciadas pelos compromissos já assumidos nas aprovações no que respeita quer às taxas de co-financiamento. Nesse

sentido, não está excluída a necessidade de ajustamentos nas taxas programadas e, até, nas dotações FEDER dos diferentes Eixos, já que é expectável que, no quadro do envelope financeiro afecto às subvenções globais para as CIM / AMP, venha a ser desejável reforçar a dotação relativa ao Eixo III, sendo pertinente considerar estas alterações em sede da futura reprogramação.

Outro aspecto que justifica a necessidade de uma reprogramação tem a ver com a definição dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário. Esses indicadores, na sua versão actual, foram formulados aquando da elaboração do programa e em momento prévio à elaboração dos Regulamentos Específicos. Ora, tal como é referido em concreto em diversos pontos deste relatório, nomeadamente no capítulo 3, verifica-se um desajustamento entre os indicadores e a execução do programa.

Em regra, essa inadequação decorre do facto de as tipologias que vieram a ser definidas nos Regulamentos bem como o espectro de operações que daí decorreram nem sempre corresponderem às tipologias implicitamente consideradas nos indicadores associados aos objectivos específicos. Um problema diferente tem a ver com as metas fixadas para 2010 e 2015. Em alguns casos, até, a execução em 2009 já ultrapassa a meta definida para 2010 e, mesmo, para 2015.

É intenção da Autoridade de Gestão iniciar em 2010 um procedimento sistemático de revisão dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário e das respectivas metas, sendo desejável que o calendário para essa tarefa venha a ser definido de forma transversal aos diferentes programas operacionais.

SIGLAS

ADI - Agência de Inovação

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CMC - Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais

COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação

CPA - Código do Procedimento Administrativo

EAT - Estrutura de Apoio Técnico

FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEP - Fundo Europeu das Pescas

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IFDR - Instituto de Financiamento para o Desenvolvimento Regional

IGF - Inspeção-Geral de Finanças

MAOT - Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

MEID - Ministério da Economia, Indústria e Desenvolvimento

NUT - Núcleo de Unidade Territorial

ON.2 - Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

PAISCTP - Programas de Acção Intermunicipais de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade

PO - Programa Operacional

POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade

PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território

PTD - Programas Territoriais de Desenvolvimento

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UC - Unidade de Controlo

UCF - Unidade de Certificação Financeira

Anexos

Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário

Anexo III - Aprovações e execução por NUT III

Anexo IV - Resumo Implementação Física - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo V – Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário

Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo VII – Processo de selecção por Eixo Prioritário

Anexo IX – Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização

Anexo X – Tabela de classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) N.º 1059/2003

Anexo XI – Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Regulamentos Específicos
				Executada	Contratada	
Agenda Factores de Competitividade						
ICN-Tri-001 (*)	Realização	n.º	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)		801	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Inovação ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
ICN - Anual-002	Realização	n.º	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I		310	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Inovação ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		413.920.183,84	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos		328.064.180,68	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Inovação ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
ICN-Tri-003	Realização	n.º	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)		135	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Inovação ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
ICN-Tri-004	Realização	n.º	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I		65	---Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ---Sistema de Incentivos à Inovação ---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT)
ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		4.665.881,80	---Sistema de Incentivos à Inovação
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		52.937.561,87	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-004	Realização	n.º	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável		140	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto		39.336.665,75	---Sistema de Incentivos à Inovação
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto		173.592.649,35	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		41.006.675,12	---Sistema de Incentivos à Inovação
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		242.892.097,18	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto		2.701.400,87	---Sistema de Incentivos à Inovação
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto		97.341.184,01	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		129.573.925,97	---Sistema de Incentivos à Inovação
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		452.908.250,50	---Sistema de Incentivos à Inovação
ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME			
ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira			
ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco			
ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT		54.535.435,30	---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) ---RE Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; ---RE Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT		46.198.158,58	---RE Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas ---RE Valorização Económica dos Recursos Específicos
ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		14.458.708,31	---Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) i) e ii)
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		13.856.642,16	
ICN-Tri-007 (***)	Realização	n.º	Acções Colectivas		73	
ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas		2.315.794,17	--- RE Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC
			Investimento elegível nas Acções Colectivas		2.224.459,23	
ICN - Anual-015	Realização	m²	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		3.651	--- RE Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica --- RE Valorização Económica dos Recursos Específicos
	Realização	m²	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas			
	Realização	m²	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		54.072	
ICN - Anual-016	Realização	n.º	Projectos pilotos de eficiência energética			--- RE "Energia"
ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto			--- Regulamento Especifico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto			--- Regulamento Especifico "Energia"
ICN-Tri-008	Realização	n.º	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		82	--- RE Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA
ICN-AAE-001	Resultado	n.º	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		2.168.468	--- RE Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA
ICN-AAE-002	Resultado	n.º	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas			--- RE Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA
ICN-AAE-003	Realização	n.º	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos			--- RE Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA
ICN-AAE-006	Resultado	n.º	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		8	

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Regulamentos Específicos
				Executada	Contratada	
Agenda Valorização do Território						
ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada		364,534	→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial
ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada		0,7	→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial
ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta			→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento
ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)			→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento
ICN - Anual-018	Realização	n.º	ETARs construídas			→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento
ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
ICN - Anual-020	Realização	n.º	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
ICN - Anual-021	Resultado	n.º	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
ICN - Anual-022	Realização	n.º	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados		36	→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados
ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados		392.656,54	→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados
ICN-Tri-013	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral		6	→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais
	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos			
	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental			
ICN - Anual-024	Resultado	n.º	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil			→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais
ICN - Anual-025	Realização	n.º	Protocolos de parceria para a regeneração urbana		37	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
ICN - Anual-026	Realização	n.º	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana		142	
ICN - Anual-027	Resultado	n.º	População abrangida por operações de regeneração urbana		400.000	
ICN - Anual-028	Realização	m²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana		138.030	
ICN - Anual-029	Realização	n.º	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		5	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
ICN - Anual-030	Realização	n.º	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		14	
ICN - Anual-031	Realização	n.º	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		16	
ICN-Tri-014	Resultado	n.º	Equipamentos sociais			→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
		n.º	Equipamentos desportivos			
		n.º	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)			
		n.º	Unidades de saúde		30	
ICN - Anual-032	Resultado	n.º	População abrangida por equipamentos sociais			→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
		n.º	População abrangida por equipamentos desportivos			
		n.º	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)			
		n.º	População abrangida por unidades de saúde		3.004.023	
ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira			→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e materiais
ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco			→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e materiais
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência			→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e materiais

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Regulamentos Específicos
				Executada	Contratada	
Agenda Potencial Humano						
ICN-Tri-015	Resultado	n.º	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	17	254	→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
		n.º	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados			
ICN - Anual-033	Resultado	n.º	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	3.744	55.933	→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
		n.º	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados			
		n.º	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados			

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual -001

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual -011

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN - Anual-013

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).



PROGRAMA: POR NORTE

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007/PT/161/PO/002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5070 de 10 de Outubro de 2007



Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	4.254.747.966	3.664.704.600	2.711.645.133	1.593.073.637	1.299.732.477	1.127.651.513	841.594.760	101.908.981	95.465.671	75.756.359	97.165.155	31,04%	2,79%	9,00%	11,55%	128,28%
FEDER	4.254.747.966	3.664.704.600	2.711.645.133	1.593.073.637	1.299.732.477	1.127.651.513	841.594.760	101.908.981	95.465.671	75.756.359	97.165.155	31,04%	2,79%	9,00%	11,55%	128,28%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento (SI)	1.448.260.037	1.033.962.156	786.645.133	553.006.536	405.961.854	233.880.890	232.505.295	30.353.544	23.910.234	23.910.234	30.555.432	37,01%	4,23%	11,44%	10,50%	91,73%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento (Sem SI)				87.072.423	80.843.343	80.843.343	58.596.491	12.761.784	12.761.784	9.401.591	0					
EP2 - Valorização Económica de Recursos Específicos	414.814.815	381.111.111	280.000.000	27.807.583	26.531.772	26.531.772	18.572.241	0	0	0	0	6,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
EP3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	1.100.000.000	1.052.857.143	770.000.000	783.379.125	652.248.338	652.248.338	436.830.073	42.325.173	42.325.173	29.789.654	53.311.743	56,73%	3,87%	6,82%	12,20%	178,96%
EP4 - Qualificação do Sistema Urbano (*)	992.307.692	905.480.769	645.000.000	77.418.356	71.487.226	71.487.226	49.833.328	7.654.261	7.654.261	5.343.558	5.271.133	7,73%	0,83%	10,72%	10,58%	98,64%
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	195.684.874	187.612.873	141.871.534	36.765.053	35.263.939	35.263.939	22.332.401	774.281	774.281	477.375	451.531	15,74%	0,34%	2,14%	2,02%	94,59%
EP6 - Assistência Técnica	103.680.548	103.680.548	88.128.466	27.624.561	27.396.004	27.396.004	22.924.931	8.039.938	8.039.938	6.833.947	7.575.316	26,01%	7,75%	29,81%	33,04%	110,85%

(*) No caso dos Programas de Acção só inclui os dados das operações 'individuais'.



PROGRAMA: POR NORTE

OBJECTIVO: Convergência

CÓDIGO CCI: 2007/PT/161/PO/002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5070 de 10 de Outubro de 2007



Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31.12.09 (valores acumulados)

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	1.767	1.299.732.477	1.127.651.513	841.594.760	101.908.981	95.465.671	75.756.359	9,00%
FEDER	1.767	1.299.732.477	1.127.651.513	841.594.760	101.908.981	95.465.671	75.756.359	9,00%
NORTE	1.728	1.217.614.106	1.049.839.450	779.748.213	83.805.271	77.751.970	61.521.865	7,89%
Minho-Lima	123	95.684.076	83.186.341	64.407.122	15.172.403	15.000.866	11.110.026	17,25%
Cávado	228	113.064.022	96.317.368	73.655.040	6.291.099	6.054.431	4.793.857	6,51%
Ave	238	112.820.343	87.834.726	71.744.764	10.284.826	9.878.812	8.070.225	11,79%
Grande Porto	561	399.062.982	345.808.775	247.514.118	15.285.974	14.454.858	11.916.978	5,16%
Tâmega	224	212.210.377	193.226.903	135.381.337	15.148.438	11.845.571	9.871.765	7,02%
Entre Douro e Vouga	137	79.132.720	59.195.973	48.473.636	2.814.076	2.505.202	2.167.011	4,47%
Douro	138	128.614.478	118.825.349	87.676.276	7.001.582	6.770.312	5.354.925	6,06%
Alto Trás-os-Montes	79	77.025.108	65.444.016	50.895.920	11.806.872	11.241.919	8.237.078	16,92%
Não regionalizável	39	82.118.372	77.812.063	61.846.546	18.103.710	17.713.701	14.234.494	23,02%

Anexo IV.A) - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)						
Eixo Prioritário 1	N.º de Unidades de I&D apoiadas	Realização - Contratada		1		
		Realização - Encerramento				
		Metas			30	100
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização - Contratada (1)	92	310		
		Realização - Encerramento				
		Metas			250	500
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Área de infraestruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização - Contratada		54.072		
		Realização - Encerramento				
		Metas			115.000	350.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização - Contratada (1)	140	495		
		Realização - Encerramento				
		Metas			130	450
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Realização - Contratada		8		
		Realização - Encerramento				
		Metas			20	105
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização - Contratada		73		
		Realização - Encerramento				
		Metas			10	35
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização - Contratada		2		
		Realização - Encerramento				
		Metas			100	300
		Valor de Referência / Situação de Partida				
Eixo Prioritário 2	N.º de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização - Contratada		21		
		Realização - Encerramento				
		Metas			50	100
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Area infraestruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m²)	Realização - Contratada		195.880		
		Realização - Encerramento				
		Metas			200.000	600.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização - Contratada		8		
		Realização - Encerramento				
		Metas			3	10
		Valor de Referência / Situação de Partida				
Eixo Prioritário 3	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Realização - Contratada	13,78%	43,10%		
		Realização - Encerramento				
		Metas			7%	25%
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização - Contratada	8	36		
		Realização - Encerramento				
		Metas			16	50
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização - Contratada	52.907	55.933		
		Realização - Encerramento	2.635	3.744		
		Metas			22.100	44.200
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização - Contratada	241	254		
		Realização - Encerramento	12	17		
		Metas			112	223
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização - Contratada	2.818.728	3.004.026		
		Realização - Encerramento				
		Metas			1.097.272	3.754.044
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização - Contratada	18	31		
		Realização - Encerramento				
		Metas			71	90
		Valor de Referência / Situação de Partida				

Anexo IV.A) - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)						
Eixo Prioritário 4	N.º de intervenções integradas de requalificação urbana	Realização - Contratada	8	55		
		Realização - Encerramento				
		Metas			2	8
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização - Contratada		220.570		
		Realização - Encerramento				
		Metas			100.000	400.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade	Realização - Contratada		14		
		Realização - Encerramento		0		
		Metas			8	16
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel	Realização - Contratada		6.250		
		Realização - Encerramento		0		
		Metas			8.000	40.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização - Contratada	8	37		
		Realização - Encerramento				
		Metas			12	30
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização - Contratada		138.030		
		Realização - Encerramento				
		Metas			160.000	400.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização - Contratada		400.000		
		Realização - Encerramento				
		Metas			24.000	60.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização - Contratada		105		
		Realização - Encerramento				
		Metas			22	76
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Realização - Contratada		10%		
		Realização - Encerramento				
		Metas			10%	10%
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Km de rede viária apoiada (km)	Realização - Contratada		364.534		
		Realização - Encerramento				
		Metas			50	190
		Valor de Referência / Situação de Partida				
Eixo Prioritário 5	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados	Realização - Contratada	1.721.213	2.168.468		
		Realização - Encerramento				
		Metas			650.000	2.400.000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Nº Lojas do Cidadão/Centros multi-serviços apoiados	Realização - Contratada	67	82		
		Realização - Encerramento				
		Metas			25	61
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada	423	423		
		Realização - Encerramento				
		Metas			350	1000
		Valor de Referência / Situação de Partida				
	Nº de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada	9	9		
		Realização - Encerramento				
		Metas			90	270
		Valor de Referência / Situação de Partida				

1. Os valores dos indicadores relativos ao ano de 2008 apresentados no presente relatório diferem dos apresentados no Relatório de 2008, pelo

Anexo IV.B) - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)					
Investigação e Desenvolvimento	4. N.º de Projectos de I&DT	Realização 33		177	177
		Metas			
	5. N.º de Projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização 5		28	28
		Metas			
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização 245		906	906
		Metas			
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização 30		135	135
		Metas			
	10. Investimento induzido (em milhares de euros)	Realização 53.084		140.478	140.478
		Metas			
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos (sociedade da informação)	Realização 90		228	228
		Metas			
Transportes	13. N.º de projectos	Realização 49			49
		Metas			
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização		7,323	7,323
		Metas			
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização		357,211	357,211
		Metas			
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização		0,7	0,7
		Metas			
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos (Metro do Porto)	Realização 38.940			38.940
		Metas			
Ambiente	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização 3			3
		Metas			
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização		1	1
		Metas			
Turismo	34. N.º de Projectos (Turismo)	Realização 34		99	99
		Metas			
Educação	36. N.º de projectos (Educação)	Realização 241		254	254
		Metas			
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização	52.907	55.933	55.933
		Metas			
Saúde	38. N.º de projectos	Realização 18		31	31
		Metas			
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização 14			14
		Metas			
Competitividade das cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização 1			1
		Metas			

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação							Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	Estado NIF Localização (NUT III/UT III)	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
								1.299.732.477 €	1.127.651.513 €	841.594.760 €	2.622.353 €
								486.805.197 €	314.724.232 €	291.101.787 €	2.622.353 €
NORTE-01-0162-FEDER-000002	Operação - Escol@segura	1	4	ZZZ	101	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	7.865.817 €	7.865.817 €	5.899.363 €	- €
NORTE-01-0162-FEDER-000003	Adquisición equipamiento del International Iberian Nanotechr	1	4	112	105	508633346	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia LIN	24.285.710 €	24.285.710 €	17.000.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000195	CERTEN	4	4	112	205	508422825	ENERNUMÉRICA - CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, UNIPESSOAL, LDA	164.652 €	74.094 €	74.094 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000271	CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA DEDICADA A SERVIÇOS PEL	4	4	114	205	508421055	CURRICULOS DA VIDA COMUNICAÇÃO DIGITAL, LDA	347.530 €	156.389 €	156.389 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000512	INTERLIMS - PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LIMS P	4	4	114	205	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQU	236.667 €	106.500 €	106.500 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000658	INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA COM	4	4	114	205	507455509	BERD - PROJECTO INVESTIGAÇÃO E ENGENHARIA DE PONTES, SA	414.688 €	186.610 €	186.610 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000721	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL HOME	4	4	114	205	507997476	CSIDE - SOLUÇÕES INTELIGENTES, SA	168.090 €	75.641 €	75.641 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000739	REQUALIFICAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DOS FACTORES PRODUTIV	4	4	114	205	504242687	INDICIOS - EMPRESA DE ESTUDOS DE CAMPO E DE ESTUDOS DE MERCADO, LD	149.270 €	67.171 €	67.171 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000755	MICOPLANT INTERNACIONAL	4	4	ZZZ	205	507199170	MICOPLANT- MICOLOGIA APLICADA, LDA	254.150 €	114.368 €	114.368 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000767	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	204	507297687	NONIUSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	169.482 €	76.267 €	76.267 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000875	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESIGN COSTUMIZADOS ONLINE	4	4	114	205	504796526	PAULO TAVEIRA, LDA	94.550 €	42.548 €	42.548 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000879	QUALIFICAÇÃO PME - TECNINET	4	4	114	205	505085801	TECNINET.COM - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	245.148 €	110.316 €	110.316 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-000914	INTERNACIONALIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO D	4	4	114	204	503532100	IMEDIATA ? SISTEMAS MULTIMÉDIA, SA	186.633 €	83.985 €	83.985 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-001972	CONCEPÇÃO, ADAPTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO	4	4	114	205	504673734	AMBIDATA - EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA AMBIENTE, LDA	291.920 €	131.364 €	131.364 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-001981	MEGAJoule II: DIGITALIZAÇÃO PROCESSOS DE NEGÓCIO 2008	4	4	114	204	508172470	MEGAJoule II - CONSULTORIA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	58.676 €	26.404 €	26.404 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-001982	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, INTRODUÇÃO DE TIC, INOVAÇÃO E	4	4	ZZZ	205	508196990	SAIOTES & ETC., FESTAS, LDA	153.009 €	76.474 €	76.474 €	17.416 €
NORTE-01-0201-FEDER-002004	NOVOS PROCESSOS E NOVOS MÉTODOS - O DESAFIO DA EXCE	4	4	112	204	507104897	TIEGEINDUSTRIA - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SA	140.980 €	68.851 €	68.851 €	12.366 €
NORTE-01-0201-FEDER-002046	CPCIT4ALL- CRESCIMENTO PELA DIVERSIFICAÇÃO E ROBUSTEC	4	4	114	204	507982045	CPC IT4ALL, LDA	114.525 €	51.536 €	51.536 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002053	PREPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CSW	4	4	113	205	508427975	CSW - COMPETITIVE SERVICES IN THE WORLD, LDA	126.480 €	56.916 €	56.916 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002063	INTERNACIONALIZAÇÃO , PROSPECÇÃO DE NOVOS MERCADO	4	4	114	204	507349601	ARMIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	87.230 €	39.254 €	39.254 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002098	INCREMENTO DOS PRINCIPAIS FACTORES DE COMPETITIVIDA	4	4	114	205	505262193	JORGE SANTOS & CARMEN, LDA	25.400 €	11.430 €	11.430 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002137	INVESTIMENTOS EM AREAS CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA	4	4	114	205	508007879	AGUIRRE MENDES CORTE-REAL LENCASTRE & ASSOCIADOS - CONSULTORIA DE	205.400 €	92.430 €	92.430 €	3.105 €
NORTE-01-0201-FEDER-002159	PROINOV - PROJECTO INTEGRADO DE GESTÃO, QUALIDADE, IN	4	4	114	204	504785621	SISTRADE ANGULUSRIDETCOMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAL E APARELHO	505.781 €	227.602 €	227.602 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002160	INTERNACIONALIZAÇÃO ESPANHA	4	4	114	204	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	651.532 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002179	GERIR E QUALIFICAR PARA MELHORAR E INTERNACIONALIZAR	4	4	116	204	504496956	JPM - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	136.955 €	61.630 €	61.630 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002199	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	4	4	114	204	506718859	MULTIWAVE PHOTONICS - TECNOLOGIAS ÓPTICAS E ELECTRÓNICAS, SA	498.448 €	224.301 €	224.301 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002201	PROSPECÇÃO DE MERCADOS E CONTACTO COM CLIENTES EXT	4	4	114	204	503377732	COGEDIR - GESTÃO DE PROJECTOS SA	103.669 €	46.651 €	46.651 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002209	ENTRADA NA ECONOMIA DIGITAL, INTERNACIONALIZAÇÃO E	4	4	114	205	507081129	RUIIUR - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, LDA	208.794 €	93.957 €	93.957 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002220	MODERNIZAÇÃO DAS TIC AO NÍVEL DA RGANIZAÇÃO E GESTÃ	4	4	112	204	505246961	COPEFIPART - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELECTROMECAÑICO	212.555 €	95.650 €	95.650 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002223	INTERNACIONALIZAÇÃO, SISTEMA DE GESTÃO, ECONOMIA DI	4	4	114	204	500224749	PULVERIZADORES ROCHA, LDA	235.587 €	106.014 €	106.014 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002228	A DIGITALIZAÇÃO DO NEGÓCIO - UM PASSO PARA A GLOBALI	4	4	112	204	503298131	EXPOENTE - SERVIÇOS DE ECONOMIA E GESTÃO, SA	153.870 €	75.694 €	75.694 €	14.748 €
NORTE-01-0201-FEDER-002232	COMPETIR À ESCALA INTERNACIONA	4	4	112	205	507835476	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	276.900 €	124.605 €	124.605 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002237	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO E OPTIMIZAÇÃO DE COMP	4	4	113	205	507953789	GEOMETRIAS OCULTAS - ENGENHARIAS, LDA	78.186 €	35.184 €	35.184 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002246	MARCA, QUALIDADE, TIC E INOVAÇÃO	4	4	114	205	504667831	EXACTUSENSU - CONSULTORES ASSOCIADOS, LDA	94.112 €	42.350 €	42.350 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002253	SI QUALIFICAÇÃO PME	4	4	115	204	501914765	M-MONTEIRO, SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, LDA	83.308 €	37.488 €	37.488 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002258	CSIN COM LDA - SI QUALIFICAÇÃO DE PME	4	4	112	205	508380898	CSIN - COM, LDA	512.735 €	230.731 €	230.731 €	3.002 €
NORTE-01-0201-FEDER-002274	DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES LABORATORIAIS NO ÂN	4	4	117	204	504947400	GEODOURO-CONSULTORIA E TOPOGRAFIA, LDA	110.981 €	49.941 €	49.941 €	5.192 €
NORTE-01-0201-FEDER-002277	PROSPECÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS; IMPLEMENTAÇÃO E	4	4	112	205	504939793	A VESPASIANO MACEDO & ASSOCIADOS - SOC. DE ADVOGADOS, RL	30.331 €	13.649 €	13.649 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002282	WIREMAZE - SI QUALIFICAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DE PME	4	4	114	204	505331187	WIRE MAZE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	260.261 €	117.117 €	117.117 €	459 €
NORTE-01-0201-FEDER-002298	QUALIFICAÇÃO PME - IPORTAL MAIS	4	4	114	204	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	1.007.329 €	456.217 €	456.217 €	6.672 €
NORTE-01-0201-FEDER-002303	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA BRAGAONTA	4	4	112	205	504452819	BRAGAONTA - GESTÃO E FORMAÇÃO EMPRESARIAL, LDA	77.602 €	34.921 €	34.921 €	946 €
NORTE-01-0201-FEDER-002307	NOVOS PRODUTOS, CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE, REFORÇO	4	4	115	204	504235290	VENTILAÇÕES MOURA, LDA	240.039 €	108.018 €	108.018 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002322	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	113	204	504514946	MOLDAMIRCO - METALOMECAÑICA DE MOLDES E FERRAMENTAS, LDA	43.061 €	19.378 €	19.378 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002327	INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO NOUTROS FACTORES	4	4	114	204	502413603	PH INFORMÁTICA E MICROSISTEMAS, SA	591.020 €	250.000 €	250.000 €	31.344 €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-002351	IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO	4	4	114	204	505327716	SINTIGRAF II - TINTAS GRÁFICAS SA	61.492 €	32.918 €	32.918 €	11.992 €
NORTE-01-0201-FEDER-002357	QULIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SGPE	4	4	114	204	503124192	S.G.P.E - SOC. DE GESTÃO E PRODUÇÃO DE ENGENHARIA, LDA	74.278 €	34.703 €	34.703 €	2.920 €
NORTE-01-0201-FEDER-002358	CONSOLIDAÇÃO E EXPANÇÃO PARA O MERCADO GLOBAL	4	4	112	205	505926601	QUALITIVIDADE CONSULTORIA, LDA	162.770 €	73.247 €	73.247 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002386	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	115	205	508443407	RPSAVEL - FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, CONSULTORIA, LDA	56.629 €	25.483 €	25.483 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002417	ESINOW - "START ON E-BUSINESS PROCESS"	4	4	114	204	506682552	ESINOW - CONSULTADORIA EM PROJECTOS INFOTECNOLÓGICOS, LDA	104.875 €	47.194 €	47.194 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002425	4BEST - WWW FRANCHISING SITES	4	4	114	204	505500523	4BEST - GESTÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET, LDA	64.866 €	29.190 €	29.190 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002431	PROSPECÇÃO E PRESENÇA EM MERCADOS INTERNACIONAIS E EUROPEUS	4	4	114	205	503622788	SISTEMAS DO FUTURO - MULTIMÉDIA, GESTÃO E ARTE, LDA	93.423 €	42.040 €	42.040 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-002438	ELEVUSNET - RECRUTAMENTO E SELECÇÃO	4	4	114	204	505362937	ELEVUS - PEOPLE & BUSINESS RESULTS, LDA	102.974 €	46.338 €	46.338 €	675 €
NORTE-01-0201-FEDER-003164	TÉCNICAS INOVADORAS DE DIAGNÓSTICO BIOMOLECULAR EM LABORATÓRIOS	4	4	114	204	502380543	BIOPORTUGAL QUIMICO-FARMACEUTICA, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003165	ELO-MELHORIAS DE PRODUTIVIDADE	4	4	114	204	503258601	ELO-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003173	REFORÇO DE BÁSCULA PARA MERCADO AFRICANO PARA COMÉRCIO DE PRODUTOS	4	4	114	204	500191972	METALURGICA ARVORNSE SOC. DE MÁQUINAS AGRICOLAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003176	PROJECTO DE DESMATERIALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS	4	4	114	205	505064740	DIGITAL PARTNERS - CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E PARA A GESTÃO, LDA	27.000 €	20.250 €	20.250 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003270	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REFORÇO DA QUALIDADE	4	4	113	205	505931672	MRS - ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	31.765 €	23.824 €	23.824 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003281	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS, PELA AQUISIÇÃO DE NOVOS	4	4	114	204	507411072	VISIONWARE, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003289	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REFORÇO DA QUALIDADE	4	4	114	204	507104170	QUALIFIED INTEGRATION - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	32.700 €	24.525 €	24.525 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003296	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	204	503187879	FERNANDO QUEIRÓZ, LDA	11.000 €	8.250 €	8.250 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003302	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	112	204	500853940	RODRIGUES & NASCIMENTO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003343	E-CONSULTING	4	4	114	205	506128059	EXERTUS - CONSULTORIA EM ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003351	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE CAIXAS DE TRANSPORTES	4	4	114	204	503612600	ARTUR SALGADO SA	37.200 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003352	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS EM SLS	4	4	116	205	506155226	CODEPLAS - ENGENHARIA DE PEÇAS PLÁSTICAS, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003373	SISTEMA DE VISÃO PARA INSPECÇÃO MICROSCÓPICA AUTOMATIZADA	4	4	114	204	506807312	FIBERSENSING - SISTEMAS AVANÇADOS DE MONITORIZAÇÃO, SA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003534	O VOO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	116	205	503560073	XC CONSULTORES, LDA	116.825 €	53.446 €	53.446 €	2.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-003542	ESTUDO DE SISTEMAS DE PROTECÇÃO RODOVIARIA EM BETÃO	4	4	116	205	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003548	INTERNACIONALIZAÇÃO EUA	4	4	114	204	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	565.730 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003653	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E MODERNIZAÇÃO	4	4	114	204	505035375	RZMAPA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SA	100.904 €	51.104 €	51.104 €	13.023 €
NORTE-01-0201-FEDER-003660	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	111	205	504437976	RODRIGUES & BELMANS, LDA	13.500 €	10.125 €	10.125 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003666	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA - CONQUISTA	4	4	112	204	501520864	FRIAQUE - REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO, LDA	192.905 €	86.807 €	86.807 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003667	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PARA A QUALIDADE	4	4	113	205	504636103	ADRAVE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO AVE, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003705	À CONQUISTA DE ANGOLA	4	4	116	204	503757659	ZONA VERDE CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	133.142 €	59.914 €	59.914 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003709	REDEFINIÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE INSPECÇÃO	4	4	115	204	503214590	CTIB - CENTRO TÉCNICO DE INSPECÇÕES DE BRAGA, LDA	57.308 €	25.788 €	25.788 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003715	SINTESE E CARACTERIZAÇÃO DE POLIMEROS CONDUTORES	4	4	114	205	507896068	TOMORROW OPTIONS - MICROELECTRONICS SA	22.152 €	16.614 €	16.614 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003734	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	111	205	503995916	J.J.A.- CONTABILIDADE E AUDITORIA, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003745	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ALWAYS SHOES	4	4	115	204	503003727	ALWAYS SHOES - PAULO MARTINS - COMÉRCIO DE CALÇADO, LDA	479.875 €	215.944 €	215.944 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003761	INOVA+2010	4	4	114	204	504041266	INOVAMAI - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	327.765 €	147.494 €	147.494 €	12.375 €
NORTE-01-0201-FEDER-003768	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	205	506169456	MARQUES & MENDES, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003783	PROTECÇÃO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	4	4	113	205	508376823	EXVA - EXPERTS IN VIDEO ANALYSIS, LDA	23.000 €	17.250 €	17.250 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003806	ENOTURISMO DE QUALIDADE	4	4	117	205	508706998	WSOLUTIONS, LDA	79.487 €	35.769 €	35.769 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003823	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA EMPRESA	4	4	114	204	501766260	ENERGIE EST, LDA	701.135 €	315.511 €	315.511 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003832	CREATIVESYSTEMS 2012	4	4	116	205	506168476	CREATIVESYSTEMS - SISTEMAS E SERVIÇOS DE CONSULTADORIA, LDA	389.340 €	175.203 €	175.203 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003841	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	114	204	507888162	THE GROWING COMPANY SA	559.400 €	250.000 €	250.000 €	24.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-003848	POTENCIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	4	4	112	204	505046857	EDIGMACOM - GESTÃO DE PROJECTOS DIGITAIS, SA	908.959 €	410.734 €	410.734 €	3.892 €
NORTE-01-0201-FEDER-003855	PROJECTO INDIVIDUAL	4	4	114	205	507580737	BIBLIOCAST IBÉRICA, LDA	75.353 €	33.909 €	33.909 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003858	QUALIDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	4	4	114	204	503206148	DOUROLUZ - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CANDEEIROS E ARTIGOS DECORATIVOS	225.425 €	101.441 €	101.441 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003871	OSVALDO MATOS 2011	4	4	114	204	500868565	OSVALDO MATOS, LDA	392.130 €	176.459 €	176.459 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003948	SCORECARD EXPLORER SUITE	4	4	116	204	503757659	ZONA VERDE CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	57.648 €	25.942 €	25.942 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003949	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	114	205	506821676	KSTATIONERY, DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA, LDA	128.301 €	57.735 €	57.735 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-003950	MODSECUR - SALA MODULAR PARA SEGURANÇA FISICA DE C	4	4	114	204	504320882	MAXIGLOBAL - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SA	102.218 €	45.998 €	45.998 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-003970	INSTALAÇÃO E PREPARAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA	4	4	113	205	508770211	CASCATA CRISTALINA ? PROMOÇÃO DE EVENTOS UNIPESSOAL, LDA	147.550 €	80.071 €	80.071 €	31.253 €
NORTE-01-0201-FEDER-003981	INTERNACIONALIZAÇÃO INTEGRADA DE BRINGCONCEPT - PRO	4	4	114	205	508734568	BRINGCONCEPT -, LDA	433.910 €	201.651 €	201.651 €	14.608 €
NORTE-01-0201-FEDER-004006	criação PORTAL B2B; IMPLEMENTAÇÃO SGQ E SUA CERTIFIC	4	4	112	205	508737877	BUZINA - NEGÓCIOS DIGITAIS, LDA	214.759 €	96.641 €	96.641 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004060	PROJECTO INTEGRADO DE VALORIZACAO DOS FACTORES DINAM	4	4	114	205	504225200	XYZT - COMPUTAÇÃO GRÁFICA, SA	515.530 €	231.988 €	231.988 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004074	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE	4	4	117	205	506612317	ENOFAST - CONSULTORIA E ANÁLISES DE VINHOS, LDA	32.514 €	14.631 €	14.631 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004076	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE BASEADA NA QUALIDADE T	4	4	116	204	501512624	LORCOL - INDÚSTRIA DE COLAS E PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	154.313 €	69.441 €	69.441 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004093	PROJECTO DE INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E DINAMIZ	4	4	114	205	507068106	INOBEST - ASSESSORIA E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	135.910 €	64.310 €	64.310 €	7.200 €
NORTE-01-0201-FEDER-004104	NO KILL FISHING	4	4	114	205	507657357	DOURO WILD CARP COMPANY, LDA	82.480 €	37.116 €	37.116 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004120	CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE E DESMATERIALIZAÇÃO DE DO	4	4	115	205	506184145	C. M. MARTINS - UNIPESSOAL, LDA	43.846 €	19.731 €	19.731 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004136	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA E CONQUISTA DE MERCADOS INT	4	4	113	205	503512885	CONTAGESI - GABINETE DE CONTABILIDADE, GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	95.973 €	50.291 €	50.291 €	16.236 €
NORTE-01-0201-FEDER-004153	FIDUCIAL - "O APOIO CERTO PARA O SEU NEGÓCIO!"	4	4	114	204	504009567	SANTOS & GODINHO, LDA	83.999 €	37.799 €	37.799 €	450 €
NORTE-01-0201-FEDER-004162	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO I&DT; MODERNIZAÇ	4	4	112	204	502703989	XZ - CONSULTORES, SA	139.270 €	62.671 €	62.671 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004173	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	114	205	506259277	MAGNETIC FIELDS, LDA	81.882 €	36.847 €	36.847 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004184	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	115	204	508320291	VANTAGEM PRINCIPAL - CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS, LDA	140.058 €	63.026 €	63.026 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004203	QUALIFICAÇÃO D´ A COR DO DIA E O REFORÇO NA INTERNACI	4	4	112	205	505237822	A COR DO DIA, AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO GLOBAL, LDA	159.192 €	71.636 €	71.636 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004207	GESTÃO E QUALIDADE PROFISSIONAL	4	4	112	205	503404640	CEBRAMA - CONTABILISTAS, LDA	53.154 €	23.919 €	23.919 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004213	APETRECHAMENTO E MELHORIAS ORGANIZACIONAIS	4	4	116	204	502409681	JOLUCOR - FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	31.119 €	16.142 €	16.142 €	4.888 €
NORTE-01-0201-FEDER-004236	MOG-SINT	4	4	114	204	506387666	MEDIA OBJECTS AND GASKETS - SOLUÇÕES DE SOFTWARE E HARDWARE SA	268.002 €	120.601 €	120.601 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004237	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BÁSCULA PONTE PCM	4	4	112	204	502130326	BALANÇAS MARQUES DE JOSÉ PIMENTA MARQUES, LDA	173.763 €	78.193 €	78.193 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004256	CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURA E DIVERSIFICAÇÃO DE CLIENT	4	4	112	205	507404033	UBISIGN TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	144.504 €	65.027 €	65.027 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004261	GLOBALTECHSOLUTIONS	4	4	114	205	505504952	MICROPOLIS SA	551.242 €	249.774 €	249.774 €	3.920 €
NORTE-01-0201-FEDER-004271	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS B	4	4	114	205	508692652	PRATICAL WAY SOFTWARE, PORTUGAL SA	95.968 €	43.186 €	43.186 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004276	QUALIFICAÇÃO	4	4	115	205	507156021	ANA & PEDRO - CONSULTORES, LDA	104.267 €	46.920 €	46.920 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004284	DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO WEB PARA CONSUL	4	4	114	205	503651370	GESTFORMA - GESTÃO INFORMÁTICA DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	86.250 €	38.813 €	38.813 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004287	EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	205	508386578	BOOKS - CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA	92.458 €	50.725 €	50.725 €	20.842 €
NORTE-01-0201-FEDER-004293	DINAMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA NAS ÁREAS DA	4	4	114	204	504177567	OPENLINE PORTUGAL, LDA	287.898 €	129.554 €	129.554 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004317	COMUNIDADE CESC	4	4	112	205	507073843	CESC - CONSULTORIA PÚBLICA & PRIVADA, LDA	61.421 €	27.639 €	27.639 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004319	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	4	4	114	205	508209072	LYNX CAPITAL PARTNERS, SA	69.545 €	31.295 €	31.295 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004364	PROMOÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS INOVA	4	4	114	204	507439384	FLUIDINOVA - ENGENHARIA DE FLUÍDOS, SA	271.577 €	122.210 €	122.210 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004365	SISQUAL INTERNACIONAL	4	4	114	204	502772298	SISQUAL-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INF	269.875 €	121.444 €	121.444 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004375	INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DA EMPRESA NO MERCADO E	4	4	114	204	505005468	PROHS - EQUIPAMENTO HOSPITALAR E SERVIÇOS ASSOCIADOS, LDA	179.578 €	81.454 €	81.454 €	1.472 €
NORTE-01-0201-FEDER-004377	MELHORIA DOS PRINCIPAIS FACTORES DE COMPETITIVIDADE	4	4	116	204	503545392	CEI - COMPANHIA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	367.195 €	165.238 €	165.238 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004407	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	4	4	116	205	506155226	CODEPLAS - ENGENHARIA DE PEÇAS PLÁSTICAS, LDA	297.479 €	143.387 €	143.387 €	21.764 €
NORTE-01-0201-FEDER-004431	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA E	4	4	114	204	505413370	PINGUIM DESIGN - PUBLICIDADE E MULTIMÉDIA, LDA	876.513 €	397.931 €	397.931 €	8.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-004441	IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS ESTRATÉGICAS PARA A	4	4	112	205	508489008	IDT CONSULTING, LDA	62.185 €	27.983 €	27.983 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004442	GESTÃO DO CONHECIMENTO	4	4	112	205	503501514	B E F CONSULTORES, LDA	310.437 €	160.583 €	160.583 €	47.742 €
NORTE-01-0201-FEDER-004443	EXPANSAO E INTERNACIONALIZACAO DA JUMP WILLY LDA.	4	4	114	205	508209013	JUMP WILLY, LDA	202.509 €	91.129 €	91.129 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004452	DESENVOLVIMENTO DE MARCA PRÓPRIA, INTERNACIONALIZA	4	4	114	205	508817510	COOL ZONE - UNIPESSOAL	337.350 €	151.808 €	151.808 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004458	SHORTCUT 2.0 - UPGRADE DA SHORTCUT PARA O SEC XXI	4	4	114	205	505106841	SHORTCUT - CONSULTORIA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMATICA, LDA	125.575 €	56.509 €	56.509 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004466	CNLLFUTURE	4	4	114	204	502197110	CNLL - ARQ. CARLOS NUNO LACERDA, LDA	333.887 €	152.874 €	152.874 €	6.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-004473	criação DE EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA DOTADA DE RE	4	4	114	204	508810108	SILICONGATE, LDA	309.905 €	144.007 €	144.007 €	10.400 €
NORTE-01-0201-FEDER-004501	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	205	501768017	PINTO & CORREIA - VÁLVULAS INDUSTRIAIS, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004516	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO D	4	4	112	204	502512792	S.I.M.M. - SISTEMAS INTEGRADOS EM METALO-MECÂNICA, LDA	14.500 €	10.875 €	10.875 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004526	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC	4	4	112	205	504778390	PROCESS ADVICE - CONSULTORIA, AUDITORIA E ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004551	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	205	117786810	ANTÓNIO JOSÉ DE AMORIM MALHEIRO	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004568	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	205	504652249	LOOKWARE - COMUNICAÇÃO E IMAGEM, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004594	PIPPAA - PROJECTO DE INOVAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESS	4	4	114	205	507638883	AUDOLICI - SISTEMAS ELECTRÓNICOS DE ÁUDIO, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/UT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-004658	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	4	4	114	205	506560333	ALTA VISIBILIDADE	25.510 €	19.133 €	19.133 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004664	AS TIC PARA SUPORTE DOS NOVOS SERVIÇOS	4	4	112	205	507191978	OBJECTIVINVEST - SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	€
NORTE-01-0201-FEDER-004745	OPTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS	4	4	112	205	505343274	EXPOENTE II - MARKETING E COMUNICAÇÃO, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004756	IMPLEMENTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO NÍVEL DO DESENV	4	4	116	204	505339943	STEELPLUS - MOLDES TÉCNICOS, LDA	7.500 €	5.625 €	5.625 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004761	METODOLOGIA ESTOCÁSTICO-DINÂMICA (STDM) AMBIENTAL	4	4	114	205	505793644	STRIX, LDA	32.696 €	24.522 €	24.522 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004795	CONSULTORIA TECNOLÓGICA DE INFRA-ESTRUTURA TIC	4	4	114	204	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	33.200 €	24.900 €	24.900 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004813	CERTIFICAÇÃO EM S.G.Q E I.D.I.	4	4	114	205	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	22.320 €	16.740 €	16.740 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-004819	FLEXNET	4	4	114	205	507939166	XAREVISION, LDA	29.000 €	21.750 €	21.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005766	SISTEMA MODULAR DE ELECTROSPINNING PARA FABRICO EXP	4	4	114	205	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, L	32.850 €	24.638 €	24.638 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005768	FERRAMENTAS DE MENTORING	4	4	114	205	507841557	MENTORTEC, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005769	DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO	4	4	114	204	505749025	INSTITUTO AGILUS DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005775	DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE TRANSFERENCIA DE TECN	4	4	116	205	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	26.000 €	19.500 €	19.500 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005784	NORMAS CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	4	4	114	205	507784936	LOFTSPACE- PROJECTOS, LDA	28.800 €	21.600 €	21.600 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005788	CERTIFICAÇÃO PELA QUALIDADE	4	4	112	205	504758950	ANTÓNIO A. C. MARTINS - ARQUITECTOS ASSOCIADOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005803	IMAGIONEXUS	4	4	116	205	506250377	CONEXUS-WORLD, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE, LD	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005813	CONSULTORIA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CERTIFICA	4	4	112	204	503441600	ASTROSTAND - MONTAGEM DE STANDS E DECORAÇÕES, LDA	16.800 €	12.600 €	12.600 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005820	ECOTOURS PORTUGAL	4	4	114	205	508113741	SENTIDOS RURAIS, LDA	104.600 €	47.070 €	47.070 €	1.800 €
NORTE-01-0201-FEDER-005834	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	204	506313158	COND´ AMOROSA - ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS, LDA	23.500 €	17.625 €	17.625 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005843	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	113	204	501446176	TRANSCRITA - GABINETE DE ESTUDOS ECONÓMICOS E CONTABILIDADE, LDA	9.500 €	7.125 €	7.125 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005856	DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOG	4	4	114	205	508955432	HESVI, SOC. UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005870	APOSTA EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETIVIDADE	4	4	112	205	505603047	B-ALERT & CONTRLPESTE, LDA	36.701 €	16.516 €	16.516 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005876	VINCO VÁLVULAS	4	4	113	204	502332174	VINCO VÁLVULAS, SA	202.453 €	91.104 €	91.104 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005881	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ETICADATA PARA OS PALOPS E ES	4	4	112	204	502395028	ETICADATA SOFTWARE, LDA	729.134 €	328.110 €	328.110 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005884	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CAB	4	4	112	204	502801824	GLOBALSOFT - BUSINESS SOFTWARE CONSULTING, LDA	327.618 €	147.428 €	147.428 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005887	COLIBRI - VOANDO A NOVOS RUMOS	4	4	113	205	505636700	DELTAFIL - INFORMÁTICA E SISTEMAS DIGITAIS, UNIPESSOAL, LDA	114.635 €	51.586 €	51.586 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005900	ECONOMIA DIGITAL, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E TECNOLOGIA	4	4	114	205	505115913	REDINSPAL - INSPECÇÃO DE REDES DE GÁS, LDA	123.107 €	55.398 €	55.398 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005903	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, REFORÇO DAS TIC, REFORÇ	4	4	111	205	501108254	ENGILIMA - PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA	102.739 €	49.824 €	49.824 €	8.210 €
NORTE-01-0201-FEDER-005912	SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PM	4	4	116	204	507011724	RONSEGUR, RONDAS E SEGURANÇA, LDA	341.379 €	165.870 €	165.870 €	28.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-005917	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO DE SERV	4	4	114	205	507569202	SERVISMART - SERVIÇOS E CONSULTADORIA, LDA	126.450 €	56.903 €	56.903 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005948	LANÇAMENTO DE FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO INOVADORA	4	4	114	205	508298652	DESDE - DESIGN EM DESENVOLVIMENTO, LDA	360.521 €	162.234 €	162.234 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005969	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	4	4	114	204	502162163	METALURGICA M. L. SILVA, LDA	12.000 €	9.000 €	9.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-005972	CRIAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS, MODERNIZAÇÃO E INTERNA	4	4	112	205	504392778	TRIPLE DESIGN ? GABINETE DE DESIGN, LDA	193.007 €	89.153 €	89.153 €	5.256 €
NORTE-01-0201-FEDER-005988	APOSTA EM DIVERSOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIV	4	4	114	205	506998959	VIAMAPA - SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, UNIPESSOAL, LDA	69.749 €	38.710 €	38.710 €	16.740 €
NORTE-01-0201-FEDER-006004	AUMENTAR A PRODUTIVIDADE, MELHORAR A CAPACIDADE D	4	4	116	204	505339943	STEELPLUS - MOLDES TÉCNICOS, LDA	212.170 €	95.476 €	95.476 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006017	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO HEPI	4	4	114	204	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006019	AQUISIÇÃO FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	114	204	502236086	DATA FAX - COMUNICAÇÕES E SISTEMAS INFORMÁTICOS, LDA	96.071 €	43.232 €	43.232 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006029	QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. W	4	4	113	205	506777383	PONTO MAIS - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	37.294 €	16.782 €	16.782 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006032	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA PELA ISO 9001:2008 E ALARGAM	4	4	118	205	508722365	AJA DESINFECÇÕES E DESINFESTAÇÕES, LDA	70.845 €	31.880 €	31.880 €	1.654 €
NORTE-01-0201-FEDER-006036	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA	4	4	113	204	503187879	FERNANDO QUEIRÓZ, LDA	167.535 €	79.730 €	79.730 €	9.918 €
NORTE-01-0201-FEDER-006038	RUMAR À EXCELÊNCIA	4	4	114	205	502136260	IBEROGESTÃO - GESTÃO INTEGRADA E TECNOLÓGICA, LDA	169.785 €	76.403 €	76.403 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006044	A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS INTERNOS	4	4	112	205	507191978	OBJECTIVINVEST - SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006064	INTERNACIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMLPMEN	4	4	114	205	506896374	ROOMDIMENSIONS - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA SALAS DE CONTROLO, L	113.781 €	51.202 €	51.202 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006068	DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRUTURA APLICACIONAL E DO	4	4	114	205	508379598	SPOTMARKET - MEDIA E PUBLICIDADE	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006073	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO GLOBAL/FORMAL DE V	4	4	114	205	506662551	CREATIVE TEAMWORK, SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006077	PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BYSIDE	4	4	114	205	507711513	MADE TO WORK - TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS INFORMÁTICOS, LDA	232.114 €	104.452 €	104.452 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006084	QMSC 2009	4	4	114	205	507633881	QMSC - QUALITY MANAGEMENT SYSTEMS CONSULTORES, LDA	86.582 €	38.962 €	38.962 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006091	PORTAL COLABORATIVO WEB (INTRANET E EXTRANET)	4	4	114	205	508518121	OPENSECURE, OPEN SOURCE AND SECURITY SOLUTIONS, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-006136	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, B	4	4	114	204	500192359	METALÚRGICA METAUTO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006144	ADRAVE COMPETE - INOVAR PARA COMPETIR	4	4	113	205	504636103	ADRAVE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO AVE, SA	161.124 €	72.506 €	72.506 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006146	EMPRESA NOVA COM INVESTIMENTO EM AREAS CRITICAS DE	4	4	114	205	508944988	MENDES FERREIRA & ASSOCIADOS - SOC. DE ADVOGADOS R.L.	368.196 €	169.188 €	169.188 €	8.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-006158	LINGUARAMA GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO BASEAD	4	4	117	205	503701378	LINGUARAMA - SERVIÇOS LINGUÍSTICOS, LDA	370.601 €	167.849 €	167.849 €	2.464 €
NORTE-01-0201-FEDER-006159	NOVO CENTRO DE INSPECÇÕES TÉCNICAS DE VEÍCULOS AUTO	4	4	118	205	500425167	GILBERTO CONSTANTINO - INSPECÇÕES TÉCNICAS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	46.825 €	21.071 €	21.071 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006161	CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E DIN	4	4	114	205	508435390	ÉS SEGURANÇA - CONSULTORIA AGRO-ALIMENTAR, LDA	98.174 €	47.141 €	47.141 €	6.772 €
NORTE-01-0201-FEDER-006172	DNSI GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO BASEADO EM FA	4	4	114	204	508842611	DNSI - IT CONSULTING SA	320.375 €	149.034 €	149.034 €	11.120 €
NORTE-01-0201-FEDER-006176	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DE AC	4	4	116	204	503194395	TORMETAIS - SOC. DE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS, LDA	17.200 €	12.900 €	12.900 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006186	AS TIC	4	4	112	205	503937185	PONTO 25 - INFORMÁTICA, LDA	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006198	FLEXINANOLAYER - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS MODUL	4	4	113	205	508681626	NANOLAYER COATING TECHNOLOGIES, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006199	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO HORWATH PARSUS	4	4	114	205	507445244	HORWATH PARSUS - SOLUÇÕES DE GESTÃO, LDA	221.069 €	100.758 €	100.758 €	2.920 €
NORTE-01-0201-FEDER-006202	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO VNG	4	4	113	204	508134897	VNG - GESTÃO, CONSULTORIA E SERVIÇOS, SA	374.421 €	168.489 €	168.489 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006205	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PMIQS	4	4	112	205	508678560	PM.IQS - PROJECTOS, GESTÃO E SUPERVISÃO SA	245.407 €	110.433 €	110.433 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006208	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO IBERIAPREMIUM TURIS	4	4	114	204	508903645	IBERIAPREMIUM TURISMO, LDA	251.147 €	113.016 €	113.016 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006216	INTERNACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAMENTE	4	4	114	204	508518121	OPENSECURE, OPEN SOURCE AND SECURITY SOLUTIONS, SA	153.081 €	68.887 €	68.887 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006221	DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE GERAÇÃO DE SPI	4	4	114	205	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006236	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	4	4	114	205	503668079	ANALEI - CONTABILIDADE, GESTÃO E FISCALIDADE, LDA	30.252 €	13.613 €	13.613 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006248	SIA AMBIENTAL - ACTIVIDADE BINTERNACIONAL	4	4	114	205	504135317	SIA - SOC. DE INOVAÇÃO AMBIENTAL, LDA	113.453 €	51.054 €	51.054 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006271	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA NABIA SOLUTI	4	4	112	205	508574455	NABIA SOLUTIONS, LDA	314.777 €	141.649 €	141.649 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006272	PRESTITECA - UNIFORMIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DE CONT	4	4	117	205	501801910	PRESTITECA - ENGENHARIA E TECNOLGIA APLICADA, SA	475.512 €	213.980 €	213.980 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006284	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA WO	4	4	112	204	508956340	WORLDVECTOR -, LDA	348.223 €	156.700 €	156.700 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006288	CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE E FLEXIBILIDA	4	4	112	204	508924057	QUADRISOL, UNIPESSOAL, LDA	95.087 €	44.243 €	44.243 €	3.324 €
NORTE-01-0201-FEDER-006308	NEOQUALIFICAÇÃO - APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO E AUM	4	4	114	205	507688996	NEOSCOPIO SA	98.596 €	44.368 €	44.368 €	1.440 €
NORTE-01-0201-FEDER-006330	DINAMIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE MARCA PRÓPRIA	4	4	116	205	507604997	PROJECT ID INOVAÇÃO E DESIGN, LDA	88.570 €	39.857 €	39.857 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006362	PONTE PEDONAL MODULAR	4	4	113	205	507031415	INDUSE DESIGN INDUSTRIAL, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006373	CERTIFICAÇÃO E WEBIZAÇÃO	4	4	113	205	505517736	PSZ - CONSULTORES, LDA	141.260 €	76.758 €	76.758 €	30.150 €
NORTE-01-0201-FEDER-006377	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SISTEMAS DE GESTÃO, QUALIFICA	4	4	114	204	501957782	GEG - GABINETE DE ESTRUTURAS E GEOTECNIA, LDA	721.851 €	324.833 €	324.833 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006400	INTERNACIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMLPMENT	4	4	114	205	506950662	I4B - MARKETING CONSULTANTS, LDA	142.381 €	64.072 €	64.072 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006405	COOLBLOK SEM FRONTEIRAS	4	4	114	205	506809749	COOLBLOK ESTATERIA E REFRIGERAÇÃO, LDA	91.813 €	41.316 €	41.316 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006412	ASCOGRAF - UMA SERIGRAFIA PROTOTIPADA	4	4	114	204	501275215	ACOSGRAF - FABRICA DE MÁQUINAS GRÁFICA, LDA	305.348 €	160.502 €	160.502 €	52.218 €
NORTE-01-0201-FEDER-006415	PROJECTO "REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA FLUIDES	4	4	114	205	507387376	FLUIDESIGN - PUBLICIDADE E IMAGEM UNIPESSOAL, LDA	44.537 €	20.042 €	20.042 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006420	QUALIFICAÇÃO INTEGRADA E CONQUISTA DE NOVOS MERCAD	4	4	114	204	501701052	OMEGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	312.653 €	142.426 €	142.426 €	3.960 €
NORTE-01-0201-FEDER-006427	PROJECTO " INTERNACIONALIZAÇÃO PROGEST"	4	4	112	205	508689953	PROGEST - ANTÓNIO ARAÚJO CONSULTORIA EMPRESARIAL, UNIPESSOAL, LDA	44.532 €	20.039 €	20.039 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006428	MODERNALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA BESTQUICK	4	4	112	205	508533724	BESTQUICK, LDA	377.584 €	178.510 €	178.510 €	19.651 €
NORTE-01-0201-FEDER-006432	SISQUAL, LDA.	4	4	114	204	502772298	SISQUAL-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INF	571.615 €	259.236 €	259.236 €	4.592 €
NORTE-01-0201-FEDER-006440	NAVIA.STRUCT	4	4	114	204	502241560	NORTÁVIA, TRANSPORTES AÉREOS S. A.	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006451	PROJECTOS ATLANTICIDADES	4	4	114	204	506949303	ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS APLICADOS EM CIENCIAS EM	333.520 €	150.084 €	150.084 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006460	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE INTERNA E INTERNACIONAL	4	4	114	204	500207569	OPAL PUBLICIDADE, SA	345.833 €	155.625 €	155.625 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006463	FLOAT INTO THE WORLD	4	4	114	205	508545633	FLOAT STUDIOS - DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E SOFTWARE DE ENTRE	231.400 €	105.880 €	105.880 €	4.000 €
NORTE-01-0201-FEDER-006473	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO EMPREENDIMENTO	4	4	113	205	506212726	GOLFE DA QUINTA DO PISÃO, CAMPOS DE GOLFE, SA	666.079 €	299.736 €	299.736 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006661	TELA’S DESIGN- UMA MARCA COM ESTILO	4	4	113	205	503951145	TELA’S DESIGN, LDA	215.283 €	103.309 €	103.309 €	14.702 €
NORTE-01-0201-FEDER-006681	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ESS	4	4	114	204	500099030	ERNESTO SÃO SIMÃO, LDA	280.000 €	126.000 €	126.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006685	SAFELAB UMA INTERNACIONALIZAÇÃO SEGURA	4	4	113	205	508941504	SAFELAB - CONSULTORIA TÉCNICA, LDA	207.378 €	93.320 €	93.320 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006727	COMPETIR À ESCALA INTERNACIONAL.	4	4	114	205	504766821	PORTUGALMAIL-COMUNICAÇÕES, SA	575.375 €	258.919 €	258.919 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006729	RGL - PROJECTO INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	204	500844496	RENÉ GUIMARÃES, LDA	94.169 €	42.376 €	42.376 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006735	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	204	504154460	BALONAS PROJECTOS, SA	97.518 €	43.883 €	43.883 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006743	INTERNACIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA OFERTA.	4	4	114	204	506876632	TBP - CONSULTORIA E GESTÃO DE ARQUIVO, LDA	158.369 €	71.266 €	71.266 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/UT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-006744	MATERIA IMPRESSA	4	4	115	205	508966744	SILVIA TERESA GOMES DOS ANJOS, SOC. UNIPessoal, LDA	41.284 €	18.578 €	18.578 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006761	LANÇAMENTO INTERNACIONAL DOS SERVIÇOS DA EMPRESA	4	4	115	204	504657852	J. F. R. BARBOSA & Cª, LDA	89.566 €	47.874 €	47.874 €	17.302 €
NORTE-01-0201-FEDER-006764	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMERC	4	4	114	205	505063859	FACEVÍSIVEL - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, LDA	177.943 €	80.074 €	80.074 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006768	EXPANSÃO DA PROJECCÃO DA MENINADESIGN NOS MERCADO	4	4	114	205	506310035	MENINA DESIGN, LDA	689.221 €	310.149 €	310.149 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006769	MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	4	4	111	204	504829629	METALOCAMINHA - MELALOMECÂNICA, LDA	26.073 €	11.733 €	11.733 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006778	PROJECTO DE RENOVAÇÃO E ALARGAMENTO DA GAMA DE PR	4	4	114	205	506647323	INDEVE - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, LDA	126.592 €	56.966 €	56.966 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006781	QUALIDADE - CERTIFICAÇÃO CMMI	4	4	114	204	504781456	K2C - CONSULTORIA E INFORMÁTICA, LDA	60.774 €	27.348 €	27.348 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006783	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS E	4	4	111	205	506991040	TOPOFISCANOR - CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, LDA	201.859 €	92.740 €	92.740 €	4.352 €
NORTE-01-0201-FEDER-006784	SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	4	4	114	204	501527575	INVERNA-MANUFACTURA INDUSTRIAL DE TINTAS E VERNIZES, LDA	229.601 €	106.226 €	106.226 €	6.641 €
NORTE-01-0201-FEDER-006785	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE	4	4	116	204	503122190	CAVEX CONSUL - CONSULTORIA EMPRESARIAL, LDA	129.203 €	58.141 €	58.141 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006800	PROJECT MMX	4	4	115	204	504513800	METALOMARÃO - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PAR	63.812 €	28.715 €	28.715 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006806	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBFIVE	4	4	112	205	508146810	GLOBFIVE - ASSESSORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO, LDA	91.565 €	41.204 €	41.204 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-006808	QUALIFICAR "A" PLANETA	4	4	114	205	503953709	PLANETA VIRTUAL	158.600 €	71.370 €	71.370 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-008031	ARVORENSE VIA MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	4	4	114	204	500191972	METALURGICA ARVORNSE SOC. DE MÁQUINAS AGRICOLAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011450	KEEP IN TIME - PREVISÃO DE TEMPOS DE PERCURSO	4	4	114	205	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011558	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE G	4	4	112	205	505194066	VECTOR 21.COM - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	19.350 €	14.513 €	14.513 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011562	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTI	4	4	112	204	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	32.300 €	24.225 €	24.225 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011564	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTI	4	4	114	205	508747627	INOVAPOTEK, PHARMACEUTICAL RESERACH AND DEVELOPMENT, LDA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011569	OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEM	4	4	114	204	500148848	T.P.M. - TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO MECÂNICA, LDA	31.200 €	23.400 €	23.400 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011583	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA C	4	4	114	205	507962222	ATPEOPLE - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.000 €	4.500 €	4.500 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011600	MELHORIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWA	4	4	114	205	502729503	SEGIN - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ORGANIZAÇÃO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011631	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	205	508719992	SÉTIMA - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011636	ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM SIS	4	4	112	205	503864773	TNS - GABINETE TÉCNICO DE CONTABILIDADE, LDA	33.150 €	24.863 €	24.863 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011644	GESTÃO DOCUMENTAL - A INTERVENÇÃO NOS PROCESSOS	4	4	112	205	502724544	RODRIGUES E VIDAL - GABINETE DE CONTABILIDADE, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011649	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA WEB CRM	4	4	114	205	506691039	NORQUALI - CONSULTORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, LDA	13.500 €	10.125 €	10.125 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011653	PLATAFORMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	4	4	114	205	502222522	CS5 - CONSULTADORIA E SERVIÇOS, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011658	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	204	505396971	MODELSTAND - CONCEPÇÃO E MONTAGEM DE EXPOSIÇÕES, LDA	8.500 €	6.375 €	6.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011669	REORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TIC	4	4	114	205	501777288	PUBLINDUSTRIA, PRODUÇÃO DE COMUNICAÇÃO, LDA	19.000 €	14.250 €	14.250 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011675	METODOLOGIAS PARA REENGENHARIA DE PROCESSOS NP EN	4	4	111	205	503860590	ENGIVITO, ENGENHARIA, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011692	INTEGRAÇÃO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO DE CURRICULA, F	4	4	114	204	504775936	OPTIMIZER - SERVIÇOS E CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011696	INTERFACE WEB/GENPDM	4	4	113	205	503818801	MARTINS & AGRELOS SIGP, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011699	ESTUDO DE VIABILIDADE PARA LANÇAMENTO DE UMA LINHA	4	4	113	205	508815592	W2V, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011705	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	114	204	507058917	VAR3F - CONSULTORIA INFORMÁTICA E SISTEMAS, LDA	26.500 €	19.875 €	19.875 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011716	CLIC - CLEAN LINES FOR INFECTION CONTROL	4	4	112	204	505713519	LINCIS - SOLULÇÕES INTEGRADAS PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011719	DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE UM PLANO ESTRATÉGIC	4	4	114	205	508459761	OCEANSCAN - MARINE SYSTEMS & TECHNOLOGY, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011721	PUBLICARE WEB	4	4	112	205	503937185	PONTO 25 - INFORMÁTICA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011725	ESTUDO PARA RECOLHA E TRATAMENTO DE ÓLEOS ALIMENTA	4	4	114	205	503076465	SOCIPOLE - SOC. INDUSTRIAL DE PERFUMES OLEOS E LIMPEZAS, SA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011732	SISTEMA DE GESTAO DA FORMACAO OPEN SOURCE	4	4	114	205	509011276	PONTO GIRASSOL - INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS UNIPessoal, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011734	METODOLOGIAS PARA DESENVOLVIMENTO PLATAFORMA MC	4	4	114	205	502954477	ASG - APOIO A SOFTWARE DE GESTÃO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011742	SOFTWARE PARA PRODUÇÃO DE CONTEUDOS ROTEIROS E HC	4	4	114	204	508837286	YAH- DESIGN DE INFORMAÇÃO, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011743	criação de uma plataforma web	4	4	113	205	508930456	PROVA EFICAZ, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011745	PLATAFORMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	4	4	113	205	505931672	MRS - ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	32.800 €	24.600 €	24.600 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011748	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INTERNACION	4	4	114	205	509012035	STRONGSTEP INNOVATION IN SOFTWARE QUALITY, LDA	33.333 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011750	PLATAFORMA WEB DE GESTÃO DE MANUTENÇÕES	4	4	113	205	505085771	NETSPACE SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011751	PROTOTIPAGEM PARA O MERCADO JUVENIL	4	4	114	205	507075889	MIXIM - CONTEÚDOS E TELEVISÃO, UNIPessoal, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011759	GESTÃO DA PRODUÇÃO	4	4	112	205	508042070	FABRIPIXEL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011778	MELHORIAS DE METODOLOIGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE S	4	4	114	205	507286502	AROSO & ASSOCIADOS - GESTÃO E ENGENHARIA, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0201-FEDER-011793	DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE NEGÓCIO E DE LINHA DE	4	4	111	205	509075894	PRODULEX UNIPESSOAL, LDA	8.500 €	6.375 €	6.375 €	- €
NORTE-01-0201-FEDER-011827	E-LEARNING READER	4	4	114	205	507128257	LIVELEARNING - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001355	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO PARA A INSTALA	4	4	117	204	503264113	DOUROGÁS - COMPANHIA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE GÁS, SA	723.246 €	325.461 €	325.461 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001358	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO	4	4	114	205	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQ	395.039 €	177.768 €	177.768 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001359	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SISTEMAS DE ME	4	4	113	205	507223586	ROMENINGH HW - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA	475.710 €	214.069 €	214.069 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001361	PROJECTO SIMBIENTE	4	4	112	205	506690750	SIMBIENTE ? ENGENHARIA E GESTÃO AMBIENTAL, LDA	200.336 €	90.151 €	90.151 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001362	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓG	4	4	114	204	505749025	INSTITUTO AGILUS DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, SA	288.003 €	129.601 €	129.601 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001369	CRIAÇÃO DO DPTO I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVO	4	4	114	204	508225825	MOG TECHNOLOGIES SA	461.597 €	207.719 €	207.719 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001372	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO	4	4	114	204	507602560	BIOSKIN , MOLECULAR AND CELL THERAPIES, SA	882.318 €	397.043 €	397.043 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001376	DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA SITUACTION.COM	4	4	112	205	507404033	UBISIGN TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	319.890 €	143.951 €	143.951 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001380	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DISTRIBUÍDO DE MULTI	4	4	112	204	505046857	EDIGMACOM - GESTÃO DE PROJECTOS DIGITAIS, SA	563.092 €	298.888 €	298.888 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001388	NUCLEO I&DT - IPBRICK - HOME	4	4	114	204	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	257.100 €	115.695 €	115.695 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001398	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO REMOTA DA QUALIDADE E SEG	4	4	114	205	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQ	294.380 €	136.547 €	136.547 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001415	PROJECTO PILOTO DE UM CIMBRE AUTO-LANÇÁVEL DE MÉDIA	4	4	114	205	507455509	BERD - PROJECTO INVESTIGAÇÃO E ENGENHARIA DE PONTES, SA	2.065.336 €	1.652.269 €	1.652.269 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001444	PRETENDE-SE CRIAR UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA INOV	4	4	114	205	507410785	TRENMO - ENGENHARIA, LDA	163.132 €	113.337 €	113.337 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001452	VITAL JACKET SPORT -TSHIRT INTELIGENTE DE MONITORIZAÇ	4	4	114	204	507910990	BIODEVICES - SISTEMAS DE ENGENHARIA BIOMÉDICA, SA	532.047 €	336.351 €	336.351 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001480	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA REMOTO DE GESTÃO E I	4	4	112	204	502217766	AMI - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, LDA	348.256 €	159.884 €	159.884 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001507	IPBRICK - SISTEMA OPERATIVO PARA DIFERENTES PLATAFORM	4	4	114	205	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	479.893 €	215.952 €	215.952 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001514	HIGH POWER FIBER LASER (LASERS DE ALTA POTÊNCIA EM FIB	4	4	114	204	506718859	MULTIWAVE PHOTONICS - TECNOLOGIAS ÓPTICAS E ELECTRÓNICAS, SA	876.102 €	394.246 €	394.246 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001564	MAP - MICROCHIP ANALIZADOR DE PROTEINAS	4	4	ZZZ	204	505749025	INSTITUTO AGILUS DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, SA	512.564 €	440.834 €	307.999 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001580	GESTARPLUS - GESTÃO OPERACIONAL E CONTROLO DA QUALI	4	4	ZZZ	204	503075736	MDEMÁQUINA - SISTEMAS INDUSTRIAIS, LDA	944.750 €	564.257 €	564.257 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001583	GOLFMINHO - ROBÔ AUTÓNOMO PARA RECOLHA DE BOLAS D	4	4	ZZZ	205	507410823	SAR - SOLUÇÕES DE AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA, LDA	423.365 €	343.747 €	305.501 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001589	MICOPROJECT - INÓCULOS MICORRÍZICOS PARA A SUSTENTAB	4	4	ZZZ	204	507199170	MICOPLANT- MICOLOGIA APLICADA, LDA	599.302 €	531.733 €	427.047 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001605	OPTISOLE - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA PRODUÇ	4	4	ZZZ	204	501428194	A. COELHO E CASTRO, LDA	492.329 €	407.901 €	343.752 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001606	STEP UAV - STRUCTURAL TECHNOLOGY PROGRAM FOR UAVS	4	4	ZZZ	205	507621522	SPIN.WORKS, LDA	229.072 €	168.503 €	168.503 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001608	AHRS - DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INERCIAL DE ORI	4	4	ZZZ	205	507621522	SPIN.WORKS, LDA	268.608 €	222.410 €	188.025 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-001958	DESENVOLVIMENTO DE INTRANET BASEADA EM TECNOLOGIA	4	4	114	204	505331187	WIRE MAZE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	242.664 €	121.332 €	121.332 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002488	INDICADORES GEOREFERENCIADOS DE ANÁLISE DE RISCO DE	4	4	114	205	507830369	IMOESTATÍSTICA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE IMOBILIÁRIO, LDA	422.121 €	268.546 €	268.546 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002507	PLATAFORMA COLABORATIVA PARA RECEPÇÃO, GESTÃO E DE	4	4	114	204	508452520	PROCESS.NET - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	430.409 €	215.205 €	215.205 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002521	PORTAL DE INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO	4	4	114	205	504867199	CASTRO, PINTO & COSTA, LDA	134.328 €	83.537 €	83.537 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002538	NATURE FRIENDLY AIRSHIP PROJECT	4	4	114	204	502241560	NORTÁVIA, TRANSPORTES AÉREOS S. A.	611.261 €	453.545 €	453.545 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002566	CRIAÇÃO DE NÚCLEO I&DT NO GRUPO VIDA ECONÓMICA	4	4	114	204	507258487	VIDA ECONÓMICA EDITORIAL, SA	687.234 €	343.617 €	343.617 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002585	EUROTUX VIRTUAL APPLIANCES	4	4	112	204	504827715	EUROTUX INFORMÁTICA SA	214.933 €	165.361 €	165.361 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002588	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENT	4	4	114	205	507427270	VISIONE - INFORMÁTICA DE GESTÃO, LDA	859.153 €	429.577 €	429.577 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002593	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE NOVAS BIO-TECNOLOGIA	4	4	113	205	505760932	BIOTEMPO ? CONSULTORIA EM BIOTECNOLOGIA, LDA	331.524 €	165.762 €	165.762 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002601	SISMODULAR-PROJECT INNOVATION	4	4	112	205	506681262	SISMODULAR-ENGENHARIA, LDA	341.253 €	170.627 €	170.627 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-002620	NÚCLEO I&DT - XLP	4	4	114	205	507549635	XLPARTNER TECHNOLOGIES SA	269.242 €	134.621 €	134.621 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003121	PALCO3.0 - SISTEMA WEB INTELIGENTE DE APOIO À GESTÃO	4	4	114	205	507566297	PALCO PRINCIPAL, LDA	706.725 €	542.883 €	513.726 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003198	ADESIVO DE BASE AQUOSA PARA SECTOR DO CALÇADO	4	4	116	204	501512624	LORCOL - INDÚSTRIA DE COLAS E PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	18.225 €	13.669 €	13.669 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003422	RECOOP - REDES COOPERATIVAS SEM FIOS	4	4	114	204	507297687	NONIUSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	457.304 €	308.256 €	308.256 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003424	AGILPLAN - SISTEMA PARA AGILIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E	4	4	ZZZ	205	502795069	OFICINA DE SOLUÇÕES INFORMÁTICA, LDA	319.194 €	229.963 €	229.963 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003458	OBIT - ODOUR BIOLOGICAL TREATMENT	4	4	114	205	507466942	WEDOTECH - COMPANHIA DE IDEIAS E DE TECNOLOGIAS, LDA	240.882 €	176.698 €	176.698 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003465	MEMIMETRIA - MEDIÇÃO DE ESPESSURA DE MATERIAIS POR I	4	4	ZZZ	205	505355760	ENERMETER - SISTEMAS DE MEDIÇÃO, LDA	238.110 €	161.839 €	154.938 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003474	QUITORAL - DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FORMULAÇÕES D	4	4	114	205	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQ	676.223 €	588.583 €	507.783 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003493	XTREME - XTREME - LAUV VERSÃO XTREME	4	4	114	205	508459761	OCEANSCAN - MARINE SYSTEMS & TECHNOLOGY, LDA	258.855 €	232.135 €	192.958 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003515	TESTE FH8 - DESENVOLVIMENTO DE UM TESTE COMERCIAL PO	4	4	114	204	507065590	BIOGNOSIS - COMÉRCIO DE PRODUTOS BIO PARA DIAGNÓSTICO, LDA	335.457 €	287.799 €	236.847 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003530	EYENET: SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA VIA WEB	4	4	114	205	505177587	NETMOVE - COMUNICAÇÃO GLOBAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0202-FEDER-003546	DESENVOLVIMENTO DE SENSOR DE TRÁFEGO (HW+SW) UTILI	4	4	112	204	505713519	LINCIS - SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	29.500 €	22.125 €	22.125 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003729	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE MISTURAS POLIMÉRICAS COM	4	4	116	205	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003781	PLATAFORMA DE INTERACÇÃO ENTRE ACTORES E SUPERFÍCIE	4	4	113	205	508376823	EXVA - EXPERTS IN VIDEO ANALYSIS, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-003931	DESENVOLVIMENO DE TECNOLOGIAS INTERCATIVAS BASEADA	4	4	113	205	508102812	SOMATICA, MATERIALS & SOLUTIONS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004605	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO DIDÁCTICO-CIENTÍFIC	4	4	114	205	508069149	ACUTUS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004637	VEÍCULO AUTÓNOMO PARA MOVIMENTAÇÃO DE PEQUENAS	4	4	116	204	504424688	DELTAMATIC - ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004652	DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO DE UMA MESA MULTITO	4	4	113	205	503465380	FAMA-SETE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004665	PLATAFORMA DE EXIBIÇÃO E INTERAÇÃO COM CONTEÚDOS M	4	4	112	205	507631307	PROJECTO CAPITAL COMUNICAÇÃO E IMAGEM UNIPESSOAL, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004746	INTERPRETAÇÃO DE SINAL RADAR NA MONITORIZAÇÃO AMBI	4	4	114	205	505793644	STRIX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004789	DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE UM INTERFACE G	4	4	112	205	508307341	ENANCER, ELECTRONICA SA	30.126 €	22.595 €	22.595 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004815	PLATAFORMA DE POLIMEROS CONDUTORES PARA APLICAÇÃO	4	4	114	205	507896068	TOMORROW OPTIONS - MICROELECTRONICS SA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004942	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA DETECÇÃO DE ALTERA	4	4	114	204	503909637	ANO II - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	548.963 €	338.633 €	338.633 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-004955	NVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO DE GESTÃO DA QUALIDA	4	4	114	204	507982045	CPC IT4ALL, LDA	402.453 €	236.891 €	236.891 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005289	SISTEMA DE DETECÇÃO DE VEÍCULOS EM CONTRA MÃO	4	4	112	204	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	161.029 €	101.379 €	101.379 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005290	REDES SOCIAIS TEMÁTICAS	4	4	114	205	506319881	AMPLITUDE NET, LDA	207.604 €	103.802 €	103.802 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005292	ESCALONADOR AUTOMÁTICO E OPTIMIZADO DA PRODUÇÃO	4	4	114	205	507491300	BULLET SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	232.360 €	141.485 €	141.485 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005301	MAGNETIC INDUCTION CHARGEABLE TAG FOR WLAN	4	4	114	204	507297687	NONIUSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	196.573 €	93.284 €	93.284 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005328	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA CAPTURA/TRATAMEN	4	4	114	204	503909637	ANO II - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	289.222 €	156.427 €	156.427 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005345	HEALTHYCREAM - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DIETÉT	4	4	ZZZ	204	506676234	DECORGEL - PRODUTOS ALIMENTARES	357.744 €	278.094 €	245.510 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005366	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO E INOVAÇ	4	4	114	204	506694615	DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	335.194 €	167.597 €	167.597 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005370	AGROCONTROL - AGROCONTROL - VITICULTURA DE PRECIS	4	4	ZZZ	205	507618041	SINERGEO - SOLUÇÕES APLICADAS EM GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E AMBIEN	356.185 €	271.344 €	261.058 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005372	NANOFORBONE - DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS	4	4	114	204	507439384	FLUIDINOVA - ENGENHARIA DE FLUÍDOS, SA	598.971 €	496.286 €	452.506 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005389	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO	4	4	118	204	507875990	MECAPISA PORTUGAL, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	397.375 €	198.688 €	198.688 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005391	HCA - HEALTHCARE ANYWHERE - INTEROPERABILIDADE ENTR	4	4	114	204	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	464.061 €	373.574 €	357.220 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005398	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA MODULAR DE TRATAMENTC	4	4	113	204	504902520	INDÚSTRIA METALOMECÂNICA DAS AVES, LDA	536.548 €	388.199 €	388.199 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005429	E-EMPRESA - SOFTWARE E SOLUÇÕES IT COMO UM SERVIÇO	4	4	114	204	506694615	DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	694.905 €	539.781 €	499.329 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005437	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE IDT NO ESCRITÓRIO DO PORTO F	4	4	114	204	503729841	LINK MANAGEMENT SOLUTIONS, SA	491.715 €	245.858 €	245.858 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005475	I9SOURCE - MODELOS E PROCESSOS DE INOVAÇÃO PARA PME	4	4	114	204	504041266	INOVAMAI5 - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , S	369.928 €	301.320 €	266.718 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005491	MANUFACTURING INDUSTRIES BUSINESS PERFORMANCE EVA	4	4	116	205	508827183	INOVULTUS, LDA	423.542 €	338.833 €	338.833 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005509	VALMETAIS - DESENVOLVIMENTO DE PROCESSO PARA RECUP	4	4	113	205	508815592	W2V, SA	312.841 €	234.250 €	234.250 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005531	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS APLICAÇÕES DE DETECÇÃO E I	4	4	114	205	504867199	CASTRO, PINTO & COSTA, LDA	153.564 €	122.851 €	122.851 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005541	FADIS - FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO NA INTERNACIO	4	4	114	204	504785621	SISTRADE ANGULUSRIDETCOMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAL E APARELHO	409.819 €	304.840 €	304.840 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005554	DESENVOLVIMENTO DE UM MÓDULO PARA A SUITE ITPEERS Y	4	4	114	204	507032110	ITPEERS - SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	269.098 €	171.147 €	171.147 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005559	NÚCLEO IDT - SHORTCUT	4	4	114	204	505106841	SHORTCUT - CONSULTORIA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMATICA, LDA	380.111 €	190.055 €	190.055 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005568	CFC - CÉLULAS FOTOVOLTAICAS CONCENTRADORAS	4	4	114	204	508178045	MAGPOWER SOLUÇÕES DE ENERGIA SA	865.143 €	608.425 €	600.596 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005587	DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO À ESCALA PILOTO DE UM P	4	4	117	205	507805135	SETENTA E TRÊS MIL E CEM, LDA	165.003 €	95.082 €	95.082 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005590	SITME - SITME - SERVIÇOS INTEGRADOS PARA TRANSPORTES	4	4	114	205	507939166	XAREVISION, LDA	504.488 €	394.825 €	354.220 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005591	SISTEMA WEB INTELEGENTE DE APOIO À ORGANIZAÇÃO PESS	4	4	114	205	504766821	PORTUGALMAIL-COMUNICAÇÕES, SA	299.214 €	207.063 €	207.063 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005592	DESENVOLVIMENTO AGILE: IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLO	4	4	111	204	503068861	FIRMA: XPAND SOLUTIONS - INFORMATICA E NOVAS TECNOLOGIAS	449.952 €	289.903 €	289.903 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005600	PRODUÇÃO E EXTRACÇÃO DE QUITINA A PARTIR DE CULTURA	4	4	117	205	507805135	SETENTA E TRÊS MIL E CEM, LDA	185.864 €	96.240 €	96.240 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005604	DARC - DIGITAL ARCHITECTURE REPRESENTATION AND COMM	4	4	114	205	504794108	PONTOPR, SERVIÇOS DE PUBLIDADE E ROBÓTICA, LDA	752.083 €	613.034 €	542.679 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005607	TRANSPLANPME - SISTEMA DE APOIO AO PLANEAMENTO OPE	4	4	114	205	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	253.538 €	188.797 €	188.797 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005613	DESENVOLVIMENTO DE DOIS PROTOTIPOS DERIVADOS DA TE	4	4	112	205	508574455	NABIA SOLUTIONS, LDA	226.036 €	139.972 €	139.972 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005765	MIX-CELL - SISTEMA DE MISTURA E REACÇÃO PARA CARACTER	4	4	114	205	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, L	32.950 €	24.713 €	24.713 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005773	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS J2ME PARA JOGOS M	4	4	114	205	508545633	FLOAT STUDIOS - DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E SOFTWARE DE ENTRE	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-005857	PRÉ-ESTUDO DE EFICIÊNCIAS DE FOTOACTIVAÇÃO DE CORAN	4	4	114	205	508955432	HESVI, SOC. UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006081	DESENVOLVIMENTO DE VÁLVULA DE DOSEAMENTO DE LÍQUID	4	4	113	205	508626188	VERTICALBAG, LDA	30.850 €	23.138 €	23.138 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0202-FEDER-006470	GERIMAT - NOVOS MATERIAIS EM DESENVOLVIMENTO DE PR	4	4	116	205	505209667	INJECDESIGN - MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006495	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO INOVADOR DE PRODUÇÃO	4	4	113	205	506685810	SPACE ECOCOMBUSTÍVEIS, LDA	25.300 €	18.975 €	18.975 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006501	RFID - PEDRA	4	4	116	204	504639137	ZIPOR - EQUIPAMENTO E TECNOLOGIA INDUSTRIAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006510	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PROTECÇÃO AO FOGO D	4	4	118	205	507361563	TECVINHAI - CONSULTORES E INVESTIMENTOS	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006511	SELECO DE ADSORVENTES PARA INTEGRAO NUMA UNIDADE D	4	4	114	205	505757842	SYSADVANCE SISTEMAS DE ENGENHARIA, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006513	ESTUDO INVERSOR PARA PAINEIS FOTO-VOLTAICOS	4	4	113	205	507799526	ROBERTRÓNICA - ELECTRÓNICA, TERMOFORMAÇÃO E INJECCÃO POLIURETAN	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006520	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE CALIBRAÇÃO ANGULAR D	4	4	113	205	503944912	VASQUES & SILVA - CONSULTADORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006529	FABRICO DE MOBILIARIO DE DESIGN COM NOVOS MATERIAIS	4	4	114	205	506310035	MENINA DESIGN, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006533	CONTACTO SEMI-AUTOMÁTICO EM AMBIENTE MÓVEL	4	4	112	205	505192080	DIGITALBRAIN - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006540	VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGRO-INDUSTRIAIS	4	4	117	205	508237777	LABINVEST ? SOC. DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BIOTECNOLOG	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006544	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA LUMINÁRIA PÚBL	4	4	112	204	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	199.545 €	133.207 €	133.207 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006552	HOME DEVICE MESO - DESENVOLVIMENTO DE NOVO EQUIPA	4	4	114	205	507745914	MESOSYSTEM, LDA	33.050 €	24.788 €	24.788 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006561	NOMECIDENT - NOVAS METODOLOGIAS PARA CIRURGIA DEN	4	4	114	205	508709890	I3D - SISTEMAS MÉDICOS E DENTÁRIOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006566	MÓDULO DE COMUNICAÇÃO REDUNDANTE COM DEGRADAÇÃO	4	4	114	205	508305640	NEXTTOYOU - NETWORK SOLUTIONS, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006569	IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS FRACOS E SUPRESSÃO DE RUÍDO N	4	4	114	205	505793644	STRIX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006586	TUNED ROOMS	4	4	115	205	505700034	VISOUNDACÚSTICA, LDA	104.425 €	61.153 €	61.153 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006587	DESENVOLVIMENTO DE TERAPIAS AVANÇADAS BASEADAS EM	4	4	113	205	508206383	STEMMATTERS, BIOTECNOLOGIA E MEDICINA REGENERATIVA, LDA	1.508.996 €	1.045.683 €	1.045.683 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006621	EUROTUX APPLICATION SERVER PLATAFORM	4	4	112	204	504827715	EUROTUX INFORMÁTICA SA	324.918 €	231.053 €	231.053 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006638	AUDIT SERVICE 2.0	4	4	114	205	508268516	AUDITMARK, LDA	212.800 €	151.456 €	151.456 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006639	ROBÔ AUTÓNOMO PARA MONITORIZAÇÃO REMOTA DE ESTR	4	4	114	205	508276080	OMNITA - SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO PARA MONITORIZAÇÃO, SA	265.827 €	186.079 €	186.079 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006640	MÓDULO OPTOELECTRÓNICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SIS	4	4	114	204	506807312	FIBERSENSING - SISTEMAS AVANÇADOS DE MONITORIZAÇÃO, SA	478.746 €	317.983 €	317.983 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006641	MÁQUINA DE ESTAMPAR JTIM 10	4	4	113	205	508444993	IDENTIDADE GEOMÉTRICA - DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, LDA	1.325.701 €	596.566 €	596.566 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006652	PROJECTO WIZARD EMPRESARIAL NAVISION	4	4	114	204	503729841	LINK MANAGEMENT SOLUTIONS, SA	513.041 €	319.719 €	319.719 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006658	GERÊS - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES VERTICAIS PARA G	4	4	112	204	502395028	ETICADATA SOFTWARE, LDA	894.190 €	458.523 €	458.523 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006659	PLATAFORMA "GLOBAL"	4	4	112	204	502801824	GLOBALSOFT - BUSINESS SOFTWARE CONSULTING, LDA	326.995 €	173.976 €	173.976 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006660	SOLUÇÃO DE GESTÃO GLOBAL E TRANSVERSAL PARA AUTARO	4	4	111	204	501893776	J. CANÃO, LDA	759.115 €	389.124 €	389.124 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006723	NÚCLEO DE I&DT DA CONEXUS	4	4	114	205	506250377	CONEXUS-WORLD, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE, LD	179.804 €	89.902 €	89.902 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006725	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE I&DT DA ARQDACIT	4	4	114	205	505164043	ARQDACIT - ARQUITECTURA, DESENHO; INFORMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA	232.257 €	116.129 €	116.129 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006737	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	4	4	114	204	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	108.821 €	54.410 €	54.410 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006786	PLATAFORMA DE GESTÃO DE CONTEÚDOS	4	4	114	205	504987380	DECLARATIVA - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, LDA	116.595 €	58.297 €	58.297 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006792	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE CONTROLO PARA ARMA	4	4	113	205	507799526	ROBERTRÓNICA - ELECTRÓNICA, TERMOFORMAÇÃO E INJECCÃO POLIURETAN	119.173 €	59.586 €	59.586 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006802	NÚCLEO DE MOBILIDADE E WEB 2.0	4	4	114	205	505085801	TECNINET.COM - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	166.338 €	83.169 €	83.169 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006816	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE CAPACIDADES PER	4	4	113	205	508206383	STEMMATTERS, BIOTECNOLOGIA E MEDICINA REGENERATIVA, LDA	310.205 €	155.103 €	155.103 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-006827	NÚCLEO DE I&DT DA CLÍNICA COSTA VERDE	4	4	114	205	502012340	CLINICA COSTA VERDE, LDA	312.239 €	156.119 €	156.119 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-007899	HOTEL3.0 - PLATAFORMA WEB3.0 VOCACIONADA PARA O ME	4	4	ZZZ	204	507297687	NONIUSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	481.894 €	364.867 €	344.490 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-007922	VITALCARE (SARA - SISTEMA DE ASSISTÊNCIA REMOTA E DE A	4	4	112	204	507819306	HYDRA IT - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E CONTEÚDOS, LDA	500.467 €	315.859 €	315.859 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-007951	REMOTE CLINICAL ASSISTANCE - PLATAFORMA DE SOFTWARE	4	4	114	204	508452520	PROCESS.NET - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	303.126 €	173.174 €	173.174 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-007952	OBSERVATÓRIOS ASTRONÓMICOS	4	4	114	205	505842025	LSI - INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA, LDA	276.633 €	165.938 €	165.938 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011463	PROTÓTIPO MULTIFUNCIONAL DE OXYCORTE E PLASMA COM	4	4	114	205	507543300	H.I.M. - INDÚSTRIA METALOMECÂNICA, LDA	33.333 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011519	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SERVIÇOS DE PREVISÃO METE	4	4	114	205	508367360	SMARTWATT- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MICROGERAÇÃO, SA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011570	CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA IN	4	4	114	205	506096041	REDUTOR - PROJECTOS, ESTUDOS E ENGENHARIA, UNIPESSOAL, LDA	24.550 €	18.413 €	18.413 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011680	PLATAFORMA COLABORATIVA DA COMUNIDADE MLEARN	4	4	114	205	503779105	JORGE S. COELHO & ASSOCIADOS - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011690	QML - QUICK MODELLING LANGUAGE - FRAMEWORK DE MOD	4	4	112	204	501472657	CASO - CONSULTORES ASSOCIADOS DE ORGANIZAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011694	INTERFACE GENPDM/CAD	4	4	113	205	503818801	MARTINS & AGRELOS SIGP, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011708	CAVISTATION - DESENVOLVIMENTO DE NOVO EQUIPAMENTO	4	4	114	205	507745914	MESOSYSTEM, LDA	32.070 €	24.053 €	24.053 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011760	MICRO-EXTRUDER : DESENVOLVIMENTO DE UMA MICRO-EST	4	4	114	205	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, L	32.750 €	24.563 €	24.563 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011801	SONDA URBANA DE EXTRACÇÃO DE INFORMAÇÃO A PARTIR D	4	4	112	205	506812731	FILES & BYTES DIAGNOSTICO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELECTRONICO,	33.160 €	24.870 €	24.870 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0202-FEDER-011810	INTERFACE HUMANA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIOS	4	4	114	205	506670333	NIBBLE - ENGENHARIA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0202-FEDER-011819	DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO INTERACTIVO PARA PUBL	4	4	112	205	503524336	TECNIBRAGA- CONSULTORES, LDA	28.446 €	21.335 €	21.335 €	€
NORTE-01-0202-FEDER-011823	ESGE - ON-LINE	4	4	112	205	507907256	LEVEL SOFT - TECNOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-000225	PROJECTO "SWIMMER"	4	4	114	204	503731544	PORTCRIL - SOC. PORTUGUESA DE ACRILICOS, SA	295.260 €	162.393 €	162.393 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-001004	LANÇAR PARA INOVAR	4	4	111	204	508447259	VENAFIL - CLEANING AND GARDENS, LDA	589.574 €	324.266 €	324.266 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-001181	PROJECTO IBOARD	4	4	114	205	505281805	SENHOR MELÃO - EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO, LDA	197.200 €	108.460 €	108.460 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-001290	SOLUÇÕES APLICACIONAIS À MEDIDA	4	4	114	205	508450187	TOPIC SHARE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	165.250 €	107.413 €	107.413 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-001320	SOLUÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS	4	4	114	205	508454158	FÁCIL DE SEGUIR - DIGITALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS, LDA	165.250 €	107.413 €	107.413 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-001332	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ENERGÉTICOS BASEADA I	4	4	114	205	508367360	SMARTWATT- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MICROGERAÇÃO, SA	165.409 €	90.975 €	90.975 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-002685	EMPREENDEDORISMO NA SPECIAL NUMBER	4	4	116	205	508501660	SPECIAL NUMBER, LDA	245.176 €	159.364 €	159.364 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-002708	PIPADOURO	4	4	117	205	508122228	ROQUETTE & CORREIA, LDA	360.964 €	198.530 €	198.530 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-002760	PROJECTO UNDER SIEGE	4	4	114	204	507600045	SEED STUDIOS, LDA	566.029 €	311.316 €	311.316 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-002761	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS NA AR	4	4	112	205	508307341	ENANCER, ELECTRONICA SA	544.392 €	299.416 €	299.416 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-002946	PORTUGUESE GLOBAL ENGINEERS	4	4	114	205	507379659	E Q S SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUALIDADE E SEGURANÇA, LDA	464.623 €	255.543 €	255.543 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-003014	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS TECNOLÓGICOS INDÚSTRIAS	4	4	113	204	500600201	ELECTRO INSTALADORA DE BAIRRO, LDA	1.165.597 €	651.773 €	651.773 €	34.222 €
NORTE-01-0203-FEDER-003021	ABOUTPROFIT	4	4	114	205	508598290	ABOUTPROFIT - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA	167.750 €	92.263 €	92.263 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-003023	TAYLOR MADE IN PORTUGAL	4	4	114	205	507790960	BYME - INFORMATION TECHNOLOGY, LDA	144.200 €	93.730 €	93.730 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-003056	EARTHLIFE - PRODUÇÃO DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DE FI	4	4	116	204	507761782	EARTHLIFE-NOVAS TECNOLOGIAS PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS	22.135.000 €	12.174.250 €	12.174.250 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-003661	O LANÇAMENTO INTERNACIONAL DOS PRODUTOS DA UT	4	4	112	205	507835476	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	1.295.863 €	972.864 €	972.864 €	15.473 €
NORTE-01-0203-FEDER-004840	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO INOVADOR	4	4	116	205	504373870	FERNANDO FERRO & IRMÃO, LDA	790.147 €	514.615 €	514.615 €	5.437 €
NORTE-01-0203-FEDER-004892	START-UP DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ADITIVOS PARA	4	4	114	204	508575907	ALCANCE - BUSINESS DEVELOPMENT, LDA	2.745.247 €	2.058.935 €	2.058.935 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004915	ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS	4	4	112	205	508595843	ONDA DE ÁGUA - UNIPessoal, LDA	490.435 €	367.826 €	367.826 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004928	criação de empresa POR JOVENS EMPREENDEDORES, DOT	4	4	116	205	508590035	HEALTH CORPORATION LABORSANO, LDA	173.785 €	130.339 €	130.339 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004937	CRESCIMENTO, MELHORIA DOS PROCESSOS E INOVAÇÃO	4	4	113	204	506090205	TECNIMASTER FL SISTEMAS ELECTRÓNICOS, LDA	230.156 €	149.601 €	149.601 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004949	BERMA CENTRO DE IMPRESSÃO DIGITAL,LDA	4	4	112	204	506386333	BERMA CENTRO DE IMPRESSAO DIGITAL, LDA	2.917.113 €	1.896.124 €	1.896.124 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004953	INOVAÇÃO TERMICA DE BAIXA ITENSIDADE	4	4	113	204	508434408	CLEVER ACTION, LDA	118.825 €	89.119 €	89.119 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-004964	COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE PRO	4	4	112	205	507893956	BSOLUS - BUSINESS SOLUTIONS, SOC. UNIPessoal, LDA	156.986 €	117.739 €	117.739 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005001	POLIGHT-POSTES ESTRUTURAIS EM COMPÓSITO	4	4	111	205	508711703	OWNERSMARK POLIGHT SOC. UNIPessoal, LDA	2.123.950 €	1.380.567 €	1.380.567 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005042	BIG ILLUSION	4	4	114	205	508599369	BIG ILLUSION - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	198.950 €	149.213 €	149.213 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005055	INOVAÇÃO NAS PLATAFORMAS DE ELAVAÇÃO	4	4	116	205	508839653	DINÂMICA VIRTUAL - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	193.840 €	145.380 €	145.380 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005078	BIG MAQ - EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO	4	4	116	204	507620917	BIG MAQ - SERVIÇOS DE MAQUINAÇÃO DE MOLDES, LDA	709.585 €	461.230 €	461.230 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005090	PROJECTO DE CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PLATAFO	4	4	114	205	508692652	PRATICAL WAY SOFTWARE, PORTUGAL SA	103.230 €	74.824 €	74.824 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005096	BRINGCONCEPT - O CONCEITO REVOLUCIONÁRIO NA RECONS	4	4	114	205	508734568	BRINGCONCEPT -, LDA	975.050 €	734.312 €	734.312 €	48.400 €
NORTE-01-0203-FEDER-005120	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, INTERNACIO	4	4	114	204	501695729	GEOMA - GEOTECNICA E MECÂNICA DE SOLOS, LDA	172.715 €	112.265 €	112.265 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005132	PROJECTO SI INOVAÇÃO PENHA REALIZAR	4	4	113	205	508622328	PENHA REALIZAR, EVENTOS E RESTAURAÇÃO, LDA	2.778.319 €	2.083.740 €	2.083.740 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005139	LANÇAMENTO DA CLICKTOSELECT NO MERCADO GLOBAL DE I	4	4	114	205	508836409	CLICKTOSELECT, LDA	515.472 €	335.057 €	335.057 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005144	DESENVOLVIMENTO DE VIDEOJOGOS PARA PLATAFORMAS DE	4	4	116	205	508613159	SPAWN STUDIOS, LDA	248.775 €	186.581 €	186.581 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005169	NET VENTURING	4	4	114	204	508257352	SPI VENTURES - CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS, SA	217.712 €	142.017 €	142.017 €	2.690 €
NORTE-01-0203-FEDER-005184	DIETGEST - DESENVOLVIMENTO SOFTWARE NUTRIÇÃO E DIET	4	4	114	205	508742919	DIETGEST SA	177.740 €	115.531 €	115.531 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005185	CRIAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A INVESTIGAÇÃO,	4	4	114	205	508760780	TECLA COLORIDA - SOFTWARE EDUCATIVO, LDA	351.944 €	263.958 €	263.958 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005647	CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE PRÓTESES INOVADOR NO	4	4	114	205	508795613	JOANA ESPINHEIRA - SOC. UNIPessoal, LDA	60.491 €	45.368 €	45.368 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005665	ALTO DOURO	4	4	117	205	508879485	GREENGRAPE, LDA	235.715 €	176.787 €	176.787 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-005685	BIOERGOS - VALORIZAÇÃO ÓLEOS ALIMENTARES USADOS PRO	4	4	114	205	508862280	BREVODISSEIA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS, LDA	106.573 €	79.930 €	79.930 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-006897	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA NO SECTOR DAS ENERGIAS ALTEF	4	4	117	205	508925169	MECWIND ALTERNATIVE ENERGYS, LDA, LDA	276.321 €	207.241 €	207.241 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-006903	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	4	4	116	205	508214998	DURAMOL - CARGO, LDA	303.215 €	227.411 €	227.411 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-006919	HTC - HEADQUARTERS AND TECH CENTER	4	4	113	205	508339855	CRITICAL MATERIALS, LDA (CMT)	1.262.219 €	834.598 €	834.598 €	75.499 €
NORTE-01-0203-FEDER-006935	ROBÓTICA VIRTUAL	4	4	114	205	508959861	GLOBIPÓTESE - UNIPessoal, LDA	308.400 €	231.300 €	231.300 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível
					6	7	8				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0203-FEDER-007592	"INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS / MÉTODOS PRODUTIV	4	4	112	204	505759403	SERRALHARIA - ARAÚJO & PAREDES, LDA	449.994 €	292.496 €	292.496 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007623	VICE PORTUGAL - INOVAÇÃO, DIFERÊNCIAÇÃO - UM NOVO PR	4	4	114	205	508983231	VICE PORTUGAL, LDA	825.570 €	536.621 €	536.621 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007638	criação de solução informática orientada para o rei	4	4	114	205	506223515	NEW CONSULTING SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	193.560 €	125.814 €	125.814 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007759	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E MODERNIZA	4	4	114	204	504637967	ASCERT - ELEVADORES, LDA	455.774 €	296.253 €	296.253 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007761	criação de nova linha produtiva e certificação qual	4	4	118	204	507736370	MIL POSSIBILIDADES, LDA	532.850 €	344.103 €	344.103 €	5.063 €
NORTE-01-0203-FEDER-007766	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE	4	4	116	204	502627719	EXCELMOLDE - TECNOLOGIA DE MOLDES, LDA	262.127 €	170.382 €	170.382 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007770	LANÇAMENTO DE MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO INOVADORA	4	4	114	205	506466400	MAQUICAF- ELECTRODOMÉSTICOS, SA	795.348 €	516.976 €	516.976 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007821	OM INOV	4	4	114	204	500868565	OSVALDO MATOS, LDA	503.079 €	327.001 €	327.001 €	- €
NORTE-01-0203-FEDER-007825	REFORÇO DA CAPOACIDADE DE INOVAÇÃO, DE PRODUTIVIDA	4	4	111	205	507479220	PA RESIDEL - OPTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DE RESÍDUOS, SA	1.050.780 €	683.007 €	683.007 €	- €
NORTE-01-0363-FEDER-000001	Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria de Gondom	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	5.600.422 €	5.600.422 €	3.920.295 €	- €
NORTE-01-0363-FEDER-000002	Ampliação da zona Industrial e melhoramento das inserções co	1	4	117	107	501121536	Município de Torre de Moncorvo	997.946 €	997.946 €	698.562 €	- €
NORTE-01-0363-FEDER-000003	Construção Da Zona Ofical de Santa Marta de Penaguião	1	4	117	107	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	1.312.462 €	1.312.462 €	918.723 €	- €
NORTE-01-0364-FEDER-000001	Sede do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Te	1	4	113	212	502772271	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	4.564.414 €	4.564.414 €	3.195.090 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000021	REFORÇO DO SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMU	4	4	111	203	501349197	METALOVIANA - METALÚRGICA DE VIANA, SA	268.017 €	93.806 €	93.806 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000080	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA CAPITAL DO MÓVEL - 2007/2	4	4	ZZZ	212	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	1.053.259 €	480.700 €	480.700 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000143	QUALITY TOURS, A CONQUISTA DE UM PORTUGAL MODERNO	4	4	113	205	506764320	QUALITY TOURS - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO, SA	90.583 €	40.762 €	40.762 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000193	IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE	4	4	115	204	504170023	LUSOVERNIZ COMÉRCIO E INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES, LDA	168.846 €	75.981 €	75.981 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000217	INOVXYLOCORK - UM NOVO CONCEITO DE ROLHA DE CORTIÇA	4	4	116	205	506175960	XYLO ONE - ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA, LDA	184.055 €	82.825 €	82.825 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000239	EXPANSÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MODI	4	4	113	205	502581565	EASI INTERNACIONAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS TÊXTEIS, LDA	123.942 €	55.774 €	55.774 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000252	INVESTIMENTO EM ARAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	114	205	501629980	J.MARQUES DOS SANTOS, LDA	292.912 €	131.810 €	131.810 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000285	DIVERSIFICAÇÃO DO RISCO VIA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EN	4	4	115	205	506642445	JOCOSMOVEL - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS UNIPESSOAL, LDA	112.561 €	50.652 €	50.652 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000402	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA E FOMENTO DO VOLUME DE NE	4	4	114	204	501456074	ESTOFOS RAMOS PINTO, LDA	319.010 €	143.555 €	143.555 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000500	MELHORIA DA EFICIÊNCIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS FACT	4	4	116	204	502511907	J.J. FERREIRA DOS SANTOS, LDA	165.385 €	74.423 €	74.423 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000503	APOSTA NA MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACION	4	4	112	204	502717777	LICONFE - LINHAS INDUSTRIAIS, LDA	139.962 €	62.983 €	62.983 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000533	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE ISO 9001:2000; INTERNACIONALIZ	4	4	114	204	504821288	FONTRAF - EQUIPAMENTOS, LDA	95.964 €	43.184 €	43.184 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000665	QUALITY COPPER	4	4	116	205	507707257	METALAZ - INDÚSTRIA DE PRODUTOS METÁLICOS, LDA	1.064.293 €	478.932 €	478.932 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000672	QUALIFICAR PARA DIFERENCIAR E INTERNACIONALIZAR	4	4	ZZZ	204	507505492	FÓLIOWATERS - EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS NATURAIS, LDA	954.650 €	429.593 €	429.593 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000690	criação de uma unidade de gestão de resíduos FERROS	4	4	116	204	502365447	PINHOS & MOURO, LDA	126.154 €	56.769 €	56.769 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000707	O PROJECTO VISA O FABRICO DE PRODUTOS COM A GARANTIA	4	4	116	204	503638021	JOSÉ AMÉRICO - ROLHAS E CÁPSULAS, LDA	280.346 €	126.156 €	126.156 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000736	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	4	4	112	205	506536149	CONFORFLUIDE - TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, LDA	173.879 €	78.246 €	78.246 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000791	PROMOÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS INTERNACIONAIS,	4	4	115	204	502104384	LUIS NUNES DA SILVA, LDA	149.100 €	67.095 €	67.095 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000806	À CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS GEOGRÁFICOS	4	4	112	205	504003410	DAV - ACESSÓRIOS PARA A INDÚSTRIA DE TORNEIRAS, LDA	105.584 €	47.513 €	47.513 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000819	INTERNACIONALIZAÇÃO DE ACTIVIDADE	4	4	112	204	501642277	LATINO CONFECÇÕES, LDA	399.520 €	179.784 €	179.784 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000828	LANÇAMENTO DE COLECÇÃO PRÓPRIA DE CALÇADO COM RÓ	4	4	113	205	507688945	CAMINHAR-COMFORT SHOES, UNIPESSOAL, LDA	73.075 €	32.884 €	32.884 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-000888	AMI - QUAL PME	4	4	112	205	502217766	AMI - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, LDA	533.189 €	239.935 €	239.935 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-001616	EXPANSÃO DA EMPRESA VIA INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	117	204	502064560	QUINTA DA ROSA - VINHOS S.A	164.950 €	74.228 €	74.228 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-001622	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONA	4	4	116	204	501576967	FCO - COMÉRCIO INTERNCIONAL E CONSULTORIA, LDA	396.665 €	178.499 €	178.499 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-001951	FREE TO TRAVEL (F2TRAVEL)	4	4	111	205	508367751	DEFINIR DATAS - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO UNIPESSOAL, LDA	448.910 €	202.010 €	202.010 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-001974	INVESTIMENTO NUMA REDE COMERCIAL PARA PRODUTOS AL	4	4	114	205	508443954	BIOATLANTICO - COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS BIOLÓGIC	125.765 €	56.594 €	56.594 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-001976	CARM - NOVA OPORTUNIDADES	4	4	117	204	504571133	CARM - CASA AGRÍCOLA ROBOREDO MADEIRA SA	317.975 €	143.089 €	143.089 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002000	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, SUAS MARCAS E SEUS	4	4	115	205	506411516	RICARDO MILTON - PRODUÇÃO & COMÉRCIO DE TÊXTEIS-LAR, LDA	168.650 €	75.893 €	75.893 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002002	AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA E PRESENÇA ACTIV	4	4	116	204	503178683	LOBRIMA - COMÉRCIO IMP.DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES E MAQUINAS	294.566 €	132.555 €	132.555 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002005	A GESTÃO DA INFORMAÇÃO BASEADA NAS TIC E A GESTÃO CO	4	4	113	204	503281115	CLINIFAR - PRODUTOS CLÍNICOS E FARMACEUTICOS, SA	191.712 €	88.948 €	88.948 €	6.120 €
NORTE-01-0401-FEDER-002007	A ORGANIZAÇÃO INTERNA PARA REFORÇAR A PRESENÇA COM	4	4	113	204	501881549	ALDA INDÚSTRIA DE MALHAS, LDA	128.450 €	57.803 €	57.803 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002008	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA " APOSTA NOS DOMÍ	4	4	112	204	501582991	IRMEPOL - INDUSTRIA DE COMPONENTES PARA CARROÇARIA, LDA	151.858 €	69.208 €	69.208 €	1.994 €
NORTE-01-0401-FEDER-002026	QUALIDADE, ECONOMIA DIGITAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	205	507371690	WATERKOTTE IBÉRIA, LDA	302.300 €	136.035 €	136.035 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002036	PROJECTO DE INFORMATIZAÇÃO, MELHORIA DO CONTROLO D	4	4	115	204	501152237	F.COSTA INDUSTRIA DE MADEIRAS, SA	198.814 €	89.466 €	89.466 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-002037	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, C	4	4	115	204	502138831	ALEAL - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	563.500 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002044	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA E DOS SEUS PRODUTOS	4	4	114	204	503731544	PORTCRIL - SOC. PORTUGUESA DE ACRILICOS, SA	135.630 €	61.034 €	61.034 €	€
NORTE-01-0401-FEDER-002047	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA ATRA	4	4	114	204	502055278	IMPORTINOX - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE METAIS, LDA	311.086 €	139.989 €	139.989 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002060	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS E INFORMAT	4	4	114	204	504194127	PRIMÉRICA - REPRESENTAÇÕES, SA	164.600 €	74.070 €	74.070 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002067	DINAMIZAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, INFORMATIZAÇÃO	4	4	115	205	507977190	3AL3, LDA	201.892 €	90.852 €	90.852 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002075	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA LUSQUIÑOS	4	4	115	205	506841251	RONDONSHOES, COMERCIO INTERNACIONAL DE CALÇADO, LIMITADA	258.200 €	116.190 €	116.190 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002078	EFICIÊNCIA, QUALIDADE, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇ	4	4	115	204	504039920	BIFASE - MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO, LDA	327.844 €	147.530 €	147.530 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002085	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA COM RELEVÂ	4	4	114	204	506665720	OFTEN COMERCIO DE MOBILIÁRIO URBANO E DE ESCRITÓRIO, LDA	534.914 €	245.961 €	245.961 €	12.000 €
NORTE-01-0401-FEDER-002087	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	114	204	500616485	ONARA - INDUSTRIA E COMERCIO DE TÊXTEIS, SA	953.500 €	429.198 €	429.198 €	4.623 €
NORTE-01-0401-FEDER-002088	FASTFORWARD	4	4	112	205	505967740	IVV AUTOMAÇÃO, LDA	380.289 €	171.130 €	171.130 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002089	criação de uma industria de ourivesaria e joalheria	4	4	113	205	508386551	R&L. ANTUNES, LDA	283.737 €	129.116 €	129.116 €	3.280 €
NORTE-01-0401-FEDER-002090	INVESTIMENTOS EM AREAS CHAVE DA EMPRESA - INOVAÇÃO	4	4	114	204	502297930	UDEX IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SA	613.455 €	250.000 €	250.000 €	10.925 €
NORTE-01-0401-FEDER-002096	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONA	4	4	116	205	502076224	MOCITE - NEGÓCIOS E CONSULTADORIA PARA INDÚSTRIA GRÁFICA, LDA	307.022 €	138.160 €	138.160 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002101	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/CERTAMES DA ESPECIALIDADE	4	4	118	204	503119792	TECPAN,TECNOLOGIA E PRODUTOS PARA PASTELARIA E PANIFICAÇÃO , LDA	137.801 €	62.011 €	62.011 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002109	MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE E REFORÇO DA INTERNACIO	4	4	116	205	505433869	FERNANDO, LIMA & C.ª, LDA	193.025 €	86.861 €	86.861 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002116	REQUALIFICAÇÃO, ECO-VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO COME	4	4	118	204	504022610	ESTALAGEM DE MONTALEGRE, TURISMO, NATUREZA E LAZER, LDA	476.000 €	214.200 €	214.200 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002120	NEW VIANAS	4	4	114	204	501745068	VIANAS - MAQUINAS, FERRAMENTAS E MATERIAL DE INCENDIO, LDA	189.295 €	85.183 €	85.183 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002123	criação de moda com integração no mercado digital	4	4	113	205	191362816	PAULA ALEXANDRA RIBEIRO DE SOUSA LEITE OLIVEIRA	38.200 €	17.190 €	17.190 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002139	PROMOÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, APOSTA	4	4	114	205	501438491	MARTINS SOARES TURISMO, LDA	90.701 €	40.815 €	40.815 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002155	LITOSBÉLIX UM PROJECTO DE EXCELÊNCIA	4	4	116	204	508538076	LITOSBELIX, LDA	243.369 €	109.516 €	109.516 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002162	CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2000; MODERNIZAÇÃO ORGANIZACI	4	4	113	205	505225468	ÁGUA SOBRE RODAS - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, LDA	192.418 €	86.588 €	86.588 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002185	CERTIFICAÇÃO INTEGRADA GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURAN	4	4	ZZZ	204	501695060	SOC. QUINTA DO PORTAL, SA	610.471 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002191	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA O.A.T. E DOS SEUS PRODUTO	4	4	114	204	504537121	O.A.T. - ORIGINAL AUTHENTIC TRENDS, SA	236.251 €	106.313 €	106.313 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002192	QUALIFICAR PARA INTERNACIONALIZAR	4	4	114	204	503152900	SANCO - PRODUTOS ELECTRÓNICOS, LDA	223.627 €	100.632 €	100.632 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002205	4 - TEAMS ADVERTISNG & MERCHANDISING, LDA.	4	4	113	204	507682300	4 TEAMS - ADVERTISING & MERCHANDISING, LDA	148.950 €	67.028 €	67.028 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002206	REFORÇO COMPETITIVIDADE COM APOSTA COMBINADA EM T	4	4	ZZZ	204	504080466	J. ALVES - OFICINAS AUTO, LDA	59.131 €	26.609 €	26.609 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002207	CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS EXTE	4	4	117	204	504745247	LAVRADORES DE FEITORIA - VINHOS DE QUINTA, SA	138.421 €	62.290 €	62.290 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002217	INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	4	4	118	204	507378261	FACTORY PLAY	234.016 €	105.307 €	105.307 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002219	INCIDE - INOVAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	205	505207222	AMR INTERNACIONAL, LDA	123.238 €	58.485 €	58.485 €	6.920 €
NORTE-01-0401-FEDER-002229	criação e desenvolvimento de marcas próprias (MYSTIC	4	4	116	205	507452542	MYSTIC SEA - UNIPESSOAL, LDA	263.755 €	118.690 €	118.690 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002259	REFORÇO DO POSICIONAMENTO DA PROMOCOMPO NOS ME	4	4	114	204	501179569	PROMOCOMPO - COMPONENTES INDUSTRIAIS, LDA	218.339 €	98.253 €	98.253 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002281	INTERNACIONALIZAÇÃO; IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO S	4	4	114	204	503182710	A.N.O. - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	370.459 €	166.707 €	166.707 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002283	INTERNACIONALIZAÇÃO ESTRUTURADA E CONTINUADA	4	4	115	204	508141362	MOVELAU - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	160.578 €	72.260 €	72.260 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002286	SO 9001:2000; REGISTO DE MARCA; USO INTENSIVO DE TIC N	4	4	114	204	508404240	BEAUTY WOMAN, LDA	72.325 €	32.546 €	32.546 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002288	PROSPECÇÃO DE MERCADOS E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INT	4	4	115	204	507505794	QUESTSOURCE, LDA	431.694 €	194.262 €	194.262 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002296	PORTAL ENC DE E-COMMERCE DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS D	4	4	114	205	506154785	ENC - CONSULTADORIA E SERVIÇOS DE ENERGIA, LDA	204.720 €	92.124 €	92.124 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002309	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	113	204	505843471	PEÚGAS ANDRADE & CARVALHO, LDA	47.962 €	21.583 €	21.583 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002312	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, IN	4	4	112	204	507231198	APC - INSTRUMENTOS MUSICAIS, LDA	207.550 €	93.397 €	93.397 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002316	TADINENSE- A IMPRIMIR O FUTURO DE UMA NOVA ECONOM	4	4	112	204	503524204	TIPOGRAFIA TADINENSE, LDA	271.064 €	138.632 €	138.632 €	38.065 €
NORTE-01-0401-FEDER-002318	PRESENÇA MODERNA E ADAPTADA AO MERCADO	4	4	114	204	501440593	TENCO - TORREFACÇÃO E EMPACOTAMENTO CAFÉS, LDA	123.800 €	55.710 €	55.710 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002321	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	115	204	503566926	ARMANDO & FILHOS, LDA	212.720 €	95.724 €	95.724 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002324	ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRES	4	4	118	204	506724352	JOSÉ MARIA MARTINS, CUTELARIA TRADICIONAL DE PALAÇOULO, LDA	44.287 €	19.929 €	19.929 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002328	ALARGAMENTO DE ÁREAS DE NEGÓCIO E PREPARAÇÃO PARA	4	4	118	205	503699780	CLIMABANHO, LDA	67.108 €	30.198 €	30.198 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002334	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO D	4	4	112	212	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	162.250 €	74.717 €	74.717 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002344	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇ	4	4	114	205	504627236	PORTOCOURO	408.924 €	184.016 €	184.016 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002349	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	115	204	504242920	NORBERTO COSTA, LDA	525.686 €	233.181 €	233.181 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002360	JUNCOR: O ENGENHO DO COMÉRCIO	4	4	114	204	500575193	JUNCOR - ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS, LDA	142.595 €	64.168 €	64.168 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível
					6	7	8				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-002377	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	204	504229451	MARQUES & GOMES, LDA	501.892 €	225.851 €	225.851 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002400	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E MODERNIZA	4	4	115	205	508431093	ZONALC.COM, LDA	118.619 €	53.378 €	53.378 €	€
NORTE-01-0401-FEDER-002404	PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLATAFORMA ELECTRÓNICA	4	4	114	205	504970020	CLEANSTATION, SA	94.475 €	46.609 €	46.609 €	9.360 €
NORTE-01-0401-FEDER-002409	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E MAIOR PRESENÇA NO	4	4	112	204	505099047	DOMINAL, LDA	335.410 €	150.935 €	150.935 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002419	MIGUEL OLIVEIRA - FÓRMULAS PARA O SUCESSO	4	4	114	204	500193347	MIGUEL OLIVEIRA SUCESSORES, S.A	415.794 €	187.107 €	187.107 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-002422	INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA MARCA RUGA	4	4	113	204	502404361	TOPSVILLE MALHAS & CONFECÇÕES, LDA	784.595 €	353.068 €	353.068 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003169	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	204	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	18.200 €	13.650 €	13.650 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003177	MARCAÇÃO CE	4	4	115	205	502913274	MARSAL- ESTRUTURAS METÁLICAS E ALUMÍNIO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003179	CERTIFICAÇÃO PELA QUALIDADE	4	4	111	205	501715398	IRMÃOS FERREIRA, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003185	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SE	4	4	115	204	501759441	MEILEX, LDA	10.500 €	7.875 €	7.875 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003186	AFICOR-MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	4	4	113	204	502012757	AFICOR-AFIAMENTOS E REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS DE CORTE, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003197	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICO	4	4	115	204	503492787	ATLANTA - COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003219	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	204	502907363	MANUEL MOREIRA DIAS, LDA	16.000 €	12.000 €	12.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003221	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE MARKETING	4	4	115	204	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003229	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	114	204	501594698	JOSÉ FERNANDES CARDOSO SA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003255	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO - HACCP	4	4	116	204	502458798	ABEL PINHO, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003273	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA IMPL	4	4	115	205	505721953	DIAS & MOTA - ALARMES, SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA	14.250 €	10.688 €	10.688 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003276	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A IMPL	4	4	114	204	504008170	OLHO VIVO - SISTEMAS ELETRÓNICOS, LDA	13.375 €	10.031 €	10.031 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003280	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TENDO EM VISTA	4	4	113	204	501297650	JOSÉ NEVES & C.IA, LDA	21.560 €	16.170 €	16.170 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003312	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE	4	4	111	204	507501888	ABREU E PEDRA, HIGIENE E BEM ESTAR, LDA	11.000 €	8.250 €	8.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003529	AYEME- RUMO À QUALIDADE	4	4	113	204	503428825	AUGUSTO MOREIRA-MÓVEIS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003533	PROTECÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E ESTUDO DE VIA	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	35.650 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003553	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE	4	4	113	205	504838644	ARMANDO FERREIRA & FILHOS, LDA	11.087 €	8.315 €	8.315 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003642	EXPANSÃO E REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EM	4	4	ZZZ	205	504839373	PETLANDIA - SOC. DE COMERCIO DE PRODUTOS E ANIMAIS DOMÉSTICOS, SOC	86.128 €	38.758 €	38.758 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003643	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	204	503569151	CARLOS MANUEL SALGADO DA COSTA, LDA	8.400 €	6.300 €	6.300 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003655	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	4	113	204	503757730	CADEINOR REPRESENTAÇÕES, LDA	7.500 €	5.625 €	5.625 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003707	METALÍNSUA - QUALIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE GESTÃO, IN	4	4	116	204	503149314	METALÍNSUA - EMPRESA DE CONSTRUÇÕES MATÁLICAS, LDA	106.946 €	48.126 €	48.126 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003719	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MO	4	4	115	204	502430508	E.C.E - EMPRESA DE CALÇADO EUROPA, LDA	1.183.426 €	532.542 €	532.542 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003730	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃO	4	4	114	205	507761634	OBSERVARTES, LDA	243.973 €	109.788 €	109.788 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003749	REFORÇO DA PRESENÇA DA EMPRESA NOS MERCADOS EXTER	4	4	114	205	500533482	FERREIRA DE MELO & Cª, LDA	145.014 €	65.256 €	65.256 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003762	MELHORIA DO DESEMPENHO DE SOLUÇÕES DE REVESTIMENT	4	4	114	204	501671749	FLUPOL - APLICAÇÕES TÉCNICAS DE POLÍMEROS FLUORADOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003769	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	113	205	505250373	FLUXOIBÉRIA - MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, LDA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003776	MARITÁVORA INTERNACIONAL	4	4	117	205	506994392	QUINTA DA MARITÁVORA - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS VINÍCOLA	112.190 €	50.486 €	50.486 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003796	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, QUALIDADE,	4	4	114	204	501695729	GEOMA - GEOTECNICA E MECÂNICA DE SOLOS, LDA	127.356 €	57.310 €	57.310 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003810	AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA E PRESENÇA ACTIV	4	4	116	204	504218883	TATUAGGI - INDÚSTRIA DE CALÇADO, LDA	596.515 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003816	S&A INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	115	205	508182395	SPIRITU & ANIMA, LDA	474.623 €	213.580 €	213.580 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003824	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA E	4	4	117	205	504056638	VITIVINÍCOLA CARLA FERREIRA UNIPessoal, LDA	143.690 €	64.661 €	64.661 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003838	EXPANSÃO DE MERCADO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	4	4	113	205	508468558	GUIPACK - UNIPessoal, LDA	227.050 €	102.173 €	102.173 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003863	RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, CERTIFICAÇÃO, MELH	4	4	118	204	501727825	NOVAVET, PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS, LDA	108.222 €	48.700 €	48.700 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003893	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	4	4	113	205	508477972	GERAÇÃO DE VANGUARDA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA	201.708 €	90.769 €	90.769 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003909	REFORÇO DO POSICIONAMENTO DAS MARCAS PRÓPRIAS NOS	4	4	116	205	507879996	M. FÁTIMA SILVA, LDA	324.521 €	146.034 €	146.034 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003912	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA E	4	4	117	205	508486394	QDM - VINHOS, LIMITADA	78.460 €	35.307 €	35.307 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003915	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA E	4	4	117	204	106320750	DOMINGOS GUILHERMINO DOS REIS ALVES DE SOUSA	176.655 €	79.495 €	79.495 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003924	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA YOMI	4	4	115	205	506600807	SENSYS CALÇADO, LDA	367.300 €	165.285 €	165.285 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003925	INTENSIFICAR A PROECÇÃO NA MARCA LUIS ONOFRE NO ME	4	4	116	204	500595356	CONCEIÇÃO ROSA PEREIRA & Cª, LDA	418.475 €	188.314 €	188.314 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003926	PROJECTO NETOS DO SIMÃO	4	4	113	204	501583297	OS NETOS DO SIMÃO - METALÚRGICA, SA	120.367 €	56.531 €	56.531 €	5.408 €
NORTE-01-0401-FEDER-003927	REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA FRIBAR	4	4	113	205	503472468	J M FERNANDES, LDA	156.801 €	81.793 €	81.793 €	25.674 €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-003935	QUINTA DO VALLADO - PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO E INTER	4	4	117	204	504594745	QUINTA DO VALLADO - SOC. AGRÍCOLA, LDA	218.265 €	99.059 €	99.059 €	1.920 €
NORTE-01-0401-FEDER-003941	INTERNACIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E MELH	4	4	115	204	501250131	LINO BARROS & FERREIRA, LDA	531.457 €	239.156 €	239.156 €	€
NORTE-01-0401-FEDER-003943	REDEMENSIONAMENTO DA ACTIVIDADE COM COMPLEMENTO	4	4	118	205	192049267	LUCRÉCIA ADELAIDE VILHENA PEREIRA	135.108 €	61.068 €	61.068 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003952	PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA MARCA NIGHT A NÍVEL IN	4	4	113	205	503439967	CARLA MARIA GUIMARÃES, LDA	54.183 €	24.382 €	24.382 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003962	MELHORIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E AMBIENTAL, D	4	4	116	205	505990857	TWISTOP - SERV. ENGENHARIA E EQUIP. INDUSTRIAIS., LDA	26.731 €	12.029 €	12.029 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003976	INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA NA ORGANIZAÇÃO DE P	4	4	115	204	501463577	NELSOMÓVEIS, LDA	145.269 €	65.371 €	65.371 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003977	PROJECTO DE MELHORIA DO MODELO ORGANIZACIONAL, QU	4	4	114	204	501856820	FAN - CARPINTARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	149.175 €	67.129 €	67.129 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003978	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA	4	4	ZZZ	205	503418625	TINTA COM PINTA, LDA	398.134 €	179.160 €	179.160 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003979	INVESTIMENTO PARA A EVOLUÇÃO COMPETITIVA DA EMPRES	4	4	114	204	506689476	RACH TRANSITOS, LDA	133.834 €	73.174 €	73.174 €	29.598 €
NORTE-01-0401-FEDER-003980	PROJECTO DE PENETRAÇÃO E RECONVERSÃO DO PRCESSO CO	4	4	114	204	501588752	FERNANDO SANTOS - INDÚSTRIA DE ESTOFOS, LDA	481.449 €	216.652 €	216.652 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003984	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA	4	4	112	204	501515526	SULNOR - INDUSTRIA METALOMECANICA, LDA	233.608 €	122.814 €	122.814 €	40.434 €
NORTE-01-0401-FEDER-003989	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E CONQUISTA I	4	4	115	205	506033775	MUNDO AUTOMÓVEL DE ELINANA GOMES RIBEIRO NUNES & COMPANHIA, LD	420.659 €	218.442 €	218.442 €	81.586 €
NORTE-01-0401-FEDER-003996	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	115	204	502211547	ALBANO & FILHO, LDA	352.353 €	158.559 €	158.559 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-003997	PROMOVER A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, ESTIMULAR U	4	4	111	205	508201926	MORER - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	78.253 €	35.214 €	35.214 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004011	QUALIFICAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	116	204	501754962	PJA VIAGENS E TURISMO, LDA	162.390 €	73.076 €	73.076 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004012	IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE CONTROLE DE QUALIDA	4	4	113	205	507997433	COMPECO - MATERIAIS COMPÓSITOS, LDA	150.104 €	67.547 €	67.547 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004013	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA FRASA	4	4	114	204	502395362	FRASA IBÉRICA - EQUIPAMENTOS DE COZINHA, SA	266.950 €	120.128 €	120.128 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004018	criação, moda e design, organização e gestão com su	4	4	115	204	508543231	zoombox - confecções, lda	307.413 €	138.336 €	138.336 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004019	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE NO MERCADO GLOBAL. REF	4	4	113	204	504465767	ALBANO MIGUEL FERNANDES, LDA	248.511 €	111.830 €	111.830 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004027	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	115	204	506738175	DOD - COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	271.945 €	122.375 €	122.375 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004028	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MÓVEIS PEREIRA DA COSTA	4	4	115	204	502414669	MÓVEIS PEREIRA DA COSTA, LDA	136.033 €	67.251 €	67.251 €	13.796 €
NORTE-01-0401-FEDER-004036	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE E AM	4	4	115	205	503354520	ELO - DISTRIBUIÇÃO DE CALÇADO, LDA	364.063 €	163.828 €	163.828 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004037	criação do núcleo de desenvolvimento técnico e ENT	4	4	114	204	504907808	NORCONCESSUS - EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E CIENTÍFICOS, LDA	343.598 €	158.896 €	158.896 €	10.384 €
NORTE-01-0401-FEDER-004056	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, C	4	4	115	204	505844699	SOUTO & FILHOS, LDA	511.050 €	229.972 €	229.972 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004077	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	205	501503510	ADVANCED PRODUCTS PORTUGAL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO, LDA	117.410 €	52.835 €	52.835 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004082	VDS - NOVAS OPORTUNIDADES	4	4	117	204	504387723	VDS - VINHOS DO DOURO SUPERIOR, SA	117.119 €	52.703 €	52.703 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004096	CPM@2015: QUALIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E VALO	4	4	113	204	503307459	CPM - CRIAÇÃO E PROMOÇÃO DA MODA, LDA	241.778 €	108.800 €	108.800 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004097	REFORÇAR A PROJECCÃO DA MARCA PAULO BRANDÃO NOS M	4	4	116	205	503526088	PAULO BRANDÃO, LDA	230.821 €	103.869 €	103.869 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004098	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	115	204	502391057	JOMASIL - JOÃO MANUEL SOUSA SILVA, LDA	520.933 €	234.420 €	234.420 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004101	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, MAIOR P	4	4	114	204	500378207	MANOEL D. POÇAS JUNIOR - VINHOS, SA	163.544 €	73.595 €	73.595 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004102	RECIAL INTERNACIONAL	4	4	111	204	506631494	RECIAL - RECICLAGEM DE ALUMÍNIOS, SA	174.350 €	78.458 €	78.458 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004103	AUTOMAÇÃO RESIDÊNCIAL	4	4	114	204	507601114	TEC IT - TECNOLOGIA INTELIGÊNCIA E DOMÓTICA SA	136.343 €	61.354 €	61.354 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004110	ACRÉSCIMO COMPETITIVIDADE E INSERÇÃO MERCDO GLOBAL	4	4	112	204	502110350	PLASMITEC - PLASTICOS TÉCNICOS DO MINHO, LDA	215.137 €	96.812 €	96.812 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004116	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO D	4	4	113	204	507525825	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA	58.040 €	26.118 €	26.118 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004126	MOISÉS LIMA INTERNACIONAL	4	4	116	204	501916369	MOISÉS LIMA CORTIÇAS, LDA	146.025 €	65.711 €	65.711 €	664 €
NORTE-01-0401-FEDER-004127	REFORÇO DOS FACTORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE COM	4	4	116	204	500006687	ABÍLIO P. CARNEIRO & FILHOS, LDA	277.811 €	125.015 €	125.015 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004133	INTERNACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DA COMPETIVIDADE DA	4	4	112	204	502227656	AGRIFER - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS, LDA	39.524 €	21.936 €	21.936 €	9.486 €
NORTE-01-0401-FEDER-004134	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	4	4	114	204	500263361	SOCEQUI - SOC. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	98.424 €	44.291 €	44.291 €	4.500 €
NORTE-01-0401-FEDER-004135	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DE POSICIONAMENTO CO	4	4	114	204	505148676	LINEAMÉDICA - DISPOSITIVOS MÉDICO-CIRÚRGICOS, SA	305.170 €	137.326 €	137.326 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004141	PROJECTO DE PREPARAÇÃO DA EMPRESA PARA A INTERNACIO	4	4	114	205	506658503	LOJA DA PRAÇA - BENS ALIMENTARES, LDA	98.671 €	44.402 €	44.402 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004142	ACRESCENTAR VALOR A TÊXTIL	4	4	112	205	500744971	PINHOS, LDA	123.673 €	55.653 €	55.653 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004149	QREN - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - 2009 A 2010	4	4	117	204	504368109	F. OLAZABAL & FILHOS, LDA	167.375 €	75.669 €	75.669 €	800 €
NORTE-01-0401-FEDER-004151	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MOD	4	4	112	204	502840234	MÓVEIS PINTO BARBOSA, LDA	137.197 €	61.739 €	61.739 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004155	criação de laboratório, implementação de sistema d	4	4	116	204	501510257	BETÃO CONCRETO-INDUSTRIA DE PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DE BETÃO SA	63.394 €	28.527 €	28.527 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004157	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	115	204	502789409	LOUSAPNHOS MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, LDA	559.246 €	250.000 €	250.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004161	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	112	205	507626630	CRIS' GALOS, LDA	316.467 €	142.410 €	142.410 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004163	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	115	205	508185114	EMH - SOC. IMPORTAÇÃO DISTRIBUIÇÃO PAPEL, LDA	243.700 €	109.665 €	109.665 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-004164	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	114	204	503542016	CLUBE VIAJAR - VIGENS E TURISMO, LDA	494.975 €	222.739 €	222.739 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004168	NORSOLUTIONS - AO ALCANÇE DOS MERCADOS EMERGENTES	4	4	113	205	508532760	NORSOLUTIONS - DESIGN, PUBLICIDADE E SINALIZAÇÃO, LDA	122.803 €	57.169 €	57.169 €	5.054 €
NORTE-01-0401-FEDER-004169	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE MELHORIA DE CO	4	4	114	204	500202141	NIEPOORT VINHOS, SA	740.132 €	335.509 €	335.509 €	5.600 €
NORTE-01-0401-FEDER-004170	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, C	4	4	115	204	502511796	A. BARBOSA, LDA	184.538 €	83.042 €	83.042 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004172	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	114	204	503655155	EUGENIO CAMPOS, LDA	756.048 €	343.021 €	343.021 €	6.400 €
NORTE-01-0401-FEDER-004179	SLAVI - WELDING TECHNOLOGY: RUMO AO DESENVOLVIMENT	4	4	114	204	503574651	SLAVI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOLDADURA, LDA	246.812 €	111.065 €	111.065 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004180	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃO	4	4	114	204	508501822	MADE IN WORLD, LDA	275.309 €	123.889 €	123.889 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004195	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA JCI	4	4	114	205	500882436	JORGE CRUZ & IRMÃO, LDA	68.835 €	30.976 €	30.976 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004211	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DA COMPETITIVIDADE	4	4	113	204	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	387.778 €	181.966 €	181.966 €	17.066 €
NORTE-01-0401-FEDER-004214	NOVOS MÉTODOS ORGANIZACIONAIS	4	4	114	205	504539604	RUI & FERREIRA - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICO, L	113.388 €	51.025 €	51.025 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004223	CRIVEDI - UM PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO	4	4	113	204	502872985	CRIVEDI VESTUÁRIO SA	146.084 €	68.888 €	68.888 €	7.200 €
NORTE-01-0401-FEDER-004232	INTERNACIONALIZAR - TRÁS-OS-MONTES GOURMET	4	4	118	212	508766877	ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AZEITE DE TRÁS-OS-MONTES	90.038 €	43.888 €	43.888 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004243	REORIENTAÇÃO E DECISÕES ESTRATÉGICAS, ACOMPANHADAS	4	4	114	204	505756960	JETCLASS, INDUSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	857.637 €	391.461 €	391.461 €	12.628 €
NORTE-01-0401-FEDER-004250	CIFRANCA XXI	4	4	114	205	504218301	CIFRANCA-COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VESTUÁRIO E ACESSÓ	304.930 €	139.175 €	139.175 €	4.472 €
NORTE-01-0401-FEDER-004251	SOFIMITOS - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	113	204	503076740	SOFIMITOS - INDÚSTRIA PARA ACESSÓRIOS DE BANHO, LDA	272.331 €	122.549 €	122.549 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004263	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS EXTERNOS ATRAVÉS DE	4	4	115	205	507693566	WHYWE TRADING, LDA	458.018 €	206.108 €	206.108 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004285	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA DE ACORDO COM A NORMA NP 8	4	4	114	204	502815302	CITIAUTO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	92.543 €	41.645 €	41.645 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004291	MELHOR INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PARA REFORÇAR O M	4	4	114	204	501068511	JAIME REBELO, LDA - REFRAL	68.952 €	31.029 €	31.029 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004304	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A SUA COMPETITIV	4	4	115	205	505945991	SERRALHARIA SANTOS PEREIRA, LDA	61.603 €	27.721 €	27.721 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004307	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS PELA VIA DOS FACTORES DINÂ	4	4	113	205	504154290	16 IRMAOS - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, LDA	115.077 €	51.785 €	51.785 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004308	CRIAÇÃO DA GAUAR - SOLUÇÃO GLOBAL PARA RESÍDUOS IND	4	4	115	204	508453267	GAUAR - GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS, LDA	114.605 €	51.572 €	51.572 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004316	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A SUA COMPETITIV	4	4	113	205	504838679	PEIXOTO, DIAS & OLIVERA, LDA	45.408 €	20.433 €	20.433 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004339	REQUALIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO DE N	4	4	114	205	507772032	COLORSTAR, LDA	65.000 €	30.886 €	30.886 €	10.411 €
NORTE-01-0401-FEDER-004374	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDAD	4	4	114	205	506796868	SIMPLEFORMS - DESIGN, LDA	114.504 €	51.527 €	51.527 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004378	NOVOS RECURSOS PARA UMA EXPANSÃO COMPETITIVA DO N	4	4	112	205	504124269	M-MODELISMO, LDA	266.930 €	120.119 €	120.119 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004379	PROJECTO INDIVIDUAL PARA A QUALIFICAÇÃO E INTERNACIO	4	4	115	204	500350922	F.NOGUEIRA- MOBILIÁRIO, LDA	179.570 €	80.807 €	80.807 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004381	SIMPLENEWS - A RECRIAÇÃO DO DESIGN	4	4	112	204	508534550	SIMPLENEWS, LDA	235.837 €	106.127 €	106.127 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004397	NATURAPURA " MAIS INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇ	4	4	112	204	504621823	NATURAPURA IBÉRICA - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS, S	532.959 €	239.831 €	239.831 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004404	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA "CAPITAL DO MÓVEL" - 2008	4	4	115	212	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	1.184.411 €	595.118 €	595.118 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004408	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA COM VISTA A SUA INTERNACION	4	4	115	204	507514548	GUARNIÇÃO, LDA	138.676 €	64.746 €	64.746 €	5.352 €
NORTE-01-0401-FEDER-004421	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	113	204	502246413	ESTAMPARIA MENDES, LDA	208.114 €	110.630 €	110.630 €	38.808 €
NORTE-01-0401-FEDER-004422	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE DESIGN DE MOBILIÁRIO DE D	4	4	114	205	508435005	SILENCE DESIGN, LDA	321.227 €	144.552 €	144.552 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004428	INTERNACIONALIZAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CONHECIM	4	4	113	204	501297413	MÓVEIS S. JOSÉ - JOSÉ REGO, LDA	78.250 €	35.213 €	35.213 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004429	DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS E UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TE	4	4	115	204	502653604	D. BISCOITO - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	161.308 €	72.588 €	72.588 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004450	MODERNIZAÇÃO PELA QUALIDADE E TECNOLOGIAS DE INFOR	4	4	114	204	501440593	TENCO - TORREFAÇÃO E EMPACOTAMENTO CAFÉS, LDA	60.891 €	27.401 €	27.401 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004457	PROJECTO 2008 - 2010 QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇ	4	4	116	204	501698493	A. J. AGUIAR - COMÉRCIO GERAL, LDA	152.278 €	68.525 €	68.525 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004462	BDW (BUSINEES DEVELOPEMENT FOR WINE)	4	4	114	205	504243152	EWINE, LDA	193.292 €	86.981 €	86.981 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004465	CACHINA INTERNACIONAL	4	4	111	205	507669274	J.M.CACHINA, LDA	177.700 €	79.965 €	79.965 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004469	INTERNACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DE TODAS AS INFRA-ESTRU	4	4	111	205	508584620	EUROWIRE, LDA	966.947 €	435.126 €	435.126 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004483	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E H	4	4	116	204	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004493	AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TÉCNICO-COMERCIAL DE CÁPSULA	4	4	113	205	508593042	NATURALCONCEPTS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004499	MATEUS & MARTINS - MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	4	4	114	204	502015071	MATEUS & MARTINS, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004511	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	113	204	503634760	PANGA PANGA - CARPINTARIA, LDA	13.000 €	9.750 €	9.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004513	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	204	501760350	CARPINTARIA ROCHA, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004528	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE	4	4	113	204	501237011	J.H.S. OLIVEIRAS, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004571	REENGENHARIA DO PROCESSO PRODUTIVO	4	4	116	204	502464909	TECNICOURO - PRÉ FABRICADOS PARA CALÇADO, LDA	6.000 €	4.500 €	4.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004587	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE ISO 9001	4	4	112	204	503962007	PORTA XXI - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS E PORTAS PARA CONSTR	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-004614	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E E	4	4	116	205	502620927	ERPÍDIO FERNANDO ALVES COUTO, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004646	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GEST	4	4	116	204	502198370	ALBERTO J. TAVARES CORTIÇAS, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004661	DISCOPAY	4	4	114	205	505057158	NORTITEC - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMATICOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004684	COSAC - COMUNIDADE ONLINE DE SUPORTE A CLIENTES	4	4	114	204	502262184	TEPREL - EQUIPAMENTOS MÉDICOS, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004692	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E	4	4	111	204	122842081	JOÃO RODRIGUES GONÇALVES	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004694	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	113	204	501210148	A. RAFAEL & COMPANHIA, LDA	16.500 €	12.375 €	12.375 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004712	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICA	4	4	117	205	502268786	ANTÓNIO A. F. FONSECA E FILHOS, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004738	IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AO SISTEMA DE GE	4	4	116	204	503000728	CORTIÇA BENÍCIA, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004747	DO PAPEL À DIGITALIZAÇÃO	4	4	112	205	507204565	EMPIPHONE - COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES, UNIPessoal, LDA	33.285 €	24.964 €	24.964 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004749	AS TIC NA LOGÍSTICA	4	4	112	204	507397398	TYBER - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004752	CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÃO DE MALHA	4	4	114	204	500684278	FERNANDO VALENTE	31.200 €	23.400 €	23.400 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004769	ASTIC NA LOGÍSTICA	4	4	112	204	500663645	TORNEIRAS MONTEIRO, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004783	TEX VALUE PLUS	4	4	113	204	505364590	GOLDENTEX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004784	BIO-SHOES	4	4	113	205	508179440	GLOBOTRILHA- COMPONENTES PARA CALÇADO UNIPessoal, LDA	20.200 €	15.150 €	15.150 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-004810	OPTIMIZAÇÃO DE MODELO DE LOGÍSTICA PARA RECOLHA E P	4	4	113	204	506560880	VIMASOL ENERGIAS RENOVAVEIS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005782	LUVAS DE TRABALHO PARA CABELEIREIRO	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005783	CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	4	4	112	205	501337067	AUTOFIX - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	15.800 €	11.850 €	11.850 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005785	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO D	4	4	115	204	504828606	ESTOFOS BERSANDRA	179.187 €	82.533 €	82.533 €	4.341 €
NORTE-01-0401-FEDER-005789	EXPANSÃO VERTICAL DA ACTIVIDADE E GANHO DE COMPETÊ	4	4	112	205	506864693	TRIAF - SEGURANÇA E TELECOMUNICAÇÕES DE BRAGA, LDA	239.293 €	107.682 €	107.682 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005790	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	204	505546175	ADRIANO FELGUEIRAS - SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005795	criação e internacionalização da marca CAMPOBELLO	4	4	113	205	504439723	A & R PONTES, REPRESENTAÇÕES DE CALÇADO, LDA	299.575 €	134.809 €	134.809 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005797	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DO CRASTO	4	4	117	204	507856813	QUINTA DO CRASTO SA	495.080 €	225.236 €	225.236 €	5.600 €
NORTE-01-0401-FEDER-005809	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC	4	4	113	204	507589270	IBERNAVES, SOLUÇÕES INTEGRADAS, LDA	13.600 €	10.200 €	10.200 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005810	SPACELICKER - DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS PARA PRO	4	4	113	205	506685810	SPACE ECOCOMBUSTÍVEIS, LDA	5.560 €	4.170 €	4.170 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005815	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE G	4	4	114	204	505821680	HABIDOM - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	16.600 €	12.450 €	12.450 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005817	FERRAMENTAS INOVADORAS DE GESTÃO AMBIENTAL NA F. S	4	4	112	204	500107718	FÁBRICA DE SERRAÇÃO E CERÂMICA AMARO DE MACEDO SA	12.000 €	9.000 €	9.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005818	" UP GRADE - BLACKSPIDER MODAS, LDA "	4	4	113	205	507116917	BLACKSPIDER MODAS, LDA	150.768 €	67.845 €	67.845 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005819	DEALQUARTET - QUALIFICATION STARTED	4	4	114	205	508936306	DEALQUARTET - REPRESENTAÇÃO TÊXTIL UNIPessoal, LDA	181.569 €	81.706 €	81.706 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005823	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	204	501060073	BARREIROS COSTA & SAMPAIO, LDA	24.750 €	18.563 €	18.563 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005833	FRUSTASCRUZ - QUAL	4	4	117	204	502844280	FRUTAS CRUZEIRO, LDA	26.997 €	20.248 €	20.248 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005839	EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, FUNCIONAL E ERGONÓMICA DA S	4	4	114	204	504377183	3M2P-CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005841	PROJECTO PARA ESTUDO E DEFINIÇÃO DE UM MODELO DE N	4	4	116	204	502940930	SANTOS CAMISEIROS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005845	INTERNACIONALIZAR EM TONS PORTUGUESES	4	4	113	204	503608050	LUIS AZEVEDO E FILHOS, LDA	346.051 €	155.723 €	155.723 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005849	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	204	500245096	SERAFIM DA SILVA JERÓNIMO & FILHOS, LDA	16.000 €	12.000 €	12.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005851	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	112	205	502474149	ELECTROGRAÇA - INSTALAÇÕES, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005861	SENETEL UMA CORRENTE INOVADORA	4	4	113	205	508420326	SENETEL - SERVIÇOS ENERGIAS E TELECOMUNICAÇÕES, UNIPessoal, LDA	96.710 €	43.520 €	43.520 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005868	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	205	508047021	SOVICORE-SOC.VIANENSE DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO, LDA	15.500 €	11.625 €	11.625 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005871	criação de empresa, aquisição de tecnologia e know	4	4	112	205	508977150	JOÃO FONTELA, LDA	460.340 €	207.153 €	207.153 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005877	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE SUPOR	4	4	111	204	502435518	RESTAURANTE SONHO DO CAPITÃO, LDA	93.499 €	44.525 €	44.525 €	5.600 €
NORTE-01-0401-FEDER-005890	PROJECTO BARÃO DE VILAR	4	4	114	204	503588253	BARÃO DE VILAR	214.070 €	96.332 €	96.332 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005894	CONSULTORIA NORMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	111	204	502861444	TORREFACÇÃO ARCUENSE, LDA	20.300 €	15.225 €	15.225 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005908	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE SISTE	4	4	111	204	503125490	TECNILIMA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA	279.045 €	128.771 €	128.771 €	13.372 €
NORTE-01-0401-FEDER-005911	REFORÇO NOS FACTORES DE COMPETITIVIDADE: DIVERSIFICA	4	4	113	204	501281720	GUIMADIESEL- REPARAÇÃO BOMBAS INJECTORAS E TURBOCOMPRESSORES, L	245.522 €	118.434 €	118.434 €	18.170 €
NORTE-01-0401-FEDER-005915	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	113	204	504007416	CRUZ & AREAL, LDA	623.564 €	282.863 €	282.863 €	5.165 €
NORTE-01-0401-FEDER-005921	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO IBÉRICO AGREGANDO C	4	4	114	205	500400563	SARDÃO IBÉRIA, TRANSPORTES, LDA	129.653 €	58.344 €	58.344 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005928	FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE RESPONSABILID	4	4	115	204	502104368	JOAQUIM MENDES, LDA	34.498 €	15.524 €	15.524 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005930	IRMÃOS PINTO_ RUMO À MELHORIA DA PRODUTIVIDADE	4	4	115	204	501366709	IRMÃOS PINTO, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-005931	COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO / NOVAS TECNOLOGIAS	4	4	114	205	504666673	PERSONALIDADE LASER, COMERCIO BRINDES E PRODUTOS PUBLICITÁRIOS, LD	37.380 €	16.821 €	16.821 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005935	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	113	205	508349354	DSM PLÁSTICOS, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005941	PROJECTO: QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA UP-V	4	4	113	205	507227115	UP-WAY SYSTEMS - REPRESENTAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA	349.418 €	161.005 €	161.005 €	8.611 €
NORTE-01-0401-FEDER-005942	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO IN	4	4	114	205	500102015	EUROCALOR - TERMO INSTALADORA, LDA	41.921 €	21.160 €	21.160 €	5.248 €
NORTE-01-0401-FEDER-005945	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	4	4	115	204	500823189	MATALURGICA DA LIXA, LDA	16.750 €	12.563 €	12.563 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005946	INTERNACIONALIZAÇÃO DE COLECÇÃO PRÓPRIA DROMEDARI	4	4	113	204	503367214	DROMEDARIS PORTUGAL, CALÇADO, LDA	486.262 €	218.818 €	218.818 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005947	PROJECTO HESTIA	4	4	113	205	502673516	HESTIA MOBILIARIO CONTEMPORANEO, LDA	226.050 €	101.722 €	101.722 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005954	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO D	4	4	112	204	502189231	RIOCER - CERÂMICA DO RIO, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005962	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ABSOLUTARGET E DA SUA MARCA	4	4	114	205	508648750	ABSOLUTARGET UNIPESSOAL, LDA	196.300 €	88.335 €	88.335 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005968	INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E CO	4	4	114	204	502640421	MBA - MARKETING E BRINDES, LDA	152.009 €	68.404 €	68.404 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005983	RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA E MODERNIZAÇÃO DO PROCES	4	4	113	204	505967456	TINTOFAMA - TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, LDA	510.063 €	237.167 €	237.167 €	17.460 €
NORTE-01-0401-FEDER-005990	CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO NOS MERCADOS EXTERNOS	4	4	115	204	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	296.000 €	133.200 €	133.200 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-005997	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA	4	4	116	204	504961950	UNICOR 2 - PRODUTOS DE CORTIÇA, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006003	DESENVOLVIMENTO DE MARCA PRÓPRIA, INTERNACIONALIZA	4	4	113	204	506178994	MANUEL SILVA NETO CONFECÇÕES, LDA	342.975 €	154.339 €	154.339 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006014	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICO	4	4	114	204	501594698	JOSÉ FERNANDES CARDOSO SA	7.800 €	5.850 €	5.850 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006022	APETRECHAMENTO ORGANIZACIONAL E PENETRAÇÃO DE NO	4	4	112	204	506976963	BERNARDO DA COSTA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, LDA	73.600 €	33.120 €	33.120 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006042	READAPTA - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VEÍCULOS	4	4	114	204	506753611	TRANSPORTES DE RIBELA, LDA	383.380 €	172.521 €	172.521 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006048	OS CLIENTES GERIDOS NAS TIC	4	4	112	204	501548238	ÂNGELO DA COSTA MARTINS & IRMÃOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006052	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA "ACES OF LONDON"	4	4	114	205	503807001	QUALISHOE - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	166.500 €	74.925 €	74.925 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006062	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	111	204	501668535	NORLIMA - EDIFICADORA DO LIMA, LDA	17.500 €	13.125 €	13.125 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006069	INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL, CRIAÇÃO MARC	4	4	115	204	507750250	COMPLEXIDATA - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, LDA	298.750 €	134.438 €	134.438 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006071	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CERTIFICAÇÃO SISTEMA GESTÃ	4	4	114	204	506370836	SOLTRÁFEGO - SOLUÇÕES DE TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO	56.936 €	25.621 €	25.621 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006074	VINIHOLD INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	204	504717057	VINIHOLD-COMERCIALIZAÇÃO DE VINHOS SA	197.955 €	89.080 €	89.080 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006076	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO, REGISTO DE MARC	4	4	114	204	507523709	ABÍLIO PENICHE DA SILVA PEREIRA UNIPESSOAL, LDA	318.600 €	143.370 €	143.370 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006080	MELHORIA DA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NOV	4	4	112	204	505342936	MONÓMERO-INDUSTRIA DE PLASTICOS, LDA	91.084 €	40.988 €	40.988 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006099	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MAR	4	4	112	204	500756260	APARÍCIO & FILHOS, LDA	98.313 €	44.241 €	44.241 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006104	CRIAÇÃO DE NOVAS LINHAS DE PRODUTO, DIFERENCIAÇÃO D	4	4	114	204	504743422	CASTELBEL, ARTIGOS DE BELEZA, SA	177.456 €	79.855 €	79.855 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006109	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, MELHORIA NA ORGAN	4	4	111	205	503190659	PELE - ARTE FUNERÁRIA, LDA	123.459 €	55.557 €	55.557 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006110	MODERNIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA	4	4	114	205	502889500	JOMAGOPE - PORTAS E AUTOMATISMOS, LDA	92.853 €	42.893 €	42.893 €	2.534 €
NORTE-01-0401-FEDER-006114	MODERNIZAÇÃO DA BASE TECNOLÓGICA INFORMÁTICA, IMPI	4	4	114	204	507611683	MP-LAC - INDÚSTRIA DE LACAGEM, LDA	138.913 €	64.040 €	64.040 €	3.495 €
NORTE-01-0401-FEDER-006116	EVOLUIR PARA (DES)ENVOLVER E PROJECTAR COM FUTURO	4	4	116	204	503823724	PERFINOX - INDÚSTRIA METALÚRGICA, LDA	227.173 €	106.228 €	106.228 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006123	EXPANSÃO INTERNACIONAL DE UMA PLATAFORMA INOVADO	4	4	114	205	508413834	EXCALIBUR CAPITAL - PARKING EXPERIENCE, LDA	625.374 €	281.418 €	281.418 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006125	VAL-PLAST - VALORIZAÇÃO DE MATERIAIS POLIMÉRICOS	4	4	112	204	500328447	VIGANOR- CARVALHO & CA., LDA	25.839 €	19.379 €	19.379 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006127	DOMUS SOLARIS - QUALIDADE E COMPETÊNCIA	4	4	112	205	507557247	DOMUS SOLARIS, EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES UNIPESSOAL, LDA	68.366 €	35.981 €	35.981 €	11.922 €
NORTE-01-0401-FEDER-006132	DECMODIL - QUALIDADE, COMPETÊNCIA E COMPETITIVIDADE	4	4	114	204	504211692	DECMODIL, DECORAÇÃO DE INTERIORES, LDA	62.267 €	32.421 €	32.421 €	10.060 €
NORTE-01-0401-FEDER-006139	TRICOTAR A MODA SEGUINDO CONTEXTURAS INTERNACIONA	4	4	112	204	503938238	MATIAS & ARAÚJO, LDA	723.442 €	375.215 €	375.215 €	113.522 €
NORTE-01-0401-FEDER-006140	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	4	4	116	205	504855735	LIZCOURO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - UNIPESSOAL, LDA	235.878 €	106.145 €	106.145 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006153	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EMPRESA	4	4	114	205	506324729	PAULO S. CONDE, UNIPESSOAL, LDA	138.688 €	62.410 €	62.410 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006154	PÁGINAS DE FAMÍLIA GLOBAL: PROJECTO DE INTERNACIONAL	4	4	117	205	508789940	DOURO FAMILY ESTATES - PÁGINAS DE FAMÍLIA, LDA	326.813 €	147.066 €	147.066 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006168	IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO	4	4	116	204	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006179	TIJOLO EM POLIESTIRENO EXPANDIDO PARA A CONSTRUÇÃO	4	4	112	205	508834708	RICARDO RORIZ- UNIPESSOAL, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006187	CERTIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO D	4	4	114	204	508482917	ADVANCED CYCLONE SYSTEMS, SA	362.153 €	162.969 €	162.969 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006197	HOMOLOGAÇÃO POR VIA EXPERIMENTAL DE ESTRUTURAS DE	4	4	113	205	507545087	KIMSO - COMÉRCIO E TRANSFORMAÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE COMPETIÇÃO, L	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006210	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PROVAM	4	4	111	205	502864508	PROVAM - PRODUTORES DE VINHOS ALVARINHO DE MONÇÃO, LDA	70.284 €	34.006 €	34.006 €	5.436 €
NORTE-01-0401-FEDER-006220	HOTEL RURAL CONVENTO NOSSA SENHORA DO CARMO	4	4	117	205	504094386	HOTEL RURAL CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO, LDA	405.575 €	182.509 €	182.509 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006226	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR E RESPECTIVO I	4	4	111	204	503502995	WOLFANGO & MORAIS, LDA	85.603 €	38.521 €	38.521 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006231	INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	115	205	508005264	VINTAGE CARS BOUTIQUE, LDA	241.787 €	108.804 €	108.804 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível
					6	7	8				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-006243	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE E INÍCIO DA INTERNACIONA	4	4	112	204	500433810	ANTÓNIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDA	160.210 €	78.944 €	78.944 €	15.656 €
NORTE-01-0401-FEDER-006249	REFORÇO DA COMPETITIVADE DA EMPRESA, PELA VIA DA AP	4	4	113	204	502701110	NVE - ENGENHARIAS, LDA	134.851 €	64.705 €	64.705 €	9.192 €
NORTE-01-0401-FEDER-006253	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, ATRAVÉS DA C	4	4	114	204	508617936	MPMAIS.I - SISTEMAS DE CONTROLO E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA	187.930 €	98.131 €	98.131 €	31.000 €
NORTE-01-0401-FEDER-006262	UNIFORMIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E DESMATERIALIZAÇÃO DO	4	4	117	205	508195128	DOUROGÁS PROPANO - COMPANHIA COMERCIALIZADORA DE PROPANO SA	440.147 €	198.066 €	198.066 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006278	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CRIAÇÃO DE MARCA PRÓPRIA,	4	4	114	204	500001529	A ELECTRIFICADORA, SA	140.827 €	63.372 €	63.372 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006281	SUPREMA ALTITUDE, LDA - UM PROJECTO DE DIFERENCIAÇÃ	4	4	112	205	508364663	SUPREMA ALTITUDE, LDA	358.643 €	161.389 €	161.389 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006285	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E ENQUADRAMENTO INTEGRADO	4	4	118	204	506108899	MULTIGRANITOS - TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, UNIPESSOAL, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006287	INTERNACIONALIZAÇÃO - O PASSO PARA O CRESCIMENTO	4	4	118	204	501991425	PRODUTOS ALIMENTARES CARINA, LDA	131.287 €	61.966 €	61.966 €	6.599 €
NORTE-01-0401-FEDER-006289	SI-QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME-PROJECT	4	4	113	205	505202409	LUCIANO ALVES & COMPANHIA, LDA	70.933 €	31.920 €	31.920 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006291	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	115	205	508979110	ELEGANTWORK, LDA	307.875 €	138.544 €	138.544 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006304	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE INDÚSTRIA DE FABRICO E	4	4	118	204	501851828	BETANTEROS, SOC. DE FABRICO E COMERCIALIZAÇãODE BETÕES, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006310	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA "DESM	4	4	112	205	506117790	PONTO E VIRGULA, COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, LDA	67.013 €	30.156 €	30.156 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006315	AUTOMATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA, MAR	4	4	114	204	502988266	ALDECO COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	176.131 €	79.259 €	79.259 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006316	PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE POSICIONAN	4	4	ZZZ	204	506367924	TRANSPORTES MADUREIRA & MADUREIRA, LDA	121.076 €	54.484 €	54.484 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006318	SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PM	4	4	114	204	508702577	VIDA DOURADA, LDA	1.050.300 €	400.000 €	400.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006322	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, D	4	4	114	204	506404650	JOAMAR-PLASTICOS SA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006332	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA E DA PRESENÇA NO	4	4	114	204	500772738	BALFLEX PORTUGAL - COMPONENTES HIDRÁULICOS E INDUSTRIAIS, SA	269.945 €	121.475 €	121.475 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006333	ART WORK	4	4	113	205	501930418	DECORDESK - EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006340	DIAGRAMA DE TRATAMENTO DE MINÉRIOS DA FUTURA LAVA	4	4	118	205	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006357	MELHORIA DAS TIC E INTRODUÇÃO DE NOVOS MODELOS DE C	4	4	115	205	508839254	MISTERIOSA LAGUNA HOTEL, LDA	108.895 €	49.003 €	49.003 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006361	REGISTO DE MARCA, SOFTWARE DE APOIO À GESTÃO, INOVA	4	4	115	204	503120618	JOAQUIM DA ROCHA FERREIRA & FILHOS, LDA	367.860 €	165.537 €	165.537 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006364	INTERNACIONALIZAÇÃO;RECURSO A MODERNOS MEIOS DE M	4	4	113	204	503128368	NORTE ESCOLAR - EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS, SA	551.985 €	248.393 €	248.393 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006367	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	4	4	116	205	503967297	AS&T, LDA	79.632 €	35.834 €	35.834 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006369	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	113	205	505194821	VIA ACTUAL - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	65.723 €	29.575 €	29.575 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006371	JEWEL FOR LIFE	4	4	113	205	505835380	MÍSTICAJOIAS - FABRICO DE OURIVESARIA E JOALHARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006372	SINOVINUM	4	4	117	205	508644631	1756 - THE PORTUGUESE WINE COMPANY CHINA, LDA	197.627 €	88.932 €	88.932 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006375	I.I.I.-INFORMATIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO D	4	4	118	204	503889415	FLAVICONSTRÓI - SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA	382.411 €	172.085 €	172.085 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006383	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	117	205	503759058	LEMONS& VAN ZELLER, LDA	155.900 €	70.155 €	70.155 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006386	VINHOS NORTE - DA 3ª GERAÇÃO PARA O FUTURO	4	4	113	204	500177961	MANUEL DA COSTA CARVALHO LIMA & FILHOS, LDA	664.549 €	299.047 €	299.047 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006390	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CAPITELLUM -	4	4	112	204	505031000	CAPITELLUM - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO E ARTE SACRA, LDA	239.759 €	107.892 €	107.892 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006394	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS COLECCÕES, MELHORIA DOS S	4	4	114	205	505267748	HECHO EN MEXICO, LDA (HMD INTERIORS)	45.493 €	20.472 €	20.472 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006404	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇã	4	4	113	204	503730793	LUMATEX - INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA	115.817 €	52.118 €	52.118 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006407	INTERNACIOANLIZAÇÃO DE PRODUTOS "MADE IN PORTUGAL"	4	4	114	205	508836212	REGIS CAUSA - SOC. DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA	170.470 €	76.712 €	76.712 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006414	QREN - 2009/2010 - AMBIENTE/TIC	4	4	114	204	507891538	NOTA DE TOPO, SA	226.925 €	107.616 €	107.616 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006438	J.TEX XXI	4	4	ZZZ	204	503705039	J.TEX - INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, SA	260.200 €	117.090 €	117.090 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006441	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE PELA RACIONALIZAÇÃO I	4	4	113	204	507052420	INOR - SOLUÇÕES METÁLICAS, SA	61.408 €	27.634 €	27.634 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006443	QUALIFICAÇÃO DA PME LÍDER - ALVES E LEITE SA	4	4	115	204	500018456	ALVES & LEITE, SA.	240.107 €	108.048 €	108.048 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006444	VITAL TECIDOS - UMA MARCA COM CONFORTO	4	4	113	204	500269106	SOC. TEXTIL VITAL MARQUES RODRIGUES,FILHOS, LDA	529.496 €	270.539 €	270.539 €	45.545 €
NORTE-01-0401-FEDER-006458	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	115	204	506050327	RIBEIRO & MOREIRA, LDA	125.250 €	56.363 €	56.363 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006485	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	114	205	503438677	FERREIRA & MACEDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BEBIDAS, LIMITADA	84.700 €	38.325 €	38.325 €	480 €
NORTE-01-0401-FEDER-006487	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO PARA AS EMPRESAS DE PANIFIC	4	4	ZZZ	212	501111280	AIPAN - ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PANIFICAÇÃO, PASTELARIA E SIMILARES	945.615 €	459.733 €	459.733 €	35.168 €
NORTE-01-0401-FEDER-006517	LABORATÓRIO E GLOBALIZAÇÃO	4	4	114	204	501500227	BIO THERMICS MANUFACTURING, LDA	440.008 €	198.003 €	198.003 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006590	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, I	4	4	113	204	507747860	STRAIGHT AWAY, LDA	277.471 €	132.443 €	132.443 €	17.329 €
NORTE-01-0401-FEDER-006662	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ENERGIAS.PT	4	4	116	205	507876504	ENERGIAS DO UNIVERSO, LDA	70.400 €	31.680 €	31.680 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006669	RELANCE - MARCA PRÓRIA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	116	204	506801810	RELANCE CALÇADOS, LDA	79.498 €	35.774 €	35.774 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006670	AQUISIÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PARA A GERAL M	4	4	113	205	508135176	GERAL MAD - UNIPESSOAL, LDA	95.655 €	47.273 €	47.273 €	9.664 €
NORTE-01-0401-FEDER-006671	DIVERSIFICAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO INT	4	4	114	204	503409677	A CASA DO BEBÉ - TÊXTEIS LAR INFANTIL, LDA	89.613 €	40.326 €	40.326 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-006672	SPINNY, TUSKIN E BRUNO DUELL UNDERWEAR - INOVANDO O	4	4	112	204	505333830	SIDÓNIOS - INTIMO CONFECÇÕES, SA	352.835 €	158.776 €	158.776 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006675	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS CANAIS DE DI	4	4	114	205	507699564	JOÃO MIGUEL GONÇALVES AROSO LEITÃO, UNIPESSOAL, LDA	158.974 €	71.538 €	71.538 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006682	REFORÇAR E DIVERSIFICAR OE MAERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	114	204	506534340	FALL SAFE ONLINE ? COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PROTECÇÃO PESSOAL, LDA	342.544 €	154.145 €	154.145 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006684	O PROJECTO DE INVESTIMENTO PREVÊ O REFORÇO DAS CAPA	4	4	115	204	503079448	S. PINTOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	53.544 €	24.095 €	24.095 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006689	SEGUROS AO INOVAR	4	4	114	204	500096309	EMPRESA DIÁRIO DO PORTO, LDA	261.509 €	117.679 €	117.679 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006691	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA JUNGLEWORK	4	4	113	204	508979463	JUNGLEWORK - UNIPESSOAL, LDA	280.339 €	133.307 €	133.307 €	16.352 €
NORTE-01-0401-FEDER-006694	QUALIDADE E PROMOCAO DA ACTIVIDADE	4	4	112	204	504803336	ARTUR SILVA RIBEIRO, LDA	85.296 €	45.370 €	45.370 €	15.969 €
NORTE-01-0401-FEDER-006697	LANÇAMENTO DE COLECÇÕES DE JÓIAS NACIONAL E INTERNA	4	4	113	204	505521032	JOSÉ CARLOS & FILHAS JOALHEIROS, LDA	292.084 €	137.342 €	137.342 €	13.495 €
NORTE-01-0401-FEDER-006701	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GROUNDS	4	4	114	204	508584116	GROUNDS - COMÉRCIO TÊXTIL, LDA	168.947 €	76.026 €	76.026 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006704	LANÇAMENTO DA OFICINA ESTUDOGRAMA - AUTO	4	4	113	205	508933013	ESTUDOGRAMA - AUTO, LDA	375.237 €	179.130 €	179.130 €	23.482 €
NORTE-01-0401-FEDER-006710	INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DE CEDADELHE	4	4	117	205	504495534	SOC. AGRÍCOLA QUINTA DE CEDADELHE, LDA	264.600 €	120.470 €	120.470 €	5.000 €
NORTE-01-0401-FEDER-006715	APETRECHAMENTO ORGANIZACIONAL E PENETRAÇÃO DE NO	4	4	112	205	503850128	ECOFIRMA - GESTÃO DO AMBIENTE, LDA	130.062 €	58.528 €	58.528 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006719	QUALIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRE	4	4	112	204	503593699	RIBAS PEREIRA, LDA	369.145 €	166.115 €	166.115 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006720	QUALIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA ACTIVIDADE DE TRANSP	4	4	112	205	506691799	TRANSJOCAVIL, TRANSPORTES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, LDA	46.131 €	21.564 €	21.564 €	3.214 €
NORTE-01-0401-FEDER-006732	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ALUMÍNIOS SÁ	4	4	115	204	508372682	DISANTI - MOBILIÁRIO UNIPESSOAL, LDA	88.467 €	45.007 €	45.007 €	11.878 €
NORTE-01-0401-FEDER-006734	LANÇAMENTO DE UMA EMPRESA DE COMERCIALIZAÇÃO DE A	4	4	113	205	508972094	CRONORIGEM - LOGÍSTICA, LDA	212.203 €	101.113 €	101.113 €	12.850 €
NORTE-01-0401-FEDER-006741	CRIAÇÃO, MODA E DESIGN, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO COM SU	4	4	113	205	507247868	ARMINDO & PEDRO OLIVEIRA ARTIGOS EM PEDRA, LDA	276.000 €	124.200 €	124.200 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006742	INVESTIMENTOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, DI	4	4	115	204	505186136	MOVEIS REGUENGA, LDA	202.917 €	91.313 €	91.313 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006745	TUCHA - EXCELÊNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA E INTERNAC	4	4	114	204	502174455	TUCHA - MALHAS E CONFECÇÕES, LDA	229.973 €	103.488 €	103.488 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006760	O ACTUAL PROJECTO DE INVESTIMENTO PREVÊ INVESIMENTO	4	4	115	204	506449238	FARIMOVEL - INDUSTRIA DE MOBILIARIO, LDA	62.917 €	28.313 €	28.313 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006762	ORGANIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL E QUALIDADE	4	4	117	204	507345975	PROJECTACON - ENGENHARIA, LDA	64.652 €	29.093 €	29.093 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006765	MODERNIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO D	4	4	112	205	508647568	MOREDIS, LDA	386.280 €	173.826 €	173.826 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006772	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONA	4	4	116	205	508911010	SOKVEL PROJECT DEVELOPMENT, LDA	173.885 €	78.248 €	78.248 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006776	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ÂNGULO RECTO, S.A.	4	4	113	204	506682188	ÂNGULO RECTO - CONSTRUÇÕES, SA	560.493 €	261.528 €	261.528 €	21.271 €
NORTE-01-0401-FEDER-006782	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDAI	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	178.827 €	80.472 €	80.472 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006791	QUALIFICAÇÃO INOVADORA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	4	4	115	204	501595163	SEM - SOC. DE EMPREITADAS DO MARCO, LDA	291.325 €	131.096 €	131.096 €	12.983 €
NORTE-01-0401-FEDER-006801	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE QUALIDADE E TOTAL WEBI	4	4	112	205	503380474	NORSISTEMAS - SISTEMAS INFORMÁTICOS DE GESTÃO, LDA	45.500 €	25.253 €	25.253 €	10.920 €
NORTE-01-0401-FEDER-006807	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOSTEIRO DO AVE	4	4	113	204	504198190	SOC. TEXTIL MOSTEIRO DO AVE, LDA	199.355 €	102.349 €	102.349 €	28.890 €
NORTE-01-0401-FEDER-006810	PREPARAÇÃO PARA INTENSIFICAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇ	4	4	114	204	501245596	FLORIANO DA COSTA & GAVINA, LDA	74.692 €	36.062 €	36.062 €	5.600 €
NORTE-01-0401-FEDER-006811	DESENVOLVIMENTO DE MERCHANDISING PARA MEIAS E ROU	4	4	113	205	503161985	FXT - FABRICO E ACABAMENTO DE MEIAS, LDA	482.650 €	217.193 €	217.193 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-006812	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBAL STADIUM	4	4	113	204	508398851	GLOBAL STADIUM, LDA	360.690 €	173.137 €	173.137 €	24.747 €
NORTE-01-0401-FEDER-006814	AQUISIÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PARA A VIPAC	4	4	115	205	504395580	FÉLIX & CARNEIRO, LDA	30.142 €	14.881 €	14.881 €	3.010 €
NORTE-01-0401-FEDER-006821	AUMENTO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DO INVESTIMENT	4	4	114	204	501795847	SÁ COUTO & MONTEIRO, SA	422.422 €	213.872 €	213.872 €	54.358 €
NORTE-01-0401-FEDER-006840	DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO SISTEMA DE CONSTRUÇÃO	4	4	114	204	508978912	MODULAR SYSTEM D.I.S.C.M - SA	698.444 €	314.300 €	314.300 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-007863	INTERNACIONALIZAR: + FUTURO PARA TMAD	4	4	118	212	508766877	ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AZEITE DE TRÁS-OS-MONTES	132.464 €	63.810 €	63.810 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-007871	O VINHO DO DOURO NA GASTRONOMIA EUROPEIA	4	4	117	212	502280271	NERVIR - ASSOC. EMPRESARIAL	102.330 €	49.385 €	49.385 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-007882	BARCELOS ON ROAD - INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME DO SE	4	4	112	212	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	128.751 €	63.605 €	63.605 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-007886	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA "CAPITAL DO MÓVEL" - 2010	4	4	115	212	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	1.027.782 €	533.262 €	533.262 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-008035	DESENVOLVIMENTO DE FRALDAS TÊXTEIS REUTILIZÁVEIS	4	4	114	205	508536600	ECOLOGICAL KIDS, UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011425	AFICOR NO CAMINHO DO FUTURO	4	4	113	204	502012757	AFICOR-AFIAMENTOS E REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS DE CORTE, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011451	RIO CAIMA MELHORIAS DE PRODUTIVIDADE	4	4	116	204	500138800	EMBALAGENS METÁLICAS RIO CAIMA, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011560	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEST	4	4	115	205	505847019	APH-ARTIGOS PROVISIONAMENTO HOSPITALAR, LDA	14.200 €	10.650 €	10.650 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011563	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEST	4	4	111	204	504626191	DUQUE & DUQUE -TERRAPLANAGENS, LDA	27.900 €	20.925 €	20.925 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011573	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEST	4	4	115	205	503313165	M2S - CONSTRUÇÕES, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011575	CONSULTORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GEST	4	4	112	204	506151107	MOBIQUIM - MOBILIÁRIO METÁLICO, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011576	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEST	4	4	113	204	501342869	TRANS MAGALHÃES - TRANSPORTES, LDA	18.500 €	13.875 €	13.875 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011579	MELHORIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE STOCKS	4	4	112	205	508104890	ADIRQUAL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-011582	DESENVOLVIMENTO DE UMA INSTALAÇÃO PARA PERCURSO S	4	4	114	205	505150174	PATORRA - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA	22.800 €	17.100 €	17.100 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011590	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDUSTRIA TRANSFORMA	4	4	115	204	138082960	ANTONIO MOREIRA SOARES	15.200 €	11.400 €	11.400 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011594	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE MARKETING	4	4	116	204	500736383	CEANCAREL - ALTA MODA EM MARROQUINARIA, LDA	17.550 €	13.163 €	13.163 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011599	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SITE DINÂMICO, COM FUNCIONALID	4	4	113	204	502907363	MANUEL MOREIRA DIAS, LDA	8.050 €	6.038 €	6.038 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011601	O PROCESSO COMERCIAL E AS TIC	4	4	112	205	508488060	FACH, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011602	ESTUDO INTEGRADO DA PEDREIRA DE GRANITO	4	4	117	204	504861069	AMIGRAN - EXTRACÇÃO DE GRANITOS, LDA	33.150 €	24.863 €	24.863 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011603	O PROCESSO COMERCIAL COM BASE NAS TIC	4	4	113	204	502005424	BARROS E VIEIRA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011608	ENQUADRAMENTO DA EMPRESA COM AS MELHORES PRÁTIC	4	4	111	205	195460170	CARLOS VENTURA LIMA AMORIM	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011614	ESTUDO INTEGRADO E CARACTERIZAÇÃO DA PEDREIRA DE GR	4	4	115	205	504075802	GRANITOS CASTELOES - CHAVES, LDA	32.900 €	24.675 €	24.675 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011616	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDUSTRIA DE TRANSFOR	4	4	115	204	506296229	JOAQUIM CARNEIRO RIBEIRO & FILHO, LDA	31.400 €	23.550 €	23.550 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011619	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO	4	4	111	205	506589960	LIMA AMORIM, GRANITOS E CONSTRUÇÕES, UNIPessoal, LDA	32.700 €	24.525 €	24.525 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011620	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA C	4	4	115	204	507366581	NUNO STROTHMANN & RIBEIRO, LDA	17.040 €	12.780 €	12.780 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011624	ENQUADRAMENTO DA EMPRESA COM AS MELHORES PRÁTIC	4	4	111	205	508265657	PEDRASOARES-EXPLORAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	15.250 €	11.438 €	11.438 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011632	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDAD	4	4	113	204	504334166	SOPRONORTE VET - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACO-TERAPÉUTICOS, LDA	9.200 €	6.900 €	6.900 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011638	INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE LOGÍSTICA DO PRODUTO E S	4	4	112	205	504917579	EXPOSONHO - COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011639	O PROCESSO DE GESTÃO DE STOCKS INTERNO	4	4	113	205	504073800	CASA DAS BATERIAS DE GOMES E SILVA, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011640	PROCESSO DE GESTÃO DE STOCKS INTERNO	4	4	112	204	501385509	ADELINO A. PEREIRA, LDA	32.750 €	24.563 €	24.563 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011641	SISTEMA DE GESTÃO DE MARKETING BASEADO NAS TIC	4	4	112	205	506913643	BIKE ZONE - COMÉRCIO DE BICICLETAS, UNIPessoal, LDA	33.330 €	24.998 €	24.998 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011642	A LOGÍSTICA DO PRODUTO E SUPORTE DAS SUAS ACTIVIDADE	4	4	112	205	502122072	PEBALI - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011647	REENGENHARIA DE PROCESSOS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTE	4	4	114	204	504806017	AVELINO TEIXEIRA QUEIRÓS, LDA	19.000 €	14.250 €	14.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011650	IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DE GESTÃO C	4	4	118	204	504039547	A.S. METAIS - FABRICO E LACAGEM, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011656	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVO MODELO ORGANIZACIONAL E DE	4	4	112	204	501733850	JACINTO ANTUNES DA SILVA, SA	23.750 €	17.813 €	17.813 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011659	PROCESSO DE LOGÍSTICA DO PRODUTO E SUPORTE	4	4	112	204	501830510	REVIBRAGA - SOC. DE REVESTIMENTOS PEREIRA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011667	ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM SIS	4	4	112	205	502163518	EMPIS - INFORMATICA E SERVIÇOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011668	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE MARKETING	4	4	116	204	500427984	J. VALENTE & VALENTE, SA	14.000 €	10.500 €	10.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011679	A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM S	4	4	112	204	501919155	CONSTRUÇÕES DOMINGOS & FILHOS, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011682	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC	4	4	112	204	502115777	BRAMOLDE, LDA	31.250 €	23.438 €	23.438 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011684	REFORMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS O CA	4	4	114	204	502925728	CONGELADOS "O CASEIRINHO" DE MARGARIDA MENDES, LDA	27.000 €	20.250 €	20.250 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011685	A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM S	4	4	112	205	502572477	OFERBRAGA - SERRALHARIA MECÂNICA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011689	PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELETRÓNICO	4	4	114	205	507071654	THE VILLAGE - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	21.000 €	15.750 €	15.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011697	SISTEMA DE CONTROLO E REPORTING DE MATÉRIA PRIMA E C	4	4	116	204	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011700	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE APOIO À INO	4	4	112	205	506475433	AMBIFLORA, LDA	24.900 €	18.675 €	18.675 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011701	MELHORIA DO MODELO DE GESTÃO DE PROCESSOS E PROCED	4	4	111	204	505364344	PREGO & FERNANDES, EXTRACÇÃO DE PEDRA, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011710	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	4	4	116	204	501889078	FÁBRICA DE ALUMÍNIOS BRANDÃO, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011713	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO DE PRO	4	4	113	204	508916291	GREEN CAMOUFLAGE, LDA	24.330 €	18.248 €	18.248 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011714	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL D	4	4	112	204	500593175	CARTONAGEM S. TIAGO, LDA	24.900 €	18.675 €	18.675 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011723	PROJECTO INTEGRADO DE MELHORIA AMBIENTAL	4	4	115	205	503446947	FERNANDO MACHADO & IRMÃO - MÁRMORES & GRANITOS, LDA	30.600 €	22.950 €	22.950 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011724	IMPLEMENTAÇÃO DEUM PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS - E	4	4	113	204	502623748	J.P.SOUSA - ESTAMPARIA TEXTIL, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011729	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	4	4	114	204	500619794	REIZINHO E SILVA, LDA	8.190 €	6.143 €	6.143 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011736	CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÃO	4	4	114	205	502798009	TROTINETE - COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE CRIANÇA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011744	GESTIWEB GESTÃO TOTAL INTEGRADA PELA WEB	4	4	114	205	506039285	BIOPONTO - SISTEMAS INFORMATICOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011752	PROJECTO DE MELHORIA INTEGRADA DE PROCESSOS	4	4	117	205	505843676	BELCAT-GRANITOS, LDA	32.680 €	24.510 €	24.510 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011762	REFEINIÇÃO DA LOGÍSTICA OPERACIONAL DA EMPRESA	4	4	114	205	505312867	PONTO ECOLÓGICO - COMERCIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE CONSUMÍVEIS INF	17.500 €	13.125 €	13.125 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011765	POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO E MARKETING PARA A VEND	4	4	114	205	508568285	HOTPINK -COMÉRCIO, LDA	26.000 €	19.500 €	19.500 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011776	CONCEPÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÕES INTEGRADAS P	4	4	114	205	508824591	SEARCHVIEW, UNIPessoal, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011777	BIOACTIVE-S: NOVO MATERIAL COMPÓSITO DE BASE POLIMÉ	4	4	114	205	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, U	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011790	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE PRENETRÓMETRO ELÉC	4	4	113	205	507932633	FIELDLAB - PROSPECÇÃO ESTRUTURAL E GEOCTÉCNICA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0401-FEDER-011791	SISTEMA QUALIDADE MESTRE ALIMENTAR	4	4	118	205	502916974	MESTRE ALIMENTAR- COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011800	ESTUDO GEO-ECONÓMICO	4	4	118	204	501884130	BRITANTEROS- SOC. DE FABRICO E COMERCIALIAÇÃO DE BRITAS SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011804	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	118	204	502950447	GRANIDIAS-SOC. DE PRODUÇÃO DE GRANITOS E BLOCOS, LDA	32.980 €	24.735 €	24.735 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011808	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	4	4	116	204	502098732	INDULAC - INDÚSTRIAS LÁCTEAS, SA	9.830 €	7.373 €	7.373 €	- €
NORTE-01-0401-FEDER-011811	ENSAIOS FÍSICOS, QUÍMICOS E MECÂNICOS DOS AGREGADOS	4	4	118	205	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-002607	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO	4	4	112	204	506672476	PLAYVEST - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE ROUPA INTERIOR, S.A	756.772 €	378.386 €	378.386 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003166	SISTEMA DE VISÃO ARTIFICIAL PARA ROBOT DE PINTURA	4	4	114	204	501671749	FLUPOL - APLICAÇÕES TÉCNICAS DE POLÍMEROS FLUORADOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003227	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	204	502458798	ABEL PINHO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003244	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	204	501916369	MOISÉS LIMA CORTIÇAS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003299	PRÉ DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO DE PINTURA DE B	4	4	115	204	507779606	BRITAFIEL - AGREGADOS E ORNAMENTAIS, SA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003301	PRÉ DESENVOLVIMENTO DE PERSIANAS ORIENTAVÉIS COM G	4	4	113	204	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003366	CONFORMEIAS	4	4	113	205	503161985	FXT - FABRICO E ACABAMENTO DE MEIAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003470	STRESS-LESS SHOE - PROJECTO PARA O DESENVOLVIMENTO D	4	4	ZZZ	205	507809432	KBRINKA - UNIPESSOAL, LDA	353.933 €	281.554 €	253.518 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003483	BIOCOMBUS - PRODUÇÃO DE BIOMASSA A PARTIR DOS SUBP	4	4	ZZZ	205	501145281	COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS OLIVICULTORES DE MURÇA, CRL	1.168.574 €	1.161.904 €	878.081 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003540	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE VESTUÁRIO TERAPÊ	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	29.500 €	22.125 €	22.125 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003724	DESENVOLVIMENTO DE PROJECTO E PROTÓTIPO DE CAMA HÓ	4	4	113	205	505194821	VIA ACTUAL - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003760	VESTUÁRIO DESPORTIVO HI-TECH PARA PROFISSIONAIS	4	4	112	204	502073268	LACATONI DESPORTOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003854	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE S	4	4	116	204	502634472	SOPRECOR, S A	23.300 €	17.475 €	17.475 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003856	DESENVOLVIMENTO DE COLMATAGEM EM BASE AQUOSA / T	4	4	116	204	500871809	SERCOR - SOC- EXPORTADORA ROLHAS E CORTIÇAS, S. A.	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-003873	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE S	4	4	116	204	500621195	SÁ & IRMÃO SA	24.800 €	18.600 €	18.600 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004478	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	204	502986824	G. CORKS CORTIÇAS, SA	14.000 €	10.500 €	10.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004480	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	205	506175960	XYLO ONE - ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA, LDA	18.500 €	13.875 €	13.875 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004492	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CÁPSULAS OU COMPRIMI	4	4	113	205	508593042	NATURALCONCEPTS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004495	NOVAS METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	4	4	114	204	501358757	FREITAS & DORES, LTDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004507	DESENVOLVIMENTO DE CÁPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO BIODEG	4	4	114	205	503799947	GESPRESSO DERIVADOS CAFÉ E MÁQUINAS SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004509	NOVAS MINAS DE AGROCHÃO " MURCÓS	4	4	118	205	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004531	DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE APARAFUSA	4	4	112	205	507672828	IBERIANA TECHNICAL, LDA	36.850 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004538	ESTUDO PARA OBTENÇÃO DE UM AGREGADO CONTENDO MA	4	4	114	204	503847321	BEZERRAS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004567	RECICLAGEM DE METAIS DE VALOR A PARTIR DE SUCATAS ESP	4	4	113	205	508738962	TEMPO MAGGNÉTICO, UNIPESSOAL, LDA	31.040 €	23.280 €	23.280 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004585	DESENVOLVIMENTO DE ARGAMASSAS À BASE DE CAL E META	4	4	114	204	504369440	TRANSCOL- CIMENTOS E ARGAMASSAS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004598	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE S	4	4	116	204	501935681	NORCOR INDÚSTRIA DE CORTIÇA, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004599	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE S	4	4	116	204	500364265	J A VEIGA DE MACEDO, S A	21.300 €	15.975 €	15.975 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004607	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	205	501554629	FERNANDO LOPES - CORTIÇAS E REPRESENTAÇÕES, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004608	TESTAGEM DE VÁRIOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES DESPORTIVA	4	4	114	204	502227281	M.A.R. KAYAKS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004660	AVALIAÇÃO DE ANTICORPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PARAS	4	4	114	204	503406694	IBERLAB & IMUNOREAGE, LDA	31.000 €	23.250 €	23.250 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004704	TAVI - TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO VALORIZADAS PELA INOV	4	4	113	204	503294047	MARINHO & ROCHA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004732	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE S	4	4	116	205	504118471	COELHOCORK - ROLHAS DE CORTIÇA, LDA	17.800 €	13.350 €	13.350 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004736	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	204	503000728	CORTIÇA BENÍCIA, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004768	HIGH-TECH CANVAS	4	4	114	205	506492443	OUTROS MERCADUS- IMP. E EXP. DE EQUIP. P/ DESIGN, UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004780	TEX-UPGRADE	4	4	113	204	505364590	GOLDENTEX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004781	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO QUE PERMITA A ELABO	4	4	112	205	508805244	WEADAPT - INCLUSIVE DESIGN AND ENGINEERING SOLUTIONS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004790	MORDOMUS - SOFTWARE DE GESTÃO DOMÓTICA	4	4	112	205	505967740	IVV AUTOMAÇÃO, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-004806	INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO COMBUSTÍVEL NO DES	4	4	113	204	506560880	VIMASOL ENERGIAS RENOVAVEIS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005068	TRANSGRANITOS - INVESTIGAR E DESENVOLVER	4	4	118	204	502214244	TRANSGRANITOS- MÁRMORES E GRANITOS DO ALTO TÂMEGA, LDA	208.252 €	145.777 €	145.777 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005317	INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO	4	4	114	204	502227281	M.A.R. KAYAKS, LDA	514.910 €	257.455 €	257.455 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005362	PROAMBIENTE - DIETAS SUSTENTÁVEIS E DE REDUZIDO IMPA	4	4	114	204	501428194	A. COELHO E CASTRO, LDA	599.701 €	525.307 €	468.608 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005375	FUNCIONALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS LAMINADAS ATRAVÉS DE	4	4	113	204	501171010	NEVES & COMPANHIA, LDA	215.475 €	96.964 €	96.964 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível
					6	7	8				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0402-FEDER-005488	PULTREFICAZ - OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSO DE PULTRUSÃO	4	4	114	204	503609013	ALTO - PERFIS PULTRUDIDOS, LDA	589.444 €	542.960 €	434.438 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005567	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E GESTÃO DA RECOLHA DE RES	4	4	114	204	505032465	TNL - SOC. DE EQUIPAMENTOS ECOLOGICOS E SISTEMAS AMBIENTAIS, SA	425.515 €	220.699 €	220.699 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005781	CONCEBER UMA ESTRUTURA DE TECIDO QUE COMBINE A TER	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-005787	DESENVOLVIMENTO DE UM KIT DE DETECÇÃO E QUANTIFICAÇ	4	4	114	205	507958861	FRILABO II, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006459	FERRAMENTA DE OBTENÇÃO DE VARIÁVEIS ANTROPOMÉTRIC	4	4	116	205	502940930	SANTOS CAMISEIROS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006468	COOL MICROLAMP -DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE ILUM	4	4	114	205	503827886	BIOPTICA, EQUIPAMENT OS P/ INVESTIGAÇÃO E INDÚSTRIA, LDA	32.800 €	24.600 €	24.600 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006469	INSERT SHOE - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONCEPO	4	4	113	205	507060806	ENERPAC - RECICLAGEM E INDÚSTRIA DE PAPEL, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006471	COMPONENTES DE OURIVESARIA/JOALHARIA OBTIDOS PELA	4	4	113	204	502921161	FERNANDO ROCHA JOALHEIRO SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006475	ESTUDO DA VARIAÇÃO DIMENSIONAL DE PRODUTOS INOVAD	4	4	116	204	501924078	DINIS DE OLIVEIRA & FILHOS, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006477	E_MÓVEL	4	4	113	205	501930418	DECORDESK - EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006486	DESENVOLVIMENTO DE REFRACTÁRIOS SILICIOSOS PARA APLI	4	4	113	205	507649311	GEOINERTE, LDA	32.990 €	24.743 €	24.743 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006497	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO INOVADOR DE TRATAI	4	4	112	204	502189231	RIOCER - CERÂMICA DO RIO, LDA	22.400 €	16.800 €	16.800 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006499	NOVOS EFEITOS ESTÉTICOS EM PEÇAS DE JOALHARIA OBTIDO	4	4	113	204	502306432	OURONOR-FABRICANTES DE OURIVESARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006512	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ABRASIVOS RECICLÁVEIS	4	4	111	205	505163780	ABRALUX - INDÚSTRIA DE ABRASIVOS, LDA	14.700 €	11.025 €	11.025 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006516	INCLUSIVEBRAND	4	4	113	204	504385259	ASDRUBAL J. A., S. A	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006535	DESENVOLVIMENTO DE PALMILHAS ANTIFÚNGICAS E ANTIBA	4	4	113	205	508179440	GLOBOTRILHA- COMPONENTES PARA CALÇADO UNIPESSOAL, LDA	16.900 €	12.675 €	12.675 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006541	DESENVOLVIMENTO DE UM GUARDA-SOL ENERGETICAMENTE	4	4	112	204	501916881	GRAÇA & MENDES, LDA	30.360 €	22.770 €	22.770 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006545	VINILCORK - DESENVOLVIMENTO DE COMPOSTO VINÍLICO CO	4	4	113	205	507024168	MCP - MÁQUINAS E PRODUTOS PARA CALÇADO, UNIPESSOAL, LDA	24.500 €	18.375 €	18.375 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006550	SISTEMAS ROBÓTICOS PARA ACÇÕES DE DIGVULGAÇÃO E PUB	4	4	114	205	507643399	CLEVER HOUSE - SISTEMAS INTELIGENTES, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006551	SOFTKIOSK - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES INTERACTIVA	4	4	114	205	505057158	NORTITEC - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMATICOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006557	EM_PRATA	4	4	113	205	505835380	MÍSTICAJÓIAS - FABRICO DE OURIVESARIA E JOALHARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006564	HOMOLOGAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SEGURANÇA AUTOMÓV	4	4	113	205	507545087	KIMSO - COMÉRCIO E TRANSFORMAÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE COMPETIÇÃO, L	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006568	LINEA.SKIN	4	4	114	204	502059192	RODRILINEA-CONFECÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIAO, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-006650	MODULOS FOTOVOLTAICOS CONTROLADOS	4	4	114	204	508178045	MAGPOWER SOLUÇÕES DE ENERGIA SA	286.619 €	182.654 €	182.654 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011431	ANÁLISE DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS DE UMA UNIDADE DE	4	4	114	205	508227321	ECOURBIS - SERVIÇOS DE SANEAMENTO URBANO, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011683	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR "STITCH AND T	4	4	115	204	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011702	FABRICO DE MOBILIARIO DE DESIGN COM NOVOS MATERIAIS	4	4	112	204	504745280	ALBINO MIRANDA, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011741	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESIN	4	4	116	204	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011783	DESENVOLVIMENTO E CRIAÇÃO DE UMA GAMA DE VESTUÁRI	4	4	113	205	508570093	NEW TEXTILES, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011797	HARMONIZAVINUS	4	4	117	205	508644631	1756 - THE PORTUGUESE WINE COMPANY CHINA, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011815	UNDERWEARMILITAR - DESENVOLVIMENTO DE ROUPA INTER	4	4	113	205	503405973	IDM - IMPÉRIO DAS MEIAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0402-FEDER-011824	AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS PARA ME	4	4	113	205	503465380	FAMA-SETE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000057	INVESTIMENTO NUMA NOVA AREA E PROCESSO FABRIL, INOV	4	4	113	204	503642789	FUTUROCOL COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS, LDA	1.575.872 €	866.730 €	866.730 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000165	MAXIMIZAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA NO PRODUTO PRINCIPAL	4	4	113	204	501602259	MADEIRAS DE SANTO OVÍDIO - MAGALHÃES & MAGALHÃES, LDA	537.935 €	295.864 €	295.864 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000261	EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO COM INOVAÇÃO	4	4	118	204	502009578	IBERMAROS, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SA	976.838 €	537.261 €	537.261 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000301	REPOSICIONAMENTO INDUSTRIAL DA IMA PRECISION	4	4	113	204	505591324	IMA PRECISION, LDA	446.240 €	245.432 €	245.432 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000458	REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DE VALE D'ARADOS A AGRO-TU	4	4	117	205	507008324	CASA DA QUINTA DE VALE D'ARADOS, TURISMO RURAL, LDA	378.340 €	208.087 €	208.087 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000511	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA E PRODUÇÃO DE PRODUTOS N	4	4	117	204	503458210	METALIMUR - METALURGICA, LDA	426.572 €	234.615 €	234.615 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000648	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS COM UM NOVO S	4	4	114	204	501478744	SERSILPORT - SOC. INDUSTRIAL DE PORTAS E FOLHEADOS DE MADEIRA, LDA	1.641.381 €	902.760 €	902.760 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000712	DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA DE PRODUTOS E INCREMENTO D	4	4	114	204	504171011	FINIECO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA	1.514.526 €	832.989 €	832.989 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000815	PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO HOTEL DOS ARCOS	4	4	111	205	508269822	HOTEL DOS ARCOS, LDA	5.387.255 €	2.962.990 €	2.962.990 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000937	INOVA - INOVAÇÃO NA VIEIRA ARAÚJO COM NOVOS PRODUT	4	4	116	204	500298840	VIEIRA ARAÚJO, SA	1.483.025 €	815.664 €	815.664 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000941	INOVAÇÃO DE PRODUTOS E MUDANÇAS QUALITATIVAS EM P	4	4	111	204	506843629	PIZARIA CERQUEIRA, LDA	774.395 €	425.917 €	425.917 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000968	DIVERSIFICAR PARA COMPETIR	4	4	113	204	503390186	LMA - LEANDRO MANUEL ARAÚJO, LDA	1.404.013 €	772.207 €	772.207 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000982	INOVAÇÃO E EXPANSÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DA EMPR	4	4	111	204	505290413	LACOANCORA - LACAGEM E POLIMENTO DE MOVEIS, LDA	437.685 €	240.727 €	240.727 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-000988	FORMA REDONDA - PEDREIRA ENERGICAMENTE AUTO-SUSTE	4	4	111	204	508414130	FORMA REDONDA - BRITAGEM, LDA	2.238.087 €	1.230.948 €	1.230.948 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001158	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	118	204	505354888	J.M. GONÇALVES- TANOARIA, LDA	709.885 €	390.437 €	390.437 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0403-FEDER-001178	DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA DA EMPR	4	4	112	204	502698802	PRETLANTI - INDÚSTRIA DE PRÉ-FABRICAÇÃO, SA	837.182 €	460.450 €	460.450 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001188	EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA E DOS MERCADOS	4	4	113	204	506117910	ÓSCAR & RUI, LDA	696.087 €	382.848 €	382.848 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001251	AUMENTO DA CAPACIDADE DA UNIDADE	4	4	114	204	501443827	LATUR - SOC. DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS, LDA	2.666.258 €	1.466.442 €	1.466.442 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001272	criação de empresa em sector de actividade transacc	4	4	112	205	508255244	BRB - FABRICO LAVA LOUÇAS INDUSTRIAIS, LDA	2.146.013 €	1.180.307 €	1.180.307 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001289	criação de empresa industrial inovadora no sector d	4	4	113	205	508239877	NEVSTA - PAPER & TECHNOLOGY, LDA	672.981 €	370.140 €	370.140 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001300	criação de empreendimento turístico inovador e dife	4	4	113	205	507388968	OPEN VILLAGE SPORT’S, LDA	4.867.592 €	2.677.176 €	2.677.176 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001328	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO COM LANÇAMENTO DE NC	4	4	113	204	507525825	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA	229.450 €	149.143 €	149.143 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-001693	INVESTIMENTO NO PROCESSO DE FABRICO E AQUISIÇÃO DE N	4	4	114	204	501588752	FERNANDO SANTOS - INDÚSTRIA DE ESTOFOS, LDA	690.928 €	380.010 €	380.010 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002474	APOIO AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA INDUSTRIA DE MC	4	4	115	205	508457262	KAMIKASA - MOBILIÁRIO, UNIPESSOAL, LDA	328.563 €	180.710 €	180.710 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002650	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA PAULO & CARLA,	4	4	111	205	505206587	PAULO & CARLA, LDA	176.507 €	97.079 €	97.079 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002673	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO	4	4	115	205	502550635	MILTEICA - INDÚSTRIAS ALIMENTARES, LDA	427.543 €	235.149 €	235.149 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002676	criação de uma unidade industrial de transformaçã	4	4	111	205	508158362	VIDROLETES - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE VIDRO, LDA	909.061 €	499.984 €	499.984 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002681	MANTER A FRIGORIA	4	4	114	204	501500227	BIO THERMICS MANUFACTURING, LDA	354.889 €	198.033 €	198.033 €	9.100 €
NORTE-01-0403-FEDER-002724	NOVA UNIDADE INDUSTRIAL DE CORTE E SERRAGEM DE BLOC	4	4	118	204	508367557	GRANITIMAR - GRANITOS E MÁRMORES DO NORTE, LDA	8.413.589 €	4.627.474 €	4.627.474 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002728	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	113	204	501194487	PLASTROFA - PLÁSTICOS DA TROFA, LDA	871.900 €	480.068 €	480.068 €	1.674 €
NORTE-01-0403-FEDER-002753	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E ENTRADA NO MERCADO EN	4	4	113	204	502500190	FERNANDES INDÚSTRIAS INOXIDÁVEIS, LDA	466.815 €	256.748 €	256.748 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002756	VERTICALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E	4	4	116	204	502741422	FLORIANO DUARTE & FILHOS, LDA	839.594 €	461.777 €	461.777 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002788	DINAMIZAÇÃO TRANSGRANITOS	4	4	118	204	502214244	TRANSGRANITOS- MÁRMORES E GRANITOS DO ALTO TÂMEGA, LDA	1.479.300 €	813.615 €	813.615 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002794	PROJECTO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇ	4	4	114	205	502472243	TRATERME - TRATAMENTOS TÉRMICOS, LDA	329.937 €	181.465 €	181.465 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002816	INOVAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO/INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	113	204	508427274	NEARSTART, LDA	684.524 €	444.941 €	444.941 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002877	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	113	205	504352750	LATORNE INDUSTRIA METALURGICA, LDA	579.290 €	321.110 €	321.110 €	8.000 €
NORTE-01-0403-FEDER-002880	DELFIM DOURO HOTEL	4	4	117	204	502531266	USMENDES - CONSTRUÇÕES & ENGENHEIROS, LDA	2.606.191 €	1.433.405 €	1.433.405 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002896	INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO DA TECNOLOGIA E	4	4	112	204	134339533	JOSÉ DE OLIVEIRA E SILVAJOSÉ DE OLIVEIRA E SILVA	333.155 €	186.790 €	186.790 €	11.374 €
NORTE-01-0403-FEDER-002919	PROJECTO INOVAÇÃO GUILHERME GOMES DOS SANTOS & CA	4	4	114	204	500131961	GUILHERME GOMES DOS SANTOS & CA., LDA	335.246 €	187.318 €	187.318 €	9.384 €
NORTE-01-0403-FEDER-002940	IMPOR A NOSSA SOLUÇÃO INOVADORA	4	4	ZZZ	204	507505492	FÓLIOWATERS - EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS NATURAIS, LDA	712.844 €	392.064 €	392.064 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002948	PROJECTO DE INOVAÇÃO EM PRODUTOS E PROCESSOS	4	4	114	204	501542531	PAULO MENDES, SA	1.422.956 €	782.626 €	782.626 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002950	RECLASSIFICAÇÃO DO DOURO PARK HOTEL	4	4	115	204	508553580	ROTA DA CEGONHA, UNIPESSOAL, LDA	380.393 €	209.216 €	209.216 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-002965	EVOLUÇÃO DO TECIDO PARA REVESTIMENTO DE COLCHÕES P	4	4	116	204	504638696	MATTRESS TICKING DUVALI - FÁBRICA DE TECIDOS, SA	1.232.310 €	679.946 €	679.946 €	6.960 €
NORTE-01-0403-FEDER-002974	FABRICAÇÃO E POLIMENTO DE TUBO DE AÇO INOX E POLIME	4	4	116	204	508581630	LEIRINOX II - TUBOS INOX, LDA	988.959 €	543.337 €	543.337 €	5.809 €
NORTE-01-0403-FEDER-002989	PRODUÇÃO DE NOVOS BENS OU SERVIÇOS, UMA VEZ QUE A E	4	4	115	205	507428080	LIGAPARTES - COMPONENTES DE MOBILIÁRIO, LDA	1.052.010 €	578.606 €	578.606 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003008	HOTEL DAS TERMAS DE S. VICENTE	4	4	115	204	503327352	HOTEL DO MONTE - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	5.295.118 €	2.912.315 €	2.912.315 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003018	criação e desenvolvimento da gama de móveis lacad	4	4	115	204	501356894	LUIS DOS SANTOS PEREIRA, LDA	537.237 €	295.481 €	295.481 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003025	criação e desenvolvimento de um novo conceito de f	4	4	111	204	508036461	RECUPERADORES PACHINHA, LDA	1.512.617 €	831.939 €	831.939 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003041	criação de centro de abate de veículos em fim de vida	4	4	113	205	508307910	LUSORE, LDA	304.539 €	167.496 €	167.496 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003061	PROJECTO DE INVESTIMENTO PARA FABRICO DE MÓVEIS LAC	4	4	115	204	502378620	MÓVEIS COSTA PEREIRA, LDA	365.173 €	200.845 €	200.845 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003068	HOTEL ANTAS - 3 ESTRELAS	4	4	114	204	502025107	OUTEIRAL - SOC. DE CONSTRUÇÕES E EXPLORAÇÕES HOTELEIRAS, LDA	666.526 €	366.589 €	366.589 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003652	criação de uma empresa inovadora e competitiva	4	4	117	205	508206430	ADELINO VITORINO & FILHO, LDA	196.195 €	147.146 €	147.146 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003720	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	115	204	506225283	DIAL - FERRAMENTAS DIAMANTADAS, LDA	484.459 €	314.898 €	314.898 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003725	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO - SERVI	4	4	118	205	508334195	PEDRAS SALGADAS HOTEL, LDA	4.765.044 €	3.097.279 €	3.097.279 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-003795	HOTEL TEATRO	4	4	114	205	508493471	CITYLODGE - SOC. DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DE HOTÉIS, LDA	3.526.600 €	2.292.290 €	2.292.290 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004576	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EMPRESA VIA IN	4	4	114	205	508229294	PAUPERIO - DISTRIBUIÇÃO, LDA	189.431 €	123.130 €	123.130 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004592	REFORÇO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA E DA INTERNACIONA	4	4	116	204	504039563	TÉTA 3 - TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS, LDA	515.787 €	334.200 €	334.200 €	10.482 €
NORTE-01-0403-FEDER-004843	INCREMENTO DA QUALIDADE, AUTOMATIZAÇÃO E DIVERSIFIC	4	4	113	204	504171011	FINIECO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA	907.500 €	589.875 €	589.875 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004852	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E	4	4	117	204	500272174	SOLICEL-SOC. DO CENTRO INDUSTRIAL DE ESTEIOS DE LOUSA, LDA	803.432 €	522.231 €	522.231 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004856	"criação de uma linha de sobremesas unidose frescas	4	4	112	204	503636851	PASTELARIA PÃO QUENTE NOBREZA, LDA	442.998 €	287.949 €	287.949 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004861	YES, WE ADAPT	4	4	113	205	508805244	WEADAPT - INCLUSIVE DESIGN AND ENGINEERING SOLUTIONS, LDA	1.232.513 €	828.457 €	828.457 €	145.728 €
NORTE-01-0403-FEDER-004864	GEOINERTE - O SOLO PORTUGUÊS TRAZ INOVAÇÃO	4	4	113	205	507649311	GEOINERTE, LDA	710.814 €	536.500 €	536.500 €	54.233 €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0403-FEDER-004876	IMPLEMENTAÇÃO DE UM HOTEL DE 4 ESTRELAS	4	4	116	204	508252180	HOTEL RURAL MIRA CAIMA, LDA	3.001.088 €	1.950.707 €	1.950.707 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004877	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS PARA A CO	4	4	117	204	501343598	CARVALHO & MOTA, LDA	532.148 €	345.896 €	345.896 €	€
NORTE-01-0403-FEDER-004880	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE PAÇOS DE FERREIRA	4	4	115	204	508676789	IN CHAIN LOGISTICS, LDA	964.455 €	434.005 €	434.005 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004896	EXPANSÃO (NACIONAL E INTERNACIONAL) E ADOÇÃO DE NO	4	4	112	205	504361139	BRAGUINOX INDUSTRIA DE RECICLAGEM DE METAIS, LDA	1.160.996 €	754.647 €	754.647 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004914	CRIAÇÃO DE EMPRESA INOVADORA, DE VERTENTE ESSENCIAL	4	4	111	205	508637643	MELPELLETS, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	757.891 €	492.629 €	492.629 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004923	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA MÓVEIS J.E. FIÚZA, LDA. ESTIM	4	4	111	204	508766044	MÓVEIS J.E.FIÚZA, LDA	206.073 €	154.555 €	154.555 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004929	INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA EMPRESA E MELHOR	4	4	118	204	500697604	BELMIRO & BARREIRA, LDA	537.350 €	349.278 €	349.278 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004974	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E	4	4	117	204	503605697	POLIMAGRA - GRANITOS E MÁRMORES POLIDOS, LDA	2.690.111 €	1.761.162 €	1.761.162 €	67.149 €
NORTE-01-0403-FEDER-004984	EXPANSÃO DA ACTIVIDADE RECORRENDO A DIVERSIFICAÇÃO	4	4	113	204	500775389	ALBANO LEITE DA SILVA, LDA	2.285.942 €	1.485.862 €	1.485.862 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004986	PARQUE DE CAMPISMO COM RECINTO DE DIVERSÕES AQUÁT	4	4	117	205	508832128	NATURWATERPARK - PARQUE DE DIVERSÕES DO DOURO, LDA	3.701.675 €	2.406.089 €	2.406.089 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-004994	" MARMAID - A INOVAÇÃO DIFERENCIAL NO SECTOR TÊXTIL "	4	4	113	205	506307760	MERMAID - INDUSTRIA DE VESTUARIO, LDA	505.500 €	328.575 €	328.575 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005002	INTERNACIONALIZAÇÃO DE ACTIVIDADE POR VIA DA INOVAÇ	4	4	112	204	501642277	LATINO CONFECÇÕES, LDA	379.047 €	244.781 €	244.781 €	10.425 €
NORTE-01-0403-FEDER-005035	MULTINOVAÇÃO - INJEÇÃO DE PLÁSTICOS MULTI-MATERIAL	4	4	112	204	502929227	BRAMP - METAIS E POLÍMEROS DE BRAGA, LDA	593.518 €	385.787 €	385.787 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005054	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE COMPONENTES E	4	4	113	205	508529646	SEAL - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, LDA	321.220 €	240.915 €	240.915 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005073	ESPAÇO 3 - RESTAURANTE GOURMET	4	4	117	205	508584612	VMRS - UNIPESSOAL, LDA	394.804 €	256.622 €	256.622 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005099	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	4	4	117	205	507098374	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	500.805 €	375.604 €	375.604 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005104	QUINTA DA RODA	4	4	112	205	508802423	TURMA DO LAZER, UNIPESSOAL, LDA	639.868 €	415.914 €	415.914 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005106	INFINIT LABEL	4	4	113	205	508730716	CASO RARO., LDA	747.115 €	560.336 €	560.336 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005126	POTENCIAR A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E INTERNACIONALI	4	4	114	204	507395581	HEXA PAINEL COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DERIVADOS DE PAPEL	620.112 €	403.681 €	403.681 €	3.245 €
NORTE-01-0403-FEDER-005137	PROJECTO SI INOVAÇÃO AQUECIVENTIL	4	4	113	204	503818682	AQUECIVENTIL - EQUIPAMENTOS TÉRMICOS INTEGRADOS, LDA	180.079 €	117.051 €	117.051 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005150	CRIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO	4	4	115	205	508824710	5 PINTAS AZUIS, LDA	2.140.985 €	1.391.640 €	1.391.640 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005167	INOVAÇÃO DE PROCESSO, DIVERSIFICAÇÃO DE ACTIVIDADE E	4	4	112	204	505370530	J. C. PEIXOTO - MÓVEIS, LDA	870.221 €	565.644 €	565.644 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005174	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE NOVOS PRODUTOS DERIVADOS EM	4	4	111	205	508584620	EUROWIRE, LDA	2.942.568 €	2.206.926 €	2.206.926 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005642	CRIAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL UNICA EM PO	4	4	113	204	508819270	FRIGOFAMA - COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	999.925 €	750.444 €	750.444 €	8.000 €
NORTE-01-0403-FEDER-005673	QUINTA DOS PADRES SANTOS	4	4	117	205	507774388	QUINTA DOS PADRES SANTOS - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	592.150 €	444.112 €	444.112 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005682	CRIAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DE HABITAÇÃO	4	4	111	205	508889090	SEMPRE VERÃO - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	286.141 €	214.606 €	214.606 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005689	TRIÂNGULO DE PEDRA - PRODUTIVIDADE, COMPETIVIDADE E	4	4	115	204	508846285	TRIÂNGULO DE PEDRA, LDA	923.932 €	692.949 €	692.949 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-005732	UNIDADE DE DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM DE VEÍCULO	4	4	115	204	508177618	RE-SOURCE PORTUGUESA - DESMONTAGEM E RECICLAGEM DE VEÍCULOS, SA.	2.121.876 €	1.167.032 €	1.167.032 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006847	CRIAÇÃO DE UNIDADE EMPRESARIAL INOVADORA, DE VERTEN	4	4	112	204	508970261	SECTORMETRIA - MADEIRAS E DERIVADOS, LDA	1.005.793 €	653.765 €	653.765 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006852	CRIAÇÃO DE HOTEL RURAL DOTADA DE RECURSOS HUMANOS	4	4	113	205	507088034	HOTEL RURAL DA AZENHA, LDA	2.630.972 €	1.973.229 €	1.973.229 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006856	REFORÇO DE COMPETIVIDADE C/ APOSTA EM NOVOS PRODUT	4	4	115	205	508697077	INATUSCONCEPT - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE DERIVADOS DE MADEIRA, UNIF	337.538 €	253.154 €	253.154 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006882	CRAÇÃO DE EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE NOVOS PRODUT	4	4	117	205	508981905	DECORXISTO, LDA	558.500 €	418.875 €	418.875 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006901	EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO - FIBERECO	4	4	113	205	508984823	FIBERECO-INDUSTRIAL, LDA	654.668 €	491.001 €	491.001 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006905	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LINHA DE TRIAGEM POR LEITURA	4	4	118	204	503459690	MIRAPAPEL, LDA	1.431.893 €	930.730 €	930.730 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006913	QUINTA DE SANTIAGO DA GEMEIRA - 15 QUARTOS DE LUXO I	4	4	111	205	508582490	OLINDUNA - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA	1.512.439 €	1.134.329 €	1.134.329 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006928	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO D	4	4	118	204	508983258	GRANITENDER - GRANITOS E EMPREITADAS, LDA	2.830.212 €	2.122.659 €	2.122.659 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006933	BIO HOT SAVE - CALOR RENOVÁVEL	4	4	114	205	508965896	SAVECREA, LDA	65.720 €	49.290 €	49.290 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006949	REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DAS PEDREIRAS A AGRO-TURIS	4	4	117	205	507462750	SOC. AGRÍCOLA QUINTA DOS MELROS, LDA	997.125 €	648.131 €	648.131 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006956	ADOÇÃO E EXPANSÃO DE UM NOVO SEGMENTO DE NEGÓCI	4	4	113	204	504322001	TÊXTIL SAMCASI, LDA	410.488 €	264.417 €	264.417 €	5.400 €
NORTE-01-0403-FEDER-006961	CRIAÇÃO DE NOVO ENTREPOSTO LOGÍSTICO	4	4	114	205	504284207	WAREHOUSE - GESTÃO DE ARMAZENAGEM, LDA	3.498.019 €	2.273.713 €	2.273.713 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006967	BIO 4 ALL PARA- ESTE É O CAMINHO A PERCORRER	4	4	115	204	508984939	BIO 4 ALL, UNIPESSOAL, LDA	2.287.000 €	1.486.550 €	1.486.550 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006968	REFORÇO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA DA EMPRESA	4	4	117	205	505490293	PASTELARIA RUA NOVA, LDA	156.223 €	101.545 €	101.545 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-006977	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA E ADOÇÃO DE NOVOS PROCE	4	4	115	204	505821974	GRANICAVEZ -INDÚSTRIA DE GRANITO, LDA	1.599.142 €	1.039.442 €	1.039.442 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007579	ESTÍMULO DA COMPETITIVIDADE DA VIDROTORRE PELA PROM	4	4	111	204	504842145	VIDROTORRE - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE VIDRO PLANO, LDA	328.372 €	213.442 €	213.442 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007587	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL DE PI	4	4	118	204	508350018	STELLEP PRODUÇÃO DE PELLETS SA	2.996.681 €	1.949.943 €	1.949.943 €	11.200 €
NORTE-01-0403-FEDER-007596	ENERGIA VERDE	4	4	111	204	508371198	TERMOFLORESTAL, LDA	2.041.000 €	1.333.400 €	1.333.400 €	36.000 €
NORTE-01-0403-FEDER-007611	ASSEGURAR A INDEPENDÊNCIA DA EMPRESA FACE AOS GRAN	4	4	114	204	502961759	BICAFÉ TORREFACÇÃO E COMÉRCIO DE CAFÉ, LDA	923.016 €	613.408 €	613.408 €	91.049 €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-01-0403-FEDER-007613	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA E CRIAÇÃO DE	4	4	114	204	502303751	CARLOS FERREIRA DA SILVA & FILHOS - RECOLHA E RECICLAGEM DE PAPEIS E P	1.125.949 €	735.780 €	735.780 €	20.870 €
NORTE-01-0403-FEDER-007616	HOTEL CARRIS PORTO RIBEIRA	4	4	114	204	508335302	CARRIS LAND PORTUGAL, SA	7.634.276 €	4.962.279 €	4.962.279 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007624	PRIMANO - INOVAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO EM LINHA	4	4	114	205	508931711	PRIMANO, LDA	1.086.325 €	708.359 €	708.359 €	11.985 €
NORTE-01-0403-FEDER-007651	CRIAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DA RECIPEL	4	4	116	204	502698730	RECIPEL - RECICLAGEM DE PAPEL, LDA	507.660 €	329.979 €	329.979 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007655	UNIDADE HOTELEIRA	4	4	115	205	508675146	ARSDURIUM, LDA	721.687 €	469.097 €	469.097 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007678	EXPANSÃO DA CAPACIDADE, DESENVOLVIMENTO DE PROCES	4	4	115	204	503914088	GLOBALE RC URNAS, LDA	1.442.617 €	937.701 €	937.701 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007688	REQUALIFICAÇÃO DO HOTEL PORTA DO SOL COMO UMA UNID	4	4	111	205	507072812	PRAIA DE LEÇA - INVESTIMENTOS HOTELEIROS, LDA	3.551.067 €	2.308.194 €	2.308.194 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007692	CRIAÇÃO DE UM NOVO RESTAURANTE (DOP) COM PRESTAÇÃ	4	4	114	204	504968645	ARISDOURO - GESTÃO HOTELEIRA, LDA	248.845 €	161.749 €	161.749 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007699	TUBEMBAL INOV: PROJECTO DE INTRODUÇÃO DE MELHORIAS	4	4	113	204	504434780	TUBEMBAL - TRANSFORMAÇÃO DE PAPEL E COMÉRCIO DE EMBALAGENS SA	2.024.070 €	1.315.646 €	1.315.646 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007706	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE GESTÃO, TRATAMENTO E VAL	4	4	113	205	508979404	WALLSPIRAL -, LDA	528.707 €	345.325 €	345.325 €	8.884 €
NORTE-01-0403-FEDER-007708	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	114	204	506447138	PIPE MASTERS - SERVIÇOS DE SOLDADURA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	157.379 €	102.296 €	102.296 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007714	PROJECTO DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO - AQUISIÇÃO DE UMA	4	4	113	205	505855518	ETIPRINT-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS, LDA	222.900 €	147.360 €	147.360 €	13.200 €
NORTE-01-0403-FEDER-007717	CRIAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA INCENTIVERDE	4	4	113	205	508990033	INCENTIVERDE -, LDA	990.357 €	648.025 €	648.025 €	22.892 €
NORTE-01-0403-FEDER-007737	CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE UM NOVO PRODUTO: FELT	4	4	114	204	507724038	INDUFEL - INDÚSTRIA DE FELTROS, LDA	1.482.787 €	963.811 €	963.811 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007744	REQUALIFICAÇÃO DO PAÇO DE CIDADELHE A HOTEL RURAL, C	4	4	117	205	508250145	PRATA PARQUE - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA	3.368.599 €	2.526.449 €	2.526.449 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007772	CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE DE NEGÓCIO PARA PRESTAÇÃO I	4	4	116	204	503565393	RENASCIMENTO - GESTÃO E RECICLAGEM DE RESIDUOS, LDA	423.478 €	275.260 €	275.260 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007776	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NOS MÉTODOS	4	4	114	205	506895092	XARÃO COMPANHIA PORTUGUESA DE LICORES, LDA	150.468 €	97.804 €	97.804 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007777	CRIAÇÃO DE NOVA LINHA DE MONTAGEM E CRIAÇÃO DE NOV	4	4	118	205	144356856	RAMIRO HERMENEGILDO SARAIVA	1.211.896 €	788.857 €	788.857 €	6.000 €
NORTE-01-0403-FEDER-007780	INOVAR PARA COMPETIR	4	4	113	204	501560432	SEARAFIM FERTUZINHOS, SA	1.991.365 €	1.296.016 €	1.296.016 €	8.688 €
NORTE-01-0403-FEDER-007789	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM IMPACTE	4	4	118	205	178718955	MANUEL BERNARDO LEAL CORREIA (VIDREIRA DE MIRANDELA)	554.691 €	363.631 €	363.631 €	16.436 €
NORTE-01-0403-FEDER-007795	MELHORIAS TECNOLÓGICAS VISANDO A PERFORMANCE GLOB	4	4	114	204	503847461	RSM - REVESTIMENTOS DE SUPERFICIES METALICAS, LDA	205.757 €	135.246 €	135.246 €	8.021 €
NORTE-01-0403-FEDER-007799	NOVA FÁBRICA: NOVAS REALIDADES	4	4	115	204	503705039	J.TEX - INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, SA	636.617 €	413.801 €	413.801 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007800	LUSOIMPRESS "2020" - INOVAÇÃO E EXPANSÃO DE PROCESSO	4	4	114	204	506389448	LUSOIMPRESS - ARTES GRÁFICAS, LDA	2.011.147 €	1.307.246 €	1.307.246 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007804	CRIAÇÃO DE UNIDADES OU LINHAS DE PRODUÇÃO COM IMPA	4	4	114	205	507653319	MECDIAMANTE, LDA	156.574 €	101.773 €	101.773 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007812	MELHORIAS TECNOLÓGICAS VISANDO EFICIÊNCIA PRODUTIVA	4	4	115	204	187964033	JOÃO LOPES NOGUEIRA	429.361 €	283.885 €	283.885 €	25.600 €
NORTE-01-0403-FEDER-007818	O ACTUAL PROJECTO DE INVESTIMENTO ENQUADRA-SE NA TI	4	4	115	204	505186136	MOVEIS REGUENGA, LDA	270.000 €	175.500 €	175.500 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007820	INOVAÇÃO POR NOVOS PROCESSOS E MÉTODOS NA LIMIANA	4	4	111	205	503059650	LIMIANA GRANITOS, LDA	151.650 €	98.573 €	98.573 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007835	SPAIC INOXNEWTRENDS	4	4	112	204	505836904	ARMINDO SOUSA - METALÚRGICA, LDA	162.024 €	105.315 €	105.315 €	- €
NORTE-01-0403-FEDER-007839	WOODONE - INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS	4	4	115	204	506683842	WOODONE MOBILIÁRIO SA	496.167 €	336.755 €	336.755 €	75.980 €
NORTE-01-0528-FEDER-000001	Promoção e dinamização do centro urbano de Carrzedade de A	1	4	117	212	508037786	UrbeAnsiães - Associação Para a Promoção e Acompanhamento do Urbanismo	283.185 €	283.185 €	198.230 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000002	Lousada - comercio com qualidade	1	4	115	212	508046483	ADIEL - Associação Desenvolvimento Integrado e Economico de Lousada	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000003	Alto Cávado - Comércio com rosto	1	4	112	212	507977858	Associação Unidade de Acompanhamento e Coordenação para o Alto Cávado	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000005	Plano Estratégico para a Dinamização Comercial do Centro His	1	4	118	212	508027306	PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	266.386 €	266.386 €	186.470 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000006	Mirandela-Comércio Tradicional é Qualidade	1	4	118	212	508011353	Associação Mircom	249.934 €	249.934 €	174.954 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000007	Comércio Com Tradição	1	4	116	212	508073650	Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano	285.688 €	285.688 €	199.982 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000009	Alto Ave - Comércio com Rosto	1	4	113	212	507977840	Associação Unidade de Acompanhamento e Coordenação para o Alto Ave	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000010	Braga - O Comércio está no Centro	1	4	112	212	500971285	Associação Comercial de Braga - Comércio, Turismo e Serviços	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
NORTE-01-0528-FEDER-000013	Viver o Comércio, Viver Viana	1	4	111	212	501141731	Associação Empresarial de Viana do Castelo	279.594 €	279.594 €	195.716 €	- €
NORTE-01-0563-FEDER-000001	Reabilitação das Áreas de Localização Empresarial Courenses	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	278.166 €	278.166 €	194.716 €	- €
NORTE-01-0563-FEDER-000003	Parque Empresarial de Anreade	1	4	115	107	506349381	Município de Resende	423.607 €	423.607 €	296.525 €	- €
NORTE-01-0563-FEDER-000004	Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos	1	4	115	107	506884929	Município de Celorico de Basto	750.000 €	750.000 €	525.000 €	- €
NORTE-01-0666-FEDER-000006	Operação - Escola em Rede	1	4	ZZZ	101	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	17.914.303 €	17.914.303 €	13.435.727 €	- €
NORTE-01-0666-FEDER-000007	Operação - Computadores na sala de aula	1	4	ZZZ	101	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	14.342.852 €	14.342.852 €	10.757.139 €	- €
								26.531.772 €	26.531.772 €	18.572.241 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000001	Douro Religioso: Visitar, Conhecer e Reconhecer	1	4	117	212	506592545	TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	378.178 €	378.178 €	264.724 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000002	Rede de Monumentos do Vale do Douro	1	4	117	102	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	414.800 €	414.800 €	290.360 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000003	Porto and Douro Valley - Tourism and Wine Event	1	4	117	212	501066225	Associação Comercial do Porto	260.523 €	260.523 €	182.366 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-02-0169-FEDER-000004	Festa das Amendoeiras em Flor	1	4	117	107	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	398.218 €	398.218 €	278.753 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000005	Portal Douro	1	4	117	212	508479800	CITMAD - Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro	579.500 €	579.500 €	405.650 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000008	Business plan para a criação da Rede Quintas do Douro	1	4	117	212	503427870	Beira Douro Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	104.454 €	104.454 €	73.118 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000009	Plano Operacional da Rota do Românico do Vale do Douro	1	4	117	212	503427870	Beira Douro Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	110.814 €	110.814 €	77.570 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000010	Estudos e reflexão prospectiva para o desenvolvimento do tur	1	4	117	212	501862501	ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO NORTE	70.000 €	70.000 €	49.000 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000013	ANIMAÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL DA REGIÃO DURIENSE	1	4	117	211	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	381.624 €	381.624 €	267.137 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000014	MUSEU DO DOURO - INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO DURI	1	4	117	211	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	103.520 €	103.520 €	72.464 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000016	Promoção e Animação	1	4	117	107	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	195.854 €	195.854 €	137.098 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000017	Evento de Promoção Turística do Douro	1	4	117	212	502280271	NERVIR - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	298.532 €	298.532 €	208.972 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000018	Operação Imaterial Fernão de Magalhães	1	4	117	107	506824942	Município de Sabrosa	233.183 €	233.183 €	163.228 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000021	Candidatura Douro Maravilha da Natureza	1	4	117	212	505345684	Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes	465.499 €	465.499 €	325.849 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000022	Projecto Conjunto de Posicionamento, Promoção e Internacio	1	4	117	212	508766877	Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes	378.583 €	378.583 €	265.008 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000023	O Douro... Nos Caminhos da Literatura	1	4	117	102	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	230.120 €	230.120 €	161.084 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000024	Operação 'Restaurante do Futuro'	1	4	117	212	503767514	Associação da Restauração e Similares de Portugal	470.182 €	470.182 €	329.127 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000025	Momentos Douro	1	4	117	212	504174681	Rota do Vinho do Porto - Associação de Aderentes	355.000 €	355.000 €	248.500 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000027	Fórum Mundial Do Vinho	1	4	117	212	505345684	Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes	310.000 €	310.000 €	217.000 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000028	Festa das Vindimas	1	4	117	212	504174681	Rota do Vinho do Porto - Associação de Aderentes	270.985 €	270.985 €	189.690 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000029	Douro de Emoções	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	719.320 €	719.320 €	503.524 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000033	Exposição Fotográfica Douro Natural	1	4	117	212	505345684	Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes	52.000 €	52.000 €	36.400 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000036	Conferência Internacional de Turismo do Douro	1	4	117	108	506294285	Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo	358.587 €	358.587 €	251.011 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000037	Marketing e Promoção Turística da Turismo do Douro	1	4	117	108	508914329	Turismo do Douro	1.186.889 €	1.186.889 €	830.822 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000038	Festival de Cinema: Douro Harvest Festival	1	4	117	108	508914329	Turismo do Douro	450.000 €	450.000 €	315.000 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000039	DOUROVIVO 09/10 – MARKETING E ANIMAÇÃO TURÍSTICA DO	1	4	117	211	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	865.689 €	865.689 €	605.982 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000040	DouroIntour: Patrimónios durienses e turismo cultural	1	4	117	212	502514531	Maiêutica - Cooperativa de Ensino Superior, CRL	237.000 €	237.000 €	165.900 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000042	Rota do Património da Humanidade do Vale do Douro	1	4	117	212	504095650	Fundação Hispano portuguesa Rei Afonso Henriques	346.799 €	346.799 €	242.760 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000043	Aldeias Vinhateira - Consolidação, promoção e animação da R	1	4	117	108	508914329	Turismo do Douro	445.000 €	445.000 €	311.500 €	- €
NORTE-02-0169-FEDER-000044	Sinalização Turística do Douro	1	4	117	108	508914329	Turismo do Douro	115.001 €	115.001 €	80.501 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000001	Centro Empresarial de Cmpo_1ª Fase_Via Distribuidora	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	2.110.632 €	2.110.632 €	1.477.443 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000003	Parque Industrial de Canelas - 1ª Fase - Rua dos Terços	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	1.551.188 €	1.551.188 €	1.085.831 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000004	Parque Industrial de Avintes - 1ª Fase - Av. Vasco da Gama	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	1.865.377 €	1.865.377 €	1.305.764 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000005	Parque Industrial de Canelas - 1ª Fase - Rua da Urtigueira	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	1.464.043 €	1.464.043 €	1.024.830 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000006	Parque Industrial de Serzedo - 1ª Fase - Rua Norton de Matos	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	1.195.556 €	1.195.556 €	836.889 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000012	Ecopista da Linha do Tâmega	1	4	115	107	506884929	Município de Celorico de Basto	3.085.656 €	3.085.656 €	2.159.959 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000013	Ecopista da Linha do Tâmega	1	4	115	107	501102752	Município de Amarante	1.673.670 €	1.673.670 €	1.171.569 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000014	Pólo 6 - Cidade Empresarial	1	4	115	105	508278279	PFR INVEST - SGU, EM	975.000 €	975.000 €	682.500 €	- €
NORTE-02-0469-FEDER-000016	Revitalização do Largo da Feira em Paredes de Coura	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	551.293 €	551.293 €	385.905 €	- €
NORTE-02-0569-FEDER-000002	Parque Arborizado do Vale de Lamações	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	531.867 €	531.867 €	372.307 €	- €
NORTE-02-0569-FEDER-000003	Centro de Educação Ambiental	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	709.462 €	709.462 €	496.623 €	- €
NORTE-02-0569-FEDER-000004	Adaptação da Escola do Monte para Centro Interpretativo	1	4	112	107	506907619	Município de Terras de Bouro	32.174 €	32.174 €	22.522 €	- €
								652.248.338 €	652.248.338 €	436.830.073 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000006	Plano de sensibilização ambiental	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	124.958 €	124.958 €	93.718 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000012	Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado Homem e Neiva	1	4	112	107	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	102.815 €	102.815 €	77.111 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000016	Elaboração dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas do N	1	4	114	105	508614244	Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.	7.098.164 €	7.098.164 €	5.323.623 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000018	Q.Ar e E.Atmosf.- Caracterização da RN e Estratégias de melho	1	4	114	102	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	219.040 €	219.040 €	164.280 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000019	Modernização e Reapetrechamento da RMQA da Região Norte	1	4	114	102	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	190.000 €	190.000 €	142.500 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000022	Delimitação dos perímetros de protecção das captações de ág	1	4	115	107	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	63.593 €	63.593 €	47.695 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000024	Roadshow de Sensibilização Ambiental	1	4	118	105	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	342.616 €	342.616 €	256.962 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0131-FEDER-000038	Ambiente+ em Serralves	1	4	114	212	502266643	Fundação de Serralves	410.427 €	410.427 €	307.821 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000050	FELGUEIRAR	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	50.515 €	50.515 €	37.886 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000061	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto Ra	1	4	118	102	503237965	Instituto da Água, I.P.	88.702 €	88.702 €	66.527 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000062	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal	1	4	113	102	503237965	Instituto da Água, I.P.	83.127 €	83.127 €	62.345 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000064	Campanha de Informação, Sensibilização relativa à qualidade d	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	50.087 €	50.087 €	37.565 €	- €
NORTE-03-0131-FEDER-000071	Jovens, Ambiente e Cidadania na Região do Porto	1	4	114	212	507334132	INTERVIR MAIS	144.201 €	144.201 €	108.151 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000001	Conclusão da Intervenção - Valorização da Marginal Sul de Esp	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	1.000.000 €	1.000.000 €	750.000 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000002	Construção de 4 Módulos de Apoio à Pesca Artesanal	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	250.000 €	250.000 €	187.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000003	Plano de Pormenor da Faixa a Poente da Marginal de Aver-O-P	1	4	114	107	506741400	Município de Póvoa de Varzim	150.000 €	150.000 €	112.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000004	Plano de Urbanização de Aguçadoura	1	4	114	107	506741400	Município de Póvoa de Varzim	150.000 €	150.000 €	112.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000005	Elaboração do Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul (Silvalde/	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	170.000 €	170.000 €	127.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000007	Demolição das Construções de 2 Quarteirões	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	75.000 €	75.000 €	56.250 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000008	Elaboração do Plano de Pormenor do Aglomerado da Praia de	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	170.000 €	170.000 €	127.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000010	Construção de Plataforma de Implantação de Apoios de Pesca	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	750.000 €	750.000 €	562.500 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000011	Estudo de Erosão e Risco do Litoral de Gaia	1	4	114	105	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	237.464 €	237.464 €	178.098 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000012	Ordenamento e Valorização da Zona Costeira do Concelho de	1	4	111	107	500843139	Município de Caminha	2.572.393 €	2.572.393 €	1.929.295 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000013	Consolidação do Cordão Dunar de Vila Nova de Gaia	1	4	114	105	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	1.481.946 €	1.481.946 €	1.111.460 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000015	Recuperação, Protecção e Valorização da Praia de Mindelo	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.005.451 €	1.005.451 €	754.088 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000016	Requalificação da Marginal Atlântica - LITORAL DE SALGUEIRO	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	5.144.293 €	5.144.293 €	3.858.220 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000017	Requalificação do Litoral da Madalena	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	1.973.046 €	1.973.046 €	1.479.785 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000018	Desassoreamento do Quebramar da Aguda e Recarga da Praia	1	4	114	102	503237965	Instituto da Água, I.P.	292.215 €	292.215 €	219.161 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000019	Valorização da Praia Suave Mar	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	188.563 €	188.563 €	141.422 €	- €
NORTE-03-0132-FEDER-000022	Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	10.623.126 €	10.623.126 €	7.967.344 €	- €
NORTE-03-0152-FEDER-000001	Programação Cultural em Rede no Quadrilátero	1	4	113	212	503190985	A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	348.090 €	348.090 €	139.236 €	- €
NORTE-03-0152-FEDER-000002	Teatro Contemporâneo em Portugal - Ciclo de Formação e Cor	1	4	117	105	506644782	Culturval, Gestão Equipamentos Culturais de Vila Real, E.M.	367.662 €	367.662 €	147.065 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000007	Promoção e Sustentabilidade das Paisagens - PSP - Vale do Mi	1	4	111	107	506842347	Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	1.482.106 €	1.482.106 €	1.111.580 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000015	Parque Ibérico Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso-Estu	1	4	118	107	506627888	Município de Vimioso	1.503.500 €	1.503.500 €	1.127.625 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000021	Recuperação e Promoção de Espaços e Espécies Protegidas	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	592.427 €	592.427 €	444.320 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000023	Elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Sítio Montem	1	4	117	107	503821632	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	65.000 €	65.000 €	48.750 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000025	Valorização e qualificação da estrutura ecológica do concelho	1	4	111	107	505592940	Município de Melgaço	439.256 €	439.256 €	329.442 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000026	Valorização do espaço natural da Serra Amarela (T. Bouro e P.	1	4	112	107	506907619	Município de Terras de Bouro	1.137.977 €	1.137.977 €	853.483 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000030	Implementação de Centros de Apoio à Visitação dos Parques c	1	4	ZZZ	102	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	456.960 €	456.960 €	342.720 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000031	Valorização das infra-estruturas de turismo de natureza na Reg	1	4	112	102	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	1.999.750 €	1.999.750 €	1.499.813 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000032	Gestão e monitorização da biodiversidade do Norte de Portug	1	4	112	102	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	217.500 €	217.500 €	163.125 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000033	Gestão e dinamização da visitação no Parque Nacional da Pen	1	4	111	212	503361380	adere-peneda gerês	640.069 €	640.069 €	480.052 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000034	DINAMIZAÇÃO DO “CENTRO DE ANIMAÇÃO DA MONTANHA”	1	4	111	107	505211696	Município de Arcos de Valdevez	1.533.225 €	1.533.225 €	1.149.919 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000035	Percorra milhões de anos geológicos nos 12878 ha do Sítio de	1	4	118	107	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	953.127 €	953.127 €	714.846 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000036	Agro-Silvo-Pastorícia na Viabilidade dos Espaços Classificados	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	214.202 €	214.202 €	160.652 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000042	Instalação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro	1	4	114	105	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	357.266 €	357.266 €	267.949 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000043	AGUIAR NATURE – Rede de Interpretação de Espaços Naturais	1	4	118	107	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	289.952 €	289.952 €	217.464 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000045	Promoção e Conservação da Biodiversidade das Terras Altas d	1	4	111	212	504543725	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	646.283 €	646.283 €	484.713 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000047	Reabilitação e Dinamização da Rede de Ecossistemas Intertida	1	4	111	107	506842347	Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	1.752.753 €	1.752.753 €	1.314.565 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000056	Aqua Cávado	1	4	112	107	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	4.471.000 €	4.471.000 €	3.353.250 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000058	Promoção e visitação nas Áreas Protegidas do Norte de Portug	1	4	112	102	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	1.192.000 €	1.192.000 €	894.000 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000060	Montemuro -Preserar e Desenvolver	1	4	115	107	503821632	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	182.250 €	182.250 €	136.688 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000061	Conservação, valorização e Promoção dos Valores naturais de	1	4	115	107	506818098	Município de Ribeira de Pena	576.686 €	576.686 €	432.514 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000063	Boticas - Natureza e Biodiversidade	1	4	118	107	506886964	Município de Boticas	3.018.858 €	3.018.858 €	2.264.144 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0230-FEDER-000066	Cultivos, Yerbas i Saberes: Biodiversidade, Sustentabilidade e	1	4	118	212	503854913	FRAUGA-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PICOTE	131.355 €	131.355 €	98.516 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000070	PRO segundo	1	4	111	107	506914380	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	2.018.149 €	2.018.149 €	1.513.612 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000074	Recuperação das Margens do Caima	1	4	116	107	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	880.425 €	880.425 €	660.319 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000076	Macedo Natura	1	4	118	107	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	481.086 €	481.086 €	360.815 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000077	Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uín	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	750.862 €	750.862 €	563.147 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000078	Bio-Interpretação da Rede Natura de Lamosa	1	4	117	107	506852032	Município de Sernancelhe	826.145 €	826.145 €	619.609 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000079	Proteger é Conhecer	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	658.111 €	658.111 €	493.583 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000082	Valorização Ambiental do Parque Urbano do Rio Fresno	1	4	118	107	506806898	Município de Miranda do Douro	298.792 €	298.792 €	224.094 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000086	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1	4	ZZZ	102	508614244	Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.	3.249.300 €	3.249.300 €	2.436.975 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000087	SeivaCorgo	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	1.018.448 €	1.018.448 €	763.836 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000089	Promoção da Biodiversidade da Área Protegida de Ponte de Li	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	240.423 €	240.423 €	180.318 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000093	Requalificação das Margens Ribeirinhas do Rio Ave	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	3.018.003 €	3.018.003 €	2.263.503 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000094	Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classi	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	5.697.835 €	5.697.835 €	4.273.376 €	- €
NORTE-03-0230-FEDER-000096	O Património Natural como Factor de Desenvolvimento e Com	1	4	115	107	504962434	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	244.016 €	244.016 €	183.012 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000003	Centro Educativo do Trovela	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	1.728.249 €	1.728.249 €	1.209.774 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000004	ESCOLA DO 1.º CEB E JARDIM DE INFÂNCIA DE MOGADOURO	1	4	118	107	506851168	Município de Mogadouro	2.516.240 €	2.516.240 €	1.761.368 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000005	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE STA. MARTA DE PORT	1	4	111	107	506037258	Município de Viana do Castelo	1.151.394 €	1.151.394 €	805.976 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000006	Edifício para concentração do Ensino Básico e Jardim de Infânc	1	4	117	107	506651541	MUNICIPIO DE PENEDONO	1.184.909 €	1.184.909 €	829.436 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000007	Centro Educativo da Facha	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	1.728.249 €	1.728.249 €	1.209.774 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000008	Centro Escolar de Carvalhosa	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.906.777 €	1.906.777 €	1.334.744 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000009	Centro Escolar de Ferreira	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.687.178 €	1.687.178 €	1.181.024 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000010	Centro Escolar do Torno	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	2.083.980 €	2.083.980 €	1.458.786 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000011	Construção do Jardim de Infância da EB1 do Corvo - Arcozelo	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	143.870 €	143.870 €	100.709 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000012	Construção do Jardim de Infância da EB1 de Alquebre-Serzedo	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	271.303 €	271.303 €	189.912 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000013	Centro Escolar EB1/JI de Montalegre	1	4	118	107	506149811	Município de Montalegre	2.028.334 €	2.028.334 €	1.419.834 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000014	Centro Escolar de Sanfins de Ferreira	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.842.403 €	1.842.403 €	1.289.682 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000015	Centro Escolar de Frazão	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.783.240 €	1.783.240 €	1.248.268 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000016	Remodelação e Ampliação da Escola EB1 da Asprela	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	289.682 €	289.682 €	202.777 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000017	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MUJÃES	1	4	111	107	506037258	Município de Viana do Castelo	871.323 €	871.323 €	609.926 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000018	EB1 de Santa Marta de Penaguião	1	4	117	107	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	791.219 €	791.219 €	553.854 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000019	Escola Básica do 1º Ciclo de Santiago - Custóias	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	527.741 €	527.741 €	369.418 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000020	Centro escolar de Santa Cruz/Trindade	1	4	118	107	501205551	Município de Chaves	3.465.568 €	3.465.568 €	2.425.898 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000021	Remodelação da Escola Primária n.º 2 de Aver-o-Mar	1	4	114	107	506741400	Município de Póvoa de Varzim	451.355 €	451.355 €	315.949 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000022	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Cabanelas	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	231.600 €	231.600 €	162.120 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000023	Centro Escolar EB1/JI de Entre Ambos os Rios	1	4	111	107	505676770	Município de Ponte da Barca	1.541.933 €	1.541.933 €	1.079.353 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000025	Centro Escolar de Valença	1	4	111	107	506728897	Município de Valença	1.911.322 €	1.911.322 €	1.337.926 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000026	Escola Básica do 1º Ciclo Padre Manuel Castro	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.084.296 €	1.084.296 €	759.007 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000028	CENTRO ESCOLAR DE VILA NOVA DE FOZ CÔA (JI/1CEB)	1	4	117	107	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	1.979.415 €	1.979.415 €	1.385.591 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000029	CENTRO ESCOLAR DE TAROUCA	1	4	117	107	506753905	Município de Tarouca	2.159.798 €	2.159.798 €	1.511.859 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000031	Escola Básica do 1º Ciclo do Corpo Santo	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	132.352 €	132.352 €	92.647 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000032	CENTRO ESCOLAR DE FREIXO DE NUMÃO (JI/1CEB)	1	4	117	107	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	984.379 €	984.379 €	689.065 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000033	Centro Escolar de Resende	1	4	115	107	506349381	Município de Resende	1.666.167 €	1.666.167 €	1.166.317 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000034	Escola Básica do 1º Ciclo de Quatro Caminhos	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	520.590 €	520.590 €	364.413 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000035	Centro Escolar de Penamaior	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.545.885 €	1.545.885 €	1.082.120 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000036	Construção de Centro Escolar da Maia	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	1.814.271 €	1.814.271 €	1.269.989 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000037	Centro Escolar da Vila	1	4	111	107	505592940	Município de Melgaço	1.802.083 €	1.802.083 €	1.261.458 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000038	Centro Escolar do Burgo	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	1.796.986 €	1.796.986 €	1.257.891 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000040	Pólo Escolar de Fermêdo	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	1.357.717 €	1.357.717 €	950.402 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000041	Centro Escolar de Figueiró	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.628.984 €	1.628.984 €	1.140.289 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000042	Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Crestins	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	105.000 €	105.000 €	73.500 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000044	Ampliação e Requalificação da EB1/JI de Finzes	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	831.600 €	831.600 €	582.120 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000045	Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Monte das Cruzes	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	271.100 €	271.100 €	189.770 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000046	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Mo	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000055	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Pedras Rubras	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	125.000 €	125.000 €	87.500 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000056	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Parada	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	250.000 €	250.000 €	175.000 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000057	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Paço	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	300.000 €	300.000 €	210.000 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000058	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Currais	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	150.000 €	150.000 €	105.000 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000059	Construção e apetrechamento da Escola EB1 de Recarei	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	1.793.876 €	1.793.876 €	1.255.713 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000060	Construção do Centro Escolar de Paramos	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	2.113.682 €	2.113.682 €	1.479.577 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000061	Centro Escolar de Friestas	1	4	111	107	506728897	Município de Valença	717.914 €	717.914 €	502.540 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000065	Centro Escolar da Vila	1	4	111	107	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	2.141.899 €	2.141.899 €	1.499.329 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000066	CONSTRUÇÃO/APETRECHAMENTO CENTRO EDUCATIVO DE RI	1	4	113	107	506841561	Município de Fafe	768.543 €	768.543 €	537.980 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000067	Remodelação e Ampliação da escola EB1 da Serpente - Vilar de	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	277.240 €	277.240 €	194.068 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000068	Construção do Jardim de Infância e ATL na escola EB1 de Cada	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	218.400 €	218.400 €	152.880 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000069	Construção do Centro Escolar de Anta	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	1.803.004 €	1.803.004 €	1.262.103 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000072	Centro Escolar de Amares	1	4	112	107	506797627	Município de Amares	2.378.352 €	2.378.352 €	1.664.846 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000073	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Du	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000074	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Ga	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.778.630 €	2.778.630 €	1.945.041 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000075	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Re	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000076	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Vil	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000077	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Par	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	446.871 €	446.871 €	312.810 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000078	Centro Escolar de Montélios - Real	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	1.875.000 €	1.875.000 €	1.312.500 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000079	Centro Escolar do Vale de Lamações	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	1.093.800 €	1.093.800 €	765.660 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000080	Centro Escolar de Lamoso	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.305.480 €	1.305.480 €	913.836 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000081	Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros	1	4	118	107	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	2.182.624 €	2.182.624 €	1.527.837 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000083	Construção do Campus Escolar - Serra do Pilar	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	2.616.149 €	2.616.149 €	1.831.304 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000084	Construção do Centro Escolar de Guetim	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	614.306 €	614.306 €	430.014 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000085	Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar da Sé	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	1.882.693 €	1.882.693 €	1.317.885 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000086	Centro Escolar de Vila Pouca de Aguiar	1	4	118	107	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	1.470.801 €	1.470.801 €	1.029.561 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000089	Requalificação da Rede Escolar - EB1 Rebordãos	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	109.066 €	109.066 €	76.346 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000090	Requalificação da Rede Escolar - EB1 De Quintanilha	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	54.285 €	54.285 €	38.000 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000091	Centro Escolar de Soalhães	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.258.763 €	1.258.763 €	881.134 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000092	Centro Escolar de Esposende	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	1.000.713 €	1.000.713 €	700.499 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000095	Jardim de Infância de Cristelo	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	297.836 €	297.836 €	208.485 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000096	Escola EB1 Adães Bermudes de Freixo de Espada à Cinta	1	4	117	107	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	716.540 €	716.540 €	501.578 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de S. Domingos, Argoncilhe	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	484.768 €	484.768 €	339.338 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000098	Centro Escolar de Chão do Monte, Sta Mª de Lamas	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	392.822 €	392.822 €	274.975 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000099	Centro Escolar de Igreja, Lourosa	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	997.053 €	997.053 €	697.937 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000101	Jardim de Infância de Mozelos	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	408.209 €	408.209 €	285.747 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000102	Centro Escolar do Marão	1	4	115	107	501102752	Município de Amarante	715.000 €	715.000 €	500.500 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000103	Requalificação da EB1 de Igreja (Sande)	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	527.355 €	527.355 €	369.149 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000104	Centro Escolar da Igreja, Lobão	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.225.713 €	1.225.713 €	857.999 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000105	Requalificação da EB1 de Regoufe (Banho e Carvalhosa)	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	315.986 €	315.986 €	221.190 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000107	Centro Escolar de Nogueira	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	276.800 €	276.800 €	193.760 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000108	Jardim de infância de Rubiães	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	381.979 €	381.979 €	267.385 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000109	Centro Escolar Norte	1	4	111	107	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	1.389.027 €	1.389.027 €	972.319 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000110	Construção do Centro Escolar de Armamar	1	4	117	107	506843190	Município de Armamar	867.042 €	867.042 €	606.929 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000111	EB1/JI da Sede do Concelho de Arcos de Valdevez	1	4	111	107	505211696	Município de Arcos de Valdevez	3.202.290 €	3.202.290 €	2.241.603 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000112	Centro Escolar de Lustosa	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	2.466.540 €	2.466.540 €	1.726.578 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000113	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CAMPÊLO	1	4	115	107	506854299	Município de Baião	953.777 €	953.777 €	667.644 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000115	Remodelação e Ampliação da Escola António Lopes - Póvoa de	1	4	113	107	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	1.566.480 €	1.566.480 €	1.096.536 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000116	Centro Escolar de Lamego	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	3.833.285 €	3.833.285 €	2.683.300 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000117	Centro Escolar de Dem	1	4	111	107	500843139	Município de Caminha	291.150 €	291.150 €	203.805 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000120	Centro Escolar de Vilar de Mouros	1	4	111	107	500843139	Município de Caminha	231.266 €	231.266 €	161.886 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000122	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE PERRE	1	4	111	107	506037258	Município de Viana do Castelo	1.003.470 €	1.003.470 €	702.429 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000124	Centro Escolar de Idães	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.236.642 €	1.236.642 €	865.649 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000125	Centro Escolar de Ferreirim	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	1.600.673 €	1.600.673 €	1.120.471 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000126	Centro Escolar da Lixa	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.364.595 €	1.364.595 €	955.216 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000127	Centro Escolar de Caramos	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	285.080 €	285.080 €	199.556 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000128	Centro Escolar de Airães	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.346.791 €	1.346.791 €	942.754 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000129	Centro Escolar de Lagares	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	234.241 €	234.241 €	163.969 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000130	Centro Escolar de Torrados	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	981.377 €	981.377 €	686.964 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000131	Centro Escolar de Pinheiro	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	493.473 €	493.473 €	345.431 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000132	Centro Escolar de Estradinha - Sendim	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	315.330 €	315.330 €	220.731 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000133	Centro Escolar de Margaride	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	839.178 €	839.178 €	587.425 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000134	Centro Escolar de Estrada do Meio Macieira	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	537.441 €	537.441 €	376.209 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000135	Centro Escolar da Zona de Rossas	1	4	113	107	506659682	Município de Vieira do Minho	1.502.679 €	1.502.679 €	1.051.875 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000136	Centro Escolar de Ribeira-Cávado	1	4	113	107	506659682	Município de Vieira do Minho	1.067.605 €	1.067.605 €	747.324 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000138	Centro Escolar de Penude	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	1.307.762 €	1.307.762 €	915.433 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000139	Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar de Santa Maria	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	1.866.482 €	1.866.482 €	1.306.538 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000143	EB1/JI de Areal - S. Miguel do Couto	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	306.213 €	306.213 €	214.349 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000144	Centro Escolar de Ribeira de Pena	1	4	115	107	506818098	Município de Ribeira de Pena	1.549.388 €	1.549.388 €	1.084.572 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000145	Centro Escolar de Costa - Roriz	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	960.216 €	960.216 €	672.151 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000146	Ampliação da EB1/JI de S. Bento da Batalha	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	347.918 €	347.918 €	243.542 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000148	Centro Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico de Pico de Regalado	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	1.589.354 €	1.589.354 €	1.112.548 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000150	Centro Escolar de Monção	1	4	111	107	501937471	Município de Monção	2.651.154 €	2.651.154 €	1.855.808 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000155	Ampliação e Requalificação da EB 1 / JI de Quereleda	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	277.200 €	277.200 €	194.040 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000157	Ampliação e Requalificação da EB1/JI da Estação	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	277.200 €	277.200 €	194.040 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000158	Construção da EB1/JI - Montes da Costa em Ermesinde - Centro	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	1.046.343 €	1.046.343 €	732.440 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000159	Centro Escolar de Valpaços	1	4	118	107	506874320	Município de Valpaços	2.826.600 €	2.826.600 €	1.978.620 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000160	Requalificação e Ampliação da Escola EB2,3 José Dos Anjos	1	4	118	107	506874320	Município de Valpaços	955.600 €	955.600 €	668.920 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000161	CENTRO ESCOLAR DE MEIXOMIL	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.349.915 €	1.349.915 €	944.940 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000162	CENTRO ESCOLAR DE ARREIGADA	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.609.832 €	1.609.832 €	1.126.883 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000169	ESCOLA DO 1º CICLO DE RAIMONDA	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.068.783 €	1.068.783 €	748.148 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000171	Centro Escolar de Tabuaço	1	4	117	107	506601455	Município de Tabuaço	1.237.905 €	1.237.905 €	866.534 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000172	CENTRO ESCOLAR DE AZAGÃES - CARREGOSA	1	4	116	107	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	792.000 €	792.000 €	554.400 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000173	CENTRO ESCOLAR DE EIRIZ	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.667.001 €	1.667.001 €	1.166.901 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000174	Centro Escolar de Moimenta da Beira	1	4	117	107	506664686	Município de Moimenta da Beira	2.179.917 €	2.179.917 €	1.525.942 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000175	Centro Escolar das Enguardas	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	450.567 €	450.567 €	315.397 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000176	Centro Escolar dos Congregados	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	1.996.000 €	1.996.000 €	1.397.200 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000177	CENTRO ESCOLAR DE SEROA	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.577.576 €	1.577.576 €	1.104.303 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000178	CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE CASTELÕES	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	976.200 €	976.200 €	683.340 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000179	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE LAGAR	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.472.520 €	1.472.520 €	1.030.764 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000180	CENTRO ESCOLAR DE GUILHUFE	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	537.785 €	537.785 €	376.449 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000184	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE ABRÃO	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.090.673 €	1.090.673 €	763.471 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000185	CENTRO ESCOLAR DE FONTE ARCADEA	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	851.907 €	851.907 €	596.335 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000186	CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE RANS	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.154.284 €	1.154.284 €	807.999 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000187	CENTRO ESCOLAR DO DOURO	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.263.689 €	1.263.689 €	884.582 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000189	Ampliação da EB1/JI Espinho 2 - Construção de Cantina e 4 Sal	1	4	114	107	501158740	Município de Espinho	415.177 €	415.177 €	290.624 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000190	Centro Escolar de Escariz	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	1.785.432 €	1.785.432 €	1.249.803 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000191	Centro Escolar de Chave	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	905.319 €	905.319 €	633.723 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000192	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Inf. do Araújo - Leça d	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.552.717 €	1.552.717 €	1.086.902 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000193	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim Inf. Quinta do Vieira - Cus	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.587.089 €	1.587.089 €	1.110.962 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000194	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim Infância de Perafita - Pera	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	560.034 €	560.034 €	392.024 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000195	Const./Requal. do Polo Escolar Integrado de Alijó-Pré-Escolar e	1	4	117	107	506859487	Município de Alijó	1.325.280 €	1.325.280 €	927.696 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000196	CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DA PORTELA	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	955.080 €	955.080 €	668.556 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000198	CENTRO ESCOLAR FREAMUNDE	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	3.607.877 €	3.607.877 €	2.525.514 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000199	Centro Escolar da Ribeira do Neiva	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	1.228.366 €	1.228.366 €	859.856 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000200	CENTRO ESCOLAR DE PAÇOS DE FERREIRA	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.402.498 €	2.402.498 €	1.681.748 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000201	Construção de Escola EB1 de Cerva	1	4	115	107	506818098	Município de Ribeira de Pena	473.368 €	473.368 €	331.358 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000202	Centro Educativo da Gandra	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	1.436.629 €	1.436.629 €	1.005.640 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000203	Centro Educativo Arões-Junqueira	1	4	116	107	506735524	Município de Vale de Cambra	1.143.383 €	1.143.383 €	800.368 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000204	Centro Escolar de Vilar do Torno e Alentém	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	707.905 €	707.905 €	495.534 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000205	Centro Escolar de St.º Estêvão	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	1.118.669 €	1.118.669 €	783.068 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000206	Ampliação e Requalificação do Centro Escolar do Vale do Hom	1	4	112	107	506907619	Município de Terras de Bouro	1.302.805 €	1.302.805 €	911.963 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000208	Mesão Frio - Centro Escolar	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	2.151.598 €	2.151.598 €	1.506.118 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000209	Centro Escolar de Ribeirão	1	4	113	107	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	2.698.424 €	2.698.424 €	1.888.897 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000210	Centro Escolar de Joane	1	4	113	107	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	2.841.302 €	2.841.302 €	1.988.912 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000211	Centro Escolar de Vila Boa do Bispo - Marco de Canaveses	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.390.605 €	1.390.605 €	973.424 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000212	Centro Escolar de Vidago	1	4	118	107	501205551	Município de Chaves	1.254.228 €	1.254.228 €	877.959 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000213	Jardim-de-infância de Vila Praia de Âncora	1	4	111	107	500843139	Município de Caminha	886.986 €	886.986 €	620.890 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000216	Ampliação da EB1 de Francelos - Gulpilhares	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	275.250 €	275.250 €	192.675 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000218	Centro Escolar de Vieira do Minho	1	4	113	107	506659682	Município de Vieira do Minho	3.327.720 €	3.327.720 €	2.329.404 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000219	Construção e Equipamento do Centro Escolar de Monsul	1	4	113	107	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	1.753.789 €	1.753.789 €	1.227.652 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000220	Centro Escolar Mondim - Oeste	1	4	115	107	506967107	Município de Mondim de Basto	1.343.450 €	1.343.450 €	940.415 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000221	Construção de Centro Escolar da Gandra	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	2.189.079 €	2.189.079 €	1.532.355 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000222	Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	2.302.000 €	2.302.000 €	1.611.400 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000223	Req./Ampliação Ed. EB1/JI Maria de Lurdes Sampaio e Melo - S	1	4	113	107	505985217	Município de Vizela	394.845 €	394.845 €	276.391 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000224	Construção de Centro Escolar da Guarda	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	830.393 €	830.393 €	581.275 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000225	CENTRO ESCOLAR DE MURÇA	1	4	117	107	506862763	Município de Murça	2.192.385 €	2.192.385 €	1.534.669 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000226	Centro Escolar de Arraial / Sanguedo	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	840.849 €	840.849 €	588.594 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000227	Centro Escolar de Fornos - Marco de Canaveses	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.780.260 €	1.780.260 €	1.246.182 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000228	Construção de Centro Escolar do Corim	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	847.226 €	847.226 €	593.058 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000229	Construção de Centro Escolar da Giesta	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	700.000 €	700.000 €	490.000 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000230	CENTRO ESCOLAR DO CURVAL - PINHEIRO DA BEMPOSTA - 1ª	1	4	116	107	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	132.824 €	132.824 €	92.977 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000232	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Sok	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.558.716 €	2.558.716 €	1.791.101 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000234	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Cet	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.051.149 €	2.051.149 €	1.435.804 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000235	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Sok	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	1.881.960 €	1.881.960 €	1.317.372 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000236	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Ref	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	1.881.960 €	1.881.960 €	1.317.372 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000238	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Lor	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.562.030 €	2.562.030 €	1.793.421 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000239	Construção de Centro Escolar D.Manuell	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	502.200 €	502.200 €	351.540 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000241	Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	321.574 €	321.574 €	225.102 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000242	Centro Escolar de S. João da Pesqueira	1	4	117	107	506892646	Município de São João da Pesqueira	1.114.575 €	1.114.575 €	780.203 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000243	Centro Escolar da Cruz - Celeirós	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	553.980 €	553.980 €	387.786 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000244	Centro Escolar de Sabrosa - EB1/JI	1	4	117	107	506824942	Município de Sabrosa	2.031.720 €	2.031.720 €	1.422.204 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000245	Centro Escolar de Merelim S. Paio	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	429.315 €	429.315 €	300.521 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000251	ESCOLA EB.1/JI DE SEIXO	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	286.327 €	286.327 €	200.429 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000252	ESCOLA EB.1/JI DA BELA VISTA 2 - FÂNZERES	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	570.740 €	570.740 €	399.518 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000253	ESCOLA EB.1 DA ARROTEIA - VALBOM	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	417.949 €	417.949 €	292.564 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000254	Centro Escolar de Telhado	1	4	113	107	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	270.817 €	270.817 €	189.572 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000255	Const. e apetrech. do Centro Escolar EB1/JI de Lordelo nº2(Co	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	2.562.030 €	2.562.030 €	1.793.421 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000256	Centro Escolar das Violetas	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.441.669 €	1.441.669 €	1.009.168 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000257	ESCOLA EB 1 DOS RIBEIROS(AMPLIAÇÃO),DE S. JOÃO DA MAD	1	4	116	107	506538575	MUNICIPIO DE S.JOÃO DA MADEIRA	819.913 €	819.913 €	573.939 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000258	Centro Escolar de Freixo de Cima	1	4	115	107	501102752	Município de Amarante	142.265 €	142.265 €	99.586 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000259	Centro Escolar de Passos - Cerdal	1	4	111	107	506728897	Município de Valença	491.187 €	491.187 €	343.831 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000260	Ampliação e Requalificação da Escola do 1º CEB nº 2 de Lameg	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	352.650 €	352.650 €	246.855 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000261	Centro Escolar da Ponte Pedrinha	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	457.640 €	457.640 €	320.348 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000262	Ampliação/requalificação da EB1/JI da Bela	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	420.321 €	420.321 €	294.225 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000263	Construção da EB1/JI da Estação - Centro Escolar	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	1.053.840 €	1.053.840 €	737.688 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000264	Centro Educativo de Arcozelo	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	1.703.219 €	1.703.219 €	1.192.253 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000266	Construção da EB1/JI do Valado - Centro Escolar	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	1.842.447 €	1.842.447 €	1.289.713 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000267	Centro Escolar de Mosteirô	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.106.441 €	1.106.441 €	774.509 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000268	Centro Escolar Bento Freitas/Poente	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	2.175.393 €	2.175.393 €	1.522.775 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000269	Centro Escolar de Santiago de Piães	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	886.664 €	886.664 €	620.665 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000270	Centro Escolar de Rendufe	1	4	112	107	506797627	Município de Amares	695.325 €	695.325 €	486.728 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000272	Ampliação e Requalificação da EB1/JI de Paradela	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	356.485 €	356.485 €	249.540 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000274	Ampliação do Centro Escolar de Arcozelo - Água Longa	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	861.254 €	861.254 €	602.877 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000275	Construção do Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	2.523.493 €	2.523.493 €	1.766.445 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000276	Ampliação e Requalificação do Centro Escolar de Sequeirô	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	625.476 €	625.476 €	437.833 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000277	Centro Escolar do Município de Carrazeda de Ansiães	1	4	117	107	506666018	Município de Carrazeda de Ansiães	1.618.487 €	1.618.487 €	1.132.941 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000278	Centro Escolar de Souto, Nogueira da Regedoura	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	694.957 €	694.957 €	486.470 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000280	CENTRO ESCOLAR DE CABEÇA SANTA	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.015.143 €	1.015.143 €	710.600 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000281	Centro Escolar de Lago	1	4	112	107	506797627	Município de Amares	832.976 €	832.976 €	583.083 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000282	ESCOLA EB.1 DE S. CAETANO 1	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	297.138 €	297.138 €	207.997 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000283	Ampliação e Requalificação da Escola da Araucária	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	911.910 €	911.910 €	638.337 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000284	ESCOLA EB.1 DO PASSAL	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	158.943 €	158.943 €	111.260 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000285	Construção do Centro Escolar de Refojos	1	4	115	107	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	3.097.973 €	3.097.973 €	2.168.581 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000287	Ampliação e Requalificação da EB1 e JI de Paranho	1	4	113	107	504296434	Município da Trofa	356.485 €	356.485 €	249.540 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000288	Centro Escolar de Tarouquela	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	744.167 €	744.167 €	520.917 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000289	Ampliação e Requalificação da Escola 1ºCEB/JI S. Vicente de P	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	645.740 €	645.740 €	452.018 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000290	AMPLIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO EDUCATIVO DI	1	4	113	107	506841561	Município de Fafe	832.230 €	832.230 €	582.561 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000291	Construção do Centro Escolar de Arco de Baúlhe	1	4	115	107	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	1.239.134 €	1.239.134 €	867.394 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000293	Centro Escolar de POMBEIRO	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.520.477 €	1.520.477 €	1.064.334 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000294	Centro Escolar de JUGUEIROS	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.059.835 €	1.059.835 €	741.885 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000295	Centro Escolar de VÁRZEA	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.416.128 €	1.416.128 €	991.290 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000296	Centro Escolar de PENACOVA	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.328.926 €	1.328.926 €	930.248 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000297	Centro Escolar de Godim	1	4	117	107	506829260	Município de Peso da Régua	2.899.926 €	2.899.926 €	2.029.948 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000298	Centro Escolar de SANTÃO	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	910.672 €	910.672 €	637.470 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000299	Centro Escolar de MACIEIRA DA LIXA	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	1.020.510 €	1.020.510 €	714.357 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000300	Centro Escolar de S. João de Ver	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.862.494 €	1.862.494 €	1.303.746 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000301	Centro Escolar de Louredo	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	751.514 €	751.514 €	526.060 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000302	Centro Escolar da Vila de Celorico de Basto	1	4	115	107	506884929	Município de Celorico de Basto	2.689.200 €	2.689.200 €	1.882.440 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000303	Centro Escolar de Labruge	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.102.832 €	1.102.832 €	771.983 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000305	CENTRO ESCOLAR DE VALBOM	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	3.124.445 €	3.124.445 €	2.187.111 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000306	Requalificação e Ampliação da EB1/JI Areia-Árvore	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.046.235 €	1.046.235 €	732.364 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000309	CENTRO ESCOLAR DE CARVALHAL E MÓ - S. PEDRO DA COVA	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	2.143.556 €	2.143.556 €	1.500.489 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000311	Requalificação da Escola EB1/JI do Campo 24 de Agosto	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	159.547 €	159.547 €	111.683 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000312	Centro Escolar de Peso da Régua	1	4	117	107	506829260	Município de Peso da Régua	2.962.350 €	2.962.350 €	2.073.645 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000313	Centro Escolar de Espargo	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	741.019 €	741.019 €	518.713 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000314	Centro Escolar EB1/JI de Crasto	1	4	111	107	505676770	Município de Ponte da Barca	958.290 €	958.290 €	670.803 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000315	Centro Escolar de Viatodos	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	865.180 €	865.180 €	605.626 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000316	Centro Escolar de Fão	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	1.306.475 €	1.306.475 €	914.533 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000317	Centro Escolar de Barqueiros	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	734.520 €	734.520 €	514.164 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000318	Centro Escolar de Maximinos	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	737.483 €	737.483 €	516.238 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000320	Construção da EB1/JI de Mirante dos Sonhos - Centro Escolar	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	1.508.513 €	1.508.513 €	1.055.959 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000321	Ampliação/requalificação da EB1/JI do Susão	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	749.609 €	749.609 €	524.727 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000322	Construção da EB1/JI de Campelo	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	1.193.192 €	1.193.192 €	835.234 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000323	Ampliação/requalificação da EB1/JI de Moirais	1	4	114	107	501138960	Município de Valongo	753.120 €	753.120 €	527.184 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000324	Centro Escolar de Canelas	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	1.190.356 €	1.190.356 €	833.249 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000325	Centro Escolar de Rossas	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	2.200.204 €	2.200.204 €	1.540.143 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000326	CENTRO ESCOLAR DE S. ROQUE	1	4	116	107	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	1.320.693 €	1.320.693 €	924.485 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000327	Ampliação EB1 / JI Arcos	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	495.000 €	495.000 €	346.500 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000328	Centro Escolar da Ermida- S. Miguel do Couto	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	741.481 €	741.481 €	519.037 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000329	Construção do Centro Escolar Arcos - Vilar de Andorinho	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	2.159.953 €	2.159.953 €	1.511.967 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000330	Construção do Centro Escolar Parque Biológico- Avintes	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	2.740.445 €	2.740.445 €	1.918.312 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000331	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Leça da Pa	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.595.995 €	1.595.995 €	1.117.196 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000333	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Matosinhc	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	2.771.027 €	2.771.027 €	1.939.719 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000334	Construção do Centro Escolar Parque da Lavandeira - Oliveira	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	3.173.298 €	3.173.298 €	2.221.309 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000335	CENTRO ESCOLAR DE BAGUIM DO MONTE	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	2.461.440 €	2.461.440 €	1.723.008 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000336	CENTRO ESCOLAR DE BOAVISTA-LOURINHA	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	3.538.080 €	3.538.080 €	2.476.656 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000337	CENTRO ESCOLAR DE GONDOMAR	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	3.007.517 €	3.007.517 €	2.105.262 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000338	CENTRO ESCOLAR DA VENDA NOVA	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	2.461.440 €	2.461.440 €	1.723.008 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000339	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Quinta de	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	3.015.960 €	3.015.960 €	2.111.172 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000340	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância das Ribeiras	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.872.540 €	1.872.540 €	1.310.778 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000341	Centro Escolar das Antas	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	1.805.796 €	1.805.796 €	1.264.057 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000342	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Passos Manu	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.855.860 €	1.855.860 €	1.299.102 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000343	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Praia	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.015.914 €	1.015.914 €	711.140 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000344	Escola EB1 de Costa Cabral	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	38.463 €	38.463 €	26.924 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000345	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância do Padrão da	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	1.627.202 €	1.627.202 €	1.139.041 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000346	Construção do Centro Escolar de Pedroso	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	2.455.231 €	2.455.231 €	1.718.662 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000347	Ampliação/Requalificação da Escola EB1 do Bom Sucesso	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	653.193 €	653.193 €	457.235 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000348	Construção do Centro Escolar de Valrico - Souto	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	802.190 €	802.190 €	561.533 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível
					6	7	8				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0344-FEDER-000349	Centro Escolar D. Pedro IV -Mindelo	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.523.377 €	1.523.377 €	1.066.364 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000350	CENTRO ESCOLAR DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO E PARAD	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.451.248 €	1.451.248 €	1.015.874 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000351	Construção do Centro Escolar de Arcozelo	1	4	114	107	505335018	Município de V. N. de Gaia	3.173.298 €	3.173.298 €	2.221.309 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000352	Construção do Centro Escolar de Canedo	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.313.732 €	1.313.732 €	919.612 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000353	Centro Escolar da Sede n.º 1 - Correios	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	1.711.350 €	1.711.350 €	1.197.945 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000354	Construção do Centro Escolar de Arrifana	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.706.425 €	1.706.425 €	1.194.497 €	- €
NORTE-03-0344-FEDER-000355	Centro Escolar de S. Miguel de Nevogilde	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	2.959.078 €	2.959.078 €	2.071.354 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000003	Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda	1	4	118	212	506385965	Associação Defesa do Património Macedo de Cavaleiros Terras Quentes	560.537 €	560.537 €	308.295 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000004	Casa Museu Teixeira Lopes - Requalificação e Modernização	1	4	114	105	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	569.649 €	569.649 €	313.307 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000005	EXECUÇÃO DE AUDITÓRIO PARA O MUSEU MUNICIPAL	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	788.144 €	788.144 €	433.479 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000011	SISTEMA DE GESTÃO PARA O PATRIMÓNIO DO CONCELHO DE	1	4	118	107	506881784	Município de Mirandela	558.204 €	558.204 €	307.012 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000019	Museu de Olaria - Remodelação e Valorização	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	878.030 €	878.030 €	482.917 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000022	Acessibilidades, Exp. Permanente/Serviços Educativos do MM	1	4	115	107	501102752	Município de Amarante	296.663 €	296.663 €	163.164 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000023	Roteiros Patrimoniais, pontes entre o museu e o território	1	4	112	102	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	318.280 €	318.280 €	175.054 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000025	PORTO – Uma Academia, um Museu. Três Pintores - o mesmo	1	4	114	102	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	412.800 €	412.800 €	227.040 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000026	Comemoração do Centenário da Morte do Escritor Trindade C	1	4	118	107	506851168	Município de Mogadouro	235.544 €	235.544 €	129.549 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000027	PROJECTO ESTRATÉGICO DE VAL. CULTURAL E PATRIMONIAL I	1	4	117	211	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	600.000 €	600.000 €	330.000 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000030	Exposição permanente-Nucleo Central do Museu V.Conde/Cer	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	794.492 €	794.492 €	436.971 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000035	Museu Têxtil do Futuro	1	4	113	107	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	287.851 €	287.851 €	158.318 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000038	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Norte	1	4	114	212	501295097	União das Misericórdias Portuguesas	160.166 €	160.166 €	88.091 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000039	O Românico de Felgueiras na Rota do Vale do Sousa	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	149.070 €	149.070 €	81.988 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000042	A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Patrimóni	1	4	117	212	500843090	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	298.366 €	298.366 €	164.101 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000043	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	297.614 €	297.614 €	163.688 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000044	Vivências passadas/Memórias futuras: a cultura do linho, pão	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	158.793 €	158.793 €	87.336 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000045	Requalificação Exposição Permanente e Criação Exp. Temporá	1	4	111	107	506037258	Município de Viana do Castelo	485.181 €	485.181 €	266.849 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000051	Valorização e promoção turístico-cultural da Região do Douro	1	4	114	102	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	179.357 €	179.357 €	98.646 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000053	Boticas: Património com História	1	4	118	107	506886964	Município de Boticas	150.648 €	150.648 €	82.856 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000054	Valorização do Património Industrial do Vale do Ave	1	4	113	212	504636103	ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	599.502 €	599.502 €	329.726 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000055	10 anos da Colecção do Museu de Serralves	1	4	114	211	502266643	Fundação de Serralves	545.214 €	545.214 €	299.868 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000057	Dinamização e Valorização do Mosteiro de Arouca	1	4	116	107	506808122	Município de Arouca	252.048 €	252.048 €	138.626 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000058	Circuitos do Património Industrial de S. João da Madeira	1	4	116	107	506538575	MUNICIPIO DE S.JOÃO DA MADEIRA	599.994 €	599.994 €	329.997 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000060	Museu Nacional da Imprensa: Nova imagem, novas singularida	1	4	114	212	502354941	AMI - Associação Museu da Imprensa	959.393 €	959.393 €	527.666 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000062	Materiais e técnicas de pintores do Norte de Portugal	1	4	114	212	501082522	Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	462.186 €	462.186 €	254.202 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000064	Inventariação-catalogação e dinamização do património da Di	1	4	114	212	502804335	Secretariado Diocesano de Liturgia do Porto	281.875 €	281.875 €	155.031 €	- €
NORTE-03-0347-FEDER-000065	Inventariação Património da Arquidiocese de Braga - Criação b	1	4	112	212	505359863	Instituto de História e Arte Cristãs - I.H.A.C.	230.868 €	230.868 €	126.977 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000010	Unidade Hospitalar de Amarante	1	4	115	105	508318262	Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	34.243.738 €	34.243.738 €	17.875.150 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000018	Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	1.877.076 €	1.877.076 €	1.313.956 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000021	Nova Urgência Médico-Cirúrgica na Unidade de V.N. Famalicão	1	4	113	105	508093937	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, EPE	4.165.738 €	4.165.738 €	2.916.016 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000024	Projecto de Modernização do Serviço Urgência	1	4	118	105	507594029	Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.	1.772.091 €	1.772.091 €	1.240.464 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000027	Reconstrução e Equipamento do Serviço de Urgência e Imagio	1	4	114	101	501563563	Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo	1.841.667 €	1.841.667 €	1.289.167 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000035	Extensão de Saúde de Castelo do Neiva - Construção e Equipar	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	588.606 €	588.606 €	412.024 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000037	Centro de Saúde de Paranhos / Vale Formoso - Ampliação e Ec	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.330.000 €	1.330.000 €	931.000 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000039	Extensão de Saúde da Serrinha - Construção e Equipamento	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	403.766 €	403.766 €	282.636 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000042	Centro de Saúde de Braga I - Remodelação e Equipamento	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.687.520 €	1.687.520 €	1.181.264 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000043	Extensão de Saúde de Aborim - Construção e Equipamento	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	541.818 €	541.818 €	379.273 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000044	Centro de Saúde de Santa Maria / Bragança - Equipamento	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	330.000 €	330.000 €	231.000 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000045	Requalificação do Serviço de Urgência Básica do Hospital São M	1	4	116	101	502261706	Hospital São Miguel - Oliveira de Azeméis	800.990 €	800.990 €	560.693 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-03-0348-FEDER-000054	Requalificação da Urgência de Fafe em Serviço de Urgência Bá	1	4	113	105	508080827	Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	823.455 €	823.455 €	576.418 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000067	Modernização dos Laboratórios de Saúde Pública do Norte	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	364.237 €	364.237 €	254.966 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000068	Equipamento de Radiologia para a Sub-Região de Saúde de Vil	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	949.057 €	949.057 €	664.339 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000078	Reestruturação do Serviço de Urgência no CHVNG/E	1	4	114	105	508142156	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E	2.182.048 €	2.182.048 €	1.527.434 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000081	NOVO HOSPITAL DE PROXIMIDADE DE LAMEGO	1	4	117	105	508100496	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	41.070.168 €	41.070.168 €	28.749.118 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000098	Ampliação da Unidade de Cirurgia do Ambulatorio	1	4	114	105	505197685	CENTRO HOSPITALAR PÓVOA DE VARZIM-VILA DO CONDE	292.238 €	292.238 €	204.567 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000105	Empreitada de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde	1	4	111	105	508786193	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	1.024.800 €	1.024.800 €	717.360 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000107	Emp. de Remodelação e Ampliação para Instalação do Serviço c	1	4	111	105	508786193	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	2.085.726 €	2.085.726 €	1.460.008 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000110	Unidade de Saúde de São Torcato	1	4	113	107	505948605	Município de Guimarães	950.713 €	950.713 €	665.499 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000112	Extensão de Saúde de Refoios	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	333.427 €	333.427 €	233.399 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000115	Construção e equipamento do Centro Materno Infantil do Nor	1	4	114	105	508331471	Centro Hospitalar do Porto, EPE	46.784.535 €	46.784.535 €	21.703.860 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000117	Remodelação do Serviço de Radioterapia	1	4	114	105	506362299	Instituto Portugues Oncologia do Porto, EPE	13.594.889 €	13.594.889 €	5.085.180 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000121	Centro de Reabilitação do Norte	1	4	114	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	34.050.152 €	34.050.152 €	23.835.106 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000122	Centro de Saúde Braga III - Construção e Equipamento	1	4	112	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.704.560 €	1.704.560 €	1.193.192 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000123	Extensão de Saúde de Celeirós - Construção e Equipamento	1	4	112	102	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	975.478 €	975.478 €	682.835 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000124	Extensão de Saúde de Macieira de Rates/Pedra Furada - Const	1	4	112	107	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	635.553 €	635.553 €	444.887 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000127	CENTRO DE SAÚDE DE BAIÃO	1	4	115	107	506854299	Município de Baião	1.876.503 €	1.876.503 €	1.313.552 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000128	Plano Municipal de Saude - Centro de Saúde de Recarei - Leça	1	4	114	107	501305912	Município de Matosinhos	565.238 €	565.238 €	395.667 €	- €
NORTE-03-0348-FEDER-000130	Unidade de Saúde de Areias - Caldas da Saúde	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	1.011.807 €	1.011.807 €	708.265 €	- €
NORTE-03-0360-FEDER-000003	Aquisição de contentores subterrâneos para deposição residuo	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	234.070 €	234.070 €	140.442 €	- €
NORTE-03-0360-FEDER-000004	Esposende Separar para Valorizar	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	245.692 €	245.692 €	147.415 €	- €
NORTE-03-0360-FEDER-000005	Parque de Compostagem Municipal	1	4	112	107	506617599	Município de Esposende	143.122 €	143.122 €	85.873 €	- €
								71.487.226 €	71.487.226 €	49.833.328 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000409	Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	3.924.663 €	3.924.663 €	2.747.264 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000410	Requalificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	230.874 €	230.874 €	161.612 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000411	Requalificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	231.000 €	231.000 €	161.700 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000412	Requalificação do espaço público dos Bairros da Zona da Mãe	1	4	118	107	506215547	Município de Bragança	241.967 €	241.967 €	169.377 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000413	Qualificação do Espaço Público e do Ambiente Urbano - Novos	1	4	117	107	506829260	Município de Peso da Régua	654.114 €	654.114 €	457.880 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000418	Reconversão de Edifício para Instalação da CidadeGaia - SRU/L	1	4	114	105	507244419	CidadeGaia - Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM	248.095 €	248.095 €	173.667 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000421	RECONVERSÃO DO CONVENTO CORPUS CHRISTI PARA INSTAL	1	4	114	105	506064433	Gaiurb, Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, E.M.	1.724.978 €	1.724.978 €	1.207.484 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000437	Arranjos Urbanístico do Espaço a Sul do Mosteiro de Refojos	1	4	115	107	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	503.718 €	503.718 €	352.603 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000449	Valorização Paisagística do Passeio Ribeirinho	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	272.183 €	272.183 €	190.528 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000461	Beneficiação do Espaço Público: Programa Praças	1	4	111	107	505676770	Município de Ponte da Barca	946.210 €	946.210 €	662.347 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000466	ACCÃO DE REQUALIFICAÇÃO CENTRO HISTORICO DE MOG 1.ª	1	4	118	107	506851168	Município de Mogadouro	2.835.000 €	2.835.000 €	1.984.500 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000473	Projecto de Interpretação de Couros	1	4	113	107	505948605	Município de Guimarães	248.335 €	248.335 €	173.835 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000474	Centro Avançado de Formação Pós-Graduada	1	4	113	107	505948605	Município de Guimarães	3.188.350 €	3.188.350 €	2.231.845 €	- €
NORTE-04-0241-FEDER-000540	Prolongamento do Túnel da Avenida da Liberdade	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	2.442.511 €	2.442.511 €	1.709.758 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000001	Extensão da rede de metro à Estação D. João II	1	4	114	212	503278602	Metro do Porto, S.A.	4.192.164 €	4.192.164 €	2.934.515 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000002	Beneficiação da Avenida Miguel Bombarda e Travessias	1	4	116	107	506735524	Município de Vale de Cambra	609.415 €	609.415 €	426.591 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000003	Beneficiação de Estradas em 2009 - 1ª fase	1	4	116	107	506735524	Município de Vale de Cambra	616.222 €	616.222 €	431.356 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000004	Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	1	4	114	107	505387131	Município da Maia	156.000 €	156.000 €	109.200 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000006	Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	820.682 €	820.682 €	574.477 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000009	Ligação da Avenida da Conduta à Zona Industrial da Portelinha	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	720.620 €	720.620 €	504.434 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000010	Ligação da Rua dos Carregais (IC29) à EN 209 (Rua Luís de Cam	1	4	114	107	506848957	Município de Gondomar	736.234 €	736.234 €	515.364 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000012	Mobilidade Urbana Sustentável - Santo Tirso	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	1.731.057 €	1.731.057 €	1.211.740 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000014	Construção da Variante Urbana de Lousada (Parte)	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	788.061 €	788.061 €	551.643 €	- €
NORTE-04-0350-FEDER-000015	Construção de Abrigos de Transporte Colectivo no Concelho d	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	193.553 €	193.553 €	135.487 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-04-0450-FEDER-000001	Beneficiação da ligação entre a EM 544 e o CM 1064-1 em Vila	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	285.083 €	285.083 €	199.558 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000002	Beneficiação da EM 555 entre Barcelinhos e Carvalhal	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	419.723 €	419.723 €	293.806 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000004	ACESSOS AOS CENTROS EDUCATIVOS - 1ª fase	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	591.959 €	591.959 €	414.371 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000005	Construção/Beneficiação da Rede Municipal	1	4	112	107	506907619	Município de Terras de Bouro	1.411.577 €	1.411.577 €	988.104 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000006	REABILITAÇÃO DO CM 1057- CERVÃES (VILA VERDE) - OLIVEIR	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	994.175 €	994.175 €	695.923 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000007	Renovação e conservação da rede viária municipal	1	4	112	107	506901173	Município de Braga	1.683.939 €	1.683.939 €	1.178.758 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000008	MODERNIZAÇÃO DO CM DE ARCA - TURIZ	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	663.690 €	663.690 €	464.583 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000009	REQUALIFICAÇÃO DA EM531-3 (PICO DE REGALADOS - COUCI	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	837.200 €	837.200 €	586.040 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000010	MODERNIZAÇÃO DO CM DE CODEÇAL - DUAS IGREJAS	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	358.950 €	358.950 €	251.265 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000011	Qualificação dos níveis de serviço Rede EEMM_Amares-CIMC	1	4	112	107	506797627	Município de Amares	1.403.851 €	1.403.851 €	912.503 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000012	Rede Viária - Ponte de Lima 2013	1	4	111	107	506811913	Município de Ponte de Lima	884.784 €	884.784 €	619.349 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000013	Mobilidade Territorial - Ponte da Barca	1	4	111	107	505676770	Município de Ponte da Barca	1.412.741 €	1.412.741 €	988.919 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000015	Requalificação/beneficiação da Rede Viária Municipal de Arcos	1	4	111	107	505211696	Município de Arcos de Valdevez	3.399.756 €	3.399.756 €	2.379.829 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000016	Reabilitação da Rede Viária de Melgaço	1	4	111	107	505592940	Município de Melgaço	1.266.252 €	1.266.252 €	886.376 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000017	Qualificação do Sistema Urbano de Monção	1	4	111	107	501937471	Município de Monção	1.515.423 €	1.515.423 €	1.060.796 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000018	Rede Viária Municipal Vila Nova de Cerveira	1	4	111	107	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	868.422 €	868.422 €	607.896 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000019	Conectividade Territorial de Valença (requalificação da malha	1	4	111	107	506728897	Município de Valença	1.273.141 €	1.273.141 €	891.199 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000020	Rede Viária Municipal de Paredes de Coura	1	4	111	107	506632938	Município de Paredes de Coura	1.530.101 €	1.530.101 €	1.071.071 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000021	Mobilidade Territorial no Concelho de Caminha - 1.ª fase	1	4	111	107	500843139	Município de Caminha	1.639.737 €	1.639.737 €	1.147.816 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000029	Estarada de Arcas - Ligação a Bebeses	1	4	117	107	506651541	MUNICIPIO DE PENEDONO	185.500 €	185.500 €	129.850 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000032	CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE EM BARQUEIROS	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	122.559 €	122.559 €	85.792 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000033	Beneficiação da Estrada Municipal de ligação entre EN325 e as	1	4	117	107	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	244.067 €	244.067 €	170.847 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000034	Beneficiação Est. Mun. compreendida entre EN221-Lagoaça-R	1	4	117	107	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	201.804 €	201.804 €	141.263 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000036	ACESSO EM VALEPENTIEIRO - BARQUEIROS, ENTRE A E.N. 108	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	146.448 €	146.448 €	102.514 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000037	REDE LOCAL DE ITINERÁRIOS ESTRUTURANTES - PAVIMENTAÇ	1	4	115	107	506854299	Município de Baião	224.141 €	224.141 €	156.899 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000038	AMPLIAÇÃO DO CAIS FLUVIAL DE ARÊGOS E VALORIZAÇÃO DA	1	4	115	107	506854299	Município de Baião	70.143 €	70.143 €	49.100 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000039	Requalificação da Rua Central de Gandra	1	4	115	107	506656128	Município de Paredes	1.853.281 €	1.853.281 €	1.297.297 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000040	Reposição de Pavimento da E.M 545 São Romão / Tões	1	4	117	107	506843190	Município de Armamar	154.867 €	154.867 €	108.407 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000041	ACESSO A PASSOS (SEDIELOS)	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	133.330 €	133.330 €	93.331 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000042	Espaços Envolventes à Biblioteca e ao Auditório Municipal	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	1.158.269 €	1.158.269 €	810.788 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000043	Espaços Envolventes ao Centro Escolar de Nespereira	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	578.800 €	578.800 €	405.160 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000044	Beneficiação da Estrada Municipal n.º 510 Penedono até Ouro	1	4	117	107	506651541	MUNICIPIO DE PENEDONO	412.410 €	412.410 €	288.687 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000045	CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE EM VALECOVO - VII	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	146.426 €	146.426 €	102.498 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000046	Beneficiação de Estradas Municipais - 1ª Fase	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	801.885 €	801.885 €	561.320 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000047	Beneficiação da Rede Viária - 1ª Fase	1	4	115	107	505279460	Município de Lousada	727.938 €	727.938 €	509.557 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000049	Beneficiação de Estradas Municipais	1	4	117	107	501121536	Município de Torre de Moncorvo	997.867 €	997.867 €	698.507 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000050	Beneficiação e conservação de diversas estradas no concelho d	1	4	117	107	506824942	Município de Sabrosa	1.286.705 €	1.286.705 €	900.693 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000051	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA C	1	4	117	107	506840328	Município de Mesão Frio	146.664 €	146.664 €	102.665 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000052	Ramal de Acesso à Granja do Tedo	1	4	117	107	506601455	Município de Tabuaço	196.594 €	196.594 €	137.616 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000053	Requalificação da Sr.ª da Guia- Medelo	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	206.589 €	206.589 €	144.612 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000054	Reforço da Mobilidade na Estrutura Viária Principal - 3ª Fase	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	623.571 €	623.571 €	436.500 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000055	Reabilitação Urbana da Estrada do Rodo	1	4	117	107	506829260	Município de Peso da Régua	629.252 €	629.252 €	440.476 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000056	Beneficiação da Avenida da Noruega - Criação de um Corredor	1	4	117	107	506359670	Município de Vila Real	269.286 €	269.286 €	188.500 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000057	EN2 - Reformulação de Entrocamentos - Fase 1 - Av. Dr. Manu	1	4	117	107	506829260	Município de Peso da Régua	308.772 €	308.772 €	216.140 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000058	Estrada de Ligação da Capela de Santa Lúzia a Sande	1	4	117	107	506572218	Município de Lamego	131.606 €	131.606 €	92.124 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000059	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	1	4	115	107	506349381	Município de Resende	1.093.000 €	1.093.000 €	765.100 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000060	Estradão do lugar Choupo- Almas	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	170.556 €	170.556 €	119.389 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-04-0450-FEDER-000061	Acesso ao Centro Escolar e Desportivo de Nespereira	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	382.111 €	382.111 €	267.478 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000062	Beneficiação da Rede Viária na área do Município	1	4	115	107	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.044.189 €	1.044.189 €	657.079 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000063	EXECUÇÃO DE VARIANTES E CIRCULARES URBANAS – CONSTR	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	352.527 €	352.527 €	246.769 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000064	BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL DA CIRCULAR SUL A	1	4	115	107	501073663	Município de Penafiel	1.782.863 €	1.782.863 €	1.248.004 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000065	Qualificação da Rua de Real (ER 209: Centro Escolar - Centro U	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	362.857 €	362.857 €	254.000 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000066	Qualificação da ligação do Museu de Sanfins ao centro Escolar	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	352.857 €	352.857 €	247.000 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000067	Beneficiação da Ligação ER 209: Centro Escolar Raimonda – Ru	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	145.714 €	145.714 €	102.000 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000068	Requalificação da Rede Viária Adjacente à Nova Escola Básica e	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	496.730 €	496.730 €	347.711 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000069	Requalificação de estradas envolventes ao Mosteiro de Ferreir	1	4	115	107	502173297	Município de Paços de Ferreira	810.073 €	810.073 €	567.051 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000072	Alargamento e Pavimentação da E.M.504 (Cruz da Carreira/Po	1	4	115	107	502678917	Município de Castelo de Paiva	1.466.056 €	1.466.056 €	1.026.239 €	- €
NORTE-04-0450-FEDER-000075	Ligação da ER 207 à Rua de Abrute e à Variante Sul	1	4	115	105	508278279	PFR INVEST - SGU, EM	372.406 €	372.406 €	197.000 €	- €
								35.263.939 €	35.263.939 €	22.332.401 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000049	GAM-Balcão Único	1	4	116	107	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	416.272 €	416.272 €	211.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000072	Freguesia Moderna	1	4	111	107	507446208	Freguesia de Arcos	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000080	Freguesia Moderna	1	4	111	107	500999686	freguesia de Amonde	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000084	Freguesia Moderna	1	4	111	107	507538412	Freguesia de Moreira do Lima	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000085	Balcão Multicanal de Atendimento e Monitorização de Serviço	1	4	118	102	600000354	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	383.365 €	383.365 €	230.000 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000091	Freguesia Moderna	1	4	113	107	507153235	Freguesia de Fradelos	18.667 €	18.667 €	11.200 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000101	Freguesia Moderna	1	4	112	107	507069463	Freguesia de Cossourado	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000103	Freguesia Moderna	1	4	112	107	501130080	freguesia de mar	17.667 €	17.667 €	10.600 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000105	Freguesia Moderna	1	4	111	107	507005066	Freguesia de Azevedo	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000112	Freguesia Moderna	1	4	113	107	506939405	Freguesia de Regadas	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000115	Freguesia Moderna	1	4	111	107	501068163	Freguesia de Montaria	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000119	Freguesia Moderna	1	4	112	107	501214445	Freguesia de Belinho	18.667 €	18.667 €	11.200 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000122	Freguesia Moderna	1	4	112	107	507011856	Freguesia de Pedregais	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000123	Freguesia Moderna	1	4	112	107	507555384	Freguesia de Gemeses	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000127	Freguesia Moderna	1	4	111	107	507111362	Freguesia de Cristelo	17.667 €	17.667 €	10.600 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000131	Município Digital	1	4	116	107	501157280	Município de Santa Maria da Feira	840.000 €	840.000 €	310.500 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000138	CINFÃES DIGITAL XXI	1	4	115	107	506693651	MUNICIPIO DE CINFAES	226.400 €	226.400 €	113.200 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000143	Freguesia Moderna	1	4	111	107	508318963	Freguesia de Vitorino de Piães	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000149	CAVADO DIGITAL.2	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	1.496.000 €	1.496.000 €	897.600 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000154	Freguesia Moderna	1	4	112	107	507073509	Freguesia de Vila Chã	16.305 €	16.305 €	9.783 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000159	TRÁS-OS-MONTES XXI - REGIÃO DIGITAL 2	1	4	118	108	502924055	Associação de Municípios do Alto Tâmega	3.505.333 €	3.505.333 €	2.103.200 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000164	SIMPLEX AUTÁRQUICO da Câmara Municipal do Porto	1	4	114	107	501306099	Município do Porto	1.168.260 €	1.168.260 €	408.900 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000177	Vale do Ave Região Digital, SAMA1	1	4	113	108	502622482	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	2.971.232 €	2.971.232 €	1.782.739 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000181	e-compras/e-arquivos	1	4	111	108	506914380	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	933.663 €	933.663 €	558.800 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000182	Metropolis - fase 2	1	4	114	107	505804786	Município de Vila do Conde	2.207.208 €	2.207.208 €	1.324.200 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000183	INFOGEO Valimar - Geoportais e SI Municipais para gestão mo	1	4	111	108	506914380	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	548.333 €	548.333 €	329.000 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000184	Criação de Balcão de atendimento unico em plataforma multíp	1	4	115	108	506864960	Comunidade Urbana do Vale do Sousa	2.576.000 €	2.576.000 €	1.545.600 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000197	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	112	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	409.823 €	409.823 €	286.876 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000198	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	118	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.880.934 €	1.880.934 €	1.316.654 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000199	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	113	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	2.065.277 €	2.065.277 €	1.445.694 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000200	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	111	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	810.807 €	810.807 €	567.565 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000201	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	114	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.101.620 €	1.101.620 €	771.134 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000202	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	114	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.270.746 €	1.270.746 €	889.522 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000203	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	115	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.088.310 €	1.088.310 €	761.817 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000204	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	117	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	469.278 €	469.278 €	328.495 €	- €

Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
					Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
NORTE-05-0126-FEDER-000205	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	116	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.099.570 €	1.099.570 €	769.699 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000206	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	117	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	380.829 €	380.829 €	266.580 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000207	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	118	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	506.393 €	506.393 €	354.475 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000208	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	114	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	3.048.696 €	3.048.696 €	2.134.087 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000209	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	118	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	329.993 €	329.993 €	230.995 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000210	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja d	1	4	115	101	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	634.914 €	634.914 €	444.440 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000211	Balcão Único	1	4	113	107	501306870	Município de Santo Tirso	287.059 €	287.059 €	172.236 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000214	Desmaterialização e Certificação Integral dos Processo e Serviç	1	4	115	107	506349381	Município de Resende	218.464 €	218.464 €	131.079 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000215	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SIADAP	1	4	115	107	506854299	Município de Baião	67.609 €	67.609 €	47.326 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000216	BALCÃO ÚNICO - Reengenharia e Qualificação	1	4	115	107	501091823	Município de Felgueiras	138.246 €	138.246 €	96.772 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000217	Guia Turístico Interactivo de Barcelos	1	4	112	107	505584760	Município de Barcelos	126.379 €	126.379 €	88.465 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000218	“Modernização e Interligação dos Serviços Municipais”	1	4	112	107	506907619	Município de Terras de Bouro	540.791 €	540.791 €	378.554 €	- €
NORTE-05-0126-FEDER-000220	Projecto de Modernização Administrativa - Vila Verde 2.0	1	4	112	107	506641376	Município de Vila Verde	718.769 €	718.769 €	503.138 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000001	Aquanattur	1	4	118	212	502787228	ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	49.107 €	49.107 €	34.375 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000004	Douro - Região Vinhateira	1	4	117	101	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000007	Património Natural, uma herança para o futuro	1	4	111	108	506842347	Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	59.944 €	59.944 €	41.961 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000008	Desenvolvimento da EEC do Recurso Endógeno Rota do Romã	1	4	115	108	502599189	VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000011	RTM2/Redes de Turismo no Minho	1	4	111	212	502591218	ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000012	Inovar a Economia Rural - Azeite e Energia	1	4	118	105	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000013	LIMA - E - NATURA	1	4	111	108	506914380	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	59.634 €	59.634 €	41.744 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000016	Rio Paiva e Rio VougaUma estratégia para a sua valorização ec	1	4	116	212	502753943	ADRI MAG - Assoc Desenv Rural Int Serras Mont Arada e Gralheira	59.707 €	59.707 €	41.795 €	- €
NORTE-05-0227-FEDER-000020	Terra Fria	1	4	118	108	504004522	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
								27.396.004 €	27.396.004 €	22.924.931 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica	1	4	ZZZ	103	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	12.500.000 €	12.500.000 €	10.625.000 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000002	Assistência Técnica	1	4	ZZZ	103	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	10.517.133 €	10.517.133 €	8.939.563 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000005	PTD - Subvenção Global - Assistência Técnica à Estrutura da Ge	1	4	114	107	502823305	Grande Área Metropolitana do Porto	440.749 €	440.749 €	374.637 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000006	PTD do Cávado - Estrutura de Apoio Técnico (cand. 1/09)	1	4	112	107	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	216.276 €	216.276 €	183.835 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000007	Assistência Técnica do PTD Minho-Lima	1	4	111	107	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	206.855 €	206.855 €	175.827 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000008	PORNorte - Aicep - Assistência Técnica - 2008	1	4	ZZZ	212	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	135.317 €	135.317 €	115.019 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000009	PORNorte - Aicep - Assistência Técnica - 2009	1	4	ZZZ	212	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	184.362 €	184.362 €	156.708 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000010	Assistência Técnica 2009	1	4	ZZZ	212	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	119.172 €	119.172 €	101.296 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000011	Assistência Técnica 2008	1	4	ZZZ	212	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	67.712 €	67.712 €	57.556 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000014	Candidatura do IAPMEI à Assitência Técnica do POR Norte 200	1	4	ZZZ	212	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	1.460.376 €	1.460.376 €	1.022.263 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000015	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do PO Norte 200	1	4	ZZZ	212	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	950.777 €	950.777 €	665.544 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000016	Assistência Técnica da Comunidade Intermunicipal do Tâmega	1	4	115	107	508889910	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	538.504 €	538.504 €	457.728 €	- €
NORTE-06-0173-FEDER-000017	Assistência Técnica do PTD Minho-Lima II	1	4	111	107	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	58.771 €	58.771 €	49.955 €	- €

Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica	Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados/alterados em Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
				Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP1 - Competitividade, inovação e conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	CIM-TMEDSC/01/2009	09-12-2009	01-02-2010
		Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		CIMC/SOL/01/2009	08-05-2009	10-07-2009
		Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		EDSC/1/2009	15-04-2009	15-05-2009
		Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		EDSC/2/2009	17-08-2009	06-11-2009
		Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		EDSC/1/2008	25-09-2008	24-10-2008
	Energia	Energia	7-Abr-2008	E-SESPC/1/2009	30-06-2009	21-12-2009
		Energia		E-PDRTAE/1/2009	30-06-2009	21-12-2009
	Incentivos à inovação (SI Inovação)	Energia	7-Abr-2008	E-IRFL/1/2009	30-06-2009	07-12-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2007-02	15-11-2007	30-01-2008
	Incentivos à inovação (SI Inovação)	Incentivos à inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	NORTE-03-2008-02	10-03-2008	23-05-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2008-04	15-10-2008	31-12-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-03	15-04-2009	21-05-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-05	24-06-2009	30-09-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-08	12-08-2009	09-11-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2008-05	02-12-2008	02-03-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-10	27-11-2009	31-01-2010
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-10	27-11-2009	31-01-2010
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2007-02	15-11-2007	30-01-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2008-02	10-03-2008	23-05-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2007-01	15-11-2007	29-01-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2008-01	10-03-2008	23-05-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2008-03	15-10-2008	31-12-2008
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-01	11-02-2009	10-03-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-02	15-04-2009	29-05-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-04	27-05-2009	15-07-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-06	03-07-2009	30-09-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-07	12-08-2009	09-11-2009
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-09	27-11-2009	31-01-2010
		Incentivos à inovação (SI Inovação)		NORTE-03-2009-09	27-11-2009	31-01-2010
EP1 - Competitividade, inovação e conhecimento	Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	NORTE-03-2007-03	n.a.	n.a.
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-03-2008-06	n.a.	n.a.
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-03-2008-06	n.a.	n.a.
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2007-02	15-11-2007	31-01-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-10	03-11-2008	16-01-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-04	14-04-2009	18-05-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-05	14-04-2009	18-05-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-10	23-09-2009	21-10-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-11	23-09-2009	21-10-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-03	17-03-2008	15-05-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-03	17-03-2008	15-05-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-06	01-10-2008	12-12-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-06	14-04-2009	18-05-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-12	25-09-2009	20-11-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-01	03-03-2008	30-04-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2007-01	15-11-2007	29-02-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-04	03-04-2008	15-07-2008
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2008-09	03-11-2008	16-01-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-01	11-02-2009	10-03-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-07	27-05-2009	15-07-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-08	15-06-2009	09-10-2009
		Incentivos à investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)		NORTE-02-2009-14	02-12-2009	01-02-2010
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	NORTE-02-2009-14	02-12-2009	01-02-2010
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2007-01	15-11-2007	01-02-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2008-02	17-03-2008	15-05-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2008-08	03-11-2008	16-01-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-01	11-02-2009	10-03-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-02	13-04-2009	14-05-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-07	27-05-2009	15-07-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-13	25-09-2009	27-11-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2008-05	02-05-2008	16-06-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2008-07	30-09-2008	19-12-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-03	13-04-2009	13-05-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-02-2009-09	15-09-2009	13-10-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2007-01	15-11-2007	28-01-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2007-01	15-11-2007	28-01-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2008-01	15-02-2008	16-04-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2007-02	15-11-2007	31-12-2007
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2008-02	15-02-2008	16-04-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2008-05	30-09-2008	28-11-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-04	20-04-2009	30-06-2009
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	7-Abr-2008	NORTE-01-2008-06	30-09-2008	28-11-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-02	07-04-2009	18-05-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-05	24-06-2009	15-10-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-06	09-07-2009	15-10-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-07	12-08-2009	13-10-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-10	25-09-2009	27-11-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2008-03	02-05-2008	16-06-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2008-07	02-09-2008	19-12-2008
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-03	13-04-2009	11-05-2009
		Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)		NORTE-01-2009-09	15-09-2009	13-10-2009
EP1 - Competitividade, inovação e conhecimento	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAC/2008	15-12-2008	04-02-2009
		Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas		SAECT-IEC/1/2009 06-	03-2009	30-04-2009
		Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas		SAECT-IEFE/1/2009	06-03-2009	15-07-2009
		Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas		SAECT-ETRE/1/2009	06-03-2009	15-07-2009
		Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas		SACT/1/2008	25-09-2008	24-10-2008
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT-IEFEBT/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
		Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica		SAPCTIEBT-IEFPC/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
		Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica		SAPCTIEBT-ET/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
		Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica		SAPCTIEBT-ET/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
		Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica		SAPCTIEBT-ET/1/2008	02-12-2008	02-03-2009

Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica	Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados/alterados em Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
				Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP2 - Valorização económica de recursos específicos	Valorização Económica de Recursos Específicos	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	AMP - AINT/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CIMC/AVT/01/2009	29-04-2009	03-06-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CIMDOURO/AVT/200901	21-05-2009	09-06-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		MLN/AVT/01/2009	03-06-2009	07-07-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		MLN/AVT/02/2009	08-09-2009	18-12-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		SACC-GE/1/2009	06-03-2009	10-08-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		Mar/EBT/1/2009	20-07-2009	30-09-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		Mar/EBT/DC&T/1/2009	26-11-2009	01-02-2010
		Valorização Económica de Recursos Específicos		EHT/1/2009	01-06-2009	30-11-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		Mar/TC/PCT/1/2009	20-07-2009	30-09-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		SACC/GCEC/PA/1/2009	28-09-2009	26-02-2010
		Valorização Económica de Recursos Específicos		TDIM/01/2008	04-11-2008	02-03-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		TDINF/01/2008	04-11-2008	20-04-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CM-TM/VERE/01/2009	13-05-2009	09-06-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CIMdoAVE/AVT/01/2009	17-08-2009	04-09-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		SACC-F/1/2009	06-03-2009	30-07-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CM-TS/IAV/01/2009	11-05-2009	16-06-2009
		Valorização Económica de Recursos Específicos		CM-TM/VERE/02/2009	09-12-2009	01-02-2010
		Valorização Económica de Recursos Específicos				
		Valorização Económica de Recursos Específicos				
EP3 - Valorização e qualificação ambiental e territorial	Ações de Valorização do Litoral	Ações de Valorização do Litoral	8-Nov-2007	AVLA/01/2007	18-03-2008	07-04-2008
		Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	8-Nov-2007	AVQA/01/2007	18-03-2008	07-04-2008
	Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa	Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa	7-Abr-2008	MLN/CUA/01/2009	01-06-2009	22-06-2009
		Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa		MLN/CUA/02/2009	22-06-2009	13-07-2009
		Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa		CM-TS/II/CUA/01/2009	09-07-2009	07-09-2009
		Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa		AMP - CUA/1/2009	29-05-2009	22-06-2009
		Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa		AMP - CUA/2/2009	26-06-2009	01-06-2009
		Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa		CM-TM/CUA/01/2009	09-12-2009	01-03-2010
	Equipamentos para a Coesão Local	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7-Abr-2008	ED/1/2009	31-03-2009	04-05-2009
		Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)		ES/01/2009	31-03-2009	15-05-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	8-Nov-2007	GAEP/C/01/2007	18-03-2008	07-04-2008
		Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados		GAEP/C/01/2008	06-11-2008	16-03-2009
	Optimização da Gestão de Resíduos	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	7-Abr-2008	GAEP/C/01/2009	16-09-2009	24-09-2009
		Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental		CIMC/RS/01/2009	21-05-2009	05-06-2009
	Património Cultural	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	8-Nov-2007	AMP - RS/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Valorização e Animação do Património Cultural		CMdoAVE/RS/01/2009	03-08-2009	14-08-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	Valorização e Animação do Património Cultural	7-Abr-2008	PC/01/2007	18-03-2008	09-04-2008
		Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos		PC/01/2009	31-03-2009	18-05-2009
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	7-Abr-2008	RTN/01/2009	07-01-2009	31-03-2009
		Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas		RTN/02/2009	07-01-2009	31-03-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	Rede de Equipamentos Culturais	7-Abr-2008	RLCZE/1/2009	06-08-2009	22-09-2009
		Rede de Equipamentos Culturais		BA/1/2009	31-03-2009	15-05-2009
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	Rede de Equipamentos Culturais	8-Nov-2007	REC-PCR/01/2009	23-02-2009	30-04-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		TCT/01/2009	31-03-2009	15-05-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		AMP - RRE/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		CIMC/RRE/01/2009	15-04-2009	20-05-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		CIMdoAVE/RRE/01/2009	08-06-2009	30-06-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		CM-TS/II/RRE/01/2009	22-09-2009	08-10-2009
		Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		MLN/RRE/01/2009	28-09-2009	30-12-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		CIMDOURO/RRE/01/2009	23-10-2009	06-11-2009
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		RRE/01/2007	18-03-2008	09-04-2008
		Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar		RRE/01/2008	30-05-2008	30-06-2008
	Saúde	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	8-Nov-2007	S/01/2007	21-12-2007	11-04-2008
		Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde		S/01/2008	20-11-2008	15-12-2008
EP4 - Qualificação do sistema urbano	Mobilidade Territorial	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	AMP - PCSUR/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Mobilidade Territorial		CIMC/EPN/01/2009	08-05-2009	19-06-2009
		Mobilidade Territorial		CIMdoAVE/EPN/01/2009	13-07-2009	21-08-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TM/MT/01/2009	13-05-2009	22-06-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TM/MT/02/2009	13-05-2009	22-06-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TM/MT/03/2009	13-05-2009	22-06-2009
		Mobilidade Territorial		CIMdoAVE/PMUS/01/2009	13-07-2009	28-08-2009
		Mobilidade Territorial		CIMdoAVE/PMUS/02/2009	10-12-2009	28-12-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TS/IV/PCSUR/01/2009	11-05-2009	16-06-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TM/MT/05/2009	09-12-2009	15-01-2010
		Mobilidade Territorial		CM-TS/IV/PMU/01/2009	11-05-2009	16-06-2009
		Mobilidade Territorial		CM-TM/MT/04/2009	09-12-2009	01-02-2010
		Mobilidade Territorial		AMP - PMU/2/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Mobilidade Territorial		MLN/MT/01/2009	16-04-2009	07-05-2009
		Mobilidade Territorial		MLN/MT/02/2009	28-04-2009	18-05-2009
	Políticas de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Mobilidade Territorial	8-Nov-2007	CIMDOURO/MT/200901	21-05-2009	09-06-2009
		Mobilidade Territorial		CIMdoAVE/REEM/01/2009	13-08-2009	30-09-2009
		Mobilidade Territorial		CIMC/REEM/01/2009	15-04-2009	06-05-2009
		Mobilidade Territorial		CIMC/STPP/01/2009	08-05-2009	19-06-2009
		Mobilidade Territorial		MT/01/2008	27-10-2008	
		Mobilidade Territorial		AMP - PMU/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação		RUC/01/2008	10-03-2008	06-10-2008
		Políticas de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana		PRU/01/2007	31-07-2008	15-08-2009
		Políticas de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana		PRU/02/2008	30-06-2009	30-06-2010
		Políticas de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana		PRU/01/2008	16-04-2009	16-04-2010
EP5 - Governação e capacitação institucional	Promoção e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	CM-TS/IV/PCIDRL/01/2009	11-05-2009	19-06-2009
		Promoção e Capacitação Institucional		CM-TMPC/01/2009	13-05-2009	09-06-2009
		Promoção e Capacitação Institucional		CM-TMPC/02/2009	31-07-2009	31-08-2009
		Promoção e Capacitação Institucional		AMP - PCIDRL/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Promoção e Capacitação Institucional		PROVERE - Ações Preparatórias	15-05-2008	11-07-2008
	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Promoção e Capacitação Institucional	8-Nov-2007	PROVERE - CGP/PCY/1/2009	03-08-2009	18-09-2009
		Apoio à Modernização Administrativa		SAMA/1/2007	21-12-2007	04-04-2008
		Apoio à Modernização Administrativa		AMP - MGE/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
		Apoio à Modernização Administrativa		AMP - MGE/2/2009	04-06-2009	06-06-2009
		Apoio à Modernização Administrativa		CIMC/ODAR/01/2009	29-04-2009	26-06-2009
EP6 - Assistência Técnica	Assistência Técnica	Apoio à Modernização Administrativa	7-Abr-2008	CIM-TM/SAMA/01/2009	13-05-2009	09-06-2009
		Apoio à Modernização Administrativa		SAMA/1/2008	08-08-2008	
		Apoio à Modernização Administrativa		CM-TS/IV/MGE/01/2009	11-05-2009	19-06-2009
		Apoio à Modernização Administrativa		CIMC/OGAP/01/2009	08-05-2009	10-07-2009
		Ações de Assistência Técnica		AT/01/2008	21-05-2008	31-12-2008

Anexo VII - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de Seleção por Concurso e/ou períodos de candidatura												Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas			Candidaturas aprovadas								Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
		Total até 31-12-2009				em aberto a 31-12-2009		Encerrados a 31-12-2009		Tempos médios de decisão		Candidaturas																Candidaturas		Candidaturas		Candidaturas		Candidaturas		Candidaturas	
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo		
		mil euros	Nº	mil euros	% do PO	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	dias	dias	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	e mil euros	e mil euros	e %	%	%	%	%	%	Nº	mil euros	e %
Total	2.711.645	186	1.720.866	63%	14	164.789	172	1.553.143	96	841.595	81	93	3.623	2.992.946	826	2.300	2.025.594	881	1.767	1.593.074	1.299.732	1.127.652	841.595	736	63%	68%	49%	53%	77%	79%	1.399	671.210	79%	80%			
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	786.645	89	586.968	75%	6	33.011	83	553.957	51	291.102	73	75	2.368	1.476.158	623	1.430	837.644	586	1.168	640.079	486.805	314.724	291.102	417	60%	57%	49%	43%	82%	76%	924	220.875	79%	76%			
EP2 - Valorização Económica de Recursos Específicos	280.000	18	136.541	49%	3	7.250	15	129.291	6	18.572	88	97	60	38.704	645	51	35.869	703	42	27.808	26.532	26.532	18.572	632	85%	93%	70%	72%	82%	78%	24	6.126	57%	33%			
EP3 - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	770.000	34	460.549	60%	1	10.927	33	449.622	14	436.830	81	91	742	1.198.309	1.615	532	971.743	1.827	405	783.379	652.248	652.248	436.830	1.610	72%	81%	55%	65%	76%	81%	337	363.672	83%	83%			
EP4 - Qualificação do Sistema Urbano	645.000	24	475.474	74%	2	100.600	22	371.939	12	49.833	93	116	209	168.871	808	83	77.148	929	82	77.418	71.487	71.487	49.833	872	40%	46%	39%	46%	99%	100%	54	38.517	66%	77%			
EP5 - Governação e Capacitação Institucional	141.872	14	25.008	18%	0	0	14	25.008	8	22.332	71	86	229	83.336	364	191	76.075	398	57	36.765	35.264	35.264	22.332	619	83%	91%	25%	44%	30%	48%	53	21.190	93%	95%			
EP6 - Assistência Técnica	88.128	7	36.325	41%	2	13.000	5	23.325	5	22.925			15	27.568	1.838	13	27.115	2.086	13	27.625	27.396	27.396	22.925	2.107	87%	98%	87%	100%	100%	102%	7	20.830	54%	91%			

Objectivo	Tema Prioritário	Tipo de Financiamento	Território	Actividade Económica	Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
01-01	11	1	1	18	ZZZ	5899362,50
	02	1	1	19	112	17000000,00
01-02	3	1	1	6	114	1797731,59
					ZZZ	154937,95
				16	113	234250,06
					114	3705440,24
					ZZZ	1125464,07
			00	6	ZZZ	735045,63
				16	ZZZ	1525595,16
	4	1	1	5	114	453544,84
				6	112	797225,18
					113	91687,50
					114	507135,74
					116	57168,75
				13	112	24870,00
				16	111	679026,77
					112	1536930,98
					113	1521381,09
					114	5929533,19
					115	61152,53
					116	385333,28
					117	191322,53
			4	16	117	25000,00
					118	25000,00
			5	16	113	596565,67
	6	1	1	16	114	51104,12
	7	1	1	6	113	59586,47
					114	948378,74
				16	112	404728,32
					113	534933,64
					114	2589136,35
					117	325460,81
			5	16	118	198687,50
		2	1	6	111	1380567,42
					112	299415,60
					113	801374,02
					114	4221169,23
					116	13707252,53
					117	207240,56
					118	344102,50
				16	111	683007,26
					112	1090603,41
					113	3007456,71
					114	3253709,33
					116	462300,28
					117	176786,51
			20		112	367826,25
					117	198530,38
			5	6	112	292496,18
				16	111	324265,53
					112	1896123,54
	8	1	1	5	114	89475,00
					116	12900,00
				6	111	6375,00
					112	294969,32
					113	179083,82
					114	2315872,54
					115	108017,76
					116	351921,77
				13	114	43231,99
				16	111	181564,72
					112	2555521,28
					113	870847,25
					114	8496346,39
					115	409546,54
					116	777818,55
					117	182479,86
				20	113	299735,51
					114	572797,36
			4	16	117	35769,15
			5	6	112	10875,00
				16	111	24375,00
					112	9375,00
					113	24375,00
					117	49941,23
			00	6	ZZZ	114367,50
				16	ZZZ	76473,62
	15	1	1	6	111	11732,73
					112	95649,92
					113	19377,58
					114	32918,04
					115	18577,86
				16	112	544257,93
					113	149263,35
					114	795353,94
					115	72708,58
					117	213980,40
					118	21071,25
				18	112	27639,36
					116	25941,52
			4	16	118	31880,25
			5	6	115	28715,37
43		1	1	6	116	61629,74

01-03	02	1	1	19	113	3195089,75
	03	1	1	6	114	3920295,10
	68	1	5	6	117	1617285,46
01-04	3	1	1	3	114	468607,65
				6	114	434437,54
				ZZZ		253518,04
			00	21	ZZZ	878081,30
	4	1	1	0	114	22500,00
				3	113	18750,00
					114	18750,00
				4	112	22770,00
					113	146463,89
					114	24975,00
					116	24750,00
				5	114	18750,00
				6	113	121755,00
					114	289173,55
					116	218500,00
				8	114	182653,92
				13	112	93500,00
					113	238925,00
					114	134850,00
				21	113	24750,00
					114	22500,00
			4	0	118	25000,00
				6	118	145776,55
			5	13	117	18750,00
				4	113	24750,00
				6	111	11025,00
					112	39300,00
					113	49492,50
					115	37500,00
	6	1	1	6	115	108048,32
				12	112	78944,06
					113	64704,56
				13	115	15524,10
	7	1	1	4	112	378386,24
				5	114	257455,22
		2	1	3	112	287948,50
					113	750443,75
					114	834342,82
					115	519033,80
				4	112	244780,78
					113	2193656,12
					114	963811,49
					116	679945,67
				6	111	740710,51
					112	2778977,34
					113	7458273,72
					114	6223801,31
					115	3921400,52
					116	2154977,51
					117	580510,83
				8	114	49290,00
				11	114	2273712,50
					115	434004,75
				13	112	754647,40
					114	735779,90
					ZZZ	392064,30
				14	111	2522799,40
					113	4650404,73
					114	9249349,53
					116	1950706,89
					117	2406088,56
				21	113	1160845,77
					116	605239,43
		4		0	115	692949,19
					117	522230,80
					118	2122658,91
				6	111	492629,23
					117	2327183,50
					118	7333291,19
				14	117	375604,05
					118	3097278,69
				21	118	930730,45
			5	0	111	1230948,06
					115	1039442,30
				3	111	522996,19
					117	101544,95
				6	111	3505434,39
					112	759080,84
					113	3135310,71
					115	1252599,23
					118	2487203,76
				8	111	1333400,00
				14	111	4097319,46
					112	415914,20
					115	4982267,72
					117	5516807,35
				21	115	1167031,80
	8	1	1	0	115	24675,00
					117	24510,00
				1	112	18675,00
				3	113	18750,00
					114	217577,20
					115	72588,46
					116	7372,50

				117	148444,57
			4	112	419615,47
				113	1777867,85
				114	713202,67
				116	24750,00
			6	111	201513,45
				112	1256237,17
				113	1162744,41
				114	2100167,88
				115	3487368,53
				116	1987900,66
				118	105307,32
			11	113	54637,18
				114	749956,73
			12	111	61312,50
				112	153584,97
				113	241406,75
				114	531130,28
			13	111	123428,91
				112	1186032,55
				113	2217768,05
				114	5510246,38
				115	1997831,09
				116	1189251,34
				117	35307,00
				118	78898,27
				ZZZ	647510,32
			20	112	25000,00
			21	113	28170,00
				114	172521,00
				115	51572,17
		4	0	117	24862,50
				118	75360,00
			3	117	765811,66
				118	169708,58
			6	115	22950,00
				117	11250,00
				118	19929,05
			13	117	308948,82
			14	115	49002,62
				117	182508,75
		5	0	111	71850,00
				115	11400,00
				118	24750,00
			3	111	49231,13
				112	24937,50
				113	299047,15
				117	120470,00
				118	61966,12
			4	112	735295,66
				113	57802,53
				115	75892,50
			6	111	510084,89
				112	164160,15
				113	138866,44
				115	212033,74
				118	43500,00
			12	111	20925,00
				112	44240,77
				113	35137,50
				115	37530,00
			13	111	184327,76
				112	55652,87
				113	47133,87
				115	165537,00
				117	79494,75
				118	25000,00
			14	111	44524,70
				118	61068,46
			21	112	19379,25
		00	3	ZZZ	709732,76
			6	ZZZ	480699,57
			13	ZZZ	26608,85
			13	115	532541,73
15	2	1	3	114	55710,00
	1	1	4	115	272773,13
			6	112	138632,35
				114	143554,50
				116	12028,95
				ZZZ	117090,00
			11	111	202009,66
				114	165960,21
				116	73075,50
			12	113	261527,87
				114	241500,90
				115	24094,95
				117	29093,21
			13	112	274051,30
				113	401384,96
				114	521133,53
				115	307907,94
				117	198066,15
		4	12	118	172084,99
		5	11	112	21563,92
			12	115	131096,40
			13	112	166115,31
				115	163043,25

			00	11	ZZZ	54484,17
	43	1	1	4	113	237166,80
				6	116	28527,41
				12	113	27633,60
				13	113	118434,03
			4	14	118	214200,00
01-05	50	1	5	6	111	194716,18
	05	1	1	20	111	195715,88
					112	200000,00
					115	200000,00
					116	199981,66
			4	20	117	198229,50
					118	174953,63
			5	20	113	200000,00
					118	186470,29
			5	20	112	200000,00
	08	1	5	6	115	296525,00
01-06	69	1	5	6	115	525000,00
	11	1	1	18	ZZZ	24192866,44
02-01	58	1	1	22	117	233548,00
			4	22	117	290360,00
	57	1	1	22	117	1606088,04
			4	22	117	325849,30
			1	22	117	2576928,47
			4	22	117	2001589,04
			5	22	117	515735,28
02-04	61	1	5	13	111	385905,00
	09	1	1	6	115	682500,00
	23	1	1	6	114	1477442,62
	24	1	5	22	115	1171569,00
	61	1	1	6	114	4253314,38
			5	22	115	2159959,31
02-05	56	1	2	21	112	22521,81
	57	1	1	21	112	496623,40
	79	1	1	6	112	372306,94
03-01	45	1	1	21	114	5323622,69
			4	21	113	62345,25
					118	66526,83
			5	21	112	77111,41
					115	47694,53
	47	1	1	21	113	93718,37
					114	415971,56
			4	21	118	256962,11
	55	1	1	21	111	1929294,80
					112	141422,20
	60	1	1	20	117	147064,72
	61	1	1	21	114	2591244,30
	47	1	1	21	114	344345,32
					115	37886,27
	54	1	1	21	114	1151347,19
	55	1	1	12	114	7967344,26
	60	1	1	20	113	139235,87
	61	1	1	12	114	5414469,68
					114	480000,00
03-02	51	1	1	21	113	2263502,57
					118	1075660,44
			5	21	115	136687,50
			00	21	111	1629970,66
	51	1	1	21	114	267949,13
					116	1223465,34
					117	1257419,06
			4	21	111	329441,81
					112	1747482,23
					115	432514,13
					117	619609,04
					118	3931843,28
					ZZZ	342720,00
			5	21	111	2767113,83
					115	183012,17
					117	48750,00
			00	21	111	1513611,72
					112	1662937,70
					ZZZ	2436975,00
	54	1	5	21	112	3353250,36
	55	1	1	21	114	4273376,50
			5	21	111	929033,01
03-03	58	1	1	20	112	175054,02
					113	329726,15
					114	526907,72
					115	169324,48
	60	1	4	20	118	307012,45
	75	1	1	18	111	986581,23
			4	18	111	1261458,10
			5	18	111	15882570,23
	44	1	1	21	112	140442,00
	54	1	1	21	112	233287,99
	58	1	1	20	111	266849,31
					112	126977,13
					113	158318,15
					114	1196629,66
					116	468622,99
					117	494101,23
					118	308295,33
			4	20	118	212405,76
	59	1	1	20	114	840973,16
			5	20	112	482916,66
					115	596643,60

	75	1	1	18	111	2118330,56
					112	7124441,25
					113	10269286,49
					114	68213978,52
					115	51602248,15
					116	18455363,08
					117	5193948,34
			4	18	118	4266605,12
					112	911963,20
					115	2356344,61
					117	11595858,48
					118	6858302,71
		5	18		112	5826851,05
					113	7573332,39
					115	18707218,78
					117	9144818,95
					118	3303856,91
	76	1	1	19	113	4866198,57
					114	58377481,86
					116	560693,27
					117	28749117,90
					118	2554419,66
			5	19	111	2410767,06
					115	17875150,00
			1	19	112	1876026,60
			5	19	112	444887,10
04-02	61	1	1	11	115	1313551,88
					112	1709757,61
					118	2747263,81
				12	113	2231845,00
					114	1381151,00
					117	457879,70
					118	492689,00
					113	173834,50
			4	12	118	1984500,00
			5	12	111	852875,17
					115	352602,60
04-03	23	1	1	11	113	1211739,89
					114	1019798,00
					115	551642,82
					116	1432423,57
	25	1	4	11	112	135486,96
	52	1	1	11	114	109200,00
	16	1	1	11	114	2934515,12
04-04	23	1	1	11	111	1147815,64
			5	11	111	8505434,47
	23	1	1	11	112	3246998,77
					115	4082935,81
					117	1281616,50
			2	11	112	1239368,55
			5	11	112	1498543,10
					115	4892116,19
					117	3299405,26
	57	1	5	11	115	49100,38
	59	1	5	11	115	810788,42
05-01	11	1	1	17	112	88465,30
					113	1782738,90
			2	17	112	378553,93
			5	17	115	131078,50
			5	17	111	329000,00
	13	1	1	17	111	53800,00
					112	42382,85
					113	1445694,10
					114	5527843,48
					116	1291999,10
			4	17	117	328494,55
					118	585470,40
			5	17	111	589165,22
					112	1206076,22
					113	22000,00
					115	1319456,84
					117	266580,06
					118	1316653,81
			1	17	118	230000,00
			4	17	118	2103200,00
			5	17	111	558800,00
					115	1545600,00
	63	1	1	17	113	172235,63
			1	17	112	503138,40
	65	1	1	17	115	96772,40
			5	17	115	47326,25
05-02	80	1	1	20	116	41795,00
			1	17	115	42000,00
					117	42000,00
					118	42000,00
			4	21	118	42000,00
			5	17	111	83705,00
				20	111	42000,00
					118	34375,00
06-01	85	1	00	17	ZZZ	430579,10
	85	1	00	17	111	225782,06
					112	183834,69
					114	374636,53
					115	457728,28
					ZZZ	21252370,17
Total Geral						841594759,68

NUTS

de acordo com o Regulamento (CE) N° 1059/2003 ⁽¹⁾

Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT11 Norte	
PT111	Minho-Lima
PT112	Cávado
PT113	Ave
PT114	Grande Porto
PT115	Tâmega
PT116	Entre Douro e Vouga
PT117	Douro
PT118	Alto Trás-os-Montes
PT15 Algarve	
PT16 Centro	
PT161	Baixo Vouga
PT162	Baixo Mondego
PT163	Pinhal Litoral
PT164	Pinhal Interior Norte
PT165	Dão-Lafões
PT166	Pinhal Interior Sul
PT167	Serra da Estrela
PT168	Beira Interior Norte
PT169	Beira Interior Sul
PT16A	Cova da Beira
PT16B	Oeste
PT16C	Médio Tejo
PT17 Lisboa	
PT171	Grande Lisboa
PT172	Península de Setúbal
PT18 Alentejo	
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo
PT2	Região Autónoma dos Açores
PT3	Região Autónoma da Madeira
PTZ EXTRA-REGIO	

(1) Regulamento (CE) N° 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

Anexo XI - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Ref ^a Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2009)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	2.168.468
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	8
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	392.656,54
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	400.000
ICN -Anual - 028	m ²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	138.030
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	3.004.026
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	38.940
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	
CORE -029	KM ²	Área reabilitada (em km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	
ICN-AAE-025	km ²	Grau de cobertura do território por planos de emergência	
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	55.933
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).